

Reginâmio Bonifácio de Lima

# AO SOL CARTA É FAROL

A luta pela posse das terras acreanas  
durante a Ditadura Militar



Edufac



EDITORA  
**ALTA**  
PERFORMANCE



## **Ao sol carta é farol: a luta pela posse das terras acreanas durante a ditadura militar**

*Reginâmio Bonifácio de Lima*

ISBN 978-65-88975-85-5 (Físico) • Feito Depósito Legal

ISBN 978-65-88975-84-8 (Digital) • Feito Depósito Legal

### **Editora Afiliada**



**Larissa Rodrigues Ribeiro Pereira**

Diretora Comercial

**Winstom Erick Cardoso Pereira**

Diretor Administrativo

### **CONSELHO EDITORIAL**

#### **ACADÊMICO**

Prof. Me. Adriano Cielo Dotto (Una Catalão)

Prof. Dr. Aguinaldo Pereira (IFRO)

Profa. Dra. Christiane de Holanda Camilo (UNITINS/UEG)

Prof. Dr. Dagoberto Rosa de Jesus (IFMT)

Profa. Me. Daiana da Silva da Paixão (FAZAG)

Profa. Dra. Deise Nanci de Castro Mesquita (Cepae/UEG)

Profa. Me. Limerce Ferreira Lopes (IFG)

Profa. Dra. Márcia Gorett Ribeiro Grossi (CEFET-MG)

Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)

Profa. Dra. Maria Adélia da Costa (CEFET-MG)

Profa. Me. Patrícia Fortes Lopes Donzele Cielo (Una Catalão)

Profa. Dra. Rita de Cassia de Oliveira Reis (Cepae/UEG)

Profa. Dra. Rosane Castilho (UEG)

Prof. Dr. Ulysses Rocha Filho (UFCAT)

#### **CONSULTIVO**

Nelson José de Castro Peixoto

Núbia Vieira

Welima Fabiana Vieira Borges

#### **Diretor da Edufac**

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

#### **Coordenadora Geral da Edufac**

Ângela Maria Poças

#### **Conselho Editorial (Consedufac)**

Adcleides Araújo da Silva

Adelice dos Santos Souza

André Ricardo Maia da Costa de Faro

Ângela Maria dos Santos Rufino

Ângela Maria Poças (vice-presidente)

Alexsandra Pinheiro Cavalcante Costa

Claudia Vanessa Bergamini, Délcio Dias Marques

Francisco Aquinei Timóteo Queirós

Francisco Naildo Cardoso Leitão

Gilberto Mendes da Silveira Lobo (presidente)

Jáder Vanderlei Muniz de Souza

José Roberto de Lima Murad, Maria Cristina de Souza

Sheila Maria Palza Silva

Valtemir Evangelista de Souza

Vinicius Silva Lemos

#### **Coordenadora Comercial • Serviços de Editoração**

Ormifran Pessoa Cavalcante

Reginâmio Bonifácio de Lima

# **AO SOL CARTA É FAROL**

**A luta pela posse das terras acreanas  
durante a Ditadura Militar**

1ª edição



**Edufac**

Rio Branco-AC/Goiânia-GO

Edufac/Alta Performance

- 2024 -

Copyright© Edefac 2024

<https://doi.org/10.29327/5402144>

**Editora da Universidade Federal do Acre (Edefac)**

Rod. BR 364, Km 04 - Distrito Industrial  
CEP: 69920-900 - Rio Branco - Acre // [edefac@ufac.br](mailto:edefac@ufac.br)

**Editora Alta Performance**

Rua 132-A, nº 100, Qd F-45 Lote 2 - Setor Sul - CEP 74093-22 - Goiânia/Goiás

CNPJ: 21.538.101/0001-90

Site: <http://editoraaltaperformance.com.br/>

**Contatos:**

Larissa Pereira - (62) 98230-1212

Revisão de Texto: Emily Vitória Vasconcelos da Silva

Projeto Gráfico Editoração: Franco Jr.

Imagem da capa: Reginâmio Bonifácio de Lima

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte

Bibliotecária Responsável: Tábata Nunes Tavares Bonin / CRB 11-935.

L732a Ao Sol Carta é Farol : a luta pela posse das terras acreanas durante a Ditadura Militar / Reginâmio Bonifácio de Lima. — Goiânia/Rio Branco: Alta Performance/Edefac, 2024. [E-Book]  
705 p: il.

ISBN: 978-65-88975-84-8

1. História. 2. Vozes dos agentes sociais. 3. Amazônia Sul-Occidental. 4. Igreja Católica. 5. Comunicação Alternativa. I. Lima, Reginâmio Bonifácio de. II. Título.

CDD 22. ed. 981.12

As informações, opiniões, conceitos expressos nesta obra, bem como a exatidão dos dados, referências, redação e revisão textual são de inteira responsabilidade do autor.

**DIREITOS RESERVADOS**

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Apoio institucional do Governo do Estado do Acre, através da  
Fundação de Cultura Elias Mansour / Fundo Estadual de Cultura - Funcultura



Ao Deus Criador das belas manhãs de sol.

A todos aqueles que sonharam e lutaram  
pela construção de dias melhores.

A meus filhos amados.

## AGRADECIMENTOS

- Gostaria de expressar gratidão a minha família que sempre me apoiou em todo o tempo. Meus pais: Severino Lima (*in memoriam*) e Maria Bonifácio; meus irmãos Reginaldo, Regineison, Regiglenis e Pedro; minhas cunhadas Ana Íris e Oneide, e, meus sobrinhos;
- A meus filhos amados Rafael Matias e Sara Raquel que proporcionaram apoio moral, emocional e contribuíram para a realização desta obra;
- Ao Governo do Estado do Acre pelo apoio institucional disponibilizado através da Fundação de Cultura Elias Mansour e do Fundo Estadual de Cultura - Funcultura;
- A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio financeiro sem o qual não teria sido possível realizar este trabalho;
- Aos professores que deram indicações de caminhos e atuaram diretamente para a realização desta pesquisa. Gratidão aos professores Pedro Martinello (*in memoriam*) (UFAC), Lucília Delgado (PUCMG), Antônio Torres Montenegro (UFPE), Ricardo Reis (FTF), Roger Chartier (Collège de France), Jones Dari Goettert (UFGD), Maria José Bezerra (UFAC), Margarete Edul Prado de Souza Lopes (UFAC), Francisco Pinheiro de Assis (UFAC) e Francisco Aquinei Timóteo Queirós (UFAC);
- Ao meu orientador do Doutorado em história, professor Luís Carlos dos Passos Martins, pelo profissionalismo e todas as orientações fundamentais para a concretização desta obra;
- Aos professores da Escola de Humanidades da PUCRS, em especial aos professores Edison Hüttner, Klaus Hilbert, Charles Monteiro, Luciano Aronne de Abreu, Claudia Musa Fay, Beatriz Dornelles e Luiz Carlos Susin;

- A Professora Sandra Teresa Cadiolli Basílio pelas orientações iniciais quando a pesquisa ainda era um esboço de projeto;
- A equipe de funcionários das secretarias de Graduação e Pós-Graduação em História da PUCRS, especialmente à Henriet Shinohara e Daniela Petró Maria;
- A comissão de bolsas PUCRS por ter acreditado nesta pesquisa;
- A Dom Joaquín Pertíñez Fernández, Bispo da Diocese de Rio Branco, por me permitir acessar o acervo referente aos Boletins Nós, Irmãos e outras obras de referência;
- A Nadir Silva, Helenara Chaves, Luciana Santos, Claudia Cristiane, Germana Nobre e Sônia Barbosa pelo apoio emocional e orações;
- Aos Pastores Osias Correia, Maurilênio Melo e Renato Santos pelo apoio emocional e orações;
- A meu amigo e digitador Daniel Abiatar por ter digitado as cartas para mim e me auxiliado na catalogação;
- Aos servidores do Centro de Documentação e Informação Histórica da Ufac por me permitirem acessar os acervos referentes ao Boletim Nós, Irmãos;
- Aos servidores do Museu da Borracha por me permitirem acessar os acervos referentes ao Boletim Nós, Irmãos e outras obras de referência;
- Aos funcionários da Biblioteca Central da PUCRS por tão prestativamente terem auxiliado na pesquisa das referências;
- A mãe de meus filhos, pelo apoio na pesquisa;
- A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

A Amazônia, apesar de ser a segunda palavra mais lembrada no planeta Terra, a história da imprensa da região ainda é pouco conhecida. E o que é mais grave, é que essa história é olímpicamente ignorada pela maioria dos brasileiros e dos próprios habitantes da região, por conta de um ensino (público e privado) omissos e de uma historiografia que privilegia os fatos e personagens das regiões mais dinâmicas do país.

**Paulo Roberto Ferreira**



## PREFÁCIO

Uma importante obra surge na Amazônia (Acre-Purus) do escritor Reginâmio Bonifácio de Lima, com título de “AO SOL CARTA É FAROL: A luta pela posse das terras acreanas durante a Ditadura Militar”. São raros os escritos do norte do Brasil que conseguem trazer ao público documentação rara, conteúdo crítico e escritos de gente do cotidiano. Existem documentos amarelados em gavetas, mas, nas redes virtuais, estarão à disposição. Em muitos lugares, porém, precisamos de mapas para colocar os conceitos que usamos como estratégia de valorização de pessoas e instituições que seriam esquecidas. Agora recolocadas como atores, dignas de merecidos tributos, de modo particular de Reginâmio, que soube ler no espaço em branco das linhas, de gente de verdade, para fazer história de verdade.

Reginâmio Bonifácio de Lima é acreano. Nasceu em Rio Branco no dia 24 de maio de 1977. Seus familiares fazem parte daquela raiz forte de levas e levas do Nordeste que chegaram ao Acre para trabalhar. Daqueles rincões vieram seus avós: a) Pedro Ferreira Lima e Margarida Siqueira Lima, por parte de pai: Severino Ferreira Lima (*in memoriam*) – e José Bonifácio Monteiro e Raimunda Monteiro Bonifácio, por parte de mãe: Maria Bonifácio de Lima (viva). Reginâmio atuou como vendedor ambulante, na construção civil, no setor público e na docência universitária. Do cotidiano trazia àquelas mesmas ideias que forjaram a personalidade de seus pais, cujos frutos o revelaria logo, como educador universitário e membro da Academia Acreana de Letras (Cadeira nº 2). É escritor de importantes livros e de artigos de relevância, versando sobre assuntos necessários para nosso tempo: as realidades amazônica e acreana, entre outros; e, sobre o patrimônio cultural brasileiro, ao qual tive o privilégio de compartilhar a escrita. Como resultado do estudo incansável do autor, alcançando avaliação unânime e o merecido voto de Louvor, o prefácio dessa obra nasce como resultado da Tese doutoral defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (31 de março de 2023).

Em terras do Acre de Plácido de Castro pairava um grande desejo de liberdade e de justiça social em consequência dos agravos da Ditadura

Militar, da censura à imprensa, da espionagem e perseguição. A presente obra com o título de “AO SOL CARTA É FAROL...” autentifica as cartas deste período, escritas por mãos de crianças, mulheres, agentes sociais (...) bispos, etc. Todas estas esperanças que foram confiadas e divulgadas pelo *Boletim Nós, Irmãos* (1971-1985) da Prelazia do Acre-Purus (Igreja Católica) foi um instrumento de resistência, que visa fomentar a articulação de redes em prol de uma vida melhor.

AO SOL CARTA É FAROL... tem endereço certo, a própria história de Rio Branco, do Estado do Acre, da Amazônia e do Brasil. À História da Igreja, aos movimentos sociais, aos descendentes nordestinos, aos agentes, aos militantes e cada uma das crianças que escreveu sua carta. É por isto que esta obra deve ser recebida como Carta, Testemunho e Memorial. Ela sobrepuja permanente esperança, pois ensaiam novas mensagens em prol da construção de uma Amazônia melhor, com trabalho justo e dignidade humana para todos.

O “*Boletim Nós, Irmãos à Comunidade da Prelazia do Acre-Purus, ao Acre ao Mundo*”. As mensagens do *Boletim Nós, Irmãos* transmitidas para agentes sociais, Comunidades Eclesiais de Base, religiosos(as) e clérigos e tantos personagens anônimos. Essas cartas refrescam a lembrança das comunidades cristãs primitivas durante o domínio do Império Romano. Quando São Paulo escreveu à Comunidade de Coríntios dizendo, que o bem, a caridade... “não se alegra com a injustiça, mas se regozija com a verdade... tudo espera, tudo suporta” (Cor 13, 7-8). No mesmo sentido escreve ainda aos Romanos: “Não pagueis a ninguém o mal o com o mal. Aplicai-vos a fazer bem diante de todos os homens” (Rm 12, 17).

Oxalá... O *Boletim Nós, Irmãos, AO SOL CARTA É FAROL...* continue iluminando o caminho destes ideais.

**Dr. Édison Hüttner**

Programa de Pós-Graduação em História e Teologia (PUCRS)  
Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 30 de janeiro de 2024.

## APRESENTAÇÃO

Investigar as vozes dos agentes sociais nas mensagens das cartas publicadas no boletim informativo Nós Irmãos, durante a ditadura militar, faceta que a produção acadêmica tornou praticamente invisível e inaudível, foi o desafio corajoso acolhido por Reginâmio Bonifácio de Lima.

Ao longo da belíssima pesquisa, Lima percebeu que a compreensão das experiências vividas por agentes sociais no período da ditadura militar no Estado do Acre teve importância singular na formação e articulação na vida política e social da população.

A expansão da fronteira agrícola na Amazônia/Acre, fatos que combinaram com a desagregação de milhares de homens, mulheres e crianças que expulsos de suas colocações de seringas, tiveram três opções: a primeira opção, migrar para a periferia da cidade de Rio Branco e passar fome e as piores situações já vividas por pessoas que habitam a Amazônia; a segunda opção, migrar para a Bolívia e torna-se brasiviano e sofrer os desmandos provocados pelas autoridades daquele país; e a terceira e última opção, foi resistir nas colocações de seringa e lutar de forma organizada, juntos e empatar a derrubada da floresta.

Reginâmio teve a sensibilidade de compreender o processo que culminou com a destruição da floresta Amazônica/Acreana bem como, soube externalizar o sofrimento de tantas pessoas que tiveram seus direitos e um futuro interrompido.

Ao pesquisar as cartas que denunciavam as inúmeras atrocidades, as mortes, perseguições e expulsões vivenciou, e ao mesmo tempo reviveu, todo aquele período de sofrimento já vivenciados por tantos que habitavam os seringais acreanos, como um filme que voltava em suas análises e leituras na documentação pesquisada.

O pesquisador foi muito corajoso em trazer à tona as questões emblemáticas que, ao mesmo tempo, reabrem e mexem com questões profundas: alfineta a omissão dos poderes do Estado do Acre e nos apresenta a importância da Igreja Social construída a partir da Teologia da libertação na prelazia do Acre e Purus.

O Bispo Dom Moacir Grechi juntamente com padres, freiras e leigos consagrados tiveram um papel preponderante na construção de um pensamento voltado para a defesa dos pobres e excluídos dos seringais acreanos.

Ao longo de seu trabalho, Lima nos brinda com um posicionamento e uma reflexão refinados que compreende as experiências vividas por muitos nos vales dos rios Acre e Purus e, posteriormente, as experiências construídas e articuladas nas periferias do Estado do Acre. Quando nos diz que “As vozes dos agentes sociais contidas nas cartas”, nos convida a compreender a complexidade que milhares viveram durante as décadas de 1970 à 1990, períodos de incertezas e de muita dor e sofrimento para muitos que ajudaram a constituir o que é hoje o Estado do Acre.

Percebi ao longo de toda a sua pesquisa a preocupação em não fazer juízo de valores, mas nos apresentar possibilidades de compreender uma parte da história do Estado do Acre que até os dias atuais é silenciada. E ao mesmo tempo apresentar o nascimento do processo de constituição do catolicismo amazônico/acreano, que nas suas práticas populares ajudou e ainda ajuda homens e mulheres a superarem as dificuldades cotidianas nas florestas e na periferia da Amazônia Sul-Occidental.

A aproximação da Igreja Católica com os movimentos sociais, o envolvimento de líderes católicos da prelazia do Acre e Purus, possibilitou uma abertura para denúncias através de programas de rádio ou jornais e pasquins. O Boletim Informativo *Nós, Irmãos* possibilitou que inúmeras denúncias fossem realizadas. De acordo com a pesquisa as cartas – anônimas ou não – tiveram um papel extremamente importante para denunciar as atrocidades que aqueles que deveriam ver e agir estavam literalmente vilipendiando.

É possível perceber nos inúmeros escritos analisados, que o catolicismo popular vai além do que é idealizado pela doutrina oficial e pode obter certa unidade a partir da constatação da vida.

Posso afirmar que estamos diante de um trabalho interdisciplinar, que dialoga com a antropologia, literatura, história e ciências da religião; tese corajosa, especialmente pelo amplo diálogo entre a história e a religiosidade caminho pouco trilhado por historiadores. E ao mesmo tempo é uma tese generosa, sugere vários tópicos para futuras pesquisas monográficas, dissertações e teses.

Convido você leitor, a fazer uma viagem pelo Estado do Acre a partir da leitura da obra **“Ao sol carta é farol: a luta pela posse das terras**



**acreas durante a ditadura militar”**. No livro você vai poder encontrar as cartas de homens e mulheres que tiveram a coragem de enfrentar os desmandos do poder público do Estado do Acre, denunciando os abusos e atrocidades vividas por muitos nas florestas acreanas e compreender um pouco mais da historiografia regional a partir de uma perspectiva diferente.

**PhD. Francisco Pinheiro de Assis**

Professor Associado da Universidade Federal do Acre  
Diretor da Diretoria de Desenvolvimento Estudantil - Ufac

Rio Branco - Acre, 19 de março de 2024.

# SUMÁRIO

• PRÓLOGO .....	20
-----------------	----

## CAPÍTULO I

• UMA BREVE INTRODUÇÃO À TEMÁTICA .....	24
---	----

## CAPÍTULO II

• A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AMAZÔNICA .....	37
---	----

2.1 LUMIAR AMAZÔNICO.....	38
---------------------------	----

2.1.1 Das Amazônias e dos povos que nela habitam .....	39
--	----

2.1.2 O ouro negro da Amazônia .....	49
--------------------------------------	----

2.1.3 Os “Negros” na Amazônia acreana.....	54
--	----

2.2 MIGRAÇÕES DIRIGIDAS E O ESTADO INTERVENIENTE.....	65
---	----

2.2.1 Mais borracha para a vitória: mobilizando trabalhadores para a Amazônia .....	65
--	----

2.2.2 O Exército da Borracha e a Brigada Esquecida na Amazônia .....	72
---	----

2.2.3 A questão agrária na Amazônia brasileira .....	84
--	----

2.2.4 Uma Reforma agrária que privilegia imigrantes.....	88
--	----

## CAPÍTULO III

• A IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: NOVOS CAMINHOS.....	99
--	----

3.1 NOVOS CAMINHOS PARA A IGREJA CATÓLICA.....	100
--	-----

3.1.1 O Concílio do Vaticano II e a Abertura ao Mundo Moderno.....	102
---	-----

3.1.2 A Igreja em conflito com o Estado.....	106
--	-----

<b>3.2 EXPERIÊNCIA RELIGIOSA E RESISTÊNCIA POLÍTICA.....</b>	<b>111</b>
3.2.1 Teologia do Político e a Cosmovisão em Clodovis Boff .....	111
3.2.2 A <b>Praxis</b> Libertadora.....	115
3.2.3 A ação libertadora e a religiosidade popular .....	119
3.2.4 A Doutrina Social como aporte a “Ação Libertadora” .....	121
3.2.5 Vivências e cidadania nas CEBs .....	127
3.2.6 Vocação e missão do Laicato.....	131
<b>3.3 A IGREJA NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL.....</b>	<b>136</b>
3.3.1 Muita reza e pouca missa - Muito santo e pouco padre .....	139
3.3.2 Prelazia do Acre e Purus: da fundação a Assembleia Geral .....	146
3.3.3 Prelazia do Acre-Purus: das CEBs à elevação a diocese.....	150

## **CAPÍTULO IV**

<b>• A COMUNICAÇÃO COMO MEIO DE RESISTÊNCIA A DITADURA DO GRANDE CAPITAL .....</b>	<b>162</b>
<b>4.1 CAMINHOS DA COMUNICAÇÃO IMPRESSA .....</b>	<b>163</b>
4.1.1 A notícia e a reportagem nos meios de comunicação social.....	164
4.1.2 Reflexões sobre a Imprensa Amazônica.....	166
4.1.3 Breve indiciário da Imprensa Acreana .....	167
<b>4.2 IMPRENSA ALTERNATIVA: TEXTOS EM CONTEXTOS .....</b>	<b>175</b>
4.2.1 A Imprensa Alternativa Acreana.....	182
4.2.2 Vigilância da Ditadura contra a Imprensa Alternativa Acreana.....	188
<b>4.3 REFLEXÕES SOBRE A IMPRENSA CATÓLICA.....</b>	<b>194</b>
4.3.1 A Comunicação Eclesial escrita na Prelazia do Acre-Purus.....	197

4.3.2	O Boletim Informativo como veículo de Comunicação.....	200
4.3.3	Da distribuição gratuita a assinatura anual do <i>Nós, Irmãos</i> .....	206
4.4	<b>A COMUNICAÇÃO ECLESIASTICA VIGIADA.....</b>	<b>215</b>
4.4.1	As ações repressivas do SNI contra a Igreja do Acre-Purus.....	223
4.4.2	O Boletim Informativo <i>Nós, Irmãos</i> e a vigilância do SNI.....	229
4.5	<b>GILLETTE PRESS, A REPORTAGEM COMO DENÚNCIA.....</b>	<b>239</b>

## CAPÍTULO V

•	<b>ANÁLISE DE CONTEÚDO DE COMUNICAÇÕES, CARTAS E CATEGORIZAÇÕES.....</b>	<b>256</b>
5.1	<b>OS CAMPOS DE PODER E AS LUTAS ENTRE INSTÂNCIAS PARA MODIFICAÇÃO DE ESTRUTURAS.....</b>	<b>257</b>
5.1.1	As vozes dos agentes sociais e a intersecção existente entre campo científico, campo religioso e campo jornalístico .....	261
5.2	<b>A CARTA NA COMPLEXIDADE DO SÉCULO XX.....</b>	<b>267</b>
5.3	<b>O BOLETIM <i>NÓS, IRMÃOS</i> E AS CARTAS PUBLICADAS .....</b>	<b>274</b>
5.4	<b>ANÁLISE DE CONTEÚDO E OS ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO.....</b>	<b>284</b>
5.4.1	Fundamentos e Possibilidades para uma análise categorial e temática.....	288
4.4.2	Unitarização e Categorização das Cartas a partir da Análise de Conteúdo.....	292
4.4.3	Das categorias de análise: uma leitura inicial de gráficos e tabelas.....	329



## CAPÍTULO VI

• <b>AS VOZES DOS AGENTES SOCIAIS NAS CARTAS DO BOLETIM NÓS, IRMÃOS .....</b>	<b>338</b>
6.1 VOZES SOCIAIS: DAS CARTAS A ESTRUTURAÇÃO E PERCEPÇÃO DO PENSAMENTO.....	339
6.2 AS VOZES DOS AGENTES SOCIAIS E AS FORMULAÇÕES DO DISCURSO MATERIALIZADAS NAS CARTAS PUBLICADAS.....	341
6.3 CAPITAL SIMBÓLICO E CAPITAL SOCIAL EM DESTAQUE DE FLUXOS DE MÃO DUPLA NAS PUBLICAÇÕES DO NÓS, IRMÃOS.....	343
6.3.1 Palavra amiga dos Bispos Prelados ao Povo .....	344
6.3.2 Capas Sociais do Boletim.....	352
6.4 VOZES SINGULARES DE AUTORIDADES ECLESIÁSTICAS PARA OS AGENTES SOCIAIS NA AMAZÔNIA .....	355
6.4.1 Epístola dos Bispos.....	356
6.4.2 Cartas de Sacerdotes (Padres) .....	358
6.4.3 Cartas de Religiosos.....	361
6.4.4 Cartas Comunicados aos leitores.....	363
6.5 VOZES DE AGENTES SOCIAIS PARA A IGREJA .....	368
6.5.1 Cartas de Crianças e Adolescentes .....	370
6.5.2 Cartas de Homens Leigos .....	371
6.5.3 Cartas de Mulheres Leigas.....	375
6.6 VOZES DOS GRUPOS DA IGREJA PARA OS AGENTES SOCIAIS.....	379
6.6.1 Cartas Sinóticas.....	380
6.6.2 Cartas Pastorais.....	382
6.6.3 Cartas das Paróquias.....	387
6.6.4 Cartas das Comunidades.....	388
6.6.5 Cartas de Associações e Sindicatos.....	391
6.6.6 Cartas de Abaixo-assinados .....	396

<b>6.7 EXPRESSÕES DE SENTIMENTOS ATRAVÉS DA ARTE.....</b>	<b>399</b>
5.7.1 Músicas e Canções .....	400
6.7.2 Poema - Verso - Poesia.....	403
<b>6.8 EXPRESSÕES DE DESASSOSSEGOS .....</b>	<b>408</b>
6.8.1 Bilhetes .....	409
6.8.2 Cartas para o Bispo e Prelazia.....	410
6.8.3 Cartas para Autoridades Civas.....	411
6.8.4 Entrevistas enviadas como cartas .....	413
6.8.5 Cartas de Denúncias .....	414
6.8.6 Cartas de Autores Ocultados .....	416

## **CAPÍTULO VII**

<b>• O ECOAR DAS VOZES DOS AGENTES SOCIAIS NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL .....</b>	<b>419</b>
7.1 UMA REALIDADE REVERBERANTE .....	420
7.2 OS INVISIBILIZADOS DENTRE OS EXCLUÍDOS .....	422
7.2.1 Os maus-tratos aos povos indígenas amazônicos e a omissão do governo brasileiro .....	422
7.2.2 Trajetórias e sofrimentos das mulheres na luta pela sobrevivência .....	425
7.3 AS CARTAS REPRESENTADAS NA CAPA DO BOLETIM ENQUANTO CONSTRUÇÃO TEXTUAL E IMAGÉTICA .....	429
7.3.1 A importância das capas em seus contextos .....	434
7.3.2 Categorizando as capas por peculiares representações.....	437
7.4 EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA .....	468
7.4.1 Ações governamentais expansionistas.....	469
7.4.2 As mudanças socioespaciais na Amazônia .....	471
7.4.3 Ecoteologia e a crise ecológica amazônica .....	475
7.4.4 A luta pela posse da terra .....	477
7.4.5 Uma Reforma Agrária incipiente e excludente .....	484

## CAPÍTULO VIII

- **CONSIDERAÇÕES NÃO FINALIZANTES ..... 491**

## NOTAS

- **NOTAS..... 506**

## GLOSSÁRIO

- **GLOSSÁRIO ..... 549**

## REFERÊNCIAS

- **OBRAS DE REFERÊNCIAS BÁSICAS..... 614**
- **OBRAS DE REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES..... 623**
- **LEIS E DOCUMENTOS DA IGREJA CATÓLICA..... 667**
- **EXEMPLARES DO BOLETIM INFORMATIVO  
NÓS, IRMÃOS ..... 675**
- **LEIS, DECRETOS, NORMAS E OUTROS  
DOCUMENTOS OFICIAIS BRASILEIROS ..... 687**
- **DOCUMENTOS DO SNI NA HEMEROTECA NACIONAL ..... 692**

## O AUTOR

- **REGINÂMIO BONIFÁCIO DE LIMA..... 703**

## PRÓLOGO

**A**o sol carta é farol. Eu gosto de tomar sol, gosto de navegar e gosto de escrever cartas. No lusco-fusco, às vezes me perco vendo as estrelas e me acho lendo o céu como um marujo juvenil ou um poeta varonil. Quem sou eu? Quem é este escritor? Sou humano, sonhador, adorador, artista, autista, negro, irmão, amigo, filho, pai, apaixonado pela vida e adoro conversar com gente – as vezes com bichos também. O que tenho? Tenho meia dúzia de títulos acadêmicos e muita esperança no coração por dias abundantemente felizes – e melhores condições de vida para todos aqueles que não desistem de lutar, nem de sonhar.

Ao sol carta é farol. Por milênios os navegantes tiveram no farol duas certezas: a proximidade de porto seguro ou a existência de perigos à frente. As cartas também foram utilizadas milenarmente para trazer à luz notícias, informações e testemunhos através de correspondências que dissipavam as trevas do desconhecido e do não sabido. Ao sabor do “vento oportuno” marinheiros e escritores conduziam suas naus de madeira ou de papel até chegarem a seus destinos – tudo isso vivenciado por milênios debaixo do sol, das estrelas, ou à luz de algum artefato que imitasse minoraadamente o brilho desses luzeiros celestes.

**O que dizer, afinal, sobre esta pesquisa?** Dizer que as cartas iluminaram vidas de milhares de pessoas? Dizer que eram lidas à luz do sol porque não havia energia elétrica e as lâmparinas não são boas companheiras para leituras coletivas em ambiente externo? Dizer que o sol e o rio ditaram estilos de vida e hábitos cotidianos? Dizer que a abertura da fronteira agrícola e a expansão do capital para as terras da Amazônia assolaram e desolaram dezenas de milhares de famílias? Dizer que durante a Ditadura Militar a escuridão da noite era menos assustadora que a escuridão das omissões do Estado? Dizer que se passaram quase 20 anos entre o início e o fim desta etapa da pesquisa? Há muito a ser dito: vamos do início, em fases.

**A primeira fase (migrantes e andantes que chegaram nas periferias):** É certo dizer que ela começou em 2005, com minha Especializa-



ção em Cultura, Natureza e Movimentos Sociais na Amazônia, pela Ufac. A monografia foi publicada em formato de livro em 2006 e republicada em 2020. Quando publiquei a primeira edição de *Sobre Terras e Gentes*, em 2006, não imaginei que teria uma repercussão tão grande. Como era de se esperar, a obra foi muito mais lida e citada fora da terra de estudo que dentro dela – afinal, a velha política não gosta de assumir seus erros e desatinos. “Sobre Terras e Gentes” virou nome de Grupo de Pesquisa. A partir dos estudos realizados, publicamos outros livros como *Habitantes e Habitat* (2007), que teve duas edições no mesmo ano; *Habitantes e Habitat: a expansão da fronteira* (2007), *Memórias de Velhos* (2008), *Habitantes e Habitat: Vila do Incra e Porto Acre* (2009) e *Uma História do Acre em Retalhos* (2014, 2022 e 2023). As terras, as gentes, as andanças, as necessidades de melhorias, as expropriações, a expansão do cinturão de pobreza, as lutas, as interlocuções entre os seres sociais constituintes das modificações antrópicas – tudo permanece em mobilidade e nesta, percebe-se que o avanço é para frente e em espiral. “Sobre Terras e Gentes” não foi um livro escrito sobre a cidade de Rio Branco apenas, mas sobre a luta cotidiana por sobrevivência e a luta por moradia que assolam populações andantes e populações migrantes brasileiras que todos os dias tentam a sorte se deslocando para as periferias das cidades em busca de melhores condições de vida.

**A segunda fase (memórias em trânsito de andantes sobre suas andanças):** Em 2008 foi colocada em prática a segunda fase da pesquisa. Era preciso ouvir os imigrantes e andantes sobre suas vivências quando da chegada ao local em que vieram a residir na cidade de Rio Branco. A proposta inovadora de “Memórias de Velhos” era estudar a Linguagem e Identidade, com ênfase nos estudos culturais. A dissertação de mestrado foi aceita com louvor e indicação para publicação, assim, nasceu o livro *Memórias de Velhos* (2008, 2020) e, com ele, vários conceitos históricos foram constituídos. A pesquisa e a obra tiveram como foco a ocupação dos espaços sociais e suas representações nas memórias ao longo das trajetórias de vida desses sujeitos migrantes. Tendo em vista as situações de mudanças pelas quais eles passaram, as rupturas, a adaptação e a resistência aos novos espaços e culturas, percebemos o configurar não só de uma mudança espacial, como também a reconstrução de suas identidades individuais e coletivas, bem como a formação de uma memória social. Nessa obra, focamos na formação de uma nova comunidade, compreendendo segmentos populacionais diversificados, nos quais indivíduos e grupos interagiam

em uma nova dinâmica social, formando uma teia de relações sociais constituída por conflitos e formas de superação dos mesmos, laços de vizinhança e vivências de um cotidiano comum.

**A terceira fase (Por que e de onde saíram?):** Essa pergunta ficou sem resposta por anos, como se fosse um paradoxo ou um palíndromo. Somente em 2013 encontrei um pedaço de folhetim que trazia uma “carta da comunidade”. Por essa carta, percebi que as vivências das pessoas enquanto ainda estavam lutando para não serem expulsas de suas terras foram registradas e publicadas, precisando apenas serem analisadas. Assim, passei os próximos dois anos coletando os mais variados documentos veiculados periodicamente que trouxessem cartas publicadas. Em 2015 minha coleção de Boletins da Igreja Católica no vale do Acre-Purus estava completa. Também estavam completas outras coleções. Doei todas as outras coleções às instituições como a Biblioteca Pública Estadual do Acre, A Fundação Garibaldi Brasil (de Rio Branco) e Universidade Federal do Acre.

**Achei que a pesquisa daria uma Tese de Doutorado** e resolvi concorrer novamente ao Doutorado – já tinha terminado meu primeiro Doutorado, em Teologia, em 2005. Em 2018 concorri em duas instituições e passei em ambas. Em uma delas minha classificação de primeiro lugar caiu duas posições, na entrevista de heteroidentificação, quando um dos entrevistadores me disse que “você não é tão negro assim” e eu ousei discordar do conceito – ser negro, ser autista e, mesmo assim, não precisar de “mimi-mi” para me destacar me fez perder posições – e eu não gostei disso. Optei por não desenvolver nenhum laço com essa instituição e não me arrependo disso. Como estudaria as populações excluídas com a devida exigência acadêmica e espírito investigativo de pesquisador se me pesava na memória a negação de minha raça? A outra instituição me acolheu e forneceu todos os subsídios para o desenvolvimento da pesquisa. Ao Sol Carta é Farol serviu para iluminar meu caminho e trazer à luz da memória aquilo que poderia e deu esperança a homens e mulheres excluídos, marginalizados, expropriados e vilipendiados – muitas vezes com a anuência do Estado e do *establishment*.

**Por fim**, convido ao atento leitor para passear pelas páginas deste livro. Ora parecerá que você flutua em memórias e histórias sedutoras. Ora será pesado, será denso e revoltante. Este não é um trabalho de jornalismo, por mais que às vezes, em determinadas partes, até eu pense que seja. De igual modo, este não é um trabalho de Ciências da religião, mesmo que às vezes eu tenha a impressão de que partes e análises o sejam. A proposta

nesta obra foi de fazer história e a fizemos com “H” maiúscula. Na defesa da tese, recebemos nota máxima, louvor e indicação para publicação. História em seus anacronismos e diacronismos sopesados – partimos da análise social, entretanto a política e a cultura se alinhavam e entreveem como memórias e tempos no delinear do espaço.

Aviso aos incautos que ainda falta uma última fase: a quarta e última, mas que não será escrita por mim, penso que não. Nela deverão ser analisados os documentos da Ditadura Militar sobre as memórias reveladas daqueles tempos sombrios e sangrentos. Este parágrafo não é para desiludir ou entristecer o leitor, mas para dizer que a história é sincrônica, anacrônica, espiral, tempolável, (...), se estendendo como as ramagens em uma densa floresta ou como as águas de um caudaloso rio. Se é verdade que há um tripé: tempo, espaço e memória, também existem “raízes” que se “aprofundam” para o “desconhecido” e “galhos” que se “projetam” em “representações”, “simbolismos”, “discursos” e tantos outros “fazerem” do historiador.

Nossas considerações não são finalizantes, todavia os processos de construção do conhecimento são sedutoramente cativantes. Quanto a mim, estou confortável em trazer um ponto-de-luz e visibilidade ante a escuridão e apagamentos vilipendiantes que encontrei. Que esta obra te seja útil como um farol. Boa leitura. Te vejo nas estrelas.

# CAPÍTULO I

---

## UMA BREVE INTRODUÇÃO À TEMÁTICA

### **Pra cima, Brasil**

Como será o futuro  
Do nosso país?  
Surge a pergunta no olhar  
E na alma do povo.  
Cada vez mais cresce a fome  
Nas ruas, nos morros.  
Cada vez menos dinheiro  
Pra sobreviver.

Onde andará a justiça  
Outrora perdida?  
Some a resposta na voz  
E na vez de quem manda.  
Homens com tanto poder  
E nenhum coração.  
Gente que compra e que vende  
A moral da nação.

Brasil, olha pra cima.  
Existe uma chance  
De ser novamente feliz, feliz!  
Brasil, há uma esperança!  
Volta teus olhos pra Deus,  
Justo Juiz!

(ALEXANDRE, João, 1991)

No contexto da Ditadura Militar e da expansão capitalista na Amazônia Sul-Occidental os agentes sociais utilizaram “as cartas” como instrumentos veiculados pelo *Boletim Nós, Irmãos*, ligado à doutrina social da Igreja<sup>1</sup> em um contexto de teologia da libertação, com a finalidade de, ao romper a censura oficial, possibilitar que agentes, comunidades e instituições se comunicassem, recebessem “notícias” de outras localidades, ouvissem “as vozes” uns dos outros e facilitassem a expressão de ideias, marcação de encontros para “subversão” e “resistência” à ordem social expropriatória que se estava estabelecendo.

Por mais de 50 anos, uma grande parcela de pessoas não pôde, por motivos diversos, assumir e contar suas próprias histórias. Isso mostra como a produção historiográfica e a própria constituição da memória situam-se em um mesmo campo<sup>2</sup> de relações de poder, no qual o discurso oficial e, conseqüentemente, a “memória oficial”, sobrepõem-se a outros discursos e memórias<sup>3</sup>.

O tema proposto neste trabalho é inédito e a abordagem que se busca dar a ele com base nos objetivos para responder à problemática proposta se configura na história no campo de abordagem do estudo dos agentes sociais, das vozes desses agentes, o contexto em que essas vozes foram escritas e lidas para comunidades e as próprias mensagens expressas.

A relevância da utilização do conceito de campo enquanto categoria para análise do social, permite a percepção da existência de relações entre os campos científico, jornalístico e religioso que são fundamentais para o historiador analisar os objetos de estudo concernente a esta pesquisa. As igrejas e outras instituições religiosas “controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que caracterizam em uma direção por oposição as muitas direções que seriam teoricamente possíveis”<sup>4</sup>. É necessário interagir com uma concepção de história que problematize o político a partir de novas abordagens, uma vez que as forças religiosas não são apenas elementos importantes de explicação do político, mas integram o próprio tecido político<sup>5</sup>. O antropólogo Georges Balandier, disse que “o sagrado é uma dimensão do campo político”<sup>6</sup>.

O período e a temática em análise neste trabalho dialogam com a escrita da história do Brasil uma vez que os movimentos e os grupos civis foram de fundamental importância para as ações militares de 1964 e sua con-

solidação no poder. Para Daniel Reis Filho “a ditadura militar, não há como negá-la (...) foi um processo de construção histórico-social”<sup>7</sup>.

As ações relacionadas a tomada do poder pelos militares não foram arquitetadas apenas por setores das forças armadas. Elas receberam apoio de vários segmentos, setores e organizações sociais, bem como do capital internacional, de intelectuais, partidos políticos, igrejas e empresários que estavam preocupados com a preservação do *status quo* econômico, social e político<sup>8</sup>.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) participou na legitimação do Regime Civil-militar de 1964, contudo, no final dos anos de 1960, seu posicionamento foi se transformando em uma importante oposição ao regime. Michael Löwy afirma que parte dessa mudança está associada às ações desenvolvidas pelos setores de vanguarda da Igreja que estavam implementando uma nova leitura da teologia com base no Concílio do Vaticano II. Para o autor, a “base da Igreja, os milhares de cristãos, leigos ou membros do clero (...) engajados no combate ao regime de exceção (...) que foram sem dúvida, o ‘motor’ da transformação da instituição”<sup>9</sup>. Nessa mesma linha, Kenneth Serbin afirma que, a partir do final da década de 1960, os militares aperfeiçoaram de maneira significativa as suas relações com outros grupos religiosos<sup>10</sup>.

A temática e a natureza da pesquisa propostas estão pautadas no estudo das relações sociais estabelecidas pelos agentes sociais que enviavam cartas para o *Boletim Nós, Irmãos*, da Prelazia do Acre-Purus, e, como essas mensagens eram utilizadas pelos adeptos da “Igreja Social” como modo de resistência popular, subversão e justiça social durante o período do Regime Militar.

Ao trabalhar com o *Boletim* desde seu primeiro número, publicado em 1971, até o final do Regime Militar, pode-se perceber como foi a repercussão de algumas ações católicas na sociedade acreana, principalmente as ações no campo social. Há uma considerável quantidade de textos em formato de cartas (epístolas, missivas, comunicados e outros) que foram escritos e encaminhados por movimentos e atores sociais, Comunidades Eclesiais de Base, Artistas e Clérigos, que em meio à censura da imprensa, se utilizavam do *Boletim* eclesial para a difusão de ideias e informações sobre ações e anseios sociais, ideológicos e políticos.

Quatro problemas se apresentam nesse contexto de pesquisa: o discurso de resistência; a atuação das relações sociais; as formulações e caracterizações históricas; e, as vozes dos agentes sociais. O Regime Militar



(1964-1985) na tentativa de se legitimar ante a sociedade civil, sobretudo nas ideias constituintes do “Milagre Econômico” e “Segurança Nacional”, criou um *Estado autoritário brasileiro* propagandeando que a nação estava se tornando uma grande potência e que a Amazônia deveria ser integrada ao cenário de crescimento nacional.

Nesse contexto, o Estado vendeu terras, financiou projetos de exploração da floresta e expulsou as populações que moravam nas localidades rurais há várias gerações, gerando conflitos pela posse da terra, êxodo rural e desordenada reestruturação espacial. De igual forma, inflacionou o valor das terras e obrigou as populações mais pobres a se mudarem para as periferias, formando um cinturão de pobreza ao redor das cidades. Como muitos não sabiam ler e os jornais eram censurados frequentemente, a ação da Igreja Católica, através do Boletim Informativo “*Nós, Irmãos*”, atuou levando notícias e publicando cartas que davam conta das relações sociais estabelecidas nas mais diversas comunidades rurais e urbanas da Prelazia do Acre-Purus. Essas cartas eram lidas publicamente nas comunidades para que todos, incluindo os que não sabiam ler, pudessem ter acesso a informações contidas nas cartas publicadas nos boletins.

Ante a essas constatações supramencionadas, foram levantadas quatro questões centrais para serem respondidas ao longo do trabalho: 1) Em meio à opressão vivenciada pelos grupos sociais, ante a investida do grande capital e fomento estatal à expansão da fronteira, como os agentes e grupos sociais constituíram seus discursos de resistência? 2) Em meio à censura aos meios de comunicação de massa produzida pelo Regime Militar, como se deu a atuação de relações sociais a partir do Boletim Informativo “*Nós, Irmãos*”, ligado à Igreja Católica? 3) Quais as formulações sociais produzidas nas e a partir das comunidades e como se caracterizaram historicamente as ações explicitadas nas cartas que foram publicadas? 4) Tendo por base os diálogos entre a história e o pensamento da Igreja social ligada à Teologia da Libertação, de que maneira se apresentam “as vozes dos agentes sociais” que estão contidas nas cartas publicadas no Boletim Informativo *Nós, Irmãos*?

Dadas essas considerações, a partir das questões problematizadas pretendemos demonstrar a tese de que agentes sociais ligados a setores progressistas da Igreja social tiveram suas “vozes” disseminadas através de ações e mobilizações que veicularam mensagens em formatos de cartas no veículo oficial de informações da Prelazia, com o intuito de subsidiar e instrumentalizar ações e movimentos que auxiliaram agentes e grupos sociais



para resistirem e deslegitimarem as atuações expropriatórias e de violência institucional do Estado autoritário brasileiro contra os habitantes da Amazônia Sul-Occidental que compunham sua circunscrição prelada.

A fim de investigar a hipótese levantada, o objetivo geral nesta obra foi de analisar como as “vozes” dos agentes sociais constituíram o discurso que se fez presente nas mensagens do gênero textual cartas que foram publicadas por indivíduos e movimentos sociais no Boletim Informativo *Nós, Irmãos*, ligado à Igreja Católica; observando formulações que se caracterizem como movimentos sociais, estratégias de resistência, subversão e/ou anseio de justiça social entre os anos de 1971 e 1985, durante o Regime Militar.

Nessa perspectiva, seis objetivos específicos se apresentam para subsidiar os estudos com o intuito de responder as perguntas problematizadoras e embasar a investigação do objeto: 1) Identificar os grupos sociais na Amazônia Sul-Occidental que atuaram concomitantemente com o Estado interveniente, a fim de perceber a influência nas relações uns com os outros bem como analisar as estratégias e táticas utilizadas pelos grupos formuladores dos discursos; 2) Perceber o estreitamento da relação estabelecida entre os indivíduos e a religiosidade no passado recente do Brasil, identificando as formulações e os novos caminhos que se constituíram em torno da Igreja Social na Amazônia Sul-Occidental pós “Concílio Vaticano II” durante o Regime Militar (1971-1985); 3) Discutir as contribuições e diálogos entre a história e o pensamento social vinculado às formulações da Igreja Social, ligada à Teologia da Libertação, com a finalidade de perceber a comunicação impressa como meio de resistência à opressão bem como as vozes dos atores sociais contidas nas missivas de *Nós, Irmãos*; 4) Categorizar missivas e identificar projeções de resistência e diálogo de agentes e grupos sociais ante a opressão imposta pela abertura das fronteiras acreanas ao “Grande Capital” e à constante censura produzida pelo Regime Militar; 5) Elaborar uma projeção sistemática que vislumbre ter em perspectiva as relações sociais estabelecidas para se pensar, a partir das cartas históricas, estratégias de resistência, subversão e/ou justiça social; 6) Distinguir, na constituição de identidades sociais, os ideais distintivos dos grupos sociais que tiveram suas “vozes sociais” representadas nas publicações das missivas no Boletim “*Nós, Irmãos*”.

As bases teórico-metodológica para este estudo são as noções de agente, *habitus* e campo de Pierre Bourdieu<sup>11</sup>; as tipificações de Gêneros Textuais, conforme Sergio Costa<sup>12</sup>; o sentido de história nas conjunturas de

interações sociais e a relação dos homens com o ambiente em que vivem, na perspectiva da Teologia do Político que embasa a teologia da libertação de Clodovis Boff<sup>13</sup>; os processos de unitarização e categorização da pesquisa qualitativa com base nas unidades de Análise de Conteúdo de Roque Moraes<sup>14</sup> e de desafios da escrita e apagamento expressos nas significações dos discursos que os homens atribuem à sua realidade, às suas práticas e a si mesmos, segundo Michel Foucault<sup>15</sup>.

A pesquisa se deu na perspectiva de conjunturas da história, segundo Barros<sup>16</sup>, em que a construção dos fatos e acontecimentos envolvidos são imutáveis, contudo, a interpretação que envolve esses processos específicos é naturalmente influenciada pelo tempo no qual as testemunhas e os agentes envolvidos estão inseridos. A dimensão de atuação se deu a partir da “história social”. A abordagem foi a da “história regional” e o domínio escolhido foi o da “história dos marginais”.

Adotamos uma metodologia do tipo qualitativa<sup>17</sup>, por meio de um abordagem teórico-aplicada, aliando a investigação científica sobre os agentes sociais que tem suas vozes escritas e/ou silenciadas nas cartas e a construção de identidades de grupos, relações de classe, resistências e convergências<sup>18</sup>. Quanto aos objetivos, o estudo tem caráter explicativo, aliado a uma abordagem pautada nos pressupostos da socialização como experiência e da consciência como aporte para construção identitária.

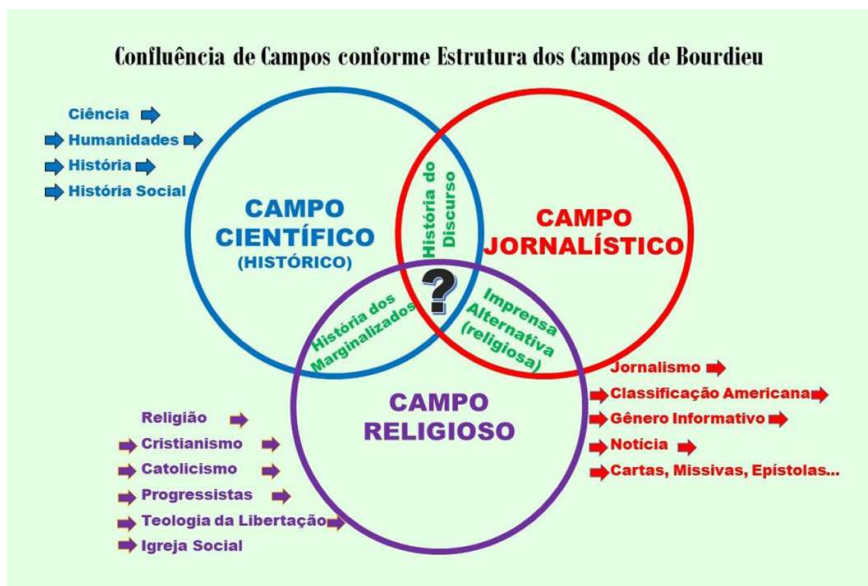
Para a realização da análise, com referência aos aspectos metodológicos, foi utilizado o método dedutivo, na pesquisa tipificada como bibliográfica e documental. O corpus foi constituído de cartas, cartas ao leitor, cartas da comunidade, cartas do bispo, cartas dos agentes sociais, cartas das paróquias, cartas das comunidades, cartas de sacerdotes e outras cartas avulsas publicadas no Boletim.

Quanto ao tipo de análise, foi escolhida a análise de conteúdo a partir da primeira fase do pensamento de Roque de Moraes<sup>19</sup> empregando-se a técnica de Análise Temática – uma vez que ela pode ser utilizada para a descrição e interpretação de vários tipos de documentos proporcionando ao pesquisador a possibilidade de interpretar os dados e assim garantir uma compreensão aprofundada destes<sup>20</sup>.

Quanto ao campo de análise, tomamos como base o campo segundo Bourdieu. A confluência de campos conforme estrutura dos campos de Pierre Bourdieu se deu na interseção de atuações do “campo científico” com o “campo jornalístico” e o “campo religioso”. Os recortes produzidos dentro da confluência dos campos denotam pontos de rupturas e linearida-

des que se inter-relacionam do macro ao micro: do “campo científico”, o recorte produzido confluuiu para as “humanidades”, e nesta para a “história”, chegando, por fim, na “história social”; do “campo jornalístico”, o recorte produzido concorreu para a “classificação americana”, enfatizando o “gênero informativo”, especificamente para “notícias” e, dentro dessas, as “cartas, missivas e epístolas”; por fim, do “campo religioso”, o recorte produzido se deu a partir do “cristianismo”, e neste, o “catolicismo”, do qual o “magistério progressista”, com o recorte da “teologia da libertação”, e, desta para a “Igreja Social”.

Figura: Onde se situa o objeto de análise deste trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos estudos dos campos de Bourdieu.

Esta obra, dada sua aparência e as formas com que se apresenta: ora pode ser percebido como pertencente ao jornalismo alternativo, do campo jornalístico; ora como de igreja social, portanto de cunho religioso; ora, ainda, como de história marginal e história das religiões, no campo científico.

A convergência das cartas, missivas e epístolas, na confluência do jornalismo alternativo com a igreja social da teologia da libertação e com a história social se faz objeto “não do que é” o objeto de pesquisa, mas da

interseção de “onde está situado” o objeto de análise. Esse contexto tanto conotativo quanto denotativo de análise textual das cartas será analisado em momento oportuno, ficando aqui a relação direta entre o gênero textual e sua interseção na periferia dos campos jornalístico, científico e religioso.

Definidos esses três pontos intentamos clarificar no decorrer do trabalho quem são os agentes e quais as representações de suas vozes são estabelecidas no gênero carta, a partir dos campos de atuação.

Acreditamos que o estudo dos campos sociais de Bourdieu oferece uma chave interpretativa para a compreensão, a partir de um cenário de macro relações, do processo de constituição das vozes dos agentes sociais que foram tensionadas entre os campos científico, jornalístico e religioso. Essa perspectiva acrescenta a possibilidade de ir além da percepção de objetos comunicacionais em formato de cartas como meras unidades estanques de significação que se façam sintomáticas de processos externos; se faz necessário também que sejam consideradas suas lógicas próprias e articulações para evitar o outro extremo – de fechar o foco como se as vozes, ou o dito/escrito, contidos nos escritos em formato de cartas fizessem sentido por si sós, desconsiderando totalmente a existência do contexto.

Esse estudo a partir dos campos de Pierre Bourdieu oferece uma possibilidade de trabalhar os casos em investigação relacional, a partir de uma análise temática de conteúdo, na esfera de suas estruturas objetivas. Esse viés teórico-metodológico é interessante para a perspectiva de observação das vozes que emergem das cartas, situando-as em um processo de transformação social e de mudanças estruturais inter e intra campos que envolvem as agências, os agentes, o gênero textual, o veículo e o contexto em que estão inseridos. Desta feita, o pesquisador é lembrado a todo momento de verificar se seu objeto de estudo se encontra inscrito em um conjunto de relações dos quais retira suas propriedades essenciais, uma vez que “o real é relacional”<sup>21</sup>.

Pensar a realidade não é uma tarefa muito fácil uma vez que ela está envolta em características que perpassam por pré-disposições incorporadas de estruturas estruturantes estruturalmente estruturadas; e conceitos levam a reflexão sobre as formas de pensar a realidade enquanto um lugar de luta e de disputa. Essas disputas se dão no campo de produção, reprodução e difusão de bens simbólicos<sup>22</sup>.

Antes de delimitar onde está inserido na sociedade o objeto de pesquisa e quais os campos de poder que permeiam as relações estabelecidas

pelos agentes sociais, é necessário fazer uma contextualização das possibilidades de construção mediante as perguntas que se façam a ele.

Os conteúdos pesquisados e desenvolvidos com base no *corpus* de cartas publicadas no Boletim Informativo “*Nós, Irmãos*” e nas referências propostas dão conta, preliminarmente, da sistematização em seis grandes blocos de análise que possibilitaram ter maior clareza para análise das vozes dos agentes que escreveram e construíram suas histórias conforme está escrito nas cartas da homilia intitulada Boletim Informativo “*Nós, Irmãos*”.

O ponto de apoio para a interpretação é a estrutura de categorias construída por Roque Moraes. A interpretação é um momento de aprofundamento das relações entre o texto e o contexto, tendo em vista que para entender os significados de um texto, é necessário levar em consideração o contexto, o qual deverá sempre ser explicitado na análise. Partindo dessa premissa, a seguir, no item ‘análise’, apresentaremos, a interpretação dos resultados tomando como base a estrutura categorial, isto é, baseando-se nas seis categorias finais constituídas com base no corpus estabelecido.

Dentro da perspectiva da Igreja Social no contexto de convergência e intercessão com as políticas traçadas pela Ditadura Militar, podemos destacar que a ação da Prelazia do Acre-Purus, propiciou uma veiculação mais abrangente às vozes das minorias e dos movimentos sociais. Várias foram as estratégias de resistência, subversão, engajamento político e práticas de explanação de direitos e justiça social que eram formuladas e veiculadas no informativo da Prelazia que apresentava conjuntamente com sua homilia várias notícias reportagens e cartas dos leitores. Esses eram incentivados a realizar a leitura e discussão crítica nas comunidades, de Base, nos grupos de Catequese e nos movimentos populares que se reuniam semanalmente. Esses grupos não eram formados somente por católicos, havia evangélicos, espíritas, ateus, agnósticos, comunistas, boêmios, artistas e outros segmentos, mesmo assim, faziam a leitura do Boletim Informativo *Nós, Irmãos* que muito influenciou a sociedade acreana através das ações produzidas nos agrupamentos sociais e comunidades de base.

As vozes dos discursos que nem sempre nascem, mas se projetam a partir da inserção no campo religioso não podem ser reduzidas em sua dimensão religiosa, uma vez que sofre um atravessamento de sentidos derivados dessa tipologia, haja vista existirem vários discursos religiosos com variadas definições e reconfigurações<sup>23</sup>. A proposta de analisar

as várias nuances presentes nas “vozes dos agentes sociais” implica em considerar com mais detalhe esses imbricamentos, uma vez que carregam consigo marcas da relação intra e intercampos, trazendo tanto a dimensão religiosa quanto a histórica (científica) e a jornalística. Nesse sentido, o problema de compreender o quadro das interrelações entre campos, se coloca como mais importante que perceber o papel de cada um, haja vista a necessidade de compreender como se constituem essas realizações e, não mais, apenas definir o quadro das ações desenvolvidas distintamente pelos campos.

Durante o processo de formação e definição do metatexto, também chamado de *corpus*, para a composição deste estudo, foi realizado o levantamento de um total de 1.017 (mil e dezessete) cartas que foram publicadas nas 157 edições do Boletim Informativo *Nós, Irmãos*, entre os períodos de 1971 e 1985.

Neste trabalho, foram analisadas apenas as “cartas em formato de cartas”, sendo desconsideradas para a pesquisa as dezenas, senão centenas de outras cartas que foram publicadas em formatos de notícias, reportagens e reflexões, não sendo, portanto, objeto de análise neste trabalho. Assim sendo, algumas observações merecem destaque: 1) o *corpus* de análise, digitado e categorizado, está composto por 1.291 (mil, duzentos e noventa e uma) páginas; 2) Centenas de cartas enviadas ao *Nós, Irmãos* não foram publicadas; 3) Notícias, enquetes ou a seção intitulada “Evangelho” não foram coletadas; 4) O *Nós, Irmãos* não publicava cartas anônimas; 5) algumas cartas mediam literalmente 03 linhas; 6) outras cartas mediam literalmente 06 páginas; 7) algumas cartas contêm elementos de duas e, até, três categorias distintas; 8) as “unitarizações” aglutinadas foram chamadas de “categorias iniciais”; 9) as “categorias iniciais” entrecruzadas e aglutinadas compuseram as “categorias intermediárias”; 10) a soma das “categorias intermediárias” constitui a unidade de significado intitulada “categoria final”.

Existem muitas formas de categorizar possíveis objetivos de pesquisas, fazendo uso da metodologia de análise de conteúdo. Neste trabalho, levando em consideração os aspectos intrínsecos da “matéria prima de análise, “do contexto” a que se referem esses materiais e das “inferências” que postularam as unitarizações que se tornaram base para as categorizações iniciais, intermediárias e finais – seguiremos a proposta original de Laswell, conforme é descrita por Roque Moraes. Assim, o trabalho de caracterização da comunicação expressa nas cartas tem como ponto de par-

tida seis questões: 1) Quem Fala? 2) Pra dizer o quê? 3) Para quem? 4) De que modo? 5) Com que finalidade? 6) Com que resultados?<sup>24</sup>

Essa base de definição é muito parecida com o lide do jornalismo e, através dela, intentamos categorizar os objetivos da análise de conteúdo das cartas de acordo com a orientação que estas tomam em relação a essas seis questões.

No primeiro capítulo, intitulado “Introdução” é explicitada a temática, a problemática, os objetivos traçados, o material que fez parte do *corpus* de análise, o método utilizado para análise na fronteira intercessora entre os campos jornalístico, científico e religioso. Tendo como base os campos de Pierre Bourdieu, a análise de conteúdo de Roque Moraes e a teologia do político Clodovis Boff, o trabalho foi desenvolvido dentro de uma perspectiva de conjunturas da história de José Barros.

No segundo capítulo, intitulado “A expansão da fronteira amazônica” pretendemos destacar não em uma visão ontológica ou epopéica, mas o lumiar amazônico, pelo trazer à luz do conhecimento científico as várias amazônias existentes, bem como os povos ancestrais que nela habitavam. Concomitantemente, negros, indígenas e caboclos serão abordados em uma visão de relações antrópicas estabelecidas com o território que se transformou em espaço de sociabilidades. A intervenção do Estado extrator de produtos da floresta nas ações de migrações para a Amazônia, mobilizações de trabalhadores e o “esquecimento” de dezenas de milhares de soldados da borracha ocasionou uma interferência direta nas questões e conflitos agrários, bem como na ressignificação da constituição espacial e mudança da condição mercadológica terra.

No terceiro capítulo, intitulado “A Igreja Católica na Amazônia brasileira: novos caminhos” trataremos da nova visão Católica no século XX que propiciou uma abertura ao mundo moderno, tendo como marco central o Concílio Vaticano II. A experiência religiosa de vanguarda na implementação dessa cosmovisão com práxis libertadora teve defensores como Clodovis Boff e foi objeto de conflito com o Estado brasileiro que estava sob governo dos Militares. Nesse capítulo o foco está na ação libertadora e na religiosidade popular que serviram como aporte para a Doutrina Social da Igreja amazônica sul-ocidental ao mesmo tempo que dela se retroalimentaram, implementando vivências de cidadania e ação nas comunidades e grupos sociais que se formaram contra ações ilegais e opressivas.

No quarto capítulo, intitulado “A comunicação como meio de resistência à ditadura do grande capital” traçaremos brevemente os caminhos



da comunicação impressa, além de refletir sobre a imprensa amazônica e acreana, tecendo um breve indiciário sobre esta. A partir da contextualização da imprensa alternativa, pretendemos refletir sobre a imprensa alternativa acreana e a comunicação na Prelazia do Acre-Purus que teve o Boletim *Nós, Irmãos* como principal veículo de comunicação, nesse contexto, serão expostas a vigilância e a perseguição do Regime Militar contra os meios de comunicação, jornalistas, membros da Igreja, Boletim Eclesial e ação dos grupos sociais em denunciar os atos da ditadura.

No quinto capítulo, intitulado “Análise de Conteúdo de comunicações, cartas e categorizações” faremos uma abordagem sobre os campos de poder e as lutas entre instâncias para modificação de estruturas, situando as vozes dos agentes sociais na intersecção existente entre o campo científico, religioso e jornalístico. Nosso objetivo nesse capítulo é apresentar uma visão geral das unitarizações, categorizações, fundamentos e possibilidades para uma análise categorial e temática das cartas publicadas no Boletim *Nós, Irmãos*, bem como propiciar uma leitura inicial de gráficos, tabelas e conjuntura presentes no contexto das cartas analisadas.

No sexto capítulo, intitulado “As vozes dos agentes sociais nas cartas do Boletim *Nós, Irmãos*”, são apresentadas as seis categorias finais de análise temática dos conteúdos existentes nas cartas que compõem o corpus deste trabalho. A estruturação e apercepção do pensamento que se fazem presentes nas cartas, bem como as vozes dos agentes sociais e as formulações do discurso que se fizeram materializadas nas publicações serão explicitadas em uma vertente de categorização secundária analítica pela dimensão da “história social”, em uma abordagem da “história regional”, sob o domínio da “história dos marginais”.

No sétimo capítulo, intitulado “O ecoar das vozes dos agentes sociais na Amazônia Sul-Occidental” serão apresentadas as representações textuais e imagéticas que prefiguraram e configuraram o contexto em que se fazem imersas “as vozes” expressas cartas analisadas, bem como que tipos de ecos e reverberações foram produzidas a partir dessas “vozes” e como elas influenciaram as ideias, os discursos e as vivências sociais e as modificações antrópicas que se estabeleceram na Amazônia Sul-Occidental brasileira.

No oitavo capítulo, ante a todo o exposto, percebe-se que a comunicação se situa no centro do cristianismo. Assim sendo, o boletim desempenhou o papel que se caracteriza como um conjunto dos meios de comunicação de massa<sup>25</sup>, permitindo a difusão de um escopo de mensagens para

públicos diversos e heterogêneos<sup>26</sup>. De igual modo, as vozes dos agentes sociais apresentadas nas cartas e o Boletim Informativo da Prelazia alcançaram o objetivo de veicular ideias e discursos, transformando consciências ao serem lidos e debatidos nos agrupamentos sociais e nas Comunidades Eclesiais de Base espalhados pelos mais vastos rincões da floresta Amazônica onde a homilia da igreja pudesse alcançar.

## **CAPÍTULO II**

---

### **A EXPANSÃO DA FRONTEIRA AMAZÔNICA**

#### **Os Estatutos do Homem**

##### **Artigo I**

Fica decretado que agora vale a verdade,  
agora vale a vida,  
e de mãos dadas,  
marcharemos todos pela vida verdadeira.

##### **Artigo II**

Fica decretado que todos os dias da semana,  
inclusive as terças-feiras mais cinzentas,  
têm direito a converter-se em manhãs de domingo.  
(...)

##### **Artigo Final.**

Fica proibido o uso da palavra liberdade,  
a qual será suprimida dos dicionários  
e do pântano enganoso das bocas.

A partir deste instante  
a liberdade será algo vivo e transparente  
como um fogo ou um rio,  
e a sua morada será sempre  
o coração do homem.

(MELLO, Thiago de, 1977)

## 2.1 LUMIAR AMAZÔNICO

Há séculos a Amazônia tem sido cobiçada por diversos povos. As populações que nela viviam e vivem há várias gerações também precisaram lidar, conviver, guerrear, negociar, interagir, expulsar, sincretizar, assimilar, se modificar dentre outras tantas formas de vivências e convivências em campos sociais, identidades e *habitus* constituídos com o passar do tempo.

A Amazônia gerava e ainda gera receio e admiração por ser um lugar diferente de qualquer outra região do país. Na floresta tropical de imensidão de águas e matas verdes estonteantes, tudo é superlativo: árvores gigantes, mamíferos, peixes e répteis maiores que em quaisquer outros lugares. O deslumbramento com a Amazônia vinha dessas ideias de fartura e abundância acrescidos dos sonhos fomentados em várias culturas brasileiras de busca da terra sem males, um lugar onde a esperança de não estar submetido à vontade de ninguém e a possibilidade da realização dos anseios se construía – ainda que no imaginário.

Centenas de diferentes grupos humanos com formações históricas variadas e complexidade cultural bastantes diferentes habitaram e ainda habitam nesse ambiente tão diverso. Não é possível escrever uma história da Amazônia, tampouco correlacionar sua sincronia ou sua anacronia sem deixar de mencionar povos e relações antrópicas importantes nos séculos que permeiam o imaginário e constituem os eventos a serem analisados pelo historiador. Não é esse nosso intento. O tempo histórico, o espaço, a natureza, a memória, a cultura, o contato e os isolamentos, as missões, as ações políticas, as práticas de evangelização/escravização, o campo social em suas estruturas, a disseminação de doenças epidêmicas, colonizações, explorações, fluxos migratórios, explosão demográfica, as modificações antrópicas e do habitat, dentre outras, não cabem nestas poucas páginas.

Por mais que algumas das variáveis mencionadas tenham relação direta como mecanismos propulsores de mudança na Amazônia, o caráter impositivo da cultura ocidental, bem como os antagonismos e protagonismos constituintes da união/interseção entre a Igreja e o Estado na busca pela hegemonia no campo de poder temporal têm, em grande medida, influenciado os rumos das vivências históricas estabelecidas.

Uma visão histórica do problema apresentado inicialmente – essa foi a forma que optamos, apesar das descontinuidades dos eventos históri-

cos em plena Amazônia. Há ligações entre as vozes desses agentes sociais, sem sombra de dúvidas, mas também existem rupturas, silenciamentos, descontinuidades, representações e simbolismos que precisam de um olhar sobre seu tempo e, para além de seu tempo, pelo prisma utilizado pelo pesquisador – em sincronia e anacronia sem flamejantes distopias.

### 2.1.1 Das Amazônias e dos povos que nela habitam

Quando se fala em “Amazônia” a imagem evocada pela memória é de nativos pintados e emplumados, fauna exótica, densas florestas tropicais, desmatamento desenfreado, extinção da biodiversidade e mudanças climáticas. Essas imagens fragmentárias são visões da Amazônia, mas não são a Amazônia nem representam sua completude<sup>27</sup>.

São várias as Amazônias: o País das Amazonas, Amazônia continental, Amazônia sul-americana, Pan-Amazônia, Grande Amazônia, Amazônia brasileira e outros termos são necessários para se referir à Amazônia toda, e diferenciá-la da Amazônia nacional, ou Amazônia Legal, que está contida em cada país que compartilha a região. A Amazônia integra territórios de oito países e um departamento francês, com uma superfície de mais de 7 milhões de km<sup>2</sup>. Com um ecossistema riquíssimo e “um potencial exuberante e inigualável de recursos naturais” a Amazônia, por seus significativos superlativos, emerge no cenário mundial como “o centro das atenções”. De acordo com Mello, a Amazônia

Emerge no cenário mundial como centro das atenções, graças aos seus significativos superlativos: maior floresta tropical úmida do planeta; maior bacia hidrográfica da Terra; maior reserva de biodiversidade e banco genético do globo; uma das mais ricas províncias minerais existentes. Ou seja, um ecossistema constituído por mais de cem bilhões de toneladas de carbono e um potencial exuberante e inigualável de recursos naturais, extremamente estratégicos num contexto civilizatório em que clima, água, geração de energia, alimentos e medicamentos pautam (e pautarão, nas próximas décadas) as prioridades dos investimentos globais<sup>28</sup>.

Em outro momento, Melo reafirma seus argumentos afirmando que essas características credenciam a região

Como o mais exuberante e promissor laboratório natural para o avanço do conhecimento científico sobre processos evolutivos que

geram e mantêm a diversidade de genes, espécies e ecossistemas e o desenvolvimento de experimentos revolucionários nos campos da Química, da Bioquímica, da Microbiologia e da Engenharia Genética, com notórias possibilidades de inovação em segmentos de negócios de crescente interesse mercadológico (fármacos, fitoterápicos, cosméticos, perfumes, alimentos, nutracêuticos, agroquímicos, etc.), anunciando, em toda a sua virtualidade, uma potencial e vigorosa economia de futuro<sup>29</sup>.

Desde as primeiras expedições os Europeus se encantaram com a Amazônia: com Vicente Yañez Pizón (1500), denominando o grande rio de “Rio de Santa Maria de La Mar Dulce”; seguido por Francisco Orellanas (1540-1542), Pedro de Ursua e Lope de Aguirre (1560-1561), Pedro Teixeira (1637-1639), indo e voltando de Belém a Quito no Peru<sup>30</sup>.

A expedição realizada pelo capitão Francisco de Orellana partiu de Quito, descendo o rio Napo até alcançar o oceano Atlântico. O Frei Gaspar de Carvajal, cronista da embarcação, escreveu que na foz do rio Nhamunda, a expedição foi atacada por índias que lembravam as guerreiras Amazonas da Grécia antiga. Carvajal escreveu:

Estas mujeres son muy blancas y altas, y tienen muy largo el cabello y entrenzado y revulto a la cabeza; y son muy membrudas y andan desnudas em cueros, tapadas sus vergüenzas com sus arcos y flechas em las manos haciendo tanta guerra como diez índios<sup>31</sup>.

O interesse e o fascínio dos europeus eram atizados pelas informações trazidas por viajantes, exploradores e missionários, trazendo à tona os mitos de um Éden. Os três grandes mitos americanos se encontram na Amazônia: O Príncipe Dourado (El Dorado); a Lagoa que é o berço de todo o sistema fluvial Atlântico; e, as mulheres Amazonas. Uma representação de “paraíso perdido”, a “terra sem males” – um “Novo Mundo” por excelência. Um lugar propício para o nascimento da humanidade em felicidade e paz<sup>32</sup>.

Não durou muito a ideia de um paraíso na terra. A ideia de um ambiente não apenas exótico, mas também inculto e selvagem dominou o imaginário de governos nacionais e estrangeiros, em grande parte corroborada pela academia que, através de seus pensadores, realçaram preconceitos e estereótipos. Um desses estereótipos foi propalado por Alberto Rangel que consagrou a expressão de a Amazônia ser um “inferno verde”:

Inferno é o Amazonas... inferno verde do explorador moderno, vândalo inquieto, com a imagem amada das terras donde veio carinhosamente resguardada na alma ansiada de paixão por dominar a terra virgem que barbaramente violenta. Eu resisto a violência dos esturpradores. (...) sou a terra prometida às raças superiores, tonificadoras e vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro; e que, um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra da civilização, que os primeiros imigrados, humildes e pobres *pionniere* do presente, esboçam confusamente entre blasfêmias e ranges de dentes<sup>33</sup>.

José Pimenta tomou de empréstimo a ideia de invenção que o ocidente faz do oriente para definir o orientalismo<sup>34</sup>. O autor retrata o “amazonismo” nessa mesma linha discursiva de inventividade. Para ele, pode-se definir

o “amazonismo” como um conjunto de ideias e de discursos, produzidos pelo imaginário ocidental sobre a Amazônia e as populações nativas, destinado a viabilizar seus interesses políticos e econômicos. (...)

o “amazonismo” constitui um campo ambíguo, catalisador de imagens e de discursos contraditórios, que podem ser mobilizados para servir interesses muito divergentes<sup>35</sup>.

Pimenta destaca a importância de Carvajal e de Alcuña por relatarem, como primeiras testemunhas da Amazônia e de seus habitantes, uma combinação do fantástico e do exótico que propiciaram a edificação das bases do “amazonismo”. Para ele, tanto a Amazônia quanto os seus primeiros habitantes concentraram um misto de sentimentos e fantasias ocidentais apocólicas antropatizadas: assim o “amazonismo” toma forma através do mito das Amazonas, paraíso perdido, inferno verde, Eldorado, nobres selvagens, seres canibais, dentre outros.

A Amazônia e seus primeiros habitantes concentraram e continuam concentrando todos os sentimentos e as fantasias ocidentais. Símbolo de riqueza e miséria, de medo e esperanças, de sonhos e pesadelos, de futuro e passado, de inferno e paraíso, a alteridade é o espelho invertido do Ocidente e é manipulada conforme os interesses em jogo. Essas imagens contraditórias acompanharam e informaram a conquista da América e o encontro com as populações indígenas. Além de legitimarem a ocupação e exploração econômica, os mitos também serviram a sustentar os interesses políticos e ideológicos da Europa<sup>36</sup>.







região acreana e nos primeiros habitantes indígenas. Ao viajar pelas bocas dos rios Juruá e Purus, os naturalistas alemães Spix e Martius escreveram em seus diários sobre a presença de “índios selvagens”, caracterizando a região como sem “civilização”. Leandro Tocantins também aborda esse imaginário que idealizava a Cidade de Cuzco, capital do Império Inca, como fonte dos rios Purus e Juruá que são apresentados como opulentos de riquezas como ouro, salsaparrilha, tartarugas, peixes grandiosos, plantas medicinais em cujas margens ferozes e temíveis tribos fantásticas habitavam e protegiam seus tesouros:

Rios enigmáticos, envoltos nas malhas da lenda, impenetráveis ao homem branco temerosos da ferocidade dos silvícolas, habitantes e guardiães de suas margens. É que a tradição da crônica regional, desde época bastante remota, os apontava como o reino de índios bárbaros e de tesouros salomônicos. No Purus, diz a lenda, havia índios gigantes que se enfeitavam com folhas de ouro, outros que penduravam argolas desse metal no nariz e nas orelhas. A primitiva geografia do Purus e Juruá foi uma geografia de mitos: no primeiro a nação dos gigantes, no segundo o país dos anões e dos homens caudados<sup>38</sup>.

Várias expedições exploratórias, científicas e desbravadoras ocorreram nos séculos XVIII e XIX para coletar drogas do sertão, traçar potencialidades econômicas, estudar a viabilidade da extração de látex e demarcar limites e fronteiras.

Quando o diretório de Pombal caiu e houve a necessidade da implantação de uma nova política de mão-de-obra indígena, foi criado o “Corpo de Trabalhadores” para recrutar indígenas – esses recebiam um pequeno soldo, cachaça e sal. Também na Cabanagem (1835) ocorrida em território dos atuais Estados do Amazonas e Pará, foi o movimento revolucionário institucionalizado que mais matou indígenas. Mais de 40.000 amazonenses perderam a vida. Muitas tribos que participaram da rebelião foram destruídas por fazendeiros aliados do governo. Outras tribos desapareceram por causa das epidemias que se alastravam pela região<sup>39</sup>.

Por vários séculos, de acordo com Maria Almeida, a maior riqueza da região amazônica foi a mão-de-obra indígena. Dada a não existência de escravos africanos para atuar no desenvolvimento da lavoura, os indígenas foram explorados para atuar nessa e em outras atividades já que “A terra era abundante, mas a preparação do terreno para a agricultura exigia uma farta escravatura que o escasso capital dos colonos paraenses não permitia adquirir”<sup>40</sup>.

Quando do contato desses nativos aborígenes com os europeus e com outros migrantes coletores do látex, para a história oficial, como seringueiros, foram categorizados genericamente e pejorativamente como “caboclos”.

Os indígenas que foram incorporados ao processo produtivo de extração do látex, quase sempre foram retratados com atributos negativos (preguiçoso, traidor, ladrão, etc.) que marcam sua inferioridade em relação ao homem branco, ou seja, mesmo “civilizados” ou “amansados”, a imagem de “caboclo” não somente apagava sua identidade indígena, mas impingia preconceituosamente a eles a categorização de representantes de uma sub-humanidade<sup>41</sup>.

Além dessas exploratórias de suas riquezas naturais, em meados do século XIX, foram realizadas as primeiras expedições oficiais aos vales do Rio Purus e do rio Juruá, sob liderança de João Rodrigues Cameté e de Romão José de Oliveira, com o objetivo de “atrair e pacificar os índios”. Quanto a essas ações oficiais de reconhecimento e busca de viabilidades econômicas por parte dos governos, Pimenta afirma:

Essas “entradas” permaneceram limitadas, subindo os rios apenas parcialmente, mas inauguraram uma série de explorações da região durante as décadas de 1850 e 1860. Entre essas expedições destaca-se a viagem, a mando da Royal Geographical Society de Londres, do geógrafo inglês William Chandless que subiu o Purus em 1864/65 e o Juruá em 1867. Todavia, a historiografia regional consagrou os nomes de Manoel Urbano, explorador do Purus em 1858, e João da Cunha Corrêa, que percorreu o Juruá em 1861, como os primeiros “desbravadores” e “descobridores” das terras acreanas<sup>42</sup>.

Os habitantes nativos da Amazônia sofreram com os discursos do universo fantasmagórico de mitos e lendas e com as interpretações bíblicas exegeticamente aplicadas a seu contexto, sem profusão hermenêutica, por parte dos primeiros viajantes. De igual modo, os indígenas acreanos também viram nos discursos embasados pelo racionalismo cartesiano dos naturalistas dos séculos XVIII e XIX que os objetivos dos conquistadores continuavam presentes, apenas diferenciados por uma nova roupagem que não revolucionou o discurso europeu sobre alteridade.

Para Bruno Latour, toda sociedade humana é um coletivo composto de cultura e natureza<sup>43</sup>. A separação entre cultura e natureza que estrutura o pensamento ocidental sobre alteridade se fez progressiva a partir do século XVI, baseada na ilusão da “Grande Divisão” que separaria a “Consti-

tuição moderna” ocidental, das sociedades não ocidentais que permaneceriam vivendo em “coletivos de natureza-cultura”. Para Latour, esse sistema de representações do mundo e do ocidente é ilusória por tentar utilizar a distinção radical entre cultura e natureza, uma vez que várias sociedades ocidentais nunca alcançaram a modernidade enquanto outras não-ocidentais têm sido desprestigiadas por sua relação de socioespacialidade e convivência com a natureza<sup>44</sup>.

As sociedades ameríndias, contrariamente as sociedades ocidentais que vivem a ilusão da modernidade, não fazem uma separação radical entre natureza e cultura, o que para muitos estudiosos, no sentido de Latour, faz com que sejam vistas como sociedades “não modernas”, com “falta de civilização”. Para esses, as populações aborígenes americanas se confundem com o habitat natural em que vivem. Assim, a natureza e a diversidade nativa se embarçam e, geralmente, são apresentados como um estado primitivo de humanidade a ser explorado. Essa visão é refletida mesmo em trabalhos que retratam a historiografia regional, conforme nos relata Pimenta:

Se essas imagens fazem parte da lenda da região, o ouro acreano materializou-se no leite vegetal no final do século XIX. Na historiografia do Acre, apesar do interesse apontado por alguns autores como Castello Branco (1950), **a diversidade nativa se confunde, geralmente, com a natureza a ser explorada** ou é apresentada como um estado primitivo de humanidade. Antes da epopéia da borracha e da chegada dos seringueiros, a região acreana é tida como não tendo história. Alguns títulos da historiografia regional ilustram perfeitamente essa idéia: “A formação histórica do Acre” (Tocantins 1979); “O último oeste: A conquista do Acre” (Oliveira 1992), “A conquista do deserto ocidental” (Costa [1973] 1998); “Acre: Uma história em construção” (Calixto 1985).

Para a história oficial, **o povo acreano é formado pelos seringueiros cuja tarefa é de domesticar a natureza e os índios que fazem parte dela**. A região apresenta-se como uma “terra virgem”, um “deserto” onde o imaginário do inferno verde se mistura às esperanças do Eldorado; a “última página, ainda a escrever-se, do Gênese” nas palavras de Euclides da Cunha. O Acre foi obra dos seringueiros, heróis anônimos, desesperadamente instalados numa região hostil, mas promissora. Com audácia e bravura, **o extraordinário nordestino penetrou laboriosamente a selva, desafiando a natureza e as flechas envenenadas dos “índios selvagens” para conquistar palmo a palmo o território e integrá-lo à nação**. Como o bandeirante, o seringueiro deflorou a floresta e domou a natureza caótica<sup>45</sup>.

A historiografia regional trata o Acre como um não-lugar, muitas vezes tratando os indígenas como não-pessoas, evocando ideias de inauguração ou de civilização que devem necessariamente serem associadas a atividades seringueiras. É como se nada ou ninguém importasse antes da instalação dos seringais nos rincões que se tornariam acreanos.

No território amazônico sul-ocidental, as ações contraditórias do Estado sempre estiveram presentes, seja pelas *tierras no descubiertas*, tratados e fronteiras, e, por fim, pelas políticas públicas brasileiras com relação as terras da circunscrição acreana. As ações estimuladoras do Estado propiciaram, por mais de uma vez, a reordenação territorial, o surgimento de espaços destinados a extração, coleta, agricultura e processos de desenvolvimento humano. Quase sempre suas ações seguiram a dinâmica no campo de produção com o favorecimento das classes dominantes detentoras de maior capital global e dos mercados de bens simbólicos necessários à produção de bens.

A historiografia acreana sempre relegou à marginalidade os povos indígenas que ocuparam e ocupam esses espaços sociogeográficos. A presença dos nativos é considerada como um obstáculo à exploração da borracha, um freio ao inevitável avanço do “Progresso” e da “Civilização”. É nítido, em várias obras, o sentimento de que os seringueiros civilizaram os indígenas. Assim, várias obras têm em seus conteúdos o reflexo de seus títulos: “Nos confins...”, “A fundação...”, “A Invenção...”, “A conquista...”, “A construção...”, “A questão...”, “A penetração...”, “A epopéia”, “A primeira insurreição”, “O desafio...”. Nessas e em outras obras é possível perceber a tentativa de demonstrar que os nativos indígenas não atuaram diretamente na “invenção do Acre”, quando muito, apareceram como “antagonistas do progresso” que precisavam ser combatidos para levá-los à “civilização” – quando passavam a ser chamados de “manso” –, ou ao “extermínio” – dos chamados “brabos” que escolhiam viver como seus ancestrais.

A chamada “conquista do deserto ocidental”<sup>46</sup> e a incorporação do Acre à nação brasileira remontam narrativas sobre grandiloquência e esquecimento propositado dos nativos que habitavam as terras acreanas. A história ontológica narra as primeiras expedições, o primeiro colono, as primeiras casas aviadoras, os primeiros tratados, o imperador do Acre, o primeiro herói – e se esquece das dezenas de milhares de habitantes que viviam nos rincões acreanos. Por várias décadas o “mito fundador” tem sido alimentado de forma épica e retumbante, conforme escreve Pimenta:

A chegada dos seringueiros constitui, para usar a expressão de Ricoeur (1978: 40), o “evento fundador” da história oficial acreana. O Acre nasce com os seringueiros e a epopéia da borracha. A história da região na última década do século XIX e no início do século XX é complexa e movimentada. A “conquista do deserto ocidental” é apresentada ao leitor como um exemplo de patriotismo, um ímpeto de brasilidade e de orgulho nacional. Juntos com as figuras emblemáticas de Plácido de Castro e o Barão do Rio Branco, os seringueiros nordestinos, foram os pilares da incorporação da região ao Estado-nação brasileiro<sup>47</sup>.

Não é de interesse neste trabalho o aprofundamento desses eventos históricos que corroboram com a ideia de “Invenção da Amazônia”<sup>48</sup> ou da “Fundação do Acre”<sup>49</sup>. Desta feita, optamos por não descrever os eventos e disputas de demarcações fronteiriças, conflitos na tríplice fronteira Bolívia-Peru-Brasil, eventos de incorporação do Acre ao território nacional, insurreições seringueiras, formação do Estado Independente do Acre, os combates militares comandados por Plácido de Castro, negociações diplomáticas realizadas por José Paranhos – o Barão de Rio Branco –, ou marcos fronteiriços. Esses assuntos são importantes, entretanto sua abordagem destoaria do propósito deste trabalho, mais fastidiando que elucidando pontos de desenvolvimento da problemática que se faz objeto nesta análise.

A história da colonização acreana tem ligação direta com o extrativismo da seringa e a expropriação dos povos que habitavam essas terras. Foram raras e tímidas as penetrações de expedições europeias na região acreana durante o século XVIII. Somente na segunda metade do século XIX é que foram formados os primeiros núcleos de povoamento tidos por “civilizados” na região há séculos habitada por agrupamentos de nativos indígenas.

As formas de territorialidades distintas, contraditórias e às vezes complementares se fizeram no constituir do espaço acreano por migrantes evadidos das secas do nordeste, aventureiros, desterrados, aborígenes indígenas, negros fugidos, migrantes tresmalhados, soldados da borracha, migrantes de outros Estados e países, criadores de gado, assentados da reforma agrária, e, nascidos nas terras acreanas. Nesse contexto, a reordenação territorial provocou até mesmo alterações na fronteira.

A expansão da fronteira implementada por novos processos do capitalismo nesse vasto território amazônico sul-ocidental e a política econô-

mica de “integração”, fez com que as terras tomassem ares de mercadorias. Mercadorias essas que tiveram seu valor majorado pela ocupação dos territórios através das vivências e socioespacialidades produzidas com distinção junto ao mercado que as fomentava no contexto de campo de produção que se constituía.

A política indigenista no século XX foi, no mínimo, desastrosa para os povos nativos brasileiros. O Exército não foi utilizado nas áreas de conflitos urbanos, mas o que se viu pelo interior do Brasil, principalmente na Amazônia foram cenas de expulsões, massacres e genocídio contra as populações tradicionais ameríndias<sup>50</sup>.

Na primeira metade do século XX, de acordo com Darcy Ribeiro, mais de 230 tribos indígenas entraram em contato com a sociedade nacional brasileira<sup>51</sup>. Muitos desses indígenas foram exterminados durante as chamadas “correrias”. Darcy Ribeiro cita o Território Federal do Acre em seus estudos e como os extratores destruíram as nações ameríndias presentes nas terras em que se buscava pelo látex.

Em áreas de economia extrativa existiam 47 grupos, dos quais restam 6 apenas; dos demais, 27 passaram a outras etapas de integração e 14 desapareceram. Estes últimos compreendiam, principalmente, tribos da região do Juruá-Purus que haviam enfrentado nos últimos anos do século passado o mais potente movimento de expansão já experimentado pela indústria extrativa no Brasil. Referimo-nos à onda de extratores de caucho, balata e borracha que subiu aqueles rios até o Acre nos anos de mais alta cotação comercial daqueles produtos, avançando sobre os grupos tribais como uma avalanche de destruição. A rapidez e a violência dessa invasão se refletem no fato de que essa área, tão recentemente ocupada, constitua uma das menos conhecidas tanto etnológica quanto lingüisticamente<sup>52</sup>.

Com os esforços de guerra para a extração do látex e o aumento desenfreado de migrantes para a produção na região amazônica houve o conflito com as populações tradicionais que viviam nessas terras há milênios<sup>53</sup>. Conflitos e confrontos ocorreram com o intuito de requerer a posse da terra, contudo uma prática sangrenta marca esse período, as correrias praticadas contra os aborígenes locais<sup>54</sup>.

Durante o breve século XX, com a desativação dos seringais e a impossibilidade de acessar os recursos naturais para extração, caça, pesca e, até pequena produção agrícola familiar, as fontes de renda de milhares de famílias ficaram escassas, e elas, a cada dia, eram mais ameaçadas pela fome.

Os conflitos agrários e as migrações da zona rural para a urbana e dos pequenos centros para as cidades fizeram ocorrer uma grande explosão demográfica nas cidades, aumentando as periferias, levando esses trabalhadores expropriados a viverem à margem das cidades.

Ariovaldo Oliveira<sup>55</sup> afirma que existem duas direções ou modelos de análise da questão agrária: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária. Neste trabalho, optamos pela análise do paradigma da questão agrária que ora é apresentado e será desenvolvido adiante.

Durante a Ditadura Militar, nos anos de 1970 e 1980 o Governo acreano, incentivou a transformação dos seringais em fazendas para a criação de gado. No Centro-Sul do país, era anunciado o lema: “Terra sem gente para gente sem terra”, o que provocou um novo fluxo migratório para as terras do Norte, em especial para a Amazônia Sul-Occidental.

Com a nova política de terras implementada, as populações aborígenes e pioneiras foram abandonadas à própria sorte, e precisaram migrar para outros locais ou ficar e lutar pela posse da terra. Vários dos que permaneceram nos seringais, juntos às demais culturas existentes na região Amazônica, com as quais convivem e trocam experiências, tornaram-se um novo conjunto de pessoas, os “povos da floresta”<sup>56</sup>, ou, como são referenciados mais comumente, populações tradicionais. Eles ficaram assolados ante as investidas do capital que agia em consonância com as políticas públicas estatais.

Muitos dos habitantes da floresta tornaram-se peões nas áreas de desmate e derrubadas das fazendas recém implantadas, mas a maioria migrou com suas famílias para a cidade em busca de novas oportunidades de trabalho. O êxodo rural levou dezenas de milhares de moradores da zona rural para as cidades. Sem dinheiro e sem perspectivas de finanças para aquisição de moradia, esses migrantes se instalaram nas periferias das cidades, principalmente nas áreas alagadiças e degradadas.

### 2.1.2 O ouro negro da Amazônia

A Amazônia sempre foi vista como “uma coisa”, “algo exótico”, “um lugar de onde se retirar”. Nesse âmbito de extração, a borracha, o caucho, o látex, a seringa ou quaisquer outros nomes dados à seiva das árvores gomíferas das matas nativas amazônicas estiveram entre os produtos mais cobiçados há séculos por estrangeiros de várias terras em distintos continentes.

Existem dezenas de trabalhos que tratam da “preservação”, da extração do látex, formação de seringais e povos aborígenes da Amazônia Sul-Occidental. Desta feita, ressaltamos não ser o objeto deste estudo a revisão dos mesmos ou o estudo ontológico dos processos desenvolvidos nos séculos a partir do século XVI até o século XX. Os temas aqui abordados são somente aqueles que têm relação direta com o objeto de estudo da obra em cerne.

Da “proteção” das florestas ao controle das reservas de água doce. Das riquezas minerais do subsolo à luta pela biodiversidade. Da busca pelo ouro à procura por nióbio. Das drogas do sertão à cobiça do látex. A Amazônia tem sido um lugar de onde muito se tira e para onde pouco se entrega.

As populações amazônicas têm conhecimento da existência e dos usos da borracha há séculos. Os indígenas que marginavam o golfo do México fizeram uso dela como moeda de escambo bem como para pagamento de tributos aos Astecas<sup>57</sup>. A existência da borracha foi relatada à Europa ainda no século XVI. Nelson Pinto<sup>58</sup> afirma que Pietro Martyre d’Anghiera, diplomata, escritor, historiador e capelão da corte de Fernando e Isabel, foi o primeiro a escrever sobre a utilização da borracha vegetal. Em seu “De Orbi Novo<sup>59</sup>” que foi publicado em segmentos a partir de 1514 a 1925, ele escreve que bolas elásticas eram produzidas pelos indígenas astecas e preparadas com seiva branca de borracha extraídas de uma planta e que eram utilizadas para a prática de jogos: “Quando elas tocam o chão lançadas mesmo com pouca força pulam no ar em saltos prodigiosos contínuos e repetidos”.

Durante todo o século XVI e seguintes vários foram os escritos sobre a goma elástica e suas propriedades: Bernardino de Sahagum (1529) e os brinquedos feitos de uma goma chamada ulequahuitl<sup>60</sup>; Gonzalo Fernández de Oviedo (1536) e o gogo de mão com uma bola denominada gumana<sup>61</sup>; Tomás de Torquemada (1615), relata em sua “Monarquia Indiana” a produção de utensílios domésticos a partir de uma seiva de árvore.

Os portugueses paraenses (1799) enviaram roupas impermeabilizadas e sapatos de borracha ao Marquês de Pombal e a ao rei Dom José; o cirurgião português Francisco Xavier de Oliveira (1800), após pesquisas com a goma elástica no Amazonas, publicou resultados de uso na área médica<sup>62</sup>.

Nesse contexto, percebe-se que com as viagens de Cristóvão Colombo houve o conhecimento dos usos e benefícios da goma elástica, sem que a ela fosse dada uma maior importância. Concomitantemente há uma



transferência deliberada e generalizada de plantas domesticadas e animais silvestres para outros continentes. No período que engloba os séculos XVI e XVII, ainda não haviam sido criadas as condições para a Europa mercantil incorporar a borracha ao seu desenvolvimento econômico. Somente no século XVIII, após a redescoberta de atividades com o látex produzidas por François Fresnau e Charles Marie de La Condamine, é que se repensou o uso comercial da borracha<sup>63</sup>.

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial em meados do século XIX e a utilização de plantas exóticas e selvagens para fins variados, começou-se a busca por matérias-primas, remédios ou ornamentos<sup>64</sup>.

Somente após a descoberta do processo de vulcanização da borracha, no ano de 1839 é que se percebeu que as propriedades elásticas da borracha poderiam se tornar mais duradouras por meio do tratamento com enxofre e calor. A Europa não recebeu essa informação como uma mera notícia, mas a efervescência produtiva da Segunda Revolução Industrial e a avidez por novas oportunidades econômicas fez com que fosse dada a devida atenção aos possíveis usos da borracha e a seu processo de vulcanização. Essa foi considerada como uma das descobertas mais grandiosas na área da botânica naquele século.

Várias árvores silvestres produtoras de borracha foram descobertas por toda a América e, também na Ásia e na África, contudo a borracha com maior grau de pureza e elasticidade foi encontrada abundantemente na Bacia Amazônica<sup>65</sup>. Os indígenas chamavam de Hévea essas árvores-de-borracha; os homens que extraem a goma ou seiva dessas árvores chamavam de seringueira. Existem, pelo menos, 11 espécies de Hévea na bacia amazônica, a principal delas é a *Hevea brasiliensis* ou *Syphnia elástica*.

O Grande Capital financiou a expansão da fronteira amazônica. No início do século XIX a Região Amazônica teve um inicial desenvolvimento econômico do comércio exportador de borracha, a partir da cidade de Belém, no Estado do Pará<sup>66</sup>. Oliveira filho em “O caboclo e o brabo” escreveu que os seringais, a princípio, localizavam-se nas regiões das ilhas, inclusive a do Marajó; indo até ao Xingu, e eram explorados pelas populações mestiças ou tapuias que, abandonando suas tarefas agrícolas, se dedicavam à exploração da borracha<sup>67</sup>. Somente a partir da segunda metade do século XIX foi que essa atividade de extração gomífera adquiriu importância para a região, a partir da vulcanização produzida por Charles Goodyear<sup>68</sup>.

Ao mesmo tempo em que se buscava a consolidação para utilização da borracha e se descobria novos processos de estabilização, o Império do Brasil também passava por um penoso processo de consolidação política após sua declaração de independência de Portugal e revoltas populares como a Cabanagem, de 1835 a 1840, na região Amazônica.

Menos de duas décadas dessas lutas e revoltas populares, em maio de 1851, ocorreu a Primeira Exposição Internacional, em Londres, também conhecida como “A Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações”, em que foram discutidas e promovidas ações inovadoras em várias áreas das artes, ciências e comércio e a borracha vulcanizada teve grande aceitação nessa exposição. No ano seguinte, foram aprovados os Estatutos da Companhia de Navegação do Amazonas, dirigida pelo Visconde de Mauá.

A borracha teve um grande potencial exportador que influenciou diretamente a economia amazônica e a brasileira. Em 1848, a borracha representava apenas 10,7% dos produtos exportados pelo Império Brasileiro; em 1872, já representava 71,9% das exportações imperiais brasileiras<sup>69</sup>. Em termos de Brasil, a borracha atingiu o terceiro lugar (atrás do açúcar e do café) no quadro das exportações nacionais<sup>70</sup>. Esse extrativismo gomífero predatório esgotou as áreas de exploração próximas de Belém e de Manaus. Dentre todo o território amazônico, foi no território em que atualmente se nomina como Estado do Acre que se encontrou maior volume de látex com qualidade e pureza abundantes.

Com o adentramento ao território amazônico em busca do látex, houve um fluxo migratório espontâneo que foi intensificado pela longa estiagem nordestina dos anos de 1877 a 1880. Com o “boom” da borracha, o comércio de látex se tornou um dos sustentáculos da economia brasileira, quase se igualando ao café em importância. Pedro Calmon ao estudar a *História Social do Brasil* afirmou que leite dessas árvores foi fundamental para a economia brasileira, sendo responsável por 40% da exportação brasileira em 1910. Ele escreve que

Manáus é a Vila Rica do princípio do século XX. Em 1910 a exportação do Amazonas valia 40% de toda a exportação brasileira e 60 mil habitantes viviam ali com opulência, no coração da selva, a 2 mil quilômetros do litoral “Com uma tenacidade inigualável – disse Artur Neiva – o brasileiro continuava a conquistar a floresta, lutando com a malária, a leishmaniose, o índio, as feras, e realizando prodígios de tal ordem que houve alguém que espantado afirmasse

existir lugares onde não havia casas, mas que não faltava o cemitério...”<sup>71</sup>.

No início, o seringal era sinônimo de lugar de esperança para os nordestinos que sonhavam em melhorar de vida. De acordo com Guimarães, Aragão e Moncada<sup>72</sup>, seria mais fácil convencê-los “(...) a vir para o norte trabalhar para si, enriquecer pelo trabalho fácil e voltar para sua região, do que ir para São Paulo trabalhar nos cafezais, pois na concepção deles, plantações de café era trabalho de escravo e não de homem livre”.

Com o passar do tempo, a realidade do seringal era bem diferente do sonho do migrante. Era necessário aprender todo o processo produtivo que envolvia a atividade de extração. Com a queda do *rush* da borracha a importância econômica da Amazônia decaiu. Poucas foram as firmas que sobreviveram a esse período de crise da economia gomífera. Com a concorrência dos seringais asiáticos da Malásia e do consequente crescimento do *custo de oportunidade*, somente aquelas firmas que detinham reservas acumuladas conseguiram permanecer por mais algum tempo. Várias dessas firmas diversificaram suas atividades, outras mudaram de ramo e as que persistiram no negócio da borracha, com a falência de muitos de seus concorrentes e intermediários, findaram por monopolizar considerável fatia do mercado regional ao concentrar a remuneração no capital mercantil, aviando mercadorias para os extratores remanescentes do *boom* da borracha.

De acordo com Costa e Capela<sup>73</sup> a economia da borracha pode ser dividida em quatro fases: 1) o monopólio natural (até 1912); 2) retrocesso e estagnação (até o estabelecimento dos Acordos de Washington, 1942); 3) transição (1942 a 1948-1951); 4) borracha como insumo de importação.

As ações econômicas desencadeadas no processo de extração do látex, de acordo com Martinelo<sup>74</sup>, se caracterizam por três primeiros períodos distintos: a) de 1890 a 1912, o primeiro período caracterizado pelo monopólio natural, que é representado pela constante tendência de crescimento de preços e da produção; de 1912 a 1942, o segundo período, que é representado pela queda dos preços e da produção, embora cite uma retomada de produção e preços no segundo quartel da década de 1930; e, de 1942 a 1951, o terceiro período que é caracterizado pela constância de uma retomada lenta da produção e dos preços, fruto dos esforços de guerra para a aquisição de borracha amazônica e devido à instalação de indústrias de artefatos de borracha no Brasil.

### 2.1.3 Os “Negros” na Amazônia acreana

Há vários milênios deslocamentos populacionais têm sido presenciados e registrados. Nomadismos, transumâncias, andanças populacionais, migrações, êxodos, diásporas e trânsitos de grupos distintos têm ocorrido por diversas causas naturais e sociais. Esses deslocamentos propiciam encontros culturais, sociabilidades e conflitos que se estendem por reconstruções e reordenamentos socioespaciais bem como reafirmações de práticas representativas, simbólicas, espirituais e culturais ocasionando processos de hibridização<sup>75</sup>, mestiçagem<sup>76</sup> e criouliização<sup>77</sup> que se estabelecem e se reinterpretem desde os primórdios da existência humana.

As vivências e os relacionamentos não são sempre pacíficos, aliás, em grande medida, é o conflito que age como roda motriz nos espaços de sociabilidade de inúmeros povos. Vários grupos subjugaram outros seja por diferenças, falta de empatia, ganância e tantos outros motivos. Com o passar dos milênios centenas de povos foram escravizados e, na segunda metade do segundo milênio a humanidade experimentou um aumento exponencial na escravização de seres humanos pelo fato de serem considerados “sem alma” ou humanos de uma espécie inferior<sup>78</sup>. Essas “pessoas negras” foram escravizados com base na característica apresentada pela melanina em sua cutis – haja vista que a quantidade de melanina na epiderme é maior nos indivíduos negros, sem diferenças no número de melanócitos em relação aos indivíduos brancos<sup>79</sup>.

O Brasil colônia e seus ocupantes escravagistas trouxeram milhões de “Negros da Guiné” das terras africanas para as *terras brasilis*, outros milhões foram escravizados como “Negros da terra”. Em dezenas de escritos oficiais os escravizadores nem se davam ao trabalho de diferenciar nacionalidades, etnias ou línguas dos escravizados. As menções mais comuns nos escritos são de terminações como: negros, pretos, pardos, crioulos, africanos, cabras e índios – este último utilizado apenas como diferenciação geográfica de local de aprisionamento. Há vários estudos sobre esse assunto, com diferentes visões. Se no século XXI o foco sai da estrita relação de escravidão e de descendência arbitrária, se amplia também para a sociocultura e heteroidentificação; no século XIX e parte do século XX os estudos eram tratados na perspectiva de estudos de raças.

Darcy Ribeiro<sup>80</sup> afirma que “os negros do Brasil foram trazidos principalmente da costa ocidental africana”, distinguindo os escravizados em três grandes grupos de africanos que contribuíram para a formação do po-

vo brasileiro: “o primeiro das culturas sudanesas, é representado, principalmente pelos grupos Yorobu – chamados nagô”; o segundo grupo formado pelos “Dahomey – designados geralmente como gegê”; e, o terceiro grupo formado pelos “Fanti-Ashanti – conhecidos como minas”. Esses e vários outros grupos provenientes de lugares como Gâmbia, Serra Leoa, Costa da Malagueta, Costa do Marfim e outros ajudaram a formar a população brasileira.

Pedro Calmon em sua *História Social do Brasil* afirma que

A importação de negros, durante três séculos, fora de jeito a consolidar na América um vasto Estado etiópico. O comércio do ébano, que se não interrompeu por trezentos anos de ativa e prospera navegação, despejou no Brasil, possivelmente, seis milhões de escravos. Seis milhões de homens válidos e mulheres jovens. Seis milhões de fortes trabalhadores, pacientes e sóbrios, cujos braços fizeram produzir a terra, devastaram-lhe as florestas, desdobraram os canaviais, desmontaram as minas, criaram a riqueza e – com a agricultura do litoral – a civilização do açúcar.

O cálculo não é exagerado. No Brasil desembarcavam anualmente mais de 30 mil negros. (...) Uma viagem enriquecia um negociante; uma série de viagens, uma cidade. Os navios transportavam geralmente de trezentos a seiscentos cativos<sup>81</sup>.

O autor continua o relato de seus estudos ao fazer uma correlação entre os habitantes de algumas importantes cidades da colônia brasileira

Evidentemente, o tráfico devia acompanhar o desenvolvimento da lavoura e o aumento do país. E acompanhou. Em 1768, na comarca do Rio de Janeiro, para 660 mil habitantes, havia apenas 37 mil pessoas brancas. (...) na cidade do Rio a proporção foi de 17 negros para um branco; na Baía, de 19 negros para um branco<sup>82</sup>.

Existem vários trabalhos sobre trânsitos e deslocamentos de pessoas escravizadas na África remetidas ao Brasil<sup>83</sup>. Com a ciência desses trabalhos debatedores da historiografia em suas muitas dimensões, neste espaço nos ateremos a debates historiográficos mais específicos.

O período que precedeu a abolição da escravatura foi marcado por várias leis e conflitos tendentes ao fim da escravidão, mas que na prática pouco resultou em benefício aos negros escravizados. Entre as leis se destacam: A Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850<sup>84</sup>, aprovada por pressão inglesa, teve o intuito de abolir o tráfico negreiro; a Lei do Ventre

Livre<sup>85</sup>, aprovada em 28 de setembro de 1871, permitia a liberdade para filhos de escravos nascidos no ano de 1871, contudo, somente o dono desses escravos “nascidos livres” poderia decidir o momento em que seriam libertos de fato; a Lei dos Sexagenários<sup>86</sup>, aprovada em 28 de setembro de 1885, foi criada no intuito de retardar o avanço da abolição da escravidão no Brasil; e, a Lei Aurea<sup>87</sup>, de 13 de maio de 1888, que extinguiu a escravidão no Brasil.

A Lei Eusébio de Queirós serviu para escamotear as estruturas escravagistas, afogando os negros que haviam sido embarcados clandestinamente em embarcações que seriam abordadas por navios ingleses. Quanto a Lei do Ventre livre que serviria para beneficiar os negros, também revelou seu lado perverso. Darcy Ribeiro em seu livro *O povo brasileiro* mostrou que “os fazendeiros mandavam abandonar nas estradas e nas vilas próximas, as crias de suas negras que, já não sendo coisas suas, não se sentiam mais na obrigação de alimentar”<sup>88</sup>. Com a Lei do Sexagenário não foi muito diferente, uma vez que, de acordo com o IBGE, a expectativa de vida dos brasileiros no fim do século XIX era de 33 anos apenas<sup>89</sup>, exigia-se que o escravo vivesse quase o dobro da expectativa para, em sua velhice, ser abandonado, sendo proibido de sair da cidade de sua alforria por outros 05 anos, sem trabalho, sem dormida, sem perspectiva. Quanto a Lei Áurea, extinguiu a escravidão no papel. Os escravos libertos, sem ter o que comer, onde trabalhar ou onde morar, eram obrigados a trabalhar em troca de refeição e abrigo apenas. Por décadas essa realidade persistiu nas terras brasileiras.

Na dinâmica social da construção dos espaços de vivência e convivência nas terras da Amazônia os negros foram novamente silenciados. Ao buscar a percepção do mundo do trabalho e dos meandros do cotidiano nas terras amazônicas como intentaram fazer Pinheiro<sup>90</sup>, Ferrarini<sup>91</sup> e Fernandes<sup>92</sup>, podemos questionar tal qual o fez Giannotti

Onde trabalhavam os negros ex-escravos no começo do século XX? A política dos governos do fim do Império e começo da República era a de deixar os negros abandonados à própria sorte (...) as primeiras fábricas só selecionavam para o trabalho imigrantes europeus. Os ex-escravos ficavam com os piores serviços, pequenos biscates ou qualquer coisa que desse um prato de comida para a família<sup>93</sup>.

Embora a escravização de pessoas negras seja um dos temas mais estudados da história do Brasil, os estudos da escravização de negros africanos para as terras da Amazônia normalmente se debruçam sobre a segun-

da metade do século XVIII e a atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão<sup>94</sup>, pouco explorando as ações do sistema escravagista e o comércio de seres humanos produzidos em outros períodos da história amazônica.

A economia amazônica tinha por base a agricultura e a coleta das chamadas drogas do sertão: produtos como cravo, salsa, café, baunilha e cacau se destacaram nas trocas comerciais entre a Amazônia e Portugal. A economia e o comércio giravam em torno de produtos incentivados pela coroa, obedecendo uma rota triangular: os portugueses saíam de Lisboa com produtos manufaturados e se dirigiam para as diferentes áreas da costa africana para onde levavam os produtos de víveres e onde compravam negros escravizados; saindo da costa africana, cruzavam o Atlântico carregando em seus porões de carga produtos manufaturados e escravos que seriam vendidos aos moradores e comerciantes de várias cidades espalhadas pela Amazônia; na Amazônia adquiriam as drogas do sertão e os gêneros da terra (tabaco, algodão e outros), remetendo-os a Portugal.

Os negros constituíram mão-de-obra fundamental ao Estado Brasileiro, mas no contexto da Amazônia portuguesa e brasileira, os indígenas formaram maior leva de escravizados dado seu conhecimento das especiarias e dos espaços de sociabilidade e produção. Não é raro ver trabalhos que caracterizam, entendem e apresentam a Amazônia como “área periférica” do império português. Arthur Cezar Ferreira Reis, em seus estudos pioneiros sobre os negros na Amazônia afirma que, dentre outros fatores, “a pobreza e a escassez de recursos dos moradores impossibilitava a importação de africanos para a região”<sup>95</sup>.

Também Salles afirma que a inserção de mão-de-obra africana somente ocorreu por causa do desacordo entre colonos e religiosos (especialmente jesuítas) que queriam dominar a mão-de-obra indígena, reduzindo-os à escravidão. Por causa dessas desavenças houve a introdução da escravização de pessoas negras, promovida por jesuítas que não só aceitavam a escravidão negra, mas a incentivavam como forma de afirmar que tal ato estaria em acordo com os desígnios de Deus<sup>96</sup>. Se escravizar indígenas incorreria em causar “ofensas” a Deus, escravizar negros seria um ato de piedade cristã, uma vez que os negros somente teriam acesso à fé por meio do cativo. Assim, os Jesuítas administravam a fé indígena enquanto os evangelizavam/escravizavam e os colonos mais abastados, como homens de bem, teriam sua chance de aumentar a produção enquanto proclamavam a fé aos retirados d’além mar.

De acordo com o Slave Voyages<sup>97</sup>, Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico, 151.374 pessoas negras foram embarcadas na costa oeste africana com destino a Amazônia portuguesa/brasileira e apenas 135.885 chegaram a seu destino final de desembarque. O estudo continua informando que foram 548 viagens com destino à Amazônia, destas 367 navios vieram diretamente das colônias portuguesas no Senegal, Gâmbia e outras colônias portuguesas da costa atlântica; 124 navios da África Central Ocidental e Santa Helena; 12 navios da Baía de Biafra e ilhas do Golfo da Guiné; 10 navios da Bahia de Benin, 06 navios do Sudeste da África e ilhas do Oceano Índico; 29 navios de outros lugares na África e América sem especificação de embarque ou cabotagem de partida. Por ser uma viagem mais longa a de travessia do Atlântico, o número de escravos embarcados era considerado pequeno para os escravagistas, uma média de 272 pessoas negras por viagem. 62,2% das pessoas escravizadas eram “machos” e 37,8% eram “fêmeas” – forma como foram descritos nas documentações. A “carga” era formada por 82,2% de adultos e 19,8% de crianças. 10% das pessoas transportadas morriam durante a travessia do Atlântico uma vez que as viagens duravam em média 45 dias, dependendo do tempo gasto por conta de calmarias, mudanças de corrente marítima e cabotagem<sup>98</sup>.

Tabela: Escravização e transporte da África para a Amazônia

Do ano 1500 ao 1866	Embarcados	Desembarcados
Amazônia	162.701	142.231
Bahia	1.736.308	1.550.355
Pernambuco	960.475	853.833
Sudeste	2.608.573	2.263.914
Não especificado	64.061	54.041
Total (Brasil)	5.532.118	4.864.374

Fonte: SlaveVoyages. 2022. Disponível em [slavevoyages.org](http://slavevoyages.org).

Os negros vindos da África para a Amazônia precisavam ser batizados antes de sair de Angola ou da Costa da Mina, conforme consta em algumas correspondências trocadas entre o soberano e o bispo frei José Delgarte, sobre o batismo de escravos. A princípio parece que a Igreja es-



tá preocupada com o bem-estar ou a diminuição de maus-tratos contra os negros. Em uma olhada mais acurada na documentação, conforme explicita Benedito Barbosa, o foco não está em cristianizar os negros, mas em não perder tempo batizando-os nos portos amazônicos e, por conseguinte, ser “grande prejuízo do serviço de Deus e bem das almas dos ditos escravos”. Em várias cartas tanto o Bispo circunscrito em terras amazônicas quanto o soberano estavam preocupados com listas de negros por batizar, com a distribuição e venda deles e, por fim com as “freguesias onde se acham os tais negros, e estes serão obrigados a procurarem que seus senhores os instruem na doutrina cristã”. O batismo não possuía apenas um significado simbólico, instituiu uma obrigação e, em muitos dos casos trocava o nome do “cristão batizado”<sup>99</sup>. Além de escravizados, os negros foram expropriados de seus nomes e chegaram a Amazônia devendo ao rei e a Igreja.

Leonardo Silva em seus *Estudos sobre a Escravidão negra* afirma, entre outras informações, que, no início do século XIX, nas províncias do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Ceará existiam 364.931 negros livres e um quantitativo de 240.216 negros escravizados<sup>100</sup>. Assim, antes da abolição da escravatura, já existiam mais pessoas negras livres na Amazônia que escravizadas.

Jorge Fernandes ao estudar os *Negros na Amazônia Acreana* também afirma que existiam vários negros livres na Amazônia antes da promulgação da Lei Áurea, seja porque foram forros, porque foram libertados por navios ingleses e aportados em Belém e Manaus, porque fugiram das condições degradantes de seca no Nordeste, ou, ainda porque vários negros que não atendiam os anseios dos senhores de escravos na Amazônia eram alforriados como forma de reduzir gastos com quem já não produz a contento. A vasta documentação existente foi destroçada. Quase todos os registros foram destruídos por ordem do Governo Federal Brasileiro. Fernandes escreve que

Infelizmente, com a decisão governamental expedida por Ruy Barbosa, no dia 14 de dezembro de 1890 para destruir os documentos que revelavam os mais de três séculos de escravidão no Brasil, destruiu-se também a oportunidade dos negros, após sua libertação, refazerem suas árvores genealógicas que foram rompidas pelos senhores dos engenhos quando, intencionalmente, separavam escravos vindos de uma mesma região, com o objetivo de evitar as frequentes rebeliões e motins<sup>101</sup>.

Sebastião Ferrarini em *Rio Purus: história, cultura, ecologia* também escreve sobre o período de escravidão na região norte, especificamente no Rio Purus que atravessa as terras acreanas até desembocar no Rio Solimões – nome dado ao Rio Amazonas antes do encontro das águas com o Rio Negro. Ferrarini explica o seguinte:

Quando a região do Purus começou a ser invadida por estrangeiros, o movimento trouxe consigo a escravidão negra. Na imensidão da Amazônia, o escravo africano teve presença muito pequena. (...) **Como os principais coronéis de barranco vinham do Nordeste, Maranhão e Ceará, sobretudo, foi dali que vieram os braços escravos para o Purus. Havia também os escravos do Estado, ditos africanos livres No Amazonas, em 1866, eram 71.** Dos que viviam, três residiam no Purus. **As províncias do Ceará e do Amazonas foram as primeiras no Brasil a decretar a total libertação dos escravos.** Em Manaus, “os festejos iniciaram-se na tarde do dia 23, [maio de 1884] na praça Dom Pedro II, onde Theodoretto Souto distribuiu as últimas cartas de alforria, continuando as festividades até o dia 25. No dia 24 foram declaradas, além da igualdade, a inexistência de homens escravos e homens senhores na cidade... O movimento acelerou-se pelo interior, ficando o Purus livre no dia 9 de junho de 1884<sup>102</sup>.

A história das pessoas negras no Acre se confunde em muito com a história do Brasil. A Construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, nas terras de Guaporé, atual Rondônia, que deveria ter sido construída para o transporte de borracha no início do século XX, deixou “um saldo fúnebre de 6.208 mortos apenas entre 1907 e 1912”<sup>103</sup>, além de vários “negros” que fugindo das péssimas condições de trabalho, se deslocaram para as terras acreanas.

No alvorecer do século XX, a república infante, visava “ajustar” o Brasil a ótica dos valores “civilizados” e “modernos”. Se na escravidão não se concebia homens sem senhores, com a república e a adoção do trabalho livre, não mais se permitiam homens sem patrão. Nesse novo contexto, dois movimentos revolucionários, com abrangência política, econômica e social ocorreram na Capital Federal com sede no Rio de Janeiro, influenciando diretamente a história acreana: a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910).

Com o intuito de distanciar social e geograficamente a população negra, oriunda do período da “libertação”, habitantes negros das proximidades

dades das localidades em que se revoltaram contra a vacina, no Rio de Janeiro, em nome de um plano de “reorganização do traçado urbano” tiveram suas casas e cortiços demolidos e muitas dessas pessoas tidas como de “classes perigosas” foram mortas, presas, desterradas ou deportadas – pelo menos 461 pessoas foram deportadas para o Acre<sup>104</sup>.

De igual modo, os participantes da revolta da chibata foram quase todos expulsos da Força Naval, seus líderes foram enviados para o Presídio da Armada, na ilha das cobras; 97 marinheiros foram deportados para a Amazônia, metade deles para trabalhar na Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e metade para trabalhar nas florestas do Acre. É importante lembrar que nem todos os envolvidos e desterrados eram militares – a grande maioria era de civis que foram presos durante o período do estado de sítio decretado à época ou que haviam sido recolhidos na Casa de Detenção. Mario Maestri em sua obra *Cisnes Negros – uma história da Revolta da Chibata* informa que em pleno período republicano, mais de duas décadas depois da abolição da escravatura

Por motivos desconhecidos, a companhia da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré não aceitou os prisioneiros. **Os restantes foram vendidos** aos seringueiros (sic), ávidos de trabalho semi-servil. [...] **As (40) mulheres foram distribuídas pelos acampamentos de trabalhadores** para serem utilizadas como prostitutas pelos operários da região. Certamente morreram, em grande número, silenciosamente, de malária e de doenças venéreas. No Acre, outros marinheiros teriam sido fuzilados<sup>105</sup>.

O Senador Ruy Barbosa, em sessão parlamentar no mês de agosto de 1911, trata da prática ainda corrente dos desterrados que “aviltava ‘o Brasil abaixo das últimas nações’ do mundo”. Dentre os vários assuntos ele cita uma carta que afirma ter sido enviada por uma testemunha ocular, Belfort Oliveira<sup>106</sup>. Nessa carta é exposta a forma como eram tratados homens e mulheres desterrados do Rio de Janeiro para a vila de Santo Antônio do rio Madeira, na Amazônia, onde estava sendo construída a estrada de Ferro Madeira-Mamoré. De acordo com o autor da missiva, citado por Barbosa

[No Rio de Janeiro] posta a prancha para o barranco, conseguimos entrar a bordo. Soubemos estarem todos recolhidos nos porões do vapor, todos prisioneiros, **trezentos e tantos homens e quarenta e uma mulheres.** (...)

[Na Amazônia] A guarnição formou ao longo do navio armado em guerra, de carabinas embaladas, os porões foram abertos, e, a luz de um sol amazonense (sic), os quatrocentos desgraçados foram guindados como qualquer coisa, menos corpos humanos, e lançados ao barranco do rio. Eram fisionomias esguedelhadas, mortas de fome, esqueléticas, e nuas como lêmures das antigas senzalas brasileiras. As roupas esfrangalhadas deixaram ver todo o corpo. **As mulheres, então, estavam reduzidas às camisas**<sup>107</sup>.

Ruy Barbosa continua o relato de Oliveira, ainda sobre os desterrados e a triste sina das mulheres, afirmando que uma porção de seringalistas

começou a escolher aos lotes homens esfarrapados e magros, que mostravam restos de uma robustez passada, para realizarem trabalhos de cortes de seringa nos vastos seringais amazônicos. **Já as mulheres, segundo o cronista, “como lobas famintas, entregaram-se a prostituição, para sustento do corpo e a estas horas talvez não existam mais**<sup>108</sup>.

Essas pessoas de “pele escura” sem um justo julgamento foram legadas a própria sorte em um ambiente em que, a empréstimo de Plauto, “o homem é o lobo do próprio homem”<sup>109</sup>. Se na carta citada eram 300 homens e 41 mulheres, na escassez de comida, quem levaria vantagem? Por que as roupas das mulheres foram reduzidas a camisas, expondo suas partes íntimas? Que crime cometeram para serem brutalmente vilipendiadas? Os homens presos injustamente praticaram injustiça contra os e as mais frágeis, também os julgando e condenando ao ocaso sem direito ao contraditório. Por fim, escravagismo e torturas são descritos pela testemunha com ares de sobriedade e temperança, contudo, as mulheres defraudadas, vilipendiadas, estupradas, vendidas como escravas sexuais contra sua vontade recebem ainda a expressão “entregaram-se a prostituição” como se outra coisa se lhes houvesse sido ofertado ou outra possibilidade se lhes tivesse sido apresentada. Na depredação do homem pelo homem, a atividade animalisca se fez presente também por atividades oficiais de entes do Estado que atuavam nas terras amazônicas em período republicano do século XX.

Francisco Silva em seu estudo *Do Rio de Janeiro para a Sibéria tropical* afirma que esses números de pessoas negras presas e desterradas para o Acre sem julgamento formal ou condenação são muito maiores. *Ele* informa que

Relatos oficiais apontam que para o Acre foram deportadas 1400 pessoas relacionadas ao episódio da Revolta da Vacina, e 444 pessoas ligadas direta e indiretamente a Revolta dos Marinheiros. Muitos morreram na viagem por falta de condições sanitárias, brigas entre eles ou justificados pelos militares que faziam guarda dos navios até o seu destino final. Não sabemos o número exato dos enquadrados nestes casos, mas foi algo concreto na vida e na morte destas pessoas condenadas a não serem “ninguém”: não eram cidadãos, não eram formalmente criminosos, muitos não tiveram seus nomes revelados e não tiveram seus direitos garantidos<sup>110</sup>.

A população negra teve importante participação na formação étnica da população acreana. A presença negra no Acre remonta ao final do século XIX e início do XX. Itálva Lima, citando Marcos Neves, em seus estudos sobre *Terreiros de Candomblé na Amazônia Acreana* escreve que:

Depois dos negros nordestinos, aportou no Acre uma massa de barbadianos que fugia da difícil vida na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que ligava Porto Velho a Guajará-Mirim, na fronteira entre Rondônia e a Bolívia. A ferrovia escoaria a produção da borracha do Acre, Rondônia e região Sul do Amazonas, mas nunca operou com essa finalidade. (...)

Hoje, centenas de anos depois, descendentes desses escravos barbadianos vivem no Acre, mas nada se sabe sobre eles. Não há nenhum registro histórico sobre o grupo pioneiro e muito menos sobre a geração atual. Sabe-se apenas que se instalaram em uma pequena rua nas proximidades do Calçadão da Gameleira, no Segundo Distrito de Rio Branco. Devido à presença dos negros, deram àquela rua o nome de Rua da África. “Na década de 1920, algum tempo depois da chegada dos primeiros barbadianos, os portugueses povoaram a rua e alteraram o nome da via para Rua Portugal e mais recentemente para 1º. de maio”<sup>111</sup>.

O olhar que “intelectuais” brasileiros tiveram por séculos sobre a Amazônia foi o de uma terra distante, inóspita e inadequada à presença humana. A Amazônia com seus perigos e a grandiosidade de seus “vazios” seria uma mãe disciplinadora para os filhos rebeldes da Nação, que deveriam ter suas bruteszas “polidas” pela natureza e amaciadas pelas dificuldades de adaptação oferecidas àqueles que nela também “chegam sem ser convidados”<sup>112</sup>.

Sempre que ressurgiam os lampejos de ideais civilizatórios eurocêntricos tratavam-na como “mundo perdido”<sup>113</sup>, que ainda desconexa da ci-

vilização. Mesmo sertanistas brasileiros afirmavam existir um descompasso temporal com essa região que tinha tudo e que faltava tudo<sup>114</sup> (ciências, história, artes, compreensão), como se fosse uma terra sem pátria, de natureza brutal e soberana, por isso ser uma terra de nomadismo, um misto de paraíso perdido e inferno verde. Como que em um misto de denúncia dos poderosos do dito “mundo civilizado” em oposição à vida sofrida das pessoas comuns que vivem em uma “terra sem lei e sem ordem” pode se ler que “ali (na Amazônia) impera o cinismo, o crime, o contrabando e todas as misérias da humanidade”<sup>115</sup>.

Francisco Silva afirma que a Amazônia adquire diante do espírito do tempo dominante à época, a expressividade de

um depósito para o “lixo”, para o “estrume social” indesejado e produzido pelas contradições do modelo republicano, que estava em transição de um renegado passado monárquico e escravista que teimava em permanecer com alguns traços nos comportamentos e feições de parte da população.

Essa era a visão que se tinha da Amazônia até meados do século XX. E o Acre era apenas “uma vaga expressão geográfica, um deserto empanado, a estirar-se sem limites”<sup>116</sup>. Vários grupos étnicos migraram para a Amazônia acreana: judeus, ciganos, japoneses, sírios, libaneses, sudaneses, haitianos, dentre outros. Também outros grupos se territorializaram e seus descendentes ainda se territorializam nos espaços geoculturais com suas andanças desejadas e indesejadas: são militares em serviço, escravos fugidos, ex-escravos, escravizados tornados livres, capoeiristas, apenados, prostitutas, povos indígenas (muitos em correrias e deslocamentos impositivos), entre outros que transitam diasporicamente desde há muito tempo pelas terras que se tornaram acreanas.

As pessoas negras nas terras acreanas “são ideologicamente invisibilizadas pela falta de registros sobre sua contribuição na formação étnica, econômica e social”<sup>117</sup>. Todavia, a história das pessoas negras não está distante das histórias das pessoas indígenas ou brancas pobres no contexto de exploração amazônica. Os períodos de anexação territorial, expansão da fronteira extrativa, os chamados “ciclos da borracha”, as “marchas para o oeste”, a agropecuária e a abertura econômica a fluxos externos de capitais, aviamentos e financiamentos somente aumentou as distâncias entre os que tiveram acesso a terras e a formas de incentivo para trabalhá-las e aqueles

que foram excluídos, marginalizados e/ou silenciados durante a constituição desses processos exploratórios.

## 2.2 MIGRAÇÕES DIRIGIDAS E O ESTADO INTERVENIENTE

### 2.2.1 Mais borracha para a vitória: mobilizando trabalhadores para a Amazônia

Era de conhecimento de autoridades brasileiras e norte-americanas que o sistema de produção de borracha na Amazônia no fim do século XIX, até meados do século XX havia produzido a escravização de muitos seringueiros em localidades onde os seringalistas eram menos escrupulosos.

Quando o Coronel Silvestre Coelho, novo interventor do Acre, se dirigia para o território acreano, em 1942, declarou ao Jornal Folha do Norte, de Belém: o tempo do cativo nos seringais não voltará mais<sup>118</sup>. Um contrato padrão de trabalho foi criado para vigorar nos seringais. Nesse contrato foi estabelecido a relação de trabalho entre o produtor-seringalista e o extrator-seringueiro, bem como um lucro mínimo de 60% da produção para o seringueiro.

A primeira leva migratória para os seringais da Amazônia foi patrocinada pelo DNI, tendo como principal motivo o flagelo da seca. Esse movimento migratório foi organizado com os sertanejos do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte que ansiavam ter na Amazônia melhores condições de vida.

De acordo com Benchimol<sup>119</sup>, a segunda leva migratória, formada a partir de 1943, foi recrutada pelo SEMTA dos mais diversos pontos do país, formada principalmente por homens solteiros ou que se separaram de seus parentes, sem profissão definida muitos deles eram desempregados: cariocas, capixabas, baianos, pernambucanos das cidades e do interior, de todas as classes, cores, profissões e idades.

Ferreiros, carpinteiros, engraxates, choferes de caminhões, operários de fábricas e usinas, cansados das máquinas e seduzidos pela oportunidade de conhecer, à custa do governo, terras e paisagens distantes; trabalhadores braçais e agricultores, cujo sedentarismo não podia vencer a emoção psicológica da aventura há muito recalçada e comprimida, eis a grande *arca de Noé* que formava esta segunda leva de *soldados da borracha*<sup>120</sup>.

Em meio a leva de recrutados para o esforço de guerra na Amazônia também chegaram vários migrantes que foram alistados compulsoriamente pelas organizações policiais de suas localidades de origem. Mello afirma que várias organizações policiais querendo se livrar de seus vagabundos, desordeiros, batedores de carteira, assaltantes, quadrilhas de ladrões<sup>121</sup> e outros tidos como perniciosos à suas respectivas sociedades, alistavam-nos compulsoriamente no exército da Hévea. O que movia essa segunda leva, não era mais o desejo de fugir da seca, mas o espírito de aventura às custas do governo, estimulada pela passagem de graça dos navios do Lloyd. Esse exército de arigós por onde passava deixava atrás de si a desolação e o pavor<sup>122</sup>.

Frederico Lima<sup>123</sup> afirma que muitos interventores, principalmente do Rio de Janeiro e de Estados do nordeste, “limparam” suas cadeias se aproveitando desse movimento de migração para a Amazônia para se livrar dos socialmente indesejáveis e transferir “o problema” para o Governo Federal, já que o Acre ainda era Território Federal à época. Essa transferência de “indesejáveis” causou problemas nos governos do Pará e do Amazonas, locais onde se encontravam a maioria dos acampamentos dos soldados da borracha<sup>124</sup>.

Atos como os acima descritos findaram por estigmatizar os soldados da borracha como desordeiros e a contribuir para aumentar a já desgastada imagem do SEMTA, o que apressou a criação da CAETA<sup>125</sup>. As outras levadas de migrantes que se seguiram às duas primeiras, demoraram anos para afastar o estigma que houvera sido criado quanto aos combatentes do Exército da Borracha. O tratamento recebido pelos selecionados nos campos de seringueiros não ajudava a afastar o mal estar estabelecido.

Concomitantemente, depois da invasão japonesa aos seringais asiáticos, do alinhamento do Estado brasileiro ao pan-americanismo e dos acordos de Washington, o Brasil procurou atender à necessidade político-econômica de garantir a produção de borracha aos países aliados na Segunda Guerra Mundial. A propaganda e as estratégias visuais<sup>126</sup> utilizadas para a aquisição de trabalhadores ficaram ao encargo do artista suíço Jean-Pierre Chabloz<sup>127</sup> que recebeu o convite para atuar como desenhista publicitário no Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). O objetivo imediato parecia ser arregimentar nordestinos para trabalhar na reativação dos seringais amazônicos, os chamados “soldados da borracha”<sup>128</sup>.



Figura: Documentando as ações de Mobilização de Trabalhadores



Fonte: Plano de Organização da SEMTA. Anúncio panfletário. Contrato de Encaminhamento de Trabalhadores. Compilação a partir dos documentos da S.E.M.T.A.<sup>129</sup>. Disponíveis no MAUC da UFC.

Entre janeiro e julho de 1943, ele desenvolveu vasto material de propaganda, cujo objetivo imediato parecia ser arregimentar nordestinos para trabalhar na reativação dos seringais amazônicos, os chamados “soldados da borracha”. Os layouts dos cartazes eram enviados para o Rio de Janeiro, então capital do país, para impressão por meio da litografia. “Os litógrafos copiavam a mão os desenhos para elaborar as matrizes e, posteriormente, faziam a impressão em papel, o que influenciava o resultado final e envolvia uma questão de autoria”<sup>130</sup>.

Dezenas de milhares de nordestinos foram recrutados às pressas para a extração do látex. No Brasil foi formado um Exército de seringueiros que tinham como missão extrair o látex para enviar para o esforço de guerra junto às nações aliadas.

O Governo Federal usava de artifício para enganar os trabalhadores nordestinos, ao afirmar que tanto o soldado das forças armadas, quanto os soldados da borracha estavam em igualdade de condições. Neste contexto, vai surgir a figura do “Soldado da Borracha”, através da propaganda do Estado Novo. Foi dito a esses migrantes que eles faziam parte de um grande exército, que tinha um valor simbólico de militarização do trabalho, pois foram trabalhando o psicológico desses trabalhadores no sentido de se sentirem responsáveis, por uma eventual vitória dos aliados<sup>131</sup>.

Figura: O sonho de servir ao país em uma vida nova protegido pelo SEMTA



Fonte: Alguns dos cartazes produzidos pelo SEMTA. Compilação a partir dos documentos da S.E.M.T.A.<sup>132</sup> disponíveis no Museu de Arte da UFC.

Esse exército da Borracha era formado de três contingentes: 1) de recrutados pela SEMTA e CAETA, e outros órgãos oficiais, eram sertanejos nordestinos, em sua maioria cearenses, que buscavam fugir da seca e melhorar de vida; 2) de cangaceiros presos nas cadeias do Nordeste e detentos recrutados em Presídios do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, de São Paulo, além de desempregados e aventureiros do Centro-Sul; 3) de seringueiros e indígenas “aculturados” com a cultura cabocla que já viviam na Amazônia quando eclodiu a guerra e foram arrematados para o trabalho de extração de látex.

De acordo com Mr. Chambers, um dos diretores de agências que atuavam no programa da borracha, o Ministro da Mobilização Econômica para o esforço de guerra, Ten. Cel. João Alberto Lins de Barros, em reunião com o embaixador americano, em novembro de 1942, garantiu que até o fim de 1943, mais de 50.000 trabalhadores poderiam ser recrutados e transportados para a Amazônia, a um custo aproximado de US\$ 100 por cabeça. Os planos impressionaram o diplomata americano que defendeu a destinação imediata de crédito de US\$ 350.000 para a estruturação do SEMTA.

Figura: Grande Marcha para a coleta da borracha



Fonte: Brasil para a Vitória. Grande Marcha para a Coleta da Borracha. Compilação a partir dos documentos da S.E.M.T.A.<sup>133</sup> disponíveis no Museu de Arte da UFC.

Em dezembro de 1942 o Ministro João Alberto de Barros apresentou aos oficiais de Washington, seu plano de movimentação de trabalhadores que viriam do sul do Brasil, do Ceará e do Maranhão para a Amazônia<sup>134</sup>. O Ministro expôs seu plano, com a ajuda de um mapa. Não tendo a viabilidade do mesmo sido contestada pelos participantes da reunião. O plano exposto constituía-se no seguinte:

Um grupo de trabalhadores devia ser organizado em cada comunidade onde **seria constituído um Comitê dos Três: o chefe, um comerciante de renome e o Padre vigário que se responsabilizariam pela seleção destes Indivíduos que desejassem tomar parte no programa amazônico para produção da borracha.** As famílias dos selecionados deveriam permanecer nas próprias casas, recebendo um pagamento de US\$ 0.25 por dia, além da assistência do Comitê. Os voluntários, desde o momento da seleção, deveriam se considerar empregados, recebendo US\$ 0.50 por dia. **Seriam organizados em grupos de 20, sob a supervisão de líderes que receberiam um salário um pouco maior e que, sob uma suave, mas firme disciplina militar, pudessem liderar a marcha** para os pontos previamente designados, até o embarque no Tocantins.

Ao longo da rota da marcha, deviam ser construídos 40 pontos de pouso para alimentação, banhos e dormida, além da Inspeção e assistência médica<sup>135</sup> (RECONSTRUCTION FINANCE, 1941, p. 79 - Grifo nosso).

Pedro Martinello ao estudar *A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial* aponta que:

Um boletim informativo do governo brasileiro, em 1941, estimava a existência de 300.000.000 de árvores da *Hevea brasiliensis*, espalhadas pela Amazônia, com um potencial de produção de 800.000 toneladas anuais, numa área de quase 1 milhão de milhas quadradas, compreendendo o Brasil, Perú, Bolívia, Colômbia<sup>136</sup>. Se fosse possível explorar a metade apenas destas árvores silvestres obter-se-ia, no mínimo, uma produção de cerca de 450 mil toneladas anuais, uma quantia capaz de debelar, sem dúvida, a aguda crise do produto em que se achavam os Aliados<sup>137</sup>.

O problema do transporte de produção e víveres foi tratado pelo remodelamento, investimento e potencialização da frota do *Serviço de Navegação e Administração dos Portos do Pará* (SNAPP), que já atuava no ramo<sup>138</sup>. Também foi dada ênfase ao transporte aéreo, que se demonstrou de grande utilidade, dadas as imensas distâncias da região amazônica.

O sistema de *aviamento* se constituía no verdadeiro sustentáculo econômico-financeiro da empresa gumífera, corporificado nas famosas *casas aviadoras* de Manaus e Belém. A estas cabia não só o financiamento das expedições de reconhecimento da floresta e da abertura dos novos seringais, mas também, e principalmente, o abastecimento dessas células produtivas. (...) Dirigidas quase sempre por comerciantes portugueses que se chamavam de *aviadores*, estas casas tinham suas instalações em grandes prédios das principais capitais e centros populacionais da Amazônia onde, além dos escritórios, funcionavam também os depósitos das mercadorias a serem expedidas para os seringais<sup>139</sup>.

Para que os trabalhadores ficassem a inteira disposição do trabalho sem precisar se preocupar com suprimentos alimentícios como plantações, colheitas ou criação de animais, foi propiciado um sistema de *aviamento*. Além da alimentação outros materiais necessários para o desenvolvimento do trabalho nos seringais também foram disponibilizados.



Figura: Equipamentos de viagem fornecidos pelo SEMTA aos seringueiros



Fonte: Utensílios fornecidos pelo SEMTA para os soldados da borracha. Acervo: Museu de Arte Contemporânea da Universidade Federal do Ceará.

O suprimento de víveres para a região amazônica foi promovido e regulado pelo programa de abastecimento criado pelos governos brasileiro e americano através da *Superintendência do Abastecimento Para o Vale*

*Amazônico* (SAVA) e da *Rubber Development Corporation* (RDC), que se transformaram em agências aviadoras durante os esforços do Exército da Borracha na região amazônica<sup>140</sup>.

### 2.2.2 O Exército da Borracha e a Brigada Esquecida na Amazônia

Passadas oito décadas da eclosão da Segunda Guerra Mundial muito ainda há a ser discutido e pesquisado. Quase sempre o foco de análise e questionamentos produzidos nos estudos sobre esse período se debruçam sobre os conflitos nos campos de batalha e as localidades fins onde os embates ocorreram.

Depois de um período de incertezas e diálogos realizados pelo governo, através da diplomacia brasileira, o Presidente Getúlio Vargas, escolheu um lado na guerra. Não foram poucas as tergiversações brasileiras quanto aos riscos e benefícios de apoiar a aliança ou a entente.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os rumos da política externa brasileira foram definidos. A ofensiva político-ideológica norte-americana de defesa das Américas sob comando americano foi concretizada através da Conferência Pan-americana de 1942. Associada ao recuo do avanço comercial alemão, ocasionado por conta do bloqueio inglês, propiciou um novo cenário em que os Estados Unidos despontaram não apenas como uma potência americana, mas como uma potência de influência global – e o Brasil precisaria levar isso em consideração antes de escolher um lado na guerra. Os interesses econômicos brasileiros voltaram-se para as matérias estratégicas, como o manganês, o minério de ferro e a borracha vegetal<sup>141</sup>.

As promessas americanas de equipar as forças armadas brasileiras e financiar a Usina Nuclear de Volta Redonda, foram fundamentais para o Brasil se decidir pelos aliados e iniciar uma série de acordos de cooperação econômica com os Estados Unidos. Assim sendo, o discurso do presidente Vargas passou a conter uma linguagem de apoio ao pan-americanismo. Em pouco tempo os Estados Unidos fizeram do Nordeste um ponto de apoio e atuação para a campanha na África e no Atlântico Sul.

O Brasil tradicionalmente se manteve afastado dos grandes conflitos que eclodiram pelo mundo ao longo do século XX. Foram poucas as participações brasileiras em ações de guerra nesse século, sendo a participação mais proeminente ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial<sup>142</sup>. O Brasil

participou em, ao menos, duas grandes forças no esforço de guerra: a Força Expedicionária Brasileira, com atuação no *front* europeu; e o Exército da Borracha<sup>143</sup>, com atuação na extração do látex da borracha vegetal na região da Amazônia brasileira<sup>144</sup>.

Nesse conflito, os esforços de guerra levaram a criação de um Exército da Borracha com quase 60 mil homens para a extração de borracha na Amazônia e uma Força Expedicionária Brasileira com aproximadamente 25 mil para os campos de batalha na Europa.

A Amazônia não contribuiu apenas com látex ou soldados da borracha para compor os esforços de guerra do Brasil. Além de receber dezenas de milhares de homens e mulheres para a extração de látex e de realocar mão de obra local para a coleta da seiva da seringueira, a Amazônia também contribuiu com 786 homens deslocados de agrupamentos militares na Amazônia para o “Contingente da Amazônia do 5º Escalão da Força Expedicionária Brasileira enviado ao Teatro de Operações Italiano na luta pela Liberdade e pela Democracia durante a Segunda Guerra Mundial”<sup>145</sup>.

Depois da entrada dos Estados Unidos no conflito, vários acordos foram produzidos com as nações latino-americanas que tradicionalmente eram produtoras de borracha natural. A necessidade premente de matéria prima fez com que os aliados propusessem a aquisição de todo o excedente do produto que pudesse ser fornecido. Assim, vários foram os acordos firmados e medidas excepcionais para deslocamento de mão-de-obra, reativação de seringais e políticas de fomento e aviamento da produção.

Com a eclosão da guerra, o capitalismo monopolista internacional articulou na Amazônia a formação de sua economia voltada para a produção da matéria-prima necessária para as forças aliadas, financiando o deslocamento do contingente humano migrante de várias localidades, principalmente do nordeste brasileiro para dar sustentação à empresa gomífera.

A batalha travada para a aquisição de borracha teve consequências para o Vale Amazônico. Com a emergência da Segunda Guerra Mundial e os seringais de plantio da Península da Malásia nas mãos dos Japoneses, os aliados foram privados da borracha dos seringais de cultivo da Malásia e sentiram carência do produto que era essencial para a indústria bélica.

Existem centenas de relatos de soldados da borracha e de autoridades dando conta das péssimas condições de alimentação, de transporte e de estadia a que eram submetidos os combatentes do Exército da Borracha enquanto eram transportados do Nordeste para as terras da Amazônia.

Quanto mais distantes ficavam dos pontos de alistamento, pior ficavam as condições de vivência.

Dois atos se fazem latentes para que não se tenha a desculpa de que é normal a distância escassear a qualidade das condições de trabalho e vivência: 1) o fluxo de aviamento era existente de uma ponta a outra, dos seringais aos grandes portos de exportação; 2) as viagens de transporte fluvial e os locais de pouso (hospedarias, hotéis, pousadas) para não combatentes eram consideradas satisfatórias para o contexto amazônico da época.

Os soldados da borracha ficavam semanas nos campos de pouso, chamados de hospedarias. Não havia trabalho ou tarefa fixa a desempenhar, nem campos para atividades físicas ou esportivas em que pudessem gastar suas energias, não havia aparelhos de rádio, para ouvir notícias do sertão ou espairar a melancolia causada pela saudade dos entes queridos que haviam ficado no sertão.

Muitos deles chegavam a ficar quase um ano nas hospedarias. Algumas delas havia falta de médico e as comidas estragadas eram frequentes. Esses locais de pouso e hospedagem mais pareciam campos de concentração que locais de pousada<sup>146</sup>. Alguns desses recrutados para o trabalho ficaram apáticos pela longa espera. Outros se tornaram violentos, enquanto outros desertaram pela falta de perspectiva em que se encontravam. Martiello afirma que “estes acampamentos mais pareciam campos de concentração que hospedarias de imigrantes”<sup>147</sup>.

A situação a que milhares de soldados da borracha eram submetidos nos vários campos de concentração foi reportada pelo jornal americano Daily News que na época cobria as ações referentes à *batalha da borracha*. Consta na reportagem reproduzida a não satisfação com o trato dado aos recursos americanos e uma visão panorâmica dos campos da SAVA em Manaus e Belém:

**Em Belém nós vimos cerca de 4.000 homens em um campo de concentração da SAVA. Em Manaus, em outro campo, vimos perto de 2.000. Alguns deles, durante o longo período de sete meses tornaram-se preguiçosos entre estas cercas de arame farpado e costumavam brigar entre si ou a lutar contra os seus guardas. Tratavam-se de meninotes e mesmo homens fortes com um pouco mais de trinta anos de idade. (...) Muitos desses homens são prisioneiros involuntários, preguiçosos e inúteis** que custam aos contribuintes de impostos nos EUA dinheiro real para sua manutenção”<sup>148</sup>.



Anos depois, ao depor à Comissão de Inquérito da Assembleia Constituinte sobre a *batalha da borracha*, O Dr. Ezequiel Burgos, reitera as graves denúncias sobre como esses arigós eram tratados nos acampamentos. Quando perguntado se considerava que a relação que vigorava nos pousos dos migrantes encaminhados para a extração do látex se assemelhava a dos campos de concentração, respondeu de forma categórica:

Considero muito pior. O soldado da borracha só tinha direito à comida ruim e ao carapanã. O preso não tinha direito de sair. Certa vez tive sério desentendimento com o Cel. Barbato, chefe do Paredão, quando usava de medidas drásticas, querendo prender a torto e a direito. Julgava até certo ponto a medida justa. Entretanto, lembrei-lhe ser de todo conveniente fossem construídos campos de football e instalados rádios. Disse ao Cel. Barbato que prendendo essa gente, os distúrbios se repetiriam como sucedia no Pará. Não os tínhamos na Amazônia porque o pessoal quando queria, saía”<sup>149</sup>.

O regime de opressão e arbitrariedades contra os soldados da borracha nos campos de pouso aliado a falta de perspectiva desses homens que permaneciam confinados por meses seguidos, fez com que eclodissem levantes, brigas, motins e deserções. Após saírem desses campos os soldados extratores foram encaminhados aos seringais para a coleta da borracha. Em vários desses seringais havia muito trabalho e possibilidade de melhoria de condições de vida, contudo, em vários seringais o tratamento recebido não era melhor que aqueles dispensados a eles nos campos de arregimentação.

Muitos tiveram que pagar pelo próprio transporte, pela comida servida nas embarcações, pelo uniforme de trabalho e até pelas ferramentas. Já chegavam devendo nos seringais e a quixotesca jornada dos heróis ao sonhado paraíso perdido, para a maioria dos seringueiros se tornou em um purgatório no inferno verde.

As famílias desses soldados-seringueiros também sofriam como eles. Várias mulheres trabalharam e lutaram tanto quanto seus maridos. Alguns soldados da borracha optaram, em contrato com o SEMTA e com o CAETA, por levar esposa e filhos consigo para os seringais e lá seringueiro e esposa coletaram borracha e sofreram juntos. Em vários casos, com a morte do marido, as viúvas assumiam a dívida e a colocação de seringa para continuar a extração do látex.

Em outros casos, os soldados da borracha pensando que suas famílias ficariam melhor nas pousadas, preferiam trabalhar nos seringais e par-

te de sua renda seria destinada a família. Os que optaram por deixar suas famílias nas pousadas oficiais administradas a mando do Governo Federal, nem imaginavam as dificuldades que elas sofreriam. Gois, ao escrever sobre as “Mulheres da Borracha”<sup>150</sup> descreve parte do cotidiano dos acampamentos, onde cita a perseguição às fumantes, a obrigação a “fazer trabalho de homem”, a falta de notícias dos maridos, a correspondência intermitente, a saudades dos entes queridos, as tentativas de “fuga” para encontrar os maridos e as muitas cartas que nunca foram entregues.

Muitas mulheres se arriscaram em meio aos perigos da floresta para extrair o látex na Amazônia brasileira. Simonian<sup>151</sup> e Montysuma<sup>152</sup> ao estudá-las afirmam que há uma invisibilidade histórica em seu “trabalho silenciado”. Pouco ou quase nada se tem a esse respeito. Muitos dos escritos historiográficos ao tratar sobre o processo de ocupação do Acre, a partir de 1870, ressaltam a inexistência de mulheres nesse processo, legando a participação feminina a casos de exceção como se fossem mercadoria, privilégio ou objeto de disputa entre homens. Quanto à existência de mulheres nos seringais, Wolff escreve que

(...) em 1904, quando do primeiro recenseamento realizado por ordem do recém-chegado prefeito do Departamento do Alto Juruá, embora incompleto, em 112 seringais foram contadas 6.974 pessoas sendo 5.087 homens e 1.887 mulheres. Isto mostra que, dessa população, 27% aproximadamente eram mulheres, porcentagem bastante significativa que não pode simplesmente ser ignorada<sup>153</sup>.

Milhares de mulheres foram para os seringais de extração de látex, outras ficaram em acampamentos, nas cidades, aguardando seus maridos. As que estavam nas matas muito trabalharam e viram uma mescla de paraíso perdido e inferno verde em sua vivência cotidiana. Quanto as mulheres que aguardavam seus maridos nos acampamentos, foram deslocadas de volta ao Nordeste sem ter notícia dos mesmos. Muitas, viúvas de esposos vivos, após sua expulsão dos acampamentos, perambularam pela Amazônia, tentando reencontrar seus esposos. Outras, ainda, foram esquecidas com seus filhos e não mais viram aqueles que saíram de casa em busca de dias melhores.

Muitos foram os migrantes deslocados para a Amazônia para a coleta do látex no “esforço de guerra” brasileiro. Muitos dos documentos de arregimentação oficial e paralelo se perderam, ficando poucos acessíveis para a consulta<sup>154</sup>. Assim sendo, não existe consenso entre os autores quanto ao número de extratores que compunham esses dois contingentes – o

oficial e o deslocado pelos seringalistas. É díspar a leitura que se faz do quantitativo do efetivo empregado. Pedro Martinello afirma que o efetivo deslocado para a Amazônia e Mato Grosso, de 1941 a 1945, foi de 55.339 pessoas, dentre os quais 36.280 eram homens aptos para o corte da seringa e 19.059 eram dependentes entre os quais se contavam as crianças, mulheres e anciãos<sup>155</sup>. Benchimol ao estudar o mesmo período escreve que deram entrada em Manaus 77.311 migrantes, entre 1941 e 1945, a quase totalidade encaminhados pelo SEMTA e CAETA<sup>156</sup>. Em ambas as contagens estão excluídas as mulheres.

Durante o esforço de guerra, as mulheres não entraram na contagem oficial estabelecida pelo governo brasileiro ou pelos seringalistas – novamente foram “esquecidas”. Foram contados apenas os homens “soldados da borracha”.

O sertanista Euclides da Cunha escreveu: O seringueiro migrante realiza ali (nos seringais) uma anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir: É o homem que trabalha para escravizar-se<sup>157</sup>.

Além dos quase 60.000 (sessenta mil) soldados da borracha arregimentados oficialmente pelo governo brasileiro. As investigações produzidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Constituinte, que foi criada para apurar responsabilidades quanto ao não cumprimento dos acordos e o abandono dos seringueiros no esforço de guerra do Brasil, deram conta de uma arregimentação paralela executada por vários seringalistas. Essa arregimentação ocorreu no mesmo período da arregimentação oficial, com o mesmo destino, vinda de mesma origem nordestina e amazônica, aproveitando-se da mesma propaganda oficial, mas sem o contrato oficial.

O governo tinha consciência que nos seringais os contratos não eram cumpridos. Conforme consta no depoimento do Dr. Burgos à Assembleia Constituinte, e que foi publicado no Diário da Assembleia de 1946, quando ainda estava em vigor o tratado de Washington que tratava da borracha, pode-se ler: “As dificuldades aqui na capital são grandes; imagine-se nos seringais, onde a lei é a do mais forte” e acrescenta sobre o que acontecia com os contratos “Eram unânimes os [seringueiros] que diziam que os contratos eram tomados ou desapareciam quando os trabalhadores chegavam aos seringais”<sup>158</sup>.

Dezenas de milhares de seringueiros foram levados à selva amazônica para o esforço de guerra sem se dar conta de que muitos estavam sendo levados para o cativeiro – e o governo sabia da existência dessa prática

sem nada fazer para detê-la. O próprio Diretor do Departamento Nacional de Imigração, à época demonstrou ter conhecimento sobre essa prática<sup>159</sup>. Esses números de dezenas de milhares de seringueiros arregimentados por seringalistas não entraram na conta oficial do Exército da Borracha do Governo Federal.

Muito se discute se esses contratos para extração de borracha intermediados pelo Governo Federal eram ou não cumpridos. Discute-se ainda se, de fato, vários desses seringueiros foram ou não levados a trabalhos análogos a escravidão e, até mesmo, escravizados nas terras da Amazônia, durante o esforço de guerra, em pleno século XX.

Uma prova contundente da não observação dos contratos por parte de muitos seringalistas se dá com o simples fato de que a grande maioria dos seringueiros não obteve lucro após vários anos de trabalho. Nas mais diferentes regiões da Amazônia, quando a borracha teve seus preços majorados por conta do período da guerra e o aviamento era pleno em toda a região, mesmo com todas as circunstâncias que, ao menos em tese, favoreciam aos seringueiros, ainda assim, os saldos lhes são sempre desfavoráveis<sup>160</sup>.

Frederick H. Vogel, técnico de campo da Rubber Development Corporation (RDC) cita em seu relatório sobre o Alto Purus uma tensão surda envolvendo seringalistas e seringueiros: estes falavam abertamente em revolta armada contra os seus patrões, enquanto aqueles não queriam cumprir integralmente as cláusulas do contrato-padrão<sup>161</sup>.

Assim, sem apoio dos governantes brasileiros e tendo descumpridas os contratos firmados os seringueiros mais uma vez se fizeram escravos do sistema de exploração. Não tendo a quem recorrer, somente lhes restava revoltarem-se contra os desmandos ou seguir subsistindo enquanto tivessem forças para trabalhar.

Os seringueiros buscaram formas de lutar e resistir a essa condição de exploração a qual estavam sujeitos. Vários seringueiros se utilizaram de práticas sub-reptícia para burlar o sistema no qual eram forçosamente inseridos. Assim, alguns passaram a inserir pedras nas pelias para aumentar o peso do produto, grudar cernambi junto às pelias ou vender o produto vegetal ao regatão.

Os seringueiros agiam com essas e outras práticas não apenas como forma de satisfazer suas necessidades, mas também para, de alguma forma, vingar-se do próprio patrão. Reis, em sua obra *O seringal e o seringueiro* escreve que “Enganado por enganado, o seringueiro desviava o produto para o regatão como forma de se vingar, a seu modo, do patrão”<sup>162</sup>.

No dia 19 de janeiro de 1943, duas centenas de seringueiros arigós estavam fazendo um abaixo-assinado com reclamações sobre as péssimas condições de vida e de trabalho a que estavam sendo submetidos nos seringais próximos a Rio Branco, para ser apresentado ao interventor territorial do Acre, Coronel Silvestre Coelho. Pediram que o jovem Padre cearense, José Carneiro de Lima, lhes redigisse os termos das reivindicações. Consta no Livro do Tombo da Prelazia do Acre e Purus que o Padre José Carneiro e seu irmão Padre Peregrino foram convocados ao Palácio do governo, onde foram ameaçados de serem entregues às autoridades da República e levados a uma corte marcial por sabotarem os esforços de guerra do Brasil<sup>163</sup>. A Prelazia achou por bem transferir os jovens padres para Santa Catarina até o final do mandato do interventor. Quanto às reclamações dos seringueiros, não consta em qualquer documento acessado, que tenham sido atendidas.

Vários foram os relatos sobre o desaparecimento dos soldados que houveram sido tragados pela Batalha da borracha. Bouças ao citar denúncia de uma caravana de estudantes cearenses apresenta a constatação do desaparecimento de 23 mil nordestinos<sup>164</sup>. Ana Ajuricaba Távora de Oliveira, presidente da *casa do pobre*, em Rio Branco - Acre, ao conceder entrevista ao *Correio do Ceará*, em 05 de dezembro de 1946, falou da frágil saúde dos seringueiros que se deslocaram para Rio Branco e da pobreza em que se encontravam, muitos deles mendigando pelas ruas das cidades, após a desativação dos seringais. Ela declarou:

Em Rio Branco, capital do território, existem nada menos que dois mil migrantes cearenses, a maioria doentes e formada de mendigos. Muitos deles naturalmente gostariam de regressar ao Ceará. Outra parte, poderia ficar distribuída nos empregos que o governo se esforça por criar. É grande a exploração dessa pobre gente nos seringais<sup>165</sup>.

A Segunda Guerra Mundial acabou. Os esforços de guerra contribuíram para o êxito e vitória dos países aliados. Sobre as expectativas dos Soldados da Borracha, em 1945, Frederico Lima afirma que houve um misto de esperança e sentimento de heroísmo, de dever cumprido, a certeza de que a pátria os reconheceria, chegando a acreditar que receberiam a tão sonhada indenização<sup>166</sup>.

A igualdade de condições entre o extrativismo gomífero e o serviço militar, propagada com base no Decreto-Lei nº 5.225, editado em primeiro de fevereiro de 1943, não ocorreu<sup>167</sup>. A Lei nº 1.147, de 25 de junho

1950<sup>168</sup>, que dispõe sobre o amparo à assistência aos ex-combatentes inclui como ex-combatentes os civis que lutaram pela FEB e pela FAB e não seguiram carreira militar – mas não cita em lugar algum o “Exército da Borracha” ou seus integrantes “Soldados da Borracha” que também eram civis envolvidos nos esforços de guerra.

As leis que se seguiram sempre que citavam os ex-combatentes não contemplavam os seringueiros. O “Exército da Borracha” ou o que restou dele foi esquecido em plena selva amazônica, entregues à própria sorte. O esforço brasileiro de refluxo para o Nordeste e para o Centro-Sul mobilizou pouco mais de 10% dos ex-seringueiros de volta para suas terras, de acordo com documentos oficiais do Departamento Nacional de Imigração.

Vários soldados da Borracha refluíram para suas terras por meios próprios. Muitos foram vítimas de malária, avitaminose, anemia palúdica, polineurite, tuberculose, ergastenia, úlceras, sífilis, reumatismos, hérnias e outras doenças. Outros tiveram a sorte de receberem ajuda governamental para o Nordeste, como em 1945 que 2.160 ex-soldados da borracha, julgados inaptos para o serviço foram recambiados. Além dos motivos de doença anteriormente citados, vários ex-seringueiros sofriam de debilidade mental, cegueira, insuficiência física por acidentes e outras causas, e, quase um terço dos ex-seringueiros, por, após vários anos de trabalho, serem desajustados economicamente<sup>169</sup>.

Segundo o DNI, 2.160 retornaram em 1945, 3.269 retornaram em 1946 e 601 retornaram em 1947. Os números oficiais dão conta de que apenas 6.030 ex-seringueiros foram recambiados com passagem e assistência por parte do DNI e da Comissão Especial de Assistência aos Trabalhadores da Borracha<sup>170</sup>. Outros seringueiros retornaram para suas casas por conta própria, contudo, a maior parte deles ficou residindo na Amazônia ou faleceu sem que se tivesse notícia oficial sobre seu paradeiro.

Muitos anos de lutas por reconhecimentos de direitos se passaram e pouco ou quase nada foi feito. A Câmara dos Deputados, no ano de 2009, novamente se debruçou sobre os direitos dos soldados da borracha. Ao fazer uma “Comparação entre os direitos dos soldados da borracha e dos ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial”, a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados expediu uma Nota Técnica em que assevera a existência de uma discrepância entre os direitos dos soldados da borracha e os “pracinhas brasileiros”. No quadro a seguir apresenta uma comparação histórica entre os direitos assegurados aos soldados da borracha e aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.

Quadro: Direitos dos Soldados da borracha X direitos dos Ex-pracinhas

Quadro Comparativo entre os Direitos dos Ex-Combatentes e dos Soldados da Borracha da Segunda Guerra Mundial			
	Matéria	Ex-Combatente	Soldados da Borracha
Pensão Especial	<b>Requisito de Carência</b>	Não exigido.	Exigência de que os beneficiários não auferiram rendimento igual ou superior a 2 salários-mínimos.
	<b>Valor</b>	Correspondente à pensão deixada por Segundo Tenente das Forças Armadas. Valor em 1º de julho de 2009 de R\$ 4.143,00.	Correspondente a dois salários mínimos. Valor atual de R\$ 930 e valor médio dos benefícios emitidos em junho de 2009 de R\$ 842,97.
	<b>Direito dos Dependentes</b>	Cônjuge, companheira, filhos solteiros menores de 21 anos e, se comprovada dependência econômica, irmãos solteiros menores de 21 anos ou inválidos e pai ou mãe inválidos.	Cônjuge, companheira, filhos solteiros menores de 21 anos e, se comprovada dependência econômica, irmãos solteiros menores de 21 anos ou inválidos e pai ou mãe.
	<b>Acumulação</b>	Inacumulável com proventos de cofres públicos, exceto benefícios previdenciários, assegurado o direito de opção.	Inacumulável com benefícios auferidos da Previdência Social urbana ou rural.
	<b>Abono Anual</b>	Recebem.	Não recebem.
	<b>Responsável pelo pagamento</b>	Ministério da Defesa.	Instituto Nacional do Seguro Social.
	Ingresso no Serviço Público	Ingresso no serviço público, sem exigência de concurso.	Exigência de concurso para ingresso no serviço público.
	Assistência médica e educacional	Assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes. Essa assistência se dá nos hospitais das forças armadas.	Assistência médica, hospitalar e educacional na rede pública comum, sem acesso aos estabelecimentos das forças armadas.
	Regras de aposentadoria	Aposentadoria integral aos 25 anos de serviço.	Aposentadoria nas condições gerais, 35 anos, se homem, e 30, se mulher.
	Habitação	Prioridade na aquisição de casa própria, extensiva às viúvas ou companheiras.	Não têm prioridade.

Fonte: Nota Técnica da Câmara Legislativa Federal, de agosto de 2009 (transcrição).



A análise do quadro da Câmara Legislativa Federal propicia a visualização de direitos contidos no provimento legal quanto aos Soldados da Borracha<sup>171</sup> e quanto aos ex-combatentes<sup>172</sup>, mesmo que para combater na Força Expedicionária Brasileira não tenha sido necessário concurso Público; e, para ser Soldado da Borracha, tenha sido necessário passar por seleção pública específica para tal, com inscrição, treinamentos e teste de aptidão física. Assim, a nota legislativa conclui que há muita diferença entre os direitos e garantias assegurados aos ex-combatentes e os que são assegurados aos soldados da borracha. Sendo os proventos dos ex-combatentes quatro vezes maior que os dos ex-seringueiros<sup>173</sup>.

Ao equiparar oficialmente a necessidade dos serviços prestados e os riscos a que foram submetidos os dois grupos de combatentes tanto na Europa quanto na Amazônia, percebe-se, de forma latente no documento do Legislativo Federal que os soldados da borracha não receberam por seus serviços prestados.

O fato de o Governo Federal não ter cumprido sua parte nos contratos de trabalho, quando da arregimentação que previa indenização, não retirou dos seringueiros o desejo de lutar por uma vida melhor<sup>174</sup>. Muitos dos seringueiros não tiveram condições financeiras de retornar a seus locais de origem. Vários continuaram nos seringais “para pagar suas dívidas”. Outros ficaram às margens dos rios sobrevivendo da coleta da castanha, da pesca e da produção agrícola de subsistência. Outros se deslocaram para as cidades onde perambulavam aceitando qualquer tipo de serviço que oferecesse o mínimo de remuneração para sobrevivência<sup>175</sup>.

Outro ser invisível no esforço de guerra foi a mulher. O Jornal Varadouro, na edição de dezembro de 1977 retomou a questão do trabalho das mulheres como seringueiras, analisando “quem é a mulher acreana”. Na reportagem “Mulheres sem charme” há o destaque das ações desenvolvidas pelas mulheres nos seringais acreanos e no processo produtivo, incluindo a extração da borracha:

O Acre povoou-se com as primeiras unidades familiares. **As condições da mata, mas principalmente as relações de produção do seringal começaram a forjar a mulher acreana:** figuras pálidas, caladas, de cócoras nas barrancas ao anoitecer ou chamando galinha para comer xerém, cortando lenha para fazer boia, polindo as panelas com areias especiais. Nem só de panela e fogão, porém, se ocupavam as mulheres do seringal: **além de cuidar dos serviços domésticos e criar os filhos, tiveram, por força das circunstâncias,**

**de se engajar no serviço pesado do ‘corte de seringa’ ou do roçado, pois a roça que plantavam serviam para diminuir a dependência do ‘barracão’ e alimentar a ilusão de um saldozinho para voltar ao Ceará.** Ao lado do homem torna-se uma peça importante para manter a família mesmo que seu trabalho não seja reconhecido. Mesmo que permaneça o mito de que o homem é o chefe da casa, na hora de enfrentar a luta pela vida, lá está a mulher lado a lado, às vezes, substituindo o próprio marido que se tornou inválido devido alguma doença ou acidente<sup>176</sup>.

Quanto aos pracinhas da FEB não apenas eles, mas suas esposas e seus filhos tiveram direitos reconhecidos, bem como assistência médica, educacional e prioridade para a aquisição de moradia. Quanto ao “Exército da Borracha”, foram esquecidos, largados à própria sorte. As esposas de seringueiros e as mulheres extratoras de látex ficaram décadas esquecidas, apenas algumas poucas conseguiram o benefício da aposentadoria. Posseiros em sua terra do trabalho de outrora ou migrantes para as periferias das cidades, viveram momentos de conflitos e intensas lutas por moradia, educação, saúde e trabalho – mesmo a Constituição garantindo esses direitos.

Na conjuntura brasileira vigente ao fim da Segunda Guerra Mundial, o tratamento dispensado aos ex-seringueiros remonta a ideia de um caráter incompleto de cidadania<sup>177</sup>. Sendo a cidadania construída historicamente completando o englobamento de direitos civis e sociais por uma variedade de direitos socialmente adquiridos, percebe-se que os ex-combatentes que atuaram no esforço de guerra como seringueiros e seringueiras tiveram sua cidadania inconclusa<sup>178</sup> por se apresentar de forma instável, com determinados direitos negados e ter seu caráter limitado.

Esses e outros migrantes são muitas vezes representados como figurativos na simbologia da ordem social, como um não-sujeito, um não-ser, um não-agente, um não-representativo. A homogeneização em torno de sua imagem quase sempre os figura como flagelados da seca, miseráveis, mercedores de caridade, de favores e assistência, mas não de direitos. Subsumidos a outros processos que lhe conferem sentido, esses soldados da borracha foram invisibilizados pela constituição de “tipo”, mas não de feições. Esses migrantes-seringueiros eram homens, mulheres, altos, baixos, jovens, idosos, solteiros, casados, brancos, pardos, cafusos, mulatos, negros, indígenas, subnutridos, com saldo no barracão, alguns não falavam português, outros não sabiam escrever, havia quem cresce em Deus e quem acreditasse que ali era a morada do Diabo. Alguns morreram no exercício

da função, comidos por animais, de doenças, acidente ou esgotamento. Outros voltaram para sua terra natal. Ainda outros, se tornaram andantes em busca de melhores condições de vida.

Nem mesmo a historiografia brasileira dá o devido valor a esses soldados da borracha. Nos livros didáticos quase sempre se vê várias páginas sobre os feitos da FEB na Segunda Guerra e uma pequena nota de canto de página sobre os Seringueiros, mesmo que o contingente empregado na Amazônia tenha sido mais que o dobro do disposto na Europa<sup>179</sup>. Há um “silêncio ensurdecedor” por parte do Governo Federal em relação aos soldados da borracha na Amazônia que, depois da Guerra, foram abandonados à própria sorte.

### 2.2.3 A questão agrária na Amazônia brasileira

A questão agrária, historicamente, tem se constituído um dos principais empecilhos para o desenvolvimento do Brasil. As formas de absolutismo fundamentadas na grande propriedade de terras foram um entrave para as forças produtivas no Brasil colônia desde o século XVI.

O Brasil tem uma das mais injustas estruturas fundiárias do mundo. Esse problema se dá pela grande concentração de terras nas mãos de poucas pessoas. Desde o período de ocupação portuguesa no Brasil o problema de repartição de terras tem se demonstrado conturbado. Desde as sesmarias que foram o primeiro modo de acesso jurídico à terra que o latifúndio tem sido a regra no Brasil. Esse regime perdurou até 1822 quando foi proclamada a independência. Há um vácuo jurídico quanto ao acesso a posse de terras no Brasil nesses quase 30 anos entre a independência e a promulgação da Lei de Terras<sup>180</sup>, no ano de 1850. Por essa lei, a aquisição de terras no Brasil somente seria possível mediante compra. Essa lei produzida com o objetivo de dificultar o acesso a posse da terra aos nativos americanos, aos imigrantes que estavam chegando ao Brasil e aos negros recém libertos refletiu não apenas no período em questão, mas por todo o contexto histórico brasileiro desde então.

A busca pela terra surgida com a chegada dos colonizadores portugueses foi agravada em 1850, com sua transformação em propriedade privada, ou seja, em uma mercadoria utilizada como fonte de acumulação e geração de renda ao capital, que ao mesmo tempo expropria e explora, gerando concentração de renda e pauperização da população camponesa – criando sérios problemas socio-estruturais<sup>181</sup>.

Séculos de ocupação e concentração de terras nas mãos de uns poucos tem prejudicado a vida de uma expressiva parte da população. Esta é obrigada a se sujeitar às condições impostas pelo desenvolvimento do capitalismo que têm grandemente influenciado na perpetuação dos latifúndios monocultores – muitos desses não produtivos<sup>182</sup>.

Vários são os entraves para a realização da reforma agrária brasileira, dentre eles, talvez o mais importante seja a falta de vontade política. Por décadas, as conjunturas socioeconômicas e políticas têm constituído concentração fundiária, degradação ambiental, conflitos no campo, modernização tardia, conservadora e desigual. Essas têm fortalecido as desigualdades sociais no espaço rural brasileiro e, deste, parte dos problemas também têm afetado as cidades. Oliveira afirma que “o papel da grande propriedade no país sempre foi servir de reserva patrimonial e de valor às elites”<sup>183</sup>.

Quanto a reforma agrária, podemos dizer que a primeira lei editada nesse sentido foi o Estatuto da Terra<sup>184</sup>, em que havia a previsão de indenização aos proprietários em caso de desapropriação e limitou-se a desenvolver um programa de colonização que foi dirigida principalmente para as terras dos Cerrados e da Amazônia.

A distribuição das terras sempre foi problemática no Brasil. No século XX se acirraram as lutas pela posse da terra. Reivindicações como direito dos trabalhadores ao trabalho, a educação, saúde, previdência, são demandadas por movimentos organizados em defesa da reforma agrária desde as ligas camponesas no Nordeste. Esse movimento inicialmente formado por assalariados das usinas de cana-de-açúcar, meeiros, moradores e pequenos arrendatários, se expandiu pelo Brasil a partir de 1945<sup>185</sup>.

A resposta do Estado foi reprimir essas ligas que ressurgiram apenas em 1954, nas zonas produtoras de cana-de-açúcar de Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Com o fortalecimento da luta por direitos, em 1963, o governo João Goulart instituiu o Estatuto do Trabalhador Rural, dando aos trabalhadores rurais os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos – direitos esses que não se viu aplicar na prática por longos anos.

A legislação sobre a reforma agrária que era o segundo grande tema das “reformas de base” do governo Goulart não pode ser construída pela tomada do poder por parte do Regime Civil-Militar de 1964. O governo militar intentou controlar as organizações camponesas como sindicatos, associações, ligas, desviando-os de suas funções essenciais de luta e colocando-os como administradores de programas sociais, sob o controle do Ministério do Trabalho.

Segundo Martins, o principal objetivo de uma reforma agrária distributiva seria o de minorar as relações trabalhistas referentes à concentração fundiária e ressocializar as populações deixadas à margem do desenvolvimento econômico e social<sup>186</sup>.

Para José da Silva, “os resultados da reforma agrária brasileira mostram a importância do protagonismo da estrutura sindical e da organização social”<sup>187</sup>. O autor destaca a importância da reforma agrária como instrumento de melhoria das condições de vida da população rural, para ele “a reforma agrária é uma das poucas políticas públicas que garantem casa, comida e trabalho”<sup>188</sup>.

A concentração fundiária no Brasil tem se intensificado por ser fruto de um processo histórico de concentração de terras nas mãos dos mais ricos.

[...] as reformas para o campo brasileiro nunca foram estabelecidas para resolver os problemas agrários, pois estas sempre foram tratadas como políticas sociais compensatórias. Nos últimos anos consolidou-se como uma política de distribuição, que negligencia os objetivos do desenvolvimento regional, buscando minimizar os conflitos fundiários e procurando atender as constantes reivindicações dos trabalhadores rurais sem-terra<sup>189</sup>.

O desenvolvimento agrícola brasileiro tem se fundamentado no modelo exportador. Esse modelo proporciona uma forma de ocupação da terra com necessidade de grandes áreas para plantio e produção pecuária. As políticas de fomento à produção com facilitação de crédito para terras de grande e baixo crédito para as pequenas propriedades foi responsável por parte do êxodo rural que ocorreu nas últimas quatro décadas, ocasionando o inchaço das cidades.

De acordo com Costa, o governo brasileiro, com o objetivo de “ocupar as terras” amazônicas e incorporá-las economicamente ao restante do país, promoveu políticas como a criação do Banco de Crédito da Borracha, em 1950; esse banco foi posteriormente transformado em Banco de Crédito da Amazônia, em 1952; a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953; Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966; em 1968 foi realizada a regulamentação da Sudam e do Banco de Crédito da Amazônia, que passou a se chamar Banco da Amazônia S/A (Basa). A ênfase dessas ações se deu na necessidade de integração da região com o restante do país, além de alcan-

çar o duplo objetivo de “preservar as fronteiras internacionais” e “incorporar a economia amazônica ao Brasil”<sup>190</sup>.

As medidas específicas para a ação do governo federal para a Amazônia perpassaram por uma série de ações estratégicas de desenvolvimento regional. Desde de 1966, o desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia foi aprofundado e explicitado no contexto de “modelo econômico” adotado pela Ditadura. Assim, o Estado induziu ações de grandes transformações regionais, em vários eixos de atuação, seja por formulação de programas e projetos de estímulo de sua ocupação, pela implantação de formas modernas de produção, pela abertura de extensos eixos rodoviários que proporcionou a ligação das cidades com o restante do país, pela modernização da navegação fluvial, pela implementação de um sistema de comunicação continuado e acessível, pela redistribuição fundiária para transferir as terras devolutas dos Estados para a União, pela colonização oficial às margens das recém-abertas rodovias, pela implementação de um plano de energia elétrica que atendesse às cidades amazônicas propiciando a possibilidade de novas formas de desenvolvimento e/ou pelos fluxos migratórios dirigidos para a região com o intuito de “povoar” a região.

Com a terra ganhando ares de mercadoria e a concessão de incentivos fiscais para os empresários investirem nas terras acreanas houve uma mudança na estrutura fundiária acreana. Quanto a essas medidas e políticas públicas voltadas à Amazônia, Elder Paula escreve:

[...] preconizou uma política de concessão de incentivos fiscais aos empresários [...] [onde] os investimentos orientaram-se de preferência para a agropecuária, de modo que um grande número de empresários e de empresas, especialmente do Sudeste, sem tradição no ramo, tornaram-se proprietários de terras e empresários rurais. Em princípio, a aquisição de terras pelos grandes capitalistas do Sudeste animou o mercado imobiliário, convertendo, por isso mesmo, os proprietários de terras em proprietários de dinheiro e forçando-os, por sua vez, a agirem como capitalistas<sup>191</sup>.

As populações da Amazônia acreana que antes viviam principalmente às margens dos rios, foram levadas a viver na “terra firme”. Clareiras foram abertas na floresta amazônica influxando uma circulação que se urbanizou e iniciou o processo de industrialização ao mesmo tempo em que potencializava os problemas sociais e ambientais. Quanto aos impactos dessa expansão, Silvio Silva escreve que:

No âmbito do ambiente rural, os impactos nas florestas, nos cursos d'água, no regime pluvial e no modo de vida do trabalhador têm sido deveras sentidos. Sob o impacto do desmatamento, florestas foram destruídas com seus recursos madeiros parcialmente aproveitados. Muitos seringais de onde antes a população seringueira produzia também sua sobrevivência, com trabalhos extrativos, deram lugar a áreas agricultáveis e de formação de pastagens.

No período de estiagem, o regime dos rios foi alterado e cursos d'água menores, sazonalmente, podem secar. Consequentemente há uma alteração no nível hidrostático com o aprofundamento do lençol freático, a escassez de água potável também pode ser sentida pelos construídos para a captação nos períodos chuvosos. Esta variabilidade é sazonal na Amazônia, porém, com o desmatamento deixando o solo desprovido de cobertura, sujeito a maior compactação natural ou pelo pisoteio do gado, ocorre uma ampliação dos efeitos de degradação ambiental atuando sob a composição pedológica e geomorfológica do lugar.

O ambiente do trabalhador tradicional foi deveras alterado, pois com a mudança na base produtiva, a vida na floresta foi inviabilizada. Esse impacto socioambiental teve como origem o domínio fundiário estabelecido, com a implantação de colonização e áreas de fazendas, em que se reforçavam os espaços de reprodução da propriedade fundiária privada. Isto significava uma mudança radical na territorialização do domínio e uso da terra dos antigos seringais, nos quais após a falência da empresa capitalista, o trabalhador extrativista fixou meios de vida próprios sob bases de sua unidade de produção na floresta a colocação. A população seringueira reduzia-se na zona rural, migrando para as cidades sede dos municípios [...] <sup>192</sup>.

A dinâmica econômica e demográfica foi modificada pela intensificação e expansão da agropecuária tendo a Amazônia acreana como partícipe ativa no processo de transformação territorial do Brasil. Com a expansão agropecuária a partir dos anos 1970 uma série de problemas socioambientais sem precedentes ocorreu modificando abrupta e brutalmente a realidade acreana.

#### **2.2.4 Uma Reforma agrária que privilegia imigrantes**

As questões agrária e de campesinato no estado do Acre estão intimamente relacionados ao histórico de luta pelo direito de permanecer nas terras ocupadas desde a época dos seringais, pelo direito à posse e ao registro da terra e pelas lutas contra o domínio econômico opressor que se desen-



volveu nessas terras onde o favorecimento do capital se dava apenas a uns poucos projetos, deixando a maioria da população relegada à própria sorte.

Essa realidade agrária se desenvolveu nas múltiplas formas de relações sociais estabelecidas a partir do posicionamento de grupos sociais que se constituíram nos processos de mobilidade do trabalho, de socioespacialidades constituintes de diversas modificações antrópicas, dos processos estabelecidos pelo capital nas diversas frentes de desenvolvimento econômico e nas políticas públicas implementadas na região. Silvio Silva ao estudar a *Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana* afirmou que “esta formação se deu por dinâmicas conflituosas que denotam a condição de sujeitos antagônicos que se confrontavam: seringalistas versus seringueiros, proprietários fundiários versus posseiros”<sup>193</sup>.

Com o uso da terra, uma série de problemas sociais, econômicos e ambientais surgiram: a configuração da sociedade acreana, das constituições econômicas e dos processos de exploração de recursos naturais também modificaram os espaços fundiários e a forma como as pessoas se relacionavam com a terra. Os fatores que territorializavam, como a terra em que se trabalhar e o ato de lavrar a terra, foram sendo modificados durante as últimas décadas do século XIX e as décadas iniciais do século XX. Com a modificação da dinâmica da utilização da terra, presentemente vista como espaço de negócios, houve uma mudança na dinâmica dos espaços territorializados. Essa dinâmica se constituiu no processo de formação de uma significância que se atualizou com as formulações antrópicas na terra estabelecidas. Desse modo, para Silva

Na questão do campesinato nos referimos a relações de conflitos carregadas de interesses antagônicos que se confrontam na realidade do espaço produzido. Aí residem as dimensões geográficas nas quais as lutas de classes são localizadas não apenas do ponto de vista sociológico, mas também socioespacial e territorial. Não se trata, portanto, o campesinato, de “reliquias” históricas feudais ou pré-capitalistas, mas sim de um segmento social que traz características de arranjos humanos e sociais específicos. Então varia no tempo e no espaço, mas se reproduziu e se reproduz sob todos os modos de produção já existentes<sup>194</sup>.

As questões referentes à colonização acreana podem ser divididas em três aspectos distintos: 1) a “fase de povoamento”, no início do século XX, em que iniciativas pioneiras de colonização simples de pessoas que fugindo da seca e de outras opressões se deslocaram para a Amazônia acre-

ana para atuarem como extratores em busca de produtos da floresta e de melhores condições de vida para si e suas famílias; 2) a “fase de colonização planejada empiricamente”, concomitante à Segunda Guerra Mundial, em 1942, onde, ao mesmo tempo que levas de migrantes eram encaminhadas para a reativação dos seringais acreanos, o governo de Oscar Passos implantava várias colônias agrícolas para produção interna de víveres com o objetivo de fixação do homem ao solo através de um plano sistemático de colonização; 3) a “fase de “colonização dirigida”, nos primeiros anos da década de 1970, em que a política de integração amazônica e os projetos de assentamento fomentados pelo governo federal nas terras do norte propiciavam o deslocamento de migrantes do Centro-Sul do país para colonizar as terras acreanas.

Com a “fase de povoamento”, grande parte dos trabalhadores que vieram para a Amazônia Sul-Occidental na primeira fase de colonização, se deslocaram nos chamados “surtos da borracha” para as terras que se tornariam acreanas, desenvolviam tradicionalmente atividades agrícolas em seus locais de origem. A maioria desses homens e mulheres vieram do Nordeste brasileiro para trabalhar nos seringais amazônicos com a promessa de enriquecimento e de melhores condições de vida. Por causa dos longos períodos de estiagem na região amazônica sul-occidental, não foi possível a implementação da agricultura. Aliado a isso, os seringalistas reprimiam as tentativas de campesinato nas novas terras, já que a eles interessava apenas a produção de borracha. Foram poucas as famílias de seringueiros que, mesmo contra a vontade dos patrões, conseguiram desenvolver a agricultura de autoconsumo.

Nesses locais, a divisão do trabalho se dava quase sempre com os homens e os filhos maiores se ocupando da coleta do látex e, mais tarde, da coleta de castanha, enquanto as mulheres e as crianças menores se ocupavam do plantio de pequenos roçados, pesca e coleta de frutos para a família. Essa tentativa de se desassociar do barracão, ainda que parcialmente, o consumo de víveres é exposto por Souza ao afirmar que “durante toda a formação dos seringais amazônicos, os seringueiros sempre desenvolveram atividades agrícolas para seu consumo familiar, na tentativa de escaparem de sempre efetuarem suas compras nos barracões dos patrões”<sup>195</sup>.

Se no início do século XX a colonização acreana se deu por migrantes nordestinos em atividade não dirigida que buscavam coletar látex, a partir de então, levas migratórias de outras localidades também se fizeram protagonistas na colonização acreana.

O espaço de produção agrícola foi efetivamente criado no Acre quando os seringueiros, gradativamente, começaram a liberar alguns seringueiros para que pudessem desenvolver agricultura para a subsistência familiar e para o abastecimento do seringal. Além das produções de roças e coletas de frutos produzidos pelos nativos americanos nas terras acreanas, no contexto histórico da disputa das terras no início do século XX, o espaço agrário passou a ser produzido como meio de manter os víveres na região e, além da guerra, os trabalhadores não precisarem se preocupar com o desabastecimento de mantimentos alimentícios.

[...] durante os conflitos contra a Bolívia, como efeitos dos recrutamentos de trabalhadores para a batalha, já nos últimos anos do século XIX, foi dado o direito a alguns seringueiros de romper com a exclusividade na produção da borracha. [...] com isso em meio ao ambiente da guerra, criava-se necessidade de acomodar famílias e seringueiros em áreas mais próximas aos rios e vilarejos o que, gradativamente, tornava-se uma forma de pressão às lideranças “revolucionárias”. [...] Diante do problema criado e da necessidade por alimentos para parte da população, passou-se a isentar do serviço nas forças revolucionárias, todo o seringueiro que quisesse dedicar-se a lavoura. Esta medida do comando da revolução tinha um sentido estratégico, pois viria afastar a possibilidade de terem que lutar também contra a fome em plena batalha<sup>196</sup>.

A economia extrativa que pairou por décadas no Estado do Acre proporcionou a noção de que a terra em si não possuía valor, mas o que se extraía dela é que valeria. Com o processo de territorialização do capital a economia extrativa amazônica mudou.

A “fase de colonização planejada empiricamente” ou segunda fase de colonização foi modestamente iniciada a partir de 1908<sup>197</sup>, contudo, somente foi posta em prática efetivamente em 1942, com a implementação das chamadas “Colônias agrícolas”, que teve a prática bem diferente da teoria planejada. Na teoria, o plano do agrônomo Pimentel Gomes instalaria ao menos uma colônia em cada município, mas não foi isso o que ocorreu. Guerra afirma que a obra sistematizada teve sua prática apenas nos arredores de Rio Branco e, “alguns ensaios desorganizados” em outros municípios<sup>198</sup>.

As terras do seringal Empresa foram adquiridas em 1941 com a intenção de serem divididas em vários núcleos. Nos primeiros anos da década de 1940, o governador Oscar Passos realizou efetivamente um plano

para colonizar a região nos arredores da cidade de Rio Branco. Os núcleos coloniais produzidos no seringal Empresa eram de dois tipos: com lotes de 25 hectares e lotes de 12,5 hectares<sup>199</sup>.

Tabela: Colônias agrícolas implantadas em Rio Branco (1908-1950)

Nome	Nº de lotes	Ano de implantação
Colônia Gabino Besouro	160	1908
Colônia Deocleciano de Sousa	85	1912
Colônia Cunha Vasconcelos	33	1913
Seringal Empresa	86	1943
São Francisco	84	1943
Apolônio Sales	56	1943
Cecília Parente	32	1946
Souza Ramos	34	—
Juarez Távora	79	1949
Dias Martins	76	1949
Alberto Torres	68	1949
Daniel de Carvalho	—	1950
Cruz Milagrosa	95	1950
Gov. José Guimard Santos	68	1950
Mâncio Lima	49	1950

Fonte: Guerra [1955], 2004.

Os núcleos coloniais em sua maioria não detinham plantas que pudessem servir de aporte para a assistência técnica a ser ofertada aos “caboclos na sua quase totalidade nordestinos”. Em um relatório de 1952, encaminhado pelo diretor do departamento de produção do território do Acre ao governador João Kubitschek de Figueiredo, quanto à produção dos núcleos coloniais afirma:

Por falta de serviço de estatística organizado, não nos é possível apresentar a V. Ex a um quadro real da capacidade produtiva ou um balanço econômico perfeito das colônias agrícolas em todos os municípios do território. Temos mantido apenas, com muito esforço do administrador do núcleo colonial seringal Empresa, o levantamento censitário das culturas anuais realizadas nas colônias de referido núcleo<sup>200</sup>.

A situação precária da colonização bem como das atividades agropastoris que não atendiam ao requisito de ocupação efetiva das terras dos municípios, antes, criava nichos de pequena produção para produto interno é criticada por Guerra que escreve:

A quase totalidade das colônias não possui organização e nem ao menos divisão dos lotes. O que existe na realidade é o ajuntamento de uns poucos lavradores em uma área, que algumas vezes está quase na zona urbana da cidade, vivendo sem nenhuma orientação, nem assistência. Chamam comumente estes lavradores, que mal produzem para a própria subsistência, de “colonos” e o pequeno agrupamento de “colônia”. Como se deduz dessa nossa afirmativa, qualquer ajuntamento de lavradores forma assim uma colônia. A esta conclusão chegamos após ter percorrido quase todo o território, ou melhor, nos locais onde estão as colônias instaladas, e observado a ineficiência das chamadas Inspetorias Agrícolas, tal como estão aparelhadas<sup>201</sup>.

Alguns dos antigos seringais ao redor de Rio Branco foram comprados pelo Governo Território Federal do Acre entre os anos de 1947 e 1950, para serem transformados em Colônias Agrícolas. O Plano de Colonização e loteamento de terras pretendia manter trabalhando na terra os ex-seringueiros que tivessem aptidão para as atividades agrícolas. Esses lotes eram cedidos para que fosse trabalhada a terra e produzidos víveres como mandioca, milho, arroz e feijão; e também produziam açúcar, mel, carvão, leite, carne, ovos e frutas<sup>202</sup>. Esse foi um plano isolado e, apenas em parte, bem sucedido.

Os colonos que se interessassem em produzir deveriam solicitar seus lotes apresentando um documento de identificação. Após preencher uma ficha onde fica registrado o seu nome e a composição de sua família, o colono deveria ele próprio marcar a “testada” da propriedade e os limites de maneira aproximada, conforme as picadas abertas na floresta. Nem o governo do território, nem os colonos tinham ideia dos reais limites das propriedades. Tanto na zona rural quanto na zona urbana não foram realizados demarcação ou loteamento de forma sistemática em forma técnica racional. Na maioria das vezes, as próprias famílias eram as responsáveis pelas demarcações que, com o passar dos anos ocasionou litígios de terras por parte de vizinhos.

Quanto à conceção da terra nesses assentamentos deve-se destacar a burocracia exaustiva e o apagamento de vários trabalhadores que habita-

vam as florestas do Acre. Os indígenas, mesmo os “aculturados” que não tinha documento de identificação, não puderam acessar os lotes disponibilizados para assentamentos. Os negros que trabalharam nos seringais, que viviam sem documentação, com o crash da borracha, não puderam acessar os assentamentos, os filhos de índios, de negros e os nascidos no meio da floresta que, muitas vezes nunca tinham se dirigido às cidades, muito menos tinham documentação, também não puderam participar dos projetos de assentamento. Os fugitivos das secas do nordeste vindos para o Acre em busca de melhores condições de vida e que não tinham como se identificar seja porque o patrão seringalista reteve sua documentação quando de sua chegada ao Acre, seja porque não a tinham mesmo, também não puderam acessar os assentamentos. Assim, foram assentados, somente aqueles que “tiveram saldo” e seus documentos foram devolvidos pelos patrões seringalistas, aqueles que tiveram acesso a certidão de nascimento expedida por cartórios e/ou a certidão de batistério expedida pela Igreja, e, ainda, aqueles que, de algum modo, poderiam se identificar. Esses tinham o direito de se inscrever. A burocracia para permanecer na terra e adquirir o título era ainda bem maior. De acordo com Guerra:

O título definitivo de posse das “terras agrícolas” só é concedido ao colono **depois de preenchida uma série de requisitos** como: a) residir com sua família no lote, ali trabalhando e dirigindo os trabalhos agrícolas e pastoris; b) não vender, hipotecar, trocar, transferir ou alienar de qualquer modo o lote, casa e benfeitorias, sem prévia autorização da administração e sem que liquide antes o débito contraído com o governo por quaisquer fornecimentos; c) conservar no mínimo a quarta parte da área total do lote em mata, ou proceder ao reflorestamento na mesma proporção, se já houver sido devastada; d) pagar Cr\$ 10,00 por hectare ou fração como preço do lote, ao receber o título definitivo; e) ocupar, no mínimo, dois hectares com seringueiras de plantio; f) apresentar, no fim do primeiro ano de ocupação, pelo menos, três hectares com culturas diversas, sem o que lhe será cassado o título provisório<sup>203</sup>.

Os habitantes das florestas novamente ficaram de fora dos assentamentos oficiais do Território Federal do Acre, sejam eles nas zonas rurais ou nas zonas urbanas das cidades. Também a expansão da cidade de Rio Branco que se deu para o norte da Avenida Ceará, onde atualmente se chama de Ipase, José Augusto, Bosque e adjacências foi separada para servidores públicos e pessoas que pudessem pagar pelos lotes que eram “gratui-

tos”, mas exigiam compensação pecuniária de Cr\$ 0,20 por metro quadrado para que o título de documentação fosse expedido.

A fase de “colonização dirigida”, ou terceira fase de colonização acreana, se deu no período em que o Acre havia recentemente se tornado Estado. Com o processo de discriminação das terras acreanas o Governo Federal tentava identificar as terras públicas e particulares, tentando frear a ação dos especuladores e grileiros, dando início aos processos de desapropriação de terras para fins de regulamentação fundiária.

Somente foi percebida a falta de regulamentação fundiária quando o Governo Federal iniciou o processo de modernização brasileira através dos projetos de integração nacional. Com esses mecanismos para atrair capital do Centro-Sul a terra tornou-se mercadoria. No início as terras vendidas tinham um preço muito mais acessíveis que em outros lugares do Brasil, contudo, com o passar dos anos, grande parte das terras foram utilizadas como mera reserva de valor para especulação imobiliária, permanecendo totalmente improdutiva.

Esses novos “donos das terras acreanas” começaram a realizar ao longo das rodovias uma colonização espontânea, ao mesmo tempo em que deflagravam uma série de problemas relacionados ao uso e à posse da terra. A terra ficou restrita a quem detinha muitos recursos financeiros. Eram poucos os que conseguiam deter a posse e o domínio das terras no Acre. Assim sendo, a situação jurídica das terras ficou duvidosa e sujeitas a fraudes, surgindo conflitos, não só pelo avanço da fronteira agrícola, mas também pelo estabelecimento da propriedade agropecuária, o que acabou por ocasionar “[...] os expedientes de grilagem, de apropriação de terras públicas, todas ocupadas por famílias seringueiras [sendo que] essas práticas irregulares tornaram a situação fundiária mais complexa e de difícil solução”<sup>204</sup>.

Além da iniciativa governamental, vários loteamentos sem supervisão foram abertos às margens das rodovias que estavam sendo construídas. De acordo com Lima

Os desmatamentos foram tamanhos que de acordo com o Banco Mundial, entre 1975 e 1980, cerca de 5,4% das terras acreanas foram desmatadas.

Seguindo sempre o traçado das BRs 364 e 317 e da AC-40, a atividade de compra das terras se deu mais atuante nos municípios de Plácido de Castro, Senador Guiomard, Boca do Acre, Rio Branco, Sena Madureira, Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri.



Os seringueiros e os posseiros não faziam parte dos planos dos compradores dos seringais, antes eram vistos como ameaça à propriedade da terra. Assim foram expulsos índios, seringueiros e posseiros numa denominada “limpeza da área”, que contava com fazendeiros acompanhados de jagunços, advogados, pistoleiros, indo até a corroboração de policiais, oficiais de justiça, promotores e juízes, na defesa desses ditos “cidadãos honrados”, que tantas vezes, por suas atitudes, se confundiam com especuladores e grileiros<sup>205</sup>.

As populações que moravam nas localidades por onde as rodovias iriam passar foram privados de suas terras, gerando conflitos entre os habitantes das localidades e os novos proprietários, conforme escreve Costa:

Os incentivos para a ocupação das áreas próximas às rodovias, com investimentos para compra de grandes extensões de terras a preços irrisórios, possibilitavam a especulação e grilagem, até mesmo a expulsão de posseiros, ocasionando uma série de conflitos sociais de luta pela terra, fato que contribuiu para a criação dos primeiros projetos de colonização oficial do Incra, a partir da década de 1970. Nesse contexto, além dos grandes investidores, veio também um grande número de camponeses com poucos recursos visando melhores condições de vida; eles eram convencidos pelos “corretores de imóveis”, que formavam loteamentos particulares para comercialização das terras, as quais em muitos casos já tinham donos. Assim, apesar desses produtores não serem capitalistas, ficaram subordinados à dinâmica do capital quando venderam suas terras no Centro-Sul e ingressaram na Amazônia em busca de novas áreas, ficando à mercê dos especuladores de terras que, por sua vez, agiram de acordo com a lógica capitalista no processo de mercantilização da terra<sup>206</sup>.

A chamada “Operação Amazônia” que tinha como objetivo reformular e transformar a economia regional, agravou ainda mais as condições de vida da população, visto que seus incentivos fiscais e financeiros privilegiavam apenas os grandes grupos empresariais.

Os conflitos sociais surgidos entre os “novos proprietários rurais” (os migrantes do centro-sul) e os acreanos (seringueiros e extratores) ocorreu principalmente pela manutenção da floresta em pé. Enquanto um grupo queria derrubar as florestas para produção agrícola e pastoril, outro grupo desejava continuar coletando e extraindo o sustento da floresta sem, necessariamente, derrubar a floresta.

Diante desses e de outros conflitos, no ano de 1974 foi criada a Coordenadoria Regional da Amazônia Ocidental (CR14), e, no ano seguinte, foi instalada a Delegacia Regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), com o intuito de fundar e organizar a classe trabalhadora em associações e sindicatos visando pressionar o Estado para a resolução dos problemas fundiários da região.

[...] os anos 70 teriam sido marcados pela adoção de uma estratégia de mobilização coletiva inovadora na luta de resistência pela posse da terra, os “embates”; nos anos 80, a formulação de uma proposta regionalizada de reforma agrária (RESEX) e a criação simultânea de uma organização mais abrangente do que o STR (CNS) teriam expressado uma tentativa de superar os limites fixados pelo o Estado para resolução dos conflitos fundiários no estado. Nos anos 90, é a ausência de uma singularidade relevante em relação ao MSTR em nível nacional que o caracteriza. Ele consegue, por um lado, as estratégias da CONTAG para implantar o PADRS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e, por outro lado, aquelas mais ligadas aos interesses político-partidários no estado<sup>207</sup>.

Os primeiros projetos de assentamento do Incra em terras acreanas também foram marcados por falta de uma política pública de desenvolvimento baseado nas particularidades locais, o que levou a uma reconcentração fundiária e deterioração desses processos.

Entre os anos de 1976 e 1985 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária utilizou o processo de desapropriação para a reforma agrária criando três modalidades de assentamento: o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD); o Projeto de Assentamento (PA); E O Projeto de Assentamento rápido (PAR). Nesses projetos eram assentadas prioritariamente as famílias oriundas do Centro-Sul do país.

Os PAD's, também denominados de Projetos de Colonização (PC) foram criados a partir da década de 1970 para assentamento de pequenos e médios agricultores em regime de propriedade familiar. Os PAD's Pedro Peixoto e Boa Esperança foram o marco inicial de colonização dirigida no Estado do Acre, trazendo principalmente migrantes do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Os PA's foram uma modalidade de assentamento que incentivava a prática de agricultura em áreas abertas. As unidades produtivas eram tituladas aos assentados que deveriam cultivar seus lotes para a produção.

Os PAR's objetivavam a regularização e ocupação de áreas tidas por devolutas que houberam sido arrecadadas na faixa de fronteira do Estado do Acre, através de uma inicial "Autorização de Ocupação" (AO), e, com o passar dos anos, essas terras foram demarcadas passando as famílias a obter o Título Definitivo Rural (TDR).

Os acima foram os principais projetos desenvolvidos no Estado do Acre, outros tomaram forma a partir dos anos de 1990, como os Projetos de Assentamento Extrativistas (PAE's). Percebe-se, contudo, que depois de assentar os colonos na terra os Governos Federal e Estadual pouco fizeram para subsidiar a produção, dar acesso a água potável e energia elétrica ou, ainda, abrir estradas e ramais que pudessem servir de escoadouro para a produção agrícola e pastoril que se ensejou produzir nessas terras.

Com o passar dos anos os conflitos sociais pela posse da terra aumentaram por conta das políticas públicas implementadas e das práticas defendidas por grupos distintos que queriam trabalhar a terra de maneira diversa. Com a marcha para o oeste incentivando os antigos seringais a darem lugar a fazendas de gado e a projetos agrícolas e os projetos de desenvolvimento implementados, houberam várias disputas pela terra que se tornou mercadoria. Ao mesmo tempo, é perceptível que a maioria das cidades da Amazônia não executou políticas públicas para o fortalecimento de práticas agrícolas ou de incentivo a permanência dos habitantes nas florestas. Pelo contrário, as políticas públicas executadas de vendas de terras, grilagem e expropriação fundiária levou dezenas de milhares de moradores ao êxodo. Aos poucos as periferias das cidades foram se enchendo de migrantes e populações andantes.

## CAPÍTULO III

---

# A IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: NOVOS CAMINHOS

### Romaria

É de sonho e de pó o destino de um só  
Feito eu perdido em pensamentos sobre o meu cavalo.  
É de laço e de nó, de gibeira o jiló  
Dessa vida cumprida a Sol.

Sou caipira Pirapora, Nossa Senhora de Aparecida.  
Ilumina a mina escura e funda o trem da minha vida.

O meu pai foi peão, minha mãe, solidão.  
Meus irmãos perderam-se na vida à custa de aventuras.  
Descasei, joguei, investi, desisti.  
Se há sorte, eu não sei, nunca vi.

Me disseram, porém, que eu viesse aqui  
Pra pedir, de romaria e prece, paz nos desaven/tos.  
Como eu não sei rezar, só queria mostrar  
Meu olhar, meu olhar, meu olhar.

(Renato Teixeira, 1977)

### 3.1 NOVOS CAMINHOS PARA A IGREJA CATÓLICA

A Igreja Católica é a instituição religiosa com maior número de fiéis no Estado do Acre e no Brasil, atingindo a todas as camadas sociais com presença em todo o território nacional<sup>208</sup>.

Rolando Azzi<sup>209</sup> afirma que desde a colonização do Brasil a Igreja Católica adotou três concepções de Igreja: a “Igreja Cristandade”, a “Igreja Sociedade Perfeita” e a “Igreja Povo de Deus”. Esta última, influenciando e sendo influenciada por formulações conciliares que afloraram pela América Latina na segunda metade do Século XX. Essas ações e concepções eclesiais tiveram seu destaque como uma das mais progressistas no cenário mundial entre os anos de 1974 e 1982, sendo implementadas em vários países e continentes nas últimas décadas do milênio próximo passado<sup>210</sup>. Essa nova forma de ver e pensar a Igreja culminou no desenvolvimento de um pensamento teológico próprio, a “Teologia da Libertação”.

No final da década de 1950 a Igreja Católica no Brasil acompanhava e passava ela mesma por importantes transformações. O debate sobre os caminhos a serem seguidos na busca pela promoção de uma maior justiça social mobilizaram o debate político e se acirraram também no interior da igreja. A revolução de caráter popular ocorrida em Cuba em 1959 estimulou as discussões em torno de projetos nacionais de desenvolvimento econômico e independência política. A cúpula da igreja brasileira buscou se inteirar de maneira mais profunda dos problemas sociais do continente com a finalidade de promover ações que evitassem novas revoluções<sup>211</sup>.

A conscientização e a prática político-social católica brasileira nesse contexto histórico devem ser compreendidas em uma nova concepção de cristandade que tenta minimizar as injustiças e evitar uma mudança brusca no sistema de organização do Estado, assim passa a estimular reformas sociais e começa uma caminhada rumo ao desenvolvimentismo<sup>212</sup>.

Com o Concílio Vaticano II e a guinada católica de uma Igreja Piramidal para uma Igreja Circular, surgiram várias “teologias do genitivo”, tematizantes de aspectos da fé. O Papa João Paulo II, em Carta aos Bispos do Brasil anunciou: “estamos convencidos, nós e os Senhores, de que a teologia da libertação é não só oportuna, mas útil e necessária”, constituindo-se etapa em estreita conexão com o patrimônio da Doutrina Social da Igreja e com as reflexões teológicas anteriores “iniciadas com a Tradição

apostólica e continuada com os grandes Padres e Doutores, com o Magistério ordinário e extraordinário”<sup>213</sup>.

Dois textos elaborados pela hierarquia católica nacional: O *Plano de Emergência para a Igreja do Brasil*<sup>214</sup> e a *Declaração*<sup>215</sup>, elaborada pela Comissão Central da CNBB, expressam a tomada de consciência sobre o caráter inumano do sistema capitalista, bem como das misérias que acometiam a população. Esse apoio a uma sociedade mais justa *a priori* não se fez como busca de igualdade de direitos, e sim como uma tentativa de não-substituição do capitalismo por um sistema de caráter socialista marxista<sup>216</sup>.

É nesse contexto que ganha força a Teologia da Libertação enquanto corrente teológica católica reforçando a conscientização da igreja sobre a opção preferencial pelos excluídos.

A Teologia da Libertação tornou-se Teologia Cristã, sem mais, depois de ter contribuído para seu enriquecimento. Contudo, de acordo com Clodovis Boff, para aqueles que tentam ver na Teologia da Libertação uma teologia plena e completa, não há, na atualidade, espaço e nem futuro para ela dentro da Igreja<sup>217</sup>.

Enquanto isso, na Amazônia, dezenas de milhares de pessoas, em meados do século XX, viviam em situação rudimentar de escravidão ou semiescravidão, além dos que viviam em situação de isolamento e abandono por falta de investimentos do poder público. E, com a nova expansão da fronteira amazônica, os conflitos sociais aumentaram. Abandonados à própria sorte, esses homens e mulheres apegaram-se a própria fé e viram na nova ação da Igreja Católica um instrumento capaz de auxiliar na luta por melhores condições de vida.

Cinquenta anos depois desses movimentos teológicos ecoantes na América Latina e, neste trabalho enfatizado, na Amazônia brasileira, é possível perceber várias agências estabelecidas e trabalhos realizados pelos povos amazônicos em prol da própria população e de seu habitat.

A ação da Igreja Católica com base em sua eclesial Doutrina Social foi pautada pela nova visão emanada do Vaticano II e ampliada pela Teologia da Libertação. Sendo refletida sob o prisma de quatro fundamentos, se expressa nas seguintes dimensões: teológica; moral; espiritual; e, vital.

A eclesial Doutrina Social foi de fundamental importância para instrumentalizar e subsidiar esses grupos sociais com informações e orientações de lutas sociais, tendo por base a fé, por objetivo a vida plena e por finalidade a libertação de todas as amarras físicas e espirituais.



Várias foram as transformações que marcaram a Igreja e influenciaram diretamente a igreja brasileira e, em especial a amazônica, desde o início da década de 1960, sob o pontificado de João XXIII. Dentre os marcos da modernidade católica, merecem destaque o Concílio Vaticano II (1962-1965) e outros documentos conciliares como a *Gaudium et Spes*<sup>218</sup>, e encíclicas como as *Encíclicas Mater et Magistra*<sup>219</sup> (1961), *Pacem in Terris*<sup>220</sup> (1963) e *Populorum Progressio*<sup>221</sup> (1967).

Atualmente, no ano de 2022, a Igreja Católica no Brasil possui 278 circunscrições eclesiais, ou seja, territórios ou “Igrejas Particulares” confiada aos cuidados de um bispo; sendo que as circunscrições eclesiais estão divididas assim: 217 são dioceses, 45 arquidioceses, 8 prelazias, 3 eparquias, 1 exarcado, 1 rito próprio, 1 ordinariado militar, 1 administração apostólica pessoal e 1 arquieparquia. Cada uma delas conta com um bispo eleito pelo Papa para administrar o governo pastoral<sup>222</sup>.

### 3.1.1 O Concílio do Vaticano II e a Abertura ao Mundo Moderno

Na tentativa de alcançar um maior número de pessoas, a Igreja Católica tem gastado tempo e empreendido esforços, dedicando atenção particular aos Meios de Comunicação. Além das 50 mensagens já publicadas por conta das jornadas mundiais da comunicação social produzidas desde o Papa Paulo VI<sup>223</sup> até o Papa Francisco, a Igreja já publicou instruções sobre as comunicações sociais, decretos e encíclicas.

Desde a revolução científica até o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica teve posição ambivalente em relação à ciência moderna, com reverses de entusiasmo e condenação. Desde o Iluminismo, a Santa Sé tentou separar o que vê como ciência daquilo que seria pouco crível, havendo tanto abertura quanto rejeição da atividade científica, tanto patrocínio quanto admoestação e censura. Percebe-se, historicamente, que há um avanço com a proposta dessa nova forma da Igreja ver as ciências – desta feita como inerente à condição humana.

Diálogos e duelos têm sido travados desde a segunda metade do século XIX. Somente com a aproximação dos estudos de clérigos e leigos católicos com relação às ciências naturais e à forma como elas poderiam afetar a visão do “Genesis”, do ato criativo e o consequente desenvolvimento do planeta foi que se intensificaram as discussões sobre as Ciências Naturais e sua influência direta em como se vê os seres humanos<sup>224</sup>.



Os apologetas se encarregaram de mostrar que a Igreja era amiga da ciência. E esta, embora estimulada, deveria ficar sob o abrigo seguro do magistério. Várias foram as formulações sobre a ciência e a fé. Para Eduardo Cruz<sup>225</sup>, esse panorama do século XVII a meados do século XX fornece apenas alguns indicativos dessa complexidade histórica, ao que se propõe, de antemão, a apenas um voo panorâmico.

Na constituição apostólica convocatória do Concílio Vaticano II é destacada a referência à ciência, ainda que ela seja pouco tratada nos documentos do Concílio que relega a segundo plano o tom admonitório dos documentos anteriores. Eduardo Cruz afirma que a ciência é pouco tratada nos documentos do Vaticano II, surgindo o termo principalmente na *Gaudium et spes*, que aparece quarenta vezes; na *Gravissimus educationis*, surgindo oito vezes; e, na *Ad gentes*, ocorrendo por seis vezes. Dois campos se fizeram destacar na constituição dos documentos supracitados: uma leitura otimista do tomismo e uma versão de agostianismo que colocava em questão a importância das atividades terrestres para a salvação divina.

O Concílio Vaticano II foi o mais ecumênico de todos<sup>226</sup>. Ele refez a rota fundamental da Igreja e do próprio Cristianismo, colocando-os frente ao mundo moderno. A Igreja saiu de sua situação isolada e se assumiu como detentora da verdade que reconhece a verdade nas ciências e dialoga com elas, sendo compreendida como servidora da humanidade.

Com o encerramento do Concílio, começou-se a imediata interpretação dele. A posição ambígua do magistério em relação à ciência e à sua autonomia se deu tanto pela participação e patrocínio de muitos sacerdotes e religiosos em atividades científicas, quanto pela desconfiança, censura e reiteradas admoestações em relação aos avanços científicos. Somente com João Paulo II, a Igreja atesta a ortodoxia da obra de Galileu Galilei<sup>227</sup> e de sua importância na história da Igreja e da ciência.

O Papa João Paulo II iniciou um diálogo efetivo com as ciências. Conhecido por sua ortodoxia quanto aos assuntos internos da Igreja, o Papa tinha uma atitude de abertura em relação ao mundo moderno. Ele aproximou a Igreja dos cientistas e as descobertas científicas da Igreja, mesmo que ainda haja um longo caminho para o magistério e várias questões que ficaram em aberto a partir do Concílio Vaticano II: várias ideias postas variam da evolução darwinista, perpassando pelo *Design* Inteligente, até o Neodarwinismo.

A Igreja brasileira se engajou em implementar esse novo jeito de ser e de pensar a sua ação estruturante. Essa Igreja Social, não mais piramidal,

mas agora circular, foi implementada em todo o território nacional. Esse novo modelo eclesiológico foi fundamental para que as pessoas se sentissem parte ativa da Igreja em meio aos tempos difíceis e turbulentos vividos durante o início de sua implementação que coincidiu com o regime militar no Brasil. Para Pertúñez Fernández:

O Concílio Vaticano II trouxe também essa grande contribuição para a Prelazia do Acre e Purus (atualmente Diocese de Rio Branco), pelas novas formas pastorais adotadas pela Prelazia, através de seu bispo Dom Giocondo M. Grotti, participante do grande evento conciliar que mudou a história da Igreja latino-americana, brasileira e amazônica. Dom Giocondo, bispo conciliar, iniciou a reviravolta na Prelazia, apesar de todos aqueles que não queriam nenhum tipo de novidades no âmbito eclesial. Os leigos começaram a ter vez e voz nas suas Comunidades e a participar ativamente nos âmbitos de decisão da Prelazia<sup>228</sup>.

Tanto a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín (1968), quanto a CNBB, com seu Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970), se empenharam em colocar em prática a nova eclesiologia emanada do Concílio. Não há uma doutrina social nova, inventada pelos bispos ou pelo Papa, no Concílio Vaticano II. Há o resgate da premissa evangélica de Cristo, de amor ao próximo e vida abundante, para que cada ser humano pudesse ter o necessário para viver dignamente.

De acordo com Pertúñez Fernandes, a Igreja se inspirou na *Lumen Gentium* para assumir o serviço de buscar proporcionar uma vida mais digna e abundante para aqueles, aos quais tinha sido chamada a servir. Para Fernández:

A *Lumen Gentium*, com seu novo modelo eclesiológico, redescobriu a Igreja como Povo de Deus, foi o revulsivo que precisava a Igreja para que ela fosse verdadeiramente a Igreja dos pobres, mudando a concepção de uma Igreja piramidal para uma Igreja circular, Igreja comunhão, onde os leigos exercessem seu sacerdócio comum em Cristo. Foi fundamental colocar a Palavra de Deus nas mãos do povo, desencadeando uma revolução eclesial e comunitária como ninguém poderia ter imaginado. Esse dinamismo proveniente da Palavra fez surgir o engajamento de numerosos leigos e leigas, que assumiram seu compromisso batismal com serviços em favor da Comunidade, convertendo a Igreja em uma Igreja toda ministerial<sup>229</sup>.

O Concílio Vaticano II, através da *Gaudium et Spes*, afirmou que a Sagrada Escritura deveria “iluminar” a sociedade, sugerindo vários temas a serem alumiados para que pudessem ser visualizados com maior clareza a ponto de a Bíblia, a sociedade e a vida estarem correlacionadas, como na relação entre a graça e a natureza, podendo a graça se elevar para aperfeiçoar e sanar a natureza em uma base dinamicamente aberta. Essa leitura de um evangelho social e sociabilizante que atende os princípios basilares de graça e natureza foi lida com predileção por parte das Comunidades Eclesiais de Base<sup>230</sup>, seguindo o espírito de Medellín:

Toda revisão e renovação das estruturas eclesiais no que tem de reformável deve evidentemente ser feita para atender às exigências de situações históricas concretas, mas não perdendo de vista a própria natureza da Igreja. A revisão que hoje se deve levar a cabo em nossa situação continental há de ser inspirada e orientada pelas ideias diretivas muito sublinhadas no Concílio: a da comunhão e a da catholicidade<sup>231</sup>.

A nova eclesiologia emanada do Concílio Vaticano II foi bem recepcionada na América Latina, através da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizada em Medellín (1968); na CNBB, através de seu Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970); e, nas Igrejas Particulares da Amazônia com a implementação do documento produzido pelo *IV Encontro de Pastoral da Amazônia*, realizado em Santarém (1972), que marcou os novos rumos mostrando a trilha por onde deveria caminhar a Igreja em meio a imensidão geográfica amazônica. O Papa Paulo VI incentivou o Concílio com as palavras “Cristo aponta para a Amazônia” que motivaram os bispos a criar as novas diretrizes pastorais a serem seguidas por todos.

O Concílio Vaticano II foi marcante na vida da Igreja, em especial na América Latina, o continente que se empenhou em trazer para a realidade local as reflexões do último concílio na história da Igreja. Pode-se considerar que Medellín foi o Vaticano II da América Latina, e, na mesma linha, poderia se dizer que Santarém foi o Vaticano II da Amazônia brasileira. Em Santarém 1972 decidiu basear sua ação pastoral e evangelizadora em duas diretrizes: 1) a Encarnação na realidade, pelo conhecimento e pela convivência, na simplicidade, e 2) a Evangelização Libertadora. A Igreja na Amazônia adotou e incorporou as novas orientações eclesiológicas e pastorais vindas do Concílio Vaticano II, de Medellín e Puebla e buscou

evangelizar a partir de uma visão mais ampla e profunda da vida e da realidade amazônicas.

A Igreja Católica tornou-se mais atuante nesses rincões e os ensinamentos provenientes do Concílio Vaticano II, recepcionados em vários outros encontros posteriores, contribuíram para a construção de uma Igreja mais voltada para os pobres. A parte progressista e popular da Igreja Católica tornou-se uma instituição imprescindível à parcela da sociedade que se opôs à Ditadura Militar, servindo como forma de “resistência civil à opressão dos aparatos policiais e militares do Estado”<sup>232</sup>.

O Concílio Vaticano II proporcionou grande contribuição à Igreja Católica no mundo, bem como à Igreja latino-americana e brasileira, em específico à Igreja Prelada do Acre e Purus.

### 3.1.2 A Igreja em conflito com o Estado

Durante a Ditadura Militar Brasileira, a Igreja Católica ainda estava muito atrelada ao poder temporal. A concepção de “Igreja Sociedade Perfeita” ainda era muito presente no seio da Igreja, principalmente entre os sacerdotes. A presença efetiva e coexistência histórica com o poder civil criou uma união entre a Igreja e o poder temporal, mesmo em tempos de Ditadura Militar, contudo isso não impediu que vários religiosos, padres e até bispos fossem acusados de subversão e perseguidos pelos órgãos repressivos. Vários padres, freis, freiras e outros religiosos sofreram com a repressão – alguns sendo até assassinados. Quanto aos Bispos, por contarem com o grande prestígio conferido por sua posição, não foram tratados pela polícia da mesma forma que outros “inimigos” do regime.

Não é possível ensejar uma contraposição entre Igreja e governo militar, por esta não existir. Dentro da Igreja haviam muitos Bispos apoiadores do regime e mesmo entre os rotulados de “Bispos progressistas” não havia uma atuação homogênea durante todo o período<sup>233</sup>. A ideia que hoje existe e perpassa o imaginário de uma simples justaposição de um “Estado que reprime” e uma “Igreja que resiste” é falsa. Muito dessa imagem idealizada se fundamenta na construção da memória que prevalece sobre o período de recrudescimento do regime militar em que uma ala da CNBB, com as releituras do Concílio Vaticano II e de Puebla, atuou combativamente por uma Igreja com opção pelos pobres, em referência à concepção de “Igreja Povo de Deus”<sup>234</sup>, momento em que atuou através de um evangelho social. Essa visão, embora existente, era de uma minoria de Bispos da

CNBB não alcançando nem mesmo a metade dos membros da Conferência em nenhum momento do período em que perdurou o Regime Militar Brasileiro. Em 1967, a própria CNBB anunciou que havia um grupo de clérigos que insistia em denunciar injustiças sociais, conforme aponta Gomes:

Em maio de 1967, a VII Assembleia Geral da CNBB, realizada em Aparecida do Norte (SP), sob a presidência de dom Agnelo Rossi, cardeal arcebispo de São Paulo, deixou claro haver um grupo do episcopado, liderado por dom Hélder Câmara, que insistia em denunciar as injustiças sociais do Brasil. (...) Alguns meses mais tarde, bispos e padres da ala dita progressista publicaram, no cotidiano francês *Informations catholiques internationales*, um manifesto no qual denunciavam a injustiça social brasileira, criticavam o imperialismo norte-americano e o capitalismo e faziam um apelo à fraternidade de todos os povos<sup>235</sup>.

A imprensa brasileira reagiu negativamente ao manifesto feito pelos religiosos e jornais, como *O Estado de S. Paulo*, escreveram em seus editoriais sobre a incompetência dos bispos para tratar de matérias políticas e econômicas. As vozes denunciantes que eram minoritárias dentro da Igreja, e que ecoavam principalmente em terras do Norte e do Nordeste foram ganhando adeptos nos anos seguintes. Percebe-se que a solidariedade da Igreja com a propriedade e com o poder é abalada por ações governamentais como o Ato Institucional de número 05. A Igreja começou a se revelar “como um dos atores mais significativos ente os opositores da Ditadura Militar”<sup>236</sup>.

Com o aumento das tensões houve a expulsão de vários religiosos do país com base na lei 4.330/1964, que previa em seu artigo 29, que os estrangeiros que infringissem suas determinações seriam “passíveis de expulsão do território nacional a juízo do governo”<sup>237</sup>. A CNBB precisou se pronunciar sobre o aumento de tensões e os limites de ação da Igreja. Ao tratar do pronunciamento da CNBB, Gomes afirma:

Em dezembro de 1967, motivada pelo aumento das tensões entre membros da Igreja e integrantes do governo brasileiro, a Secretaria-Geral da CNBB emitiu uma nota oficial definindo como deveria ser o relacionamento entre a instituição eclesiástica e a sociedade civil do país. Em linhas gerais, o documento publicado criticava aqueles que defendiam a limitação da ação da Igreja à esfera religiosa. Os bispos defendiam mudanças econômicas e sociais profundas no país e sustentavam que não abdicariam da liberdade de se pronunciar sobre elas<sup>238</sup>.

Aos poucos, os projetos católicos e do grupo militar foram se tornando discrepantes. De acordo com Kenneth P. Serbin, a Igreja Católica atuava visando a promoção da justiça social, enquanto o projeto do grupo liderado pelos militares tinha como fundamentos o anticomunismo e o fim da subversão. Essa distância de ideais ocasionou nos dois atores uma das piores crises “entre Igreja e Estado da história do Brasil”<sup>239</sup>. Nesse contexto, a própria Igreja se tornou alvo da repressão<sup>240</sup>, sendo atacada diretamente pela repressão insurgida contra seus membros:

Uma contagem parcial feita pela Igreja entre 1968 e 1978 documentou a prisão de mais de uma centena de padres, sete mortes e numerosos casos de tortura, expulsão de estrangeiros, invasões de edifícios, ameaças, indiciamentos, sequestros, infiltração de agentes do governo, censura, proibição de missas e encontros, além de vários documentos e publicações falsificados e forjados. Trinta bispos foram vítimas de repressão. Padres enfrentaram processos por causa de seus sermões e críticas ao governo, alegadas participações em organizações subversivas, por darem guarida a fugitivos, por defenderem os direitos humanos, por seu trabalho pastoral em movimentos populares e outras atividades. Além disso, a Igreja sofreu constantes ataques verbais de autoridades do regime (...) <sup>241</sup>.

Os conflitos meramente pontuais e de fácil resolução entre Igreja e Estado deram lugar a um afastamento lento que contrariava a estratégia anteriormente adotada pela Igreja<sup>242</sup>. O governo do Brasil e o governo da França fizeram acordos secretos para treinamento de ações de inteligência, criação e aperfeiçoamento desses sistemas com base no sistema francês e, até mesmo, se auxiliaram mutuamente para a repatriação de sacerdotes franceses tidos como progressistas com o intuito de que não houvesse comoção ou conflitos com a expulsão dos mesmos<sup>243</sup>. Com o passar dos anos, a política restritiva e autoritária na concessão de vistos a religiosos católicos foi intensificada no Consulado brasileiro em Paris, havendo mesmo quem defendesse que a entrada de padres católicos franceses com o intuito de residir permanentemente no Brasil deveria ser tratada como um assunto de Segurança Nacional <sup>244</sup>.

O apoio dado por membros da hierarquia católica ao levante de 1964, com receio de uma guinada comunista no Brasil, foi quase hegemônico no início, mas com o passar dos anos foi se enfraquecendo<sup>245</sup> – embora vários religiosos tenham permanecido apoiando a ditadura instaurada por todo o tempo em que perdurou. Mas também houve vozes no meio epis-

copal que foram fundamentais para ecoar oposição ao regime militar: Bispos como Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Hélder Câmara, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Marcelo Carvalheira, Dom Bernardino Angélico Sândalo, Dom Jairo Ruy Matos da Silva, Dom Geraldo Andrade Ponte, Dom Aldo Gerna, Dom Moacyr Grechi, dentre outros que utilizaram de sua força simbólica para defender os direitos dos excluídos contra a expropriação exercida e apoiada por governantes, além de denunciar no Brasil e no exterior a escravização de indígenas, a supressão de direitos, torturas e a existência de presos políticos<sup>246</sup>.

Nem a CNBB, tampouco o Estado da Cidade do Vaticano, queria o rompimento com o regime instaurado no Brasil. Paulo Gomes em seu livro “Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980): a visão da espionagem<sup>247</sup>” cita dezenas de ações da CNBB e da Cúpula da Igreja Católica no Brasil a favor do regime, bem como outras muitas contrárias a ele. Nada de oficial foi executado, embora tenha sido planejado<sup>248</sup>, mesmo quando o regime passou a perseguir dezenas de bispos, invadir paços episcopais, levar em condução coercitiva e expulsar esses religiosos do país. Nunca houve um rompimento formal ou uma ação enérgica institucional oficial da Igreja no Brasil contrária às ações do regime.

Diversas foram as tentativas de consonância entre a Igreja e o Estado. Foram várias as questões que particularizavam a posição tomada pelos bispos com relação às ações dos governantes e das autoridades durante o regime. Nunca ocorreu uma ruptura entre elas, permanecendo firme o vínculo constituído ao longo da história. Contudo, com o AI-5, houve um distanciamento entre as duas instituições e dezenas de bispos estavam dispostos a romper com o regime – número que aumentou exponencialmente no fim da década seguinte.

Em meio a efervescência teológica que intensificava a ação social e se tornou crescente na América Latina no período pós Vaticano II é perceptível ver que, no Brasil, a CNBB, entre os anos de 1964 e 1968 voltou-se mais para os assuntos intraeclesiais que para as questões sociais. Paulo Gomes<sup>249</sup> afirma existir um silêncio da CNBB sobre questões que envolvessem o governo militar, a repressão e, mesmo, os problemas socioeconômicos. A VIII Assembleia Geral da CNBB ocorrida em Aparecida, no ano de 1967, estabeleceu um “Ano de Fé”, o que fez com que vários bispos enfatizassem o afastamento da Conferência com relação às temáticas de cunho social<sup>250</sup>.



Enquanto a CNBB preferia não emitir juízo sobre questões político-sociais, outros setores enfatizavam suas posições reformistas. Foram as conferências episcopais regionais que “deram o tom” das vozes a serem expressas, valorizando e incitando debates sobre questões sociais e políticas, ocasionando tensões entre a CNBB e outros setores sociais da igreja.

Com as ações da chamada “Operação da Amazônia”, desenvolvidas pelo governo Castelo Branco, houve o crescimento econômico ligado à agroindústria, ao mesmo tempo em que se iniciou um processo de expulsão de camponeses da terra. O acirramento dos conflitos na região contribuiu para o crescimento dos problemas sociais e levou muitos religiosos, incluindo bispos, a repensarem o seu papel.

Os posicionamentos desses bispos nas reuniões da CNBB, solicitando maior atenção às questões socioeconômicas das comunidades, bem como um posicionamento quanto às práticas de expropriação e exploração fez com que vários líderes religiosos agissem a partir de suas circunscrições eclesiais. Quanto a isso, Paulo Gomes afirma:

De 1969 em diante, alguns bispos daquela região [Norte], como dom José Martiniano (Macapá, AP) e – depois de 1971 – dom Estevão Cardoso Avelar (Marabá, PA) e dom Pedro Casaldáliga (São Félix do Araguaia, MT), passaram a promover encontros para discutir suas práticas pastorais. Não demorou, portanto, para que ficassem conhecidos por seu apoio a camponeses e indígenas. (...)

A pobreza daquela região [Nordeste], sem dúvida, incentivou a ação da Igreja. Outros fatores também devem ser considerados, como os intensos conflitos sociais e a presença de líderes que se sobressaíram pela preocupação em construir uma nova concepção de fé, dentre os quais dom Hélder Câmara (Olinda/Recife), dom Antônio Fragoso (Crateús, CE), dom José Távora (Aracaju) e dom José Maria Pires (João Pessoa)<sup>251</sup>.

Esses e outros os líderes religiosos que se levantaram em defesa de uma igreja mais voltada para o social. Concomitantemente a essas ações em defesa dos menos favorecidos, houve uma repressão do Estado contra esses religiosos, com invasões a dioceses e ameaças a Bispos e Arcebispos. Esse posicionamento do Estado contra a Igreja fez com que mesmo os líderes mais conservadores da Igreja se posicionassem contra a intromissão do Estado na Igreja. A partir de fins da década de 1960 a Igreja Católica passou a servir como um dos poucos canais por meio do qual as populações poderiam protestar contra a opressão e as injustiças<sup>252</sup>.

## 3.2 EXPERIÊNCIA RELIGIOSA E RESISTÊNCIA POLÍTICA

Uma experiência primordial correspondente a uma fundação do mundo é a experiência religiosa de não homogeneidade do espaço. O espaço por ser um lugar praticado permite a constituição do mundo. A experiência religiosa primária precede a reflexão sobre o mundo e sobre concepções basilares como o ser e a alma.

O sagrado manifesto por uma hierofania rompe não apenas com a homogeneidade do espaço, como também revela uma realidade existencial muito maior que aquela que se está envolvido em vivências antrópicas. Essa manifestação do sagrado revela a ideia de um “ponto fixo”, de um “centro” a revelar posição em meio ao infinito ontologicamente fundado. O local, portanto, é palpável. É profano e sagrado ao mesmo tempo. Por não ser homogêneo possibilita a experiência religiosa do espaço<sup>253</sup>.

As vivências estabelecidas, mesmo para os homens não religiosos, são de concepções de realidade que se interrelacionam com a existência cotidiana. Para muitos religiosos, há a constituição de “lugares sagrados”, de ritos, passagens, prostrações, toques devotados, e outros. As vivências cotidianas transformam festas, datas e dias como transcendentais do limiar doméstico de um mundo profano para tornar possível a comunicação com o ser sagrado e/ou sublime para onde se pode ser elevado com fins de adoração e/ou devoção<sup>254</sup>.

Há séculos existem pessoas pobres e oprimidas, a novidade se faz pela conscientização de seu estado de pobreza e opressão como consequência de processos sociais desumanos e injustos que negam a dignidade da pessoa humana. Quando as pessoas resistem à opressão e buscam se libertar dela politicamente há a consciência de que é necessário lutar contra a dependência opressora que se apresenta em vários contextos sociais<sup>255</sup>.

### 3.2.1 Teologia do Político e a Cosmovisão em Clodovis Boff

O Vaticano II contribuiu para a construção de uma Igreja mais voltada para os pobres. A parte progressista e popular da Igreja Católica tornou-se uma instituição imprescindível à parcela da sociedade que se opôs à Ditadura Militar, servindo como forma de “resistência civil à opressão dos aparatos policiais e militares do Estado”<sup>256</sup>.

Diversos acontecimentos recentes trazem luz novamente para a Teologia da Libertação. Destacam-se, dentre eles, a centralidade dos pobres no pontificado do Papa Francisco, as proposituras do Sínodo da Amazônia

e o resgate do Vaticano II, a Conferência de Aparecida e o resgate de Medellín, e o impactante posicionamento de Clodovis Boff<sup>257</sup> com relação ao fundamento da Teologia da Libertação.

A Teologia da Libertação propiciou uma revisão da teologia e sua relação com a configuração política, econômica e social na qual as estruturas existentes estavam pautadas. Ao afirmar serem as estruturas opressoras formulações não naturais, a teologia propôs reformulações em, ao menos, três instâncias: 1) a interpretação da fé cristã pela ótica de lutas e da esperança de mudança dos pobres; 2) a assertiva crítica à sociedade e às instituições que corroboram e ratificam o manter de um estado de injustiça; 3) a perspectiva crítica reformuladora da ação pastoral e atividade eclesial tendo por base a defesa e a opção pelos mais pobres.

Dentro da Teologia da Libertação, na constituição da “teologia do político”, a “Doutrina Social da Igreja” tomou forma na Prelazia do Acre e Purus, nos anos de 1970 e décadas seguintes, a partir de ações pastorais do Bispo Dom Moacyr Grechi e do teólogo Clodovis Boff, que treinou párocos e leigos, além de sistematizar a divulgação doutrinária na Prelazia. Na doutrina social da igreja, a dignidade humana é considerada um valor ontológico e os direitos humanos são vistos como direitos universais, invioláveis e inalienáveis<sup>258</sup>.

A doutrina social da Igreja é uma construção histórico-teológica que se atualiza sempre. O Magistério da Igreja Católica há séculos faz declarações sobre questões sociais<sup>259</sup>. A doutrina social<sup>260</sup> vista na Prelazia do Acre e Purus a partir da Teologia da Libertação é uma releitura histórica e social dos documentos recepcionados do Concílio Vaticano II. Essa doutrina social faz parte da missão evangelizadora da Igreja<sup>261</sup>, pertencente ao campo da Teologia, especificamente ao campo da Teologia Moral. Assim sendo, não é no campo ideológico que se insere essa projeção histórica, mas no campo social, através da doutrina social que age com o intuito de interpretar a realidade cotidiana e procurar caminhos apropriados para a ação<sup>262</sup>.

Na segunda metade do século XX, a “salvação integral” tomou uma nova roupagem e o princípio da dignidade da pessoa humana tornou-se absoluto, com base no princípio personalista<sup>263</sup> e pelo humanismo integral. A Doutrina social consagrou três valores: verdade, justiça e liberdade. Quanto à justiça, consiste em dar a Deus e aos homens o que lhes é devido, sendo necessário que essa justiça seja “temperada” pela caridade e misericórdia, com a finalidade de que se transforme em verdadeira justiça social, superando a justiça meramente legal<sup>264</sup>.

Neste trabalho, para o recorte de análise da ação da igreja social com base na doutrina da teologia da libertação, utilizaremos o pensamento de Clodovis Boff em sua primeira fase doutrinária de concepção da Teologia da Libertação.

Clodovis Boff foi um dos teólogos responsáveis por sistematizar a episteme e o método da Teologia da Libertação. Foi ele quem sistematizou a semântica e a sintática da Teologia da Libertação. Quanto a sua obra publicada são mais de cinquenta publicações entre livros e artigos. Dentre as que têm ligação direta em referência à teologia da libertação, a epistemologia e o método no pensamento de Boff podem ser identificados em três fases cronológicas distintas: 1) a Teologia da Libertação como Teologia do Político<sup>265</sup>; 2) a libertação como perspectiva de uma teologia global<sup>266</sup>; 3) a Teologia da Libertação como libertação na Teologia<sup>267</sup>.

A primeira fase do pensamento de Clodovis Boff com relação à epistemologia e o método da Teologia da Libertação está codificada em sua tese doutoral de 1976 e textos proximalmente subsequentes. Seu propósito era propiciar ao movimento teológico latino-americano nascente um estatuto metodológico sistematizado, com argumentação clara e bem fundamentada. Sua tese tem divisão tripartite, cada uma dedicada a uma das três mediações teóricas da Teologia da libertação: a mediação socioanalítica; a mediação hermenêutica e a dialética teoria-práxis.

Para Boff a Teologia da Libertação “deve ser entendida como um caso de uma espécie determinada de Teologia Política”<sup>268</sup>. O autor pressupõe a existência de duas teologias no *órganon teológico*: a *Teologia 1*, por ele denominada como teologia “tradicional” ou “clássica”, a qual se ocupa das realidades especificamente “religiosas”; e a *Teologia 2*, com a teologia “da esperança, “da ação” “da morte de Deus”, “da revolução”, a que chama de *Teologia do Político*. Essa teologia se ocupa de realidades “seculares”, uma teologia temática, de genitivos<sup>269</sup>.

As mediações teóricas que embasaram as teorias da construção do discurso teológico de Boff versam “sobre o estatuto da Teologia do Político em geral e da Teologia da Libertação em Particular”<sup>270</sup>. Nessa primeira fase de pensamento de Clodovis Boff há a diferenciação das duas teologias no plano da problemática, do objeto material e da função, mas não no plano da pertinência, do método ou do modo de teologizar o seu objeto. Para Boff, a *Teologia 2* repercute sobre a *Teologia 1*, levando-a a reestruturação internamente, contudo a *Teologia 2* não pode se construir no nível de sua própria pertinência sem a necessária base fornecida pela *Teologia 1*. Assim

sendo, essas mediações teóricas da construção do discurso teológico são válidas para a Teologia do Político uma vez que o método entre ambas as teologias é substancialmente o mesmo uma vez que “ele pode sofrer uma refundição provinda da natureza (material) do novo campo teórico a investigar”<sup>271</sup>.

Clodovis trata “libertação” como tema da *Teologia* e não perspectiva. Com essa premissa, Clodovis Boff vai se diferenciar de outros teóricos da Teologia da Libertação por inseri-la como um tipo de Teologia do Político. Assim, ao afirmar que existe uma única teologia, não sendo possível constituir-se teologia alternativa ou substitutiva da teologia “clássica”, escreve que “fazer da Teologia da Libertação um todo propriamente orgânico, é uma empresa que não tem outra significação que constituir-se numa ideologia”<sup>272</sup>.

Ao articular os elementos que compõem o discurso da Teologia da Libertação, Clodovis Boff cita a mediação socioanalítica (MSA) e a mediação hermenêutica (MH) como partes integrantes do sistema de mediações concretas constituintes do método. Esses dois elementos estruturais do processo de produção teológica da Teologia do Político são concebidos pelo autor como *Praxis*, “um meio”, “no sentido de *medium in quo* se faz teologia”<sup>273</sup>.

A mediação socioanalítica dá acesso à “natureza material”, ao “objeto teórico” e à “matéria prima”; concomitantemente a mediação hermenêutica atua através da “identidade da pertinência” da mesma. Assim sendo, a mediação hermenêutica contempla o lado do mundo de Deus, enquanto a mediação socioanalítica contempla o lado do mundo do oprimido.

Na articulação do discurso teológico da teologia da libertação, para Boff, a Práxis não atua na constituição do sentido epistemológico, mas tão somente no “sentido social e histórico”<sup>274</sup>, dando suporte à mediação socioanalítica e à mediação hermenêutica, atuando como “solo onde eles se assentam”<sup>275</sup>.

Como o político é campo das Ciências do Social, Boff toma de empréstimo de Althusser a organização constituinte de categorias metodológicas sobre generalidades, bem como intenta evitar obstáculos epistemológicos em relação à formalidade teológica na constituição do discurso teológico propriamente dito<sup>276</sup>.

A aplicabilidade da tua teologia para a análise das vozes do discurso contidas nas cartas que constituem o corpus coletado se dá pelas reflexões produzidas por Boff quanto a extensão do método por ele expresso e

as similitudes que devem ser evitadas. Ao relacionar a Teologia do Político com as Ciências do Social, ele foge do modelo comum a análises desse tipo que é o modelo da “dialética de Calcedônia<sup>277</sup>”, e estabelece uma “dialética permanente” onde a uma interpretação modelar ou um paradigma hermenêutico que atua sob o modelo alternativo da “correspondência de relações” que exige do teólogo um “espírito ou habitus hermenêutico”<sup>278</sup>.

### 3.2.2 A Praxis Libertadora

Libertação (liber+ação) “ação libertadora” representa a busca de uma ação que liberte e consolide a liberdade para que não mais seja cativa. É uma palavra que adquiriu três dimensões no contexto da América Latina a partir dos anos de 1960. A irrupção dos pobres na cena política origina esse processo de libertação.

A ideia de “libertação” deve ser entendida no contexto histórico de “movimentos de libertação” e “revoluções sociais” ocorridos na Europa e nos Estados Unidos em fins dos anos 1960, como influentes no contexto latino-americano. A busca por uma libertação concreta de caráter cultural, econômico, social e político contra a sujeição e a humilhação oxigenou o fôlego do contexto de libertação que constituiu a releitura da teologia a partir do Concílio do Vaticano II. Esse anseio por transformação se tornou um grande desafio para a fé cristã na América Latina – desafio que recebeu o apoio de associações, sindicatos, pedagogias, escolas sociológicas e setores eclesiais.

Desde Medellín, o tema da libertação tem reinado livre na teologia e na pastoral social das Igrejas. O termo libertação é muito rico: tem, por um lado, uma base bíblica (e, portanto, teológica) inegável e, por outro, uma dimensão política evidente.

Existem diversas conceituações sobre a Teologia da Libertação. Pablo Richard a vê como a “reflexão crítica da práxis sobre a fé”<sup>279</sup>. O caráter histórico dessa reflexão teológica foi ressaltado por Gutiérrez em sua *Teologia da Libertação - Perspectivas*:

Teologia que não se limita a pensar o mundo, mas procura situar-se como um momento do processo através do qual o mundo é transformado: abrindo-se no protesto ante a dignidade humana pisoteada, na luta contra a espoliação da imensa maioria dos homens, no amor que liberta, na construção de nova sociedade, justa e fraterna – ao dom do reino de Deus<sup>280</sup>.

A Teologia da Libertação teve em suas origens históricas a experiência dos cristãos católicos da América Latina. No Brasil, ela se destacou por sua atuação junto às camadas populares e a alguns movimentos católicos de conscientização política.

Ao refletir sobre a riqueza presente na “marca comercial” *libertação*, cunhada a partir das conclusões proferidas no Conselho Episcopal Latino-americano<sup>281</sup>, Leonardo Boff<sup>282</sup> afirma que o termo *libertação* “tem livre passagem por entre a teologia e a pastoral social das igrejas” por ser um termo muito rico, com base bíblica e teológica inegável e, por outro lado, por apresentar uma dimensão política evidente<sup>283</sup>. Boff afirma que ela “nasceu como propósito de resposta aos desafios da sociedade oprimida e como contribuição própria, sob enfoque da fé, ao processo maior de libertação que se articula em outros campos da vida do povo”<sup>284</sup>. O autor, ao tratar da hominização como um processo de busca da salvação, faz uma relação entre libertação e salvação ao escrever

De forma mais ampla, podemos dizer que a hominização, como busca por uma humanidade mais plena e livre, implica em um processo de libertação de vários obstáculos. Quando falamos de *salvação*, pensamos em termos teológicos: neste processo histórico de libertação, está a presença de Deus que tem o projeto de salvar a humanidade de tudo que lhe diminui ou tira a vida. A teologia usa a categoria de história da salvação. Esta história sagrada não é uma alternativa à história secular: ela se realiza dentro dela. Esta mesma história vista com os olhos da fé é vista como o *locus* da ação divina. (...) Não é a pregação (ortodoxia) que salva, mas as práticas (ortopraxia), como ela se manifesta claramente na realização última da vida e da história (...) É por isso que existe um vínculo intrínseco entre a libertação histórica e a salvação divina. Portanto, não podemos separar a humanidade de sua divindade em Cristo mais do que a salvação da libertação. A própria libertação histórica impõe o requisito da integridade: liberte todo homem e transforme-o em homem<sup>285</sup>.

De acordo com a Teologia da Libertação, evangelizar consiste em estabelecer a relação entre a salvação e a libertação do ser humano. Para os teólogos da libertação, a origem da evangelização está na descoberta da ação de Deus na história, em especial na prática de Jesus que não ensinou doutrinas ou códigos de conduta a serem seguidos, mas anunciou a vinda do Reino de Deus como uma boa nova anunciada aos pobres. Ignácio Madera, ao tratar sobre evangelização e promoção humana afirma que:



A evangelização é anunciar boas novas de libertação da opressão. (...) A evangelização pressupõe o primado da práxis sobre a confissão de fé ou, mais exatamente, a conjunção entre o dito e o vivido. A evangelização visa gerar comportamentos que tornem o Reino de Deus presente<sup>286</sup>.

Dessa forma, o autor afirma que a convicção básica da Teologia da Libertação tem como base a busca do Reino de Deus e sua justiça. Para isso, não se deve dissociar o vínculo existente entre o anúncio do Evangelho e o compromisso com a justiça nas relações sociais, econômicas e políticas – vinculando a salvação ao progresso humano.

Clodovis e Leonardo Boff percebem a *temática da libertação* dentro do contexto latino-americano, a partir dos movimentos sociais e da análise crítico-radical do subdesenvolvimento. Para eles o subdesenvolvimento não deve ser visto como mero atraso tecnológico, ou interdependência com os países desenvolvidos, mas as causas estruturais da miséria do continente latino-americano devem ser vistas “como a outra face do desenvolvimento, como um sistema de dependência de centros hegemônicos que propositalmente mantém vários países como subdesenvolvidos”<sup>287</sup>.

Gutierrez, um dos maiores teóricos da Teologia da Libertação, aponta a necessidade de buscar a libertação além de conceitos como desenvolvimento ou combate à pobreza. De igual modo, o anúncio do evangelho precisa estar acompanhado do compromisso de promoção humana, onde promover o homem signifique libertá-lo das opressões causadas por esse mundo<sup>288</sup>.

Carlos Palácio<sup>289</sup> afirma que a teologia da libertação é uma forma não convencional de fazer teologia por trazer à voga a necessidade de pensar a missão dos cristãos à luz da fé, em um mundo caracterizado pela injustiça institucionalizada. Para ele, a teologia da libertação não é fruto de pesquisas acadêmicas ou de uma agenda de ritmo universitário – uma vez que sua reflexão teológica é fruto de uma consciência que tem como base a indissociabilidade entre a vida social e a experiência espiritual.

Segundo o teólogo Agenor Brighenti<sup>290</sup>, o método da teologia da libertação é constituído essencialmente por três características principais: a primeira diz respeito ao lugar e função da teologia, onde a originalidade está em sua contextualização que não é nomeada pelo método nem pelo produto final da elaboração, mas pela experiência eclesial que a embasa; a segunda característica é a importância dada à prática e à educação socio

analítica, para que não haja distorção do ponto base inicial, sendo a mediação socioanalítica uma dimensão constitutiva do *habitus* teológico; a terceira característica é o postulado do *pluralismo teológico* onde a eficácia da fé requer levar a sério a particularidade do contexto em que a Igreja está inserida<sup>291</sup>.

Clodovis Boff defende uma igreja incentivadora de suas bases e que se faça presente com o povo nas suas lutas e experiências de evangelização<sup>292</sup>. Um exemplo de seu comportamento engajado na construção da visão teológica é o livro *Teologia Pé-no-chão*, escrito em 1984, fruto de suas andanças e experiências de evangelização junto as Comunidades Eclesiais de Base nas terras da Amazônia Sul-Occidental. O autor relata que essa experiência partiu de uma teologia produzida a partir de conjunturas históricas bem definidas, tratando de situações concretas e variadas. Clodovis explica o título e a temática de sua obra:

“Pé-no-Chão”, em primeiro lugar porque se trata de uma teologia que caminha com os pés e não com a cabeça. De uma teologia chã, terrosa. Mas sempre grávida dos germes de todo chão fecundo.

“Pé-no-chão”, em seguida, porque esta teologia se faz primeiro com os pés. Trata-se aqui de um pensar teológico que entra pelos pés, penetra por todo o corpo e sobe até a cabeça. Pois há coisas que só se captam indo até lá e vendo. Esta teologia diz o que viu e ouviu em suas andanças no meio do povo.

“Pé-no-chão”, por fim significa que se leva em conta a vida dos que andam de pés no chão. Dos que habitam o chão da história. Dos pobres e oprimidos. Dos que vivem derrubados no chão. Mas que do chão não cessam de se levantar. Uma teologia dos pobres feita com eles, deles<sup>293</sup>.

A radicalidade das intenções de Clodovis Boff é demonstrada pelo termo utilizado. Esse “pé-no-chão” exprime uma prática pastoral identificada com os pobres, com aqueles que, segundo suas palavras, ocupam o “chão” da sociedade e da história. Essa postura em favor dos mais pobres e o entusiasmo pelas comunidades de base deixa clara a abordagem histórica no sentido de construir uma conscientização e identidade comunitária.

A mediação dos ensinamentos das escrituras cristãs correlacionada ao contexto de uma determinada realidade socio-histórica de opressão pode ser constatada pelas mediações analítica e hermenêutica com a finalidade de despertar nas pessoas uma ação que atue no sentido de mudar o

estado das coisas<sup>294</sup>. Essa abordagem teológica embasada na história valorizou o constante exercício da *práxis*, em que as alternativas para a resolução dos problemas concretos da humanidade devem ser associadas ao compromisso com a justiça social, tendo a participação política dos leigos nas formulações e práticas intraeclesiais e a luta pela justiça como um compromisso constante<sup>295</sup>.

### 3.2.3 A ação libertadora e a religiosidade popular

A religiosidade popular teve seu valor mencionado e justificado na Conferência Episcopal Latino-Americana, de 1968, havendo, inclusive uma recomendação para que fossem produzidos estudos sérios e sistemáticos sobre a religiosidade popular e suas manifestações. Os estudos produzidos, via de regra, eram muito específicos ou demasiadamente abrangentes, ficando difícil a análise.

A religião do povo teve sua importância reconhecida na Conferência de Puebla, sendo alçada a categoria de “sabedoria popular”<sup>296</sup>. Dessa maneira a relação estabelecida entre a religião popular e o saber sapiencial por conaturalidade se torna enraizante, completando e confirmando o saber científico-social.

Para Scannone<sup>297</sup>, a religião do povo, autenticamente evangelizada, não é apenas evangelizadora, mas também libertadora, como mostra a leitura popular da Bíblia<sup>298</sup>. Uma formulação interessante nessa teologia popular é o fato de ela não aceitar a luta de classes como princípio hermenêutico dominante, mesmo tendo ciência da necessidade de união das pessoas para combater a injustiça institucional e estrutural vigente. Scannone escreveu que:

A teologia do povo não negligencia os conflitos sociais urgentes, ainda que, na sua compreensão do “povo”, favoreça a unidade (...) A teologia do povo reconhece também a “situação de pecado” vivida pela América Latina como os inúmeros “pecados estruturais” que a configuram<sup>299</sup>.

Um ponto de destaque na religião popular é a piedade que aponta como verdadeira espiritualidade e misticismo. Essa piedade é importante não apenas para a nova evangelização e para a libertação, mas também para uma reflexão teológica libertadora.

Com adoção da prática pedagógica de leitura popular embasada na teoria de Paulo Freire<sup>300</sup>, com ênfase em obras como “Pedagogia dos oprimidos<sup>301</sup>” e “Educação como prática de Liberdade<sup>302</sup>”, a educação foi concebida como um “ato de caminhar juntos” abordando a leitura bíblica como inspiração para a vida diária no campo social e mudança do *habitus* cotidiano.

De acordo com Martínez Saavedra<sup>303</sup> a hermenêutica implementada nessa leitura popular libertadora da Bíblia está baseada em três pilares: a realidade (pré-texto), a comunidade (contexto) e a palavra (texto). Sendo a realidade o que motiva e impulsiona; a comunidade, a partir de sua própria realidade e animada pela fé dialoga com o texto (a Palavra) desencadeando na leitura um sentido libertador.

A Pontifícia Comissão Bíblica publicou um documento intitulado “A Interpretação da Bíblia na Igreja”<sup>304</sup>. Nesse documento, dentre outros assuntos, ainda que de forma tímida, há considerações sobre a leitura bíblica por parte de pessoas mais humildes do povo, atuando em comunidade:

Numerosas « comunidades de base » centralizam suas reuniões sobre a Bíblia e se propõem um triplo objetivo: conhecer a Bíblia, construir a comunidade e servir o povo. Aqui também a ajuda de exegetas é útil para evitar atualizações mal fundadas. Mas deve-se alegrar em ver a Bíblia tomada por mãos de gente humilde, dos pobres, que podem trazer à sua interpretação e à sua atualização uma luz mais penetrante do ponto de vista espiritual e existencial do que aquela que vem de uma ciência segura dela mesma<sup>305</sup>.

Percebe-se que a importância do ato de ler como prática de mudança de *habitus* e constituição de agência no contexto social propiciou uma aproximação entre a exegese e as pessoas que interagem com as comunidades. As pessoas começam a se ver como agentes de interpretação da Bíblia – ainda que de forma embrionária.

Nesse contexto de leitura bíblica e religiosidade popular em busca de uma libertação surge uma reinterpretação do “Cristo”. Nesses grupos sociais que as pessoas vão, aos poucos, tomando consciência da opressão em seu desfavor, há uma releitura da realidade chamada “lugar social” em que a cristologia constitui um lugar teológico, no sentido de revelação, antes mesmo de se constituir lugar hermenêutico, de interpretação. Nesse contexto de uma nova visão estudada do Cristo, Jorge Costadoat<sup>306</sup> afirma que não é possível a existência de uma Cristologia dissociada do desejo de

mudança de atitude perante a sociedade e que, concomitantemente, não seja também por ela influenciada. Tanto o Cristo quanto Deus são apresentados como seres não neutros, antes que têm um lado, o dos pobres<sup>307</sup>.

O catolicismo popular<sup>308</sup> não é apenas majoritário, mas guarda a memória do encontro da fé cristã com outras culturas. Ferreira de Oliveira<sup>309</sup> ao citar Comblim diz que este afirma haver no Brasil, como em outros países da cristandade, “várias formas de catolicismo popular, compostas de várias estruturas, perfeitamente coerentes e lógicas, cada uma em seu próprio sistema”. Para Comblim o catolicismo popular sofreu três tipos de influências: a europeia, africana e nativa americana, com predominância europeia no catolicismo brasileiro e latino-americano<sup>310</sup>.

As tipologias do catolicismo latino-americano pós Medellín foram pesquisadas por Ferreira de Oliveira que classificou a representação da religiosidade popular em quatro agrupamentos de tendências das diversas tipologias, segundo as combinações de elementos do catolicismo. Para ele, há uma constelação *sacramental*, com práticas que se assemelham a dos sacramentos da Igreja Católica<sup>311</sup>; uma constelação *devocional* formada por práticas individuais ou coletivas, buscando obter favores espirituais por parte de Deus; a constelação *protetora* com práticas que exigem a intervenção dos santos para pedir ajuda diante das dificuldades deste mundo; e, a constelação *mágica* quando há um agente mediador na relação estabelecida entre os homens e o sagrado – podendo ser um curandeiro, um feitiцеiro ou um fazedor de milagres<sup>312</sup>.

A vivência cristã em um contexto de opressão é o lugar social da cristologia da libertação. É nesse lugar que o Cristo libertador conduz à luta contra a adversidade e a injustiça. Nesse contexto, percebe-se que o Cristo histórico não é negado, contudo, aparece como um apoio que leve à consciência de uma abordagem menos fenomenológica e mais pragmática. Embora não o negue, o messianismo focal não está na salvação redentora dos pecados e injustiças praticados, mas na redenção salvadora contra os pecados e injustiças sofridos.

### 3.2.4 A Doutrina Social como aporte a “Ação Libertadora”

A Igreja, ligada à Doutrina Social, além de sacerdotes e religiosos, também reuniu intelectuais e jornalistas que atuavam em oposição ao desenvolvimentismo expropriatório praticado pelo governo militar. Com o aporte a “ação libertadora”, também agiu no desenvolvimento de periódicos

cos que atuassem como veículos de comunicação ao mesmo tempo em que propiciassem acesso à informação às comunidades de sua circunscrição. Esse, propositadamente, não seria registrado como jornal para que não estivesse sob a égide da lei de imprensa.

Além da “homilia”, “Palavra do Senhor” e “Palavra da salvação”, que são expressões usualmente do campo religioso, no sentido proferido por Bourdieu, e tem uma ligação direta com a igreja e seu habitus eclesiástico, o boletim também apresentava questões de cunho social do cotidiano. Ele registrou como os habitantes e os movimentos sociais acreanos se colocaram na cena política atrelando as reivindicações ao contexto do “tradicional” em busca de estratégias de sobrevivência e defesa de seus territórios.

A abordagem empregada focou temas de interesse direto que estavam intimamente relacionados aos modos de vida e possibilidades de sobrevivência, como o meio ambiente, a questão indígena, a posse da terra e as populações da periferia, fazendo diferenciação entre os atores sociais e suas participações no processo que estava em curso.

A Igreja pós-conciliar teve não somente membros que se posicionavam pelas tradições eclesiais e práticas conservadoras, como também aqueles tidos como progressistas, que embasavam suas teses de atuação nas Encíclicas *Mater et Magistra* e *Populorum Progressio*. Esses integrantes progressistas do clero eram chamados de subversivos. No pontificado de Paulo VI, com a Encíclica *Populorum Progressio* (1967), e a Carta Apostólica *Octogésima Adveniens*<sup>313</sup> (1971) a igreja se debruçou sobre dois grandes desafios: “a modernidade e a pobreza”<sup>314</sup>.

O Papa Paulo VI em sua *Octogésima Adveniens* enfatizou que a competência das comunidades locais para discernir, com base nos Evangelhos e nos ensinamentos sociais da igreja, qual seria o melhor caminho para realizar as transformações econômicas, políticas e sociais que se fazem urgentes e necessárias. Ao abordar os problemas sociais decorrentes do êxodo rural, urbanização acelerada, industrialização, empobrecimento do proletariado, degradação do meio ambiente, exploração predatória da natureza o papa convocou os cristãos a participarem na aspiração e realização dos anseios de igualdade e participação, através da democracia. A carta papal rejeita o materialismo e a dialética da violência, tanto quanto condena a sujeição da liberdade individual ao coletivismo. De igual modo a carta papal também rejeita a ideologia liberal e a exaltação do individualismo,

da ganância do lucro e do desejo de poder que muitas vezes são utilizados como pretexto de defesa da liberdade.

Contrário à polarização ideológica entre liberalismo e marxismo, Paulo VI chama os cristãos para agir com discernimento, retomou a *Pacem in Terris*<sup>315</sup> para afirmar que nada impede os cristãos de assumirem compromissos com os movimentos históricos, desde que estes se encontrem “em conformidade com as normas da reta razão e interpretam as justas aspirações humanas”<sup>316</sup>.

Clodovis Boff, assim como seu irmão Leonardo Boff, se aproximou do pensamento crítico de Marx em sua segunda fase de pensamento, entre 1986 e os anos 2.000. Antes, contudo, percebe-se o uso do contato com o marxismo como um caminho útil para a compreensão do mundo. No movimento intelectual de ver a prática do Jesus histórico é nítida a proposta de negação à ordem que institucionaliza a subjugação do homem pelo homem.

Em seu livro *Teologia Pé-No-Chão* Clodovis Boff comenta sua intenção de dar a palavra à realidade viva, como que em resposta as reclamações que ouvia por uma “teologia ligada à vida, por uma educação “vinculada à práxis” e uma “cultura libertadora”<sup>317</sup>. Boff acredita na existência de vários Brasis em um mesmo Brasil, ele escreveu:

A diferença entre S. Catarina e o Acre é contrastante, seja do ponto de vista da natureza, como da economia e da cultura. Dir-se-ia que não é o mesmo Brasil. Andando de carro através daqueles belos campos, todos cultivados, com suas casinhas tão bem ajeitadinhas, perguntava-me: “Mas será este o Brasil dos teólogos da libertação?” Parecia-me mais ver uma Europa transplantada do que um pedaço do “Terceiro Mundo”.

Contudo, atrás dessa integração aparente, fervem – as contradições do sistema capitalista imperante em todo o nosso país. É verdade: não são tão agudas e claras como alhures, mas estão presentes. E presentes sobre uma forma específica que é preciso individuar. Não percebi muito esforço neste sentido por parte dos agentes eclesiais com que tive contato. Eles têm uma visão geral e abstrata da realidade. Por isso, enfatizei a necessidade de se produzirem uma teologia, vida religiosa e pastoral especificamente catarinense para uma Igreja legitimamente barriga-verde<sup>318</sup>

Embora existam várias vertentes da Teologia da libertação, percebemos que nas terras da Amazônia Sul-Occidental prevaleceu a apropriação da teoria social marxista e não do materialismo dialético.



Em Marx a teoria materialista e a teoria social estão juntas, contudo, de acordo com Cavazzuti “do ponto de vista lógico, porém, não há uma dependência direta entre a filosofia materialista e a teoria social marxista”<sup>319</sup>. Assim sendo, o cristão poderia se apropriar da teoria social de Marx, sem necessariamente aceitar o seu ateísmo. Ficando de forma autônoma essa utilização instrumental de análise marxista, ou seja, para os irmãos Boff, “trata-se de ciência (saber ser controlado pela experimentação e verificação) e não de filosofia (interpretação universalizante do ser e da história global)”<sup>320</sup>.

Dom Rossi contra-argumenta esse pensamento ao se referir sobre as verdades, erros e perigos da teologia da libertação. Ele afirma ser um erro a evangelização pelo “caminho político-partidário, emocional, faccioso, mais ou menos materialista, de inspiração e prática marxista”<sup>321</sup>. Também a cúria romana, através da Sagrada Congregação Para Doutrina da Fé, sob a presidência do Cardeal Joseph Ratzinger, na Instrução Sobre Alguns Aspectos da “Teologia da Libertação”, pretendeu demonstrar os desvios prejudiciais à fé, contidos neste modo de fazer teologia.

A congregação reconhece “o escândalo das gritantes desigualdades entre ricos e pobres – quer se trate de desigualdades entre países ricos e países pobres, ou de desigualdades entre camadas sociais dentro de um mesmo território”, ao mesmo tempo em que condena o uso que os teólogos da libertação fazem do instrumental de análise marxista da realidade<sup>322</sup>. Assim, os pobres não deveriam ser concebidos a partir da perspectiva marxista de classe pela teologia da libertação, tampouco a luta revolucionária deveria ser utilizada como meio de sua libertação haja vista que os cristãos não podem ter a violência como meio de superação das injustiças: “não foi com a revolução que Cristo, seus Apóstolos e sua Igreja, lograram a abolição da escravidão”<sup>323</sup>.

De acordo com o *Dicionário histórico da Teologia da Libertação*, no ano de 1985, foi iniciado um ambicioso projeto editorial intitulado “Teologia e Libertação, destinado a cobrir todo o campo dessa teologia. Esse projeto era patrocinado por 120 bispos, a maioria brasileiros. Os primeiros volumes da coleção “Teologia e Libertação” ou “Teologgía y Liberación” são acompanhados por uma lista de 120 bispos que a apoiam: sendo 02 argentinos, 82 brasileiros, 06 chilenos, 06 equatorianos, 06 peruanos, 05 norte-americanos, 04 espanhóis, 03 mexicanos, 02 bolivianos, 02 uruguaios, 01 paraguaio e 01 venezuelano. Com a publicação dos primeiros três exemplares da coleção, na primavera de 1985, a Congregação para a

Doutrina da Fé, liderada por seu prefeito o Cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, exigiu que essa lista fosse suprimida<sup>324</sup>.

Com base nos dados apresentados pelo *Dicionário histórico da Teologia da Libertação* referentes à coleção *Teologia e Libertação*, elaboramos um quadro com a lista dos 82 bispos que apoiaram oficialmente o movimento. Em um cruzamento de informações dos dados disponibilizados pela coleção e as disponibilizadas pelo site “A hierarquia da Igreja Católica: Informações atuais e históricas sobre seus bispos e dioceses”<sup>325</sup> pudemos traçar as localidades de atuação desses religiosos, bem como suas circunscrições de atuação.

### Quadro: 82 Bispos brasileiros apoiadores da Teologia da Libertação

Lista dos 82 Bispos (e Arcebispos) brasileiros que apoiaram a Teologia da Libertação

ESTADO	Bispos que apoiaram a Teologia da Libertação	ESTADO	Bispos que apoiaram a Teologia da Libertação
Acre	Moacyr GRECHI (Acre et Purus)	Pernambuco	Paulo CARDOSO (Petrópolis) Francisco de MESQUITA FILHO (Afoogados da Ingazeira) Helder PESSOA CÂMARA, Arcebispo (Recife) Tiago POSTMA (Garanhuns)
Alagoas	-----	Piauí	Augusto ALVES DA ROCHA (Picos)
Amapá	-----	Rio de Janeiro	Waldyr CALHEIROS (Barra do Pirai-Volta Redonda) Adriano HYPOLITO (Nova Iguaçu) Mauro MORELLI (Duque de Caxias) Vital WILDERINK (Itaguaí)
Amazonas	Jorge MARSKELL (Itacoatiara)	Rio Grande do Norte	José F. de OLIVEIRA NETO (Mossoró)
Bahia	Jairo R. MATOS DA SILVA (Bonfim) José RODRIGUES DE SOUZA (Juazeiro) Mathias SCHMIDT (Ruy Barbosa) Itamar VIAN (Barra) Ricardo WERBERBERGER (Barreiras)	Rio Grande do Sul	Jayme H. CHEMELLO (Pelotas) Orlando O. DOTTI (Vacaria) Paulo MORETTO NEI (Caxias do Sul)
Ceará	Pompeu BEZERRA BESSA (Limoeiro do Norte) Guido M. CASULLO (Cândido Mendes) Antônio Batista GRAGOSO (Crateris) Geraldo NASCIMENTO (Fortaleza) José Mauro RAMALHO (Iguatu) Joaquim Rufino do RÉGO (Quixadá)	Roraima	-----
Distrito Federal	-----	Santa Catarina	Osório BEBBER (Tubarão) Tito BUSS (Rio do Sul) José GOMES (Chapeco) Oneres MARCHIORI (Lajes) Grégório WARMELING (Joinville)
Espírito Santo	Aldo GERNA (São Mateus) Sílvester L. SCANDIAN, Arcebispo (Vitória)	São Paulo	Romeu ALBERTI, Arcebispo (Ribeirão Preto) Paulo Evaristo ARNS, Arcebispo (São Paulo) Walter BINI (Lins) Joel Ivo CATAPAN (São Paulo) José DIAS APARICIO (Registro) Luis Gonzaga FERNANDES (Campinas) Antônio GASSPAR (São Paulo) Oswaldo GIUNINI (Marília) Cláudio HUMES (Santo André) Eduardo KOAIK (Piracicaba) Pedro Paulo KOOP (Lins) Alfredo NOVAK (São Paulo) Cândido PADIN (Bauru) Alano PENA (Itapeva) Décio PEREIRA (São Paulo) Gilberto PEREIRA LOPES, Arcebispo (Campinas) Bernardino Angelico SÁNDALO (São Paulo) José THURLER (São Paulo) Luis Demetrio VALENTINI (Jales) Francisco Manuel VIEIRA (São Paulo)
Goiás	Tomás BALDUINO (Goiás)	Sergipe	José BRANDÃO DE CASTRO (Propriá)
Maranhão	Rino CARLESI (Balsas) Ricardo PAGLIA (Pinheiro) Paulo Eduardo A. PONTE (São Luis) Reinaldo PÜNDER (Caroatã) Pascasio RETTLER (Bacabal)	Tocantins	Jaime COLLINS (Miracema do Norte) Celso PEREIRA DE ALMEIDA (Porto Nacional)
Mato Grosso	Máximo BIENNÉS (São Luis de Cáceres) Pedro CASALDÁLIGA (São Félix) Osório W. STOFFEL (Rondonópolis)		
Mato Grosso do Sul	Izidoro KOSINSKI (Três Lagoas)		
Minas Gerais	Tarcísio ARIIVALDO AMARAL (Campanha) Estêvão CARDOSO DE AVELAR (Uberlândia) Mário T. GURGEL (Itabira) Lehis LARA (Itabira) Quirino A. SCHMITZ (Teófilo Otoni)		
Pará	José Elias CHAVES (Cامتá) Patricio J. HANRAHAN (Conceição do Araguaia) Erwin KRAUTLER (Xingu) Martinho LAMMERS (Óbidos) Tiago C. RYAN (Santarém)		
Paraíba	Marcelo P. CARVALHEIRA (Guarabira) Manuel PEREIRA DA COSTA (Campina Grande) José Maria PIRES, Arcebispo (João Pessoa) Gerardo A. PONTE (Patos)		
Paraná	Ladislau BIERNASKI (Curitiba)		

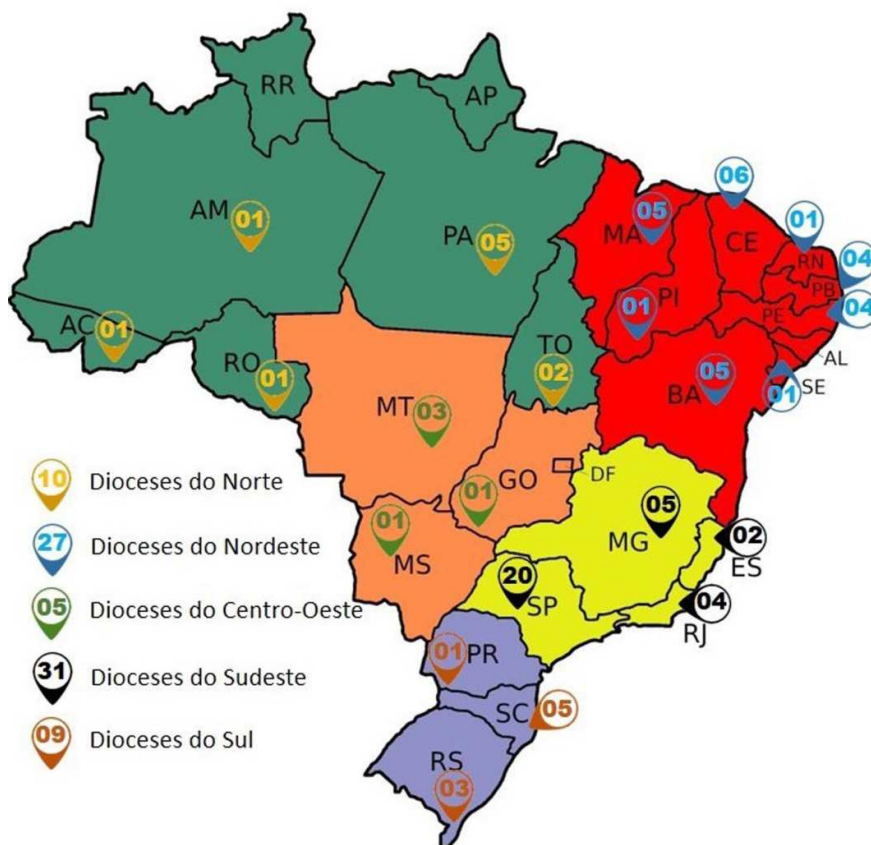
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados contidos na obra *Dictionnaire historique de la théologie de la libération* (CHEZA et al., 2017, p.448-451).

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados contidos da obra *Dictionnaire Historique de la Théologie de la Libération*<sup>326</sup>.

Pela lista é perceptível a participação de 06 arcebispos das arquidioceses de Vitória, Espírito Santo; João Pessoa, Paraíba; Recife, Pernambuco; e, Ribeirão Preto, São Paulo e Campinas, São Paulo. Também consta a presença de 76 bispos circunscritos de dioceses jurisdicionadas em 22 Estados do Brasil. Somente as Unidades Federadas de Alagoas, Amapá, Distrito Federal e Roraima não tiveram bispos representantes nessa lista.

### Figura: Dioceses (e Arquidioceses) apoiadoras da Teologia da Libertação

Quantitativo de Dioceses (e Arquidioceses) que apoiaram a Teologia da Libertação no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados contidos da obra *Dictionnaire Historique de la Théologie de la Libération*<sup>327</sup>.

A região brasileira que mais forneceu subsídio para a constituição do projeto “Teologia e Libertação” foi a Região Sudeste, com 04 Arcebispos e 27 Bispos. A Região Nordeste com 02 Arcebispos e 25 Bispos. A Região Norte com 10 Bispos. A Região Sul, com 09 Bispos. E, e a região que menos subsidiou foi a Centro-Oeste com apenas 05 Bispos.

Um dado interessante que será aprofundado no próximo capítulo é o fato de que todos esses Bispos e Arcebispos tiveram suas ações investigadas pelo Serviço Nacional de Informações, durante a Ditadura Militar brasileira. As suas Prelazias, Dioceses, Arquidioceses e os periódicos por elas publicados também foram objetos de notas, partes, processos e comunicações dos órgãos de inteligência do regime que combatiam toda e qualquer ação que pudesse afetar a ordem estabelecida vigente à época.

### 3.2.5 Vivências e cidadania nas CEBs

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são uma realidade na América Latina. A partir das CEBs, percebemos uma nova organização pastoral que rompe o monopólio hierárquico dentro da Igreja e valoriza a figura do cristão leigo como membro do Povo de Deus<sup>328</sup>. As CEBs são *comunidades* por reunir pessoas que têm a mesma fé, pertencentes a mesma Igreja em uma mesma região; são *eclisiais* por congregar núcleos vivenciadores de fé em ambiente de uma mesma igreja; são *de base* por serem constituídas em sua imensa maioria por pessoas de classes populares que vivem na periferia das sociedades.

Essas organizações eclesiais propiciam uma tomada de consciência de sua dignidade como pessoas humanas livres, rompendo o monopólio da fala que antes era centrada em uma elite institucionalizada. Nas comunidades de base, o sujeito de reflexão é coletivo<sup>329</sup> e o discurso, ao romper o lugar clássico tradicional de ostentação de insígnias hierárquicas ou títulos acadêmicos, se faz com a mudança tanto do sujeito agente quanto do objeto de discurso eclesial<sup>330</sup>.

Com o processo de nova estrutura de Igreja surgem as CEBs, como contraposição à tradicional estrutura clerical e paroquial. As CEBs eram formadas principalmente pelas classes populares, embora houvessem membros de outras classes sociais. A afirmação de seus *direitos sociais*, perpassando por *laços comunitários* e de solidariedade, formaram grupos solidários constituídos por militantes católicos que moravam geograficamente próximos.

As CEBs não são *movimentos*, nem mesmo *congregações* que se propõem a vivenciar algumas virtudes cristãs. Em sua definição como *comunidades eclesiais* foram reconhecidas institucionalmente como igreja. Formadas por associação voluntária de leigos tornaram-se um dos poucos espaços de reflexão e ação das classes dominadas<sup>331</sup>.

O principal método de discussão nas CEBs é o VER-JULGAR-AGIR em que os problemas pertinentes à vida da comunidade são discutidos. Assim, a junção da fé e da vida é estabelecida com a problematização de assuntos religiosos, sociais e políticos que afetam o cotidiano comunitário.

A partir dessa irrupção das CEBs vários questionamentos emergiram à consciência eclesial. O que era uma massa amorfa dentro da igreja que nada dizia e tudo recebia, transformou-se com o protagonismo leigo que se intensificou gradativamente no ambiente intra-eclesiástico. Desta feita, os cristãos leigos participavam das comunidades, discutindo os problemas que os afetam, a partir de sua visão de mundo, exercitando a comunicação sobre as lutas experimentadas pela comunidade passando a questioná-las não apenas em campo eclesial estrito, mas também inaugurando uma nova prática político-religiosa que os introduz como protagonistas de significativas mudanças na cultura e na sociedade.

As CEBs surgiram na América Latina Impulsionadas pela 2ª Conferência Geral do Episcopado de Medellín<sup>332</sup>, tendo a leitura comunitária e popular da Bíblia como uma das principais formas de recepção do Concílio Vaticano II<sup>333</sup>. De acordo com Saavedra:

Na Conferência de Medellín (1968), os bispos apelaram à “criação do maior número de comunidades eclesiais nas paróquias, especialmente nas zonas rurais e nas zonas marginais urbanas”. Essas comunidades “devem fundamentar-se na Palavra de Deus” (Pastoral popular, 13) porque é a “Palavra que convoca a comunidade” (ibid., 9) e, de fato, a única força da Igreja (Pobreza da Igreja, 14). A Conferência dá orientações concretas: “promoção das celebrações da Palavra” (Liturgia, 14); adaptação da catequese para que o Evangelho seja “constantemente expresso de uma maneira nova” (Catequese, 15) numa linguagem “simples e atualizada” (Jovens, 15); pesquisar para que a Palavra permeie a religiosidade popular (Pastoral popular, 12)<sup>334</sup>.

O autor afirma que houve uma estratégia de abordagem para que fosse realizada uma atualização na vida cotidiana e na prática eclesial daqueles que criam, em especial dos pobres. Na década seguinte, em 1979,

na Conferência de Puebla, houve expressiva participação de cristãos leigos com conhecimento da Bíblia para debater, discutir e construir as práticas que consideravam necessárias para a continuidade do movimento de evangelização popular com foco na vida social cotidiana<sup>335</sup>.

Ao valorizar o papel dos cristãos dentro da comunidade eclesial as modificações produzidas pelo Concílio Vaticano II estruturaram a dinâmica transformadora das CEBs além de explicitar o que seria a nova consciência do Povo de Deus. Essa consciência de ação comunitária recebeu foro de cidadania na Conferência de Medellín<sup>336</sup>.

As CEB's procuram responder às questões que surgem no cotidiano "da base" da Igreja. Essa experiência eclesial se espalhou por toda a América Latina e Caribe. Benedito Ferraro afirma que

Entre 1950 e 1960, o terreno sobre o qual iriam surgir as CEBs no Brasil foi lentamente se preparando graças a várias instituições da Igreja: Ação dos Trabalhadores Católicos (ATC), ramos da Ação Juvenil Católica: agrícola (JAC), estudante (JEC), independente (JIC), trabalhador (JTC), universitária (JUC); o Movimento por um Mundo Melhor; o Movimento de Renovação Litúrgica; o Movimento Bíblico; o Movimento de educação de base (MEB). Cada um deles desempenhou um papel decisivo na recepção do Vaticano II. As CEBs aparecem então no campo e nas cidades de diferentes partes do país<sup>337</sup>.

No Brasil, a origem das CEBs se deu pela convergência de três trabalhos em sua ação prática: a preocupação evangelizadora comunitária, realizada por catequistas populares da Diocese de Barra do Piraí, no Rio de Janeiro; o Movimento de Educação de Base, produzindo a catequese radiofônica, na Diocese de Natal, no Rio Grande do Norte; o apostolado dos leigos e os esforços de realização paroquial experienciado dentro de um amplo movimento de renovação e que foi codificado nos Planos Nacionais de Pastoral.

A grande novidade do tempo pós-conciliar foram as CEBs (comunidades eclesiais de base) e sua atuação de destaque nas paróquias. O Papa Francisco contextualizou para os dias atuais o conceito de Paróquia

A paróquia é presença eclesial no território, âmbito para a escuta da Palavra, o crescimento da vida cristã, o diálogo, o anúncio, a caridade generosa, a adoração e a celebração. Através de todas as suas atividades, a paróquia incentiva e forma os seus membros para serem

agentes da evangelização. É comunidade de comunidades, santuário onde os sedentos vão beber para continuarem a caminhar, e centro de constante envio missionário. Temos, porém, de reconhecer que o apelo à revisão e renovação das paróquias ainda não deu suficientemente fruto, tornando-as ainda mais próximas das pessoas, sendo âmbitos de viva comunhão e participação e orientando-as completamente para a missão<sup>338</sup>.

Para Michael Löwy, as CEBs foram fundamentais para a constituição e desenvolvimento de diversos movimentos sindicais, movimentos sociais e organizações. Ao focar nas CEBs paulistas Löwy afirma que:

As CEBs e os militantes pastorais da Igreja – pertencentes à pastoral operária, à pastoral rural e à pastoral urbana – forneceram o tecido sobre o qual foram construídas as unidades de base dos novos movimentos sociais que antecederam o que se chamou “a abertura” do regime militar (1979- 1980). Foi graças a essa base de massa que a CUT, a nova confederação de luta de classes, pôde se organizar em torno de dez milhões de trabalhadores urbanos e rurais, e conquistar a hegemonia no movimento sindical durante a redemocratização parcial do país nos anos 1980, superando a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), pró governamental (e apoiada pelo Partido Comunista), enquanto o PT, o novo partido operário portador de uma perspectiva socialista, ganhou centenas de milhares de eleitores<sup>339</sup>.

O debate ideológico encampado dentro da Igreja Católica foi estudado por Follmann<sup>340</sup> em seu livro *Igreja, ideologia e classes sociais* que tratou sobre a “[...] questão “Comunidades Eclesiais de Base e Lutas de Classes”<sup>341</sup>. Ao analisar os documentos de variados setores da Igreja Católica, bem como as diversas tendências para verificar a relação das CEBs com a Luta de Classes, tendo como marco temporal o período entre os anos de 1975 e 1982, Follmann percebeu três tipos de discurso que tracejavam esse dilema: 1º) “corte ideológico”: textos da “direita” e da “esquerda” católicas; 2º) “corte político”: textos de componentes da hierarquia e de “representantes das bases”; 3º) “corte pedagógico”: textos de canções e de roteiros de reunião [...].”<sup>342</sup>.

Ao escrever sobre a Realidade social das Religiões no Brasil Reginaldo Prandi afirmou que as rupturas de ideias vividas pela Igreja Católica brasileira, a partir dos anos 1950, foi enfatizada vinte anos depois com as ações da Teologia da libertação que a tornou “[...] a mais progressista de



toda a América Latina”<sup>343</sup>. Para Prandi, os grupos de reflexões bíblicas dos anos de 1960 foram preponderantes para fortalecer as ações da Igreja Católica em meio a seu rebanho. As comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as pastorais da Igreja e as lutas de grupos intra-eclésiásticos de movimentos sociais em defesa de direitos e contra a opressão do regime vigente tiveram seu ápice de ação na década de 70 até meados da seguinte. Graças a essa organização interna sistematizada da Igreja houve uma agregação de capital simbólico em seu campo religioso que possibilitou calcar ações nas bases comunitárias que serviram de parâmetros para a fundação de vários partidos políticos, dentre Eles o Partido dos Trabalhadores.

### 3.2.6 Vocação e missão do Laicato

Ao buscar no dicionário o sentido de “leigo”, a impressão que se tem é de algo negativo. O dicionário online de português o define como “Que não tem conhecimento sobre determinado assunto; que expressa certa ignorância acerca de alguma coisa; desconhecedor. [Religião] Que não obteve as ordens sacras; laico”<sup>344</sup>. No contexto religioso, “leigo” é quem não é sacerdote, não pertencente ao clero ou aos religiosos. Nas Igrejas antigas da cristandade, leigo designava “o povo consagrado em oposição aos povos profanos”<sup>345</sup>. Com o Iluminismo e a Revolução Francesa, o vocábulo se caracterizou pelo laicismo e pela busca do Estado laico, apontando para a emancipação, neutralidade e, até inimizade em relação ao clero e à religião.

Há uma “teologia do laicato” relativamente bem desenvolvida que oferece alguns materiais sobre o tema<sup>346</sup>. Existe um número significativo de menções nos documentos da Igreja em que são apresentados, em concomitância indispensável à visão da natureza e das formas da vida espiritual dos fieis leigos.

Antes de nos debruçar sobre documentos oficiais eclesiásticos, devemos refletir sobre como o papel desses leigos é apresentado no contexto bíblico. Johan Konings, ao escrever sobre *O leigo na Sagrada Escritura*, executou uma boa tratativa das três vertentes de abordagens dos leigos na Bíblia. Ele afirma que

A significação do laicato na Bíblia pode ser abordada por três vertentes. A primeira é a canônica, que define o leigo como quem não pertence ao clero (e, por extensão, à vida religiosa), abordagem essa que se mostra pouco relevante para o Novo Testamento, a não ser para a compreensão alegórica do sacrifício e do sacerdócio de Cris-

to, especialmente na Carta aos Hebreus (Hb 4-6). A segunda é a teologia do “povo de Deus, nação sacerdotal”, reconhecida na sua fonte veterotestamentária, no Êxodo, na sua releitura neotestamentária, sobretudo na 1ª Carta de Pedro (1Pd 2,1-12), com múltiplas assonâncias nas demais Escrituras, e na teologia recente, especialmente em torno do Concílio Vaticano II: a vocação batismal ao sacerdócio de todos os fiéis. A terceira vertente, igualmente alimentada pelo Vaticano II e complementar à anterior, é a teologia (e a pastoral) das realidades terrestres ou da secularidade cristã, com seu pano de fundo bíblico na teologia da Criação e da grandeza do ser humano<sup>347</sup>.

O leigo sempre foi um ponto fundamental dentro do “povo de Deus”, e o concílio Vaticano II confirmou essa importância, dando grande destaque à vida e à missão leiga para a Cristandade.

A vocação do laicato recebeu destaque a partir da segunda metade do século XX. As questões básicas que dizem respeito ao laicato sistematizadas a partir do Concílio Vaticano II<sup>348</sup> e estão dispostas em outros quatro documentos específicos sobre os leigos, além de outros documentos importantes.

Com o objetivo de facilitar a compreensão da doutrina e da teologia sobre a identidade, vocação e missão dos leigos nos detemos neste momento para propor uma reflexão sintética sobre o tema em pauta a fim de perceber o “sacerdócio comum” dos leigos e “sua participação na função sacerdotal” intraeclesial.

A história do laicato no Brasil, de acordo com Dom Orlando Brandes<sup>349</sup> pode ser dividida em anterior e posterior ao Concílio Vaticano II. O autor destaca no Brasil as ações católicas pré-conciliares: “Ação Católica (1935): Juventude Agrária Católica (JAC); Juventude Estudantil Católica (JEC); Juventude Independente Católica (JIC); Juventude Operária Católica (JOC); Juventude Universitária Católica (JUC)”. Nos anos pós-Concílio (1965-1970), segundo Dom Orlando Brandes: a “experiência das comunidades eclesiais de base - Ceb’s”; o surgimento das Pastorais Sociais: “Comissão Brasileira de Justiça e Paz”; o “Conselho Indigenista Missionário (Cimi)”; a “Comissão Pastoral da Terra (CPT)”; a “Comissão Pastoral Operária (CPO)”; o “Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades)”; o “Centro Nacional de Fé e Política (Cefep)”; e a “Criação do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (1970)”<sup>350</sup>. Além desses documentos suprapostos também foram construídos outros *a posteriori* do período por nós estudado.

O perfil do Laicato é apresentado por Brantes como: Leigos “católicos praticantes; os leigos da “submissão”; os leigos da “ação”; os leigos da “transformação”; os leigos dos movimentos eclesiais; os leigos da “contestação”; os leigos consagrados; os leigos afastados; os leigos católicos não praticantes; associações de leigos nascidos vinculados aos carismas das Ordens e de Congregações Religiosas<sup>351</sup>. Esses perfis de agentes sociais também se fizeram presentes nas comunidades na Amazônia Sul-Occidental.

Podem esses agentes serem representados através de rostos presentes nas comunidades, como os casais que atuavam nas comunidades, os nascituros que traziam comoção; as crianças da catequese, as crianças de rua, os coroinhas, os portadores de deficiência, os jovens, as mulheres, os solteiros, os viúvos e viúvas, os avós, as lideranças e coordenações, os vocacionados, os missionários, os agentes de pastorais. Esses agentes atuam e se expressam em formas como associações laicais; vida consagrada; movimentos eclesiais, associações de leigos, novas comunidades, encontros nacionais e regionais, ação nos movimentos sociais, e, fé no cotidiano<sup>352</sup>.

Para Brandes:

O leigo é verdadeiro sujeito eclesial mediante a graça do batismo, vivendo a condição de filho de Deus, em comunhão com os pastores. Assume direitos e deveres, sem submissão servil e sem contestação ideológica. (...) O leigo enquanto sujeito eclesial assume a corresponsabilidade, o protagonismo, a participação na comunidade eclesial, construindo o Reino de Deus. Fundamentado na consciência de sua dignidade batismal, o leigo é verdadeiro sujeito eclesial, exercendo sua liberdade, autonomia e relacionamento, sempre em comunhão com os pastores, em harmonia (e respeito) com as diferentes funções, carismas, serviços, responsabilidades no seio da comunidade eclesial<sup>353</sup>.

O Papa Pio XII, no discurso de 20 de fevereiro de 1946, disse que:

Os fiéis leigos estão na linha mais avançada da vida da Igreja. Graças a eles, a Igreja é o princípio vital da sociedade humana. Por isso, especialmente eles devem ter uma consciência sempre mais clara não somente de pertencerem à Igreja, mas também de serem Igreja, isto é, a comunidade dos fiéis na terra, sob a direção do Papa e dos bispos, em comunhão com eles. Eles são a Igreja<sup>354</sup>.

Nos documentos do Magistério Católico existem várias menções aos leigos e à sua agência. No Catecismo consta que os leigos procuram o Reino de Deus exercendo funções temporais para que cresçam e contribuam (n. 898); descobrindo e inventando meios para impregnar as realidades sociais, econômicas e políticas com as exigências da doutrina e da vida cristãs (n. 899). Os leigos têm o dever e gozam do direito, individualmente ou agrupados em associações, de trabalhar para que a mensagem divina da salvação seja conhecida e recebida por todos os homens e por toda a terra (n. 900); em virtude de sua consagração a Cristo e da unção do Espírito Santo, os leigos recebem a vocação admirável, todas as suas atividades, orações, iniciativas apostólicas, vida conjugal e familiar, seu trabalho cotidiano, seus lazeres do espírito e do corpo e até as provações da vida, se transformam em “sacrifício espiritual, agradável a Deus por Jesus Cristo” (n. 900); podem exercer o ministério da Palavra, presidir as orações litúrgicas, administrar o batismo e distribuir a sagrada comunhão (n. 901); têm o direito de manifestar aos pastores sua própria opinião sobre o que afeta o bem da Igreja, levando em conta a utilidade comum (n. 904); realizam a sua missão profética também pela evangelização (905); a participação dos leigos na função régia se dá na vida cotidiana quando defendem a justiça, favorecem o exercício das virtudes e impregnam a cultura e as obras humanas do valor moral de vida separada pra Deus<sup>355</sup>.

Na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* “os leigos são incorporados a Cristo pelo batismo”, sendo assim constituídos povo de Deus. Os leigos são caracterizados pela índole secular, vivendo as condições ordinárias da vida social e familiar, de onde dão testemunho de fé, esperança e caridade. Aos leigos cabe iluminar e ordenar as coisas temporais, tendo Cristo como irmão e em Cristo, têm como irmãos os seus pastores, sendo membros uns dos outros, com a missão de servir. A constituição dogmática apresenta os leigos como congregados no povo de Deus, constituídos num só corpo de Cristo, membros vivos da Igreja, chamados à santificação da Igreja e participantes da missão salvífica<sup>356</sup>.

O Decreto O Apostolado dos Leigos (*Apostolicam Actuositatem*) apresenta os leigos como “sal da terra e luz do mundo” afirmando ser absolutamente necessária e insubstituível sua influência nas realidades temporais em que vivem. Sua missão é ordenar as coisas temporais, transformando-as sob a ótica cristã, através da justiça do bem comum e da caridade, cooperando na construção de um mundo melhor. Assim, o apostolado dos leigos é descrito como sendo pessoal, comunitário e associativo na relação

entre a Igreja e o mundo; sendo os leigos a presença da Igreja nos locais onde somente eles podem estar presentes, como sinal de maturidade da fé e do compromisso com o Reino, em um espírito de comunhão e cooperação, corresponsabilidade e maturidade<sup>357</sup>.

O Documento de Medellín apresenta os leigos como colaboradores na construção da história e realizadores de sua missão específica no âmbito temporal. Nesse documento os leigos são instruídos a impulsionar novas iniciativas no campo social, uma vez que gozam de autonomia e compromisso. Atuando a partir de suas realidades temporais e condições ordinárias de vida, os leigos devem agir a partir de sua família e de sua profissão. Assim, os leigos como participantes da liturgia que não devem vacilar em impulsionar novas iniciativas, antes devem exercer sua missão com criatividade a fim de alcançar impregnar com o espírito e a mentalidade cristã, a realidade onde vivem<sup>358</sup>.

O Documento de Puebla apresenta os leigos como pertencentes à Igreja, servidores do Evangelho, com direitos e deveres dentro da comunidade. Esse documento apresenta e destaca o trabalho de leigos e das leigas, ou seja, as mulheres aparecem como agentes de mudança independentemente de estarem associadas a uma figura masculina. Os agentes sociais são vistos como contribuintes para a construção da igreja enquanto comunidade de fé, de oração e de caridade fraterna. A evangelização estimulada aos leigos apresenta o rosto de uma Igreja comprometida com a promoção da justiça, agindo de modo a integrar e coordenar distintos movimentos e serviços em uma pastoral orgânica. As dimensões essenciais da espiritualidade dos leigos são apresentadas de modo a que estes não fujam das realidades temporais, antes, confiantes na esperança, atuem com fé e amor para superar as dificuldades, conflitos e tensões, a fim de renovar a identidade cristã como promotores da paz e da justiça contra a violência e a opressão, com agudo discernimento crítico<sup>359</sup>.

Esse foi o contexto de agência dos leigos que se estabeleceu na Igreja Amazônica e brasileira no pós-Concílio e que influenciou diretamente nas constituições do laicato que se fez presente na Prelazia do Acre-Purus. Esses homens e mulheres leigos tomaram conhecimento da nova forma de atuação social eclesial, e, a partir do método ver, julgar e agir influenciaram as localidades onde viviam, tendo suas vozes ecoando por dezenas de comunidades e agrupamentos sociais por causa das cartas publicadas no Boletim *Nós, Irmãos*.

### 3.3 A IGREJA NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL

A região amazônica ainda é desconhecida de muitos: para uns é um “Paraíso Perdido<sup>360</sup>”, para outros um “Inferno Verde<sup>361</sup>”. Sua imagem presente no imaginário social é internacionalmente conhecida por sua fauna e flora, mas pouco se sabe sobre as mais de 18 milhões de pessoas que nela habitam<sup>362</sup>.

Durante o primeiro “ciclo da borracha<sup>363</sup>”, ainda em fins do século XIX, muitas pessoas migraram para as terras da Amazônia acreana em busca da *hevea brasiliensis*: uns se deslocaram fugindo da seca no Nordeste<sup>364</sup>; outros, em busca de riquezas<sup>365</sup>, nem que para isso precisassem destruir as populações ancestrais que estivessem em seu caminho.

A Igreja Católica somente se fez presente nas terras da Amazônia Sul-Occidental no momento da exploração do látex pela indústria gomífera nas últimas décadas do século XIX. Por anos, Monsenhor Francisco Leite Barbosa foi o único sacerdote da diocese do Amazonas a percorrer o rio Purus e regiões adjacentes, para atuar nas constantes “desobrigas”; somente com a incorporação do Acre ao Brasil, em 1903 é que este recebeu um coadjutor para acompanhá-lo em seu imenso campo de apostolado.

Desde 1908, Dom Frederico Benício da Costa demonstrou inúmeras preocupações quanto ao abandono espiritual em que viviam os habitantes das terras acreanas. Somente a partir de 1910, a igreja demonstrou organicidade ao fazer erigir as paróquias de Antimari e Sena Madureira, nos Vales do Acre e Purus.

Durante a marcha para o oeste também se deslocaram para a região os primeiros missionários católicos. Esses missionários se depararam com uma realidade que ia além das características próprias da região amazônica. O Bispo e os poucos sacerdotes, religiosos Servos de Maria, desbravavam rios e igarapés para sacramentização das comunidades, tanto indígenas como seringueiros.

Nessas viagens missionárias os religiosos puderam perceber a situação desumana em que viviam as pessoas espalhadas pelos vastos seringais. De acordo com Pertúñez Fernández:

Os inúmeros sacrifícios e trabalhos das viagens pelos rios e igarapés tinham como principal objetivo batizar, casar, e cumprir com o preceito pascal da confissão e comunhão. E, aos poucos, foram descobrindo outras necessidades e urgências para completar seus

trabalhos apostólicos. Diante da pobreza que se encontravam e a precariedade de meios que tinham, além de ações de caridade, também iniciaram atividades em favor da educação e da saúde principalmente<sup>366</sup>.

Os Bispos da Amazônia se reuniam nos chamados Encontros Inter-regionais desde o ano de 1952 para discutir vários assuntos, trocar experiências e consolidar ações com vistas ao desenvolvimento da Igreja na Amazônia<sup>367</sup>. Os bispos afirmavam que “se o governo vai tentar o soerguimento econômico destas regiões, é urgente que um largo surto espiritual se antecipe aos progressos materiais, e os acompanhe, e os envolva, dando-lhes rumo seguro e feliz”<sup>368</sup>.

Na segunda metade do século XX, a partir da *Gaudium et Spes*, os bispos da Amazônia começaram a criticar abertamente a educação precária, a ausência de uma política de desenvolvimento para os habitantes de toda a região amazônica e a mostrar sua preocupação com a realidade cotidiana dos amazônidas.

Entre os dias 2 e 6 de julho de 1952, ocorreu em Manaus o *I Encontro Inter-regional dos Bispos*, em que os Bispos tinham diante de si o plano de integração e valorização da Amazônia. Entre 25 e 29 de janeiro de 1954, ocorreu em Belém o *II Encontro dos Prelados da Amazônia*, para discutir a situação jurídica e territorial das prelaças; o apostolado entre os índios e entre os civilizados; o avanço do protestantismo na região; o relacionamento da Igreja com o governo; dentre outros assuntos. O *III Encontro dos Prelados da Amazônia* ocorreu entre 5 e 8 de novembro de 1957, em Belém, com o objetivo de concretizar a colaboração entre as prelaças e a Superintendência para o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

O *IV Encontro dos Prelados da Amazônia* foi realizado em fins de agosto de 1964, na cidade de Belém. Os Bispos que se dirigiam para o Concílio Vaticano II concluíram pela necessidade de uma ação pastoral vinculada à CNBB, mas com características amazônicas.

Desde 1964 o projeto de transformação da economia acreana passou por um processo que contou com o apoio do governo do Acre. Os conflitos no campo se desencadeavam desde 1971, mas somente em 1976, as notícias que já corriam a boca pequena começaram a aparecer aos poucos no jornal “O Rio Branco”<sup>369</sup>. Enquanto a imprensa local mantinha seu silêncio quase que absoluto e aos poucos abria espaço para constatar de forma



tímida o que era óbvio e latente, a situação já era vista e denunciada através de jornais alternativos como “O Varadouro”, “O Berração”, de boletins como “Terra” e “Nós, Irmãos”, de programas de rádio como “Somos Todos Irmãos”, ligados à Teologia da Libertação e a Pastoral da Terra da Igreja Católica.

Com a expansão da fronteira e o recrudescimento do Capital na Amazônia, muitos foram os conflitos causados com a luta pela posse da terra, violência contra os povos que tradicionalmente habitavam as matas, destruição da floresta por desmatamentos gigantescos e, por conseguinte, o inchamento das cidades. Nesse contexto, a Igreja como um dos agentes sociais presentes nas localidades em conflito, buscou agir como forma de expandir sua atuação proclamar o Evangelho enquanto se comunicava com os habitantes das localidades em que se estava inserindo.

De maneira geral, o episcopado brasileiro somente começou a se preocupar com a região amazônica a partir de 1971, com a abertura das rodovias e a migração em massa para a região. Os setores progressistas da Igreja se posicionaram contra a exploração dos deserdados da terra: posseiros, peões, pequenos proprietários que almejavam uma autêntica reforma agrária. No ano de 1971 Dom Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix, na região do Araguaia, denunciou os desmandos da chamada *empresa rural* que era favorecida pela política de incentivos fiscais do regime<sup>370</sup>.

Nesse mesmo contexto, o Encontro Inter-Regional dos Bispos da Amazônia, ocorrido entre 24 e 30 de maio de 1972 estabeleceu um marco na caminhada da Pastoral da Amazônia: uma área territorial muito extensa que comportava apenas 22 Arquidioceses, dioceses e prelazias<sup>371</sup>. De acordo com Pertiñez Fernández “O Documento de Santarém foi a carteira de identidade da Igreja da Amazônia, que procurou oferecer pistas de ação em benefício da evangelização do povo”<sup>372</sup>.

Outros documentos também surgiram como *Marginalização de um Povo – Grito das Igrejas*, assinado pelos bispos do Centro-Oeste, denunciando os poderes do latifúndio que crescente com o *apoio das autoridades*, o capital estrangeiro formou latifúndios sob a rubrica de *empresa rural*: “Só uma propriedade no Estado do Pará, por exemplo, tem mais ou menos 1 milhão e 500 mil hectares. (...) Outras propriedades de 300 mil, 400 mil hectares também estão se montando, principalmente na Amazônia”<sup>373</sup>. Conforme consta no documento, essas empresas eram voltadas para a criação e gado, explorando mão-de-obra nativa para fazer o desmatamento e depois dispensando-a.

Nesse contexto sociopolítico, com uma releitura dos documentos do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica buscou se reaproximar da comunidade, inserindo os leigos na missão evangelizadora da Prelazia. Essa missão deixava de ser competência exclusiva dos sacerdotes e passava a ser também dos agentes que pastoreavam as comunidades nas quais estavam inseridos.

Além da formação cristã, a Igreja também investiu na formação ética dos agentes de pastoral que foram chamados para realizar aquela mudança na sociedade. O clero sozinho não era capaz de abordar a problemática apresentada pelo mundo no intuito de evangelizar e reevangelizar.

De igual modo, as Igrejas Particulares da Amazônia, a partir do Documento de Santarém, também caminharam nessa direção. As pessoas que haviam sido explorados e escravizados nos seringais não viviam a vida abundante anunciada no Evangelho, por sua situação social, não poderia ser chamado “povo de Deus”.

### 3.3.1 Muita reza e pouca missa - Muito santo e pouco padre

Os migrantes que vieram habitar as matas amazônicas viviam quase que como exilados. Sua religiosidade era peculiar por ter a fé de retornar algum dia à sua terra. A religião oficial estava focada nos grandes centros urbanos. Não havia igrejas nas localidades e colocações, não havia padres, não havia clérigos ou religiosos de ofício para auxiliá-los. Sua religiosidade se desenvolveu livremente durante várias décadas pôr a instituição religiosa não estar presente na vida cotidiana. No seringal, a vida seguia o ditado popular “Muita reza e pouca missa. Muito santo e pouco padre”<sup>374</sup>.

O catolicismo sem padres vivido nos seringais trazia à tona a devoção aos santos de apego das vivências em locais anteriores. A religião popular viveu uma forma própria de catolicismo, que, em muitas vezes, pelo relaxamento dos costumes e da moral cristã, se permitia uma maior exploração de indígenas e de nordestinos; e, onde a justiça em falta conduzia à ideia de que cada um deveria fazer sua justiça por si. Por esse “desleixo de costumes” crimes e abusos foram cometidos e perduraram ao longo dos anos<sup>375</sup>.

Entre os seringueiros sempre havia um rezador que tinha trazido consigo o santuário, com o conjunto dos santos protetores, algum rosário, e muitas vezes um catecismo com benditos. Ele colocava

tudo isso no seu barraco, e constituía a lembrança de Deus e da família distante. Ali se organizavam os encontros e as rezas comunitárias para o santo atender o pedido, Nossa Senhora libertar do desterro e, afinal, formular ou pagar as promessas<sup>376</sup>.

De acordo com Máximo Lombardi, era no barracão onde se congregava toda a população dos seringais para se comemorar as reuniões do Natal, a comemoração da Semana da Paixão, as festas de São João e São Pedro. No barracão se rezavam as ladainhas, rezavam o terço, puxavam-se os cantos. Os espaços sagrados e profanos se misturavam nas festas populares sincretizadas regadas a comidas, bebidas, músicas, danças e etc.

Para Máximo, não existia uma separação latente entre festa espiritual e festa material. Muitos seringueiros se deslocavam para as cidades, andando ou remando pelos rios por vários dias. Muitos ansiavam encontrar na cidade algo parecido com as festas de devoção comuns nas terras do nordeste brasileiro. Eles se deslocavam para pagar suas promessas, encontrar amigos, resolver negócios pendentes, para brincadeiras e diversão. Durante o trajeto e, mesmo nas cidades, se agasalhavam como podiam e gastavam boa parte de seu saldo nessas viagens. A sociedade acreana se formou a partir de fins do século XIX e por quase todo o século XX sem os costumes dos preceitos dominicais nem a participação ativa na vida da Igreja.

Paulo Klein<sup>377</sup> afirma que os nordestinos não esqueceram a devoção que tinham por seus santos prediletos. Para o autor, essas devoções estão relacionadas em particular ao “vale de sofrimento e de lágrimas” pelo qual passavam. Assim, São Sebastião se tornou o santo a quem o povo mais pedia socorro; São Francisco foi o santo de maior devoção dos nordestinos chegados à Amazônia; N. Sr.<sup>a</sup> do Desterro, é a santa a quem mais os desterrados de sua terra natal pediam socorro; e, N Sr.<sup>a</sup> do Bom Parto era solicitada em auxílio de muitas mulheres no momento difícil do nascimento dos bebês.

Outras devoções também se fizeram presentes nos seringais, muitas delas ligadas a fatos marcantes na vida dos habitantes das matas que, por se identificar com a trajetória de lutas de vários santos, criaram apreço, reconhecimento, benevolência e devoção a eles. Essa percepção de reconhecimento de méritos e qualidades de pessoas consideradas santas fazia com que as pessoas pedissem por proteção e intercessão em seus momentos de dificuldades.

Diante de problemas concretos como enfermidades, sofrimentos, desejos de realizar um bom trabalho e outras situações são realizados pedidos para haver a intervenção de um santo ou uma alma milagrosa, possivelmente para que aconteça um milagre. Para tanto é feito um pedido de conteúdo específico, seguido de uma promessa. Quando o pedido é atendido, o devoto tem a obrigação de pagar a promessa realizando todo o ritual que faz parte dessa obrigação<sup>378</sup>.

Dessa forma se iniciaram várias devoções populares nos Vales do Acre e Purus, como as devoções a São João do Guarani, em Xapuri, a Santa Raimunda e Alma de Rio Branco, no rio Antimari. O povo criou suas próprias práticas religiosas, independentemente de preceitos e obrigações sacramentais da religião oficial a qual diziam pertencer.

As primeiras ações da Igreja Católica na região acreana foram fundamentalmente de reconhecimento da região, construção de templos, atendimento das sedes paroquiais com a prática das “desobrigas” – estas últimas garantiam a presença e atuação dos sacerdotes às populações que habitavam às margens dos rios e os centros dos seringais. Nesse período de missões pelos rios os padres ministravam os sacramentos (batizados, casamentos, crismas) e davam ligeiras instruções religiosas à população, proporcionando a oportunidade de essas cumprirem com seus deveres para com o Divino<sup>379</sup>.

Quanto a essas viagens missionárias, Lina Boff descreveu o proceder de despedida dos sacerdotes ao partirem para outras comunidades.

Antes de embarcar, o missionário dirigia algumas palavras de exortação e dava alguns conselhos práticos de caráter moralizante para todos. A seguir fazia a entrega solene das chaves da Igreja paroquial a um dos missionários. Era um momento que todos se comoviam, porque o Bispo ou frade se ausentaria por longos meses. A comunidade rezava para que nada acontecesse de mal durante essa ausência e ninguém morresse para não ser privado dos sacramentos. O ritual de despedida era concitado com uma breve oração e a bênção a todos os presentes que se ajoelhavam com devoção nas encostas do rio<sup>380</sup>.

Com a partida do sacerdote, cabia aos leigos cuidarem da capela e/ou do templo religioso até seu retorno vários meses depois. Eram os leigos que cuidavam das celebrações de festas religiosas, de fazer suas novenas e de abrir a igreja para orações e outras práticas religiosas. Concomitantemente o sacerdote precisava assistir aos ribeirinhos e habitantes dos seringais sem se esquecer de seus deveres sacros na cidade. Vários sacerdotes

buscavam auxiliar os moradores em suas carências, saudades, da terra natal e, até mesmo agiam como médicos, advogados, juízes, tentando amenizar os conflitos que emergiam nessas situações de vida causadas pelo isolamento do homem na floresta; outros sacerdotes, porém pareciam ignorar e mesmo repudiar as manifestações populares e sua representatividade para os moradores<sup>381</sup>.

Desde fins do século XIX, a Igreja nas terras amazônicas sempre foi lugar para encontrar outras pessoas, rezar, pagar promessas. As festas serviam como uma espécie de compensação pelos duros trabalhos da lida cotidiana nos seringais. Contudo, segundo Mattioli, alguns padres não entendiam os costumes dos seringais e ameaçavam cancelar as festas tradicionais se o povo não atendesse a suas exigências quanto a usos e costumes: “Estou decidido a continuar assim, até o ponto de não realizar nem a novena de São Sebastião, se não se reduzirem ao meu modo de ver”<sup>382</sup>.

Seguindo a mesma dinâmica dos seringais, em que o patrão falava e mandava e o seringueiro deveria dizer “amém” a tudo, assim também era o relacionamento do povo com a Igreja nas celebrações litúrgicas, onde mais pareciam espectadores passivos à espera de instruções sobre como agir<sup>383</sup>. O Padre Mattioli continua sua carta informando que com a chegada das associações religiosas essas organizaram uma associação de caridade instituindo as principais autoridades e pessoas mais importantes da sociedade como seus agentes. Para ele, esse sistema evangelizador da Igreja institucional “foi o maior fracasso” quando se encontrou frente a frente com o povo, sem a mediação de autoridades, por causar um grande conflito do povo contra a nova hierarquia eclesiástica que estava chegando.

Ao tratar da visita do bispo Dom Próspero Bernardi às terras da Prelazia do Acre-Purus, Pertiñez Fernández afirma que a comunicação se fazia incompreensível em vários momentos porque o povo não estava acostumado com as liturgias e costumes eclesiásticos a que o bispo e religiosos proclamavam; de igual modo, o bispo não tinha aprofundado conhecimento sobre as humilhações, exploração, doenças, morte e outras as mazelas sofridas pelos moradores da floresta.

Pertiñez Fernández afirma que

O que causou uma profunda crise a dom Próspero foi a visita ao seringal Abismo, no alto rio Iaco. Um ano antes tinha passado naquela região um padre peruano, batizando e casando o povo. Ao aproximar-se, o bispo tomou conhecimento do fraco resultado daquela sacramentalização: “Pais que vivem maritalmente com filhos, avós

com netos, bígamos e trígamos que disputam, trocam e vendem as concubinas num baixo mercado; a honestidade no comércio, o respeito das coisas alheias e da vida, são aqui mitos<sup>384</sup>.

Nas primeiras décadas do século XX, os missionários católicos quiseram implantar nas terras acreanas um rigor excessivo, na intenção de ter uma igreja mais próxima à da doutrina proclamada pela Santa Sé, nas palavras do bispo “Precisamos ter muito rigor e dureza, pois assim os maus que se encontram na Prelazia possam ir embora e aqueles que estão fora, não entrem. Os efeitos foram vários, bons e ruins saíram da Prelazia e da Igreja”<sup>385</sup>. As pessoas comuns dos seringais nem sempre conseguiam se comunicar ou mesmo entender os missionários, seja pelo sotaque estrangeiro, ou mesmo pela linguagem culta diferente da que elas estavam acostumadas.

Sobre esses rigores, Martinello escreve:

Não se compreendia, portanto, o rigorismo na administração dos sacramentos, nem os longos interrogatórios a que eram submetidos os pais e padrinhos. E muito menos certas proibições por demais severas, como impedimento de ser padrinhos aos casais amigados e aos maçons. Proibição na verdade inútil numa terra onde mais da metade eram amigados e onde a maçonaria era fruto ordinário da região. O Sacramento da Crisma, depois, tinha-se tornado um verdadeiro privilégio para uns poucos, seja pelas condições impostas, seja pelo fato que só o Bispo se reservava o direito de administra-lo. Não é que o povo não deva ser instruído, nem melhor preparado, para que façam as coisas da melhor maneira possível, mas todas essas exigências cheiravam a excessivo rigorismo para o Acre, como falta de compreensão da psicologia daquela gente<sup>386</sup>.

Nem só de rigores se fez o início da prelazia. A Prelazia recebeu várias irmandades durante seu tempo de existência. Um desses grupos é o das “voluntárias italianas” que cuidaram dos “leprosos” da Colônia Souza Araújo, desde novembro de 1962.

A prática pastoral mais frequente na vida dos seringais foi a “desobriga”. Por mais de 50 anos a Prelazia do Acre-Purus realizou essa prática pastoral de dar ao povo condições de cumprir com sua obrigação anual da confissão e comunhão. Como a maior parte da população morava no interior, os padres deveriam se deslocar até lá para se encontrar com o povo e atendê-los<sup>387</sup>. Não é que esse fosse o melhor método de ação eclesial, mas o único possível dadas as condições de poucos padres, falta de estradas e moradias esparsas onde viviam os habitantes das florestas.

Dom Próspero Bernardi fez uma breve descrição do que foi sua viagem missionária nas terras da Prelazia, pelo interior do Acre, no ano de 1922. Em seu relato é possível perceber o estado de quase miséria em que viviam as pessoas que vieram para a floresta amazônica em busca de melhores condições de vida e que foram abandonados à própria sorte após o “primeiro surto da borracha”. Ele escreve que

**Pensava que na viagem anterior tivesse dormido em choupanas que representavam o máximo da pobreza.** Portas e janelas eram simples espaços sem proteção nem de dia, nem de noite; mas esta vez encontrei moradias faltando até as paredes. Uma cobertura de folhas era toda a casa. Para completar a situação, de noite, ovelhas, porcos, bois e cavalos, deixados livres, porque não tinham curral, procuravam abrigo debaixo da cobertura, perto das nossas redes fazendo um barulho que poderia até ser agradável para as pessoas que quisessem passar a noite sem dormir. **Mas quando estávamos no Chandless, o problema das habitações se tornava até mais sério.** Eram oito dias de viagem e se encontravam somente três choupanas, e todas em horários que não favorecem dormir. Era necessário se convencer de passar a noite sobre o leito do rio. Na volta, subindo o Purus, era a mesma coisa. Quantas vezes apreciei as fases da lua e a minha cama era sempre a areia do rio<sup>388</sup>.

Até meados do século XX, o Bispo ao realizar suas viagens missionárias buscou se aproximar das tribos indígenas em seu território prelado, intentando conhecer o estilo de construção das malocas, medicamentos e a própria vida dos indígenas, mas em suas cartas as impressões destacadas foram sobre o “amontoado de gente dentro” das moradias, juntamente com suas criações de galinhas e porcos, embora tenha demonstrado a percepção de condições favoráveis para o abraçar a “Santa Religião Cristã”.

A presença do bispo nas primeiras viagens missionárias ao Acre era mais destinada aos seringais. Os indígenas encontrados estavam integrados ao sistema de aviamento baseado no barracão ou vinham procurá-lo.

Os indígenas também sofreram o processo expropriatório nos seringais acreanos. Muitos indígenas procuravam o bispo para reclamar do tratamento dispensado por parte de patrões gananciosos que mandavam buscar os indígenas nas aldeias para que esses trabalhassem em serviços urgentes dos seringais em troca de pagamento a ser efetuado com farinha, tabaco e outros instrumentos úteis para eles, mas, ao cabo do serviço, não recebiam nada. Os patrões se recusavam a pagar o que deviam. Dom Próspe-



ro Bernardi relata que um patrão seringalista confirmou esse ato expropriatório contra os indígenas. Segundo o Bispo prelado do Alto Acre-Purus:

Eles trabalham para o patrão que não quer pagar, e eles cantam: “Patrão Roberto não tem fumo, patrão Roberto não tem farinha, patrão Roberto não tem café, este patrão não faz por mim”. A conclusão deste canto será que no dia seguinte todos irão embora, sem dar satisfação a ninguém. Quem me contava isso foi o mesmo senhor Roberto, pois foi com ele que tinha acontecido<sup>389</sup>.

O contato dos indígenas com o seringal se dava de duas maneiras: contatos fixos ou contatos periódicos. A ameaça dos chamados “homens brancos” era uma constante ameaça para eles. Além das armas e do sistema de abastecimento de víveres externo os habitantes não aborígenes das matas amazônicas tinham alguns ritos que pareciam favorecer a uma pretensa superioridade: um desses ritos era o batismo. Esse rito batismal administrado pelo padre, que para os indígenas era um tipo equivalente de novo pajé ou liderança religiosa, proporcionava uma espécie de entrosamento com os novos habitantes da floresta, ao mesmo tempo que proporcionava uma espécie de proteção e possibilidade de recuperação da identidade perdida por causa da invasão dos extratores e coletores que estavam migrando para a floresta amazônica.

Não havia uma política indigenista de inclusão dessas populações no seio da Igreja Católica amazônica até meados do século XX. De acordo com relatos oficiais da Igreja Católica<sup>390</sup>, os missionários católicos demonstravam preocupação especial na preparação sacramental dos indígenas, já que eles insistiam em seu modo de viver tribal e em seus costumes ancestrais; no Acre somente eram batizados os indígenas ligados à vida no barracão, esses deveriam participar de uma palestra antes da cerimônia de batismo, sendo indígena ou caboclo.

Dentre os batizados na floresta há a percepção da diferenciação no ritual, os “homens brancos” simplesmente eram batizados ou tinham seus filhos batizados, os migrantes extratores e coletores, de igual modo, também recebiam esse sacramento – o mesmo não ocorria com os indígenas, seus filhos ou com os filhos de indígenas com os migrantes. Aos indígenas era “sugerido” que mudassem de nome<sup>391</sup>, padres e bispos realizavam essa prática de sugerir que houvesse um nome de relacionamento tribal e outro de relacionamento com as pessoas que se relacionavam no barracão.

Para o Bispo da Prelazia, na primeira metade do século XX, os indígenas depois de receberem o batismo, “de bárbaros se tornavam semibár-

baros, e continuavam praticando algumas superstições, que por sinal entraram também na religiosidade do povo”<sup>392</sup>.

A Igreja em meados do século XX passou a demonstrar uma nova mentalidade quanto a evangelização indígena, retirando o foco da doutrinação e evidenciando a vivência como forma de criação de convivência quanto à prática cristã a ser desenvolvida nas ações eclesiais em terras acreanas. O atendimento aos diferentes povos, com preparação adequada de missionários, foi um grande desafio que perdurou por todo o período da Prelazia e adentrou ao tempo diocesano.

A Igreja do acrepuruense se destacou por ser uma Igreja que buscava a midiatização para alcançar seu rebanho e compensar a falta de sacerdotes e religiosos nas localidades. Ela fez uso de veículos de comunicação para alcançar as populações de sua Prelazia, assim estabelecendo homilia escrita, um Boletim Informativo, programas de radiodifusão e de difusão televisiva – estes dois últimos de alcance ainda bem limitados à época.

### 3.3.2 Prelazia do Acre e Purus: da fundação a Assembleia Geral

A Prelazia de Acre e Purus, *Acrensis et Puruensis Praelaturae*, foi criada pela Bula “*Ecclesie universae regimen*”, do papa Bento XV, desmembrada da então Diocese de Amazonas, atual Arquidiocese de Manaus. Foi confiada pela Santa Sé aos cuidados da Ordem dos Servos de Maria. Sua criação se deu no dia 04 de outubro de 1919, ocorrendo sua instalação no dia 15 de agosto de 1920, com a tomada de posse do primeiro bispo prelado, dom Próspero Bernardi.

A divisão da Prelazia foi dada em 1920 com base na divisão do Território Federal do Acre de 1904. Assim, a circunscrição da Prelazia seria nos Departamentos do Alto Acre e do Alto Purus e a sede administrativa, na cidade de Rio Branco, antiga Penápolis.

O Estado do Acre, assim como a Igreja Católica passaram por muitas mudanças nos cinquenta anos que se seguiram à criação da Prelazia: marcos históricos, marcos conciliares, estratégias de ação, migrações, conflitos de interesses e andanças populacionais se fizeram presentes nesse período. Na segunda metade do século XX, com a opção Católica por uma Igreja circular, houve uma maior aproximação com a sociedade, e, conseqüentemente, com as comunidades que viviam na Amazônia Sul-Occidental.

Para calcular a ação circunscricional Católica e aferir o tamanho da Prelazia em relação ao tamanho do Estado, tomemos por base a Relação

entre o Anuário Estatístico do Brasil de 1971, o mapa da Prelazia exposto no Boletim *Nós, Irmãos* e os documentos contidos na *Catholic-Hierarchy*. De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil de 1971<sup>393</sup>, o tamanho do Estado do Acre era de 152.589 quilômetros quadrados<sup>394</sup>, equivalendo a 1,79% do território brasileiro, com uma população de 216.200 habitantes, sendo que destes 59.474 residiam em áreas urbanas e outros 156.726 residiam em áreas rurais.

O IBGE subdividiu o Estado em duas microrregiões: Alto Juruá na qual estão contidos os municípios de Cruzeiro do Sul, Feijó e Tarauacá; e, Alto Purus na qual estão os municípios de Brasiléia, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri. A microrregião do Alto Juruá está situada em uma área de 73.043 quilômetros quadrados, com população de 83.570 habitantes e densidade demográfica de 1,14 habitante por quilômetro quadrado. A microrregião do Alto Acre está situada em uma área de 79.546 quilômetros quadrados, com população de 132.630 habitantes e densidade demográfica de 1,67 habitante por quilômetro quadrado.

Essas duas divisões são muito próximas do que a Igreja Católica convencionou chamar de Prelazia do Juruá e Prelazia do Acre-Purus, sendo que a esta última foi acrescido o município amazonense de Boca do Acre que conta com uma área de 20.925 quilômetros quadrados, com população de 20.085 habitantes e densidade demográfica de 0,96 habitante por quilômetro quadrado.

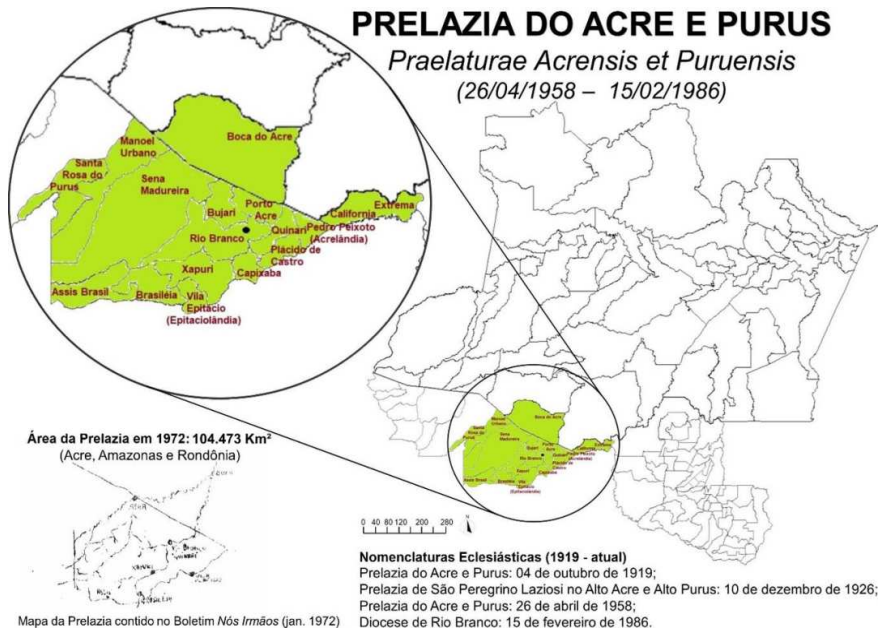
O Estado do Acre abrigou em seu espaço territorial duas Prelazias: a Prelazia Territorial do Juruá e a Prelazia Territorial do Acre e Purus. De rito latino ou romano, ambas faziam parte da Região da conferência noroeste do Brasil.

A Prelazia do Juruá, de nome latim *Iuruensis*, foi erigida em 22 de maio de 1931, na parte ocidental do Estado do Acre. Pertencente à Diocese do Amazonas, teve sua sede alçada na cidade de Cruzeiro do Sul. A área territorial da Prelazia era de 126.633 quilômetros quadrados. No dia 25 de junho de 1987, sua jurisdição foi elevada à categoria de Diocese. Atualmente a “Diocese do Juruá” é sulfragânea da “Arquidiocese de Porto Velho”<sup>395</sup>.

A Prelazia do Acre e Purus<sup>396</sup>, de nome latim *Acrensis et Puruensis*, foi erigida em 04 de outubro de 1919, na parte oriental do Estado do Acre. Inicialmente pertencente à Diocese do Amazonas, foi erigida como “Prelazia Territorial do Acre e Purus”. A área territorial da Prelazia era de 10.473 quilômetros quadrados, se estendendo em sua quase totalidade na

parte oriental do Estado do Acre, abrangendo os Vales dos rios Acre e Purus, além dos municípios de Boca do Acre, no Amazonas, e, Distritos de Extrema e Nova Califórnia, que estavam em litígio entre Acre e Rondônia. Em 10 de dezembro de 1926, por Decreto da Sagrada Congregação Consistorial, teve seu nome alterado para “Prelazia Territorial de São Peregrino Laziosi no Alto Acre e Alto Purus”. Respondendo à Arquidiocese de Belém do Pará. No dia 26 de abril de 1958, ao ser transferida para a Arquidiocese de Manaus, teve seu nome alterado para “Prelazia Territorial do Acre e Purus” perdurando com esse nome até 15 de fevereiro de 1986, quando foi elevada à categoria de Diocese, pela Bula “Cumpraelaturae Acrensis et Puruensis” do papa João Paulo II. A “Diocese de Rio Branco” no dia 31 de agosto de 2001 mudou a sulfragância metropolitana da Arquidiocese de Manaus para a Arquidiocese de Porto Velho<sup>397</sup>.

Figura: Área territorial da Prelazia do Acre e Purus de 1958 a 1986



Fonte: Compilação do autor com base em dados do IBGE (1971) e Mapa da Prelazia (1972).

A área territorial da Prelazia, entre 1958 e 1986, não apresentou mudanças geográficas na configuração de sua circunscrição. Assim sendo, a

Prelazia<sup>398</sup>, no início da década de 1970 (apresentada no *Nós, Irmãos*), ocupava uma área de 104.473 quilômetros quadrados da Amazônia Sul-Ocidental brasileira, englobando os municípios acreanos de Assis Brasil, Brasiléia, Manoel Urbano, Plácido de Castro, Rio Branco, Sena Madureira, Senador Guiomard, Xapuri e outros centros urbanos<sup>399</sup> que em 1992 se tornariam municípios; além do município amazonense de Boca do Acre e dos Distritos rondonienses de Extrema e Nova Califórnia.

A Igreja do Acre-Purus buscou dar mais destaque à evangelização que a sacramentalização, investindo menos em obras assistenciais e mais na formação de leigos, como agentes de pastoral, que fossem sementes de transformação, através do trabalho nas Comunidades Eclesiais de Base. De acordo com Pertíñez Fernández:

Muitas iniciativas e ações foram desenvolvidas naqueles anos em benefício da sociedade acreana, com suas dificuldades e peculiaridades próprias, com seus erros e acertos, com o grande protagonismo dos leigos, como principais atores da vida da Igreja, deixando uma grande contribuição para o bem de todos. O povo, semianalfabeto, encontrou na Palavra a força e a luz necessária para iniciar uma caminhada sem ter um norte seguro, mas confiante nas promessas e nas palavras de vida eterna. Movimentos posteriores, religiosos e não religiosos, vieram recolher os frutos das sementes que foram plantadas naquele tempo, assumindo a causa do Reino de Deus, com uma opção preferencial pelos mais pobres e excluídos da sociedade. A Igreja pobre passou a ser também a Igreja dos pobres<sup>400</sup>.

A Igreja Católica tentou correlacionar o Evangelho com as aspirações populares. Evangelho esse que se propagava nos programas radiofônicos e se materializou no Boletim da Prelazia amplamente divulgado no meio das comunidades, assim, os leigos passaram a ser protagonistas de sua própria evangelização.

No discurso proferido às populações acreanas, o anúncio de que o Cristo ressuscitado veio para libertar os homens do pecado e de suas consequências, mais que uma ação evangelizadora, era uma ação libertadora.

O Boletim *Nós, Irmãos* registra que em 1971 foi convocada a primeira Assembleia Geral de todos os agentes de pastoral. Participaram padres e freiras, sendo pequena a presença de leigos. A partir dessa assembleia foram implementadas as Comunidades de base.

Em maio de 1971, mais precisamente entre os dias 1 e 14, foi realizada a primeira Assembleia Geral da Prelazia, no Paço Episcopal, sob iniciati-

va do prelado Dom Giocondo Maria Grotti. Nesta reunião, que contou com 39 agentes da pastoral, padres, religiosos e alguns voluntários, decidiu-se por uma “nova experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), e a formação espiritual e pastoral de líderes leigos”<sup>401</sup>. Com a sequência dos fatos, a chegada de novos padres, a morte de Dom Giocondo, a instituição do boletim, a reorganização das CEBs e o treinamento dos monitores, a Igreja se fez mais atuante, valendo-se de sua legalidade-legitimidade espiritual, cultural e institucional, idealizando concepções opostas às do poder do capital.

Com a pequena quantidade de padres na Igreja do Acre-Purus, os leigos eram imprescindíveis nessa nova tarefa eclesial, como um fermento que faz crescer a massa. Os leigos precisaram assumir papéis que lhes haviam sido negados por séculos, por isso, a necessidade de que agissem com verdadeiro espírito ético e cristão. Nesse contexto de conflitos amazônicos e vivência eclesial, ninguém mais queria ser o “Povo calado debaixo do pé do boi”<sup>402</sup>.

### 3.3.3 Prelazia do Acre-Purus: das CEBs à elevação a diocese

As Comunidades Eclesiais de Base tiveram papel fundamental na construção dessa caminhada lenta e não isenta de suspeições. Os agentes evangelizadores atuaram nos grupos comunitários. Das Comunidades nasceram os Movimentos Populares que aspiravam à liberdade e à justiça social.

Esses monitores foram fundamentais para a história das comunidades da Prelazia do Acre e Purus. Eles contribuíram para a pregação, implantação de comunidades, manter as pessoas motivadas no trabalho, alimentar e fazer crescer a fé de acordo com a doutrina da Igreja.

Essas situações limites em que as pessoas viviam no cotidiano passaram a fazer parte não apenas das Comunidades de Base, mas também das conversas nas ruas, nos ramais, nos diversos lugares onde as pessoas se reuniam. Há uma gradativa tomada de consciência da necessidade de se posicionar entre cumprir a lei injusta ou lutar pela sobrevivência. Essa posição maniqueísta da eterna luta entre o bem e o mal é nítida na década de 1970. Costa Júnior faz um breve panorama das ações práticas implementadas por políticas públicas excludentes que ensejaram os conflitos existentes nas terras acreanas:

Nos anos que compreendem 1970 a 1980, o Estado do Acre se vê mergulhado em “banho de sangue” pela posse da terra. O Estado, que deveria tomar uma posição e evitar o conflito, termina por estimulá-lo, a partir do instante em que propicia financiamentos fabulo-

... para os empreendedores que vinham de outras regiões; em especial para os sulistas, aqui compreendidos os imigrantes que vinham tanto do sul do país, por exemplo, os paranaenses ou ainda, os oriundos de São Paulo (...)<sup>403</sup>.

Nilson Mourão<sup>404</sup> afirma que em janeiro de 1971 o Bispo Dom Giocundo Maria Grotti<sup>405</sup> e o Padre Manuel Pacífico iniciaram os entendimentos intentando a implementação de uma nova experiência pastoral em um bairro da periferia de Rio Branco. Assim, em janeiro de 1971, com o apoio do Bispo, foi formada a Comunidade Eclesial de Base, na Estação Experimental.

Com o êxito inicial, em setembro de 1971 foi implantada uma nova comunidade na periferia de Rio Branco, no Bairro 6 de agosto, tendo o Padre João Rocha e dois voluntários italianos, Luizina e Stéfano à frente dos trabalhos. Logo depois foram implementados os trabalhos de Comunidade no Quinari. De acordo com Mourão:

Assim, pois, Vila Quinari, Estação Experimental e 6 de agosto são as três experiências pioneiras que inauguram na Igreja do Acre e Purus, esse novo modelo de igreja, com novas práticas religiosas e sociais que marcarão toda a sua trajetória nos próximos 16 anos. Observe-se, entretanto, que foi certamente, no bairro da estação onde a experiência foi melhor realizada, cresceu com rapidez, se consolidou e se firmou como experiência modelo<sup>406</sup>.

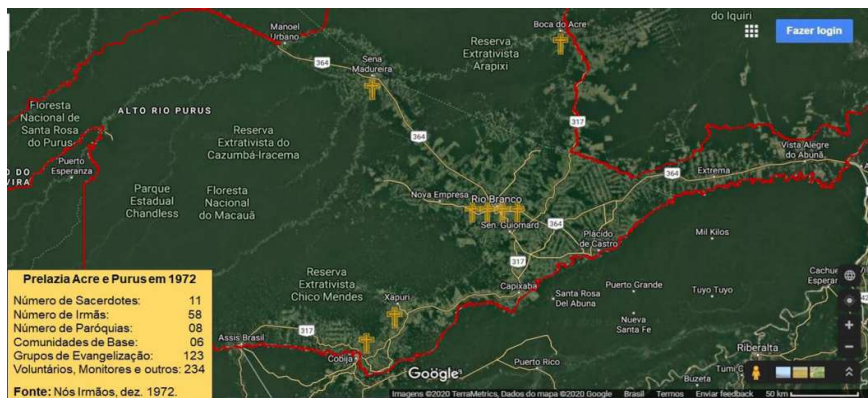
A partir dos debates estabelecidos surgiram as primeiras CEBs na Prelazia, bem como a ideia de transmitir informações através de um veículo impresso e dois programas radiofônicos: “Somos todos irmãos” e “Ave Maria”. Assim, a Igreja criou um Boletim Informativo e um programa de rádio para manter informados os monitores e outros agentes de pastoral sobre tudo o que acontecia na Prelazia. O Boletim permaneceu por quase dois anos como o único veículo de comunicação de massa da Prelazia. Esse boletim conseguiu integrar os agentes sociais e fazer com que as pessoas se sentissem partícipes e importantes na construção dessa nova maneira de se comunicar da Igreja.

No ano de 1973, começou a ser veiculado, aos sábados, através das ondas da Rádio Difusora, o programa “Somos todos Irmãos”. Esse programa apresentava as notícias da Prelazia, as novidades das paróquias, os programas de encontros, as visitas de padres às Comunidades, os avisos, as desobrigas. Tudo veiculado pela Igreja na rádio e recepcionado pelo rádio de pilhas foi também um elemento determinante para a vida da Igreja.



Com os treinamentos realizados nas comunidades, o número de monitores aumentou consideravelmente, chegando a ser 195 agentes, no final de 1972. Nesse mesmo ano ocorreu o primeiro Encontro dos Bispos da Amazônia, a partir do qual foi elaborado o I Plano de Pastoral da Prelazia que orientou as ações a serem desenvolvidas até 1977.

Figura: A Prelazia do Acre e Purus em números, ano de 1972



Fonte: Compilação feita pelo autor com base em dados do *Nós, Irmãos*.

Em dezembro de 1972, na edição de aniversário de um ano do Boletim *Nós, Irmãos* foi realizado um levantamento retratando o tamanho da Prelazia. Dentre as várias informações existentes no levantamento, duas chamam a atenção: a baixa quantidade de Sacerdotes na Prelazia e a alta quantidade de católicos quase sem contato com a Igreja:

#### A IGREJA DO ACRE E PURUS NO NATAL DE 1972.

Nº de Sacerdotes.....	11
Nº de Irmãs.....	58
Nº de Monitores.....	215
Nº de Grupos de Evangelização.....	123
Nº de Comunidades de Base.....	06
Nº de Voluntários e Membros de Inst. Secular.....	19
Nº de pessoas que vão à missa aos domingos.....	10.000
Nº de pessoas que vão aos Grupos de Evangelização aos domingos.....	1.500
Nº de Católicos quase sem contato com a Igreja.....	130.000
Nº de Grupos Juvenis.....	10 <sup>407</sup>

Nesse período, após a consagração do Bispo Dom Moacyr Grechi, houve a implementação do Plano Pastoral com ações que se desdobravam em 07 proposições: 1. Formação de Agentes de Pastoral; 2. Comunidades Eclesiais de Base; 3. Pastoral das Estradas e dos Rios; 4. Pastoral Indigenista; 5. Promoção Humana; 6. Instituição do Dízimo; 7. Pastoral da Juventude.

Concomitantemente à circulação do Plano de Pastoral, vários comentários bíblicos, cartilhas e folhetos sobre diversos assuntos circularam na prelazia. Esses materiais cataloga uma série de “pecados” e suas consequências que, de acordo com Pertíñez Fernández, se verificava no Acre:

Esse material de formação procurava uma evangelização realmente libertadora, através das CEBs, pois se verificava que no Acre, as consequências do pecado se chamavam: **prostituição, falta de casa e de higiene, falta de condições para uma vida saudável, dinheiro e terras concentrados em poucas mãos, famílias desajustadas, marginalização de seringueiros e de colonos**<sup>408</sup>.

Com as CEBs ocorreu o surgimento de líderes de dentro das comunidades para agir conscientizando as pessoas sobre a necessidade de resistir contra as injustiças. Nesse contexto, surgiram grupos organizados como associações, sindicatos e movimentos populares específicos em defesa das lavadeiras, dos trabalhadores rurais, dos índios, dos estudantes, dos professores e outros.

É possível se ter uma ideia do tamanho e da composição da Prelazia a partir da publicação do Boletim que mostrou o levantamento realizado em 1974. Nele é possível verificar a composição do Conselho Pastoral instituído em 1974 que foi informada no Boletim de junho. Foi anunciado que o Conselho estava formado pelo Bispo Prelado do Acre e Purus, Dom Moacyr Grechi e os seguintes sacerdotes: Padre Francisco Carneiro, Provincial O. S. M. Provincial do Brasil; Padre João Rocha, Vigário Provincial). S. M. Vic. do Acre; Padre Armando Morandi, Administrador da Prelazia; Padre Pedro Martinello, Vigário Geral da Prelazia; Padre José Carneiro, Pároco de Xapuri; Padre Peregrino Carneiro, Pároco de Plácido de Castro; Padre Paulino Baldassarri, Pároco de Sena Madureira; Padre Heitor Turini, Pároco de Epitaciolândia; Padre Mario Scuppa, Pároco de Brasiléia; Padre Otávio Lucietti, Pároco de Santa Inês; Padre Dionísio Mandaio, Diretor de Artesanato “Frei Romau”; Padre Manuel Pacífico, Coordenador de Pastoral<sup>409</sup>. Assim a Igreja se organizava para as ações que se seguiriam na Prelazia.

O Plano da Igreja do Acre e Purus para o ano de 1975-1976 publicado na edição de dezembro de 1974 do Boletim Informativo da Prelazia do Acre e Purus afirma que o “Boletim Informativo da Prelazia, é um instrumento de ligação de todos os agentes de Pastoral da Igreja do Acre e Purus”<sup>410</sup>, apresentando um quadro descentralizado das paróquias.

### Quadro: Descentralização das Paróquias no Plano Pastoral de 1975

QUADRO ATUAL DA DESCENTRALIZAÇÃO DAS PARÓQUIAS		
01	– PARÓQUIA DA CATEDRAL: (Rio Branco)	a) Comunidade da Cadeia Velha
		b) Comunidade da Floresta
		c) Comunidade do Terminal
		d) Comunidade do Abraão Alab (embrionária)
		e) Comunidade da Cohab Floresta (embrionária)
		f) Comunidade da Dias Martins
		g) Comunidade do Palheiroal (embrionária)
02	– PARÓQUIA DA IMACULADA: (Rio Branco)	a) Comunidade do Quinarí
		b) Comunidade da Seis de Agosto
		c) Comunidade da Colônia Souza Araújo
		d) Comunidade da Cidade Nova (embrionária)
03	– PARÓQUIA DE STA. INÊS: (Rio Branco)	a) Comunidade da Estação Experimental
		b) Comunidade de São Francisco
04	– PARÓQUIA DE V. PLÁCIDO	a) Comunidade em projeto
05	– PARÓQUIA DE N. SRA. DA CONCEIÇÃO (S. Madureira)	a) Comunidade de Sena Madureira
		b) Comunidade de Manuel Urbano (embrionária)
06	– PARÓQUIA DE S. SEBASTIÃO (Xapuri)	a) Comunidade em projeto
07	– PARÓQUIA DE S. PEDRO (Boca do Acre)	a) Comunidade de Boca do Acre
08	– PARÓQUIA DE N. SRA. DAS DORES (Brasiléia)	a) Comunidade de Brasiléia
		b) Comunidade de Epitaciolândia
		c) Comunidade de Iracipebra
		d) Comunidade do Sacado

Fonte: **Boletim Nós, Irmãos**. Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1974, dezembro, ano III, nº 10, p. 13.

Conforme pode se observar no Quadro de descentralização das Paróquias, a Prelazia do Acre, em 1975, contava com 08 Paróquias e 22 Comunidades (congregações) em 06 Municípios diferentes. Rio Branco, por

ser a Capital do Estado e principal cidade em expansão, foi o foco das ações da Prelazia, com 13 comunidades e 03 Paróquias. Esse número aumentou progressivamente com o passar dos anos.

No ano de 1976 surgiram, na Prelazia do Acre e Purus, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), com a ação de religiosos e leigos atuando a partir das comunidades de base estabelecidas.

Quanto a esse período de expansão do campo religioso e mudança de *habitus* que se estava estabelecendo, durante a Ditadura Militar, Per-tíñez Fernández, destaca ações ocorridas em desfavor dos membros da Prelazia. Ele afirma que:

A Igreja passou, naquele período, por duras perseguições no Brasil. No Acre também se manifestou a perseguição através de diversos embates: **líderes cristãos afastados de emprego** pelo governo; **programas de rádio e de televisão controlados e até proibidos**; **espionagens** feitas nas reuniões da Igreja; **pressões, intimidações e ameaças** dirigidas a leigos e padres<sup>411</sup>.

Em maio do ano de 1978, o *Nós, Irmãos* apresentou uma lista com a quantidade de religiosos que atuavam na Prelazia do Acre-Purus e suas respectivas congregações:

#### **Os religiosos no Acre**

Servos de maria (mais o Bispo).....	10
Irmãs Servas de Maria Reparadora .....	48
Irmãs Josefinas .....	12
Irmãs Servas de Maria de Bologna .....	05
Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado .....	05
Irmãos Maristas .....	04 <sup>412</sup>

Ao relacionar esses dados de 1978 com os apresentados no Boletim no ano de 1972, percebe-se que em pouco mais de cinco anos o número de religiosos ordenados passou de 69 para 84, um acréscimo de 15 integrantes que se somavam à nova proposta de evangelização na Prelazia. Três anos depois, em 1981, esse número aumentou novamente, conforme retratado na edição de julho-agosto do Boletim:

#### **RETRATO ATUAL DA NOSSA IGREJA**

Depois de 10 anos de trabalho de Comunidade de Base, o nosso esforço comum, pode apresentar este quadro. Ele representa os frutos desta árvore chamada Igreja Popular. Veja um retrato de nossa Igreja.

Grupos de Evangelização .....	1.000
Monitores .....	1.200
Catequistas .....	400
Grupos de Jovens .....	70
Padres .....	18
Freiras .....	67
Voluntários .....	13
Centros Comunitários .....	130
Ministros do Batismo .....	08
Ministros dos enfermos .....	70
Coordenadores.....	200 <sup>413</sup>

Nesse contexto em que a terra estava ganhando ares de mercadoria, a Igreja Católica que já não tinha o conservadorismo como marca dominante em suas hostes, encontrava base de evidência na realidade econômica em curso, como ocorreu em Medellín<sup>414</sup>. A Prelazia acreana-puruenense percebeu esse problema e começou a agir, intervindo nas questões por meio de informativos, integração e unificação dos trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base, uma vez que o Estado, ávido pela “modernização”, deixava clara sua ausência de neutralidade.

Com o processo de vendas das terras acreanas para empresários do Centro-Sul do País e os vários conflitos pela posse da terra no campo que culminaram com a expulsão de milhares de trabalhadores da zona rural, vários trabalhadores precisaram migrar para as cidades. De igual modo, a falta de financiamento para as atividades produtivas e a desativação das colônias agrícolas existentes, também contribuíram para o êxodo dessas populações rumo às cidades, principalmente rumo à Capital. Não havendo lugar para eles, a grande maioria foi morar no entorno das cidades, sem a mínima infraestrutura, ocupando as áreas de terra e formando aglomerados nas periferias.

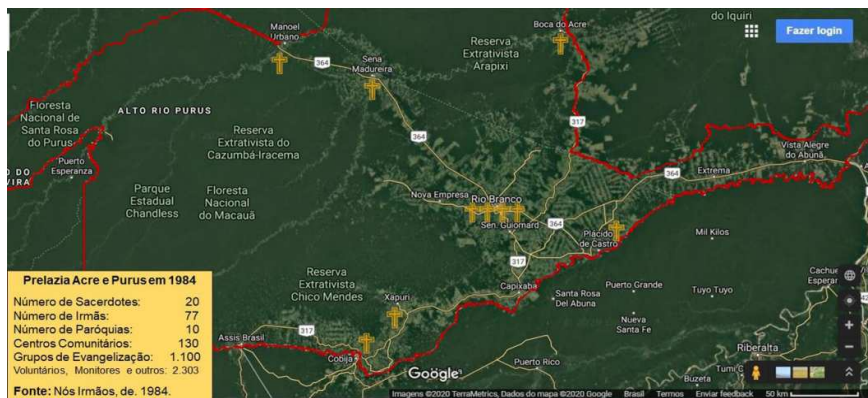
É perceptível a mudança de foco das ações planejadas pela Prelazia na década de 1980 em comparação com a anterior. Nesse período, é possível perceber o resultado das políticas públicas implementadas pelo Estado na década anterior e no início da década de 1980. Havia sido criados Projetos de Assentamento Dirigido (PAD) para acolher migrantes desabrigados por causa das barragens de Itaipu e de outras desapropriações em áreas do sul e sudeste, além do chamamento de outros migrantes. Sem apoio, esses assentamentos não prosperaram não só por falta de infraestrutura básica, como estradas para escoar a produção, mas também por falta de financiamento para a produção.

Ao foco das ações do Plano de Pastoral que houvera sido implementado no início da década de 1970, de acordo com Pertíñez Fernández, foram acrescidos:

os problemas antigos e novos: **desemprego, migrações do campo para a cidade, famílias desajustadas, violência, drogas, alcoolismo, seitas, atendimento pastoral aos novos bairros e aos PAD**<sup>415</sup>.

Por causa de sua atuação que se voltara para agir como uma igreja social, a Igreja da Prelazia do Acre-Purus teve um grande crescimento numérico e de participação popular em suas ações desenvolvidas. Assim, na década de 1980 a Igreja Católica apresentava os frutos da chamada Igreja Popular, fazendo um retrato de 10 anos de trabalho das Comunidades Eclesiais de Base. Nesses 10 anos, o número de sacerdotes passou de 11 para 18, e o número das religiosas passou de 58 para 67.

Figura: A Prelazia do Acre e Purus em números, ano de 1984



Fonte: Compilação feita pelo autor com base em dados do *Nós, Irmãos*.

No ano de 1984, o Boletim trouxe em sua página de número 26 uma tabela com dados sobre ações e atuações dos grupos dentro da Igreja Católica. Nela são destacadas as ações dos Grupos de evangelização, monitores, coordenadores, grupos de catequese, catequistas, ajudantes de monitores, grupos de jovens, comunidades e grupos de batismo das 10 paróquias existentes na Prelazia:

Tabela: Dados da Igreja em 1984

<b>DADOS DA NOSSA IGREJA DO ACRE DO PURUS EM 1984</b>											
	<b>Catedral</b>	<b>Imaculada</b>	<b>S. Inês</b>	<b>Cristo R.</b>	<b>Sena M.</b>	<b>Xapuri</b>	<b>Brasiléia</b>	<b>B. Acre</b>	<b>Plácido</b>	<b>M. Urb.</b>	<b>Total</b>
<b>Grupos de Evangelização</b>	80	195	125	90	202	60	120	103	50	75	1.100
<b>Monitores</b>	80	195	125	90	202	60	120	103	50	75	1.100
<b>Coordenadores</b>	8	24	65	23	11	-	20	14	6	10	181
<b>Grupos de Catequese</b>	96	70	98	50	14	40	23	26	12	20	449
<b>Catequistas</b>	78	79	100	80	12	40	45	26	15	20	495
<b>Ajudantes de Monitores</b>	20	195	215	23	-	-	-	4	20	35	512
<b>Grupos de Jovens</b>	14	9	15	12	1	-	5	5	4	1	66
<b>Comunidades</b>	14	12	20	12	8	6	10	7	1	5	95
<b>Ministros do Batismo</b>	-	5	5	5	-	-	-	-	-	-	15
Eis os dados das dez Paróquias de nossa Prelazia Catedral - Imaculada - Sena Madureira - Brasiléia - Santa Inês - Cristo Ressuscitado - Xapuri - Plácido de Castro - Boca do Acre - Manoel Urbano											

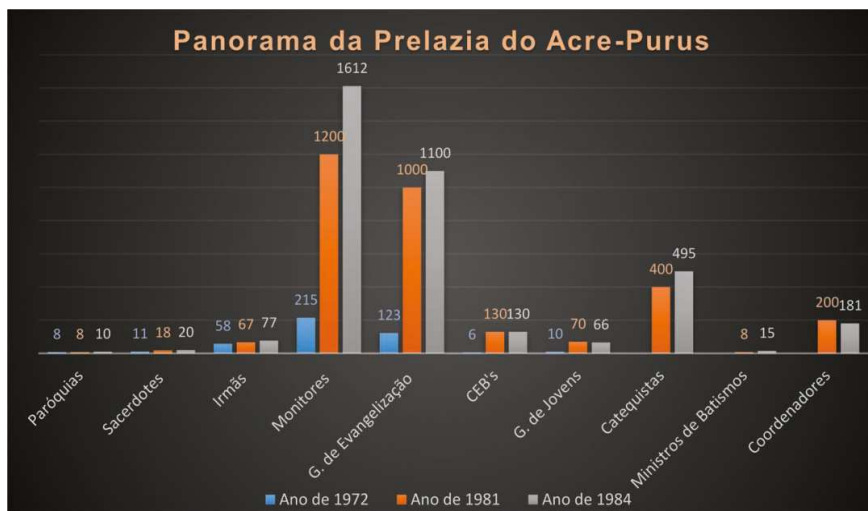
Fonte: **Boletim Nós, Irmãos**. Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1984, dezembro, ano XIII, nº 12, p. 26.



As Paróquias que tiveram destaques em suas ações nesse período, conforme explicitado no Boletim foram: a Paróquia da Catedral, que fica no Centro da cidade de Rio Branco; a Paróquia Imaculada Conceição, que fica próximo ao antigo centro comercial no 2º Distrito da Capital; a Paróquia Santa Inês, que foi edificada próximo aos assentamentos urbanos da década de 1960, construídos para servidores públicos em Rio Branco.

O discurso nas redes do poder começou a ser redesenhado pelos agentes que se uniram para “empatar” as derrubadas da floresta, se associaram para defender os interesses coletivos e se sindicalizaram para legalmente lutar por melhores condições. Vários desses agentes sociais alcançaram espaços de decisão tornando-se vereadores, deputados e senadores.

### Gráfico: Panorama da Prelazia do Acre-Purus (1972-1984)



Fonte: Compilação de dados realizada pelo autor com base em dados do *Nós, Irmãos*.

Dados os contextos de expansão da Prelazia frente à ação direta dos agentes de pastoral, as várias lideranças formadas nas Comunidades Eclesiais de Base, orientadas pela Teologia da Libertação, se articularam com intelectuais, ativistas de direitos humanos, professores universitários, políticos e jornalistas. Esse vínculo inicial com os segmentos da Igreja funcionou como instrumentação de ações, que mais tarde se expandiu para ou-

tros processos de luta, formações de grupos sociais e fundações de partidos políticos que tinham planos de luta por direitos e temáticas mais alargados que a difundida pela Teologia da Libertação.

A efervescência cultural caminhou lado a lado com a conscientização política, o evangelho social, a consciência de classe e as modificações antrópicas. Os esquetes que alegravam as reuniões de monitoria também tratavam de forma cômica e adocicada a realidade cotidiana. Há relatos de grupos teatrais e encenações nos bairros, mesmo fora de festividades religiosas. A música conhecida no meio religioso há milênios, ganhava espaço nos festivais de canções populares e de canções religiosas. Saraus, versos, poemas e cordéis aparecem como forma de materializar a realidade ou sonhá-la coletivamente.

A Igreja fortaleceu os laços com os seus membros, foi visto também uma abertura nos trabalhos e consequente expansão como se vê em dois boletins informativos que ao serem comparados, dão notícia de um crescimento intenso e ampliação da cobertura pastoral. Em 1972 eram 215 monitores e 06 CEBs na prelazia Acre-Purus da Igreja Católica; em 1981, eram 1.200 monitores, 1.000 grupos de evangelização, e mais de 1.000 CEBs, pondo em prática sua ação pastoral<sup>416</sup>.

Com as constantes expulsões de seringueiros e venda indiscriminada de terras, mais de 600 famílias xapurienses foram obrigadas a migrar para a Bolívia. Brasiléia, Tarauacá e Feijó, tiveram grandes áreas vendidas a empresários sulistas; foram muitas as ameaças de morte e os conflitos no campo. Tudo isso fez com que a igreja tomasse uma decisão. Entre os dias 17 e 21 de junho de 1974 foi realizado o primeiro encontro do vicariato do Acre, em Xapuri, no qual as linhas pastorais da igreja do Acre e Purus foram delineadas. Além de denunciar a violência contra colonos e seringueiros, conclamando os agentes pastorais a defenderem os trabalhadores rurais, esse documento ficou conhecido como “Documento de Xapuri”<sup>417</sup>, e dava orientação sobre o problema da terra. Esse documento foi assinado pelo Bispo Dom Moacyr Grechi e outros doze padres, sendo veiculado em jornais, boletins e emissoras de rádio; embora tenha sido desconsiderado pelos investidores que aqui se instalaram, aos poucos os trabalhadores foram se conscientizando de seus direitos.

Em 1975 houve um encontro em Goiânia, onde cristãos, entre bispos, padres, religiosos e leigos se reuniram entre os dias 16 e 22 de junho, discutiram as necessidades e os problemas da terra que afligiam a Amazônia Legal e o restante do país. No desfecho desse encontro, a Confedera-

ção Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) instalou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e o bispo acreano-puruense que participara do encontro, Dom Moacyr Grechi foi eleito seu primeiro presidente.

## CAPÍTULO IV

---

# A COMUNICAÇÃO COMO MEIO DE RESISTÊNCIA A DITADURA DO GRANDE CAPITAL

### Cálice

Pai, afasta de mim esse cálice  
Pai, afasta de mim esse cálice  
Pai, afasta de mim esse cálice  
De vinho tinto de sangue.

Como beber dessa bebida amarga  
Tragar a dor, engolir a labuta.  
Mesmo calada a boca, resta o peito  
Silêncio na cidade não se escuta.

De que me vale ser filho da santa  
Melhor seria ser filho da outra  
Outra realidade menos morta  
Tanta mentira, tanta força bruta.

(BUARQUE; GIL, 1973).

## 4.1 CAMINHOS DA COMUNICAÇÃO IMPRESSA

A comunicação existiu desde sempre na história dos homens – ela não foi inventada pela imprensa. Assim, a modernidade não “descobriu” a imprensa, mas potencializou seu alcance. John Thompson afirma que “em todas as sociedades os seres humanos se ocupam da produção e do intercâmbio de informações e de conteúdo simbólico”<sup>418</sup>. O autor destaca que desde as mais antigas formas de comunicação até as mais recentes inovações tecnológicas, “a produção, o armazenamento e a circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social”<sup>419</sup>.

O desenvolvimento das técnicas de impressão de Gutenberg propiciou o aumento da produção de livros, que tornou acessível um maior número de cópias que pudessem ser exploradas comercialmente. O Advento da indústria gráfica representou o surgimento de novos centros e redes de poder simbólico que, geralmente, escapavam ao controle do Estado e da Igreja<sup>420</sup>. O que se convencionou chamar de modernidade se fez como resultado do lento processo de abertura de fronteiras da cultura e das mentalidades, a partir do século XVII. Conceitos como “indivíduo”, “economia de mercado”, “democracia” foram apresentados a um maior número de pessoa. Sendo por meio da comunicação que “mundos fechados se abriram uns aos outros e que começaram, primeiro, por trocar bens e serviços e, depois, a trocar ideias, artes e letras”<sup>421</sup>.

De acordo com Manuel Freixo, a palavra “comunicação” tem três elementos que a compõem: o prefixo “co” que quer dizer companhia, reunião, comunhão; a raiz “munis” cujo significado é “estar encarregado de”; e o sufixo “tio” sinônimo de ação, atividade. Assim, a fusão dos três vocábulos ajuda-nos a perceber a definição de “comunicação” como “a atividade realizada em conjunto”<sup>422</sup>.

Segundo Hebe Wey, o processo de comunicação é

...realmente o processo por meio do qual o indivíduo (comunicador) transmite estímulos (geralmente símbolos verbais) para modificar o comportamento de outros indivíduos (receptores). Um ato de comunicação torna-se completo entre duas pessoas, quando entendem o mesmo signo do mesmo modo. Os sistemas de comunicação supõem sempre grupos de sinais em forma de mensagens, que são em sua maior parte, mensagens linguísticas<sup>423</sup>.

A mídia impressa desenvolveu uma forma eficiente de texto. Jornais e outros periódicos precisaram se tornar objetivos, claros e sintéticos. Tanto a linguagem quanto a estruturação do texto dispuseram seu estilo padronizado. A linguagem jornalística se impôs, sobretudo nos espaços informativos, uma restrição de código com uso reduzido de palavras, expressões e regras gramaticas que aumentaram a produção de mensagens com rapidez e de comunicação mais acessível.

O desafio de pensar e comunicar engloba múltiplos sentidos. Nos atermos, neste momento, a delimitação do estudo da mídia impressa que tem entre seus atributos a possibilidade de fixação da forma simbólica no espaço-tempo maior e mais amplo; bem como a capacidade de reprodução desse material uma vez que o distanciamento espaço-temporal foi possibilitado pelo suporte técnico – já que esta pode ser afastada de seu contexto original.

#### 4.1.1 A notícia e a reportagem nos meios de comunicação social

A informação tem se tornado recurso essencial para o funcionamento das organizações. A criação de canais facilita as comunicações coletivas e o intercâmbio das informações necessárias para o avanço das organizações. Segundo Juarez Bahia: “a comunicação é o processo social básico e a informação é o processo básico da comunicação”<sup>424</sup>.

Rabaça e Barbosa informam que a origem da palavra comunicação vem do latim *communicare* e significa “tornar comum, partilhar, repartir, associar, trocar opiniões, conferenciar. Comunicar implica participação, interação, troca de mensagens”<sup>425</sup>.

A grande aventura do jornalismo começa pela reportagem<sup>426</sup>. Ao lidar com a realidade das redações, a partir da rotina de produção do jornalismo é que a editoria decide o que é noticiável ou não. Ela não o faz apenas com base na avaliação de conteúdo do acontecimento, pelo que pode ser meritório, mas também precisa levar em conta as reais condições de cobri-lo<sup>427</sup>.

Ferraz, ao tratar sobre a reportagem, afirma que:

Ela é o ponto alto, em que o jornalista tem a chance de encontrar a grande história humana e, por isso, brutal. Ela vem com imbricamentos, causas e consequências histórica, cuja significação social reflete a cultura da gente expressa na história que a reportagem conta. Essa história tem suas contradições e seus achados, seus encurralamentos e suas saídas. A reportagem é o refletor do cotidiano que importa a todo o público<sup>428</sup>.

O jornalista Juarez Bahia descreve em seu dicionário jornalístico o que é notícia. Para ele:

NOTÍCIA. É o relato, a narrativa, a descrição, o comunicado, o registro de um acontecimento de interesse para a comunidade. Mas é também a opinião, o ponto de vista isento ou engajado, a acusação e a defesa, o dado elaborado, os fatos que formam e informam, a mancha impressa, a expressão oral e a expressão escrita – enfim, a matéria que se publica, divulga ou emite, tendo por base o processo jornalístico de busca, apuração, preparação, seleção, apresentação e comunicação<sup>429</sup>.

Bahia continua sua análise apontando que a reportagem modernamente é um tipo de notícia, uma categoria jornalística que deriva do mesmo texto noticioso que constitui a matéria-prima da mídia de massa, sendo que, a reportagem em grande medida apresenta o desdobramento da notícia, o fundo em cena, desdobrando-se a partir da notícia<sup>430</sup>.

Vários autores também fizeram suas reflexões sobre o que é notícia. Para Rodrigo Alsina (2009), notícia [...] é aquilo que interessa a alguém que quase nada lhe importa. E só é notícia, no momento em que esse alguém leu. Depois, não é mais notícia<sup>431</sup>. Berger e Marocco ao ressaltar a natureza do principal produto jornalístico – a notícia – destacam que “a função da notícia é orientar o homem e a sociedade no mundo real”, não sendo um espelho da sociedade como se acreditava no século passado, mas sim “um relato de um aspecto que se impõe”<sup>432</sup>.

Percebe-se que a narrativa, em grande parte, adota a técnica da pirâmide invertida, seguindo a ordem do interesse e relevância, no estilo que preceitua o lead norte-americano correspondente às seis perguntas: quem? O que? Quando? Onde? Como? Por que?

O texto conciso, com frases curtas e simples, quase que retiradas do contexto cotidiano, se apresenta principalmente em terceira pessoa, pouco apresenta adjetivos ou conceitos que expressem subjetividade. O verbo quase sempre utilizado no modo indicativo se apresenta em grande parte no aspecto perfectivo – descrevendo a ação como acabada.

A transmissão das reportagens e notícias é tão importante quanto a mensagem em si em ambientes culturais com predominância das tradições orais. Paul Zumthor lembra que entre a oralidade e a escrita há a oposição de dois tipos de civilização, entretanto, na maioria das sociedades homens da voz e da escrita convivem concomitantemente<sup>433</sup>. Nesse esboço de “si-



tuações de oralidade” há na oralidade mediatizada uma tipologia de construção da tessitura social que abranja a escrita e a voz no mesmo espaço.

#### 4.1.2 Reflexões sobre a Imprensa Amazônica

A imprensa chegou ao Brasil com atraso de três séculos. As terras brasileiras ainda eram colônias portuguesas, estavam sob a rígida base do latifúndio e do escravismo dominante. Enquanto na Europa e Estados Unidos a imprensa já era vista como uma lucrativa empresa de negócios, no Brasil somente em 1808, sob o signo do oficialismo ocorrido pela transferência da Corte portuguesa é que a imprensa se instala oficialmente no Brasil. Apenas 13 anos depois do lançamento do “Correio Brasiliense”, em 1821, a “Gazeta do Pará” foi o primeiro jornal a circular na Amazônia. Com uma linha pautada na valorização de notícias da corte portuguesa, ele era organizado e publicado em Lisboa e transportado até Belém. Sua duração foi curta. No ano seguinte, no dia 22 de maio de 1822 entrou em circulação a primeira edição de “O Paraense” produzido na Amazônia com tipografia europeia.

O primeiro jornal independente a circular no Brasil foi lançado em 1808, o “Correio Brasiliense” era produzido em Londres e transportado até o Rio de Janeiro que era a Capital da colônia<sup>434</sup>. Werneck Sodré afirma que a ausência de capitalismo implicou naturalmente na ausência de uma classe burguesa no Brasil colônia, sendo esse um fator de alto impacto para o atraso na implementação da atividade de imprensa<sup>435</sup>.

A história da imprensa tem em sua marca a luta em defesa da liberdade, pela independência em relação ao domínio português e contra a tirania dos novos governantes, mas também essa mesma imprensa se fez sustentação política da ordem vigente em todos os períodos históricos que abrangem a história da imprensa amazônica<sup>436</sup>. Esses jornais foram utilizados como espaço para a literatura e também como trincheiras para lutas e agressões contra os adversários. Como bem nos lembra o historiador Geraldo Coelho, o jornalismo se faz presente na Amazônia há mais de 200 anos entre “letras e baionetas”<sup>437</sup>

A sociedade passava por mudanças. Portugal tardiamente se abriu ao iluminismo e, somente com a transferência da corte de Dom João VI para o Rio de Janeiro, em 1808 é que, finalmente, se permitiu a entrada de máquinas e livros no Brasil. Na Amazônia, sob a influência da Revolução Liberal do Porto e a instituição da Lei de Liberdade de Imprensa em Portugal, em

4 de julho de 1821, o jornalismo se expandiu de maneira que entre as décadas de 1820 e 1850 foram criados 105 jornais em toda a província do Pará.

No Estado do Amazonas, a primeira publicação a circular foi “A Província do Amazonas”, em 1850, que teve curta duração. No ano seguinte, no dia 03 de maio de 1851 passou a circular o “Cinco de Setembro” que três anos depois, mudou seu título para “Estrella do Amazonas”.

Os jornais da Amazônia não foram produzidos apenas pela elite dominante, também existiam publicações liberais, de defesa dos interesses republicanos, de luta pela emancipação dos escravos, de lutas por direitos civis e, ainda, jornais como “O Abolicionista do Amazonas”, de 1884, feito por um grupo de mulheres que pregava o fim da escravidão<sup>438</sup>. Existe uma vasta bibliografia sobre os mais de 200 anos de imprensa amazônica<sup>439</sup>, não sendo objeto deste estudo se aprofundar nela, antes dar conhecimento de sua existência para fazer pequenos recortes que tenham ligação direta com o estudo que se propõe neste trabalho.

### 4.1.3 Breve indiciário da Imprensa Acreana

A imprensa acreana teve grande destaque no início do século XX, não somente pela qualidade da editoração gráfica, mas também pela imensa quantidade de títulos publicados para uma população tão pequena e esparsa. Osman Saphazekeu, afirma que para a produção dos jornais era necessário um trabalho braçal minucioso: “inicialmente, “faziam os tipos”, ou melhor, “as pecinhas das letras”, em seguida, “ficavam manejando”, até que surgisse o resultado do exaustivo processo, os jornais impressos”<sup>440</sup>.

De acordo com Assmar, Bonifácio e Lima, o primeiro periódico de Rio Branco foi “O Rio Acre”, impresso em oficina própria, com publicação iniciada em 1908. Há relatos de outros periódicos anteriores, embora não haja registro nos acervos pesquisados. No início da imprensa local, quase não se utilizavam ícones ou fotografias, o principal recurso apelativo dos redatores era a palavra. Com a aquisição de novas máquinas nas décadas seguintes, houve uma mudança estética nos textos e imagens.

**O Acre tem 245 (duzentos e quarenta e cinco) periódicos registrados e catalogados** nos arquivos do Museu da Borracha<sup>441</sup>, Biblioteca Nacional<sup>442</sup>, Hemeroteca Nacional<sup>443</sup> e/ou Guia de Mídia<sup>444</sup> desde a época em que era chamado de Estado Independente do Acre, no século XIX. Esse número de periódicos pode ser maior haja vista que alguns “se perderam” sem deixar exemplares acessíveis, embora haja registros históricos de sua

existência. Na tentativa de realizar um índice desses periódicos seguimos as descrições e divisões produzidas por Assmar, Bonifácio e Lima<sup>445</sup>, Bonifácio<sup>446</sup>, Cidreira<sup>447</sup>, Assmar e Santos<sup>448</sup> e outros estudiosos da imprensa acreana que seguem estilo de divisão temporal e material muito próximos ao elaborado por Elcias Lustosa<sup>449</sup>. Optamos por um estilo próximo a esse também, com as devidas atualizações. Assim sendo, subdividimos a imprensa rio-branquense em cinco fases: a) a Primeira fase, de 1900 a 1919; b) a Segunda fase, de 1920 a 1962; c) a Terceira fase, de 1963 a 1984; d) a Quarta fase, de 1985 ao início do novo milênio; e) a Quinta fase, a partir da segunda década do século XXI, da migração para ambientes virtuais ao webjornal.

**A Primeira fase** da imprensa acreana se deu de 1900 a 1919, com 53 (cinquenta e três) jornais e periódicos. Essa fase se estende desde o fim do Estado Independente do Acre em 15 de março de 1900, passando pelas revoltas autonomistas, até a extinção dos departamentos acreanos.

**A Segunda fase** se deu de 1920 a 1962, com 27 (vinte e sete) jornais e periódicos. Essa fase engloba todo o período em que o Acre foi território federal, desde a criação do governo geral no Território do Acre até a sanção da lei que elevou o Acre a categoria de Estado, em 15 de junho de 1962. Nesse período foram detectadas relevantes inovações tanto no projeto gráfico quanto retórico das publicações, bem como a mudança de estrutura do discurso propalado nos periódicos quando da passagem de departamentos para Território Federal.

**A terceira fase** se deu de 1962 a 1985, com 63 (sessenta e três) jornais e periódicos. Essa fase engloba o recém criado Estado do Acre e todo o período do Regime Civil-Militar até seu término em 1985. Esse período é marcado pela estruturação empresarial dos jornais e pela reformulação da linguagem jornalística, além da dinamização interrelacional de texto e imagem onde esta deixa de ser mera ilustração para se transformar em fonte de informação. Um outro ponto a destacar é a atuação da chamada “imprensa alternativa” com vários títulos e nichos de atuação tão diversos quanto dinâmicos.

**A Quarta fase**, de 1985 ao início do novo milênio, com 48 (quarenta e oito) jornais e periódicos, é marcada pela reabertura política, extinção de parte da “imprensa alternativa” e pelo fortalecimento de alguns grupos empresariais que passaram a atuar com a transmidiatização de notícias radiofônicas, impressas, televisivas e início de atividades na rede mundial de computadores.

**A Quinta fase**, destaca a migração para ambientes virtuais a partir da produção do webjornal, com 38 jornais e webjornais. É marcada pela manutenção de jornais impressos e pela constituição de uma categoria jornalística que migrou dos impressos para o ambiente virtual: Os Webjornais. Quanto aos periódicos produzidos em ambiente digital, além de Rio Branco também há publicações nas cidades acreanas de Acrelândia, Assis Brasil, Brasília, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Mâncio Lima, Senador Guiomard e Sena Madureira.

Conforme dados coletados nos acervos supracitados é possível fazer um índice de periódicos por cidades acreanas desde 1900 até 2020. Assim sendo, percebemos que a cidade onde mais se produziu jornais foi Rio Branco. Também foram encontrados periódicos com publicações físicas nas cidades de Porto Acre, Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri.

**A Cidade de Porto Acre publicou 02 (dois) periódicos que estão catalogados** tanto no Museu da Borracha quanto na Hemeroteca Nacional, são eles: El Acre - período de domínio Boliviano (1901-1902); e, Porto Acre - Orgam do Partido Constructor Acreano (1913-1916).

**Cruzeiro do Sul tem 34 (trinta e quatro) periódicos catalogados** e registrados nos arquivos do Museu da Borracha e/ou da Hemeroteca Nacional desde a época em que era chamado de Alto Juruá, sendo eles: O Progresso (1904); A República (1908); O Rebate - Órgão independente (1911); O Alho (1918) Cruzeiro do Sul - Orgam do Departamento do Alto Juruá (1906); O Cruzeiro do Sul (1906-1917); O Alto Juruá - Orgam do Município (1913); A Alvorada - periódico literário e noticioso (1915-1919); O Juruense - Órgão independente (1916); O Estado - Órgão do Partido Autonomista do Alto Juruá (1916-1924); O Momento (1920); O Norte (1921); Jornal do Commercio - Órgão de propaganda dos interesses comerciais (1923); O Rio Juruá (1925); Brasil Novo (1937); O Juruá - Órgão independente (1953-1971); O Eco (1971-1972); O Tropical (1972); além de outros 16 com local expresso, mas de identificação temporal não determinada, sendo eles: A Língua; A Luz; A Metralhadora; A Seara; Cine Jornal; O ABC; O Acre; O Bacurau; O Clarim; O Correio do Juruá; O Ideal; O Independente; O Mimo; O Repórter; Orchídea; e, Thaumaturgo.

**Sena Madureira, no vale do Purús, tem 12 (doze) periódicos registrados e catalogados** nos arquivos do Museu da Borracha e/ou da Hemeroteca Nacional, a quase totalidade do início do Século XX, sendo eles: O Estado do Acre - jornal hebdomadário, noticioso, comercial, literário (1909); Brazil Acreano - orgam do Partido Progressista (1910); O Com-

mercio - orgam dos interesses da indústria, lavoura e comércio (1913); O Acre - orgam dos interesses geraes (1916); O Alto Purús - orgam official (1908-1918); Gazeta do Purús (1918); Boletim Official - (1920); O Jornal (1918); O Parafuso - órgão crítico e noticioso (1921); O Ponta-Limpa - órgão literário e crítico (1922); A Cigarra - órgão literário, crítico, noticioso (1923); e, A Mutuca (1930).

**Tarauacá, surgida a partir da antiga Vila Seabra, tem 10 (dez) periódicos catalogados e registrados** no Museu da Borracha e/ou na Hemeroteca Nacional, sendo eles: O Município (1910-1937); A Alvorada - periódico literário e noticioso (1913-1921); O Departamento - órgão da Prefeitura (1914); O Estado - órgão dos interesses do Departamento (1914); Jornal Official - orgam da Prefeitura de Tarauacá (1916); O Tarauacá - órgão dos interesses do Departamento (1914) em 1916 órgão de divulgação da Prefeitura Municipal, numeração volta para o nº 1; O Regional - órgão literário da Companhia Regional (1917); A Reforma - orgam independente (1918-1934); O Corsário (1921); e, O Tarauacá (1976).

**Xapuri, localizada no Alto Acre, tem 12 (doze) periódicos registrados e catalogados:** O Regional - órgão dos interesses dos acreanos (1907); Acreano - órgão do Club Político 24 de janeiro (1905-1907); Correio do Acre - Departamento do Alto Acre (1910); Pró-Acre - órgão dos interesses do Departamento (1910); Primavera - Jornal dedicado às festas primaverís (1912); Alto Acre - orgam do Partido Constructor Acreano (1913); O Paladino (1913); Commercio do Acre - órgão independente (1915-1918); O Oeste - Prefeitura Municipal (1949-1957); O Ipiranga Acranao - Portavoz do Rotary Club de Xapuri (1961-1962); O Guarani - Mobral (1980); O Bandeirante - Jornal mensal da Loja Maçônica (1984).

**Webjornais acreanos do século XXI, tem 20 (vinte) periódicos catalogados,** produzidos em ambiente virtual. Além dos supracitados periódicos também se destacam os seguintes webjornais acreanos: a) 01 produzido em Acrelândia: Acrelândia News; b) 01 produzido em Assis Brasil: Assis Brasil Online; c) 02 produzidos em Brasília: O Auto Acre, 3 de Julho Notícias; d) 06 produzidos em Cruzeiro do Sul: Jornal Voz do Norte, Tribuna do Juruá, Folha do Juruá, A Crítica do Acre, Batelão do Juruá, Juruá em Tempo; e) 01 produzido em Epiaciolândia: Notícias da Fronteira; f) 02 produzidos em Feijó: Correio do Acre, Feijó 24 Horas; g) 01 produzido em Mâncio Lima: Mâncio Lima Net; h) 02 produzidos em Senador Guomard, Portal Quinari, Quinari Online; e, i) 04 produzidos em

Sena Madureira: O Estado do Acre, Portal Dimensão, Sena 24 Horas, Sena Online.

**Rio Branco tem 155 (cento e cinquenta e cinco) periódicos registrados e catalogados** em cinco fazes distintas de atuação. Assim sendo, subdividimos a imprensa rio-branquense em cinco fases: a) a Primeira fase, de 1900 a 1919; b) a Segunda fase, de 1920 a 1962; c) a Terceira fase, de 1962 a 1985; d) a Quarta fase, de 1985 ao início do novo milênio; e) a Quinta fase, da segunda década do século XXI até a migração para ambientes virtuais e webjornais.

**Primeira fase, de 1900 a 1919, com 18 (dezoito) jornais e periódicos:** Boletim d’Acre (1904); O Acreano (1907-1912); Folha Oficial (1908); O Rio Acre - órgão de uma associação (1908-1909); Folha do Acre, Cidade de Empreza (1910-1931)<sup>450</sup>; Cidade de Empreza - orgam oficial da Prefeitura do Alto Acre (1910); O Rebate (1912-1913); O Pium - Jornal Histórico Inofensivo (1913); O Autonomista - órgão imparcial (1914-1915); O Prego (1915); Boletim Oficial - Prefeitura do Alto Acre (1915-1918); Jornal do Acre - órgão independente (1916); O Inseto (1916-1917); Reforma (1916-1917); O Foguetão (1917); O Noroeste (1917); A Notícia (1918-1919); O Futuro (1919-1921);

**Segunda fase, de 1920 a 1962, com 15 (quinze) jornais e periódico:** A Capital (1921-1922); O Rebate - órgão independente (1921-1971); Boletim Municipal (1922); Jornal Oficial (1925-1926); O Acre (1929-1972)<sup>451</sup>; O Estudante (1936); Jornal do Povo - órgão do Partido Social Democrático (1952-1957); O Bandeirante (1953); O Esportivo - órgão noticioso e propugnador dos esportes acreanos (1953); Estatística - órgão noticioso e propugnador dos esportes acreanos (1953); Renovação (1953-1956); O Liberal (1956-1965); Tribuna do Povo - órgão noticioso de responsabilidade do Partido Trabalhista Brasileiro (1957-1959); O Estado - jornal noticioso (1958-1965); e, A Voz Estudantil (1960).

**Terceira fase, de 1963 a 1985, com 62 (sessenta e dois) jornais e periódicos:** O Rebate - órgão independente (1921-1971); O Acre (1929-1972); O Liberal (1956 -1965); O Estado - jornal noticioso (1958-1965); Folha Estudantil - órgão de publicidade do grêmio 1º de junho (1963); Suplemento Estudantil Humorístico (1963); Vanguarda - Empresa Jornalística Acreana Ltda (1963); O Grêmio - órgão de divulgação do grêmio estudantil “Padre André” (1964); Correio Estudantil - órgão da E. T. C. A. (1964-1965); Correio do Acre - Jornal Independente e Noticioso (1965); O Estudante (1965); Correio do Oeste - Jornal independente e noticioso

(1965-1966); O Estado do Acre (1965-1978) - em 1968 a numeração volta para o nº 1; Jornal do Acre (1966); O Imparcial (1966-1968); Boletim da Associação Comercial do Acre (1967); O Servidor - um órgão da Socibene a serviço de seus associados (1967); A Bola em Revista (1967-1968); Fôlha Acadêmica (1967-1968); Notícias do Acre (1967-1968); Jornal do Servidor (1968); A Gazeta (1968); A Fôlha (1969); O Normalista (1969); O Rio Branco (1969-atual); O Acre em Revista (1971); *Nós, Irmãos* - Boletim Informativo da Prelazia do Acre e Purus (1971-1987); O Universitário (1972); O Chute - o jornal de todas as torcidas (1973); O Pop (1973); Educação (1974); O Jornal (1974-1982); Boletim da Assessoria de Comunicação Social (1976); Terra (1976); Acre Rotário - Rotary Club de Rio Branco (1977); O Berração (1977); Envelope - órgão do Club Filatélico D. Pedro II - Movimento apoiado pela “Assessoria de Comunicação Social do Estado do Acre (1977-1978); Varadouro - um jornal das selvas (1977-1981); Alternativa (1978); Jornal 3 de Março (1978); A Gazeta do Acre (1978-1983); O Gafanhoto (1982); O Manifesto (1982); Diário do Acre (1982-1984); Folha do Acre (1983-1986); Anuário Estatístico do Acre (1983-2001); Acre Hoje (1984); Informativo Municipal (1984); Informativo Voz do Campo (1984); O Cipó - Uma força da mata (1984); O Hidrômetro (1984); Tribuna do Povo (1984); O Gafanhoto - informativo (1984-1985); Repiquete (1984-1985); o Jornal da Saúde (1985); A Memória (1985); Jornal do DCE (1985); Nova República (1985); Jornal da Pró-Federação das Associações de Moradores do Acre (1985); Documento - Centro Acadêmico Livre de História/Ufac (1985); A Gazeta do Acre (1985 - atual e Webjornal); e, Universidade (1985-1987).

**A Quarta fase, de 1985 ao início do novo milênio, com 59 (cinquenta e nove) jornais e periódicos catalogados**, sendo eles: O Rio Branco (1969-atual e Webjornal); *Nós, Irmãos* - Boletim Informativo da Prelazia do Acre e Purus (1971-1987); Folha do Acre (1983-1986); Anuário Estatístico do Acre (1983 - 2001); O Gafanhoto - informativo (1984-1985); o Jornal da Saúde (1985); A Memória (1985); Jornal do DCE (1985); Nova República (1985); Jornal da Pró-Federação das Associações de Moradores do Acre (1985); Documento - Centro Acadêmico Livre de História/Ufac (1985); A Gazeta do Acre (1985 - atual e Webjornal); Universidade (1985-1987); Notícias da Educação (1986); Jornal do Comércio (1986); A Voz da Mocidade (1986); Jornal Transportes (1986); O Aquiri (1987); Correio do Povo (1987); O Arigó (1987); O Foco (1987); Ágape (1987); Jornal do Seringueiro (1987); O Corujão (1987); O Miliciano (1988); Indústria e Co-



mércio (1988); Jornal da Famac (1988); Informativo Fetac (1988); Jornal Documento (1989); A Gazeta (1989 - até os dias atuais); Jornal Dito e Feito (1990); A Voz do Povo (1990); Última Hora (1991); Voz da Amazônia (1991); A Trajetória (1991); Jornal 90 Dias (1991); A Carta (1991); Jornal Municipal (1992); Integração (1992); O Acre (1992); Semana dos Povos Indígenas (1992); A Notícia (1992); Notícias do Comércio (1993); Jornal Mauri Sérgio (1996); Nossa Terra (1996); Ação Saúde (1996); Jornal Quinta-feira (1996); A Tribuna (1993 - atual e Webjornal); Página 20 (1995 - atual e Webjornal); Acre 35 Anos (1997); O Guardiã (1997); O Acre (1997); Mãos à Obra (1997); Tão Acre (1998); O Estado (1998); Aquiri (1989); Boletim de Pesquisa (1990); BIP - Boletim Informativo (1997); e, Jornal Opinião (2012 - atual e Webjornal).

**A Quinta fase, com 18 (dezoito) jornais, webjornais e periódicos catalogados**, da migração para ambientes virtuais, na segunda década do século XXI, até a produção dos webjornais. De acordo com o Guia de Mídia<sup>452</sup>, Rio Branco, no ano de 2020, conta com 06 jornais que veiculam suas atividades simultaneamente através do formato impresso e do formato de webjornal<sup>453</sup>: A Gazeta do Acre, O Rio Branco (Oriobranco.net), Página 20, Jornal Opinião e A Tribuna. O referido Guia de Mídia aponta que existem ainda outros 32 webjornais com circulação em Rio Branco e região<sup>454</sup>, além de dezenas de provedores de conteúdo em formatos de agências e blogs de notícias<sup>455</sup>.

Com a elevação do Acre à categoria de Estado, em 1962, Assmar, Bonifácio e Lima efetuam um indiciário e catalogação do que chamam de “terceira fase da Imprensa riobranquense (1963-1984)”<sup>456</sup>. Para os autores, essa fase é marcada pela profissionalização da imprensa com a estruturação empresarial dos jornais, reformulação da linguagem, estilo direto com base na lide, criação do colunismo social, dinamização da fotografia, instituição da diagramação e do departamento de texto. Essas mudanças afetaram o imaginário da sociedade riobranquense que se iniciou com a emancipação política e persistiu mesmo com a instauração do Regime-Civil Militar que se instaurou dois anos após a emancipação.

Assmar, Bonifácio e Lima, subdividiram os 42 jornais por eles encontrados em sete grupos distribuídos de acordo com a linha de conduta de seus editoriais. As nomeações proferidas foram as de jornais de apoio ao poder oficial, de oposição a esse poder, voltados para a educação ou comércio, religiosos, esportivos e de associações (de trabalhadores e entidades filantrópicas). As divisões executadas e os referidos títulos são:

No grupo dos jornais de **apoio ao poder oficial** encontram-se os jornais Correio do Oeste (1966), Notícias do Acre (1967-1988), A Folha (1969), O Rio Branco (1969-até os dias atuais), O Acre em Revista (1971), O Jornal (1974-1981), Boletim da Assessoria de Comunicação Social (1976), Acre Hoje (1984) e Informativo Municipal (1984)<sup>457</sup>.

(...)

No bloco da produção jornalística de **oposição ao poder oficial**, situam-se os jornais Vanguarda (1963), O Imparcial (1968), O Acre (1962-1965), Terra (1976), O Berração (1977), Varadouro (1977-1981), A Gazeta do Acre (1978-1983), Jornal do Acre (1966), Diário do Acre (1983-1984), O gafanhoto (1982), Folha do Acre (1983-1984), O Cipó (1984), Tribuna do Povo (1984) e Repiquete (1984-1985)<sup>458</sup>.

(...)

No bloco dos jornais de linha editorial voltada para os assuntos da **educação** encontram-se: O Grêmio (1963), O Estudante (1965), A Folha Acadêmica (1967-1968), O Normalista (1969), O Pop (1973) e Educação (1974)<sup>459</sup>.

(...)

Nessa terceira fase da imprensa local, podem ser citados, entre os **jornais esportivos**, A Bola (1967) e O Chute (1973)<sup>460</sup>.

(...)

Neste contexto, merece ênfase também, o **jornal religioso** *Nós, Irmãos*, produzido pela Igreja Católica já na gestão do Bispo Dom Moacyr Grechi<sup>461</sup>.

(...)

Outro grupo de relevância no contexto dos jornais do terceiro momento da imprensa riobranquense é o das **associações de trabalhadores e entidades filantrópicas**, no qual encontram-se os periódicos: Acre Rotário (1977), Jornal do Servidor (1968), Alternativa (1978), O Manifesto (1982), O Hidrômetro (1984) e Informativo Voz do Campo (1984)<sup>462</sup>.

Ao analisar o período recortado pelos autores, bem como a partimentação por eles produzidas com base nos assuntos principais de cada um, fica perceptível que vários grupos sociais realizaram ações contra e a favor da Ditadura Militar vigente no Brasil e, por conseguinte, no Acre. Destacamos aqui que o periódico *Nós, Irmãos* foi registrado pelos autores como “jornal religioso” enquanto outros periódicos também apoiados pela Igreja Católica como o Terra (1976), O Berração (1977), Varadouro (1977-1981) e O gafanhoto (1982), foram incluídos “no bloco da produção jornalística de oposição ao poder oficial”.

A ideia de produção do índice neste trabalho não é uma mera catalogação de periódicos, tampouco a datação dos mesmos. Antes o intento é de demonstrar a efervescência cultural, política e social existente em uma terra de propriedades majoritariamente rurais e com cidades que tinham e ainda tem em sua quase totalidade apenas algumas dezenas de milhares de habitantes. Em pleno século XXI apenas a Capital, Rio Branco, tem mais de 100 mil habitantes e os ideais de busca por uma vida melhor e de manutenção da floresta em pé sem abrir mão do desenvolvimento persistem até os dias atuais – os periódicos que o digam.

## 4.2 IMPRENSA ALTERNATIVA: TEXTOS EM CONTEXTOS

Nas últimas décadas muito se discutiu sobre a imprensa alternativa, seu papel, seu conteúdo em âmbito revolucionário, sua continuidade e seu desaparecimento. Grande parte das discussões visam conceituar e clarificar de maneira a definir o que foi ou o que é essa imprensa alternativa. Faculdades, partidos políticos e grupos sociais dissecaram essa imprensa, sem conseguir uma conceituação rígida, haja vista que a dinâmica da conjuntura histórica, social, cultural e política da sociedade não é estática, tampouco seus produtores, conteúdos e consumidores<sup>463</sup>.

Sérgio Caparelli afirma que os participantes dessa imprensa, independentemente de serem emissores ou receptores, procuravam situá-la no horizonte de sua prática. A comunicação alternativa se fez presente em vários lugares como na França pré-revolução; em um tempo em que jornais somente poderiam ser impressos com autorização real, os jornais alternativos se fizeram presentes e seus títulos se multiplicaram no período da Revolução Francesa. Também na Rússia czarista, em 1912 e anos subsequentes à imprensa alternativa se fez presente apesar da conjuntura concreta do panorama comunicativo russo. Os anos de 1960 no Cone Sul do continente americano também apresentaram uma imprensa alternativa a comunicação que era aceitável aos regimes de ditaduras militares que “pautaram-se pela censura aos meios de comunicação, pela perseguição aos jornalistas, pelo fechamento de órgãos de imprensa, pela exclusão políticas dos autores sociais enquanto fontes de informação”<sup>464</sup>.

Essa imprensa chamada alternativa forjou-se na prática das lutas sociais do Cone Sul da América Latina. Ela foi perseguida. Seus jornalistas presos. Exilados. Mortos. Ela surgiu ao lado da grande

imprensa ou contra a grande imprensa, que representava os interesses dominantes<sup>465</sup>.

A atuação dessa imprensa que se fez presente no Brasil dos anos 1960 e 1970 já foi entendida como imprensa de oposição, como meio de comunicação de minorias, como veículo de grupos com ideais específicos como de núcleo eclesial de base, de vertente trotskista, de viés anarquista e de diálogo sobre raça e gênero.

Diversos veículos de comunicação alternativa tanto de alcance nacional quanto de alcance regional investiram esforços contra o autoritarismo na esfera dos costumes, abriram discussão sobre temas pouco abordados em diversas vertentes como homossexualismo, ecologia e direitos da mulher.

A palavra “alternativo” já era usada nos Estados Unidos e na Inglaterra para designar arte e cultura não convencionais. Significa também optar entre duas coisas que se excluem reciprocamente, a única saída para uma situação difícil. O Aurélio consagra a expressão “imprensa alternativa” como “órgão de imprensa que se caracteriza por uma posição editorial renovadora, independente e polêmica”. Os jornais alternativos das décadas de 60 e 70 eram tudo isso. Em contraste com a complacência da maioria da grande imprensa da época, denunciavam violações dos direitos humanos e faziam a crítica sistemática do modelo econômico. (...) No final do regime militar que governou o Brasil por mais de 20 anos, podiam-se contar mais de 150 jornais alternativos de vários tipos – satíricos, políticos, feministas, ecológicos, culturais –, que hoje pertencem à história do jornalismo nacional<sup>466</sup>.

A discussão sobre imprensa alternativa transcende a fronteira brasileira e precede o século XX. Europa, Estados Unidos, França, China e outras nações da Europa, Ásia, África e América do Sul já discutiam a imprensa alternativa, seus papéis, limites e atuação. Caparelli, ao revisitar os estudos sobre a imprensa alternativa afirma que não existe nem pode existir definição estável de alternativo em comunicação uma vez que o alternativo depende de cada panorama comunicativo em sua conjuntura concreta. Assim, é necessário se fazer referência aos elementos alternativos da comunicação mais que simplesmente falar em comunicação alternativa<sup>467</sup>.

Márcio Bueno afirma que esse *boom* da imprensa alternativa não foi um fenômeno brasileiro apenas. Em outros países do Cone Sul como Ar-

gentina, Uruguai e Chile, tipos jornalísticos apresentaram características comuns as vistas no Brasil. A imprensa alternativa também pleiteava a rejeição ao regime autoritário e a resistência civil ao mesmo, sendo apoiada pela atuação intensa das comunidades eclesiais de base e pelas oposições de sindicatos mais combativos<sup>468</sup>.

A imprensa alternativa era formada por tablóides ou minitablóides, dos mais variados temas, com reivindicações de direitos de minorias, muitas vezes eram de tiragem irregular, alguns eram vendidos em bancas, outros tinha circulação restrita e quase sempre eram de oposição ao regime militar instalado em 1964, embora nem todos fizessem contestação direta ao regime.

A imprensa alternativa fazia oposição sistemática ao regime militar, denunciava a tortura e a violação dos direitos humanos e criticava o modelo econômico. Vivíamos a época do chamado “milagre” – que se mostrou, afinal, só um malogro. Entre a verdade e a lenda, a propaganda oficial e parte da grande imprensa davam preferência ao que era mais cômodo, ao que interessava aos donos do poder<sup>469</sup>.

Durante o governo militar a imprensa sofreu com a censura estatal não sendo possível publicar determinadas notícias ou reportar determinados fatos sob pena de ter suspensas as atividades dos jornais. Nesse período proliferou no Brasil um tipo de imprensa que ficou conhecida como “imprensa alternativa”. Essa imprensa denunciou as arbitrariedades e a violência praticadas pelo regime vigente.

A imprensa alternativa congregava jornais de vários tipos que apresentavam características e dinâmicas próprias com uma vasta diversidade interna muito grande de propostas, conteúdos e de posições ideológicas: 1) jornais de esquerda que estavam vinculados tanto a jornalistas quanto a partidos políticos e organizações clandestinas de oposição ao governo; 2) revistas de “contracultura” onde se reuniam artistas “alternativos” e intelectuais que produziam fora do esquema comercial; e, 3) publicações de movimentos sociais vinculadas a grupos e movimentos políticos de direitos das minorias.

Bernardo Kucinski faz uma breve apresentação da Imprensa alternativa:

Durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham

como traço comum a oposição intransigente ao regime militar. Ficaram conhecidos como imprensa alternativa ou imprensa nanica. A palavra nanica, inspirada no formato tabloide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessas de tratamento paternal. Já o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam<sup>470</sup>.

Os jornais alternativos destoavam do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, cobrando com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos. Esses veículos de comunicação eram perseguidos pelo aparelho militar que os distinguiu dos demais. Com base na Doutrina de Segurança Nacional, instituída pela ideologia da guerra-fria, eles eram considerados como inimigos do regime.

Destacam-se duas grandes classes de jornais alternativos: os predominantemente políticos e os marxistas vulgarizados dos meios estudantis. Os políticos discutiam temas clássicos das esquerdas. Eram, em geral, pedagógicos e dogmáticos, revelando novos personagens e protagonizando em suas páginas os movimentos populares de reivindicações e protestos. Sua linguagem quase sempre apresentada de maneira dogmática refletia o marxismo de cunho religioso e os preceitos morais do Partido Comunista do Brasil. Outra classe de jornais atuavam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e do moralismo hipócrita da classe média, induzindo no Brasil temáticas da contra-cultura, do orientalismo, do anarquismo e do existencialismo que rejeitavam a primazia do discurso ideológico enquanto buscavam novos modos de percepção, muitos deles fazendo uso de drogas como o LSD para tentar se identificar. A utilização de drogas como recurso de protesto e de busca do esclarecimento de ideias foi um divisor incidental para alguns veículos de comunicação, não um identificador da imprensa alternativa em si.

A Ditadura era vista no Brasil como uma representação do capitalismo periférico e do imperialismo. A imprensa alternativa se posicionou como uma contingência do combate político-ideológico a essa ditadura.

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexos dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Separar essas três categorias deve-se à necessidade de preservar as diferenças entre os vários modos de pensar, que se tornaram cruciais nos momentos de crise nos jornais alternativos. Eles compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social, ou seja, um mesmo conjunto de crenças, significações e desejos, alguns conscientes e até expressos na forma de uma ideologia, outros ocultos, na forma de um inconsciente coletivo. À medida que se modificava o imaginário social e com ele o tipo de articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos, instituíam-se novas modalidades de jornais alternativos<sup>471</sup>.

Para Kucinski, a imprensa alternativa tem três fases distintas dentro do mesmo movimento: em uma primeira fase, ao impulso essencialmente jornalístico somaram-se o apelo geral revolucionário latente nas gerações dos anos de 1960 e 1970, assim os alternativos eram apresentados como instrumentos de resistência ou de uma suposta revolução em marcha; em uma segunda fase, derrotado o apelo inicial, quando da abertura política, há uma transição da política clandestina para a política de espaço público; na fase final, há um desdobramento da articulação, abarcando parte do movimento popular de base. Desse modo, a importância adquirida pela imprensa alternativa se faz muito mais pelo extravasar sua natureza essencialmente jornalística e como criação ideológico-cultural. Nesse sentido, a imprensa alternativa se tornou o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas que lutavam contra o autoritarismo.

As disputas política e ideológica se fizeram presentes nos bastidores da imprensa alternativa com implementações políticas no plano institucional e no ativismo das bases. Por sua dimensão política enquanto espaço de rearticulação de militância tanto ideológica quanto de grupos ligados a partidos políticos e a ideologias variadas, os veículos da imprensa alternativa quase sempre sofriam prejuízos devido à natureza política e não mercantil desses projetos, a introdução da censura e a perseguição por parte do regime militar que combatia toda e qualquer estratégia de realizações sociopolíticas e aproximações político-partidárias.



Esses jornais alternativos reuniam-se, em geral em cooperativas, coletivos informais ou em sociedades cotistas que com frequência não tinham definição precisa das cotas. Poucos foram os alternativos que conseguiram um alcance nacional e cobrir suas despesas com a vendagem: O Pasquim e Repórter conseguiram. Os demais circulavam em espaços regionais e com pequena tiragem.

Por não haver consenso sobre a atuação nos jornais alternativos, era comum ocorrerem os “rachas” nas estruturas dos jornais causadas por lutas pela conquista da hegemonia. Se é real que alguns dos jornais no processo de construção de uma hegemonia, atuavam seguindo proposições de Gramsci sobre o papel dos intelectuais nos jornais; outros escolhiam personalidades de prestígio para o Conselho Editorial, identificando os jornais como correntes expressivas de opinião, como forma de legitimar a linha editorial e ampliar a base de sustentação dos jornais ante as investidas da repressão.

Vários partidos políticos tentaram fazer dos jornais alternativos seu instrumento de veicular informações e notícias. Enquanto alguns grupos intentavam ganhar posições na frente jornalística, com o intuito de fazer dele seu instrumento de poder, mesmo que isso atropelasse os mecanismos pré-estabelecidos dos próprios jornais, outros buscavam controlar a pauta e a edição como forma de manter suas ideias em destaque no jornal. Assim, para Kucinski:

Era como se houvesse um consciente gramsciano, expresso nos programas e estatutos, compartilhado principalmente por jornalistas independentes e intelectuais, e um inconsciente leninista trazido pelo ativismo político, que acabava se impondo<sup>472</sup>.

Os jornais alternativos criaram um espaço público alternativo com contornos nítidos próprios de seu tempo. Durante o período ditatorial brasileiro, nas décadas de 1960 e 1970 mais de 150 títulos alternativos circularam pelo Brasil. Assim como outros surtos jornalísticos presentes na história brasileira, como os panfletários e os pasquins do período da Regência brasileira que em seu apogeu, em 1830, contavam com cerca de 50 títulos; ou como os jornais anarquistas de operários que entre fins do império e primeiras décadas do século XX fez circular quatrocentos títulos. Esses três casos são emblemáticos por apresentarem em seu tempo, pequenos jornais sem fins lucrativos, produzidos de forma precária, e, às vezes, por um único homem, onde criticavam o Estado e propunham mudanças, tendo seu

conteúdo era dirigido principalmente à sociedade civil e às classes trabalhadoras subalternas.

Kucinski afirma que o apogeu dos alternativos de circulação nacional se deu concomitantemente ao surgimento de uma nova geração de jornalistas que se formaram nas escolas de comunicação e jornalismo a partir de 1968, em atenção à legislação que impôs a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão<sup>473</sup>.

Com a multiplicação exponencial do número de jornalistas e o recuo das forças de repressão a partir da segunda metade da década de 1970, os espaços abertos a manifestações e à fermentação social começaram a se expandir. Entre as classes de trabalhadores houve a canalização da insatisfação através dos movimentos populares trotskistas, das comunidades eclesiais de base e das associações e sindicatos operários.

Pela aproximação entre associações, sindicatos, movimentos eclesiais de base e jornalistas foi possível constituir pequenas redações, cooperativas e mutirões com temáticas específicas a cada região, bairro, comunidade ou contexto social em que estavam inseridos. O modelo padrão escolhido foi o da imprensa alternativa onde as propostas de comunicação direta entre jornalistas e público propiciaram que as bases populares se tornassem ao mesmo tempo, sujeitos da comunicação e seus próprios agentes.

O ativismo político presente nos movimentos de base e nos sindicatos e a articulação dos periódicos alternativos ocasionaram uma “sobrevvalorização” da cultura popular, como forma de dar vazão a uma atitude de representatividade daqueles que eram esquecidos pela imprensa tradicional e/ou que por ela não eram alcançados. Os alternativos de alcance nacional eram poucos, não chegavam a uma dúzia com tiragem acima de 12 mil exemplares e periodicidade constante acima de um ano. Assim, se destacaram os alternativos de alcance regional e local, por sua atuação colada a uma prática específica em que os códigos facilmente pudessem ser compartilhados propiciando o fluxo de mão dupla ou “refluxo ideológico” dos leitores para com os movimentos constituintes dos periódicos.

A comunicação aberta, direta e acessível ao público destinatário da publicação propiciava uma aproximação entre o veículo e o leitor que deixa de ser passivo da informação e se torna agente do discurso ideológico a ser reproduzido e das informações a serem comunicadas, atuando como portadores de notícias que valorizam o cotidiano e de reportagens que apresentam novas visões da realidade – ainda que essa não seja a sua, ela lhe parece familiar.

Há um claro reflexo do universo crítico das novas escolas de jornalismo, na atuação dos veículos alternativos de comunicação de massa. Esse nicho que não fora ocupado pela ideologia hegemônica burguesa é o lugar de operacionalização dos jornais alternativos. Sua atuação possibilita enxergar nos movimentos populares e comunitários as possibilidades concretas de criação ideológica própria, transformando os periódicos de comunicação alternativos em difusores de ideologias que contribuam para o autorreconhecimento de trabalhadores e moradores, para a ação de desenvolvimento da linguagem comum e para a construção de um espaço político e social<sup>474</sup>.

#### 4.2.1 A Imprensa Alternativa Acreana

A Imprensa alternativa se contrapõe aos interesses e tendências políticas dominantes. Ela esteve presente em vários momentos da sociedade. Existem várias definições em diversos contextos para explicar o que seria a imprensa alternativa, bem como para discuti-la e caracterizá-la<sup>475</sup>. A imprensa alternativa surgiu para atender as classes que haviam sido marginalizadas pelo poder estabelecido.

Alternativa indica uma relação com outro, um alter que chama a si os que desviam de um caminho inicial, no caso, a imprensa tradicional. Aqui, alternativa poderia ser do ponto de vista do produtor, que, não contente com a imprensa tradicional, se propõe elaborar ele mesmo seu produto. Ou do leitor, que no mercado capitalista das ideias, tem opção a uma maior diversidade de conteúdos, fugindo ao monopólio dos grandes grupos que reforçam o *status quo*<sup>476</sup>.

Em seu Dicionário de Jornalismo, Juarez Bahia conceitua:

**IMPrensa ALTERNATIVA.** Ou **underground**, **nanica**, clandestina. Publicação periódica, caracteriza-se por contestar a cultura oficial, os métodos e práticas empresariais do jornalismo estabelecido, os padrões vigentes (da linguagem à publicidade). Adquire expressão de movimento jovem nos anos 60 e 70, tornando-se mais influente nos Estados unidos e na Europa. (...) No Brasil, a história recente aponta o período de 1964 a 1982 (regime militar, restrições aos direitos individuais, **censura** e arbítrio) como o do aparecimento, expansão e declínio da imprensa alternativa (notável, ainda, nas lutas dos brasileiros contra o domínio português, pela independência, pela abolição e pela república). Durante a violência do regime

militar brasileiro, o ano de 1980 marca um terrorismo de direita especificamente voltado contra a **imprensa alternativa** e seus pontos de venda e circulação (bancas de jornais, livrarias, oficinas gráficas, etc.)<sup>477</sup>.

Kucinski, na apresentação de seu livro, conceituou o termo imprensa alternativa ou imprensa nanica:

A palavra *nanica*, inspirada no formato tabloide adotado pela maioria dos jornais alternativos, foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar por esses jornais. Enfatizava uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessas de tratamento paternal. Já o radical de *alternativa* contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam<sup>478</sup>.

Kucinski utiliza o termo “imprensa alternativa” para designar os inúmeros jornais que circularam no Brasil durante os anos da Ditadura Militar. Para o autor, esses periódicos se caracterizavam por noticiar os graves crimes praticados no país, a violação dos direitos humanos, a luta contra a censura e contra o regime autoritário imposto no país, além de outros temas de interesse da população<sup>479</sup>. De acordo com Kucinski:

O que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao imperialismo, dos quais a ditadura era vista como uma representação<sup>480</sup>.

A imprensa alternativa surgiu como resultado do processo articulatório entre o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações sociais que propunham, e, a busca de jornalistas e intelectuais por espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. O nexos que uniu jornalistas, intelectuais e ativistas políticos está nas limitações à produção intelectual jornalística sob o autoritarismo e na oposição ao sistema que representa o Regime Militar.

Rivaldo Chinem em sua obra *Imprensa alternativa – jornalismo de oposição e inovação* ressalta que

entre 1964 a 1980 nasceram e morreram cerca de 300 periódicos que se caracterizavam pela oposição intransigente ao regime militar. Esses jornais ficaram conhecidos como imprensa alternativa, de leitor, independente e underground. O dicionarista Aurélio Buarque de Holanda acrescentou, na segunda edição de seu Novo Dicionário, a definição do termo “alternativo” como algo “que não está ligado aos interesses ou tendências políticas dominantes”<sup>481</sup>.

Nos anos de intensa conturbação político-social que se seguiram durante o regime ditatorial brasileiro, a imprensa surgiu para produzir materiais independentes e alternativos aos que eram veiculados pela “grande mídia” que se fez aliada aos interesses políticos da classe dominante.

A imprensa alternativa fazia oposição sistemática ao regime militar, denunciava a tortura e a violação dos direitos humanos e criticava o modelo econômico. Vivíamos a época do chamado “milagre” – que se mostrou, afinal, só um malogro. Entre a verdade e a lenda, a propaganda oficial e parte da grande imprensa davam preferência ao que era mais cômodo, ao que interessava aos donos do poder<sup>482</sup>.

A imprensa alternativa, nas condições políticas do período histórico brasileiro, preencheu um vazio deixado pelas grandes empresas, caracterizando-se por ter uma face militante (de resistência e oposição ao regime), criticar a imprensa-indústria, e um trabalho mais complexo de coleta e de análise sobre a diversidade social, procurando ultrapassar a postura de simples suporte de opinião. De acordo com Braga,

Mesmo constrangida a espaços reduzidos, a imprensa alternativa não é uma imprensa marginal. Ela não é produzida para um setor de interesses limitados da sociedade; por sua abordagem temática, ela pode ser caracterizada como uma imprensa de interesse geral. Estas características fariam da imprensa alternativa uma outra concepção de imprensa, oposta à produção dominante. **É nisso que o conceito adquire todo seu sentido: enquanto ‘alternativa’, ela se propõe a ser a busca de uma outra forma, suscetível de substituir a grande imprensa. Não seria complementar ou secundária com relação ao jornalismo de grande empresa, mas igual ou equivalente.** Esta equivalência, entretanto, não é proposta como real ou imedia-

ta. A pequena imprensa não saberia entrar em competição pelo mercado com a grande. Aparentemente, a expressão ‘nanica’ nega esse conceito de ‘alternativa’. Mas a autoironia sublinha a conjuntura que a coloca nessa posição secundária, deixando supor que, se ela chegasse a superar as injunções econômicas e políticas, se tornaria a verdadeira imprensa<sup>483</sup>.

O termo “imprensa alternativa” sempre gerou muitas polêmicas e discussões acaloradas quanto a tentativa de buscar maior precisão no sentido da expressão desse fenômeno que não possuía capacidade financeira, material e humana para enfrentar a grande imprensa, mas que tem como fator de sua existência muito mais o fazer um contraponto à grande imprensa que a efetivamente substituí-la.

Sua posição muitas vezes se apresentava como dialética à grande imprensa por em muitos casos necessitar “que os grandes jornais e revistas dissessem alguma coisa para que os pequenos alternativos pudessem dizer o contrário, ou completar o que não fora dito”<sup>484</sup>.

A disposição visual da Imprensa alternativa é apresentada com projetos gráficos mais simples, com tendência a ser mais livre e mais à vontade, raramente seguindo colunas ou espaçamentos para textos e imagens. Assim, o conteúdo toma forma livre na página, bem como sua disposição está mais vinculada a imaginação do autor que à estética de um produto pré-moldado. Os conceitos de estética visual nos alternativos buscam uma abordagem mais crítica com conteúdos “que passem por diversos gêneros, inclusive tendo caráter de vanguarda e de experimentalismo”, uma vez que o *design* dessas publicações se submete aos princípios de: economia, experimentação, flexibilidade e legibilidade<sup>485</sup>, permitindo tais experimentações.

A variedade de temas desse tipo de mídia alternativa alcançou públicos específicos fugindo ao padrão estético que permeava os veículos tradicionais. A diversidade de temáticas abordadas, os estilos dos conteúdos e sua apresentação ao público veiculava aos grupos a divulgação de suas ideias de forma quase que artesanal, barata e sem o crivo da censura oficial.

Com as mudanças operadas nos movimentos sociais, a imprensa alternativa começou a mudar seu foco, dando mais ênfase às proposições de seus movimentos e a relacionar como as notícias de âmbito nacional poderiam influenciar seu nicho de leitores. Sobre a contextualização desses movimentos nos últimos anos da década de 1970, Abramo escreve que

começa a surgir, apesar da ditadura, uma onda de resistência civil, representada pelos movimentos populares, pela luta contra a carestia, pela ação dos setores progressistas da Igreja Católica, pelas Comunidades Eclesiais de Base, pelos comitês de anistia, mais tarde pelas oposições sindicais e pela eclosão do neo-sindicalismo combativo e oposicionista. Aí então, há um movimento concreto, muitas vezes expresso por entidades e por líderes que se constituíam, por si, em fontes alternativas de informações e opiniões, e que foram largamente utilizadas pela pequena imprensa<sup>486</sup>.

Enquanto a imprensa local mantinha o silêncio em relação aos inúmeros conflitos sociais existentes à época, os jornais alternativos como “Varadouro”, “O Berração”, e, os Boletins Informativos como “Terra” e “Nós, Irmãos”, recebiam e reproduziam cartas em que denunciavam os desmandos governamentais e os conflitos ocorridos no campo.

A década de 1970 foi marcante para a imprensa alternativa, mais pelas perseguições e cerceamentos que pelas instrumentalidades dos veículos de comunicação. O Governo Federal vigiava a imprensa há vários anos. Após manter com êxito a presença de sensores nas redações dos grandes jornais, as políticas públicas de vigilância do SNI se intensificaram no ano de 1979 em oposição ao que chamavam de “Imprensa Nânica”. Nesse período a política de cerceamento de atividades dos jornais alternativos foi alargada fechando jornais, boletins, pasquins, panfletos e congêneres tidos por subversivos. Na cidade de Rio Branco, Capital do Estado do Acre dos seis jornais existentes: de acordo com o SNI um era tido como “neutro” (*O Rio Branco*) e o outro “apoia o Governo Federal” (*Gazeta do Acre*); os outros quatro eram jornais alternativos, a saber “*O Berração*”, “*Varadouro*”, “*O Jornal*” e “*Nós, Irmãos*”, todos foram amplamente “vigiados” pela Ditadura sendo extintos um após o outro – apenas “*Nós, Irmãos*” ligado à Prelazia do Acre-Purus permaneceu até 1985, mas não sem perdas. Quanto a essa vigilância, Maria Iracilda Bonifácio afirma que:

Durante o período em que vigorou o regime militar no Brasil, os meios de comunicação estiveram sob permanente vigilância dos órgãos de censura, através dos quais os militares impunham o silenciamento pela proibição de vozes discordantes. Um discurso monolítico, que os autointitulava salvadores da pátria, era um dos meios mais eficazes para silenciar as vozes discordantes, expressando o medo da voz do Outro<sup>487</sup>.



Portela, ao refletir sobre o trabalho do Jornalista Elson Martins da Silveira, correspondente do Jornal O Estado de São Paulo, editor do jornal alternativo “Varadouro” e de outros alternativos, descreveu a referência que este fez sobre suas leituras e preparação para atuar com movimentos sociais e com a imprensa alternativa acreana, afirma:

Depois de ler Marx, Engel, Durkheim, eu me senti preparado pra chegar aqui e dar lições pra eles (os seringueiros), de como agir e reagir. Mas, **no primeiro contato que eu tive com as lideranças, vi que eles expressavam uma coisa muito mais forte, pois eles já estavam fazendo essa resistência de uma maneira muito mais ampla do que eu poderia sugerir.** Passei a ouvir mais do que falar. Graças a Deus, tenho essa capacidade de mais ouvir que falar, e isso me serviu muito pra ter uma visão mais próxima da realidade<sup>488</sup>.

O Jornalista Elson Martins, ao chegar ao Acre, pensava que iria encontrar uma comunidade desarticulada, com movimentos sociais desconexos. De acordo com Portela, não foi isso que ele encontrou.

Àquela época, a Igreja Católica já contava com a articulação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), entidade cujo núcleo articulou a efetiva participação política dos movimentos sociais, sempre em oposição às classes dominante – cujas elites eram formadas basicamente por fazendeiros e oligarquias, ligados ao regime militar –, no que se convencionou chamar de esquerda católica. Esse núcleo fundou o *Nós, Irmãos* e mais tarde, com o fim da reforma partidária, em 1979, a maioria da esquerda católica se mobilizou pela formação do Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre.

**O bispo da Prelazia do Acre e Purus, região que compreendia a intensidade dos conflitos no campo, à época, Dom Moacir Grechi, acreditava que o boletim diocesano não atendia mais à demanda por espaço dos movimentos sociais e que já era hora de criar um periódico com cara e corpo de jornal<sup>489</sup>.**

Escrevendo sobre o contexto da Amazônia Sul-Occidental, Pinheiro<sup>490</sup> afirma que no período entre 1963 e 1984 surgiram vários veículos que “adotaram outro tipo de fazer jornalístico, com a produção de textos mais concisos e mais voltados para a apuração da notícia”, com matérias mais simples e diretas. Assmar escreveu que esse período de pouco mais de 20 anos marcou uma profunda ebulição da imprensa escrita acreana, com a criação de 42 periódicos diferentes, das mais variadas tendências ideológicas<sup>491</sup>.

## 4.2.2 Vigilância da Ditadura contra a Imprensa Alternativa Acreana

Para melhorar sua imagem, tanto no Brasil quanto no exterior, o Governo militar não primou por agir em acordo a legislação vigente, pelo contrário, utilizou de seu aparato para interferir no que seria veiculado pelos informativos e censurar atividades que estivessem em desacordo com a imagem que pretendia passar. Um dos instrumentos utilizados pelos governantes para isso foram as ações de inteligência.

No Estado do Acre, nas décadas de 1970 e 1980, foram marcados por constantes ações do Estado contra agentes sociais, clérigos e jornalistas ligados a movimentos sociais e ao Boletim *Nós, Irmãos*. As investigações se deram em vários aspectos da vida cotidiana em que, por vezes, se confundia luta por “justiça social” com “amor ao próximo”. Esse trato cotidiano na Prelazia chamou a atenção dos agentes de inteligência que, por não saberem diferenciar, tratavam tudo como ações suspeitas de subversão. Nem mesmo o Plano de Pastoral da Igreja passou despercebido, sendo acusado de ter sido escrito em linguagem “libertária”.

Uma das vítimas do regime militar que sofreu com ações do regime ditatorial no Acre foi o Jornalista Elson Martins da Silveira, correspondente do Jornal *O Estado de São Paulo* e participante das ações de comunicação na Prelazia do Acre-Purus. Dados contidos no Informe nº 0849/82 - SI/CI/DPF, de 04 de maio de 1982, dão conta da punição imposta em anos anteriores ao principal correspondente dos jornais do Centro-Sul do país no Estado do Acre. Durante os anos de 1975 até 1979, Elson atuou como correspondente jornalístico e como militante pelo direito das pessoas terem a posse da terra em que viviam há gerações. Suas ações se destacaram principalmente na Comissão Pró-Índio, nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Acre, e no auxílio direto de ações do Boletim alternativo *Nós, Irmãos* e do Jornal *Varadouro*. Elson Martins<sup>492</sup> foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, “condenado a 09 anos de reclusão”<sup>493</sup>. Desde sua condenação, cessaram as ações de *Gillette Press* no Boletim *Nós, Irmãos*, não sendo esse o único fator, mas sem dúvida, a condenação do principal correspondente abalou os ânimos e o trânsito de informações.

Dado todo esse contexto de regime militar, investigações, Igreja, documentos de informação: O que tem a ver um trabalho que se propõe a estudar as cartas de um Boletim acreano para analisar vozes de “agentes so-

ciais” em “mensagens”, de repente, se debruçar sobre arquivos do Serviço Nacional de Informações?

Todo pesquisador necessita que seu objeto de estudo tenha embasamento aceitável para prosseguir com sua pesquisa. No caso em cerne, ao obter a informação de que o site “Memórias Reveladas<sup>494</sup>” do Arquivo Nacional havia disponibilizado em 2019 um novo lote com dezenas de milhares de informações sobre o período de 1964-1985, resolvemos fazer uma busca padrão com sete palavras-chave que são frequentes no Boletim *Nós, Irmãos*: “Acre”, “terra”, “posseiros”, “Imprensa”, “*Nós, Irmãos*”, “Prelazia” e “Igreja”, sendo que essas expressões de busca precisavam necessariamente se relacionar com, pelo menos, uma das outras seis. O recorte temporal foi o mesmo da pesquisa, de 1971 a 1985.

A expectativa era encontrar alguns documentos que trouxessem elucidação referentes a questões de conflitos agrários, a atuação da Igreja em meio a esses conflitos e o processo migratório para o Acre no período de expansão para o oeste. Não foi isso que encontramos. Identificamos aproximadamente duas centenas de documentos de vigilância, informações, buscas, partes e outros documentos do SNI, contra a Prelazia do Acre e seus membros. Por acreditar haver algum “erro de busca” em nossa pesquisa, foi feita nova projeção com os mesmos elementos de execução, temporalidade e perfis, sendo que, desta vez, apenas em relação à palavra “Acre”. O número de resultados sequer duplicou. Repetidas as buscas, em dias distintos, e, por computadores distintos, percebemos que não havia erro nos procedimentos.

Em mais da metade dos documentos oficiais de informação contidos no site “Memórias Reveladas”, aos quais tivemos acesso, a instituição acreana mais investigada e citada pelo SNI entre 1971 e 1985 foi a Igreja Católica. O SNI pouco se preocupou com conflitos agrários, escravidão, problemas de posse de terra, desmatamentos criminosos, denúncias de comunistas, cidadãos subversivos ou outras instituições que não a Igreja Católica. O foco foi a agência social da Igreja e a agência de seus membros através da teologia da libertação.

Os documentos que fundamentam esta unidade foram acessados por meio digital na base de dados em acervo intitulada “Memórias Reveladas”, do Arquivo Nacional, sendo provenientes da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), subordinada ao Serviço Nacional de Informação (SNI).

## Quadro: Periódicos alternativos acreanos vigiados pelo SNI

Nº	Veículo	Periodicidade	Nº	Veículo	Periodicidade	Nº	Veículo	Periodicidade
01	O Rebate	(1921 – 1971)	19	Notícias do Acre	(1967 – 1968)	37	Varadouro	(1977 – 1981)
02	O Acre	(1929 – 1972)	20	Jornal do Servidor	(1968)	38	Alternativa	(1978)
03	O Liberal	(1956 – 1965)	21	A Gazeta	(1968)	39	Jornal 3 de Março	(1978)
04	O Estado	(1958 - 1965)	22	A Fólha	(1969)	40	A Gazeta do Acre	(1978 - 1983)
05	O Esportivo	(1953)	23	O Normalista	(1969)	41	O Gafanhoto	(1982)
06	Folha Estudantil	(1963)	24	O Rio Branco	(1969 – atual)	42	O Manifesto	(1982)
07	Suplemento Estudantil Humorístico	(1963)	25	O Acre em Revista	(1971)	43	Diário do Acre	(1982 – 1984)
08	Vanguarda	(1963)	26	Nós Irmãos	(1971 – 1987)	44	Folha do Acre	(1983 – 1986)
09	Correio Estudantil	(1964 – 1965)	27	O Universitário	(1972)	45	Anuário Estatístico do Acre	(1983 – 2001)
10	Correio do Acre	(1965)	28	O Chute	(1973)	46	Acre Hoje	(1984)
11	O Estudante	(1965)	29	O Pop	(1973)	47	Informativo Municipal	(1984)
12	Correio do Oeste	(1965 – 1966)	30	Educação	(1974)	48	Informativo Voz do Campo	(1984)
13	O Estado do Acre	(1965 – 1978)	31	O Jornal	(1974 – 1982)	48	O Cipó – Uma força da mata	(1984)
14	O Imparcial	(1966 – 1968)	32	Terra	(1976)	50	O Hidrômetro	(1984)
15	Boletim da Associação Comercial do Acre	(1967)	33	Boletim da Assessoria de Comunicação Social	(1976)	51	Tribuna do Povo	(1984)
16	O Servidor	(1967)	34	Acre Rotário	(1977)	52	O Gafanhoto informativo	(1984 - 1985)
17	A Bola em Revista	(1967 – 1968)	35	O Berração	(1977)	53	Repique	(1984 - 1985)
18	Folha Acadêmica	(1967 – 1968)	36	Envelope	(1977 – 1978)			

Com base em vários documentos intitulados “Informação” e “Busca” do SNI catalogamos:

Em azul: Jornais tidos como sendo “A favor do Regime” e/ou “Neutros”;

Em vermelho: todos os outros Jornais “Alternativos”, “Jornalecos” e/ou “Imprensa Popular” (assim denominados pelo SNI).

Fonte: Sistematização do Autor com Base nos Acervos da Hemeroteca Digital<sup>495</sup>, Biblioteca Nacional<sup>496</sup> e Museu da Borracha.

As atividades de informações foram criadas com o intuito de garantir a fluidez do sistema de informações em meio a burocracia estatal. O ajuntamento dessas atividades de informação em um Sistema Nacional de Informações (SISNI) teve sua concepção inicial em 1964, com a criação do SNI. Uma ramificação complexa que partia do chefe do Poder executivo e criava a “comunidade de informações” que além de garantir a segurança do Estado também foi utilizado para espionar cidadãos e invadir a esfera da vida privada<sup>497</sup>.

A Agência Central do SNI, através do Pedido de Busca 011/16/1981, solicitou um levantamento da “Situação Administrativa e Financeira dos Jornais da ‘Imprensa Alternativa’”. Dados iniciais expostos dão conta de como esses jornais eram vistos. Segundo consta:

(...) Proliferaram, em todo o País, os veículos de divulgação das organizações subversivas, mais conhecidos como “jornalecos”, “jornais alternativos”, “imprensa popular” etc.

(...)

Fácil é concluir que tais veículos sobrevivem às custas de recursos oriundos das organizações subversivas a que se vinculam, de contribuições e assinaturas de seus simpatizantes e de campanha financeiras que frequentemente realizam.

Ocorre, porém, um outro aspecto: os “jornalecos não são simples panfletos de distribuição interna em fábricas ou escolas, mas, sim empresas jornalísticas, que, como tal, se sujeitam a uma série de implicações legais (...)”<sup>498</sup>.

De acordo com dados contidos no Informe nº 0042/119/AMA/80<sup>499</sup>, de 30 de junho de 1980, com referência aos arquivos de Pedido de Busca nº 010/19/AC/80; Informação nº 0007/119/AMA/80; e, Informação nº 009/119/AMA/80, à difusão do Serviço Nacional de Informações no Acre realizou um “Acompanhamento da Atuação da Imprensa”<sup>500</sup> a partir do qual foi feita uma catalogação dos Meios de Comunicação na Amazônia Ocidental, com destaque para os estados do Amazonas, Acre e Rondônia.

Ao relatar sobre “Movimento Político na área rural tendente a subversão no Acre”, o SNI, através da Informação Nº 0041/115/AMA/80, cita que “reveste-se de importância também, a atuação nesse campo do jornal o VARADOURO e do Boletim *Nós, Irmãos*, como veículos atuantes nas comunidades de base, indígenas e rurais”<sup>501</sup>.

No dia 21 de maio de 1981, através da Informação 0055/119/AMA/81, o SNI referencia o “Acompanhamento das Atividades dos Movimentos de Pressão” na Amazônia. Formalizando um “Quadro contendo discriminação e vigilância de Entidades de Pressão”. Nesse quadro foram levantadas 88 entidades de pressão contestatórias ao regime militar: 52 em Manaus (AM), 04 em Itacoatiara (AM), 04 no Território Federal de Roraima, 03 no Território Federal de Rondônia, e, 26 no Estado do Acre – subdividas nas áreas educacional, área do clero, área trabalhista e outras. No Estado do Acre, foram relacionadas as seguintes instituições:

**Área Educacional:** Associação dos Docentes da Universidade do Acre - ADUFAC; Associação dos Professores do Acre - ASPAC; Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Acre - DCE/UFAC; Frente Estudantil Pró-Entidade Livre; Liberdade e Luta - LIBELU; Movimento de Defesa Estudantil - MDE; União Brasileira dos Estudantes Secundaristas do Acre - UBES/AC; União dos Estudantes Estaduais do Acre - UEE/AC; Centro Cívico Escolar do Complexo Estadual do Ensino Médio - CCE/CESEME. **Área**

**do Clero:** Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Acre - CD-DH/AC; Comissão Pró-Índio; Conselho Indigenista Missionário - CIMI Norte I AC/RO; Comissão Pastoral da Terra - CPT Norte I Acre/Rondônia; Prelazia Acre/Purus - cerca de 1.000 CEB's; Pastoral da Juventude de Rio Branco / Acre. **Área trabalhista:** Associação dos Estivadores de Rio Branco /CRE; Associação das lavadeiras; Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - Contag / Acre e Rondônia. **Outras:** Comitê de Defesa da Amazônia - CDA; Comitê de Solidariedade do Acre; Feira Popular; Federação do Teatro Amador do Acre - FETAC; Frente Popular; Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Acre; Movimento de Defesa do Meio Ambiente (Informação nº 0055/119/AMA/81)<sup>502</sup>.

### Quadro: Acompanhamento da Atuação da Imprensa pelo SNI - 1980

Amazônia Ocidental	Veículo	Tiragem Média de exemplares	Periodicidade	Público Alvo	Observações
Imprensa do Estado do Amazonas	"A Notícia"	10.000	Diário	População de baixo nível intelectual e cultural	Atinge 25% da população de Manaus
	"A Crítica"	25.000	Diário	Classe média e alta	Atinge 60% da população de Manaus
	"Jornal do Comércio"	5.000	Diário	Classe Alta e Intelectualizada	Atinge 15% da população de Manaus
Imprensa do Estado do Acre	"O Rio Branco"	1.200	Diário	Indistinto	-----
	"A Gazeta do Acre"	1.600	Diário	Indistinto	-----
	"O Jornal"	3.000	Semanal	Classe Média e Alta	-----
Imprensa do Território Federal de Rondônia	"Alto Madeira"	2.000	Diário	Indistinto	-----
	"O Guaporé"	2.500	Diário	Indistinto	-----
	"Tribuna"	3.500	Diário	Indistinto	-----
	"O Imparcial"	300	Semanal	Indistinto	-----
	"O Parceiro"	3.000	Semanal	Indistinto	-----
Imprensa do Território Federal de Roraima	"Boa Vista"	1.500	Semanal	Indistinto	-----
	"O Roraima"	600	Semanal	Indistinto	-----
	"O Observador"	1.000	Semanal	Classe Média e Alta	-----
Imprensa Nanica do Amazonas	"O Volante"	2.000	Indeterminada	Classe de baixo nível intelectual	Distribuição Gratuita. Depende das condições financeiras do proprietário.
	"O Grão"	2.000	Indeterminada	Estudantes Universitários	-----
	"Poratim"	Desconhecida	Indeterminada	Estudantes e Classe intelectualizada	-----
	"O Zero"	3.000	Sazonal	Estudantes Universitários	Publicado no período letivo dos alunos de Comunicação Social
Imprensa Nanica do Acre	"Varadouro"	5.500	Mensal	Colonos, agricultores, estudantes	-----
	"Nós Irmãos"	1.500	Mensal	CEBs, Agricultores e Classe de baixo nível intelectual	Sob a responsabilidade da Prelazia do Acre e Purus
Imprensa Nanica de Rondônia	"O Barranco"	Desconhecida	Indeterminada	População de baixo nível intelectual e cultural	-----

Fonte: Sistematização produzida pelo autor a partir dos documentos Informação nº 0042/119/AMA/80, Busca nº 010/19/AC/80, Informação nº 0007/119/AMA/80; e, Informação nº 009/119/AMA/80.

As manifestações de contestação no Acre, de acordo com a informação supracitada, foram apoiadas também por Partidos Políticos, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Imprensa, conforme exposto na Informação.

As manifestações contestatórias no Estado do ACRE, são apoiadas pelas seguintes entidades:

**a) Partidos Políticos:**

- Partido dos Trabalhadores (PT);
- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB/AC) e algumas vezes, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB);

**b) Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR):**

- STR de Rio Branco;
- STR de Cruzeiro do Sul;
- STR de Brasília;
- STR de Tarauacá;
- STR de Sena Madureira;
- STR de Xapuri; e
- STR de Feijó;

**c) A Imprensa, através dos jornais:**

- Gazeta do Acre (Silvio Martinello);
- Trabalho;
- Varadouro;
- Companheiro;
- Tribuna da Luta Operária;
- Tribuna da Imprensa;

Além do Boletim “*Nós, Irmãos*” (editado pela Prelazia Acre/Purus) e o panfleto “*Gafanhoto*” (informativo do PMDB/AC) (Informação nº 0055/119/AMA/81)<sup>503</sup>.

As mulheres também protagonizaram a luta contra a opressão, em busca de justiça social. O SNI preocupado com a atuação feminina também fichou e registrou o “Sindicato das Lavadeiras de Rio Branco - Acre”, fundado em 03 de junho de 1979, bem como suas lideranças, registrando os nomes das integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal, além de realizar breve histórico e de sua participação em manifestações contrárias ao Governo Federal<sup>504</sup>.

Esses órgãos de espionagem não exerciam papel de polícia, mas forneciam subsídios para a atuação de outros órgãos do Estado ao fundamentar possíveis ações repressivas contra os inimigos do regime. Dadas as ações dos espões nessa imbricada rede intertextual formada por processos administrativos é possível ter um panorama da visão dos analistas de informações. Não sendo objeto deste estudo a análise *intra corpore* dos arquivos<sup>505</sup>, mas a citação de agências do estado repressor e como estas afetam a Igreja e, conseqüentemente, o *Nós, Irmãos*.



### 4.3 REFLEXÕES SOBRE A IMPRENSA CATÓLICA

A religião está conectada à comunicação, uma vez que a primeira não existe sem a segunda; nem a segunda interage com o sagrado sem passar pela primeira. Nesse contexto, a comunicação é relação uma vez que projeta ao menos duas proposições: a de se movimentar com o intento de emitir algo e a de deixar vir ao encontro. A comunicação se relaciona não sendo isolada ou estática, mas sim um movimento dinâmico. Dessa feita, a comunicação, por ser relação é relacional e dialógica.

Comunicação diz respeito aos processos de construção simbólica que possibilitam a interação pessoal e a organização social. Não se trata de mera transmissão de mensagens, mas de resignificação constante do mundo. Comunicando-se, as pessoas interagem com a realidade e, a partir dela, dialogam com o mundo que as cerca, por meio de todas as linguagens e tecnologias que se aperfeiçoam a cada dia, buscando dar sentido ao mundo e à sua existência. (...) A comunicação tem como objetivo primordial criar comunhão, estabelecer vínculos de relações, promover o bem comum, o serviço e o diálogo na comunidade<sup>506</sup>.

Em um quadro geral de abordagens e mensagens a seus fiéis, pode-se dizer que é longa a relação entre a Igreja Católica e a mídia. Ainda no século XV, o Papa Inocêncio VIII (1432-1492) já expressava a preocupação da Igreja perante os riscos das perturbações dos princípios morais com a intensificação do uso da tipografia, conforme se percebe na *Bula Inter Multiplices*, de 1487. Os meios de comunicação social que ora haviam sido rejeitados pela Igreja, mais tarde foram reconhecidos como “dons de Deus” úteis como instrumentalidade para a comunicação e expansão do Evangelho às nações.

Os estudos sobre a imprensa católica foram realizados pelo CEPEHIB, liderado pelo Frei Lustosa<sup>507</sup> e sua equipe de pesquisadores que reuniram escritos católicos desde 1822 e documentos bibliográficos referente ao tema. Para o autor, a história da imprensa católica no Brasil se desenvolveu a partir da questão religiosa, trazendo à tona as Pastorais Coletivas, jornais católicos e cartas pastorais. Jérri Marin escreve que Lustosa propôs uma periodização da imprensa brasileira, dividindo-a em quatro fazes flexíveis:

**1ª - fase de iniciação:** (1830 (?) -1860), sendo dominante o empirismo, o artesanato e a dispersão da iniciativa.

**2ª - fase de consolidação:** A Imprensa Católica toma dimensões (1870-1900) mais amplas, torna-se mais informativa, sempre sobre a vida interna da Igreja e também entra em uma perspectiva polêmica.

**3ª - fase de organização e articulação:** (1900/1945). Os responsáveis do jornalismo católico se preocupam mais com a infraestrutura do jornal. Funda-se o *Centro da Boa Imprensa* e a *Liga correspondente*. Há tentativa de centralização de informações com a agência de notícias católicas.

**4ª - fase de especialização:** (1945/...). A ampliação dos meios de comunicação social, as inovações tecnológicas, os desafios levantados na área do periodismo, especialmente, provocam uma tomada de consciência da hierarquia e dos jornalistas católicos sobre a necessidade de reformular a política eclesial sobre este problema<sup>508</sup>.

Desde o início, a imprensa católica brasileira se desenvolveu entre disputas e tensões existentes entre a Santa Sé e a hierarquia eclesiástica brasileira<sup>509</sup>. Esta não querendo a constituição de um jornal católico que abrangesse todo o território, antes investindo nas comunicações regionais, enquanto aquela insistia em uma publicação para toda a nação, com linguagem única e consolidada. Muitos estudiosos abordaram o desenvolvimento da imprensa católica no Brasil<sup>510</sup> a partir de várias vertentes, não sendo objeto deste estudo o aprofundamento nessas questões.

A partir da *Encíclica Mater et Magistra*, anunciada por João XXIII, em 15 de julho de 1961, é perceptível um início de abordagem dos problemas da modernidade. Para Alceu Lima a interpretação do “espírito da encíclica” “não fala em cristianizar e humanizar a civilização oriental, ou não-cristã, ou socialista; e sim a civilização moderna, seja qual for a sua conotação política, geográfica ou ideológica”<sup>511</sup>.

Na *rádio mensagem* de 11 de setembro de 1962, o P. João XXIII apontou o que para ele deveria ser o ponto de referência para os padres conciliares: “Em face dos países subdesenvolvidos a Igreja apresenta-se tal qual é, e quer ser, como a Igreja de todos e particularmente a Igreja dos pobres”. Ele defendeu as conquistas modernas sem ignorar os sofrimentos do século XX que para ele se mostrava um *século atormentado* pelas concepções maniqueístas e fatalismo histórico dos integristas, prisão de bispos em países socialistas que os impediu de participar do concílio, corrida armamentista provocada pela Guerra Fria, miséria de milhões de pessoas nos países desenvolvidos, e, sofrimento do povo: “A Igreja Católica nunca disse à humanidade que queria subtraí-la a dura lei da dor e da morte. E não tentou

enganá-la, nem lhe ministrou o compassivo remédio da ilusão”<sup>512</sup>. Nessa perspectiva histórica o papa fez proclamar o caráter pastoral do Vaticano II.

Com o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica incentivou o uso dos meios de comunicação e sua instrumentalidade para a produção intelectual, cultural e na evangelização, como versão moderna do Púlpito para falar às multidões<sup>513</sup>. O Papa João Paulo II acreditava que havia necessidade de os meios de comunicação fornecerem informação de caráter religioso, visto haver no diálogo público crescente interesse pelas realidades humanas na dimensão religiosa<sup>514</sup>.

De acordo com Estêvão<sup>515</sup>, depois do Concílio Vaticano II, com a publicação dos primeiros documentos sobre a pastoral da comunicação: *Inter Mirifica* e *Communio et progressio*, houve o reconhecimento formal da importância de uma parte da ciência chamada de Comunicação Social para o “anúncio da Boa Nova”. Essa temática esteve pautada na missão evangelizadora da Igreja através da mídia à luz da *Communio et progressio*.

A comunicação eclesial se tornou um fenômeno no Brasil no contexto dos anos de 1970, em meio a efervescência das empresas jornalísticas e de periódicos alternativos que brotavam por todo o território nacional. Nesse cenário pós Vaticano II, a União Cristã Brasileira de Comunicação Social (UCBC) ganhou notoriedade pelo combate à lei de segurança nacional que previa o controle da mídia pelo governo.

Com a multiplicação dos cursos de jornalismo e a expansão da atividade jornalística, houve a multiplicação dos espaços de inserção de tais profissionais e de padrões de convergência das mídias, que propiciou múltiplas funções e novos espaços de trabalho para os profissionais do jornalismo<sup>516</sup>.

As igrejas se tornaram espaço para o exercício da atividade de jornalismo religioso e para a concepção de comunicação eclesial institucional. Embora essa ideia de atuação como “jornalista de religião” seja vista com preconceito por parte da categoria, uma vez que constantemente se reafirma “a ideia do jornalista como uma função social, como um compromisso. Sua vida e sua atividade não podem ser desvinculadas do processo social”<sup>517</sup> uma vez que seu compromisso é com a notícia.

Bourdieu observa que por detrás dos fatores basilares da identidade do profissional existe um elemento de suma importância que ele chama de “valor simbólico”, uma vez que o processo de construção identitária do jornalista está permeado por diferentes fases de atuação de sua vida, por seus valores (ideologias), costumes, papéis desempenhados e pelas crenças incutidas. A relação indivíduo e sociedade contribui, em certa medida,

para o entendimento do próprio “mundo social” em que se constrói a prática profissional desses “jornalistas de religião”. Para Bourdieu “as ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares e tendem a apresentar como interesses universais comuns ao conjunto do grupo”<sup>518</sup>. Assim, ocorre essa troca de valores e ideologias, onde a religião busca influenciar o mundo do jornalismo e o produto jornalístico construído repercute no universo eclesial através de notícias, informações, denúncias, investigações, reportagens, cartas e outras veiculações.

Observa-se a formatação de um novo ambiente profissional que repercute as transformações vividas pela sociedade. Assim surge o “jornalismo de religião” nesse contexto de inserção do “comunicador católico”, seja ele leigo ou profissional, e que foi definido pelo Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil, produzido pela CNBB como sendo uma nova expressão utilizada para definir o profissional habilitado com formação acadêmica que desempenha funções em atividade de comunicação dentro de instituições católicas como dioceses e organismos. É responsável pela elaboração e transmissão de mensagens para um público religioso específico<sup>519</sup>.

#### 4.3.1 A Comunicação Eclesial escrita na Prelazia do Acre-Purus

No contexto de comunicação *underground* em periódico escrito, o Boletim Informativo *Nós, Irmãos* pode ser enquadrado como comunitário, alternativo ou popular? Essas são algumas das muitas definições que se atribuem aos veículos de comunicação que se contrapuseram à mídia convencional, servindo como mecanismos propulsores de cidadania. Por serem muito semelhantes esses termos, existem inúmeras definições a eles atribuídas que estão diretamente ligadas as suas características e vertentes. Yamamoto afirma que “[...] é muito frequente o uso das expressões ‘alternativa’ e ‘popular’ como sinônimas da comunicação comunitária; isso porque elas carregam um significado histórico comum: a oposição ao poder instituído”<sup>520</sup>.

Cicília Peruzzo escreveu que povo “é todo um conjunto lutando contra algo e a favor de algo, com vistas ao interesse da maioria” e, que, quanto a “participação popular”, “historicamente, o adjetivo popular denotou tratar-se de ‘comunicação do povo’, feita por ele e para ele”<sup>521</sup>.

Uma das características da comunicação popular é a abertura de espaço para a manifestação do povo quanto a seus anseios e reivindicações, mesmo que nem toda a comunicação popular incentive a participação do povo.

A comunicação comunitária também possui pontos de convergência com a comunicação popular. Assim como a anterior, ela é um canal de expressão do “povo” de uma comunidade, por meio do qual os indivíduos podem manifestar seus interesses comuns e suas necessidades. O que as diferencia é que esse “povo” está inserido no contexto da comunidade. Mesmo que essa comunidade não se desenvolva em um mesmo território físico, mas também por um modo de “relacionamento baseado na coesão, na convergência de objetivos e de visão de mundo, interação, sentimento de pertença, participação ativa, compartilhamento de identidades culturais corresponsabilidade e caráter cooperativo”<sup>522</sup>.

O conceito de comunicação alternativa não se insere nesse contexto de incentivo à participação popular apenas. O veículo de comunicação para ser alternativo precisa servir de “válvula de escape” de jornalistas de uma determinada época, para expressar suas ideias, propiciar uma ruptura radical com o sistema e lutar por modificações no contexto da sociedade. Mais à frente serão abordados conceitos e problematizações sobre o assunto<sup>523</sup>. Assim sendo, neste trabalho, utilizaremos o conceito de popular-alternativo sempre que nos referirmos ao Boletim Alternativo *Nós, Irmãos* enquanto veículo de comunicação periódico alternativo da Prelazia do Acre-Purús.

Portela, ao escrever sobre a imprensa alternativa no Acre correlaciona o Jornal *Varadouro* ao Boletim *Nós, Irmãos*, afirmando que este é predecessor daquele, por se opor à opressão praticada pelos grupos ocupantes do poder e por sempre tratar a questão social como assunto relevante. O autor destaca a quantidade de páginas e a tiragem do Boletim, informando que:

A história de *Varadouro* – um jornal das selvas começa ainda durante a primeira metade da década de 1970, período em que já circulava em Rio Branco e algumas cidades e comunidades acreanas **o boletim católico *Nós, Irmãos*, informativo de 35 páginas e tiragem de até 1 mil exemplares**<sup>524</sup>.

Para Francisco Pinheiro, tanto o *Nós, Irmãos* (1971) quanto o *Varadouro* (1977) surgiram pela necessidade de serem criados veículos de comunicação que pudessem se contrapor às divulgações emanadas do poder político que tinha como linha de ação, no que concerne à Amazônia, era

derrubar a floresta com o intuito de promover a expansão das atividades agropastoris<sup>525</sup>. Ao retratar o *Nós, Irmãos*, Pinheiro afirma:

O principal objetivo do boletim diocesano *Nós, Irmãos* era o de servir como veículo de comunicação entre a Igreja e os fiéis, tidos e havidos como pobres e oprimidos. Os primeiros números deste jornal foram publicados de forma bastante artesanal, com seis páginas (três folhas de papel A4 dobradas ao meio e grampeadas) e tiragem de 200 exemplares. Com o passar do tempo, dado o crescente interesse do público-alvo, o referido boletim chegou a imprimir 36 mil exemplares por edição, com distribuição em todos os centros comunitários, bem como em centenas de grupos de evangelização, um e outro ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEB“s)<sup>526</sup>.

De acordo com Assmar, do ponto de vista ideológico o Boletim *Nós, Irmãos*, produzido no Oeste, na região amazônica, se materializou como um ferrenho instrumento de defesa das bandeiras da teologia da libertação, dando visibilidade aos direitos dos trabalhadores rurais, por recorrer reiteradas vezes ao Estatuto da Terra. Para a autora o mensário passou para a história como um “órgão de resistência da população que não tinha voz na chamada ‘grande mídia’”<sup>527</sup>.

Ao escrever a obra *Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais na Amazônia*, Costa Sobrinho concluiu que o Boletim *Nós, Irmãos*, atuando a partir da igreja, desenhou papel fundamental para o desenvolvimento de uma imprensa alternativa no Acre. Para o autor,

Nas páginas do boletim, as manifestações artísticas e culturais dos indivíduos e grupos das comunidades sempre tiveram espaço. As dramatizações populares, festas religiosas ou profanas, encenações teatrais, festival de música religiosa e sobretudo a poesia popular. Para esta, o espaço era obrigatoriamente reservado, pois em quase todas as edições foram publicados poemas de autores populares. Durante esses dez anos, *Nós, Irmãos* foi sempre o boletim diocesano cujo conteúdo tratou a questão social como assunto relevante, fazendo um jornalismo popular e cumprindo o papel de meio de comunicação alternativo para os movimentos sociais, dando assim a palavra a milhares de calados do Acre<sup>528</sup>.

Costa Sobrinho, ao analisar a importância do *Nós, Irmãos*, afirma que o boletim acabou se tornando “o esquadro natural de todas as denúncias contra a opressão dos pobres, orientador dos movimentos e porta-voz de suas reivindicações”<sup>529</sup>.

Nas páginas do Boletim, mais que orientação do trabalho educativo das CEBs, serviço de homilia ou treinamento de monitores, havia denúncias de violência, orientações de resistência e organização de movimentos sociais. Nilson Mourão, um dos Editores do *Nós, Irmãos*, ao fazer uma reflexão sobre o Boletim Informativo, escreveu:

Reverendo os arquivos do boletim *Nós, Irmãos* pode-se observar que os principais temas da conjuntura nacional e local foram noticiados; há um relativo balanceamento entre os temas sociais e os temas próprios das CEBs e da problemática religiosa. Seu conteúdo básico procura criar uma consciência crítica e transformadora da sociedade; os temas religiosos são tratados numa linha libertadora<sup>530</sup>.

O *Nós, Irmãos* nasceu com as Comunidades Eclesiais de Base com o intuito de servir como veículo de informação das atividades pastorais da Igreja no Acre e Purus. Sua linha pastoral pouco a pouco foi assumindo a opção preferencial pelos pobres. A Ditadura não conseguiu descontinuar as publicações do *Nós, Irmãos*. O Boletim que nasceu no recrudescer da ditadura militar foi um veículo alternativo fundamental para a comunicação a serviço dos marginalizados.

Os periódicos da imprensa oficial homologados e censurados pelos agentes da Ditadura Militar já não eram os únicos a alcançar os mais distantes rincões do Estado do Acre. Mais que isso, o Boletim da Prelazia do Acre e Purus começou a ser lido em outros Estados e nações e isso incomodou os agentes do regime. Dezenas de cartas chegavam todos os meses e apenas uma pequena parte era publicada por falta de espaço.

Com o objetivo de combater a desinformação veiculada pelas oligarquias locais através de seus jornais, o boletim buscou informar a sociedade acreana sobre os acontecimentos nos seringais, terras indígenas e nas comunidades carentes.

#### 4.3.2 O Boletim Informativo como veículo de Comunicação

As organizações têm vários veículos de comunicação dirigida e escrita para circular as informações e facilitar os fluxos comunicativos ascendente, descendente e horizontal. Por meio dessa comunicação é que a organização manifesta e mantém contato. Todo veículo de comunicação deve ser planejado para atender às estratégias organizacionais, visando promover a circulação ágil das informações, sendo o Boletim Informativo, quan-



do bem utilizado, uma ferramenta importante de interação entre agentes e grupos de sociabilização, figurando como ferramenta essencial para que as informações sejam lidas e entendidas.

Beraldo ao estudar a *Comunicação interna como fator estratégico nos processos de mudança* aponta que “a integração do público interno é fundamental, pois quando as pessoas dispõem das mesmas informações e compreendem que são parte integrante da vida organizacional, que possuem valores comuns e que compartilham dos mesmos interesses, os resultados fluem”<sup>531</sup>. Assim sendo, ainda que deva haver um grupo responsável pelo planejamento e execução de ações específicas de comunicação, o grande desafio é o de fazer com que todos se sintam responsáveis pelas organizações da qual fazem parte.

Os veículos de comunicação interna precisam ser transparentes e condizentes com o que é divulgado em outros veículos de comunicação externa para que gerem credibilidade e eficiência em mão dupla. Rego aponta elementos e características pertinentes ao Boletim Informativo<sup>532</sup>. Para o autor um Boletim precisa ter periodicidade, com pequenos intervalos entre as edições; atualidade, que é próprio para informações imediatas; universalidade, apresentando poucos temas pelo fato de ter poucas páginas; e, difusão, com exigência de que seja rápida<sup>533</sup>.

Rego ao estudar a *Comunicação Empresarial/Comunicação Institucional* também se debruçou sobre a temática Boletim. Ao fazer uma abordagem disciplinar sobre os processos, veículos e tipos de comunicação, dimensiona os boletins dentro da comunicação social ou de massa, caracterizada pela transmissão de mensagens, via canal indireto – juntamente com jornais, revistas, rádio e tv<sup>534</sup>, posicionando-os na *comunicação estrutural*<sup>535</sup> com a finalidade de coletar, através do qual os trabalhadores podem fazer chegar aos escalões superiores suas opiniões, atitudes e ações, além de sugestões sobre procedimentos técnicos para racionalizar e aprimorar processos<sup>536</sup>. Quanto *as formas*, a natureza técnica dos tipos de conteúdos apresentados “são os jornais, as revistas e os boletins que assumem todas as características do Jornalismo”<sup>537</sup>.

Ferreira, ainda no ano de 1968, ao estudar publicações sem fim lucrativos produzidas pelos veículos utilizados para divulgar escritos editados pelas Associações Estudantis e por outros organismos associativos elencou e tipificou cinco categorias fundamentais a serem agrupadas essas publicações institucionais. Para o autor essas categorias de publicações foram definidas nos termos referentes:

1. **Folheto:** publicação de reduzidas dimensões, contendo informação sucinta e normalmente editada a propósito de algum acontecimento excepcional ou considerado de particular relevância;
2. **Boletim:** subdivide-se em dois sub-tipos, a saber – o *Boletim informativo*, que se limita a noticiar factos e acontecimentos geralmente relacionados com o organismo ou grupo que o edita, sendo assim um órgão de imprensa ainda rudimentar; e o *Boletim formativo*, com características semelhantes às do “Boletim Informativo”, mas onde já aparecem textos de “formação”, nos quais são abordados temas cujos limites de interesse não se circunscrevem à problemática própria do grupo ou organismo editor;
3. **Jornal:** publicação com formato, número de páginas e estrutura (dimensão e disposição gráfica dos textos) semelhantes aos adoptados pela imprensa diária, apresenta geralmente maior variedade de colaborações e mais amplo contexto temático do que as publicações de quaisquer outros tipos;
4. **Revista:** publicação em regra mais especializada, de menor formato e muito maior número de páginas do que a anterior, inserindo normalmente textos consideravelmente mais extensos do que os publicados nos “Jornais”;
5. **Caderno:** publicação formada a partir de conjuntos de textos, originais ou não, abordando temas considerados relevantes e agrupados em volumes independentes<sup>538</sup>.

Ferreira cita o folheto, boletim, jornal, revista e caderno como instrumentos que visam veicular algo, comunicando sem que necessariamente se tenha ganho monetário. De igual modo, cita que a diversidade de produções é muito maior que a elencada, relacionando as cinco acima constantes como as mais utilizadas por comissões, segmentos, grupos associativos e congêneres.

Rego, em seu livro *Jornalismo Empresarial*, expõe que:

qualquer veículo de jornalismo pode apresentar, concomitantemente, mensagens inseridas em todos os gêneros jornalísticos. As características técnicas do canal determinam a maior ou menor intensidade e frequência de determinados tipos de mensagem. Um boletim, por exemplo, presta-se mais ao jornalismo informativo (notícia) do que ao jornalismo de interpretação, que encontra maior efetividade na área das revistas<sup>539</sup>.

Pelas características técnicas, Rego afirma que esses canais impressos assumem aspectos diferentes quanto ao conteúdo e à forma. Para ele, o Boletim é o

veículo enquadrado na área jornalística; poucas páginas; linguagem média, embora possa atingir níveis baixos; texto que pode equilibrar-se com fotos; logotipo definido; geralmente impresso em uma só cor; filtração de resultados de pesquisas – texto-resumo, escrito em ordem cronológica decrescente<sup>540</sup>.

Juarez Bahia, em seu *Dicionário de jornalismo*, conceitua o verbete boletim como sendo:

BOLETIM. Publicação periódica de pequeno formato, em geral destinada à divulgação de notícias dirigidas (atos oficiais, realizações empresariais, associativas, etc.). Semelhante a carta de notícias e a folheto como veículo de distribuição interna<sup>541</sup>.

Costa, em seu *Dicionário de Gêneros Textuais*<sup>542</sup> conceitua “Boletim”:

**BOLETIM** (v. Informativo): breve texto informativo (v.), em forma de relato/notícia (v.), destinado à circulação interna/privada ou à divulgação pública. Pode ser de vários tipos, conforme a rubrica: (...) Observação: **Boletim pode ser também um suporte/portador de vários gêneros escritos, como um pequeno jornal de circulação interna ou pública de alguma instituição privada ou pública.** Assim como um jornal porta vários tipos de texto, assim também um boletim nessa acepção o portaria<sup>543</sup>.

O Boletim deve manter um tom informativo, ao publicar o conteúdo de suas informações, necessitando eleger o que é pertinente divulgar, de forma a estimular o relacionamento horizontal, propiciar feedback com a organização, repassar informações e, principalmente, ser lido.

De acordo com Rego, os boletins, jornais e revistas são os principais veículos de comunicação produzidos pelas organizações. Eles podem conter notícias, reportagens, informações técnicas, gerenciais, eventos, dentre outros. Rego ao escrever seu *Tratado de Comunicação Organizacional e Política* afirma que “os canais efetivos da comunicação social são: jornais, revistas e boletins periódicos”, para o autor esses canais “enquadram-se nas características que determinam a condição jornalística: a **atualidade**, a **periodicidade**, a **universalidade** e a **difusão coletiva**”<sup>544</sup>.

Para Rego o boletim é um importante aliado na valorização das relações internas institucionais, sendo um dos instrumentos utilizados para a comunicação interna da organização, não servindo apenas como fluxo

de comunicação descendente, antes, agindo como peça central de um programa de “comunicação escrita” descendente, ascendente e horizontal <sup>545</sup>.

O boletim, ao ser bem produzido, se torna um grande instrumento de divulgação da organização. De acordo com Tecpar “um boletim informativo é um tipo de jornal, mas com menores dimensões e quantidade de informação”<sup>546</sup>. De acordo com Fortes, Boletim Informativo é um “tipo de jornal, todavia com menores dimensões e quantidade de informações”<sup>547</sup>.

O Boletim Informativo precisa conter alguns elementos estruturais básicos que desenvolvam características próprias do veículo: sua periodicidade deve conter pequenos intervalos entre as edições, com informações que sejam atuais, conter poucas páginas e ter abrangência que o faça alcançar a maior quantidade possível de localidades onde se faz presente a organização, bem como o intervalo de circulação precisa ser ágil e de rápida difusão, conforme aponta Rego<sup>548</sup>.

Ao destacar alguns instrumentos de comunicação escrita, Bland e Jackson nominam os “Boletins informativos” afirmando as vantagens de não deixar muito espaço para ambiguidades ou más interpretações, já que podem ser lidas e relidas sempre que necessário. Para os autores o Boletim informativo: “é um dos métodos mais preciosos de comunicação e tem duas vantagens, simples e conciso. Normalmente é barato e simples de produzir e ainda pode conter mais informações que outros instrumentos de comunicação maiores”<sup>549</sup>.

Nesse contexto, duas palavras chamam a atenção por estarem diretamente ligadas à ideia de comunicação presente nas cartas e mensagens escritas e publicadas no Boletim Eclesiástico *Nós, Irmãos*: “igreja” e “evangelho”. De acordo com o Concílio Vaticano II (1946) “Igreja” é uma palavra de origem grega *Ecclesia*. É composta pelo prefixo “ek” que significa “para fora” e o sufixo “lesia” que quer dizer “chamados”. Na Bíblia a palavra “Ecclesia” é empregada para designar o “lugar de reunião dos cristãos em assembleia”. Sua missão é tríplice: ensinar, santificar e governar (“reger”). Nesse contexto tríplice, nosso objeto de estudo são as mensagens das cartas publicadas enquanto instrumento das ações de ensinar, anunciar e comunicar o Evangelho, ou evangelizar. O vocábulo “Evangelizar” provém de “Evangelho”, palavra de origem grega *Evangelion* que significa “dar a boa nova”. Por conseguinte, Evangelizar é o ato de ensinar, divulgar, comunicar o Evangelho de Cristo. Nessa relação de Igreja e Evangelho, Estêvão escreve:

Na história da Igreja, a ideia da comunicação na ação pastoral, isto é, da evangelização através dos Meios de Comunicação Social foi introduzida pelo Papa Pio XI e consolidada pelo Papa Pio XII, quando se pensou em promover o magistério referente aos Meios de Comunicação Social. O decreto *Inter Mirifica*, publicado pelo Concílio Vaticano II, diz que o uso dos meios de comunicação social no apostolado da Igreja deve conformar-se à ordem moral. Mais tarde, a instrução pastoral *Communio et progressio* releva a importância da comunicação social para o progresso da humanidade e a comunhão entre os homens. Ela explica que os programas religiosos criam novas relações entre os cristãos, enriquecem a vida religiosa, contribuem para a educação cristã, facilitam o diálogo e o empenho da Igreja no mundo<sup>550</sup>.

O Boletim Informativo, mais que ser utilizado para disseminar as informações, deve ser planejado e implementado de forma que atenda às necessidades tanto dos leitores como dos responsáveis pela disseminação do boletim. Sua utilização como veículo de informação da Prelazia do Acre-Purus se deu em dezembro de 1971, sendo as primeiras edições impressas em mimeógrafo manual. A primeira máquina reprográfica utilizada pela Prelazia era um mimeógrafo manual a álcool que permitia rápida reprografia de diversas cópias, contudo permitia apenas umas poucas cópias mimeografadas, já que, com a utilização, a qualidade do material reprografado era diminuída gradativamente, alcançando, no máximo, 100 (cem) cópias.

O mimeógrafo a álcool da Prelazia do Acre-Purus era movido à manivela e as cópias eram feitas uma a uma<sup>551</sup>. A Igreja, precisava aumentar a quantidade reprográfica de seu Boletim e um Mimeógrafo Elétrico foi adquirido ainda em 1972. Assim, a 12ª edição do Boletim, de dezembro de 1972, traz na página 11 os votos de Natal a muitas pessoas, dentre eles há o destaque “Ao Frei André Ficarelli que nos enviou uma oferta para a compra de um mimeógrafo elétrico”. Com a aquisição desse mimeógrafo elétrico, o número de cópias e a quantidade de páginas do Boletim poderiam aumentar exponencialmente, uma vez que o mimeógrafo elétrico poderia fazer até 10.000 (dez mil) cópias por tanque de tinta<sup>552</sup>.

O Boletim não tinha fins lucrativos, tampouco o interesse era de estabelecer metas comerciais para se estabelecer em circulação, ao estilo da rejeição do que Max Weber denominou de “espírito capitalista”<sup>553</sup>. Durante todo o período de existência ele foi subsidiado financeiramente pela Prelazia e pelos leitores que adquiriam exemplares ou assinaturas a preço de custo, fazendo com que sua circulação chegasse a seringais e municípios em todos os cantos da Prelazia – e além dela.

No início da década de 1980, a responsável pelo Boletim “a Irmã Rosalia era a principal responsável pelo trabalho editorial e morava no Centro de Treinamento”<sup>554</sup>. Em 1976, o Boletim *Nós, Irmãos* já era lido em várias partes do Brasil, tendo, inclusive, partes de sua composição sendo reproduzidas em outros boletins e periódicos do Brasil<sup>555</sup>. Com a “Campanha da Fraternidade” de 1979, a Prelazia enfatizou a necessidade de auxiliar os indígenas bem como de criação de um Parque Florestal no Acre<sup>556</sup>.

Mais que uma homilia, o intento do veículo publicado mensalmente era o de estabelecer uma comunicação de mão dupla entre a Igreja Católica no Acre e os agentes sociais que se comunicavam a partir da visão de uma igreja social que se estava estabelecendo nos mais distantes rincões acreanos. Outrossim, a abordagem explicitatória de direitos legais e defesa dos povos da floresta foi, aos poucos, se dando voz a outros tipos de abordagens como resistência à crescente opressão, comunicação de crimes, combate a desinformação e denúncia da expropriação e expulsão de seringueiros, índios, posseiros e colonos que precisaram buscar abrigo nas periferias das cidades.

### 4.3.3 Da distribuição gratuita a assinatura anual do *Nós, Irmãos*

O Boletim *Nós Irmãos* surgiu em dezembro de 1971 como informativo que visava, na medida do possível, conciliar os temas bíblicos com os temas sociais relevantes, como, por exemplo, os conflitos pela terra. Para Costa Júnior, o *Nós irmãos*, configurou-se como instrumento de resistência à violência que se estabelecia tanto na cidade de Rio Branco como também para denunciar a violência que ocorria nos municípios vizinhos<sup>557</sup>.

O *Nós Irmãos* se destacou, juntamente com alguns outros, dentre os mais de 124 boletins produzidos pela Igreja Católica durante o regime militar. Vários desses boletins eram homilias estendidas, outros se comportavam como revistas eclesiais ou como informativos de ações pastorais. Apenas alguns desses Boletins alçaram destaque de veículo que atendia ao viés eclesiológico e o ideário de agência em um Igreja social – e o *Nós Irmãos* foi um desses.

Em dezembro de 1971, foi lançado o primeiro boletim informativo intitulado “Nós Irmãos”, que divulgava a ação religiosa e orientava as CEBs sobre as formas de trabalho e as notícias de várias comunidades, como o exposto seguinte:

Alô, gente. Aqui estamos fazendo de Nós Irmãos, a voz de toda a prelazia. Num momento como este em que a prelazia está embalada pastoralmente, este boletim vem a ser um elo de união entre todas as comunidades. Notícias das comunidades de Brasiléia, Sena, Quinari, Boca do Acre, Leprosário, Xapuri, Experimental etc. serão conhecidas em todos os cantos. Deixaremos de viver ilhados (...) Momentos de dor como o desaparecimento do nosso saudoso D. Giocondo, e momentos de alegria como o das novas caminhadas pastorais<sup>558</sup>.

A Igreja acreana tinha inserido em seu boletim pastoral temas relacionados com os grupos e movimentos sociais, e mesmo as temáticas religiosas eram tratadas numa linha “progressista libertadora”.

Durante sua existência, o Informativo aumentou o número de páginas, multiplicou sua tiragem, expandiu a quantia de localidades atingidas, alcançou vários países. Produzido em condições de espaço precárias, o *Nós Irmãos* foi o predecessor de outros periódicos que seguiram uma linha alternativa, com ênfase em um jornalismo desatrelado dos poderes político e econômico vigentes no país. Ao tratar sobre a imprensa alternativa, Costa Sobrinho citou as mudanças pelas quais passou o Boletim:

(...) O boletim Nós Irmãos aumentou o número de páginas e as tiragens de suas edições, o que implicava na necessidade de aumentar a equipe que cuidava da redação e as pessoas que se envolviam com os serviços de impressão e do seu acabamento. Junte-se ainda a esses encargos a expedição do boletim para as paróquias e CEBs. Nós Irmãos tornou-se escoadouro natural de todas as denúncias de opressão aos pobres, orientador dos movimentos e porta-voz de suas reivindicações. Ao trabalho de evangelização propriamente dito sobrava pouco espaço, mesmo levando-se em consideração que as novas práticas pastorais não dissociavam a religião da vida quotidiana das comunidades cristãs<sup>559</sup>.

O Boletim passou a denunciar uma sequência de arbitrariedades, como se observa na edição de novembro de 1972, em que o Padre Paulino escreve que “Seringueiro não tem vez”:

Pe. Paulino lembra a cada um de nós esta verdade sempre velha. As injustiças sociais continuam a ser o pão amassado para o pobre seringueiro comer ainda nos dias de hoje. O caso dos paulistas é apenas um sintoma dessa chaga idosa dos seringueiros acreanos<sup>560</sup>.



O Boletim *Nós Irmãos*, nas décadas de 1970 e 1980, exerceu o papel de uma imprensa em defesa de colonos e seringueiros, que passaram a ser tratados como um empecilho ao “progresso”, pelo novo modelo econômico que houvera sido idealizado para a Amazônia.

Com o número crescente de Comunidades, houve a necessidade de a Igreja se comunicar mais intensamente com as comunidades. Os ritos litúrgicos e a homilia não eram suficientes para comunicar a mensagem que a Igreja pretendia passar a seus fiéis. Um jornal, de igual forma, seria abjeto perante a censura. O Boletim foi a saída estratégica para informar, comportar notícias, divulgar ações, comunicar o calendário eclesiástico, publicar cartas, republicar reportagens, fomentar atividades, artigos, reflexões e apresentar o Evangelho.

A cada ano, os conflitos sociais na floresta se intensificavam no Estado do Acre. O *Nós Irmãos*, a partir do ano de 1973, começou a trazer, além de informações sobre a situação dos seringueiros e colonos, cartas que confirmavam a crescente tensão. Grileiros, migrantes sulistas, empresas e especuladores compraram terras a um preço extremamente baixo, mas muitas dessas terras já tinham moradores que lá estavam havia gerações. O Boletim noticiava a concentração de terras nas mãos de uns poucos, as crescentes derrubadas das florestas e as recorrentes tentativas de expulsão de quem habitava os antigos seringais e detinha a posse da terra. Esse acirrar de ânimos gerava conflitos, que muitas vezes terminavam em violência.

O Boletim *Nós Irmãos* teve sua primeira edição em dezembro de 1971, sendo distribuído gratuitamente. Inicialmente, sua confecção se deu em “papel ofício 210mm por 350mm” cortado ao meio, ou seja, 210mm de altura por 175mm de largura. A partir da segunda Edição, o Boletim já foi publicado no tamanho que perdurou pelos próximos 14 anos, em tamanho 210mm de largura por 350 mm de altura. Essa distribuição permaneceu gratuita por pouco mais de dois anos, para as Paróquias e para os grupos de evangelização das comunidades, embora fosse sugerida uma “oferta” para a aquisição do Boletim.

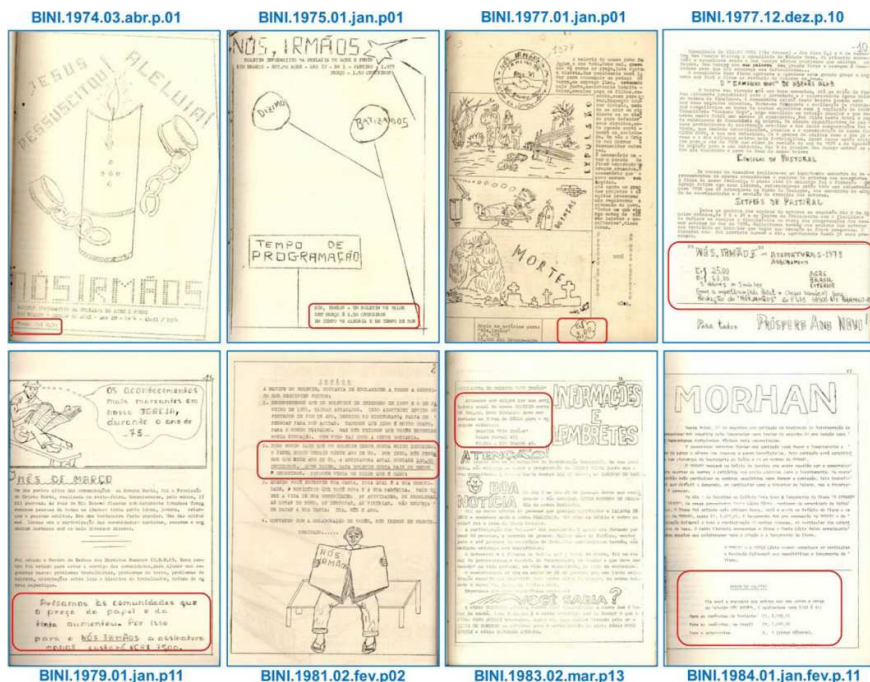
De 1971 a 1973, o *Nós Irmãos* era gratuito, sendo aceitas ofertas para auxiliar no subsídio das edições. A partir do ano de 1974, o mensário foi gradativamente passando do status de publicação doada para ser vendido a integrantes dos grupos de evangelização e Comunidades Eclesiais de Base, podendo sua aquisição se dar pela compra de unidades do mensário na Secretaria do Paço Episcopal e Secretaria da Catedral. A distribuição às Paróquias ainda persistia, contudo, os líderes dos grupos eram incentivados a adquirir o mensário para ler juntamente com suas comunidades.

O Boletim começou a ser vendido a NCr\$ 0,50 (cinquenta centavos de Cruzeiro novo) o exemplar, em 1974. No Boletim de junho de 1974 consta a notícia sobre a aquisição do Boletim ser de forma vendida com Antônio José, no Centro Catequético da Prelazia:

Envie sempre suas notícias em tempo, devidamente corrigidas e dactilografadas. Esperamos suas notícias na 1ª quinzena de cada mês. Preço de cada boletim é 0,50 cruzeiros. Não é dado? Para pagamento é com o Antônio José no Centro Catequético<sup>561</sup>.

Os valores de venda do *Nós Irmãos* apareciam tanto nas capas do periódico quanto nas páginas internas. O valor cobrado era subsidiado pela Prelazia do Acre Purus, já que era de interesse da Igreja Católica que o maior número possível de agentes de pastoral e grupos comunitários tivessem acesso ao Informativo.

Figura: Capas e páginas do *Nós Irmãos* com valores de venda



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos valores de alguns exemplares do *Nós Irmãos*.

Quando os valores do Boletim apareciam nas Capas, normalmente eram dispostos de forma discreta, contendo apenas o valor em Cruzeiros Novos. O Cruzeiro novo (Cr\$) foi a moeda corrente no Brasil entre os anos de 1970 a 1986. Quando os valores eram apresentados dentro do Boletim, normalmente vinham com algum tipo de texto explicativo em relação aos custos de produção, explicações sobre atualizações de valores e processos de assinaturas; além de, em algumas edições, aparecerem os valores também em dólar americano.

A venda do Boletim se estabilizou em 1974 e, pelo aumento da inflação, no mês de setembro foi noticiado que haveria aumento do preço, informando possível retirada de parte do subsídio para o Boletim, para que ele gradativamente caminhe sem auxílio financeiro da Prelazia. Em setembro de 1974, foi noticiado no Boletim:

Você está pagando em dia os boletins de sua Comunidade? O Preço neste ano é apenas 0,50 centavos por boletim. Mas você tem razão. O ano que vem ele custará tanto quanto é seu real valor econômico<sup>562</sup>.

No ano seguinte esse valor foi reajustado para NCr\$ 1,50 (um Cruzeiro novo e cinquenta centavos), a unidade, perdurando até 1976, conforme consta na capa de janeiro, fevereiro e março do Boletim. Com essa medida, os valores referentes a materiais para confecção do Informativo e o envio das informações e notícias passou a ter uma parcela maior de participação financeira e social dos agentes comunitários, ficando a editoração e força de trabalho para confecção, por conta de agentes voluntários e servidores da prelazia. Essa proposta de atuação perdurou de 1974 até os meses finais de 1977. No mesmo ano, a unidade passou a custar NCr\$ 02,00 (dois Cruzeiros novos).

O Boletim de dezembro de 1977, em sua página de número 10, anunciou aos leitores a possibilidade de “Assinatura” anual. Com isso investia na possibilidade de venda não mais de exemplares avulsos, mas de profissionalizar as vendas e garantir a informação com as notícias das comunidades.

“Nós, Irmãos” - ASSINATURAS - 1978. Abonamento.

Cr\$ 25,00 - Acre.

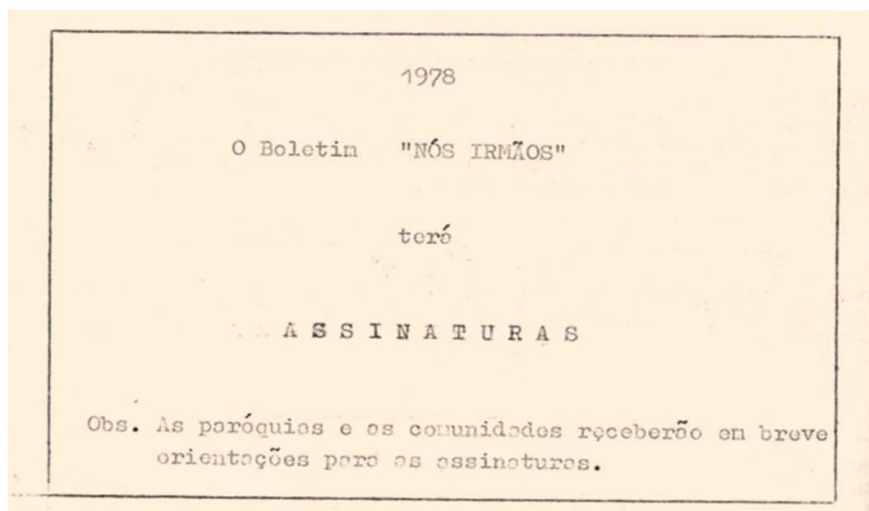
Cr\$ 40,00 - Brasil.

5 dólares - Exterior.

Enviar a importância (Vale Postal ou Cheque bancário para: Redação de “Nós, Irmãos”. Caixa Postal473. CEP 69.900. Rio Branco - Acre<sup>563</sup>).

Mais tarde, entre os anos de 1978 a 1985, o Setor de Comunicação, órgão da Prelazia responsável pela publicação do Boletim, anunciou a possibilidade de assinatura anual. Os assinantes receberiam o Boletim *Nós Irmãos* em seus endereços.

Figura: Anúncio de assinatura anual do Boletim para o ano de 1978



Fonte: *Boletim Nós irmãos*<sup>564</sup>.

Concomitantemente à assinatura anual, o Boletim continuava acessível para a aquisição de exemplares avulsos na Secretaria do Paço Episcopal e na Secretaria da Catedral, além de ser distribuído às Paróquias e Grupos de Evangelização. Seu público alvo que antes eram as paróquias e as CEB's, se expandiu e se tornou acessível a qualquer pessoa que desejasse, passando a ser vendido pelo órgão de comunicação da Prelazia e enviado pelos Correios para pessoas físicas e jurídicas interessadas, residentes no Acre, demais entes federados e até mesmo em outros países.

Com o passar dos anos e a inflação em alta, o valor do Boletim foi aumentando. A assinatura em 1978 custava NCr\$ 25,00 (vinte e cinco Cruzeiros novos); em 1979, NCr\$ 35,00 (trinta e cinco Cruzeiros novos). A edição de fevereiro de 1981 trouxe alguns esclarecimentos, destacando dentre eles as dificuldades enfrentadas para imprimir o *Nós Irmãos* e o aumento do preço:

A equipe do Boletim gostaria de esclarecer a todos a respeito dos seguintes pontos:

(...)

Todo mundo sabe que um Boletim dessa custa muito dinheiro. O papel subiu demais nesse ano de 80. Por isso, nós pensamos que esse ano de 81, a assinatura anual custará 100,00 cruzeiros, quer dizer, cada Boletim custa mais ou menos 8 cruzeiros. Ninguém venha me dizer que é caro!<sup>565</sup>.

A assinatura anual do Boletim passou a custar Cr\$ 100 (cem Cruzeiros novos), no ano de 1981. Dois anos depois, na edição de março de 1983, o preço quintuplicou, passando para Cr\$ 500 (quinhentos Cruzeiros novos), conforme consta:

**INFORMAÇÕES E LEMBRETES. ATENÇÃO!**

Assinatura do Boletim “Nós Irmãos”.

Avisamos aos amigos que uma assinatura anual do nosso BOLETIM custa Cr\$ 500,00. Este dinheiro deve ser enviado na forma de SÊLOS para o seguinte endereço:

Boletim “Nós Irmãos”. Caixa Postal 473. CEP: 69.900 - Rio Branco Acre<sup>566</sup>.

Com o aumento exponencial da inflação e a necessidade de envio dos Boletins para vários Estados do Brasil, além de uma dúzia de nações, a Prelazia tinha a constante necessidade de Selos postais para envio de correspondências pelos Correios. Assim sendo, os selos<sup>567</sup> serviam como uma tentativa de sobrevivência financeira ante à inflação. Por sua liquidez garantida pelo Governo, os selos funcionavam como uma segunda moeda para o trânsito de correspondências, atendendo às necessidades de postagens da Igreja e às necessidades dos agentes sociais em relação à solidez de valores tarifários em consequente valorização (ou menor depreciação) monetária pela aquisição de cartelas filatéticas para uso durante vários meses, mesmo com inflação galopante. No ano seguinte, o *Nós Irmãos* passou a custar Cr\$ 1.000,00 (mil Cruzeiros novos), conforme consta no Boletim de janeiro/fevereiro de 1984.

**PREÇO DO BOLETIM**

Eis aqui a resposta aos amigos que nos pedem o preço do Boletim NÓS IRMÃOS. A assinatura para 1984 é de:

Para as paróquias da Prelazia, ..... C\$. 1.000,00

Para as paróquias no Brasil ..... C\$. 2.000,00

Para o estrangeiro ..... \$. 5 (cinco dólares).

O Setor de Comunicação agradece<sup>568</sup>.

Em 1985, a assinatura para a Prelazia passou a custar NCr\$ 3.000,00 (três mil Cruzeiros novos), para outras regiões do Brasil passou a custar NCr\$ 5.000,00 (cinco mil Cruzeiros novos), e, para o exterior passou a custar \$ 10 dólares.

Os valores das assinaturas dos boletins variaram conforme disposto na seguinte tabela:

Tabela: Relação entre publicações do *Nós Irmãos*, ano e valores

BINI	Ano	Assinatura para a Prelazia	Assinatura para outros Estados	Assinatura para o exterior (em Dólar)
BINI.1974.03.abr.p. 01.	1974	Cr\$ 0,50		
BINI.1974.05.jun.p. 16.	1974	Cr\$ 0,50		
BINI.1974.09.set,out,nov. p.14	1974	Cr\$ 0,50		
BINI.1975.01.jan.p. 01.	1975	Cr\$ 1,50		
BINI.1975.04.mai.p. 01	1975	Cr\$ 1,50		
BINI.1976.01.jan.p. 03	1976	Cr\$ 1,50		
BINI.1977.01.jan.p. 01	1977	Cr\$ 02,00		
BINI.1977.12.dez.p.10.	1977	Cr\$ 25,00	Cr\$ 40,00	U\$ 5,00
BINI.1979.01.jan.p. 11.	1979	Cr\$ 35,00		
BINI.1981.02.fev.p. 02.	1981	Cr\$ 100		
BINI.1983.02.mar.p. 13.	1983	Cr\$ 500		
BINI.1984.01.jan.fev. p.11	1984	Cr\$ 1.000,00	Cr\$ 2.000,00	U\$ 5.000
BINI.1985.02.abr. p. 09	1985	Cr\$ 3.000,00	Cr\$ 5.000,00	U\$ 10.000

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos valores de venda do *Nós Irmãos*.

Há uma relação direta entre os reajustes de valores dos preços do Boletim *Nós Irmãos* e a inflação do período. É perceptível que entre os anos de 1971 e 1974, durante o chamado “milagre brasileiro”, parece haver uma inflação estabilizada e controlada, depois da aprovação do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento - PND. Depois dessa fase, a inflação aumentou gradativamente por conta da pressão sobre os níveis de preços e tabelamentos apenas nominais. O dinamismo econômico com relação à estabilidade dos preços não se manteve e a dívida pública aumentou. De acordo com Garcia Munhoz:

No ano de 1979 o Brasil já registrava um endividamento bruto próximo de US\$ 60 bilhões, contando então com reservas internacionais inexpressivas; e em 1982 a dívida saltava para aproximadamente US\$ 100 bilhões, se incluídos os compromissos de curto prazo, correspondendo a cinco vezes as receitas de exportação<sup>569</sup>.

O Brasil encerrou a década de 1970 com inflação alta e ingressou em 1980 com a herança de uma instabilidade monetária que viu a realidade dos preços dispararem. A despeito das ações de outros PND's e ações que visavam à contenção do endividamento externo e da instabilidade monetária, os procedimentos intentados não conseguiram lograr êxito no comedimento da inflação. Políticas para conter os déficits do balanço de pagamentos, ou apenas para reduzir a demanda, foram açodadas à elevação generalizada das tarifas, sem abono de juros ou correção monetária e liberação da taxa de juros<sup>570</sup>.

Tabela: Correlação entre inflação e preço do Boletim Informativo *Nós Irmãos*

ANO	Inflação (%)	Preço do BINI (Cr\$)
1971	19,47%	0,5*
1972	15,72%	0,5*
1973	15,54%	0,5*
1974	26,90%	0,5*
1975	29,35%	1,5*
1976	46,26%	1,5*
1977	38,78%	2,00*
1978	40,81%	25,00**
1979	77,25%	35,00**
1980	99,20%	35,00**
1981	95,65%	100,00**
1982	104,80%	100,00**
1983	163,99%	500,00**
1984	215,27%	1.000,00**
1985	242,24%	3.000,00**

Fontes: Compilação de dados pelo cruzamento de informações do *Nós Irmãos* com os índices oficiais: IGP-DI/FGV (1971-1979); IPCA (inflação oficial/1980-1985), IBGE.

O ano de 1980 teve inflação de quase três dígitos, com 99,20%. O ano seguinte manteve a estabilidade da inflação em alta, contudo já em



1982, ela voltou a crescer, alcançando o patamar de 104,80%. Em 1983, a inflação subiu para 163,99% e, no ano seguinte, atingiu a marca de 215,27%. Em 1985 a inflação chegou a 242,24% e, a partir de então, cresceu exponencialmente até o fim da década.

O *Nós Irmãos* foi publicado durante 16 anos, sendo 14 deles de forma ininterrupta. Entre dezembro de 1971 e dezembro de 1985 ele funcionou regularmente atingindo todas as comunidades. Entre 1986 e 1987, com a instalação de uma nova equipe redatora e a ascensão da Prelazia à categoria de Diocese, durante a retomada democrática brasileira, o Boletim teve sua circulação de forma intermitente e descontinuada até sua extinção em 1987.

#### 4.4 A COMUNICAÇÃO ECLESIASTICA VIGIADA

A religião católica é a que contém o maior número de fiéis no Brasil, se fazendo presente em todo o território nacional. Ela atinge todas as camadas sociais e historicamente se aliou ao poder temporal no país, mas nem mesmo isso impediu que determinados bispos fossem acusados de subversão e, conseqüentemente, perseguidos por órgãos de repressão do regime militar. Ainda que esses bispos fossem visados por órgãos de informações, não se fazia de bom alvitre para o regime que os mesmos recebessem igual tipo de tratamento impingido pela política a outros “inimigos” do regime, uma vez que sua posição eclesial lhes auferia grande prestígio junto à sociedade<sup>571</sup>.

Esses sacerdotes, com o passar dos anos, foram rotulados de “bispos progressistas”, tendo atuação fundamental para a construção da oposição intra-eclesial ao regime ditatorial brasileiro. Cabe destacar que sua atuação não foi homogênea, antes, debruçavam-se sobre diversas questões que particularizavam seus posicionamentos. Dessa forma, é coerente afirmar que nunca houve uma ruptura total entre a Igreja e o Estado, antes, dezenas de bispos posicionaram-se de forma mais “progressista”, recepcionando em vanguarda as formulações do Vaticano II, enquanto outros, ainda atuavam de modo mais “conservador”<sup>572</sup>.

Os militares precisavam ter cuidado ao lidar com os bispos publicamente por causa de sua força simbólica junto à sociedade, contudo nos documentos e relatórios produzidos contra esses mesmos sacerdotes, não havia preocupação uma vez que eles recebiam a categorização como “sigilosos”. Assim, os analistas podiam expressar livremente sua aversão às atitudes “esquerdistas” dos religiosos. Com o passar do tempo a comunidade de informações passou a produzir convicções, gerar suspeitas e a contribuir para ações repressivas. Por várias vezes, as suspeitas criadas pelo sistema de informa-

ções se fizeram argumento autossuficiente para novas incursões de investigações, averiguações e cerceamentos de atividades sacerdotais e eclesiásticas<sup>573</sup>.

Medidas nitidamente autoritárias enfatizaram o caráter legalista das ações repressivas que sucederam o AI-5. Vários autores acreditam que a base ideológica motivadora das ações dos militares durante a ditadura deve ser atribuída à “doutrina de segurança nacional e desenvolvimento”<sup>574</sup>, embora seja perceptível que o funcionamento da “utopia autoritária” criada para designar as orientações gerais condutoras do Estado autoritário e seu funcionamento não tenham sido tão elaboradas como se costuma supor. Essa “utopia autoritária” “se manifestava de duas maneiras: uma de cunho saneador e a outra de cunho pedagógico”<sup>575</sup>.

O aparato repressivo construído durante a ditadura militar perpassa por uma série de questões que permeiam ação e reação de vários lados, em diversos conflitos. Não se pode instar apressadamente que o recrudescimento dos órgãos de repressão se deu em reação às ações dos “subversivos”. Também não é válida a apressada estratégia interpretativa de que foram efêmeras as manifestações antigovernamentais de 1968<sup>576</sup>. Polícia política e espionagem já haviam existido como aparato de Estado em outros governos brasileiros; os diferenciais do regime militar foram a constituição da “Comissão Geral de Investigações” e a entrada das Forças Armadas nessas atividades, por entenderem que as forças policiais não estavam capacitadas para combater a “subversão”, além de estarem muito descentralizadas<sup>577</sup>.

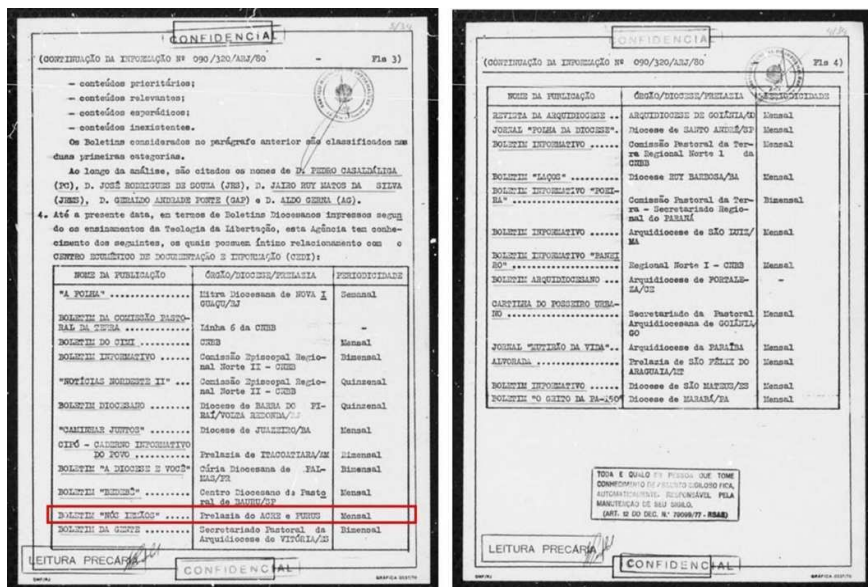
A censura nunca deixou de existir no Brasil<sup>578</sup>, mas na ditadura é perceptível a existência de uma censura moral e outra estritamente política. Alguns autores acreditam não existir diferença entre ambas, haja vista que a censura moral, pautada na tradição autoritária da sociedade brasileira, tenha servido apenas como pretexto para a perseguição política<sup>579</sup>; outros autores, porém, percebem como dicotômicas as nuances de suas especificidades<sup>580</sup>.

O Serviço Nacional de Informações do Brasil compôs um catálogo nacional com informações<sup>581</sup> de dezenas de Jornais oficiais e de “imprensa nanica”, como assim chamavam os alternativos, além de mapear os 124 Boletins Diocesanos existentes no Brasil. A imprensa alternativa foi coagida a cessar suas atividades; e 25 Boletins Diocesanos considerados de linha progressista “segundo os Ensinamentos da Teologia da Libertação” foram catalogados, postos sob constante vigilância e seus editores investigados por suspeita de subversão. Dentre esses 25 Boletins, estava o mensário *Nós, Irmãos da Prelazia do Acre e Purus*<sup>582</sup>.

Vale ressaltar que esses boletins não eram desimportantes. Ao estudar os Boletins diocesanos católicos, Ismar Soares, afirmou que, já no ano

de 1977, os boletins diocesanos, que são veículos de comunicação bem peculiares da Igreja, apresentavam uma tiragem mensal de aproximadamente 174 mil exemplares. Segundo o autor, nesse período havia 124 boletins, ligados à Igreja Católica, espalhados por todo o Brasil<sup>583</sup>.

Figura: Informação nº090/320/ARJ/80, vigilância contra o *Nós, Irmãos*



Fonte: BRASIL. Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_80003791.

A Agência do Serviço Nacional de Informações no Rio de Janeiro, através do documento de informação nº 090/320/ARJ/80<sup>584</sup>, protocolado sob número 3791, em 23 de outubro de 1980, dá conhecimento sobre “Boletins Diocesanos de Linha Progressista”. A partir da publicação “Evangelização e Comunicação”, da série Cadernos de Estudos, nº 10, da “Comissão Evangélica Latino-americana de educação Cristã” (CELADEC), o SNI mapeia os Boletins Diocesanos fazendo menção a eles com o mesmo grafo da CELADEC, citando-os como “veículos de comunicação a serviço dos marginalizados”<sup>585</sup>.

Na informação nº 090/320/ARJ/80 consta a seguinte lista de publicações com os referidos responsáveis legais e periodicidade dos mesmos: “A Folha”, da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu/RJ, de periodicidade semanal; “Boletim da Comissão Pastoral da Terra”, da Linha 6 da CNBB, de

periodicidade não regular; “Boletim do CIMI” da CNBB, de periodicidade mensal; “Boletim Informativo”, da Comissão Episcopal Regional Norte II - CNBB, de periodicidade bimensal; “Notícias Nordeste II”, da Comissão Episcopal Regional Norte II - CNBB, de periodicidade quinzenal; “Boletim Diocesano”, da Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda/RJ, de periodicidade quinzenal; “Caminhar juntos”, da Diocese de Juazeiro/BA, de periodicidade mensal; “CIPÓ - Caderno Informativo do Povo”, da Prelazia de Itacoatiara/AM, de periodicidade bimensal; “Boletim ‘A Diocese e você’”, da Cúria Diocesana de Palmas/PR, de periodicidade bimensal; “Boletim ‘Nós, Irmãos’”, da Prelazia do Acre e Purus/AC, de periodicidade mensal; “Boletim da Gente, do Secretariado Pastoral da Arquidiocese de Vitória/ES, de periodicidade bimensal; “Revista da Arquidiocese”, da Arquidiocese de Goiânia/GO, de periodicidade mensal; “Jornal ‘Folha da Diocese’”, da Diocese de Santo André/SP, de periodicidade mensal; “Boletim Informativo”, da Comissão Pastoral da Terra Regional Norte 01 da CNBB, periodicidade mensal; “Boletim ‘Laços’” da Diocese Ruy Barbosa/BA; de periodicidade mensal; “Boletim Informativo ‘Poeira’”, da Comissão Pastoral da Terra - Secretariado Regional do Paraná, de periodicidade bimensal; Boletim Informativo, da Arquidiocese de São Luiz/MA, de periodicidade mensal; “Boletim Informativo ‘Paineiro’”, da Regional Norte I - CNBB, de periodicidade mensal; “Boletim Arquidiocesano”, da Arquidiocese de Fortaleza/CE, de periodicidade não regular; “Cartilha do Posseiro Urbano”, do Secretariado da Pastoral Arquidiocesana de Goiânia/GO, de periodicidade mensal; “Jornal ‘Mutirão da vida’”, da Arquidiocese da Paraíba, de periodicidade mensal; “Alvorada, da Prelazia de São Félix do Araguaia/MT, de periodicidade mensal; “Boletim Informativo”, da Diocese de São Mateus/ES, de periodicidade mensal; e, “Boletim “O grito da PA-150””, da Diocese de Marabá/PA, de periodicidade mensal.

Consta, ainda, no referido documento, que “os Boletins são mimeografados” e que, de acordo com dados do “Centro Informativo Católico” (CIC), o valor dos Boletins Diocesanos católicos reside no fato de serem “um grande meio de conscientização dos pequenos grupos, em torno do crescimento comunitário e da responsabilidade que cada um tem na busca de soluções para os problemas locais...”<sup>586</sup>. O documento de informação nº090/320/ARJ/80, protocolado sob número 3791, em 23 de outubro de 1980, dá conhecimento sobre “Boletins Diocesanos de Linha Progressista”.

No quadro a seguir, percebe-se a extensa quantidade de jornais, revistas e boletins católicos visados pelo SNI desde os anos de 1970 e que foram catalogados em 1980:

Quadro: Jornais, Boletins e Informativos Católicos “na mira” do SNI

Nome da Publicação	Órgão/Diocese/Prelazia	Periodicidade	Região de atuação	Bispo / Arcebispo Responsável
Boletim da Comissão Pastoral da Terra	Linha 6 da CNBB	—	CNBB	Marcelo P. Carvalheira (Bispo) Bernardino Angélico Sândalo (Bispo) Pedro Casaldáliga (Bispo) Jairo Ruy Matos da Silva (Bispo) Geraldo Andrade Ponte (Bispo) Aldo Gerna (Bispo) Clodovis Boff (Padre) Leonardo Boff (Padre)
Boletim do CIMI	CNBB	Mensal	CNBB	
Boletim Informativo	Comissão Episcopal Regional Norte II - CNBB	Quinzenal	CNBB	
“Notícias do Nordeste II”	Comissão Episcopal Regional Norte II - CNBB	Quinzenal	CNBB	
Boletim Informativo	Comissão Pastoral da Terra Regional I da CNBB	Mensal	CNBB	
Boletim Informativo “Poeira”	Comissão Pastoral da Terra - Secretariado Regional do Paraná	Mensal	CNBB	
Boletim Informativo “Paneiro”	Regional Norte I - CNBB	Mensal	CNBB	
Cipó - Caderno Informativo do Povo	Prelazia de Itacoatiara/AM	Bimestral	Amazônia	Jorge Marskell
Boletim “ <i>Nós, Irmãos</i> ”	Prelazia do Acre e Purus/AC	Mensal	Amazônia	Moacyr Grechi
Boletim “O Grito da PA-150”	Diocese de Marabá/PA	Mensal	Amazônia	Patrício J. Hanrahan
“Caminhar Juntos”	Diocese de Juazeiro/BA	Mensal	Nordeste	José Rodrigues de Souza
Boletim “Laços”	Diocese Ruy Barbosa/BA	Mensal	Nordeste	Mathias Schmidt
Boletim Informativo	Arquidiocese de São Luiz/MA	Mensal	Nordeste	Paulo Eduardo A. Ponte
Boletim Arquidiocesano	Arquidiocese de Fortaleza/CE	-----	Nordeste	Geraldo Nascimento
Jornal “Mutirão da vida”	Arquidiocese da Paraíba/PB	Mensal	Nordeste	José Maria Pires
Revista da Arquidiocese	Arquidiocese de Goiânia/GO	Mensal	Centro-Oeste	Tomás Balduino
Cartilha do posseiro urbano	Secretariado da Pastoral Arquidiocesana de Goiânia/GO	Mensal	Centro-Oeste	Tomás Balduino

Capítulo IV: A comunicação como meio de resistência a ditadura do grande capital

Alvorada	Prelazia de São Félix do Araguaia/MT	Mensal	Centro-Oeste	Pedro Casaldáliga
Boletim “Bedês”	Centro Diocesano da Pastoral de Bauru/SP	Mensal	Sudeste	Cândido Padín
Boletim da Gente	Secretariado Pastoral da Arquidiocese de Vitória/ES	Bimestral	Sudeste	Silvestre L. Scandian
“A Folha”	Mitra Diocesana de Nova Iguaçu/RJ	Semanal	Sudeste	Adriano Hypólito
Boletim Diocesano	Diocese de Barra do Pirai/Volta Redonda/RJ	Quinzenal	Sudeste	Waldyr Calheiros
Jornal “Folha da Diocese”	Diocese de Santo André/SP	Mensal	Sudeste	Claudio Humes
Boletim Informativo	Diocese de São Mateus/ES	Mensal	Sudeste	Aldo Gerna
Boletim “A Diocese e Você”	Cúria Diocesana de Palmas/PR	Bimestral	Sul	Ladislau Biernaski

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SNI disponíveis na *Informação* nº 090/320/ARJ/80 e na obra *Dictionnaire historique de la théologie de la libération*<sup>587</sup>.

Conforme se pode perceber no quadro que trata de “Jornais, Boletins e Informativos Católicos “na mira” do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1980”, há duas fontes distintas, uma do Serviço de Informações brasileiro, publicado em 1980; e outro do “Dicionário histórico da Teologia da Libertação” publicado em 2017. Quando a lista do SNI foi produzida ainda não havia este dicionário, lista ou informação similar disponível, e quando o dicionário foi produzido ainda não havia sido disponibilizado o acesso público aos arquivos de referência da Ditadura.

Ao cruzar os dados, percebemos que os informativos, os órgãos e setores aos quais eles estavam ligados e os religiosos dessas comunidades eclesiais também estavam sendo investigados, incluindo os bispos. Dentre os 82 Bispos brasileiros que apoiaram a Teologia da Libertação, todos os que estavam diretamente ligados a algum tipo de periódico sob “suspeita de subversão” foram investigados e aqueles que estavam à frente dos periódicos tiveram suas ações postas sob constante vigilância.

Conforme a Informação nº 090/320/ARJ/80, que discriminava a vigilância dos Boletins Católicos e de seus responsáveis, bem como de seus representantes legais, são incluídos na listagem de investigados pela Ditadura Militar brasileira, no ano de 1980 os seguintes Bispos e Arcebispos da Igreja Católica<sup>588</sup>: Dom Marccelo P. Carvalheira, de Guarabira/PB; Dom Bernardino Angélico Sândalo, de São Paulo/SP; Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix do Araguaia/MT; Dom Jairo Ruy Matos da Silva, de Bonfim/BA; Dom Geraldo Andrade Ponte, de Patos/PB; Dom Aldo Gerna, de São Mateus/ES; Dom Jorge Marskell, de Itacoatiara/AM; Dom Moacyr Grechi, do Acre e Purus/AC; Dom Patrício J. Hanrahan, de Marabá/PA; Dom José Rodrigues de Souza, de Juazeiro/BA; Dom Mathias Schmidt, de Ruy Barbosa/BA; Dom Paulo Eduardo A. Ponte, de São Luiz/MA; Dom Geraldo Nascimento, de Fortaleza/CE; Dom José Maria Pires, da Paraíba; Dom Tomás Balduino, de Goiânia/GO; Dom Cândido Padín, da Pastoral de Bauru/SP; Dom Silvestre L. Scandian, de Vitória/ES; Dom Adriano Hypólito, de Nova Iguaçu/RJ; Dom Waldyr Calheiros, de Barra do Pirai/Volta Redonda/RJ; Dom Claudio Humes, de Santo André/SP; e, Dom Ladislau Biernaski, de Palmas/PR.

O que poderia até ter a aparência de “perseguição a sacerdotes subversivos”, com prisões de padres e detenções de Bispos, que reverberava em notícias e reportagens em âmbitos locais e/ou regionais, ganhou *status* de notícia internacional quando o Departamento de Ordem Política e So-

cial (Dops) da Guanabara do I Exército invadiram a sede do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social<sup>589</sup> (Ibrades), no Rio de Janeiro, vasculhando o local em busca de supostos materiais subversivos. Durante a invasão, prenderam padres e o Bispo Dom Aloísio Lorscheider, secretário-geral da CNBB. Esses atos tiveram repercussão internacional quase que instantânea, conforme escreve Gomes:

Os soldados prenderam diversos padres e líderes leigos ligados à JOC, no entanto, o seu ato mais infeliz foi a detenção de dom Aloísio Lorscheider, Secretário-geral da CNBB. O bispo estava longe de poder ser considerado um radical: na verdade, suas críticas aos militares até aquele momento eram bastante acanhadas. Ainda assim, ele foi mantido incomunicável por mais de quatro horas. O incidente estimulou protestos contundentes da Igreja e, por um instante, a hierarquia uniu-se contra o Estado. Em Roma, a Rádio Vaticano noticiou quase imediatamente o ocorrido. O jornal oficial *L'Osservatore Romano* seguiu a mesma diretriz e publicou não apenas um protesto contra a tortura, como a declaração de repúdio da CNBB. Foi a primeira vez que o Vaticano usou sua rede de comunicações para um protesto dessa natureza. Até mesmo o papa Paulo VI manifestou apoio aos bispos, o que foi um verdadeiro desastre para a imagem externa do Brasil. Além disso, os cinco cardeais do país – Dom Agnelo Rossi, Dom Vicente Scherer, Dom Jaime Câmara, Dom Eugênio Sales e Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta – dirigiram-se ao presidente Médici reclamando do ocorrido, através de uma carta particular<sup>590</sup>.

O Bispo foi solto no mesmo dia e, a partir desse momento, as considerações oficiais da CNBB, que eram reticentes ao tratar do regime, passaram a ser sobrepostas pela defesa dos direitos humanos. Se, por um lado, esse acontecimento marcou a ação da Igreja em enfatizar a defesa dos direitos humanos, por outro, mostrou que o Regime Militar não era tão apartado da ação de construção da imagem quanto imaginava. A força bruta do regime precisava se arvorar com ares de defesa da nação.

Para Bourdieu, assim como as estruturas mentais sofrem o condicionamento social também existe uma dimensão social que está intrínseca a todos. Desse modo, os agentes compartilham uns com os outros categorias percepções e orientações de conduta que se tornam significativas<sup>591</sup>.

Nenhum regime político se mantém apenas pelo uso da força e sem a manipulação de bens simbólicos. Assim sendo, o discurso retórico da co-



munidade de informações do regime militar, para se legitimar, precisava incluir temas morais em suas acusações. Há em vários documentos a apresentação do regime como condutor para a “missão civilizadora” da sociedade brasileira, enquanto os religiosos “progressistas” são tachados como moralmente corrompidos. Não se trata apenas de acusar os religiosos acreanos de comunistas, mas de reiterar o pensamento de que suas ações “libertadoras” mais se aproximam do Comunismo marxista que do Evangelho de Jesus – o que seria uma grave quebra de hierarquia, portanto, de indisciplina.

Outro ponto a se destacar nos documentos analisados, que também é visto por Paulo Gomes, ao estudar os bispos do Brasil, é a aferição de que “os analistas se colocavam em posição de superioridade moral com relação aos bispos”<sup>592</sup>. Há uma evidente imagem criada nos documentos de informação em que aparece uma questão entre os militares e os “sacerdotes esquerdistas”. Estes são vistos como subversivos, adversários do Estado, que se contaminaram com doutrinas comunistas, enquanto aqueles são vistos como defensores da moral, dos costumes e da manutenção da ordem.

#### **4.4.1 As ações repressivas do SNI contra a Igreja do Acre-Purus**

A Igreja Católica acabou por se tornar um dos poucos espaços capazes de permitir o exercício de uma resistência democrática depois do recrudescimento do Regime Civil-Militar e da promulgação do Ato Institucional de número cinco, o AI-5. Contudo, vale ressaltar que em nenhum momento do regime militar houve unanimidade da Igreja em relação à aprovação ou à desaprovação do regime instituído. O regime que governava o país tratou de se informar de ações eclesiásticas e seus desdobramentos nas circunscrições enquanto tentava melhorar a imagem do país.

Os documentos de informação contra periódicos e membros da Igreja eram categorizados como sigilosos, o que assegurava a livre expressão de pensamento de seus escreventes. Gomes afirma que com o passar do tempo, essa documentação passou a ser “uma espécie de voz autorizada do regime” e que a geração da suspeita em muitos dos casos tornava-se mais importante que a produção da própria informação – foi isso que se percebeu em vários documentos produzidos sobre e contra os “progressistas” da Igreja. Nas palavras de Gomes:

Deve-se ressaltar também que o fato de os documentos serem sigilosos não é irrelevante. Se publicamente os militares precisaram ter cuidado ao lidar com os bispos, em razão de sua força simbólica na sociedade brasileira, a situação era distinta na produção de relatórios em que não havia a preocupação com a publicidade: os analistas expressavam livremente sua aversão às atitudes “esquerdistas” dos religiosos<sup>593</sup>.

Ao nos debruçar sobre os documentos, é perceptível a recorrência do tema das questões fundiárias entre posseiros e proprietários de terras. Quase tão recorrente quanto essas questões são as ações da Igreja nessa disputa, tratadas pelo regime militar como “ações subversivas”. Vários são os “pormenores” dessa luta que fica de fora do foco documental, como os direitos dos índios, a posse de quem vive na terra há gerações, escravização, invasão de terras por fazendeiros. O foco, na maioria das vezes, esteve na agência eclesial ante a esses conflitos.

Ao utilizar as expressões de busca “Acre”, “terra”, “posseiros”, “Imprensa”, “Nós, Irmãos”, “Prelazia” e “Igreja”, relacionando-as a pelo menos uma outra, no recorte temporal entre os anos de 1971 a 1985. Encontramos 197 documentos entre os anos de 1975 e 1985 – quando ocorre o fim da ditadura.

Uma informação importante se destaca com o fato de que no período compreendido de 1971 a 1974 nada foi encontrado com base nas expressões de busca utilizadas. Onde estariam esses arquivos? Ao fazer o mesmo procedimento de busca antecipando o período temporal para o ano de 1964 e seguintes, encontramos dezenas de menções a documentos produzidos em meados dos anos 1960 até o ano de 1969. Como esses documentos, embora importantes, não se enquadram no período de análise, não foram utilizados. Há, portanto uma lacuna documental entre os anos de 1970 até 1974, totalizando 05 anos.

Quanto a esse período do início dos anos 1970 até meados da década, não é certo dizer que essas informações buscadas não existiam. Pelas documentações constantes em um documento do arquivo “Memórias Reveladas”, há o anúncio formal de mais de 2.000 (duas mil) informações “referentes ao Acre”, produzidas nas décadas de 1960, 1970 e 1980 se perderam por má qualidade de conservação de originais, não sendo possível realizar a microfilmagem das mesmas. Assim sendo, não é possível dizer quantas informações, buscas, partes e outros documentos do SNI fazem

parte do rol de acervo concernente ao Estado. Tampouco é possível afirmar quantas são referentes a atividades da Igreja Católica e sua atuação na Prelazia do Acre e Purus ou na Prelazia do Juruá.

Pelo acervo encontrado foi possível perceber que a vigilância do SNI contra a Prelazia do Acre-Purus e contra o Boletim *Nós, Irmãos* se deu já em 1975, conforme se observa no gráfico a seguir:

Gráfico: Vigilância do SNI contra a Prelazia do Acre-Purus e o *Nós, Irmãos*



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos acervos do SNI coletados na base de dados "Memórias Reveladas".

Das ações contra a Igreja Prelada e suas iniciativas sociais quase metade se deu entre os anos de 1980 e 1982. Se houve um começo tímido em 1975, há um aumento gradativo de ações de inteligência contra a Igreja do Acre-Purus. Essas ações somente vão diminuir conforme as ações do regime militar de abertura política lenta e gradual.

Os assuntos documentados pelo SNI entre 1971 e 1985, com base nas expressões de busca "Acre", "terra", "posseiros", "imprensa", "*Nós, Irmãos*", "Prelazia" e "Igreja", estão descritos conforme tabela a seguir:

Tabela: Assuntos documentados pelo SNI (1971-1985)

Assuntos Documentados pelo SNI	Porcentagem	Quantidade
Atividades subversivas na Prelazia	14,2%	28
Orientação Política da Igreja do Acre	3,5%	7
Convênios da Prelazia	3%	6
Denúncias feitas contra a Igreja	5,1%	10
Investigação contra Dom Moacyr Grechi	3,5%	7
Investigação contra Clérigos em atividade religiosa	9,2%	18
Membros da Prelazia e suas atuações	4,6%	9
Boletim Informativo <i>Nós, Irmãos</i>	9,8%	19
Investigação contra a Igreja	<b>52,9%</b>	<b>104</b>

Imprensa Alternativa no Acre	4%	8
Sindicatos e Associações de trabalhadores	6,1%	12
Confederação Nacional dos Trabalhadores - Acre	5,1%	10
Direitos Humanos - CDDH	3,5%	7
Problemas de terras (questão fundiária)	12,8%	25
Denúncias de Trabalho Escravo	2,5%	5
Morte por conflitos de terras	2%	4
Desmatamentos criminosos por fazendeiros	5,6%	11
Índigenas e Conselho Indigenista Missionário	4%	8
Outros assuntos	1,5%	3
Investigações em Geral	<b>47,1%</b>	<b>93</b>

Total Geral	<b>100%</b>	<b>197</b>
-------------	-------------	------------

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos acervos do SNI coletados na base de dados “Memórias Reveladas”.

Percebe-se que 52,9% dos documentos de informação tratavam de assuntos referentes a investigação contra a Igreja e 47,1% tratavam de investigações em geral. As ações e os assuntos documentados pelo SNI em investigação contra a Igreja são, principalmente: “Atividades subversivas na Prelazia”, em 14,2% dos documentos; “Investigação contra clérigos em atividade religiosa”, em 9,2% dos documentos; e, “Boletim Informativo *Nós, Irmãos*”, em 9,8% dos documentos. Em mais de um terço das investigações o foco está em ações intraeclesiais. Além dessas, foram investigados também: a “orientação política da Igreja do Acre”, os “convênios da Prelazia”, “denúncias feitas contra a Igreja”, “Investigação contra Dom Moacyr Grechi” e os “Membros da Prelazia e suas atuações”.

As ações e os assuntos documentados pelo SNI em investigações gerais tiveram em seu foco principal: os “Problemas de terras em questão fundiária”, em 12,8% dos documentos; os “Sindicatos e Associações de trabalhadores”, em 6,1% dos documentos; e, os “Desmatamentos criminosos por fazendeiros”, em 5,6% dos documentos. Em aproximadamente um quarto dos documentos a investigação dos problemas de terras, sindicatos, associações e desmatamentos focada, na maioria das vezes, nos conflitos em si, mas não nas causas, sendo os investigados quase sempre os trabalhadores e os posseiros. Além dessas, foram investigados também: a “Imprensa alternativa no Acre”, “Confederação Nacional dos Trabalhadores - Acre”, “Direitos Humanos - CDDH”, “Denúncias de Trabalho Escravo”, “Morte por conflitos de terras”, “Indígenas e Conselho Indigenista Missionário”, e “Outros assuntos”.

Ao citar que investigações como as supracitadas ocorreram sob a égide do regime militar brasileiro e do Serviço Nacional de Informações (SNI) pode vir à tona a errada impressão de que havia militares “espiões” infiltrados em quase todos os setores da sociedade. Mônica Kornis, ao citar informações veiculadas pelo *Jornal do Brasil*, afirma que em 1980 quase dois terços dos funcionários do SNI eram civis. A autora afirma:

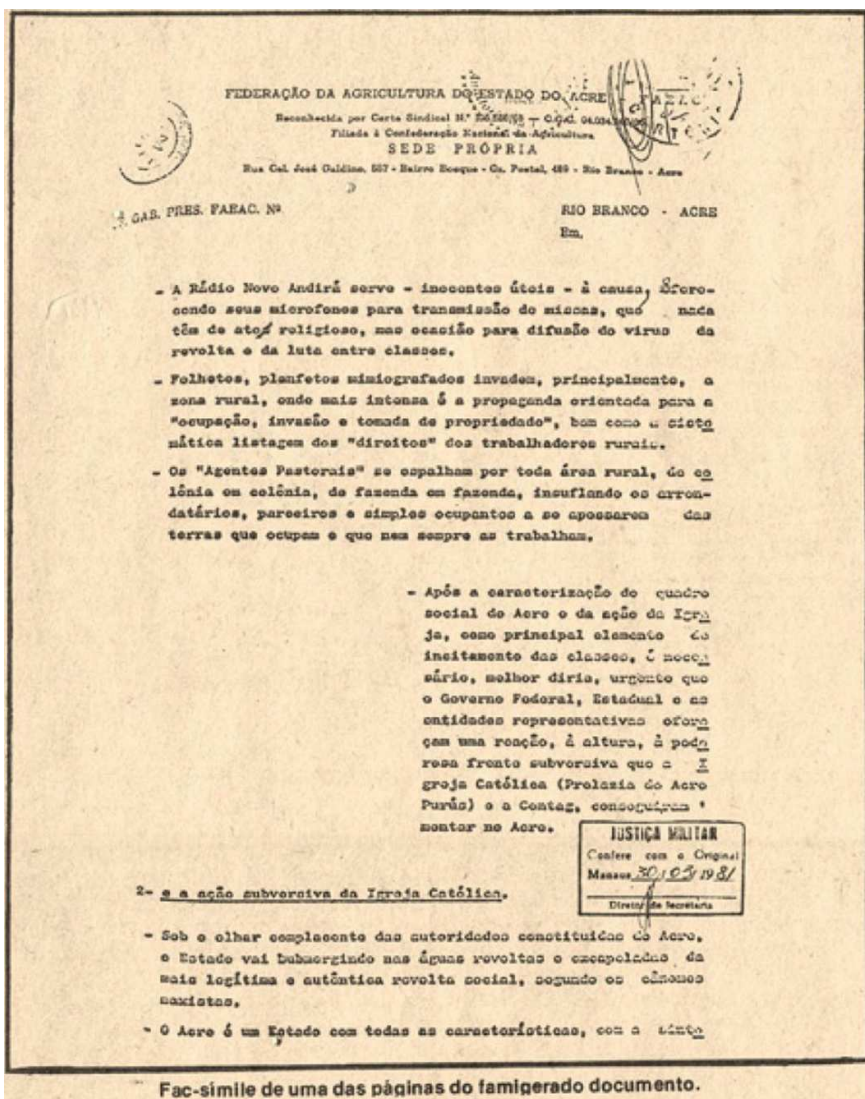
Ainda em 1980, segundo informações veiculadas pelo *Jornal do Brasil*, o quadro de funcionários do SNI era composto de civis e militares na proporção de 62% de civis, 26% de militares da ativa e 12% de militares da reserva. Esses funcionários dividiam-se, entre outras categorias, em especialistas em movimento sindical, especialistas em movimento estudantil e especialistas em movimentos da Igreja. O SNI era uma peça do sistema nacional de informações, integrado ainda pelos sistemas setoriais de informações dos ministérios civis e militares e pelo sistema de informações estratégicas militares<sup>594</sup>.

De certo, haviam militares envolvidos nos processos de investigação. As próprias instituições militares e de segurança tinham seus serviços de investigação internos que se ligavam à rede. Contudo, é nítida a grande participação de civis investigando outros civis à procura de identificar possíveis atividades subversivas.

As ações da Igreja foram diversas vezes denunciadas pelas classes dominantes do Acre. Vários foram os documentos protocolados contra a Igreja. No documento confidencial intitulado “O Acre e a ação subversiva da Igreja Católica”, divulgado em abril de 1980, enviado ao Ministro da Agricultura, pela Federação da Agricultura do Estado do Acre (FAEAC),

há várias denúncias contra as comunidades de base, o Bispo Dom Moacyr Grechi, os padres e agentes pastorais da prelazia, contra a Contag, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a rádio Novo Andirá – que transmite as missas – e outros.

Figura: Denúncia da FAEAC contra a Igreja Católica



Fonte: VARADOURO. Rio Branco - Ac, mai. 1981, ano IV, n.º 21, p. 03.

Documentos como esse deram início a diversos procedimentos investigatórios. Seu caráter sigiloso não proporcionava aos acusados de subversão o direito à legítima defesa, tampouco ao contraditório. No caso em cerne, depois de várias diligências investigatórias por parte do SNI, o Ministério decidiu que a Contag apenas estava fazendo seu papel de defender o interesse dos trabalhadores rurais e que as ações da Igreja tinham pertinência de ser por elucidar aos trabalhadores os direitos que a legislação lhes proporcionava.

O resultado acima exposto, mesmo favorável à parte acusada, ou seja, à Igreja, seus membros, Contag e outros, propiciou muito desgaste aos mesmos por causa das várias diligências. Em resultados desfavoráveis de outras ações de inteligência utilizadas pelo aparato repressor do Estado, vários integrantes da Prelazia foram detidos, presos, torturados e, até assassinados, conforme será explicitado no capítulo subsequente.

Dentre os 197 documentos de informação que puderam ser microfilmados e foram disponibilizados ao acesso público na plataforma “Memórias reveladas”, com base nos critérios de investigação suprapostos, é possível perceber que o programa “Somos Todos Irmãos” foi objeto de 06 atos formais de investigação, incluindo dois processos que levaram à censura e conseqüente proibição de vinculação do mesmo. O Boletim *Nós, Irmãos* foi objeto de 19 atos formais de investigação, incluindo três processos de censura. A Prelazia do Acre-Purus foi objeto de 82 atos formais de investigação, incluindo mais de uma dezena de processos investigatórios.

Além dos três acima citados, o Bispo Dom Moacyr Grechi, padres e outras pessoas ligadas à Prelazia chamaram a atenção da Inteligência brasileira dezenas de vezes, como pode ser comprovado nos “Relatos”, “Requerimentos”, “Informações”, “Partes”, “Pedidos de Busca”, “Solicitações”, “Fichamentos de cidadãos” e outros documentos oficiais – fato, no mínimo, incomum para uma Prelazia com pouco mais de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes.

#### **4.4.2 O Boletim Informativo *Nós, Irmãos* e a vigilância do SNI**

A Igreja não somente estava presente nas localidades periféricas, mas também se comunicava com as comunidades através de reuniões, treinamentos, programas radiofônicos como “Ave Maria” e “Somos Todos Irmãos” e, seu principal veículo de comunicação, o Boletim Informativo



*Nós, Irmãos*, que alcançava todos os municípios da Prelazia. O Boletim foi utilizado não somente para anúncio proclamatória e didática, mas também para homilia, notícias, informações, apresentação do Evangelho, correspondência com a liderança da igreja e entre irmãos.

As ações da Igreja acrepuruense seguiram na contramão da sociedade durante a ditadura, bem como de seus interesses principais, o que fez com que ganhassem credibilidade diante dos pobres e necessitados. O posicionamento cada vez mais claro da Prelazia contra a violência, e contra os ataques à dignidade e aos direitos humanos, fez com que houvesse uma ruptura da Igreja com as velhas alianças de poder. Há uma tomada de posição a favor dos humildes e simples, um engajamento testemunhado pela inserção de paróquias e casas das Congregações religiosas nas periferias. Isso, de certa forma, favoreceu uma aproximação entre a Igreja e as pessoas que habitavam as comunidades da Prelazia. Nas palavras de Pertúñez Fernández:

Tudo isso favoreceu o avanço dos Movimentos Populares, de Associações e Sindicatos de seringueiros e colonos, na organização de Associações de moradores dos bairros, nas lutas dos agricultores, professores, lavadeiras, estivadores, estudantes e até na gestação de um Partido que se identificasse melhor com os profundos anseios de justiça e de liberdade de toda uma população, que fazia muitos anos sonhava com uma sociedade diferente<sup>595</sup>.

Com a pressão mais intensificada contra as pessoas ligadas ao *Nós, Irmãos*, o Boletim que sempre sofrera com as pressões da Ditadura e com as constantes ações de patrulhamento por parte do SNI passou a sentir e a publicar a “vigilância” e a “espionagem” aos membros de suas Comunidades Eclesiais de Base.

Nos relatórios de informação, percebe-se que, em um período curto, de pouco mais de dez anos, a Prelazia do Acre-Purus e seus veículos de comunicação de massa – o Boletim Informativo *Nós, Irmãos* e o programa radiofônico “Somos Todos Irmãos” – receberam especial atenção do Sistema Nacional de Inteligência. Existiram atos formais, atos informais e tentativas de coação relatadas por integrantes desses setores da Igreja Católica no Acre.

A Igreja escolheu propositadamente não registrar seu periódico como “Jornal” e ter sua redação e imprensa na Residência Oficial do Bis-



po. Ainda assim, documentos do SNI como a Informação Nº 0095/119/AMA/78 traçou o “Perfil Editorial” do *Nós, Irmãos*; e a Informação Nº 0071/115/AMA/79 caracteriza “Imprensa Alternativa do Estado” do Acre, incluindo o *Nós, Irmãos* da Prelazia do Acre Purus em sua vasta lista de veículos de imprensa subversivos que atuavam com vários outros e diversas instituições em uma “FRENTE POPULAR de oposição ao regime (...) institucionalmente, contra a consolidação do regime de 31 Mar. 64”.

De acordo com o SNI, o Boletim “*Nós, Irmãos*” e outros boletins católicos disseminavam “Propaganda Ideológica Adversa” (Informação nº 232/111/AMA/77). Atendendo a todos os requisitos necessários para ser um “Jornal Oficial”, exceto um, o registro como “Jornal” nos órgãos competentes, conforme a Lei 5.250/67<sup>596</sup>. Na prática, o registro daria aos censores o direito de adentrar as redações e fazerem a censura prévia do que poderia ou não ser publicado, ou, ainda, de prender os “profissionais das redações” por crime contra a Segurança Nacional.

Há vários registros de informações por parte do SNI contra o veículo informativo da Igreja desde o ano de 1975. Neste mesmo período, depois do cancelamento do programa radiofônico “Somos todos irmãos”, a investigação foi intensificada contra os membros da Igreja no Acre e, em especial contra o *Nós, Irmãos*, com 38% dos documentos produzidos. Nos anos de 1978 e 1979, o foco investigatório contra o informativo diminuiu e foi deslocado para os problemas ocasionados pelos conflitos de terras, investigação a sindicatos, associações de trabalhadores e ações tidas por subversivas. No ano de 1980, há um recrudescimento de ações de inteligência contra o *Nós, Irmãos*, com 21% dos documentos produzidos, ao mesmo tempo em que os grupos sociais se articulavam em busca de construir representações políticas que visassem melhoria das condições de vida e a defesa dos direitos dos cidadãos.

As incursões do SNI contra o Boletim Informativo da Prelazia do Acre-Purus tiveram dois picos de atuação investigatória – um no ano de 1977, e outro em 1980, conforme se observa no gráfico a seguir:

### Gráfico: Incursões do SNI contra o *Nós, Irmãos*



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos acervos do SNI coletados na base de dados “Memórias Reveladas”.

O SNI começou a investigação do veículo de informação da Prelazia, o Boletim *Nós, Irmãos*, abordando o conteúdo e a ideologia do mesmo. Na Informação nº 613/19/AMA/75, de 24 de outubro de 1975<sup>597</sup>, o SNI dá conta de informações sobre o Boletim *Nós, Irmãos*. No disposto consta:

Em julho do corrente ano, a Prelazia do Acre/Purus, fez editar um (1) número de seu Boletim Informativo “NÓS, IRMÃOS”, dando conta das atividades da Arquidiocese, no âmbito das comunidades existentes em sua área de atuação.

Com um conteúdo quase que exclusivamente político, este Boletim reveste-se integralmente da influência ideológica da ala Progressista do Clero brasileiro, tendo em vista os artigos expressos em tal publicação. A abordagem desses artigos gira em torno da problemática “TERRA” na Amazônia, como fator desagregador e marginalizador do trabalhador rural, responsabilizando nas entrelinhas o governo, pois lhe compete fazer cumprir as diretrizes normativas contidas no “ESTATUTO DA TERRA” e “LEGISLAÇÃO TRABALHISTA” (...) <sup>598</sup>.

Já na primeira informação é expresso que o conteúdo é quase que exclusivamente político e a ideologia é progressista. No ano seguinte, foi realizado o levantamento de informações sobre todos os integrantes da Igreja que atuavam na produção do Boletim.

A equipe de redatores do Boletim *Nós, Irmãos*, no ano de 1976, de acordo com a informação<sup>599</sup> do Sistema Nacional de Informação (SNI), era composta por Dom Moacyr Grechi, Bispo Prelado do Alto Acre e Purus; Raimundo Nonato Mourão Marques, Professor encarregado do Serviço de Estatística Educacional (SEC); Dinah Gadelha Dias, funcionária federal aposentada; Guisepe Mastrangelo, professor do Complexo Escolar de Ensino Médio (CESEME); Wilian Cruz das Neves, professor de Educação Religiosa do Colégio Acreano; e, Otávio Destro, padre chefe da paróquia de Santa Inês<sup>600</sup>.

Em 1977 o SNI fez a primeira catalogação formal do *Nós, Irmãos*, classificando-o como “propaganda psicológica adversa”. Além do Bispo Dom Moacyr Grechi e de vários padres, o professor Giuseppe Mastrangelo foi o primeiro identificado como participante na produção deste que era tido como um boletim ideológico. No mesmo ano, outras informações de inteligência afirmavam que os editores do Boletim distorciam a doutrina católica, identificando-os com “a pregação marxista” que preconizava “a luta de classes” e a tomada de posição contra o Governo. Ainda em 1977, tanto a ação de Dom Moacyr quanto os movimentos estudantis ligados às Comunidades Eclesiais de Base receberam atenção dos profissionais de inteligência e o *Nós, Irmãos* foi considerado clandestino, por não atender às exigências da Lei 5.250/67.

O SNI produziu centenas de páginas de documentos referentes a 19 atos de informação que tinham o *Nós, Irmãos* como assunto principal ou correlato, conforme expresso na tabela.

De acordo com a Informação nº 232/111/AMA/77, de 16 de setembro de 1977, o Boletim *Nós, Irmãos* continuava disseminando ideias que se caracterizavam como “Propaganda Ideológica Adversa”<sup>601</sup>. Segundo essa informação:

3. Os editores do Boletim, visando alcançar a adesão de seu público alvo, vêm se utilizando da técnica denominada “Orquestração”. Com tal objetivo, além dos vários assuntos correlatos ao tema “salário injusto”, foi inserido na referida publicação, em várias oportunidades, a definição de “ser marginalizado”... contida no documento da CNBB, “Experiências cristãs de uma ordem Política”, que diz o seguinte: “ser marginalizado é receber salário injusto, é ser privado de instrução, de atendimento médico, de crédito; é passar fome, é habitar em barracos sórdidos, é ser privado da terra por estruturas agrárias inadequadas e injustas”.

4. O Boletim “*Nós, Irmãos*” pode ser considerado clandestino, por não atender as exigências da Lei 5.250/67<sup>602</sup>.

Tabela: *Nós, Irmãos* na página inicial de documentos do SNI

Ano	Documento	Tipo de Documento	Assunto Principal	Considerações Constantes no Documento do SNI
1975	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_82002886	Informação N° 613/19/AMA/75	Boletim Informativo da Igreja Prelazia Acre/Purus	Com um conteúdo quase que exclusivamente político, este Boletim reveste-se integralmente de influência ideológica da ala Progressista do Clero brasileiro, tendo em vista os artigos expressos em tal publicação.
1976	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_82002711	Pedido de Busca N° 0070/119/AMA/76	Boletim “Nós Irmãos”	Foi realizado o levantamento de informações sobre todos os integrantes da Igreja que atuam no “Nós Irmãos”.
1977	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_82002711	Informação N° 0145/119/AMA/77	Publicação da ‘Prelazia do Acre-Purus’	O conteúdo ideológico do boletim autoriza classificá-lo como propaganda psicológica adversa. (...)
1977	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_82002711	Pedido de Busca N° 068/119/AMA/77	Giuseppe Mastrangelo	O nominado aparenta ter participação no Boletim “Nós Irmãos” da Prelazia Acre/Purus.
1977	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_82002711	Informação N° 0124/119/AMA/77	Publicação da ‘Prelazia do Acre-Purus’	Informações sobre Publicação do “Nós Irmãos”.
1977	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_82002711	Informação N° 155/19/AC/77	Publicação da Prelazia do Acre/Purus	A análise dos últimos boletins recebida por esta HA revela que os editores vem procurando, com rara habilidade, distorcer preceitos da doutrina católica identificando-os, em primeiro lugar, com a pregação marxista, para em seguida lança-los contra os princípios tradicionais da civilização brasileira.
1977	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_82002711	Informação N° 161/111/AMA/77	Boletim “Nós, Irmãos” edição de maio de 1977	A presente edição do Boletim “Nós Irmãos”, além dos lugares comuns já apontados em análise anterior, merece ênfase a dois assuntos sensíveis: o depoimento de D. Moacyr Grechi e Movimento Estudantil no sul do país.
1977	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_82002711	Informação N° 0164/116/AMA/77	Boletim “Nós Irmãos”	Com suas mensagens cristãs distorcidas, o Boletim publicação mensal da Prelazia Acre-Purus, vem progressiva e sistematicamente preconizando a luta de classes e incentivando a comunidade religiosa do Acre a uma tomada de posição contra o Governo.
1977	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_82002711	Informação N° 0232/119/AMA/77	Publicação da ‘Prelazia do Acre-Purus’	O Boletim “Nós Irmãos” pode ser considerado clandestino, por não atender as exigências da Lei 5.250/67.
1978	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_82002711	Informação N° 0095/119/AMA/78	Boletim “Nós Irmãos” da Prelazia do Acre-Purus	A Prelazia Acre-Purus, comandada por D. Moacyr Grechi, abrange uma área geográfica considerável, composta da metade do Estado do ACRE e do município amazense de Boca do Acre, o contingente populacional influenciado pela Prelazia é da ordem de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes.
1979	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_80000419	Informação N° 077/115/AMA/79	Atuação de Grupos, no campo político, contrário ao Regime Constituído	Bispo D. Moacyr Grechi dá integral apoio ao trabalho do Pe. Pacifico, mediante concessão do próprio prédio da Prelazia, do Boletim “Nós Irmãos” e do Programa “Somos Todos Irmãos”.
1980	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81012331	Pedido de Busca N.º 22/1688/80	Visita do Ministro do Interior ao Estado do Acre	Bispo subversivo; Problemas fundiários; Preocupação com ações da Prelazia Acre-Purus.
1980	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81013789	Informação N° 420 /19/80	Subversão na Prelazia do Acre e Purus – Dom Moacyr Grechi	D. MOACYR GRECHI vem desenvolvendo, em sua Prelazia, um trabalho sistemático e pernicioso de massificação da população no sentido de subverter a ordem pública, visando a derrubada do Regime atual.
1980	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_CCC_80003791	Informação N° 090/320/ARJ/80	Boletins Diocesanos da Linha Progressista	Boletins Diocesanos impressos segundo os ensinamentos da Teologia da Libertação, a agência tomou conhecimento de 25, dentre eles o “Nós, Irmãos”.
1980	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_80000827	Informação N° 0041/115/AMA/80	Movimento Político na área rural tendente a subversão no Acre	A descrição do quadro, antevê a formação de um movimento na área rural dominado pela Prelazia Acre/Purus e pela CONTAG que desbordou do leito puro das reivindicações para ganhar latentes conotações ideológicas
1981	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81021288	Informação N° 160/81 – SI/CI/DPF	Atividades Políticas-subversivas na Prelazia do Acre e Purus – D. Moacyr Grechi	Capitaneados por D. MOACYR GRECHI, os diversos grupos de esquerda atuantes no Estado do ACRE buscam gerir no seio da população a falsa impressão de que o Poder Público apia e permite as injustiças decorrentes não só do problema fundiário, como da situação econômica da região.
1982	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81021288	Informe N° 0849/82 – SI/CI/DPF	Atividades Políticas-subversivas na Prelazia do Acre e Purus – D. Moacyr Grechi e outros	Membro da Comissão Pró-Índio ELSON MARTINS DA SILVEIRA, filho de Francisco Martins da Silveira e de Maria Nazaré da Silveira, nascido no dia 09 MAI 59 em SENIA MADUREIRA/AC, jornalista e químico, condenado a 9 anos de reclusão por crime contra a Segurança Nacional.
1983	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_83003347	Informação N° 009/10/AMA/83	Clero; Prelazia do Acre-Purus; Boletim “Nós Irmãos”	Com efeito, ajustada a tradicional linguagem “libertária”, esse Plano de Pastoral elaborado pela Prelazia Acre-Purus não somente informa, como também doutrina e politiza, mercê a manipulação ideológica constante de seus textos.
1983	BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_LLL_83004349	Informe N° 0047/19/AMA	Remessa para o Exterior do Boletim “Nós Irmãos” da Prelazia do Acre e Purus	A Prelazia do Acre e Purus está remetendo o seu Boletim Informativo “Nós Irmãos para diversos países, dentre os quais se destacam: Nicarágua, El Salvador, México, Chile, Canadá, Itália, Espanha, França, Alemanha Ocidental e Colômbia.

Fonte: BRASIL. Arquivo Nacional, SNI<sup>603</sup>.

Quanto à última informação, considerando o Boletim *Nós, Irmãos* como clandestino, a referida Lei 5.250/67, em seu artigo 11, preceituava: “Considera-se clandestino o jornal ou outra publicação periódica não registrado nos termos do art. 9º, ou de cujo registro não constem o nome e qualificação do diretor ou redator e do proprietário”. Nos Boletins constava discriminada a composição da equipe de edição, fazendo-se também referência à responsabilidade do Bispo, sobre a publicação, bem como deixando explícito ser uma publicação da Prelazia do Acre-Purus. Assim sendo, na referida informação o problema reside no fato de o boletim não ter sido “registrado nos termos do art. 9º”<sup>604</sup>.

Na Informação nº 0095/119/AMA/78, de 18 de setembro de 1978<sup>605</sup>, consta uma tentativa de constituição do “perfil” editorial do *Nós, Irmãos*. Segundo consta:

1. O BOLETIM “NÓS, IRMÃOS” da Prelazia do ACRE-PURUS, (...) Utilizando linguagem acessível a um público em nível de alfabetização e argumentos tendenciosos, procura fazer com que o leitor entenda as relações sociais de produção no regime capitalista como algo abominável e deletério a qualquer sociedade existente.
2. Origem - “*Nós, Irmãos*” origina-se da esquerda clerical que, atualmente, desenvolve atividade propagandística contra o sistema de governo brasileiro, tendo como real patrocinador a “ala vermelha” da CNBB.
3. Conteúdo - Em sua exposição, busca despertar em seu público, as contradições do sistema, suas falhas e desvantagens, apontando-o como único responsável pela situação reinante no país. Promove uma animosidade entre patrão/empregado, assegurando que aquele não vive sem este. Afirma, ainda, que o patrão enriquece às custas da exploração do empregado, principal fonte de riqueza do empregador ou patrão (...)
4. A Prelazia ACRE-PURUS, comandada por D. Moacyr GRECHI, abrange uma área geográfica considerável, composta da metade do Estado do Acre e o município amazonense de BOCA DO ACRE. O contingente populacional influenciado pela Prelazia é da ordem de 160.000 (cento e sessenta mil) habitantes<sup>606</sup>.

Em 1978, começou o mapeamento das áreas geográficas da Prelazia e de pessoas consideradas suspeitas de subversão que tivessem alguma ligação com ela. Em 1979, o foco permanece em investigar ações da Prelazia, dos programas radiofônicos e do impresso mensário.

A Agência do Serviço Nacional de Informações em Manaus, através do documento de informação nº 0071/115/AMA/79, protocolado sob número 394, em 27 de novembro de 1979, aponta informações sobre o “Aperfeiçoamento do Modelo Político Brasileiro” nos Estados do Amazonas e do Acre, além dos Territórios Federais de Roraima e Rondônia. Nessa informação consta o apoio dos jornais alternativos acreanos ao movimento esquerdista “Liberdade e Luta” com vistas à criação de uma “Frente Popular de oposição ao regime”:

O êxito da campanha política em favor do Dep. Fed. ALUÍZIO BEZERRA DE OLIVIEIRA e do Suplente de Dep. Fed. Advogado ABEL RODRIGUES ALVES, coordenada pelo ex-Padre MANOEL PACÍFICO DA COSTA nas áreas das comunidades de base e pastorais da Prelazia ACRE/PURUS e junto à imprensa alternativa do Estado (VARADOURO, *NÓS*, *IRMÃOS*, etc.), com a adesão do movimento esquerdista “LIBERDADE E LUTA - LIBELU” (...) <sup>607</sup>.

O Governo Federal se preocupou com a eleição desses deputados “esquerdistas” e de presidentes dos sindicatos rurais e associações na mesma linha. Assim, o Boletim *Nós, Irmãos* da Prelazia do Acre-Purus, a Pastoral da Terra, comunidades de base, líderes sindicais, estudantes, associações e parlamentares foram citados como integrantes da “Extrema esquerda” subversiva. A informação cita a necessidade de se atentar para as tendências e áreas de influência das novas correntes políticas, bem como de seus novos líderes.

A Agência Central do SNI, através do Pedido de busca nº 22/1688/80, protocolado no dia 11 de novembro de 1980, levantou informações sobre a “Visita do Ministro do Interior ao Estado do Acre”. O que chama a atenção nesse documento não é o fato da situação social no Estado do Acre ser bastante complexa e grave pela descrição da existência de conflitos por diferentes motivos, conforme descrevem: conflitos “indígenas, fundiários, estudantis, reivindicatórios”, ou por vigiarem as autoridades religiosas conforme se lê no relatório que “há a presença do Bispo da Prelazia Acre-Purus, D. Moacyr Grechi, e dos padres da sua jurisdição, inclusive religiosas, que insuflam e apoiam esses conflitos” <sup>608</sup>. O foco deve se voltar para o prólogo do documento de solicitação de informação em que a Agência Central de Informação em Brasília pauta as observações a serem realizadas. Brasília expõe os dados conhecidos antes de solicitar novos. Consta nos dados conhecidos que:



- a) O Ministro do **INTERIOR** pretende visitar as Entidades existentes no **ACRE**, vinculadas a seu ministério, na data provável de **25 NOV 80**, com o que poderia beneficiar-se politicamente o Governador daquele Estado.
- b) Existem informes de que, na administração do **ACRE**, há má versação de recursos e empreguismo, estando o Governador rodeado de pessoas pouco recomendáveis<sup>609</sup>.

O foco do documento solicitava a confirmação da visita do Ministro e outros dados julgados úteis para assessorar a tomada de decisão quanto à visita. A resposta dada não levou em conta a corrupção já explicitada pela Agência em Brasília, antes, focou seus informes em relatos sobre a atuação “subversiva” de setores sociais, em especial a ação do Bispo Dom Moacyr em sua “intensa campanha junto às comunidades indígenas, desenvolvida por informativos da Prelazia Acre/Purus, como o boletim “*Nós, Irmãos*” e o jornal contestador VARADOURO”. Ou seja, o relatório não somente não respondeu ao proposto, como enfatizou as ações de luta pela posse da terra como elemento de ebulição social “que tem preocupado as autoridades de Segurança da área”<sup>610</sup>.

Durante os anos 1980 o que eram informações específicas sobre problemas fundiários nos quais estivessem presentes membros da Prelazia, passava a ser investigação direta de ação do Boletim enquanto instrumento utilizado por Dom Moacyr pelo qual, segundo os documentos de inteligência, fomentava “um trabalho sistemático e pernicioso de massificação da população no sentido de subverter a ordem pública”. No início dessa década, as ações do Sistema Nacional de Inteligência (SNI) foram intensificadas contra a Prelazia do Acre-Purus, em especial, seu Boletim Informativo *Nós, Irmãos*.

De acordo com a Informação nº 160/81-SI/CI/DPF, de 19 de novembro de 1981<sup>611</sup> “Naquele Estado [Acre], a PRELAZIA DO ACRE E PURUS se constitui no centro promotor e coordenador dessas atividades de cunho político-subversivo”<sup>612</sup>. A mesma “Informação” levanta dados sobre a Prelazia e Dom Moacyr, citados no item 2.3:

2.3 - A Prelazia conta com 35 religiosos estrangeiros e 26 ex-Padres da ORDEM DOS SERVOS DE MARIA (OSM) e é dirigida pelo Bispo D.MOACYR GRECHI, OSM, filho de Uivaldo Grechi e de Eugênia Grechi, nascido no dia 19 JAN 36 em TURVO/SC, designado para a Prelazia em 18 JUL 72 por indicação de D. PAULO EVARISTO ARNS, com quem trabalhou na ARQUI-



DIOCESE DE SÃO PAULO. Após ter sido Presidente da COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL - Linha 3 (CEP-3), em 26 SET 76, foi eleito Presidente da COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT), colegiado da CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB) e integrado por radicais da esquerda católica. A CPT, sob sua Presidência, desenvolve ação no meio rural estimulando a luta de classes e a contestação do atual regime político.

2.4 - Prelado cuja linha Teológica de esquerda é identificada pelo conteúdo dos artigos que assina no boletim “*NÓS, IRMÃOS*”, periódico da PRELAZIA DO ACRE E PURUS, e pelas críticas indiscriminadas que tem feito contra os órgãos e autoridades Governamentais, enquanto consagra como dignos os cassados e os subversivos, D. MOACYR GRECHI tem exercido apreciável influência na condução de eventos motivadores do clima de tensão social que o ACRE tem vivido.

2.5.4 - O programa radiofônico “SOMOS TODOS IRMÃOS” que realizava semanalmente na RADIO ACREANA, emissora de propriedade do Governo do Acre, foi cancelado mediante rescisão contratual, devido aos constantes ataques ao Governo. Porém, a emissora manteve a disposição da Prelazia, gratuitamente, um horário à escolha do Bispo, para divulgação dos atos litúrgicos<sup>613</sup>.

As ações de publicações de notícias e reportagens amazônicas continuaram com alguns entraves e atrasos por conta da conjuntura pela qual passava o país, mas as republicações permaneceram cerceadas por um longo período de tempo.

A Agência Manaus do SNI, através do Informe nº 0047/19/AMA/83, de 25 de novembro de 1983, tem como assunto “Remessa para o exterior do Boletim “*Nós, Irmãos*”, da Prelazia do Acre e Purus” dando conta que “A Prelazia do Acre e Purus está remetendo o seu Boletim Informativo *Nós, Irmãos* para diversos países, dentre os quais se destacam: Nicarágua, El Salvador, México, Chile, Canadá, Itália, Espanha, França, Alemanha Ocidental e Colômbia”<sup>614</sup>.

A situação dos colonos, seringueiros e posseiros do Acre era crítica desde os anos 1970. Pior era a situação das treze nações indígenas que habitavam as florestas acreanas e sequer eram reconhecidas como populações indígenas, não se fazendo merecedoras da tutela da FUNAI. A Prelazia do Acre, através de seu Bispo Dom Moacyr Grechi, assumiu como missão de apostolado a defesa dos indígenas, seringueiros e posseiros, eleitos para gozar de maior guarda e proteção por parte da Igreja.

Com a chegada dos anos 1980, enquanto perdurou a ditadura, os anos foram de muita luta e resistência contra a opressão. No *Nós, Irmãos*, o volume alto de cartas publicadas e de páginas no Boletim contrastava com a censura, perseguição a membros da Prelazia, coação de sacerdotes, prisões injustas, terror psicológico a jornalistas, invasão de grupos eclesiais, violência armada contra religiosos em serviço eclesiástico, e assassinatos de líderes das Comunidades Eclesiais de Base. Em tempos de anistia, a Prelazia do Acre e Purus sentiu o recrudescer de ações da Ditadura contra seus agentes.

O Boletim que já vinha sofrendo com ações de investigação do SNI por conta de sua linha editorial progressista de vanguarda demonstrada na cobertura das ações do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Pastoral da Terra e grupos sociais de juventude, passaria a cobrir mais enfaticamente as ações de agentes sociais, associações representativas, sindicatos de classes e ações ilegais do Estado contra a população marginalizada.

#### **4.5 GILLETTE PRESS, A REPORTAGEM COMO DENÚNCIA**

A Igreja Católica, nos anos em que circulou o Boletim *Nós Irmãos*, intentou mostrar aos habitantes de sua circunscrição que também havia injustiças em outras partes do país e que as pessoas estavam se unindo para lutar contra elas. A escolha dos editores do Boletim *Nós Irmãos* de republicar reportagens enfatizando violências sofridas, torturas e prisões ilegais, ocorridas principalmente por causa de conflitos pela posse da terra apresenta um caráter de novas perspectivas da realidade.

Ao mostrar o ambiente de conflito externo, chamava para si a ação evangelizadora de “opção pelos pobres” e de evangelização nas comunidades tentando organizar as CEBs para que se fortificassem e frutificassem como “Igreja Particular”, na luta por seus direitos e contra as injustiças. Vale ressaltar que com isso não se reduz o pensamento Católico a apenas lutar pelos excluídos, antes, a agregação de capital simbólico junto às comunidades, aos habitantes da floresta e aos grupos sociais estabelecidos no âmbito da Amazônia Sul-Occidental fortaleceu o capital social e a constituição de uma “teologia da libertação” não-marxista inclusiva em consonância com o prescrito no *Concílio Ecumênico Vaticano II*.

A essas republicações de reportagens dá-se o nome de *gillette press*, técnica jornalística que surge no *Nós Irmãos* não como simples ato de copiar e colar, antes, como ato de informação e resistência. É a tentativa de

diálogo entre as tipificações das reportagens produzidas por agentes, grupos e comunidades sociais que foram publicadas no Boletim.

Ao analisar o ato de republicação de reportagens *gillette press*, percebe-se que há aflições, tentativas de diálogo e de busca de sentidos. Historicamente, o sentido não é limitado, mas a percepção que se faz dele, sim.

Durante o processo de análise verificamos que as republicações, também chamadas de *gillette press*, seguem um traçado de produção em que é possível encontrar e conhecer os espaços de sacração e vanguarda nas lutas sociais em reportagens republicadas no Boletim *Nós Irmãos*. O Boletim se apresenta como o único dos jornais alternativos da Capital acreana a resistir às adversidades produzidas durante a Ditadura Militar brasileira e permanecer atuante depois dos militares deixarem o poder.

Essa é uma forma encontrada para refletir sobre a realidade: partindo de uma atitude de estranhamento para refletir sobre a questão da noticiabilidade influenciada nas republicações a partir da hipótese do *newsmaking* e sua atualização contextual nas práticas discursivas no *Nós Irmãos*.

Para fazer esta análise, foi efetuada a seleção, digitação, catalogação e indiciário das 41 reportagens *gillette press* que foram republicadas no Boletim Informativo *Nós Irmãos* entre os anos de 1979 e 1985.

A convergência das *gillette press* na confluência do jornalismo alternativo com a teologia da libertação e com a história social se faz objeto não “do que é” o objeto de pesquisa, mas da interseção de “onde está situado” o objeto de análise.

O *Nós Irmãos* ao apresentar as republicações às populações da Amazônia acreana se posiciona como um suporte jornalístico alternativo que proporciona a inserção midiática de ações da Igreja e comunidade em fluxo de mão dupla. Assim sendo, o objetivo é analisar as informações contidas nas reportagens republicadas no Boletim Informativo *Nós Irmãos* com a finalidade de verificar os tipos de reportagens *gillette press* e sua relação com a lide na intersecção da história dos marginalizados, história do discurso e a imprensa alternativa religiosa.

A prática conhecida como *gillette press* e/ou *tesoura press* tem seu reporte histórico às práticas do radiojornalismo que, pela falta de linguagem específica no veículo, liam as reportagens escritas que haviam sido recortadas. De acordo com Francisco essa prática passou a ser conhecida desde os tempos do médico, escritor e professor Edgard Roquette-Pinto, considerado “o pai da radiodifusão no Brasil”. Para o autor, “reportagens, entrevistas e, às vezes, até páginas inteiras dos jornais impressos eram re-

cortadas e coladas em laudas, para a leitura literal do material pelos antigos locutores, hoje âncoras”<sup>615</sup>.

Ferraz, ao discutir as constituições de gênero e o formato do jornalismo, com o intuito de fundamentar a transposição de práticas do jornalismo impresso para a composição do radiofônico, escreveu:

O primeiro jornal falado do rádio brasileiro foi ao ar pela voz de Edgard Roquette-Pinto. O “pai do rádio brasileiro” lia as principais notícias do jornal impresso do dia diante do microfone, ao vivo no *Jornal da manhã* pela Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a emissora dele. Iniciava-se, assim, no rádio brasileiro, a transmissão da informação em seu “estado puro”. Ou seja, as informações eram construídas pelas regras de validação do jornalismo impresso, publicadas em jornais e transmitidas pelo rádio<sup>616</sup>.

Essa prática frequente nos rádios, foi recorrente em jornais e periódicos escritos e, com a informatização das redações, na década de 1990, migrou para o ambiente digital, transformando-se em *internet-press* – normalmente utilizado por portais e sites noticiosos.

A ocorrência dessas ações de *gillette press* não se dá apenas porque jornais, periódicos e o mercado radiojornalístico deixaram de criar linguagem jornalística para se comunicar, mas também por problemas envolvendo as estruturas das redações, falta de investimentos e tamanho das equipes – chegando em alguns casos a falta de profundidade entre a necessidade dos setores e o que ensinam as universidades, ou à abjeta falta de ética de alguns profissionais.

De acordo com Paul Zumthor, “o rádio só deixa subsistir aquilo que é auditivo. (...) “como há tempos se extinguiu em nossas sociedades ocidentais a paixão pela palavra viva (...) daí advém nossa dificuldade em reconhecer a validade estética do que, por sua intenção ou efetivamente, escapa da esfera do escrito”<sup>617</sup>.

Carlos Wagner, ao escrever sobre “Histórias mal contadas”, afirma que em “tempos românticos do jornalismo”, todo repórter fugia de uma expressão existente nas redações, a *gillette press*. Ele afirma que “a expressão era usada, de maneira pejorativa, para dizer que o repórter era um copiador de notícias alheias. Ele recortava o texto de um jornal, ou um livro, e o colocava em uma folha de papel que era conhecida como lauda – que era usada para fazer a matéria nos tempos das barulhentas máquinas de escrever”<sup>618</sup>.

Wagner remonta a cultura do *gillette press* nas redações de jornais, periódicos e rádios do Brasil aos anos de 1950. Para o autor, a falta de telefones, de estradas e de instrumentos de implementação jornalística da radiodifusão foi preponderante para que os pequenos periódicos, os jornais locais e os radiojornais, se utilizassem e tornassem usual a prática da republicação de reportagens e notícias fora de seu contexto de origem – fato que se pode observar no Boletim *Nós Irmãos* e no programa radiofônico *Somos Todos Irmãos*. A distância em relação ao Centro-Sul do país e as péssimas condições das estradas – em que uma viagem de ônibus do Rio de Janeiro (RJ) a Rio Branco (AC) poderia durar até 30 dias<sup>619</sup>, durante o período do inverno amazônico – muito influenciaram essa prática de republicação.

Os textos das mídias impressas e da *gillette press* eram copiados para serem lidos nas comunidades, sem qualquer adaptação ou readaptação, sendo retirados do contexto de onde haviam sido publicados para serem realocados nas páginas e/ou entre as notícias que os redatores achavam ser convenientes para a republicação, ocorrendo o que pode ser denominado como “retextualização livre”.

Quanto à retextualização, Marcuschi a analisa da seguinte forma:

Atividades de retextualização são rotinas usuais altamente automatizadas, mas não mecânicas, que se apresentam como ações aparentemente não-problemáticas, já que lidamos com elas o tempo todo nas sucessivas reformulações dos mesmos textos numa intrincada variação de registros, gêneros textuais, níveis linguísticos e estilos. Toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações *ipsis verbis*, estamos transformando, reformulando, recriando e modificando uma fala em outra<sup>620</sup>.

No jornalismo, tanto em sua forma mais tradicional quanto na contemporânea, a ação de cortar ou recortar não tem uma simbologia agradável. Cortes nos quadros, representam demissão de pessoal; em uma editoria o recorte significa retirar o que não é essencial para alcançar uma formulação mais coesa. Na redação do *Nós Irmãos*, a prática de cortar ou recortar é comumente associada à imagem mental do editor recortando notícias e reportagens de jornais do Centro-Sul do país que pudessem ser interessantes de se reproduzir para seus leitores terem acesso.

Entre os anos de 1975 e 1985 a Prelazia do Acre-Purus publicou 157 números de seu mensário *Nós Irmãos* e neles efetuou 41 republicações de periódicos de vários lugares, principalmente do Centro-Sul do país, não o fazendo em maior quantidade por conta das ações de vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI). As reportagens instigantes denunciavam ações e levavam à reflexão sobre os acontecimentos noticiados nos grandes centros econômicos e culturais do Brasil, apresentando correlações e implicações diretas no contexto de vivências cotidianas no âmbito da Prelazia.

Entre os anos de 1975 e 1979, o *Nós Irmãos* republicou 36 reportagens *gillette press*, havendo uma pausa de cinco anos e a retomada das republicações em 1984, com 05 reportagens até o fechamento das atividades do mensário.

É certo que havia algumas notícias e avisos eclesiásticos de outros veículos de comunicação replicados no *Nós Irmãos*, contudo, eram essencialmente de cunho religioso ligados a instrumentos eclesiásticos e assuntos internos à “Igreja Particular”, em relação à Igreja Católica no Brasil. O que diferencia as republicações *gillette press* das demais publicações religiosas é o cunho social de externalização de atividades da *gillette press* enquanto as publicações religiosas se concentram em questões intraeclesiásticas.

Ao fazer um levantamento sobre as palavras-chave de maior ocorrência nas republicações do *Nós Irmãos* se destacaram 05 palavras: terra; educação; governo; tortura e violência; e, direitos humanos. Além dessas também apareceram palavras como índios, posseiros, padres dentre outras. Essas palavras-chave vinham no título e eram destrinchadas dentro do texto com a finalidade de cumprir o *lide* da reportagem.

Essas republicações produzidas entre 1975 e 1985 tiveram como fontes de origem as entidades católicas (12%), Jornal *O Rio Branco* (15%), jornal *Folha de São Paulo* (12%), Jornal *Estado de São Paulo* (20%), Revista *Vêja* (7%), *Jornal do Brasil* (17%) e Jornais Alternativos (17%). Conforme se pode perceber, pouco mais de 15% das reportagens tem como fonte de origem veículos sediados na Amazônia.

Ao fazer um levantamento considerando o número de *gillette press* republicadas por ano, é perceptível que o auge das republicações se deu nos anos de 1976 e 1977, bem antes do acirramento da política de repressão e cerceamento da imprensa alternativa. No ano de 1975, foram realizadas 02 republicações, totalizando 5%; no ano de 1976 foram 14 republica-

ções, totalizando 34%; no ano de 1977 foram 16 republicações, totalizando 39%; no ano de 1978, foram 03 republicações, totalizando 07%; no ano de 1979 houve 01 republicação, totalizando 2,5%. No ano de 1984, houve a retomada de *gillette press* no *Nós Irmãos* com 01 republicação, totalizando 2,5%; e, no ano de 1985 foram 04 republicações, totalizando 10%.

Percebe-se que o fluxo de reportagens foi mais intenso entre os anos de 1975 e 1979, com 87,5% das republicações. Os anos de 1980, 1981, 1982 e 1983 não apresentaram republicações nas páginas do mensário. A retomada das republicações no ano de 1984 até o fim de 1985 foi responsável por apenas 12,5% dos *gillette press* contidos no BINI.

Outra questão importante na análise jornalística é quem escreve. Ao analisar a imagem sobre as funções dos agentes nas notícias republicadas é perceptível a ênfase dada a duas formas de apresentação: como agentes ativos da ação exercidas e/ou reportadas; e como agentes passivos de ações exercidas e/ou reportadas.

No contexto de agente/paciente que sofreu ação por parte de pessoas e/ou organismos ligados principalmente ao Estado, há mais reportagens tratando de sacerdotes e organismos da Igreja que sofreram ações de cerceamento, violência e tortura; seguidos por ações em que o agente/paciente é o poder público que sofre a ação de corrupção, de mal emprego de recursos ou de má gerência do erário, ocasionando uma baixa na qualidade dos serviços prestados à população.

O agente reativo prefigura como agente que age em reação a uma ação danosa, nem sempre em ato de resistência ou com resiliência, mas tentando o cessar da ação imposta com agência ativa em contraposição ao embate sofrido, na tentativa de restaurar a situação anterior à ação primeira de agência agressiva sofrida. Dessa forma, as reportagens apresentam posições ambivalentes de ação conjuntural estruturada nos campos de poder que permeiam os espaços em construção.

A resistência ativa na ação prefigurada se deu principalmente entre posseiros, colonos e ex-seringueiros, e pelos movimentos sociais urbanos, totalizando 59% das ações – muitos desses movimentos foram apoiados por sacerdotes e organismos da Igreja. As ações apresentadas, são divididas em duas vertentes principais: a luta por melhores condições de vida, incluindo o direito a usufruto da terra em que habitam; e a resistência às violências praticadas por agentes do Estado a serviço da política do “grande capital” implementada com a nova política de terras do Governo Federal:



### Gráfico: Assuntos de destaque nas reportagens republicadas



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas notícias *gillette press* publicadas no *Nós Irmãos*.

As temáticas de destaque nas reportagens republicadas, em quase metade das inserções jornalísticas, apresentavam três assuntos principais: violências sofridas pelos pobres (15,79%), torturas e prisões ilegais (15,79%) e conflitos agrários e a luta pela terra (14,79%). Além dos citados, pode-se mencionar também: a igreja em ação (12,28%), o Estado agindo contra a lei vigente (10,53%), educação em crise e movimento estudantil (10,53%), direitos humanos violados (5,26%), má utilização de recursos públicos (5,26%), denúncias de escravidão (5,26%) e outros (5,26%).

Ao analisar o lugar onde se passa o assunto da reportagem republicada, percebeu-se que 15,91% se passa em Brasília; outros 15,91% no Rio de Janeiro; 11,36% em São Paulo; 20,45% no Acre; 11,36% em outros Estados da Amazônia; e outros 25% em outros lugares do Brasil. Percebe-se, com isso, a influência das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília no Boletim Informativo *Nós Irmãos*.

Quanto ao conteúdo dos *gillette press*, é perceptível que os assuntos enunciados nas sequências de reportagens republicadas no *Nós Irmãos* informam os problemas que se evidenciam tanto nas localidades de publicação originais quanto nas localidades amazônicas circunscritas à Prelazia. Agrupando as republicações percebe-se que algumas temáticas se repetem e que, mesmo em reportagens distintas, de veículos, datas e localidades diferentes ficam nítidas ações de informar sobre acontecimentos,

práticas e atos com o intuito de conscientizar sobre a defesa de direitos básicos e atuações boas e ruins de diversos agentes em várias partes do território nacional.

Dom Benedito Zorzi, Bispo de Caxias do Sul (RS), ao falar da “luta inglória” pela posse da terra, afirma que “Existem leis que defendem o homem que tem posse pacífica da terra. Existem leis de uma Reforma Agrária. Existe o ESTATUTO DA TERRA, mas, a sua fiel execução?”<sup>621</sup>. A linha missionária da CNBB através da Comissão Pastoral da Terra, depois da conclusão do Encontro de Goiânia, ocorrido em junho de 1975, em resposta às aspirações do agrupamento sem-terra, propôs que fosse criada uma

“Comissão de terras” que, na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à Linha Missionária da CNBB, possa realizar com agilidade o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem-terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins. Cabe a esta Comissão dar especial atenção ao Estatuto da terra e à Legislação Trabalhista Rural, procurando divulgá-los em linguagem popular. Que ela promova também campanhas de ampla e consciente conscientização em favor dos direitos dos 1º milhões (sic) de famílias sem-terra<sup>622</sup>.

Essa conscientização das populações quanto a seus direitos de usucapião e de conscientização dos trabalhadores rurais através das Comunidades de Base, além das assessorias jurídicas, foi fundamental para a luta dos trabalhadores rurais para permanecerem na terra. Por outro lado, também causou desconforto nas autoridades e grileiros que, por perceberem que a lei não lhes favorecia, reprimiam com força e violência as pessoas que residiam nas terras há décadas e, até mesmo, há gerações.

Dados da Contag informam casos de violência contra posseiros, coação e expulsão de suas “colocações”. Quanto a situação dos seringueiros, foi noticiado que

Se se nega a sair, desmatam as áreas adjacentes à sua barraca e em seguida tocam fogo. O posseiro para não se ver sufocado pela fumaça ou queimada tem que sair da terra” (...) “Os métodos utilizados para convencer os posseiros a abandonarem a terra vão desde a guerra psicológica (boatos falsos, pressões, etc.) até a utilização da Polícia que já esteve no local proibindo o pessoal plantar e, afinal, intimando-o a se retirar da área<sup>623</sup>.

A violência contra os habitantes da floresta amazônica se alastrou na década de 1970. Seringueiros, extratores, coletores, agricultores, posseiros e indígenas foram afetados. O *Jornal do Brasil* denunciou as pressões exercidas contra os indígenas “Caxinauas”, sob a desculpa de que a Funai demarcaria suas terras, tentaram mover à força mais de 850 indígenas de suas “colocações” para reuni-los em uma única área<sup>624</sup>.

Publicações como as notícias da CNBB já davam conta da movimentação de religiosos na defesa dos camponeses que lutavam pela posse da terra. O Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires afirmou: “nós não pregamos a invasão das terras dos outros. O proprietário pode continuar em sua terra, mas deixe o pobre trabalhar a viver sossegado”<sup>625</sup>. Alguns meses depois, a Revista *Veja* de 07 de abril noticiou a “quarta pastoral sobre os sofrimentos dos agricultores” enfocando a denúncia de Dom José contra a “omissão da Sudene” a quem acusa de “apoiar os grandes proprietários em prejuízo dos pequenos agricultores locais”<sup>626</sup>. Do outro lado do Brasil, o Padre Egydio Schwade denunciava fazendeiros que exploravam “a mão-de-obra dos índios Culina a troco de cachaça” e de trabalhadores brancos, “sob a forma de trabalho semiescravo”<sup>627</sup>. O *Jornal O Estado de São Paulo* ao denunciar os conflitos de terras na Amazônia relata não apenas a presença de fazendeiros, grileiros e policiais nesses conflitos, mas também a atuação de fiscal do IBDF<sup>628</sup>. Segundo a reportagem “um fiscal do IBDF, de nome Enes, tocou fogo em uma dezena de barracos de colonos e saiu ameaçando as famílias daqueles que se encontravam ausentes, preparando os seus roçados”<sup>629</sup>.

A situação de violência e prisões injustas não se restringe à zona rural. O *Jornal do Brasil* noticiou dados do Departamento de Sistema Penal (DESIPE) quanto à população carcerária, afirmando que “95% dos presos é de pobres”. A reportagem continua:

De 11 mil, segundo o DESIPE, 95% são definidos na gíria popular como pés-inchados – os pobres coitados que, às vezes, não sabem o crime, praticado ou a quem recorrer. Mas mesmos assim, são os mais assíduos frequentadores dos xadrezes das delegacias e das penitenciárias, seus crimes, em grande parte, estão entre os pequenos roubos, tráfico de maconha, agressões, ou até delitos como empregados de banqueiros do jogo do bicho. Há ainda, aqueles que nada cometem, mas, da polícia apanharam para confessar e acabaram condenados, engrossando o número dos que povoam ainda mais as casas de detenção.

A maioria desses “pés-inchados”, cumpre pena inferior a dois anos. Mas, como não podem ser beneficiados pelo sursis (suspensão condicional da pena) – já que contra eles pesa uma outra condenação – misturam-se a outros presidiários<sup>630</sup>.

O Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro publicou um estudo em que afirma o crescimento de 58% da criminalidade no Estado fluminense, entre 1972 e 1976. Nesse estudo publicado pelo jornal *Estado de São Paulo*, o criminalista Virgílio Luiz Dominicio afirma que “No Brasil, a infância e adolescência levam uma vida estável na miséria e o marginal social é uma vítima do progresso tecnológico, que não significa um progresso social”. Ao tratar do sociologismo criminal aponta que as estruturas econômicas foram superadas pelo crescimento da população, os salários se tornaram menores pela oferta excessiva de mão-de-obra, os subempregos, a dissolução familiar, a falta de equidade social e as injustiças praticadas pelo progressismo incidiu diretamente no aumento de menores abandonados e na falta de perspectiva de vida para muitas pessoas. Assim, para o criminalista “o marginal social, o pobre, é a grande vítima da aceleração econômica (...) vivemos numa sociedade injusta, com desigualdades sociais e a violência torna-se o único meio de expressão dos que vivem na marginalidade”<sup>631</sup>.

Frei Hermano José foi acusado de “estar pregando a violência, levando o povo a fazer greve, de ser comunista e subversivo”<sup>632</sup>. O *Estado de São Paulo* noticiou as torturas sofridas pelo Padre Florentino Maboni que foi preso por levar “uma mensagem de apoio do Bispo Dom Estevão Cardoso de Avelar, de Conceição do Araguaia, às famílias dos posseiros que estavam sendo presos”<sup>633</sup>. Além de sofrer por 16 dias com a tortura, Padre Maboni, ao se recusar relembrar os momentos de tortura e horror, teve seu nome associado à reportagem do *Jornal Correio Brasiliense* que apresentava em sua manchete “Padre Maboni declara a imprensa que a ação da Igreja é mesmo subversiva”. O *Jornal Goiano* afirmou que o Padre negou tais declarações, citando nomes de religiosos que sofreram com as ações dos órgãos de segurança: os Bispos Dom Estevão, de Conceição do Araguaia; e Dom Alane, de Marabá. Citou também o assassinato do Padre João Bosco Penildo Burnier, Padre Rodolfo e do Índio Simão<sup>634</sup>.

Em muitos casos, como no noticiado pelo *Jornal O Rio Branco*, os governantes intentaram demonstrar legalidade em seus atos. O referido jornal noticiou que “Governo ‘esclarece’ a proibição do ‘Somos Todos Ir-

mãos’”, relatando a censura sofrida pelo programa radiofônico da Prelazia do Acre-Purus que era veiculado na Rádio Difusora Acreana todas as semanas<sup>635</sup>. Depois do rompimento do Contrato, a Igreja Católica procurou outra emissora para veicular seu programa.

Nesse período da história do Brasil, as torturas e violências não eram praticadas apenas nos porões da Ditadura. Atos de violência e torturas nas delegacias do Acre também foram noticiadas pela imprensa alternativa como o Jornal *Varadouro*<sup>636</sup> e pela imprensa oficial como o Jornal *O Rio Branco*<sup>637</sup>, não deixando em nada a desejar às repulsivas práticas exercidas no restante do país. Eram tantas as práticas de violências nas delegacias acreanas que causou comoção a reportagem da Revista *Veja* nº 478 republicada no *Nós Irmãos*:

Alguns trechos da carta dos presos políticos, divulgada na última semana de outubro:

(...) “Tendo ficado até quatro dias sem comer ou dormir, com frequência éramos cercados por vários torturadores e, debaixo de insultos e ameaças, recebíamos de toda parte violentos golpes que, não raro, nos derrubavam. Totalmente amarrados a cadeiras, fomos submetidos a intermináveis sessões de choques elétricos em todas as partes do corpo, muitas vezes acompanhados de socos, pontapés e pauladas. Nas antessalas das “geladeiras” (cubículos de 0,5m x 1,5m) ficamos longas horas algemados pelas costas ou pendurado pelas algemas, convivendo, na escuridão, com as baratas e ouvindo os gritos dos companheiros que estavam sendo torturados.” (...)

(...) A “geladeira” é uma cabina de cimento, refrigerada, com revestimentos de Eucatex acústico, colocada no interior de um compartimento maior de concreto e hermeticamente fechada por portas de frigorífico. Lá dentro, os movimentos do preso são controlados por um circuito interno de TV. Um sistema de som que emite ruídos estridente e de alta frequência e o frio intenso, acompanhado de baldes de água gelada, completam as características dessa máquina de fazer loucos em que éramos espancados e torturados.

Foi aí que o companheiro José Augusto Dias Pires padeceu do que os torturadores dizem de cruz. Com os braços abertos e encostado à parede, seguro por dois homens, esse companheiro recebeu várias joelhadas nos testículos, enquanto um dos torturadores se divertia em arrancar cabelos de seu púbis. Durante todo o tempo em que durou o suplício, um dos torturadores gracejava, dizendo a José Augusto que se consolasse, porque ia morrer “igualzinho a Jesus Cristo”.

Também na “geladeira”, a companheira Maria de Fátima Martins Pereira, após permanecer várias horas com as penas abertas e braços erguidos, foi atacada por cinco homens, que, forçando-a pelas pernas e braços, tentaram enfiar em sua vagina um objeto de madeira semelhante a um cabo de vassoura, que a companheira foi obrigada a apalpar.” (...)

(...) “Frequentemente os choques eram acompanhados de espancamentos e o companheiro Evan Valente, por exemplo, recebeu choques no canal da uretra e no anus, simultaneamente, enquanto era asfixiado com o capuz e recebia pontapés no tórax e no abdome” (...).

(...) “Após uma sessão de choques o companheiro Sidney Lianza foi ameaçado que sua esposa e sogra também seriam torturadas.

Como duvidasse, foi levado a uma sala, de, onde sentado, numa cadeira giratória, pode ver, através de um retângulo de vidro, sua mulher, Elza Lianza, ser despida e sentada no dragão. Após ouvir uma série de ameaças, inclusive de que Elza seria surrada, Sidney viu a esposa receber choques na vagina, ao mesmo tempo em que alto-falantes traziam para a sala onde estava os gritos de sua mulher e os insultos dos torturadores. Depois de alguns minutos o bestial espetáculo encerrou-se e Sidney foi reconduzido a outra sala, para continuar a ser espancado” (...)<sup>638</sup>.

A violência chegou à floresta, não sendo possível dizer se migrou das cidades para a zona rural ou vice-versa. Nos rincões da floresta amazônica, em Manicoré e Manaus, posseiros foram pendurados em “pau-de-ara” e idosos como “Alexandre Dias de Souza, de 67 anos, foram obrigados a caminhar um quilômetro de joelhos, algemado e levando chicotadas”<sup>639</sup>. Mas as torturas não pararam por aí, reportagens como “Rua Escura”, retratavam no cotidiano em várias fazendas Amazônicas a violência “importada” do Centro-Sul do país e explicitavam o que acontecia com quem, tendo saldo, desejasse se retirar do ambiente de trabalho, ainda que, estivesse doente e precisasse cuidar da própria saúde:

(...) Com trinta dias de serviço, porém, Ademir (alto e magro, aparentemente pouca resistência para um trabalho pesado) sentiu-se mal e pediu a Gessi, que fiscalizava a derrubada, para ir até a cidade de Xapuri fazer um tratamento no Hospital. Como podia não retornar, solicitou o seu saldo de 750 cruzeiros que lhe foi negado. Contudo, entregaram-lhe 50 cruzeiros e fizeram uma recomendação: podia ir a Xapuri, mas sem levar seus objetos de uso pessoal. Embora constrangido, Ademir, aceitou as condições propostas e pegou a estrada. Não andara, porém, dois quilômetros quando foi in-

terceptado por Gessi e mais dois peões que passaram a espancá-lo enquanto o reconduziam de volta para a fazenda. Lá chegando, jogaram-no dentro de um açude, embora estivesse ardendo em febre e rogasse para que o deixassem em paz. Por todos os santos. Mas a violência que lhe reservaram, exigiria outras provas e no dia seguinte o jovem passaria pela “rua escura”. Um corredor de peões pagos para odiar esperava-o para ensinar-lhe, com pancadas, que não se deve desistir de um trabalho por motivo de doença. Ademir foi levado de volta ao local do desmarte abatido e aterrorizado. E ao primeiro descuido do empreiteiro e seus fiscais, conseguiu fugir e apanhar uma carona na estrada para Rio Branco. (...) <sup>640</sup>.

Até mesmo padres americanos foram presos e torturados no Recife, duas semanas antes da vinda da primeira dama dos USA, Rosalynn Carter, quase causando um incidente diplomático, de acordo com a Revista *Vêja*. Os padres Lourenço Rosebaugh e Tomas Capuano foram presos porque “todas as noites recolham restos de verduras nos mercados, fazendo uma sopa que era repartida com os mendigos, os menores abandonados, prostitutas e outras pessoas”; e, depois disso, “dormiam com os pobres debaixo do edifício 76, da praça Dom Vital” <sup>641</sup>. Isso causava constrangimento nas autoridades que os prenderam.

As notícias davam conta de que quem se opusesse ao sistema vigente seria retirado de cena: assim ocorreu com dois deputados do MDB – um estadual pelo Mato Grosso e um Federal. A *Folha de São Paulo* noticiou no dia 06 de janeiro a cassação dos dois mandatos, dias depois do discurso dos festejos natalinos proferidos pelo Presidente Geisel que “se utilizou do vazio do recesso político e das levezas de espíritos” para agir <sup>642</sup>.

As republicações também davam conta das mazelas do Sistema Educacional Brasileiro, conforme retratou o *Jornal Opinião* ao destacar pesquisa da Universidade de Brasília que informava sobre a baixa qualidade educacional associada à evasão escolar e à redução das verbas de 11,07% do PIB, em 1965 para 4,89% do PIB em 1975 <sup>643</sup>.

O movimento estudantil esteve presente na luta pela educação: O *Jornal do Brasil* anunciava a greve dos estudantes da PUC-Rio contra aumentos abusivos nas mensalidades e suspensão de estudantes <sup>644</sup>. Enquanto isso, o *Estado de São Paulo* denunciava seguidos jubilamentos de estudantes na Universidade de Brasília afirmando que “no período de 1969 a 1976 a Universidade Brasília expulsou, por jubilamento, 8 mil alunos” <sup>645</sup>. Na mesma semana, os estudantes da Universidade de Brasília e da PUC-Rio protestavam contra o fechamento do Congresso Nacional <sup>646</sup>.



O *Jornal Opinião* denunciava a farra com dinheiro público e aviões fretados para passar que autoridades e convidados passassem o “réveillon” em Paris<sup>647</sup>.

Os direitos humanos foram a bandeira de luta que figurou como tema transversal nas várias reportagens republicadas pelo *Nós Irmãos*. As ideias correntes eram de respeito à Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é um dos signatários originais (Res. 217 da ONU, 1948); e da subscrição do Pacto de São José da Costa Rica que fora firmado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em 22 de novembro de 1969<sup>648</sup> – cuja subscrição não ocorreu no período da Ditadura Militar. Diretamente, algumas reportagens figuravam com esse tema em sua primeira página, como a publicação da *Folha de São Paulo* com a manchete “Direitos são desrespeitados”<sup>649</sup>. Outra reportagem publicada pelo *Estado de São Paulo* denunciou “a inocência dos jovens e das crianças, um direito humano esquecido”. Nessa reportagem há a denúncia de violência excessiva e sexo explícito nos filmes produzidos no Brasil, o que inviabilizaria as crianças de assistirem a tais produções, ficando desassistidas de entretenimentos desse tipo de arte<sup>650</sup>. Padre Sciuchetti afirmou em reportagem do *Jornal do Brasil* que a Igreja “defende a liberdade e não é subversiva, porque não pleiteará ódio nem violência, apenas defende os direitos do homem”<sup>651</sup>.

O Boletim *Nós Irmãos* republicou no sistema de *gillette press* reportagens com assuntos variados ocorridos em diversas partes do Brasil, mas que recebiam novo significado e se tornavam notícia por reportar situações análogas e/ou similares às vivenciadas na Prelazia do Acre-Purus. Assuntos como a falta de investimentos na saúde<sup>652</sup>, desvio de recursos no Mobra<sup>653</sup>, o aumento da massa de analfabetos no Brasil em decorrência da má gestão dos recursos educacionais<sup>654</sup>, a necessidade de a população participar das políticas públicas implementadas no país<sup>655</sup>.

No discurso dos religiosos, transmitidos na republicação das reportagens jornalísticas, fica latente o posicionamento em aderência aos menos favorecidos. Em outras vozes, ecoaram afirmações como as de Dom José Maria Pires, declaravam que “nós não pregamos a luta de uma classe contra outra; queremos é que todos lutem juntos por um Brasil melhor, queremos que o rico e o pobre, o proprietário e o rendeiro se encontrem”<sup>656</sup>.

O Bispo de Diamantino, Dom Frederico Froehlich, denunciou o “regime de escravidão” em que eram mantidos os trabalhadores que chega-

vam para as colonizações oficiais e privadas na Amazônia. Ele assinalou “perseguições, ameaças, torturas, espancamentos, destruição e queima de barracos, lançamento por aviões de sementes de capim sobre as roças dos posseiros, enfim, todo o tipo de violências é utilizado”. O agravamento dessas situações se dava, de acordo com o Bispo, pelo fato de que “a justiça tem sido conivente com os grandes interesses econômicos e políticos. Há venalidade nos cartórios, falsificação de títulos e superposição de documentos”<sup>657</sup>.

Os posseiros que foram presos injustamente quando liberados não tinham nenhum ressarcimento pecuniário, nenhuma reparação. Esse foi um dos casos noticiados pelo Jornal *O Rio Branco* em que 09 posseiros foram presos por quase dois anos acusados de matar o capataz que vivia invadindo suas terras, tocando fogo em suas casas e ameaçando suas esposas e filhos. Foram inocentados, sem indenizações, voltaram para suas terras (*Nós Irmãos*, abr. 1979, p. 10). Ao retornarem para casa, tiveram que lutar, como muitos outros posseiros, para tentar salvar suas famílias de outros “grileiros de terras” do Centro-Sul do país que se aproveitaram de sua ausência para aterrorizar suas famílias.

Em abril de 1979, foi a última vez que o Boletim da Prelazia do Acre-Purus se utilizou de *gillette press* para republicar reportagens em suas páginas. A republicação em questão foi uma matéria do Jornal *O Rio Branco* intitulada “Posseiros ganham causa”<sup>658</sup>. Nos anos que se passaram houve um silêncio ensurdecedor nas páginas dos Boletins publicados. As críticas diretas e incisivas ao sistema, as reportagens cheias de vívidos comentários contra o governo e a corrupção de entes públicos foram caladas. Foram vários anos de republicações silenciadas.

O foco de estratégia se modificou pelas constantes investidas e censuras do SNI contra o *Nós Irmãos*. Essas notícias do Centro-Sul do país passam a ser republicadas por outros veículos da Imprensa Alternativa, como o *Varadouro* e *A Gazeta do Acre*, atrelados aos ideais da teologia progressista Católica.

Passados cinco anos desde que o *Nós Irmãos* publicou sua última *gillette press*, em abril de 1979<sup>659</sup>, o Boletim voltou a inserir republicações em suas páginas somente em 1984<sup>660</sup> com reportagem sobre como fazer aumentar a produção agrícola de milho. O Corpo Editorial não se modificou nesse período, nem a Direção da Prelazia do Acre-Purus, tampouco o Bispo. O que teria influenciado a postura editorial de republicações? Que eventos externos teriam minado a resistência de contextualização “vivên-

cia de grupos” e se insurgido para causar um silêncio tão difuso nesses cinco anos em que as notícias se focaram mais em ações amazônicas?

Com a retomada das publicações das reportagens *gillette press* no ano de 1984 o foco saiu de denúncias das ações governamentais e informação sobre ações contra o regime para informações sobre produtores rurais e políticas para a igreja – apresentando-se bem diferente da focalização anterior.

A republicação de abril de 1984, a primeira em cinco anos, ensinava os produtores rurais a selecionar a semente do milho<sup>661</sup>. Com o fim da Ditadura Militar, ainda no processo de reconstrução do ambiente democrático da nação, duas pequenas republicações se seguiram mais de um ano depois das reinserções de 1984: no mês de agosto de 1985 foi republicada uma reportagem da *Folha de São Paulo* que trazia como título de reportagem a indicação de que o “Vaticano Revogará punição a Boff”<sup>662</sup>; e, outra, do *Jornal do País* intitulada “Gaúchos publicam lista de mortos e torturados no Brasil”<sup>663</sup>.

A edição de dezembro republicou duas reportagens de cunho eclesiástico e social. A primeira, da *Folha de São Paulo*, intitulada “Padres estão mal localizados, diz órgão da Igreja”<sup>664</sup>, tratando do desequilíbrio da distribuição de padres para a população brasileira. Nela há, entre outras informações, a de que dos 13.155 padres do Brasil, apenas 5,1% viviam no Norte e Centro-Oeste, responsáveis 12% dos brasileiros que vivem em 64% do território brasileiro.

Na última reportagem, reproduzida da *Folha de São Paulo*, a “CNBB critica incoerência do Governo”<sup>665</sup>. O vasto território brasileiro foi o palco de milhares de conflitos pela posse da terra e a Igreja Católica se aproximou do Governo para lembrar o compromisso firmado pela “Nova República” em questões como o “Pacto Social” e a “Reforma Agrária”. O texto legal aprovado pelo Congresso, em defesa do “latifúndio produtivo” restringiu e dificultou a desapropriação das terras, mesmo que lá houvesse famílias vivendo há gerações.

A Ditadura tentou censurar a igreja, seus organismos e veículos de comunicação, além da vigilância ostensiva a vários de seus membros. Uma das formas encontradas pelo regime para censurar a republicação de *gillette press* no Boletim *Nós Irmãos* foi “convidar” vários integrantes do Setor de Comunicações do Boletim da Prelazia para prestar esclarecimentos sobre as reportagens de outros jornais republicadas no Boletim Informativo – além do cancelamento do programa radiofônico eclesiástico *Somos To-*

*dos Irmãos*. Todos esses cerceamentos e intentos de terror psicológico não conseguiram fazer com que o Boletim deixasse de circular.

As comunidades amazônicas estavam em movimento como um rio. Se, por um lado, havia “o grande capital” em parceria com o poder público vigente tentando o cercamento e a dominação, por outra margem, havia a floresta e os agentes que lutavam por melhores condições de vida – não sendo “paraíso perdido” e nem “inferno verde”. A mídia social, através da imprensa alternativa, figurou como um elemento que fluiu com o rio, permaneceu por um tempo e depois desapareceu. Contudo, esse tempo que permaneceu foi marcante pelas projeções que forneceu às Comunidades Eclesiais de Base. As reportagens republicadas deram noção às populações de que outras lutas existiam em várias partes do país e que, por isso, era possível resistir. O Boletim *Nós Irmãos*, depois de grande assolação por parte do Sistema Nacional de Informação (SNI), teve suas próprias reportagens com maior enfoque para os problemas locais, mesmo com as constantes ameaças da Ditadura. O termo *gillette press*, visto de forma tão pejorativa, ganhou novos contornos, atualizando contextos de notícias em republicações que levaram esperança às populações que habitavam a floresta.

## CAPÍTULO V

---

# ANÁLISE DE CONTEÚDO DE COMUNICAÇÕES, CARTAS E CATEGORIZAÇÕES

### Que País é Esse?

Nas favelas, no senado  
Sujeira pra todo lado  
Ninguém respeita a constituição  
Mas todos acreditam no futuro da nação.

Que país é esse? (4x)

No Amazonas, no Araguaia-ia-ia  
Na Baixada Fluminense  
Mato Grosso, Minas Gerais  
E no Nordeste tudo em paz.

Terceiro mundo se for  
Piada no exterior  
Mas o Brasil vai ficar rico  
Vamos faturar um milhão  
Quando vendermos todas as almas  
Dos nossos índios num leilão

Que país é esse? (4x)

(RENATO RUSSO [1978], 1987).

## 5.1 OS CAMPOS DE PODER E AS LUTAS ENTRE INSTÂNCIAS PARA MODIFICAÇÃO DE ESTRUTURAS

A análise dos estudos de campos sociais de Bourdieu nos oferece uma chave interpretativa para compreender o processo de midiaticização, o cenário das macrorrelações e tensionamento entre campos face à experiência moderna. Com ela é possível acrescentar a possibilidade de ir além da mera percepção de objetos comunicacionais enquanto unidades de significação estanques, sintomáticas de processos externos, desconsiderando suas articulações e lógicas próprias. Concomitantemente, pode auxiliar a evitar o outro extremo que é fechar o foco apenas na mídia, como se fizesse sentido por si só, desconsiderando a existência do contexto.

Vários teóricos se debruçaram sobre a episteme de *campo*. Berger afirma que um *campo* consiste na existência de um capital comum e na luta por sua apropriação. Para Bourdieu “Um campo é um microcosmo incluído no macrocosmo constituído pelo espaço social global”. Ele possui regras e desafios específicos que não se reduzem quando contrapostas as regras e desafios de outros. Sendo seus interesses específicos, não se reduzindo ao interesse de tipo econômico. Assim, para Bourdieu, “Um Campo é um ‘sistema’ ou um ‘espaço’ estruturado de posições ocupadas pelos diferentes agentes do campo”. Todo Campo possui uma autonomia relativa e a cada um corresponde a um *habitus* próprio do respectivo campo<sup>666</sup>.

Com base no estudo dos campos de Pierre Bourdieu<sup>667</sup>, que alguns teóricos chamam de “teoria dos campos” é possível uma abordagem dinâmica e relacional da articulação entre sociedade e mídia, levando-se em consideração as transformações que alteram e fornecem novas nuances ao processo.

O conceito de campo é fundamentado a partir do tripé de conceitos: campo, *habitus* e capital, tendo como ponto central a relação de mão dupla existente entre as estruturas objetivas (campos sociais) e estruturas incorporadas (*habitus*). Nesses termos, “Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo”, ou seja, é necessário a existência de um capital e de *habitus* “que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc”<sup>668</sup>.



A partir do projeto de pensar “a gênese e a estrutura das práticas sociais”<sup>669</sup> o estudo dos campos oferece a possibilidade de analisar as estruturas objetivas e trabalhar os casos em análise relacional.

Bourdieu percebe a noção de campo sob o ponto de vista metodológico definindo-a como “uma estenografia conceitual de um modo de construção do objeto que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas da pesquisa”<sup>670</sup>. Bourdieu se utiliza de uma expressão de Hegel para afirmar que “o real é relacional”<sup>671</sup>, assim sendo, o estudo das realidades particulares de novos campos não somente é atualizado, mas também propicia o avançar do conhecimento sobre o conceito na definição de seus “mecanismos universais”.

Uma outra nuance metodológica é acrescentada pela noção de homologia que, através da realização de estudos empíricos voltados ao reconhecimento das especificidades dos mesmos, oferta a possibilidade de coitejo dos mais variados campos. A existência de “homologias estruturais e funcionais entre todos os campos”<sup>672</sup> embasa a constatação de leis de funcionamento invariantes dos mesmos<sup>673</sup>.

Ao fazer uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura da distribuição das propriedades ativas, Bourdieu expressa esse espaço social global como sendo, ao mesmo tempo, um campo de forças, no qual a necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, bem como um campo de lutas, dentro do qual há o enfrentamento dos agentes que contribuem para a conservação ou transformação de sua estrutura a partir de meios e fins diferenciados de sua ação<sup>674</sup>.

Para Bourdieu, o espaço de embate e de rearranjo de posições determinadas *a priori* pelos agentes é chamado de campo. O conceito de campo é um dos centrais na obra de Pierre Bourdieu. O autor define campo como um espaço estruturado de posições onde os dominantes e os dominados lutam pela manutenção e pela obtenção de determinados postos<sup>675</sup>.

Bourdieu apresenta a noção de campo de poder como sendo

o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital para poderem dominar o campo correspondente e cujas lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão; isto é, especialmente quando os equilíbrios estabelecidos no interior do campo, entre instâncias especificamente encarregadas da produção do campo de poder são ameaçados<sup>676</sup>.



Para ele, os campos se tornam microcosmos autônomos no interior do mundo social, assim, a estrutura do campo é como um jogo constante em que os agentes participam estando cientes das regras estabelecidas e disputam posições de lucros específicos.

Segundo Bourdieu, os campos são resultados de processos de diferenciação social, do conhecimento do mundo e da forma de ser. Os campos são espaços estruturados e hierarquizados, são como arenas onde são travadas as lutas pela conquista de posições e de capital<sup>677</sup>. As estruturas dos campos em Bourdieu vêm de lutas e tensões.

Esses espaços são desenvolvidos a partir dos conceitos de habitus, campo e capital, entrados na relação de mão dupla entre estruturas objetivas, os campos sociais, e estruturas incorporadas, os habitus.

Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo”, ou seja, é necessário a existência de um capital e de habitus “que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.<sup>678</sup>.

O campo tem características peculiares, é um espaço social com relações de poder, onde sua estrutura está pautada em uma desigualdade de distribuição de um capital social, ou seja, o poder<sup>679</sup>. O que leva ao surgimento de dois extremos dessa desigual distribuição: os dominantes e os dominados: os primeiros, possuindo mais capital social específico e os outros, menos capital específico. Nesse espaço, a busca é de maximização e acúmulo de capital para que seja possível galgar posições dentro dessa estrutura. Contudo, tanto o acúmulo quanto a maximização somente irão ocorrer se a posição ocupada no campo e as posições permitirem que se acumule, para que os esforços não sejam em vão, haja vista as prefigurações determinantes da ação<sup>680</sup>.

Os capitais são: capital cultural, capital econômico, capital simbólico e capital político. O capital específico ao campo desigualmente distribuído e acumulado motiva os agentes que buscam a sua posse na elaboração de estratégias de lutas.

Essa luta entre instâncias que são encarregadas da reprodução do campo de poder leva às lutas internas para ocupar posições dominantes no interior dos seus respectivos campos, seja pela disposição, pelo fato de possuírem determinadas quantidades de capital específico, ou ainda, pela dependência da “ taxa de câmbio”, que entrecruza os poderes de coerção

da classe dominante, ainda que com efeito indireto de um engendrar conjuntural complexo nos fatores de dominação que exercem sobre o campo e que é exercido sobre eles por parte de todos os outros que também detém determinados capitais<sup>681</sup>.

Aqueles agentes que monopolizam o campo organizam estratégias de conservação em oposição aos novatos que são detentores de menos capital e procuram subverter a dominação. As lutas internas ao campo envolvem a distribuição e posse de capitais específicos<sup>682</sup>. A luta ocorre, então, entre aqueles que pretendem assumir posições e aqueles que desejam manter essas posições. Geralmente, os novatos disputam, dentro das regras estabelecidas, o lugar daqueles que ocupam posições dominantes. Então, para que um novato seja admitido em um determinado campo é preciso que ele tenha efetuado os investimentos necessários<sup>683</sup>. Os momentos de crise ocorrem quando os novatos questionam as posições dos antigos dominantes e procuram alterar as posições de poder. A luta, em grande parte das vezes, se dá pela busca de bens simbólicos, como, por exemplo, prestígio e reconhecimento<sup>684</sup>.

O capital acumulado a ser transferido nem sempre se desloca de um campo para outro. O campo apesar de ser um espaço estruturado sendo um espaço de luta e subvenções onde dominantes e dominados seguem regras constitutivas desse local para medir forças e disputar posse dos lucros específicos é, essencialmente, um lugar de conflitos pela posse do poder e não pela nulidade do campo. Assim sendo, a essência do tal é a dialética, a transformação, os embates.

Para Bourdieu, assim como as estruturas mentais sofrem o condicionamento social também existe uma dimensão social que está intrínseca a todos nós. Desse modo, os agentes compartilham uns com os outros categorias percepções e orientações de conduta que se tornam significativos<sup>685</sup>.

Como aprender essa íntima relação entre a subjetividade do agente e a objetividade da sociedade? Como superar a correlação agente social *versus* sociedade, ou seja, como superar essa bipartição que postula indivíduo de um lado e sociedade de outro? Bourdieu acredita que existe uma relação dialética entre o agente e a estrutura social, ocorrendo a mediação dessas duas esferas através do *habitus* que é um jeito de ver e o gosto é que apenas organiza e orienta determinada prática<sup>686</sup>.

Para Bourdieu, o *habitus* são estruturas estruturadas que funcionam como estruturas estruturantes. O *modus operandi* (estrutura estruturante) e *opus operatum* (estruturado), enquanto geram e determinam os objeti-

vos que devem ser alcançados, os caminhos trilhados são feitos de forma inconsciente sem a necessidade de um agente coordenando essas condições<sup>687</sup>.

Bourdieu, ao citar os gostos, não os vê apenas como uma escolha subjetiva, mas também como uma objetividade que foi interiorizada e que pressupõe esquemas gerativos que irão determinar essa escolha estética.

Bourdieu, ao explicar o campo de poder<sup>688</sup>, buscou dar conta dos efeitos estruturais nos quais certas práticas e representações por si só, dentro do campo, seriam de difíceis referências se fossem tomadas a dupla ambivalência de “Sacerdote” e “profano”. Algumas posições dentro dos Campos tornam-se inteligíveis apenas se for levada em conta a posição dominada que os campos de produção ocupam no espaço mais amplo.

Desta forma, podemos dizer que o campo é um local de disputa de interesses específicos de determinadas áreas, um espaço no qual a ação do agente já está disposta sendo que há a possibilidade de efetivar sua ação seguindo apenas aquele caminho<sup>689</sup>.

### **5.1.1 As vozes dos agentes sociais e a intersecção existente entre campo científico, campo religioso e campo jornalístico**

A teoria dos campos sociais de Bourdieu oferece uma possibilidade interpretativa para compreender o cenário das macrorrelações, do processo de midiaticização e do tensionamento entre campos face às experiências. A teoria de campos proporciona, em uma abordagem dinâmica e relacional, a articulação existente entre mídia e sociedade, levando em consideração as transformações que alteram e fornecem novas nuances ao processo experienciado. O estudo dos campos representa uma contribuição muito importante de Bourdieu para as Ciências Humanas nos interessando, em específico, por permitir analisar um quadro estrutural que envolve os campos científico, jornalístico e religioso.

Neste momento pretendemos levantar algumas questões envolvidas no tensionamento entre campo científico, campo religioso e campo jornalístico, com base nas publicações das missivas reproduzidas pelo *Nós, Irmãos*, muitas delas sem cunho religioso, tendo em vista a importância dessas cartas para o contexto amazônico sul-ocidental, em que a Igreja buscava um maior engajamento social através do alcance de seu veículo comunicacional impresso. Assim como Rodrigues<sup>690</sup>, acreditamos que as relações

entre os campos se dão através da cooperação ou do conflito. Nesse sentido, partimos da premissa que evidenciado o âmbito dessas compatibilidades e incongruências, é possível perceber a estruturação desse espaço intercessório entre os campos religioso, jornalístico e científico.

Para Bourdieu, o estudo das realidades particulares de novos campos não somente atualiza, mas também traz avanços ao conhecimento sobre o conceito na definição de seus “mecanismos universais”, por meio do reconhecimento das propriedades de cada campo e das especificidades de cada análise. “O real é relacional”, afirma o sociólogo, ao apropriar-se da expressão de Hegel<sup>691</sup>.

Duas perguntas formularam os alicerces que estruturaram esta reflexão: Com base nas formulações de campo propostas por Bourdieu, onde se enquadram essas ações de escrever e publicar as cartas no Boletim *Nós, Irmãos*? As vozes (cartas) dos agentes sociais estão inseridas essencialmente no campo religioso?

A princípio, visamos explorar uma das trilhas possíveis de investigação, trabalhando alguns aspectos das construções sobre campo de Bourdieu e as cartas como instrumento de comunicação e interlocução dentro de práticas da mediatização do campo religioso. O trabalho apresenta um esboço de síntese a respeito de alguns aspectos, tensões e conjunturas possíveis que apontam para a utilização de cartas do Boletim Informativo *Nós, Irmãos* como um dos instrumentos de mediatização do campo religioso, utilizados pela Prelazia do Acre-Purus como forma de alcançar grande número de pessoas.

Para respondermos à primeira das duas questões norteadoras desta investigação, faz-se necessária uma reflexão sobre os campos de Bourdieu e as construções simbólicas neles contidas. A aplicação do campo social religioso se dá nas relações simbólicas com os sujeitos políticos construindo o universo simbólico e, conseqüentemente, as necessidades que se farão constituintes do Campo para que, através das lutas simbólicas, os gostos proeminentes sejam vislumbrados pelos hábitos com o intuito da construção de significados para as pessoas a quem se dirige.

Para Bourdieu, a religião pode ser interpretada como uma linguagem, um instrumento de comunicação e conhecimento simbólico-estruturante que possibilita um consenso sobre certos signos e seus respectivos sentidos<sup>692</sup>. A religião cria a necessidade da linguagem que venha a construir um imaginário de mundo com seus sentidos, e, dividindo o trabalho acerca do lidar com os bens simbólicos, em que a acumulação de saber

(capital de bens simbólicos) está nas mãos dos sacerdotes que atuam como especialistas autorizados de forma oficial a dizer o que legitimamente significam os signos da linguagem.

Ao tratar da demanda de oferta religiosa, Bourdieu explica a estrutura das relações em que a demanda religiosa pode ser dada pela necessidade social ou ainda pode produzir nos profanos o desejo de possuir esses bens, de criar a necessidade desse produto. Para Bourdieu, a religião exerce um “efeito de consagração” sobre duas modalidades: a capacidade de legitimação das posições arbitrárias e o processo de legitimação inconsciente.

Ao pensar a realidade social do campo religioso<sup>693</sup> na correlação com o campo simbólico, Pierre Bourdieu busca o meio termo entre a interpretação tautológica e a interpretação alegórica para explicar o campo religioso: a interpretação tautológica remete ao significado do religioso a partir de sua própria lógica de seus próprios termos, enquanto a interpretação alegórica relaciona a religião e a explica por fatores externos.

Ao fazer uma relação entre o volume de Capital geral e o volume de Capital específico é perceptível para Bourdieu, no campo religioso, a necessidade de separação entre aqueles que detêm o monopólio da oferta de bens religiosos e aqueles que necessitam consumir esses bens. O autor afirma que essa necessidade não é natural, antes, é construída de forma social. Ele traça a relação entre ortodoxia e heresia, correlacionando o poder político e o poder religioso.

Há duas instâncias no mesmo campo religioso: a dos leigos, praticada em uma modalidade pré-reflexiva e que detém o domínio prático-vivencial das relações com os bens religiosos; e o domínio erudito das normas, conceitos e teologias, que é dominado pelos especialistas e suas respectivas instituições reprodutoras do capital religioso oficial mediante ação pedagógica para com os leigos<sup>694</sup>.

A produção e a circulação do discurso podem ser realizadas pelos sacerdotes ou assimiladas por eles com ressignificação para o grupo religioso, como forma de limitar aqueles que têm acesso oficial a elas. Foucault afirma que, para serem alçados à casta sacerdotal, esses indivíduos precisam estar qualificados para preencher certos requisitos e obedecer às regras e exigências<sup>695</sup>.

Assim como a religião é vista como um corpo de discursos e verdades conceituais cujo acesso interpretativo legítimo é pertencente somente à instituição, as proposições do discurso religioso devem preencher exigências complexas para ter o *status* de verdadeiro e pertencer ao corpo discursivo

sivo oficial<sup>696</sup>. A religião é a monopolizadora dos bens simbólicos, vinculando a si o capital da distribuição da graça, o controle de acesso aos bens simbólicos, sua distribuição, delegação, regulamentação e concessão<sup>697</sup>, sendo assim, a única legítima depositária do tesouro da fé (ortodoxia) e sua autêntica produtora e reprodutora.

Não é possível pensar a mediação do campo religioso fora do contexto de mediação da sociedade. A “divisão do trabalho religioso”<sup>698</sup> proporciona alterações específicas internas ao próprio campo e a seus agentes. A Prelazia do Acre-Purus se utilizou de várias estratégias para vencer as distâncias e se comunicar com as pessoas. Além de incentivar vários de seus integrantes clérigos e leigos a fazerem parte da Comissão Pastoral da Terra e de escreverem em Jornais Alternativos de circulação local como *O Berração e Varadouro*<sup>699</sup>, a Igreja também tinha sua Homilia distribuída às Paróquias, um programa radiofônico intitulado “Somos Todos Irmãos” e um jornal impresso em papel ofício, intitulado Boletim Informativo *Nós, Irmãos*<sup>700</sup>.

Na relação direta das cartas e sua publicação no Boletim *Nós, Irmãos* percebemos que o discurso é institucionalizado quando legitimado pelo corpo de especialistas, que em seus trabalhos interpretativo e exegetico dirimem confrontos ou dúvidas quanto à clareza das assertivas religiosas<sup>701</sup>. O setor de comunicação da editoria do Boletim fazia esse papel sob a supervisão dos sacerdotes da Prelazia do Acre-Purus.

Ante a todo o exposto, percebemos que a comunicação se encontra situada no centro do Cristianismo quando este infere, na pessoa que acredita, a necessidade de “ir por todo o mundo e pregar o evangelho” – que são as boas notícias de esperança. De modo similar, o Boletim Informativo, ao ser produzido pela Prelazia do Acre-Purus, com o intuito de ser lido nas Comunidades Eclesiais de Base, desempenhou o papel que se caracteriza como um conjunto dos meios de comunicação de massa<sup>702</sup>, permitindo a difusão de um escopo de mensagens para públicos diversos e heterogêneos<sup>703</sup>, nos mais vastos rincões da Selva Amazônica, onde a homilia da Igreja pudesse alcançar.

Esse discurso competente, enquanto discurso do conhecimento, é pronunciado por especialistas legitimados no Campo religioso, a partir de um ponto da hierarquia organizacional. No caso em cerne, a editoria do Boletim Informativo *Nós, Irmãos* pronuncia seu discurso a partir da hierarquia organizacional da Prelazia, tornando visível os discursos de outros lugares hierarquizados. Desta feita, autoriza outros discursos, de maneira

a conferir autoridade às falas de Paróquias, comunidades e agentes sociais que transmitiam as novidades, notícias, poemas, denúncias, articulações e outras informações através de “cartas” encaminhadas.

Percebemos que a necessidade social básica de pertencer a um grupo se torna importante na construção identitária das pessoas que escreveram suas cartas para o Boletim *Nós, Irmãos*. Na perspectiva foucaultiana de discurso<sup>704</sup>, percebemos a existência de interdições, supressões, fronteiras e limites que ora levam à coesão, ora impedem a proliferação do discurso não autorizado – uma vez que nem todas as cartas eram publicadas na íntegra. De igual forma, a combinação de técnicas de “hierarquia (ordem de apresentações das cartas), normalização (padrão estabelecido pelo Boletim e pelas CEB’s de comunicação) e vigilância (retirada de partes “inconvenientes” nos levavam a refletir sobre o que Foucault escreveu em “Vigiar e Punir”: o “controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir”<sup>705</sup> – neste último caso, a punição seria a não publicação da carta.

Com base nas formulações de campo propostas por Bourdieu, é possível afirmar que as ações de escrever e publicar as cartas no Boletim *Nós, Irmãos* se enquadram, em certa medida, no contexto de disputas que se dão no campo de produção, reprodução e difusão de bens simbólicos.

A ação da Diocese de Rio Branco, através das cartas publicadas em seu Boletim Informativo, “deu voz” às minorias e aos agentes sociais, formulando estratégias de resistência, subversão, engajamento político e práticas de explanação de direitos e justiça social. Estas eram publicadas em seu veículo de comunicação juntamente com a homilia e lidas nas Comunidades Eclesiais de Base, nos grupos de Catequese e nos movimentos populares que se reuniam semanalmente. Esses grupos sociais não eram formados somente por católicos, havia também evangélicos, espíritas, ateus, agnósticos e outros segmentos. Ainda assim, faziam a leitura do Boletim Informativo *Nós, Irmãos* que muito influenciou a sociedade acreana.

Diante do contexto de investigação é possível responder à segunda pergunta feita anteriormente: As cartas dos agentes sociais e as vozes contidas nelas estão inseridas essencialmente no campo religioso? É necessário fazer uma reflexão sobre onde essas vozes sociais em formato de cartas estão inseridas e com quem dialogam. Se essas cartas forem retiradas do contexto periférico do jornalismo, ainda será possível trabalhar com elas sem perder o contexto de mediatização. Se elas forem retiradas do contexto de ciências, já que as letras e a história marginal estão bem presentes nas



missivas, há perda significativa de conteúdo, mas não invalida o lugar de fala nem a relação de construção dos agentes sociais. Percebemos, contudo que se essas cartas forem retiradas do contexto do campo religioso, elas perdem não somente a forma, mas também a essência do construto que as insere como símbolos no contexto das lutas de agentes, grupos e comunidades sociais.

Há uma considerável quantidade de textos em formato de cartas (cartas do leitor, epístolas, missivas e comunicados) que foram escritos e encaminhados por movimentos e agentes sociais, Comunidades Eclesiais de Base, artistas e clérigos, que em meio à censura da imprensa se utilizavam do Boletim eclesiástico *Nós, Irmãos* para a difusão de ideias e informações sobre ações e anseios sociais, ideológicos e políticos. Essas cartas eram utilizadas pelos adeptos da Igreja Social como modo de resistência popular, subversão e justiça social durante o período do Regime Militar.

Esses agentes sociais habitantes da Amazônia Sul-Occidental se comunicavam essencialmente através de “cartas”. Essas cartas eram escritas e encaminhadas para a Sede da Prelazia, na Catedral Nossa Senhora de Nazaré para que pudessem ser publicadas. Como a malha viária acreana ainda era deficitária, essas missivas poderiam demorar vários dias até que alguém da comunidade fosse se deslocar até Rio Branco e pudesse levá-las a seu destino.

As dificuldades de mobilidade e comunicação enfrentadas, principalmente no período das chuvas, chamado de “inverno amazônico”, eram muito grandes. Nesse período, que vai dos meses de dezembro a março, se alguém quisesse se deslocar de Tarauacá até Rio Branco, precisaria enfrentar os pouco mais de 400 quilômetros de distância em uma viagem que poderia demorar entre 07 e 10 dias, por causa das más condições de trafegabilidade das estradas e rodovias.

As populações viviam semi-isoladas nos municípios acreanos, grande parte delas sem energia elétrica, água encanada ou sistema de esgoto sanitário. Com a chegada dos anos de 1970, acentuaram-se os conflitos agrários. Grilagem e expropriação da terra começavam a ocorrer e gradativamente a empurrar as populações para formar os “cinturões de pobreza” nas periferias das cidades acreanas. A comunicação escrita através de cartas, que já trazia como complicadores os altos índices de analfabetismo, tinha seu agravamento pela precariedade de atuação e funcionamento do sistema de Correios.

Os agentes presentes nas missivas publicadas no Boletim *Nós, Irmãos* dão conta de que a igreja auxiliou na formação dos sindicatos rurais, deu apoio logístico, mobilizou as comunidades e atuou diretamente na formação e transformação dos espaços sociais e ambientes urbanizados, auxiliando as lideranças e lutando por uma melhoria em suas condições sociais aos homens e mulheres expulsos da zona rural que vieram para as cidades em busca de melhores condições de vida.

O uso que se fez dos discursos e doutrinas da Igreja se mostrou pessoal e de experiência coletiva. As pessoas estavam submetidas a uma instituição religiosa a partir de sua liberdade. Os agentes utilizaram as cartas como forma de expressar seus anseios por mudanças sociais que, em última instância, a eles propiciasse liberdade.

## 5.2 A CARTA NA COMPLEXIDADE DO SÉCULO XX

Faz-se necessária uma breve reflexão sobre os gêneros textuais, sua constituição e o diálogos por eles estabelecidos para clarificar a opção discricionária por analisar vozes contidas em cartas publicadas em um informativo no sul-ocidente amazônico durante a Ditadura Militar brasileira.

Para Travassos<sup>706</sup>, com a invenção do alfabeto surgiram centenas de gêneros típicos da escrita. E com a expansão da cultura impressa, a partir do século XV, esses gêneros se ampliaram e se multiplicaram ainda mais com a industrialização do século XVIII. Bakhtin ao questionar qual é a realidade fundamental da língua e o seu modo de existência, observou que

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua<sup>707</sup>.

Na teoria bakhtiniana, a língua é compreendida como uma atividade social em que a enunciação ou processo é mais importante que o enunciado, o produto. Para o autor, a língua é viva, evolui historicamente e suas leis são essencialmente sociológicas: “As relações sociais evoluem, a interação social evolui no quadro das relações sociais e as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal”<sup>708</sup>. Esse processo evolutivo reflete-se na mudança das formas da língua.

Na visão bakhtiniana de linguagem a noção central é a de dialogismo. Para Bakhtin o diálogo é a forma clássica da comunicação humana, pois

Todo enunciado (...) comporta um começo absoluto e um fim absoluto”, porém, “antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados respostas dos outros (ainda que seja como uma compreensão responsiva ativa muda ou como um ato-resposta baseado em determinada compreensão)<sup>709</sup>.

A língua está presente em todas as esferas da atividade humana. Para Bakhtin, cada uma dessas esferas cria “seus tipos relativamente estáveis de enunciados”, que o autor denomina gêneros do discurso<sup>710</sup>. Esses gêneros se diferenciam e se ampliam no contexto repertório criado pelas esferas da atividade humana, conforme elas vão se desenvolvendo e se tornando mais complexas. Assim, os gêneros organizam a fala do mesmo modo que o fazem as formas gramaticais. Para Bakhtin, a fala é moldada às formas de gênero, bem como a estrutura composicional e todo o discurso<sup>711</sup>. Essas formas do gênero às quais as falas são modeladas, são maleáveis, mais plásticos e mais livres que as formas da língua.

Marcuschi<sup>712</sup> afirma que Bakhtin não inaugurou as reflexões sobre gênero, contudo seus estudos sobre os gêneros do discurso e suas ideias de que a enunciação é de natureza social, de que nos comunicamos através de gêneros flexíveis, mas “relativamente estáveis” e o próprio “dialogismo” foram de grande importância para a concepção de gênero do movimento chamado Nova Retórica.

Marcuschi compartilha de Bakhtin, essa noção de língua como interação e acrescenta que o texto é o lugar próprio da interação, afirmando que “nossas manifestações verbais mediante a língua se dão como textos e não como elementos linguísticos isolados. Esses textos são enunciados no plano das ações sociais situadas e históricas”<sup>713</sup>. Para o autor, o texto não é um produto, mas um processo por estar em constante elaboração ao longo da história.

O gênero, como uma forma de ação orientada por uma finalidade específica, tornou-se uma noção central na definição da própria linguagem ao ser visto como um fenômeno que se localiza entre a língua, o discurso e as estruturas sociais<sup>714</sup>. A interação pela linguagem é a realização de uma atividade discursiva: o dizer alguma coisa a alguém, de determinada forma, em determinado contexto, por determinadas circunstâncias de interlocução. Esse discurso é materializado através de textos que consistem em um todo significativo, independentemente de sua extensão. Sendo esses

textos concretizados através de gêneros textuais. Desse modo, os “discursos enquanto gêneros consolidados vão se firmando em convenções sociais recorrentes sempre reproduzidas e até ritualizadas, que obtêm os mesmos efeitos em situações similares”, afirma Marcuschi<sup>715</sup>.

Bazerman afirma que gêneros são tipificações dinâmicas, interativas e históricas e somente é possível chegar a uma compreensão profunda dos mesmos, se eles forem compreendidos como fenômenos de reconhecimento psicossocial que fazem parte de processos de atividades socialmente organizadas<sup>716</sup>. Para ele, os textos quando bem sucedidos consistem em ações sociais significativas realizadas pela linguagem, ou atos de fala<sup>717</sup>.

Nesse contexto, Marcuschi, examina a conexão entre o gênero, a recorrência de situações e a maneira em que se pode admitir que o gênero sirva para representar uma ação retórica típica. Desta feita, tomamos de empréstimo as proposições de Marcuschi para analisar as cartas catalogadas em nosso texto base, também chamado de corpus, bem como as capas do boletim, grande parte delas produzidas e enviadas como cartas para serem publicadas. Assim, de acordo com o autor,

- a) para ir além dos elementos característicos, pode-se usar uma variedade de conceitos analíticos linguísticos, retóricos ou organizacionais menos óbvios no exame de uma coleção de textos de um mesmo gênero;
- b) para considerar as variações em diferentes situações e períodos (olhar historicamente) pode-se estender a amostra para incluir maior número e variedade de textos considerados do gênero;
- c) para entender o modo como as pessoas compreendem um gênero, é preciso colher informações não só sobre os textos, mas também sobre como as outras pessoas entendem tais textos e uma forma geral de fazer isso é pedir às pessoas que nomeiem os tipos de textos com os quais trabalham e assim tem-se um conjunto de gêneros;
- d) para ir além da compreensão explícita do que as pessoas nomeiam em uma determinada área e visualizar toda a gama de práticas implícitas, pode-se fazer uma pesquisa etnográfica no local de produção, distribuição ou uso dos textos<sup>718</sup>.

Percebe-se que, para Marcuschi um aspecto essencialmente marcante do enunciado, é o “querer dizer” ou o “intuito discursivo” que determina tanto os limites do enunciado como a escolha do gênero. A escolha de um gênero implica na execução de um plano comunicativo intencional, sendo uma forma de inserção social, uma vez que os gêneros provêm do uso comunicativo da língua em sua realização dialógica<sup>719</sup>.

Bazerman também oferece diretrizes metodológicas para definir e realizar uma investigação sobre gênero:

- a) Enquadramento dos propósitos e questões para delimitar o foco. Em qualquer tipo de pesquisa, a mais importante tarefa é saber que perguntas se espera responder;
- b) Definição do corpus. Sabendo o que se procura e por que, parte-se para tarefa seguinte que é identificar os textos ou coleções destes. O tamanho da amostra deve ser grande o suficiente de modo que, mesmo o acréscimo de mais exemplares, dificilmente implicará maiores novidades ou variações.
- c) Seleção e aplicação das ferramentas analíticas. É preciso selecionar entre as várias abordagens para reconhecer um gênero, sugeridas pelo autor, as ferramentas apropriadas aos objetivos da investigação<sup>720</sup>.

As propostas apresentadas por Bazerman representam uma forma de abordar os gêneros cientificamente, podendo uma pesquisa contemplar mais de uma delas. Assim sendo, ao analisar as cartas do Boletim Informativo *Nós, Irmãos*, além da constituição do corpus, bem como da composição do metatexto com base na categorização analítica da metodologia da análise de conteúdo, fizemos a opção por duas das abordagens sugeridas por Bazerman<sup>721</sup>: a) a caracterização do gênero com base em aspectos funcionais e organizacionais; e b) a definição do corpus de análise com base nas variações ao longo do tempo.

Por serem objetos históricos, os gêneros variam, desaparecem, reaparecem sob novas formas, aparecem outros novos, tornando difícil o estabelecimento e a fixação de fronteiras entre os mesmos. Por ser extremamente difícil essa classificação e categorização, uma vez que é possível ser classificado e categorizado em mais de uma formulação, em vez de almejar classificações e modelos rígidos e fixos, optamos por encarar as fronteiras como sendo flexíveis, dinâmicas e transitórias, variando na multiplicidade de ocorrências de um mesmo gênero – não impedindo o reconhecimento sincrônico e diacrônico dos traços essenciais de sua identidade.

Quanto ao tempo, este tem sido percebido pelos historiadores em dois padrões distintos, conforme Koselleck<sup>722</sup>: primeiro, como cronológico contumaz, rumando sempre ao futuro; e, segundo, como recorrente circular que remete a si mesmo, embora para ele haja insuficiência nos modelos. Para Koselleck “Muitas coisas acontecem ao mesmo tempo, emergindo, em diacronia ou em sincronia, de contextos completamente heterogêneos”<sup>723</sup>.

O tempo do passado pesquisado entra em choque, contraposição e novo posicionamento quando percorre a trajetória de vida do agente. O tempo individual, muitas vezes, confunde-se com o tempo coletivo na memória. Por isso, dizemos que os tempos são múltiplos e essa multiplicidade não apenas aparecerá, mas interferirá nos documentos produzidos. Os conceitos que marcam a especialidade do tempo e a temporalidade do espaço estão diretamente ligados aos valores e imaginários que as ações humanas lhes conferem.

Nessa dinamicidade de transformações constituídas socio-historicamente diferentes domínios comunicativos como cartas, epístolas, missivos, relatórios, artigos, orações e outros instrumentos foram criados para mediar a distância entre os indivíduos<sup>724</sup>. Esses instrumentos utilizados nos domínios comunicativos precederam os documentos públicos. Segundo Bazerman<sup>725</sup> a carta foi uma forma transitória de comunicação que permitiu a emergência de gêneros com função comunicativa definida e amarras sociais.

As situações retóricas não são idênticas, também o gênero tem que ser capaz de variar, ser flexível para se “adaptar através do tempo às mudanças em contextos e usos”<sup>726</sup>. Assim sendo, o surgimento de um novo gênero não necessariamente corresponde a inovações absolutas, antes há uma ancoragem em outro pré-existente, ocasionando a assimilação e a transmutação de um gênero por outro<sup>727</sup>.

A partir da carta, tanto documentos oficiais quanto outros tipos de escrita floresceram na cultura impressa como jornais, boletins, revistas, romances e outros tipos que se conectam em muitos elementos com os que se fazem presentes nas cartas<sup>728</sup>.

Dada a importância do instrumento de comunicação “carta”, algumas tipificações técnicas são necessárias antes de dar prosseguimento às análises de conjunturas. Maingueneau diz que “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada”<sup>729</sup>.

Sergio Costa, em seu “Dicionário de gêneros textuais”, ao tipificar os gêneros textuais, aponta para a classificação da técnica dos mesmos<sup>730</sup>. Ao tratar da comunicação discursiva do conteúdo, em meio a vários gêneros textuais, Costa conceitua vários tipos de correspondências presentes nos boletins informativos, dentre eles a carta. Ao conceituar “Carta”, o autor afirma:

**CARTA** (v. Cardápio, circular, correio, correio eletrônico, correspondência, e-mail, epístola, mapa, missiva): tradicionalmente pessoas, instituições, repartições mantêm correspondências (v.) por meio de cartas, que geralmente são enviadas via correio, portanto, fechadas num envelope, endereçadas e seladas. Ou seja, **trata-se de uma mensagem (v.) manuscrita ou impressa, dirigida a uma pessoa ou a uma organização para comunicar-se-lhe algo.** (...) a) de leitor: geralmente de opinião (argumentativa), circula em jornais e revistas, já que o leitor a envia para manifestar seu ponto de vista sobre matérias que leu; (...) <sup>731</sup>.

Mesmo já tendo feito a tipificação inicial de “Carta de Leitor”, dentro da conceituação de Carta, Costa continua a conceituar “Carta de leitor”:

**CARTA DE LEITOR:** carta (v.), **geralmente de opinião (argumentativa), que circula em jornais ou revistas, já que o leitor a envia para manifestar seu ponto de vista sobre alguma matéria** (v.) que tenha lido, principalmente matéria polêmica. **Ela é publicada, em geral, parcialmente, pois pode-se dizer que o veículo de comunicação a “edita”, recortando aquilo que lhe parece essencial do ponto de vista defendido, além de eliminar alguns elementos comuns às cartas (data, vocativo, etc.), para poupar espaço** <sup>732</sup>.

Juarez Bahia também conceituou cartas de leitores, contextualizando as formulações nelas produzidas e as relações de fluxo a partir delas produzidas. Para o autor:

**CARTAS DOS LEITORES.** Seção permanente, institucional, de jornais e revistas, adotada pela imprensa desde os seus primórdios, para estabelecer uma ligação direta entre o **veículo** e a sua **audiência** (leitores avulsos, assinantes, anunciantes, organizações governamentais e não-governamentais). Eco de opinião informal, plural, mecanismo de relações com a cidadania, indicador de tendências, espaço aberto a manifestações espontâneas da comunidade. Funciona também como elemento compensatório de uma deficiência peculiar do sistema de comunicação de massa: em um sentido, eficaz na difusão de **mensagens** para o **público**, mas ineficiente no sentido inverso, isto é, em levar mensagens do público para os **veículos**.

A publicação da **carta dos leitores** é, contudo, padronizada – critérios de tamanho, normas de redação, etc. Tornam-se legíveis e publicáveis depois de editadas – penteadas ou maquiadas. Por causa



do elevado custo do espaço são, em geral, resumidas. Exceção a essa regra é a praticada por veículos que se orientam por procedimentos rigorosamente éticos e veem nas **cartas dos leitores** um inestimável elo com a sociedade. (...) <sup>733</sup>.

A partir dos dois conceitos supracitados percebemos que as cartas, em grande medida, não são publicadas *ipsis litteris*, antes, precisam estar alinhadas com a proposta do veículo e ter relação com a linha editorial desse. Mesmo atendendo aos requisitos propostos, por questões de espaço, custos e/ou de visibilidade, é comum que essas cartas sejam resumidas.

Quanto às questões referentes à autoria das cartas publicadas no *Nós, Irmãos*, há muitas proposições e, por algumas vezes, não fica claro se deve ser atribuída ao agente, à comunidade ou ao grupo, embora na maioria das cartas isso se torne claro. Portanto, utilizamos como norteador o contexto foucaultiano de autoria: “O autor é, sem dúvida, aquele a quem se pode atribuir o que foi dito ou escrito. Mas a atribuição – mesmo quando se trata de um autor conhecido – é o resultado de operações críticas complexas e raramente justificadas”<sup>734</sup>.

O *Nós, Irmãos* publicou várias cartas avulsas e, com o passar das edições, dispôs de uma seção em que publicava as cartas que eram enviadas pelos agentes sociais e pelas Comunidades. Essa seção não tem um nome fixo, por vezes aparece no Boletim as expressões “Cartas da Comunidade”, “Nossas cartas” ou “Cartas do leitor”. Grande parte das cartas enviadas para o Boletim expressavam a esperança de que Deus abençoasse com dias melhores e o pedido de ajuda para enfrentar as adversidades e os conflitos cotidianos.

Em resposta aos anseios comunitários, o Bispo da Prelazia do Acre-Purus escrevia “Epístolas” para dar ânimo às ovelhas de seu aprisco e para trazer as notícias da Teologia da Libertação para as comunidades. Ao conceituar “Epístola”, à qual trata como sendo variação de “Carta” e “Missiva”, Costa afirma:

**EPÍSTOLA** (v. CARTA, MISSIVA): cada uma das cartas (v.) ou lições dos apóstolos dirigidas às primeiras comunidades cristãs e inseridas no Novo Testamento. Caracteriza-se por ter sempre um relato (v.) do qual se tira uma lição. A carta (v.), tipo de correspondência comum e modelar, existente a partir do advento e desenvolvimento dos serviços postais, por volta do século XVII, também pode ser chamada de epístola, tanto que se pode falar em “**correspondência epistolar**”<sup>735</sup>.

Carlos Ceia em seu *E-Dicionário de Termos Literários* define epístola como sendo uma

Composição datada e escrita por um indivíduo ou em nome de um grupo com o objectivo de ser recebida por um destinatário. O termo tem uso antigo e constitui modo literário importante a partir do conjunto de textos do Novo Testamento que ficaram conhecidos por epístolas. Neste sentido, distingue-se uma epístola de uma carta comum, pois não se destina à simples comunicação de factos de natureza pessoal ou familiar, aproximando-se mais da crónica histórica que procura relatar acontecimentos do passado. A utilização do termo alarga-se, depois, a todo o tipo de correspondência privada ou oficial, literária ou filosófica, religiosa ou política, pelo que a partir desta generalização se torna difícil estabelecer com rigor a diferença entre uma epístola e uma carta<sup>736</sup>.

Com estas epístolas os Bispos e religiosos imbuídos do pastoreio formal na Prelazia faziam uso de sua autoridade eclesiástica e de seu lugar dentro do Campo Religioso para exortar, aconselhar, informar e tratar dos mais diversos assuntos que tivessem uma relação direta entre o *habitus* religioso e as vivências sociais dos agentes das comunidades dentro do campo de produção de bens simbólicos.

De acordo com Bourdieu, é preciso inculcar nos leigos “uma disposição duradoura, generalizada e transferível de agir e de pensar conforme os princípios de uma visão sistemática do mundo e da existência”<sup>737</sup>. Nesse sentido, é perceptível que a Igreja tentou criar nos leigos um *habitus* religioso mínimo capaz de possibilitar a assimilação, ainda que mínima, da produção oficial dos bens religiosos e de suas ações eclesiásticas que envolvem os treinamentos, epístolas e interlocuções do sagrado com a vivência cotidiana.

### 5.3 O BOLETIM NÓS, IRMÃOS E AS CARTAS PUBLICADAS

O *Nós, Irmãos* tem origem no gênero carta, bem como o jornal e outros periódicos. É possível perceber elementos contextualizantes que são marcas reconhecidamente das cartas nas capas de suas publicações, tais como as que fornecem a data, o nome do boletim ou outro periódico, o endereço, que tenha em seu escopo a mensagem e, ainda que indiretamente, a quem é dirigido.

O Boletim era visto pelo setor de Comunicação da Prelazia como se fosse um jornal – “um jornal de fato”, mas propositadamente “não de direi-

tos e deveres”. A comunicação entre a Redação do *Nós, Irmãos* e os agentes comunitários aponta quatro pontos que merecem destaque nesse Boletim.

O primeiro ponto é que as comunidades gostariam que o Boletim fosse enviado por volta do dia 20 de cada mês, para que chegasse antes do início do mês seguinte e pudessem ter melhor proveito do mensário. Essa informação explicita que, às vezes, havia atraso no envio dos Boletins para as comunidades, fato que é reiterado várias vezes em diversas edições.

Em seguida, percebe-se que a escolha de utilizar mimeógrafo para “rodar o boletim” auxiliava por ser uma opção mais barata e de transporte mais prático contra possíveis ações de censores da ditadura, ao mesmo tempo que dava muito mais trabalho para a produção do grande número de exemplares. No ano de 1978, o Boletim *Nós, Irmãos* possuía uma tiragem média de 1.000 exemplares. Se pensarmos que os Boletins nesse ano traziam uma média de 18 páginas de papel sulfite, multiplicado por mil folhas de papel, teremos 36 resmas de papel para serem impressas em, no mínimo, 03 dias, já que um mimeógrafo elétrico da década de 1970 suportava em média oito mil folhas, no máximo dez mil folhas por dia – isso se não ocorresse problemas como as constantes falta de energia. Assim sendo, do início da impressão, passando pela coleção, encadernação, grampeamento e separação para envio demorava quase uma semana. Soma-se a esse tempo, o necessário para percorrer as distâncias até as comunidades e dificuldades de acesso aos ramais, principalmente no inverno amazônico, com cheias de rios e falta de trafegabilidade terrestre em vários trechos de rodovias, estradas e ramais.

Sequencialmente, percebe-se que para atender à demanda comunitária, o Setor de Comunicação também necessitava que as correspondências fossem entregues em tempo oportuno. É sugerida a entrega até o dia 10 de cada mês para que a notícia saísse no Boletim do corrente mês.

O quarto ponto traz como destaque o fato de que várias comunidades estavam querendo mostrar seus trabalhos, sendo necessária uma intervenção direta da Editoria para fazer uso discricionário do espaço, escolhendo qual mensagem seria ou não veiculada. É nítida a ação do Setor de Comunicação em escolher quais cartas seriam ou não publicadas. Essa ação deixa explícito que não bastava atender a todos os requisitos expostos pelo Boletim para ter suas correspondências veiculadas. Se várias pessoas de localidades próximas escrevessem para o Boletim, algumas seriam atendidas e outras não. Aqui entra o fator discricionário implícito. Há no *Nós, Irmãos* os passos a serem seguidos pelos emissários de missivas para

publicar, mas não há em nenhum lugar do Boletim a informação de qual critério a editoria utilizava para escolher dentre as muitas cartas enviadas pelos agentes de mesmas comunidades que atendiam aos requisitos e, mesmo assim, deixaram de ser veiculadas.

O Boletim *Nós, Irmãos* começou a ser publicado em 1971 e, durante seu primeiro ano de existência, teve apenas 09 cartas publicadas – todas elas da Igreja para seus agentes sociais. No início, o Informativo tinha um aspecto de homilia estendida com inserções de notícias, comunicados e correspondência pastorais. Somente a partir do segundo ano de existência é que esse fluxo de informação começa a publicar correspondências de não sacerdotes.

No aniversário de um ano do *Nós, Irmãos*, em dezembro de 1972, além da compra do mimeógrafo elétrico, graças à doação do Frei André Ficarelli, a Prelazia contou com o aluguel de uma Caixa Postal, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em nome do Padre Pacífico. Antes, a Igreja recebia suas notícias através das Comunidades, de onde os membros escreviam suas cartas e levavam para serem encaminhadas às paróquias e, de lá, à Catedral Nossa Senhora de Nazaré, Sede da Prelazia do Acre-Purus. O mimeógrafo elétrico e a Caixa Postal impulsionaram as comunicações entre a Prelazia e as comunidades em fluxo de sentido inverso.

O endereço constante na página seis do *Nós, Irmãos* de número 12, referente a dezembro de 1972, anunciavam em destaque: “Envie suas notícias para *Nós, Irmãos*. Endereço: Padre Pacífico, Caixa Postal 10, 69900 - Rio Branco-Acre”. A partir desse momento, os integrantes das Comunidades de Base e os líderes comunitários poderiam se comunicar diretamente com a sede da Prelazia, sem precisar passar pelos vigários das paróquias, embora muitos, pelas distâncias em que residiam e dificuldades de acesso aos Correios tenham mantido a prática de envio de notícias pelos vigários até o encerramento da publicação do *Nós, Irmãos* em 1985.

Com o avanço do “Grande Capital” nas terras acreanas, ocasionando intensos conflitos pela posse da terra, e, levando as populações expropriadas à periferia das cidades, aliado ao anseio por receber auxílio, muitas pessoas começaram a escrever para a Prelazia e a fazer denúncias sobre como estavam sendo tratados. O número de cartas recebidas pelo Boletim foi consideravelmente aumentado pelo fato de as pessoas saberem a quem recorrer buscando alívio para seus sofrimentos. O Boletim precisou orientar seus leitores para que mantivesse o foco de escrever “cartas representativas do pessoal que trabalha nas paróquias e comunidades de base”.

O mesmo Boletim explicitou em letras maiúsculas “NÃO TEMOS NESTE BOLETIM NENHUMA COLUNA PARA CARTAS PARTICULARES”, retornando o contato entre as CEB’s e a Prelazia ao patamar anterior em que as cartas deveriam ser novamente entregues a encarregados e/ou ao vigário. Foi acrescida ainda a necessidade de envio das cartas por parte dos responsáveis “já corrigidas e devidamente datilografadas” – solicitação esta que não perdurou por muito tempo. Constava na edição de agosto do Boletim de 1973:

ENVIE NOTÍCIAS PARA NÓS, IRMÃOS

Como? Através do seu VIGÁRIO ou de um ENCARREGADO PARA ESTE FIM, pois só publicamos aqui cartas representativas do pessoal que trabalha nas paróquias e Comunidades de Base. NÃO TEMOS NESTE BOLETIM NENHUMA COLUNA PARA CARTAS PARTICULARES.

Pedimos aos encarregados de enviar-nos as notícias já corrigidas e devidamente datilografadas!<sup>738</sup>.

Nesse primeiro momento, para publicar no Boletim ainda havia um caminho de burocracia a ser seguido. O remetente entregava sua carta para o Monitor de seu grupo de Evangelização. O Monitor entregava a carta para o vigário da Paróquia. O vigário entregava a carta para a Secretaria da Prelazia. A Secretaria entregava para o responsável pela publicação. O responsável “extraía as notícias” a serem publicadas. Um ou outro estágio da burocracia poderia ser pulado, contudo, esta perdurou em maior ou menor quantidade por mais alguns anos.

A citação de não publicar “cartas particulares” é uma explicação clara das ações da Prelazia nesse primeiro momento: as cartas eram datilografadas em formato de notícia para serem lidas no Boletim. Esse pensamento de recortar apenas aquilo que os editores do mensário consideravam importante para a Prelazia fez com que as cartas de agentes sociais enviadas desde a primeira edição em dezembro de 1971 somente fossem publicadas na íntegra: a partir de julho de 1973, as cartas enviadas por homens; a partir de fevereiro de 1974, as cartas enviadas por mulheres; e, a partir de janeiro de 1979, as cartas enviadas por crianças e adolescentes.

Como grande parte da população não sabia ler nem escrever<sup>739</sup>, dependendo de outras pessoas que tinham sido alfabetizadas, ficou inviável a ideia de encaminhar as cartas já corrigidas. E sendo poucas as máquinas de datilografia nas localidades, não foi possível que as cartas fossem enviadas datilografadas.

No ano seguinte, em 1974, um outro aviso informava que as notícias deveriam ser encaminhadas na primeira quinzena de cada mês. A Prelazia deixou o sr. Antônio José, no Centro Catequético, como o responsável pelo recebimento do pagamento referente à compra do Boletim “*Nós, Irmãos*”. Em 1975, a senhora “Dinah” é listada como “dedicada datilógrafa” e “Mourão” como “operário de mimeógrafo”<sup>740</sup>.

Na primeira edição de 1976, depois de passar por uma reformulação o Boletim traz a solicitação de dois tipos diferentes de notícias: a primeira, intitulada “Aquelas (!)”; e, a segunda, intitulada “Notícias da Comunidade”<sup>741</sup>, que é o nome com o qual o Boletim identifica as informações contidas nas cartas enviadas para ele e as notícias trazidas pelos vigários e pelo próprio setor de Comunicação da Prelazia.

Algumas pessoas “gostavam de pegar o Boletim” para levar às suas comunidades, contudo, “esqueciam em casa” o dinheiro do exemplar, levando o mesmo “fiado”.

Na edição de maio de 1976, apareceu pela primeira vez o nome dos integrantes da equipe de redação do Boletim. Segundo o Informativo, a Equipe de Redação do *Nós, Irmãos* no ano de 1976 era formada por Dom Moacyr Grechi, Nilson Mourão, Dinah, William, Padre Destro, pessoal da Paróquia santa Inês e colaboração das comunidades eclesiais<sup>742</sup>.

Em outubro de 1976, a Prelazia trocou o número da Caixa Postal para correspondência, informando como novo endereço de comunicação a Caixa Postal 473. Segundo anunciado no Boletim, quanto as correspondências “Enviar as notícias para ‘*Nós, Irmãos*’ até o dia 15 de cada mês. Prelazia do Acre e Purus, C. P. 473, 69.900, Rio Branco - Acre”<sup>743</sup>.

Em fevereiro de 1978, depois da implementação do serviço de assinaturas, a redação de *Nós, Irmãos* expôs sugestões de como escrever para o Boletim. Os agentes de pastoral deveriam contar “a situação de sua comunidade: o que estão fazendo, como estão fazendo” bem como “as experiências de alegrias e dificuldades no trabalho”<sup>744</sup>.

Essas instruções dão conta de uma mudança editorial do Boletim, ampliando a participação dos agentes comunitários e enfatizando ações correntes da vida cotidiana não apenas dos agentes de pastoral, dos grupos de evangelização e/ou das Comunidades Eclesiais de Base.

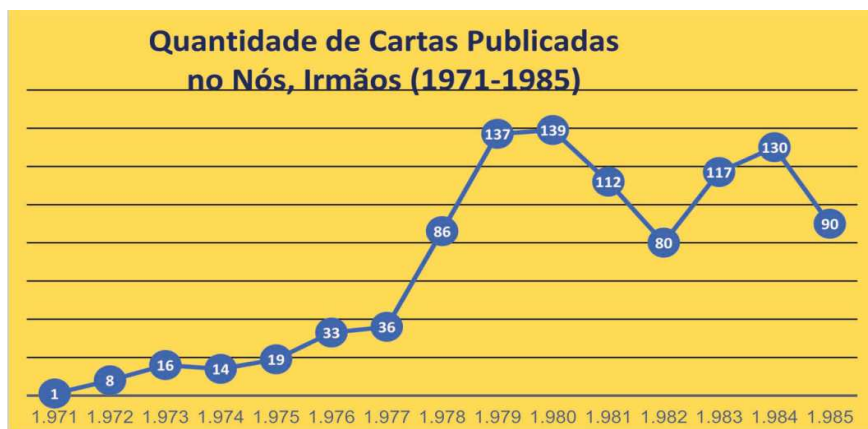
A aceitação de informações extra religiosas fez aumentar o interesse dos agentes sociais e das comunidades em geral pelo Informativo, uma vez que poderiam ter acesso não mais a apenas notícias sobre as comunidades

e localidades vizinhas, mas também poderiam ler as cartas de seus amigos, parentes e irmãos de caminhada no trabalho eclesiástico.

A partir de 1978, ocorre uma mudança significativa nas cartas apresentadas. As denúncias se intensificam. Os sindicatos, ao lerem sobre ações de seus correlatos, fazem reuniões e ajustam as próprias ações para também lograr êxito. As pessoas começam a cobrar mais as autoridades constituídas para que a legislação seja cumprida e o direito ao contraditório seja respeitado. As comunidades passam a ter o Boletim não apenas como um Informativo Eclesiástico, mas também como um veículo de comunicação com viés de mão dupla em uma comunicação da Igreja para com os agentes sociais e dos agentes sociais para com a Igreja.

Dadas as mudanças acima descritas, o Boletim, que nos anos de 1975 tinha publicado apenas 19 cartas; em 1976, 33 cartas; e em 1977, 36 cartas, com essa mudança na linha editorial, expande suas ações e alcance em busca do sonhado ideal de Igreja Popular. Assim sendo, o número de publicações de cartas e as variedades dessas publicações aumentaram exponencialmente nos anos seguintes. No ano de 1978, o Boletim publicou 86 cartas; em 1979, 133 cartas; e em 1980, 139 cartas, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico: Quantidades de cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados das edições do Boletim *Nós, Irmãos*.

No ano de 1971, foi publicada apenas uma carta no Boletim *Nós, Irmãos*. Esse número permaneceu crescente ano a ano, tendo apenas 03 perí-



odos de queda: o primeiro, em 1974, ocasionado pela dificuldade de locomoção e tráfego nas estradas, o que obstava o transporte de materiais para a publicação do Informativo, dentre outros fatores; o segundo, entre 1980 e 1982, por dois motivos preponderantes – a perseguição dos agentes do SNI contra os membros da Prelazia e a concessão de um maior espaço reservado a reportagens que informavam sobre atos de violência contra os trabalhadores; o terceiro, em 1985, com a mudança da liderança do Setor de Comunicações da Prelazia e a reabertura política do país.

Tabela: Quantidade de páginas nas Edições do *Nós, Irmãos* (1971-1985).

BINI	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1971												08
1972	11	09	11	05	07	06	08	05	08	08	08	11
1973	09	09	17	11	13	15	15	15	15	16	13	17
1974	10	07		11	08	16	13	12	14			20
1975	14	14	12		23	12	16	15	15	17	13	15
1976	20	21	21	19	17	15	21	23	20	17	15	16
1977	18	18	21	21	23	25	25	19	18	23	25	20
1978	21	13	18	20	16	16	16	16	20	20		18
1979	18	18	18	24	22	20	22	22	20	26	20	18
1980	26	18	22	22	16	20	20	22	18	18	20	20
1981	12	16	20		20	17	36		18	20	14	21
1982	18		10	24	20	22	18	23	16	18	17	25
1983	23		18	20	18	18	18	21	22	23	20	20
1984	32		21	23	18	21	23	14	25	17	18	28
1985	28			26	18	17	23	21	19	24	19	30

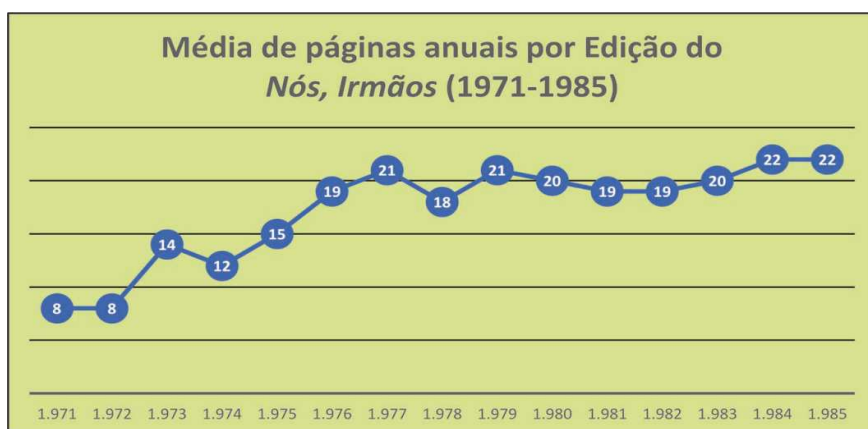
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados das edições do Boletim *Nós, Irmãos*.

A quantidade crescente de cartas e o tamanho crescente dessas missivas fez com que o Boletim tivesse seu número de páginas aumentado. No primeiro ano, o *Nós, Irmãos* apresentava exemplares com aproximadamente 08 laudas, mantendo a média anual de 10 páginas nos primeiros três anos em que se publicava os extratos das cartas em formatos de notícias.

Com a publicação de “cartas particulares”, a partir de 1974, com uma média de 16 páginas por publicação, esse número subiu para 29 car-

tas anuais em média. Entre 1976 e 1981, com o foco nas cartas particulares – citadas no primeiro Boletim de 1976 como sendo “Aquelas (!)” –, e o enfoque nas ações realizadas por agentes particulares e coletivos – “Mesmo acontecimentos que não sejam religiosos” –, houve uma expansão no volume de cartas, no tamanho, nas formulações, nas variedades, na diversidade de remetentes e temáticas, com uma média de 120 cartas publicadas por ano – e cada tiragem do Boletim passava a ter em média 22 páginas:

Gráfico: Média de páginas anuais por Edição do *Nós, Irmãos* (1971-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados das edições do Boletim *Nós, Irmãos*.

As Comunidades continuavam a enviar cartas todos os meses para publicar, mas nem todas atendiam aos requisitos de uma correspondência básica: emissor, mensagem, destinatário. Vários foram os lembretes de como escrever para o Boletim. Em várias edições observam-se indicativos de ações para que as correspondências fossem publicadas:

ATENÇÃO - ATENÇÃO - ATENÇÃO - ATENÇÃO - ATENÇÃO  
Quem escreve para o Boletim “*Nós, Irmãos*” deve colocar na carta o seu nome completo, o nome do GRUPO ou COMUNIDADE e o nome do LUGAR.

**“*Nós, Irmãos*” DEIXOU de PUBLICAR 03 cartas porque vieram sem a assinatura de quem escreveu, sem o nome do Grupo ou Comunidade. POR FAVOR, não esqueçam disso, tá?<sup>745</sup>**

Em vários números do *Nós, Irmãos*, observamos a existência de convite reiterado e o indicativo explícito de que os agentes de pastoral deveriam escrever para o Boletim, mas não eram aceitas cartas anônimas ou sem identificação de origem, em uma tentativa de fazer com que as pessoas interagissem com a comunidade em que estavam inseridos, mesmo que não participassem ativamente dos grupos. A ideia de comunidade se fortalecia nas publicações do informativo e as ações pautadas no bem comum dos habitantes das comunidades ganhava mais espaço.

Dessa forma, com a mudança editorial e a intensificação de ações coletivas, as pessoas começaram a se interessar para que o mensário chegasse mais rápido, tivesse uma regularidade garantida e expusesse em quantidades cada vez maiores de páginas as cartas a ele encaminhadas.

Diversas vezes aparecem no Boletim justificativas para não publicação de cartas e artigos. Na justificativa apresentada na edição de março de 1984 há a citação direta de várias correspondências e motivações para a não publicação.

Observa-se, primeiramente, o indicativo de que a editoria do Boletim havia recebido muito material, configurando assim uma maior possibilidade de escolha do que deveria ou não ser publicado enquanto informação relevante e representativa para as comunidades. O Setor de Comunicações cita o recebimento de variado material como carta, romance, artigo, dentre outros. Vários desses gêneros foram publicados em diferentes edições, sendo o objeto de análise deste trabalho apenas as cartas publicadas. E, por fim, nota-se, novamente, a informação de que havendo os mais variados assuntos, provenientes de fontes distintas, em datas próximas umas das outras, seria dada prioridade de publicação para quem enviou primeiro, sendo incentivada a correspondência contínua entre a Prelazia e as comunidades.

Foram muitas as ações fomentadas pelos agentes sociais e que, de alguma forma, tiveram seu registro no Boletim da Prelazia. Várias cartas publicadas apresentaram assuntos diversos, alguns que pareciam não terem “sido lidos” ou “achados em desacordo” pela editoria. Muito se publicou e muito foi dito através das cartas. Além das lutas diárias e de ações religiosas, aparecem nas cartas outros temas que retratam um pouco do cotidiano.

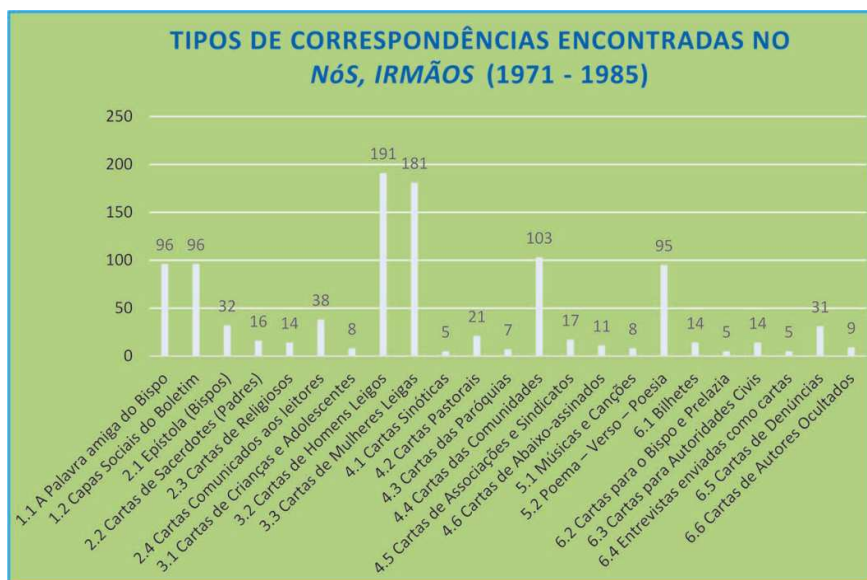
Desenhos, xilogravuras e artes visuais diversas foram incentivados a ponto de dois artistas acreanos alcançarem reconhecimento internacional. Bêbados que escreviam e tinham suas cartas publicadas por seu ideal de coletivo ser mais proeminente que sua dificuldade com a bebida. Líderes

religiosas que monitoravam grupos se fizeram presentes nas publicações, mesmo que não tivessem marido e apresentassem filhos de pais distintos. Freiras que precisaram retornar a seus países de origem por motivos adversos a seus amores. Padres que se casaram, deixaram o sacerdócio, mas não abandonaram o ideal de auxiliar os menos favorecidos.

Ao coletar as cartas e refletir sobre o tipo de pesquisa para investigação e sistematização, intentando uma pré-análise, optamos pela proposta de análise de conteúdo de Bardin conforme processo descrito por Roque Moraes<sup>746</sup>, por ser a que melhor instrumentaliza ações com a finalidade de responder os problemas apresentados e alcançar os objetivos propostos. Depois do processo de Unitarização com base na sistematização proposta por Moraes, empregando-se a técnica de Análise Temática, foi possível coletar as cartas nessas 23 categorias intermediárias.

O Boletim Informativo *Nós, Irmãos* publicou 1.017 cartas entre os anos de 1971 e 1985. Foram publicadas 1.017 missivas em formatos de cartas, uma vez que dezenas, senão centenas de outras cartas foram publicadas em formatos de notícias, reportagens e reflexões, não sendo, portanto, objeto de análise neste trabalho.

Gráfico: Tipos de correspondências no *Nós, Irmãos* (1971-1985)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados das edições do Boletim *Nós, Irmãos*.

Os dados aqui apresentados são uma prévia panorâmica situacional sobre quantidades de páginas do Boletim, disposição de cartas, unitarização, tipificação, catalogação, categorização e análise que serão objeto de estudo nesta obra.

Antes de aprofundar essa análise específica sobre as “vozes dos agentes sociais nas mensagens das cartas” é necessário compreender os elementos de comunicação que possibilitaram e fundamentaram a análise categorial e temática bem como os processos de unitarização e categorização que embasaram os estudos dos processos de elaboração e significação das correspondências, publicadas em formato de cartas, bem como dos espaços de sociabilidades, vivências amazônicas no período e ações de grupos sociais.

#### **5.4 ANÁLISE DE CONTEÚDO E OS ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO**

A Análise de Conteúdo se constitui como pressuposto teórico de análise, seu ponto de partida é a mensagem. Ao pensar em pesquisa qualitativa e sua caracterização é possível identificar que se trata de descrição, interpretação, busca pela compreensão de fatos, de fenômenos, de documentos, seguindo os pressupostos da Análise de Conteúdo para captar o sentido simbólico do texto<sup>747</sup>. Embora esse sentido nem sempre seja manifesto e seu significado não seja único.

Um dos primeiros problemas enfrentados pelo pesquisador é a escolha do método<sup>748</sup>, e a justificativa dos procedimentos metodológicos de constituição de dados e de análise<sup>749</sup>. A confiabilidade dos registros<sup>750</sup>, e da documentação dos dados é preponderante para a constituição do material de análise<sup>751</sup>. De igual modo, a transparência e clareza nos procedimentos<sup>752</sup>. Por ser uma metodologia extremamente versátil e adaptável, não há uma limitação da técnica por parte do autor das mesmas, antes, cabe ao pesquisador delimitá-la em função dos fundamentos que o orientam<sup>753</sup>.

A Análise de Conteúdo é uma alternativa metodológica aos historiadores que considerem “a historia distanciada de verdades demonstráveis, verificáveis, invariáveis. Desde que admita a contingência não previsível e a interferência de observadores sobre os fenômenos observados<sup>754</sup>. O uso da Análise de Conteúdo na pesquisa histórica é limitado pela quantidade de material para análise, com várias operações classificatórias que além de necessárias, são simultaneamente semânticas, lógicas e sintáticas.

A eficiência das minúcias da análise de frequência deve ir além da mera descrição dos conteúdos manifestos nas mensagens, deve-se buscar as inferências ou a interpretação mais profunda pela presença ou ausência de características do/no conteúdo do texto<sup>755</sup>.

Nessa mesma linha de pensamento, Núncia Constantino afirma que após registrar o metatexto a partir de inferências conclui-se que:

Análise de Conteúdo é metodologia que se pode ser utilizada através de várias técnicas, ou da livre combinação dessas, em perspectiva interdisciplinar. Sendo amplas as possibilidades de escolha, tornam-se técnicas viáveis com relação a diversos propósitos, ou a diferentes níveis e tipos de formação dos historiadores. AC propõe sistematicamente a realização de operações analítico-sintéticas, através de procedimentos que auxiliam no desenvolvimento das capacidades de instuir e de inferir.<sup>756</sup>

Maria Franco ao fazer uma rememoração dos usos da Análise de conteúdo afirma que “a preocupação com a Análise do conteúdo das mensagens, dos enunciados do discurso e das informações é muito mais antiga do que a reflexão científica”<sup>757</sup>. Para a autora os usos iniciais da Análise de Conteúdo foram na tentativa de responder às questões relacionadas a compreensão, interpretação de metáforas e parábolas bíblicas, buscando responder à questão “o que essa mensagem significa?” No século XIX a AC foi utilizada pelo Francês Bourbom na tentativa de “captar a expressão das emoções e das tendências da linguagem”<sup>758</sup>.

Durante a 1ª Guerra Mundial, as análises foram predominantemente descritivas sem aprofundamentos de recursos analíticos e interpretativos<sup>759</sup>. Na década de 1930, com o progresso das formas de documentação, a linguagem tornou-se objeto de estudo e de controvérsias entre a Análise de Conteúdo e a Análise do Discurso – esta predominantemente linguística. A autora afirma que a Análise de Conteúdo inicialmente assentava-se nos postulados teóricos da matriz positivista, invocando o rigor científico da “medida, objetividade, neutralidade e quantificação”, desenvolvendo-se em uma “perspectiva de sondagem de opiniões colhidas”. Os usos iniciais da Análise de Conteúdo por muito tempo foram limitados a análise de dados “naturais” ou “disponíveis”<sup>760</sup>.

Laurence Bardin ao refletir sobre o Campo de Atuação da análise de conteúdo afirma que:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações<sup>761</sup>.

A autora percebe que sua aplicação é extremamente vasta uma vez que qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, independentemente de quem o controla, é passível de decodificação, decifração e escrita. Assim sendo, há uma expansão dos domínios a serem explorados e uma transposição de campos de aplicação.

Olabuenaga e Ispizúa apresentam a análise de conteúdo como uma técnica para ler e para interpretação de documentos<sup>762</sup>. Krippendorf asseverou que é possível investigar os textos dentro de múltiplas perspectivas de interpretação<sup>763</sup>. Núncia Constantino conceitua

Análise de Conteúdo designa conjunto de técnicas cuja aplicação, através de procedimentos sistemáticas, visa produzir inferências. São técnicas para ler e interpretar o conteúdo de qualquer espécie de documento, e, mais concretamente, de toda a espécie de documento escrito [...]. Tem como primeiro objetivo buscar sentido ou sentidos no texto e fundamenta-se nos pressupostos da concepção dinâmica da linguagem, entendida como construção real de cada sociedade e como expressão da existência humana, elaborando e desenvolvendo representações em todos os momentos históricos<sup>764</sup>.

Em um primeiro momento, os dados constituintes do corpus a serem submetidos a análise de conteúdo podem ser descritivos<sup>765</sup>, devendo captar “o universo das percepções” em seu contexto<sup>766</sup>. O texto é considerado como uma forma de comunicação que possibilita ao pesquisador identificar os inúmeros sentidos contidos no material de análise<sup>767</sup>.

A Análise de Conteúdo não é apenas uma simples técnica ou um método de abordagem mais fácil<sup>768</sup>. Ela possui características próprias<sup>769</sup>, em que a fonte de dados é diretamente o ambiente natural, a pesquisa tem base descritiva, na abordagem qualitativa o processo é tão interessante quanto o resultado, sendo os significados de grande importância. A pesquisa qualitativa “não pretende testar hipóteses para comprová-la ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão, reconstruir conhecimentos existentes sobre os temas investigados”<sup>770</sup>.



De acordo com Triviños, a análise de conteúdo pode ser aplicada tanto em pesquisas quantitativas como qualitativas, por ser uma metodologia extremamente relevante para desvendar o que não se apresenta na superfície do texto, além de “servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade”<sup>771</sup>.

Na Análise de Conteúdo, grande parte dos textos analisados são compreendidos a partir de corpus que devem ser observados sob a luz desse referencial. Não se trata de uma simples identificação porque esses textos adquirem o perfil de significantes e o pesquisador deve construir novos significados que se pautem na teoria que tem por base para a análise e na maneira como percebe as informações ali presentes.

Com o progresso da documentação e o desenvolvimento da linguística aplicada surgiram incompreensões sobre os limites dos campos de saber e de atuações da Análise de Conteúdo e Análise de Discurso.

Michel Pêcheux distingue “a língua” como objeto da linguística e “a palavra” como objeto da análise de conteúdo. Para o autor, o papel da linguística resume-se à descrição de funcionamento da língua, enquanto a análise de conteúdo “trabalha a palavra, o que está por trás dela, a prática da língua realizada por emissores identificáveis”<sup>772</sup>.

Assim sendo, a emissão das mensagens está vinculada às condições contextuais de produção e agência carregadas de componentes subjetivos, cognitivos, valorativos, afetivos e historicamente mutáveis, sejam elas verbais, silenciosas, simbólicas ou representativas. Essas condições envolvem acesso aos códigos linguísticos, aos contextos de campos e habitus, a temporalidade de produção e de recepção, a situações sociopolítico-econômico-culturais, e, ao grau de competência do pesquisador para decodificá-las em expressões verbais na forma de mensagens.

Ao assentar-se em pressupostos que estabelecem a concepção da linguagem como algo crítico e dinâmico, a Análise de Conteúdo se afasta da concepção formalista da linguagem própria dos linguistas e busca conhecer novas possibilidades de identificação consistente e substantiva das mensagens a partir de indicadores figurativos. Ao ser utilizada para fazer inferências a cerca de dados verbais e/ou simbólicos, ela descortina tendências contínuas e inter-relacionadas.

As comparações contextuais são traçadas em um processo de permanente formulação de hipóteses em que intencionalidade, sensibilidade e competência do pesquisador se entrelaçam a procedimentos utilizados para a análise e interpretação dos conteúdos, com a finalidade de garantir a relevância dos sentidos atribuídos às mensagens.

Cabe ao pesquisador propor essa divisão para que dela possam emergir as possíveis unidades de análise, como resultantes de um processo de interpretação que nem sempre é contínuo, mas é resultado de idas e vindas (em leituras e releituras) na busca de relações entre essas informações e o fenômeno que se pretende compreender sobre os dados coletados.

#### 5.4.1 Fundamentos e Possibilidades para uma análise categorial e temática

A Análise de Conteúdo utilizada neste trabalho é baseada na metodologia de Roque Moraes<sup>773</sup>. Há três concepções paralelas e progressivas constituintes de seu pensamento exposto. Em sua obra “Análise de Conteúdo: possibilidades e limites”, publicada em 1994, o autor afirma:

A análise de conteúdo constitui-se de um conjunto de técnicas e instrumentos empregados na fase de análise e interpretação de dados de uma pesquisa, aplicando-se, de modo especial, ao exame de documentos escritos, discursos, dados de comunicação e semelhantes, com a finalidade de uma leitura crítica e aprofundada, levando à descrição e interpretação destes materiais, assim como a inferências sobre suas condições de produção e recepção<sup>774</sup>.

Em um primeiro momento, objetivando examinar as possibilidades e limites da Análise de Conteúdo, Moraes a descreve como sendo um conjunto de técnicas e instrumentos que poderiam ser utilizadas a fim de propiciar fundamentada descrição, interpretação e constituição de inferência<sup>775</sup>. O autor encerra seu artigo citando necessários aprofundamentos quanto a pesquisas e questões relacionadas – aprofundamentos esses que são produzidos no artigo seguinte.

No segundo artigo apresentado por Moraes não há ainda a preocupação de construir uma conceituação própria<sup>776</sup>, embora o autor apresente vários autores e obras que já fizeram tais conceituações com aplicabilidades<sup>777</sup>. O diferencial está em Moraes “apresentar e discutir alguns fundamentos da metodologia de Análise de Conteúdo” (...), mostrar novas possibilidades (...), e, partir “para a construção de um fundamento teórico para a pesquisa”<sup>778</sup>. Há o desenvolvimento, a experimentação e a sistematização da metodologia de Análise de Conteúdo, segundo a concepção do autor – concepção essa que seria sistematizada e formalizada no ano seguinte.

No terceiro e último artigo de Roque Moraes sobre Análise de Conteúdo, o autor a conceitua como sendo:

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum<sup>779</sup>.

Fechado o ciclo de concepção e conceituação, com características e possibilidades próprias, a Análise de Conteúdo em Roque Moraes é mais que uma técnica de análise de dados, representa uma abordagem metodológica que oscila “entre o rigor da suposta objetividade dos números e a fecundidade sempre questionada da subjetividade”<sup>780</sup>. O autor disserta que a análise de conteúdo sempre é um único instrumento com variedade de formas e adaptável a um campo de aplicação vasto, sendo sua matéria-prima “constituída de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes (...)”<sup>781</sup>.

Na proposta original, segundo Moraes a análise de conteúdo se preocupava mais diretamente com o significado das mensagens para os receptores, com o passar do tempo, ganharam importância tanto a ênfase dada ao processo como ao produto da análise. Ao passar do tempo o contexto evidencia-se como significante indispensável a ser considerado para o entendimento do texto. Assim, autor, conteúdo explícito, destinatário, formas de codificação e transmissão da mensagem, são fundamentais para compreensão da mensagem.

A explicitação do contexto dentro dos quais se analisam os dados são fundamentais para que se estabeleça os limites de análise e a conjuntura que envolve essa reconstrução de condições coexistentes e predecessoras ou sucessoras dos materiais sob análise em uma abordagem de leitura qualitativa. Não sendo lógicos os limites contextuais da análise, o pesquisador precisa ter em mente que a mensagem da comunicação é simbólica bem como os objetivos propostos para a investigação, a disciplina do pesquisador, a natureza do material e a própria interpretação pessoal do/a pesquisador/a com relação à percepção que tem dos dados, pode interferir na leitura investigatória, pois não é possível uma leitura neutra, ou seja, toda leitura constitui uma interpretação.

Além de elucidar quanto aos seus fundamentos, Moraes também define o método da análise de conteúdo compreendendo as seguintes etapas: 1 - preparação das informações; 2 - unitarização; 3 - categorização; 4 - descrição; e, 5 - interpretação.

Seguindo os pressupostos teóricos-metodológicos de Roque Moraes o primeiro passo do processo de análise de conteúdo, refere-se à preparação das informações. Para isso, deve-se fazer a leitura de todo o material, decidir sobre quais comporão o corpus da análise e realizar o processo de codificação dos materiais “[...] estabelecendo um código que possibilite identificar rapidamente cada elemento da amostra de depoimentos ou documentos a serem analisados.”<sup>782</sup>.

A segunda etapa compreende o processo de unitarização. Após reler os materiais que compõem o corpus, define-se a unidade de análise (também chamada de unidade de registro ou unidade de significado), que corresponde ao “[...] elemento unitário de conteúdo a ser submetido posteriormente à classificação.”<sup>783</sup>. Conforme Moraes as unidades de análise, ou seja, os fragmentos de conteúdos a serem posteriormente categorizados, podem ser tanto as palavras, frases, temas ou mesmo os documentos em sua forma integral. Procedese a uma nova releitura dos materiais identificando as unidades de análise e codificando-as. Nesta análise, a unitarização foi realizada a partir de unidades temáticas de modo que representassem uma ideia, um significado completo em si mesmas, as quais não precisavam de informações adicionais para que sua interpretação pudesse ser realizada. Como unidades de contexto, optou-se pelos parágrafos donde as unidades de análise foram extraídas. Para Roque Moraes, a unidade de contexto “[...] é a unidade mais ampla que a de análise, a qual lhe serve de referência, fixando limites para interpretá-la. Geralmente, cada unidade de contexto contém diversas unidades de registro”<sup>784</sup>.

Após realizar a unitarização, inicia-se o processo de categorização. Este constitui-se em um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles, ou seja, é um processo de classificação (por semelhança ou analogia) e de redução de dados, a partir de um esforço de síntese de uma comunicação. Existem duas propriedades que se exigem das categorias: a pertinência com relação aos objetivos propostos; e, a homogeneidade a partir da qual os princípios constituintes das categorias são fundamentados. Cada categoria deve fundamentar-se em apenas um dos seguintes critérios: semânticos (originando categorias temáticas), sintáticos (verbos, adjetivos, substantivos), léxicos (ênfase nas palavras e seus

sentidos) e expressivos (focalizando em problemas de linguagem)<sup>785</sup>. Nesta análise, optou-se por construir categorias a partir do critério semântico, conformando a análise de conteúdo “temática”. Além da escolha do critério, as categorias também devem ser válidas, exaustivas, homogêneas, mutuamente exclusivas e consistentes.

Por fim, as categorias, resultantes do processo de análise de conteúdo, podem ser agrupadas em vários níveis de categorização, tais como: categorias iniciais (resultam de um primeiro esforço de classificação e possuem um número elevado de categorias), categorias intermediárias (provêm de um esforço progressivo da classificação – recategorização –, reduzindo o número de categorias, assim como a homogeneidade) e categorias finais, que são as categorias mais amplas, as quais a descrição e interpretação dos dados irão se ocupar.

A quarta etapa, refere-se à etapa da descrição, onde se comunica o resultado do trabalho analítico-sintético. De acordo com Roque Moraes, a descrição, em pesquisas quantitativas envolverá a organização de tabelas e quadros apresentando as categorias construídas no trabalho, enquanto que nas pesquisas de abordagem qualitativas a descrição realiza-se a partir de um metatexto também chamado de texto-síntese, o qual expressa o conjunto dos significados presentes nas unidades de análise, mas também fazendo uso de citações diretas dos dados originais do corpus de análise. Importante destacar que é através do texto produzido como resultado da análise que se poderá perceber a validade da pesquisa e de seus resultados. A partir da concepção do metatexto, é necessário passar para a desconstrução dos textos. É nessa etapa que são destacados os elementos de fragmentação, com o objetivo de detalhamento e percepção dos sentidos do texto em seus pormenores.

Nessa quinta etapa, o autor alerta que uma adequada análise de conteúdo não deve se limitar à descrição. Deve ir além, procurando compreensões em um processo interpretativo. A interpretação, para Moraes, associa-se, nas pesquisas quantitativas às inferências, enquanto que nas pesquisas qualitativas o objetivo é a compreensão. Esta pode ser realizada a partir de uma teoria a priori (abordagem dedutiva, verificatória e objetiva) ou a partir de uma teoria construída com base nos dados e nas categorias de análise (abordagem indutiva, gerativa e subjetiva). Mas também, podem ser concebidas pesquisas que abordem a questão do significado da teoria e da fundamentação teórica de forma intermediária.

Para o autor, a necessidade de interpretação do conteúdo não se refere somente aos conteúdos manifestos, mas, sobretudo, aos conteúdos latentes. Por conteúdo manifesto, o autor nos ensina que este restringe-se ao que é dito, com ênfase na objetividade, correspondendo a uma leitura representacional, na qual procura a inferência<sup>786</sup> direta do que o/a autor/a quis dizer. Por sua vez, o conteúdo latente busca captar sentidos implícitos, sua ênfase está na subjetividade. Roque nos diz que “A análise de conteúdo, numa abordagem qualitativa, ultrapassa o nível manifesto, articulando o texto com o contexto psicossocial e cultural.”<sup>787</sup>.

#### 4.4.2 Unitarização e Categorização das Cartas a partir da Análise de Conteúdo

Ao examinar a análise de conteúdo em termos de suas possibilidades e limites em pesquisas, percebemos que Roque Moraes, em um primeiro momento, a apresenta como sendo “uma técnica de exame de dados e informações de pesquisa<sup>788</sup>. Em seguida, Moraes passa para uma exploração de definições, afirmando que vários autores já haviam trabalhado sobre essa técnica. Ao citar Berelson<sup>789</sup>, o autor apresenta a análise de conteúdo como uma técnica de pesquisa voltada à “descrição do conteúdo manifesto das comunicações”, pautando uma sequência a ser seguida, sendo objetiva, sistemática e quantitativa, em um primeiro momento; e, a análise das interpretações é utilizada principalmente no âmbito das comunicações.

Para Moraes, ao estudar a Análise de Conteúdo, Laurence Bardin faz uma sistematização na qual “descreve a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise da comunicação, visando a descrição do conteúdo das mensagens”<sup>790</sup>, focando nos procedimentos sistemáticos e objetivos, buscando atuar com os indicadores e com as inferências.

Moraes, destaca a descrição feita por Krippendorff<sup>791</sup>, na qual afirma: “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação destinada a formular, a partir de certos dados, inferências reproduzíveis e válidas que possam aplicar-se a seu contexto”<sup>792</sup>.

Há, a partir desse conceito, uma ampliação do campo de ação da análise de Conteúdo, ao mover a relevância enfática fator descritivo e para, sistematicamente, ser conduzida a constituição de inferências.

Ao retomar os principais elementos constituintes das definições propostas, em seu primeiro conceito de Análise de Conteúdo, Roque Moraes afirma que:

A análise de conteúdo constitui-se de um conjunto de técnicas e instrumentos empregados na fase de análise e interpretação de dados de uma pesquisa, aplicando-se de modo especial, ao exame de documentos escritos, discursos, dados de comunicação e semelhantes, com a finalidade de uma leitura crítica e aprofundada, levando à descrição e interpretação destes materiais, assim como a inferências sobre suas condições de produção e recepção<sup>793</sup>.

A partir desse conceito, percebe-se que a Análise de Conteúdo não é mais somente uma técnica ou um conjunto de técnicas. São acrescidos os fatores de descrição, interpretação e inferências. Moraes toma de empréstimo dois termos que o Grawitz<sup>794</sup> utiliza com relação aos materiais passíveis de serem tratados pela análise de conteúdo:

- 1) Materiais de Comunicação Verbal, sejam textos, documentos oficiais, livros, jornais, documentos pessoais; materiais de comunicação oral, como transmissões de rádio, televisão, gravações de reuniões e similares;
- 2) Materiais especialmente criados pela pesquisa, tais como entrevistas, discussões de grupos, respostas a questionários, depoimentos orais ou escritos<sup>795</sup>.

A análise de conteúdo está cada vez mais abrangente: sua ênfase inicial, que anteriormente se dava no nível da linguagem, foi ampliando seu objeto de estudo, de modo a incluir comunicações não-verbais e exploração de comunicações que ultrapassem seu conteúdo temático.

Dentre as várias possibilidades de técnicas que a análise de conteúdo permite antever, existem a perspectiva da profundidade da análise, da quantificação, da utilização de hipóteses, da perspectiva dos elementos da comunicação, da perspectiva dos objetivos da análise e da perspectiva do caráter objetivo/subjetivo.

Neste primeiro momento de preparação de materiais para se constituírem em unitarização e categorização, faremos uso da “perspectiva dos elementos da comunicação”, examinando os significados, aprofundando a compreensão da mensagem propriamente dita – seja do emissor, seja do receptor – incluindo o exame dos significantes, enunciação, relações, quantificação para a explicação e análise estrutural. Para alcançar os objetivos propostos nesta obra, com base nos problemas apresentados, faremos, uma correlação associativa com a “perspectiva dos objetivos de análise”, ultrapassando os paradigmas da descrição crítica, aprofundada e detalhada, re-



alizando a interpretação dos resultados obtidos nas categorizações iniciais, intermediárias e finais.

Constituído o *corpus* de análise com as 1.017 cartas foi submetido a um processo preliminar de codificação, conhecido como unitarização. Ao fazer a leitura para “limpá-lo e prepará-lo para as fases posteriores de análise”<sup>796</sup>, além da necessária impregnação nos conteúdos a serem analisados e da “definição das unidades de análise”<sup>797</sup>, haja vista não haverem categorias definidas “a priori”, antes essas emergem da análise.

Ao tentar reunir o que está muito próximo em seu significado quanto correspondências encaminhadas e elencadas, percebemos uma dissonância em algumas correspondências digitalizadas e digitadas que foram publicadas no *Nós, Irmãos*. Cartas transformadas em notícias, outras cartas tornadas parte do Evangelho, ainda algumas delas utilizadas como reportagem. Todas elas foram retiradas por não atenderem aos requisitos de uma carta. Mais à frente, em contexto oportuno, aprofundaremos este assunto.

Resolvidas as incongruências, a composição do *corpus* foi definida com um total de 1.017 cartas. Nesse contexto, existem algumas observações que merecem destaque: 1) o *corpus* de análise, digitado e categorizado, está composto por 1.291 (mil, duzentos e noventa e uma) páginas digitadas em formato “word, fonte Arial, tamanho 12, espaçamento entre linhas simples e paragrafação zero”; 2) Centenas de cartas enviadas ao *Nós, Irmãos* não foram publicadas, embora seu conteúdo tenha sido expresso no Boletim – essas correspondências não foram contadas para a composição deste *corpus*; 3) Cartas tornadas notícias, enquetes ou base de apoio à seção do mensário intitulada “Evangelho” não foram coletadas para este *corpus*; 4) O Boletim Informativo *Nós, Irmãos* não publicava cartas anônimas, assim sendo, todas as cartas publicadas apresentavam inicialmente autoria definida, contudo, para resguardar a segurança dos remetentes, em alguns casos, foi necessário ocultar a autoria delas no mensário; 5) nos deparamos com cartas que, depois digitadas, em “word, fonte Arial, tamanho 12, espaçamento entre linhas simples e paragrafação zero”, mediam, literalmente 03 linhas, embora atendessem a todas as exigências hermenêuticas para a composição de cartas; 6) outras cartas, depois de digitadas, com mesma formatação que a anterior, mediam, literalmente 06 páginas; 7) algumas cartas contêm elementos de duas e, até, três categorias distintas, podendo ser incluídas em qualquer uma delas, sendo o ato discricionário de inclusão em uma categoria específica, via de regra, delineado por conta do enunciado; 8) as “unitarizações” aglutinadas por proximidade de signifi-

cado e/ou entrecruzamentos formam as unidades de significado intituladas “categorias iniciais”; 9) as “categorias iniciais” contêm elementos que se entrecruzam e se aglutinam para composição das unidades de significado intituladas “categorias intermediárias” que foram numeradas e nominadas, sendo possível que um mesmo elemento de categoria inicial seja utilizado para a composição de mais de uma “categoria intermediária”; 10) a soma das “categorias intermediárias” constitui a unidade de significado intitulada “categoria final”.

Durante o processo de definição do *corpus* deste estudo, digitalizamos os 157 Boletins *Nós, Irmãos*, coletamos e digitamos as 1.017 (mil e dezessete) cartas publicadas. O critério de seleção utilizado obedeceu a dois principais requisitos: primeiramente, as publicações em formato de correspondência deveriam ter sido enviadas por alguém, ser destinadas a alguém e conter uma mensagem; em segundo lugar, estas correspondências não poderiam ser incluídas em outras categorias do Boletim, como Editorial, Evangelho, Notícias, Reportagens ou congêneres.

Nossa pesquisa se deu na perspectiva de conjunturas da história, segundo Barros<sup>798</sup>. Adotamos uma metodologia do tipo qualitativo. A dimensão de atuação se deu a partir da “história social”. As abordagens foram as da “história regional”, com relação ao campo de observação; e, da “história do discurso”, com relação ao tipo de tratamento das fontes. Os domínios escolhidos foram os da “história dos marginais”, com relação aos agentes históricos; da “história da religião”, com relação aos ambientes sociais ou objetos; e, da “história das representações”, com relação à representação discursiva no periódico do campo jornalístico.

Para a realização da análise, com referência aos aspectos metodológicos, foi utilizado o método dedutivo, na pesquisa tipificada como bibliográfica e documental. Escolhemos, para a realização deste estudo analítico, uma vez que ela pode ser utilizada para a descrição e interpretação de vários tipos de documentos proporcionando ao pesquisador a possibilidade de interpretar os dados e assim garantir uma compreensão aprofundada destes<sup>799</sup>.

A partir da concepção do *corpus*, é necessário passar para a desconstrução dos textos – que é a primeira etapa do trabalho. É nessa etapa que são destacados os elementos de fragmentação, com o objetivo de detalhamento e percepção dos sentidos do texto em seus pormenores.

Cabe ao pesquisador propor essa divisão para que dela possam emergir as possíveis unidades de análise, como resultantes de um processo de interpretação que nem sempre é contínuo, mas é resultado de idas e vindas

(em leituras e releituras) na busca de relações entre essas informações e o fenômeno que se pretende compreender sobre os dados coletados.

O pesquisador não é neutro e a interpretação que realiza sobre os dados observados inúmeras vezes apresenta os teóricos que o acompanham, as crenças que tem e suas percepções.

Por ser a interpretação um ato singular, podem ser evidenciados múltiplos significados de uma mesma mensagem, bem como múltiplas possibilidades em determinada análise. Quanto a essa questão, Roque Moraes afirma que ela “[...] está intimamente relacionada ao contexto em que a comunicação se verifica”<sup>800</sup>. Além disso, quando o pesquisador direciona o seu estudo para responder “com que finalidade?”, estará questionando os objetivos explícitos ou implícitos na comunicação<sup>801</sup>.

O contexto é fundamental para a Análise de Conteúdo por evidenciar fundamentos e objetivos da investigação. Moraes aponta que esses objetivos têm sido definidos historicamente em seis categorias: 1. Quem fala? 2. Para dizer o quê? 3. A quem? 4. De que modo? 5. Com que finalidade? 6. Com que resultados?<sup>802</sup>.

Quando se escolhe um desses objetivos não se engessa a pesquisa, mas se tem a possibilidade de, com os dados em mãos, escolher outros objetivos que propiciem uma leitura chamada “flutuante”. Nesse momento, o pesquisador se deixa impregnar pelos dados, sem ter em mente a preocupação de fazer qualquer análise ou inferência sobre os mesmos.

Posteriormente a esse contato inicial, segue-se a preparação para o processo de análise. De acordo com Roque Moraes, o processo de análise de conteúdo consiste em cinco etapas<sup>803</sup>:

- A **Preparação das informações** é a etapa na qual são identificados os diferentes materiais a serem analisados. É nessa etapa que se realiza a codificação, que facilitará a visualização dos elementos presentes nos materiais;

- A **Unitarização** é a definição das unidades de análise que sequencialmente serão classificadas;

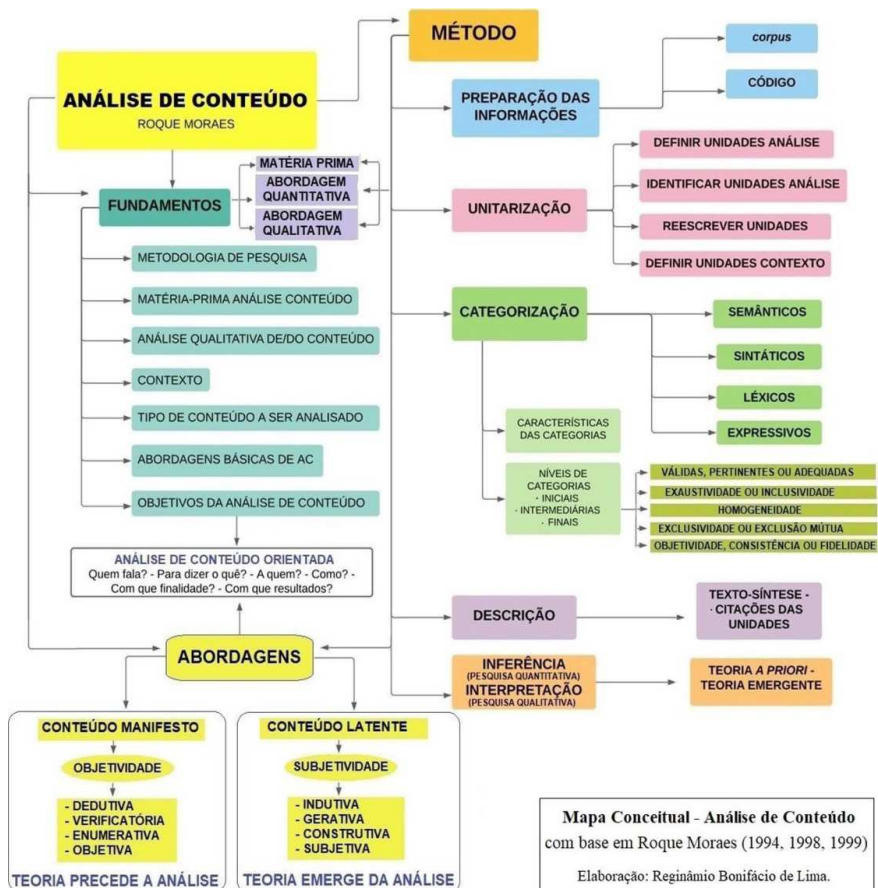
- A **Categorização** é o agrupamento dos dados que possuem pontos em comum visando sua redução para facilitar a análise;

- A **Descrição** é a exposição que expressa o conjunto de sentidos presentes nas categorias de análise; e,

- A **Interpretação** é a busca pela compreensão aprofundada do material estudado, através da sistematização dos resultados obtidos nas etapas anteriores.

Ao estudar a teoria de Análise de Conteúdo, com base em Roque Moraes é possível compilar um cronograma com trajetos e possibilidades a partir dos escritos do autor. Assim sendo, é possível vislumbrar um fluxo a partir dos fundamentos, métodos e abordagens de análise:

Figura: Mapa Conceitual de Análise de Conteúdo (Roque Moraes)



Fonte: Mapa Conceitual elaborado pelo autor com base em Moraes<sup>304</sup>.

As 1.017 cartas foram lidas várias vezes durante a etapa de preparação das informações, com o intuito de absorção de informações pelas sucessivas aproximações no afã de constituir marcadores que se instrumentalizassem no processo de codificação.

O processo de unitarização do *corpus* se deu a partir da significação por “expressões temáticas” e as unidades de contexto foram fixadas contextualmente, visando à percepção de “vozes dos agentes sociais” e “mensagens” para posterior transcrição das unidades de análise.

Para a codificação inicial da unitarização, por lidarmos com uma quantidade muito grande de cartas, utilizamos marcadores que fizessem relação direta com os emissores ou com os destinatários. Assim, em uma primeira leitura não catalográfica, buscamos conhecer “o discurso e a orientação dele para uma resposta”<sup>805</sup> e para quem foi destinado a correspondência e seu “enunciado”<sup>806</sup>.

Na segunda leitura, buscamos verificar o que foi dito, a mensagem propriamente dita. O problema ao tentar fazer essa verificação reside na diversidade de autores, de destinatários – uma vez que nem todas eram destinadas primeiramente ao *Nós, Irmãos* – e de conteúdos nas mensagens. Por essa segunda leitura foi possível perceber dezenas de expressões enunciadas que poderiam ser buscadas de maneira a compor o recorte de unitarização.

A terceira leitura foi feita a partir do escopo indicativo jornalístico do lide buscando responder a seis perguntas: O quê (a ação)? Quem (o agente)? Quando (o tempo)? Onde (o lugar)? Como (o modo)? Por quê (o motivo)? Com essas perguntas buscou-se identificar o “acontecimento” central “enunciado” na correspondência.

Com a soma das três leituras, pudemos ter uma visão mais ampla acerca do que procurar nessas cartas para saber não apenas os elementos da comunicação em sua conjuntura de emissor, canal, código, mensagem, receptor e suas variações. O objetivo está em conhecer para poder analisar as vozes dos agentes sociais.

Com a ajuda do contador de palavras e do navegador do editor de textos do Microsoft Word optamos por identificar os códigos de unitarização por assuntos com as expressões que mais aparecem nas cartas através de substantivos, substantivações e suas variações. Assim, a função estabelecida foi adotar palavras afins relacionados a contextos variados, tendo sido aglutinadas por aproximações de assuntos, conteúdos, similitudes, variações e congêneres.

Vale destacar que existem vários programas de “Análise de Conteúdo” e que é possível fazer o preenchimento de matrizes para que ele faça a busca. Tentamos utilizar e alimentar três programas distintos que sempre

incorriam nas mesmas incongruências. Expressões como “ele é meu filho” e “o filho de Deus” sempre eram lidos como variações de mesma propositura, sendo que, dentro das cartas são expressões bem distintas: enquanto o primeiro trata da fala de alguém sobre um ser que é de sua prole, no segundo caso, a expressão dada trata da divindade de um ser sublime. Dezenas de expressões como “libertação” (do pecado, da opressão, da miséria, da ignorância); “vida” (abundante, plena, eterna, nova); “irmãos” (*Nós, Irmãos*, irmãos de sangue, irmãos de fé); “Varadouro” (jornal, caminho, atalho); “soldado” (do exército, da PM, da borracha), dentre outras ficaram com identificação dúbia. Assim sendo, foi necessário fazer a busca de expressões contextualizadas sem o auxílio de instrumentos que pudessem confundir expressões. A necessidade da verificação aprofundada nos levou a proceder à verificação de todas as expressões postas para, a partir delas, ter uma ideia de conjuntura sobre as cartas.

No conjunto das 1.017 cartas foram pesquisadas algumas centenas de “expressões de busca”, sendo escolhidas para compor o processo de unitarização apenas 349 (trezentos e quarenta e nove) com suas variações, totalizando quase mil “expressões de busca”. Ficaram de fora as expressões que não tiveram ao menos dez ocorrências durante o processo de busca para compor o *corpus* de pesquisa. Para fazer parte do processo de unitarização que serviu como base para a identificação de “vozes” e “mensagens” contidos nas cartas publicadas, foram priorizadas expressões da categoria sintática dos “substantivos” e variações a ela imbricados, por percebermos que essas têm uma maior relação com o lide e com as mensagens, com enunciações e com a autoria.

Na etapa de categorização, através da junção de unidades de análise por aproximação de significâncias, elencamos oitenta e uma categorias iniciais. Seguindo o mesmo processo, elaboramos vinte e três categorias intermediárias e, por fim, as seis categorias finais. No processo de constituição das categorias prezou-se por sua validade, exaustividade e homogeneidade<sup>807</sup>.

Os processos de unitarização e categorização das Unidades de Análise deram origem aos seguintes resultados dispostos na tabela a seguir:

Tabela: Unitarização e Categorização das Unidades de Análise

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Deus		1.1 Palavra amiga dos Bispos Prelados ao Povo	Capital Simbólico e Capital Social em destaque de fluxos de mão dupla nas publicações do <i>Nós, Irmãos</i>
Jesus	Trindade santíssima		
Espírito Santo			
Céu			
Paraíso	Espaço celeste		
Anjo			
Inferno			
Diabo/Satanás	Lugar de tormento		
A palavra do Bispo			
Palavra amiga do Bispo			
Com a palavra o Bispo			
A palavra fraterna do Bispo	O Bispo Fala		
O Bispo Fala			
O Bispo às comunidades	Palavras do Pastor à Igreja		
Editorial do Bispo			

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Para onde ir?		1.2 Capas Sociais do Boletim	Capital Simbólico e Capital Social em destaque de fluxos de mão dupla nas publicações do <i>Nós, Irmãos</i>
Falta de perspectiva			
Expulsos de suas terras			
Alagamentos			
Espiões nas comunidades			
Fome e violência			
Mortes por ação do Estado			
Mortes por omissão do Estado			
A via sacra do homem da floresta			
Páscoa na floresta			
O Cristo indígena			
O Cristo seringueiro			
O Cristo castanheiro			
Natal na floresta			
O Espírito de natal enche as casas	Nasce o Salvador e Ressurge para dar vida em abundância		
O Espírito de natal enche os corações			



Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Os pobres rendem graças		1.2 Capas Sociais do Boletim	Capital Simbólico e Capital Social em destaque de fluxos de mão dupla nas publicações do <i>Nós, Irmãos</i>
O menino-Deus nasce na floresta			
Luta contra a opressão			
As mulheres protagonizam			
A luta pela vida			
Dia do trabalhador			
Dia do trabalhador rural	Sobre lutas sociais e lutas simbólicas		
Independência			
Liberdade			
Boas novas			
Salvação do pecado e da opressão			
Consciência política			
Eleições			
Esperança de dias melhores	O Evangelho social e a salvação integral		
Quebrando as cadeias			
Sonhando com dias melhores			
Libertação do jugo opressor			
Busca de dias melhores			

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Oração		2.1 Epístola (Bispos)	
Reza	Ação de Deus no Povo		
Fé			
Vida	Dom Moacyr Grechi		
Homilia			
Libertação	Dom Giocondo Maria Grotti		
Ressuscitou			
Cruz	Mensagem de libertação		
Dons do Espírito			
Bênção	Conselhos Pastorais		
Bispo			Vozes singulares de autoridades eclesiais-ticas para os agentes sociais na Amazônia: agência de ofício de dentro para fora
Padre (Pe.)		2.2 Cartas de Sacerdotes (Padres)	
Frei	Religiosos de Ofício	2.3 Cartas de Religiosos	
Freira			
Prelazia do Acre e Purus		2.4 Cartas Comunicados aos leitores	
Igreja (na) Amazôni (a) (ca)	Igreja Amazônica		
Igreja do Acre (e Purus)			
Conselho (s) Pastora (l) (is)			
Missionário (pessoa física)			
Coordenador	Agentes Eclesiásticos		
Monitor			
Monitora			

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Monitores		2.4 Cartas Comunicados aos leitores	Vozes singulares de autoridades eclesiais para os agentes sociais na Amazônia: agência de ofício de dentro para fora
Leigo (s)			
Agente (s) (de) Pastora (l) (is)	Agentes Leigos		
Cristãos			
Dizimista			
Unção dos Enfermos			
Bati (smo) (zado)	Sacramentos		
Matrimônio / casamento / desobriga			
Eucaristia			
Publica (do) (ção)			
Irmãos (não <i>Nós, Irmãos</i> )	<i>Nós, Irmãos</i> e a Imprensa Alternativa		
Inform (e) (a) (ar) (ção) (ativo)			
Capa	O Boletim enquanto informativo		
Página 01 (um)			
Epístola			
Carta	Compartilhando experiências escritas		
Leitor			
Subversão	O leitor como coautor		
Fato (s)			
Notícia (s)			
Novidade	Diversos tipos de cartas		
Comunicam (os)			

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Criança		3.1 Cartas de Crianças e Adolescentes	Vozes de agentes sociais para a Igreja: Agência social de fora para dentro
Irmã			
Menino	Fases da vida humana		
Menina			
Adolescente			
Jovem		3.2 Cartas de Homens Leigos	
Velh (o) (a)			
Idoso	O tempo e a vida		
Idosa			
Família (s)			
Casamento			
Desobriga	Família nuclear		
Filho (não de Deus)			
(Meu) marido			
Esposo			
Esposa			
Homem			

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
(Minha) mulher		3.3 Cartas de Mulheres Leigas	Vozes de agentes sociais para a Igreja: Agência social de fora para dentro
Mora nela			
Habita nela	Vivências na terra		
Vive nela			
Trabalha Nela			
Vila			
Bairro	Lugares de moradia urbana		
Casa / Casebre / Tapiri			
Fronteira			
BR364	Lugares de vivências e de mobilidade		
BR317			
Ramal			
Varadouro			
Estrada de Seringa			
Rio / Igarapé	Mobilidade rural e urbana		
Km / Quilômetro (s)			
(a) (de) pé			

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Vaticano II	Ordenanças Eclesiásticas	4.1 Cartas Sinóticas	Vozes dos grupos da Igreja para os agentes sociais: de dentro para fora em agência coletiva.
Puebla			
Teologia	Teologia da Libertação		
Diocese			
Reis		4.2 Cartas Pastorais	
Quaresma			
Pentecostes	Comemorações religiosas		
Junina			
Nossa Senhora			
Dia de Todos os Santos			
Dia de Finados			
Sexta-Feira Santa			
Páscoa			
Novena	Comemorações da vida abundante		
Natal			
Domingo			
Ano Novo			
Dia do trabalho			
Primeiro de maio	Comemorações cívicas e civis		
25 de julho			
07 de setembro			

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
CEB ('s)		4.3 Cartas das Paróquias	Vozes dos grupos da Igreja para os agentes sociais: de dentro para fora em agência coletiva.
Paróquia			
Comunidade			
A missão da Igreja	Igreja local em ação		
Confraternização			
Reuni (dos) (ão) (ões) (das)			
Grupos de Jovens			
Evangelho	O Povo proclama		
Fraternidade			
Fraterno	Convivência com o próximo		
Dízimo		4.4 Cartas das Comunidades	
Trabalh (o) (ar) (ador) (ei)			
Leis	Legislações e Políticas Públicas		
Legislação trabalhista			
Salário (variações)			
Funrural			
Batalha da Borracha	Os esquecidos na floresta		
Soldado (s) da Borracha			
Borracha			

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Sindicato		4.5 Cartas de Associações e Sindicatos	Vozes dos grupos da Igreja para os agentes sociais: de dentro para fora em agência coletiva.
Associação	Instituições da sociedade		
MOHAN / Hansenianos			
Direitos Humanos	Agências eclesiais		
Pastoral da Terra			
C. P. T.			
Lavadeira (s)			
Produção Agrícola			
Trabalhador (es) Rura (l) (is)	Atividades Laborais		
Agricult (ura) (or)			
Seringueiro (humano)	Trabalhadores em ação		
Ribeirinho (s) (margem)			
Patrão / Seringalista		4.6 Cartas de Abaixo-assinados	
Colono			
Abaixo-assinado	O povo unido reivindica		
Abaixo assinado			



Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Amor / Amar		5.1 Músicas e Canções	Expressões de sentimentos através da arte: paisagens sonoras e epifanias poéticas
Alegre / alegria			
Saudade / saudoso			
Admiração / Admirado			
Calma / Serenidade	Sentimentos de contentamento		
Diversão / Divertimento			
Beleza			
Curioso / Curiosidade			
Sexual / Sexualidade			
Romance / romântico			
Veneração / venerável			
Adorar/ adoração			
Música	A arte em poesia cantada		
Canção			
Festiva (l) (is)			

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Vida		5.2 Poema - Verso - Poesia	Expressões de sentimentos através da arte: paisagens sonoras e epifanias poéticas
Esperança			
Me lembro			
Reflexão	Expressões de esperança		
Sonho			
Liberdade			
Unido			
Justiça			
Poema			
Verso	A arte em poesia escrita		
Poesia			
Choro / pranto			
Medo / temor			
Solidão / sozinho			
Confuso / confusão	Sentimentos de descontentamento		
Ansiedade / anseio			
Choque / chocado			
Espanto / espantado			
Constrangimento			
Horror / pânico			
Nojo / repulsa			

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Desigual (dade)		6.1 Bilhetes	Expressões de desassossegos nas diversidades de vozes públicas
Abandon (o) (ado)			
Fome			
Bebida (alcoólica)	De vícios e desalentos		
Cachaça (da)			
Fum (o) (ar)			
Bilhete		6.2 Cartas para o Bispo e Prelazia	
Reivindicaç (ão) (ões)			
Falta (de) Luz			
(Falta de) Energia	Busca de melhorias urbanas		
(Falta de) Iluminação			
Escuridão			
Falta (de) Água			
Calamidade			
Alagação / alagamento	De opressões e flagelos		
Flagelado (s)			

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Política	Agência pública	6.3 Cartas para Autoridades Cívicas	Expressões de desassossegos nas diversidades de vozes públicas
Elei (tor) (cão) (ções)			
Partido			
Autoridade (s)			
Presidente	Ocupantes de função pública		
Senador (es)			
Governador (es)			
Deputado (s)			
Vereador (es)	Autoridades e autoritarismos		
Prefeito (s)			
Hospital			
Médic (o) (a) (os) (as)			
Remédio / medicamento			
Adoeceu	Em busca de cura		
Doente			
Febre			
Desenganado	A saúde que não veio		
Dor / doer			
Educação			

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Escola	Estudar é preciso	6.3 Cartas para Autoridades Civi- vis	Expressões de desassossegos nas diver- sidades de vozes públicas
Professor			
Estud (o) (ar) (ei) (amos)			
Brasil			
Amazônia	A Pátria e suas circunscrições		
Acre			
Pátria			
Munic (ipal) (ípio) (ipalidade)			
Exército	Instituições do Estado		
Polícia			
Polícia Federal			
SNI			
Polícia Militar	O aparato repressor estatal		
PM			
Polícia Civil			
INCRA			
IBDF (I.B.D.F.)			
Contag	Instituições a serviço do público		
Emater			
Delegacia			

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Entrevista		6.4 Entrevistas enviadas como cartas	Expressões de desassossegos nas diversidades de vozes públicas
Ecologia			
Ecoteologia			
Empat (e) (ar)			
Preserv (e) (ar)	Ecologia e ecoteologia		
Queim (a) (ou) (ada)			
Derrubada			
Desmatamento	Resistência aos desmates		
Resist (ir) (ência)		6.5 Cartas de Denúncias	
Floresta	Paraíso perdido		
Natureza			
Seringueira			
Árvore / mata / mato	Ambiência antrópica		
Fazenda			
Seringal	Lugares de moradia rural		
Colônia			
Colocação	Inferno Verde		
Lamento			
Intriga			
Angústia	Desassossego		
Sofrimento			
Terra			

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Terras devolutas	0 usucapião (uti possidetis)	6.5 Cartas de Denúncias	Expressões de desassossegos nas diversidades de vozes públicas
Conflito			
Explor (a) (ar) (ação) (ado)	Conflitos sociais		
Expuls (o) (ar) (ão)			
Obrigado (fomos) (a deixar)			
Fundiário			
Ameaça de expulsão	Luta pela posse da terra		
Expropriado (s) da terra			
Gril (agem) (eiró)	Conflitos fundiários		
Persegui (r) (da) (dos) (ção)			
Marginalizados			
Realidade			
Sem Estudo	Excluídos do projeto amazônico		
Pobres			
Sem (terra)			
Migrante (s)			
(i) (e) migra (r) (ção) (nte)			
Negros			
Esquecido (s)			
(com) voz			

Unitarização	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Sem voz	O apagamento dos oprimidos	6.5 Cartas de Denúncias	Expressões de desassossegos nas diversidades de vozes públicas
Índio			
Indígena			
Comunista			
Omissão “D”			
Denúncia	Denúncias e censuras		
Denunciam			
Ordem			
Censura			
Ditadura			
Pris (ão) (ões)			
Vítima	O Estado contra os cidadãos		
Tortura			
Mor (te) (rer) (reu)			
Assassin (o) (ou) (ato) (aram)	Mortes e assassinatos		
Penitenciária		6.6 Cartas de Autores Ocultados	
Penal			
Espi (ão) (ões)	Violências e torturas		
Vigi (ado) (lância)			
Espanc (ado) (ou) (amento)			
Brig (a) (ou) (aram)			
Confusão			

Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).



Depois dos agrupamentos das unitarizações obtivemos 81 categorias iniciais que interagem entre si por aproximações, representações e enunciados, sendo elas: “Trindade santíssima”, “Espaço celeste”, “Lugar de tormento”, “O Bispo Fala”, “Palavras do Pastor à Igreja”, “Nasce o Salvador e Ressurge para dar vida em abundância”, “Sobre lutas sociais e lutas simbólicas”, “O Evangelho social e a salvação integral”, “Ação de Deus no Povo”, “Dom Moacyr Grechi”, “Dom Giocondo Maria Grotti”, “Mensagem de libertação”, “Conselhos Pastorais”, “Religiosos de Ofício”, “Igreja Amazônica”, “Agentes Eclesiásticos”, “Agentes Leigos”, “Sacramentos”, “Nós, Irmãos e a Imprensa Alternativa”, “O Boletim enquanto informativo”, “Compartilhando experiências escritas”, “O leitor como co-autor”, “Diversos tipos de cartas”, “Fases da vida humana”, “O tempo e a vida”, “Família nuclear”, “Vivências na terra”, “Lugares de moradia urbana”, “Lugares de vivências e de mobilidade”, “Mobilidade rural e urbana”, “Ordenanças Eclesiásticas”, “Teologia da Libertação”, “Comemorações religiosas”, “Comemorações da vida abundante”, “Comemorações cívicas e civis”, “Igreja local em ação”, “O Povo proclama”, “Convivência com o próximo”, “Legislações e Políticas Públicas”, “Os esquecidos na floresta”, “Instituições da sociedade”, “Agências eclesiásticas”, “Atividades Laborais”, “Trabalhadores em ação”, “O povo unido reivindica”, “Sentimentos de contentamento”, “A arte em poesia cantada”, “Expressões de esperança”, “A arte em poesia escrita”, “Sentimentos de descontentamento”, “De vícios e desalentos”, “Busca de melhorias urbanas”, “De opressões e flagelos”, “Agência pública”, “Ocupantes de função pública”, “Autoridades e autoritarismos”, “Em busca de cura”, “A saúde que não veio”, “Estudar é preciso”, “A Pátria e suas circunscrições”, “Instituições do Estado”, “O aparato repressor estatal”, “Instituições a serviço do público”, “Ecologia e ecoteologia”, “Resistência aos desmates”, “Paraíso perdido”, “Ambiência antrópica”, “Lugares de moradia rural”, “Inferno Verde”, “Desassossego”, “O usucapião (uti possidetis)”, “Conflitos sociais”, “Luta pela posse da terra”, “Conflitos fundiários”, “Excluídos do projeto amazônico”, “O apagamento dos oprimidos”, “Denúncias e censuras”, “O Estado contra os cidadãos”, “Mortes e assassinatos” e “Violências e torturas”.

Ao fazer uma quarta leitura das cartas, tendo por base as categorias iniciais já consolidadas, foi possível chegar a 23 categorias intermediárias que foram agrupadas por enunciados, assuntos afins, emissores e destinatários, sendo elencadas e enumeradas como: “1.1 Palavra amiga dos Bispos Prelados ao Povo”, “1.2 Capas Sociais do Boletim”, “2.1 Epístola (Bispos)”, “2.2 Cartas de Sacerdotes (Padres)”, “2.3 Cartas de Religiosos”,

“2.4 Cartas Comunicados aos leitores”, “3.1 Cartas de Crianças e Adolescentes”, “3.2 Cartas de Homens Leigos”, “3.3 Cartas de Mulheres Leigas”, “4.1 Cartas Sinóticas”, “4.2 Cartas Pastorais”, “4.3 Cartas das Paróquias”, “4.4 Cartas das Comunidades”, “4.5 Cartas de Associações e Sindicatos”, “4.6 Cartas de Abaixo-assinados”, “5.1 Músicas e Canções”, “5.2 Poema - Verso - Poesia”, “6.1 Bilhetes”, “6.2 Cartas para o Bispo e Prelazia”, “6.3 Cartas para Autoridades Civas”, “6.4 Entrevistas enviadas como cartas”, “6.5 Cartas de Denúncias” e “6.6 Cartas de Autores Ocultados”.

Ao agrupar as categorias intermediárias foi possível chegar as 06 categorias finais que se destacam como sendo: “Capital Simbólico e Capital Social em destaque de fluxos de mão dupla nas publicações do *Nós, Irmãos*”, “Vozes singulares de autoridades eclesiais para os agentes sociais na Amazônia: agência de ofício de dentro para fora”, “Vozes de agentes sociais para a Igreja: agência social de fora para dentro”, “Vozes dos grupos da Igreja para os agentes sociais: de dentro para fora em agência coletiva”, “Expressões de sentimentos através da arte: paisagens sonoras e epifanias poéticas”, “Expressões de desassossegos nas diversidades de vozes públicas”.

Tabela: Categorias de análise das cartas publicadas no *Nós, Irmãos*

Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Trindade santíssima Espaço celeste Lugar de tormento O Bispo Fala Palavras do Pastor à Igreja De opressões e flagelos Nasce o Salvador e Ressurge para dar vida em abundância Sobre lutas sociais e lutas simbólicas O Evangelho social e a salvação integral Ação de Deus no Povo Dom Moacyr Grechi Dom Giocondo Maria Grotti Mensagem de libertação Conselhos Pastorais Religiosos de Ofício Igreja Amazônica Agentes Eclesiais Agentes Leigos Sacramentos	1.1 Palavra amiga dos Bispos Prelados ao Povo <b>(96 cartas)</b> 1.2 Capas Sociais do Boletim <b>(96 cartas)</b> 2.1 Epístola (Bispos) <b>(32 cartas)</b> 2.2 Cartas de Sacerdotes (Padres) <b>(16 cartas)</b> 2.3 Cartas de Religiosos <b>(14 cartas)</b> 2.4 Cartas Comunicados aos leitores <b>(38 cartas)</b>	Capital Simbólico e Capital Social em destaque de fluxos de mão dupla nas publicações do <i>Nós, Irmãos</i> <b>(192 cartas)</b> Vozes singulares de autoridades eclesiais para os agentes sociais na Amazônia: agência de ofício de dentro para fora <b>(100 cartas)</b> Vozes de agentes sociais para a Igreja: Agência social de fora para dentro <b>(380 cartas)</b>
	3.1 Cartas de Crianças e Adolescentes <b>(08 cartas)</b> 3.2 Cartas de Homens Leigos <b>(191 cartas)</b> 3.3 Cartas de Mulheres Leigas <b>(181 cartas)</b>	

<b>Categorias Iniciais</b>	<b>Categorias Intermediárias</b>	<b>Categorias Finais</b>
<p><i>Nós, Irmãos</i> e a Imprensa Alternativa                      O Boletim enquanto informativo                      Compartilhando experiências escritas                      O leitor como coautor                      Diversos tipos de cartas                      Fases da vida humana                      O tempo e a vida                      Família nuclear                      Vivências na terra                      Lugares de moradia urbana                      Lugares de vivências e de mobilidade                      Mobilidade rural e urbana                      Ordenanças Eclesiásticas                      Teologia da Libertação                      Comemorações religiosas                      Comemorações da vida abundante                      Comemorações cívicas e civis                      Igreja local em ação                      O Povo proclama                      Convivência com o próximo                      Legislações e Políticas Públicas                      Os esquecidos na floresta                      Instituições da sociedade                      Agências eclesiais</p>	<p>3.1 Cartas de Crianças e Adolescentes <b>(08 cartas)</b></p>	<p>Vozes de agentes sociais para a Igreja: Agência social de fora para dentro <b>(380 cartas)</b></p>
	<p>3.2 Cartas de Homens Leigos <b>(191 cartas)</b></p>	
	<p>3.3 Cartas de Mulheres Leigas <b>(181 cartas)</b></p>	
<p>Lugares de moradia urbana                      Lugares de vivências e de mobilidade                      Mobilidade rural e urbana                      Ordenanças Eclesiásticas                      Teologia da Libertação                      Comemorações religiosas                      Comemorações da vida abundante                      Comemorações cívicas e civis                      Igreja local em ação                      O Povo proclama                      Convivência com o próximo                      Legislações e Políticas Públicas                      Os esquecidos na floresta                      Instituições da sociedade                      Agências eclesiais</p>	<p>4.1 Cartas Sinóticas <b>(05 cartas)</b></p>	<p>Vozes dos grupos da Igreja para os agentes sociais: de dentro para fora em agência coletiva <b>(164 cartas)</b></p>
	<p>4.2 Cartas Pastorais <b>(21 cartas)</b></p>	
	<p>4.3 Cartas das Paróquias <b>(07 cartas)</b></p>	
	<p>4.4 Cartas das Comunidades <b>(103 cartas)</b></p>	
	<p>4.5 Cartas de Associações e Sindicatos <b>(17 cartas)</b></p>	
	<p>4.6 Cartas de Abaixo-assinados <b>(11 cartas)</b></p>	
	<p>5.1 Músicas e Canções <b>(08 cartas)</b></p>	
	<p>5.2 Poema - Verso - Poesia <b>(95 cartas)</b></p>	
	<p>6.1 Bilhetes <b>(14 cartas)</b></p>	
	<p>6.2 Cartas para o Bispo e Prelazia <b>(05 cartas)</b></p>	
<p>Sentimentos de descontentamento                      De vícios e desalentos                      Busca de melhorias urbanas                      De opressões e flagelos                      Agência pública                      Ocupantes de função pública                      Autoridades e autoritarismos                      Em busca de cura                      A saúde que não veio                      Estudar é preciso                      A Pátria e suas circunscrições                      Instituições do Estado                      O aparato repressor estatal                      Instituições a serviço do público                      Ecologia e ecoteologia                      Resistência aos desmates</p>	<p>6.3 Cartas para Autoridades Cívicas <b>(14 cartas)</b></p>	<p>Expressões de sentimentos através da arte: paisagens sonoras e epifanias poéticas <b>(103 cartas)</b></p> <p>Expressões de desassossegos nas diversidades de vozes públicas <b>(78 cartas)</b></p>
	<p>6.4 Entrevistas enviadas como cartas <b>(05 cartas)</b></p>	
	<p>6.5 Cartas de Denúncias <b>(31 cartas)</b></p>	
	<p>6.6 Cartas de Autores Ocultos <b>(09 cartas)</b></p>	

Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Paraíso perdido Ambiência antrópica Lugares de moradia rural Inferno Verde Desassossego O usucapião (uti possidetis) Conflitos sociais Luta pela posse da terra Conflitos fundiários Excluídos do projeto amazônico O apagamento dos oprimidos Denúncias e censuras O Estado contra os cidadãos Mortes e assassinatos Violências e torturas		

Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

As seis categorias finais de composição do *corpus* de análise podem ser descritas conforme dados coletados nas cartas enviadas ao *Nós, Irmãos* que foram tabuladas em partimentações conforme tabelas e composições que se seguem.

Para estabelecer o conceito de autoria das cartas nas seis categorias finais foi estabelecido um sistema de legendas representativas: as cartas escritas por “Homens” são identificadas com a legenda “(H)”; cartas escritas por “Mulheres” são identificadas com “(M)”; cartas escritas por “Homens e Mulheres” são identificadas como “(HM)”; cartas em que não foi possível identificar o autor são identificadas como “Autor não Identificado”, com a legenda “(ANI)”; cartas escritas por representantes de “Instituições”, no exercício da agência, foram identificadas com “(I)”; cartas escritas por representantes de “Instituições assinadas por Homens”, no exercício da agência, de forma nominal, foram identificadas com “(IH)”; cartas escritas por representantes de “Instituições assinadas por Mulheres”, no exercício da agência, de forma nominal, foram identificadas com “(IM)”; e, cartas escritas por representantes de “Instituições assinadas por Homens e Mulheres”, no exercício da agência, de forma nominal, foram identificadas com (IHM).

Tabela: Capital Simbólico e Capital Social

Capital Simbólico e Capital Social em Destaque de Fluxos de Mão Dupla no Boletim														
BINI	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL	
1971													1IH	1IH
1972						1ANI		1IH	1IH	1IH	1IH	1ANI	2ANI; 4IH	
1973	1IH	1ANI	1ANI; 1IH	1IH	1IH	1IH	1IH		1IH	1IH	1IH	1IH; 1ANI	10IH; 3ANI	
1974	1IH	1IH		1IH			1ANI	1ANI; 1IH	1ANI; 1IH			1IH	6IH; 3ANI	
1975	1IH	1ANI; 1IH	1IH		1IH	1IH	1ANI; 1IH	1IH	1IH	1IH		1ANI; 1IH	10IH; 3ANI	
1976	1ANI	1ANI	1ANI	1ANI		1ANI	1ANI	2IH	1ANI	1ANI	1ANI		9ANI; 2IH	
1977	1ANI	1ANI		1ANI	1ANI; 1IH	1ANI	1ANI; 1IH	1ANI	1ANI	1ANI	1M	1ANI	10ANI; 2IH; 1M	
1978	1ANI	1ANI	1M	1ANI	1ANI	1ANI	1ANI	1IH	1ANI	1ANI; 1IH			8ANI; 1M; 2IH	
1979	1ANI; 1IH		1ANI	1ANI	1ANI	1IH	1ANI	1ANI; 1IH	1IH	1ANI; 1IH	1ANI	1ANI; 1IH	9ANI; 6IH	
1980	1ANI	1ANI	1ANI; 1IH	1M; 1IH	1ANI; 1IH	1IH	1IH		1ANI	1IH	1ANI; 1IH	1H; 1IH	6ANI; 8IH; 1H; 1M	
1981	1ANI; 1IH	1ANI	1ANI		1ANI	1IH	1IH		1H; 1IH	1ANI	1IH	1ANI; 1IH	6ANI; 6IH; 1H	
1982	1IH		1H	1H	1H; 1IH	1IH	1H; 1IH	1H; 1IH	1H; 1IH	1H; 1IH	1IH	1ANI; 1IH	8IH; 1ANI; 8H	
1983	1IH		1H; 1IH	1H; 1IH	1H; 1IH		1IH	1H; 1IH	1IH	1IH	1H; 1IH	1H; 1IH	10IH; 6H	
1984	1H; 1IH		1H; 1IH	1H; 1IH	1H; 1IH	1ANI; 1IH	1IH	1H; 1IH	1H; 1IH	1H; 1IH	1H; 1IH	1H; 1IH	12IH; 1ANI; 8H	
1985	1ANI; 1IH			1H; 1IH	1H; 1IH	1IH	ANI; 1IH	1IH	1H; 1IH	1H	1H; 1IH	1H; 1IH	2ANI; 10IH; 5H	
Total por amos- tra	9IH; 7ANI; 1H	7ANI; 1IH; 1H	5ANI; 5IH; 1M; 3H	6IH; 4ANI; 4H; 1M	8IH; 5ANI; 4H	5ANI; 8IH	10IH; 7ANI	11IH; 3ANI; 3H	10IH; 5ANI; 4H	9IH; 5ANI; 3H	8IH; 1M; 3ANI; 3H	11IH; 7ANI; 4H	192	
Total	17	9	14	15	17	13	17	17	19	17	15	22	192	

LEGENDA DE AUTORIA DAS CARTAS: Homens (H) Mulheres (M) Homens e Mulheres (HM) Autor não Identificado (ANI) Ins-  
tituições (I) Instituições assinadas por Homens (IH) Instituições assinadas por Mulheres (IM) Instituições assinadas por  
Homens e Mulheres (IHM)

Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

A primeira partimentação a fazer parte da composição das categorias finais foi nominada como “Capital Simbólico e Capital Social em destaque de fluxos de mão dupla nas publicações do *Nós, Irmãos*”. Ela é composta por duas categorias intermediárias que somam 192 cartas, sendo as categorias nominadas como: “1.1 Palavra amiga dos Bispos Prelados ao Povo”, com 96 cartas; e, “1.2 Capas Sociais do Boletim”, com 96 cartas.

Tabela: Vozes Singulares de Autoridades

Vozes Singulares de Autoridade Eclesiásticas para os Agentes Sociais da Amazônia (agência de ofício de dentro para fora)													
BINI	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	TOTAL
1971													
1972											1I	1I	2I
1973								1H					1H
1974							1H						1H
1975		1H			1H							1I	2H; 1I
1976	1H	1H	1H; 1I	1H; 1I	1H; 1I	1H; 1I	1H; 1I	1I	1H; 1I	1H; 1I	1H; 1I	1H; 1I	11H; 10I
1977	1H	1H	1H	1H				1H	1H; 1I	2H	1H	1H	10H; 1I
1978	1H		1H	2I	1M	1H	1H; 1I			1H		1H	6H; 3I; 1M
1979		1I	1H; 1I		1H		1I			1I	1H		4I; 3H
1980										1I		1H	1I; 1H
1981		1I	2H; 1I		1HM; 1I		5H		3H			1I	4I; 10H; 1HM
1982				1H			1H		1I				2H; 1I
1983	1H			1I				1M		1H		2H	4H; 1I; 1M
1984	1H				1I		2I	1I	1I		1H; 2M; 1HM	2I	2H; 7I; 2M; 1HM
1985		1I			1H	2I	1H			1H			3I; 3H
Total por mês	5H; 1I	3H; 2I	6H; 3I	3H; 4I	4H; 3I; 1M; 1HM	2H; 3I	10H; 5I	2I; 2H; 1M	5H; 4I	6H; 3I	4H; 2I; 2M; 1HM	6I; 6H	100
TOTAL	6	5	9	7	9	5	15	5	9	9	10	11	100

LEGENDA DE AUTORIA DAS CARTAS: Homens (H) Mulheres (M) Homens e Mulheres (HM) Autor não Identificado (ANI) Instituições (I) Instituições assinadas por Homens (IH) Instituições assinadas por Mulheres (IM) Instituições assinadas por Homens e Mulheres (IHM)

Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

**A segunda partimentação** a fazer parte da composição das categorias finais foi nominada como “Vozes singulares de autoridades eclesiais para os agentes sociais na Amazônia: agência de ofício de dentro para fora”, sendo composta por quatro categorias intermediárias que somam 110 cartas, estas categorias foram nominadas como: “2.1 Epístola (Bispos)”, com 32 cartas; “2.2 Cartas de Sacerdotes (Padres)”, com 16 cartas; “2.3 Cartas de Religiosos”, com 14 cartas; e, “2.4 Cartas Comunicados aos leitores”, com 38 cartas.

Tabela: Vozes de Agentes Sociais para a Igreja

Vozes de Agentes Sociais Para a Igreja (Agência social de fora para dentro)													
BINI	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1971													
1972													
1973								1H					1H
1974			1M										1M
1975													
1976													
1977				1H									1H
1978		1H; 1M	1M	1M	1H; 1M		2H; 1M	1H; 3M		2M		2H; 3M	7H; 13M
1979	1M; 1H	5H; 3M		3M	2H; 3M	2H; 2M	5H; 1M	5H; 3M	3H	2H; 4M	2H; 4M	1H; 2M	28H; 26M
1980	2H; 3M	5H; 4M		1H; 2M	5H; 6M	6H; 3M	1H; 5M	2H; 6M	2H	1H; 3M	1H; 2M	3H; 4M	29H; 38M
1981	4H; 1M	2M	6H; 3M		5H; 5M	3H; 3M	3H; 1M		3H; 1M	3H; 2M	4M; 2H	1H; 3M	30H; 25M
1982	4M			2H; 1M	1H	2H; 1M	3M	3M; 2H		2H; 2M	1H; 3M	2H; 3M	12H; 20M
1983	2H; 2M		4H; 3M	1H; 3M	4H	6H; 8M	4H; 2M	2H	2H; 3M	4M; 3H	4H; 2M	2M	32H; 29M
1984	10H		1H; 1M	6H; 1M	3M	3H; 1M	6H; 2M		2M	3H; 1M	1M	7M	29H; 19M
1985	1H; 3M			4H; 1M	1H; 3M	2H	5H; 2M	1H; 2M	1H; 1M	3H; 2M	2H; 2M	3H; 1M	23H; 17M
Total Por Mês	14M; 20H	11H; 11M	8M; 11H	12M; 15H	19H; 21M	24H; 18M	26H; 17M	14H; 17M	11H; 7M	20M; 17H	12H; 18M	12H; 25M	380
Total	34	22	19	27	40	42	43	31	18	37	30	37	380

LEGENDA DE AUTORIA DAS CARTAS: Homens (H) Mulheres (M) Homens e Mulheres (HM) Autor não Identificado (ANI) Instituições (I) Instituições assinadas por Homens (IH) Instituições assinadas por Mulheres (IM) Instituições assinadas por Homens e Mulheres (IHM)

Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

A terceira partimentação a fazer parte da composição das categorias finais foi nominada como “Vozes de agentes sociais para a Igreja: Agência social de fora para dentro”. Sendo composta por três categorias intermediárias que somam 380 cartas, estas categorias foram nominadas como: “3.1 Cartas de Crianças e Adolescentes”, com 08 cartas; “3.2 Cartas de Homens Leigos”, com 191 cartas; e, “3.3 Cartas de Mulheres Leigas”, com 181 cartas.

Tabela: Vozes dos Grupos da Igreja para os Agentes Sociais

Vozes dos Grupos da Igreja para os Agentes Sociais (de dentro para fora - agência coletiva)													
BINI	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1971													
1972													
1973													
1974						1I	1I						2I
1975							1I						1I
1976							1I						1I
1977							2I						2I
1978		1IHM	2I	1I		3I	1I	2IHM; 8I		1IHM; 3I		1I	4IHM; 19I
1979	1I	2IHM; 1IM; 8I		8I	1IM; 1I	1IM; 1IH; 2I	1I	1I	2I	1I	3IHM	1IHM; 1IH	8IHM; 25I; 2IM; 2IH
1980	1IH	1I		2I	1IHM 1IH	1IHM; 1IH; 1I	1IHM	3I	2IHM; 1IH		1IHM; 2I	1IHM	4IH; 9I; 7IHM
1981		1I			1IM		1I			1I		1I	4I; 1IM
1982	1IHM; 1I			1IH	2IM; 2I	2I	1I	1IHM	2I	1I	1IH	1IH	2IHM; 9I; 3IH; 2IM
1983	1IHM; 1I		1I		1IH; 1I	2IHM; 1I	1IHM; 1I	1IHM; 1I		1IH; 1I	4I	1IHM; 4I	6IHM; 15I; 2IH
1984			1IHM; 1IM; 3I	1I	1IHM; 1IM; 1I	1IM; 4I	4I	1IH; 1IM; 1I		1I	1I	2I	2IHM; 4IM; 18I; 1IH
1985				1IH; 1IM	1IHM; 1IM; 1I		1IHM; 1I			1IHM	1I	1I	1IH; 2IM; 3IHM; 4I



Vozes dos Grupos da Igreja para os Agentes Sociais (de dentro para fora - agência coletiva)													
BINI	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
Total Por Mês	3I; 1IH; 2IHM	3IHM; 1IM; 1OI	6I; 1IHM; 1IM	12I; 2IH; 1IM	6IM; 5I; 3IHM; 2IH	14I; 5IHM; 2IH; 1IM	15I; 3IHM	4IHM; 14I; 1IH; 1IM	4I; 2IHM; 1IH	2IHM; 8I; 1IH	4IHM; 9I	9I; 3IHM; 1IH	164
Total	6	14	8	15	17	21	18	20	7	11	13	14	164

LEGENDA DE AUTORIA DAS CARTAS: Homens (H) Mulheres (M) Homens e Mulheres (HM) Autor não Identificado (ANI) Instituições (I) Instituições assinadas por Homens (IH) Instituições assinadas por Mulheres (IM) Instituições assinadas por Homens e Mulheres (IHM)

Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

**A quarta partimentação** a fazer parte da composição das categorias finais foi nominada como “Vozes dos grupos da Igreja para os agentes sociais: de dentro para fora em agência coletiva”. Sendo composta por seis categorias intermediárias que somam 164 cartas, estas categorias foram nominadas como: “4.1 Cartas Sinóticas”, com 05 cartas; “4.2 Cartas Pastorais”, com 21 cartas; “4.3 Cartas das Paróquias”, com 07 cartas; “4.4 Cartas das Comunidades”, com 103 cartas; “4.5 Cartas de Associações e Sindicatos”, com 17 cartas; e, “4.6 Cartas de Abaixo-assinados”, com 11 cartas.

Tabela: Expressões de Sentimentos através da arte

Expressões de Sentimentos Através da Arte (paisagens sonoras e epifanias poéticas) (Planilha 06.1)													
BINI	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1971													
1972													
1973													
1974													
1975												1I	1I
1976													
1977			1I	1H				1H; 1I			1H		2I; 3H
1978		1M	1H		1H	1H	1H; 1M			3H		3H; 2M	4M; 10H
1979		1M		1H		1H	1M	2H	1H	1M	2H	1H	3M; 8H
1980	1M	1H	1H	1ANI	1H	1H	1M	1H; 1M		1H	1H		2M; 7H; 1ANI
1981		1ANI	1ANI		1H	1ANI	1H		1H	1H	1M	1H	3ANI; 5H; 1M

Expressões de Sentimentos Através da Arte (paisagens sonoras e epifanias poéticas) (Planilha 06.1)													
BINI	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1982			1H		1H	1M; 1I	1I	1H				2H	5H; 1M; 2I
1983			1H	1H	1H		1H		2H; 1M	1H; 1M	1M	1M	7H; 4M
1984	3M; 2H		2M		1H	3H	1M	1M	1M; 1I	1I; 2H	1M	1H; 1I	9M; 9H; 3I
1985	3H				1M	1H	1M	1M	1M	1H	1M	2H	7H; 5M
Total Por Mês	4M; 5H	2M; 1H; 1ANI	4H; 1I; 2M; 1ANI	3H; 1ANI	6H; 1M	7H; 1ANI; 1M; 1I	3H; 5M; 1I	5H; 1I; 3M	4H; 3M; 1I	9H; 2M; 1I	4H; 4M	2I; 9H; 3M	103
Total	9	4	8	4	7	10	9	9	8	12	8	15	103

LEGENDA DE AUTORIA DAS CARTAS: Homens (H) Mulheres (M) Homens e Mulheres (HM) Autor não Identificado (ANI) Instituições (I) Instituições assinadas por Homens (IH) Instituições assinadas por Mulheres (IM) Instituições assinadas por Homens e Mulheres (IHM)

Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

A quinta partimentação a fazer parte da composição das categorias finais foi nominada como “Expressões de sentimentos através da arte: paisagens sonoras e epifanias poéticas”. Sendo composta por duas categorias intermediárias que somam 103 cartas, estas categorias foram nominadas como: “5.1 Músicas e Canções”, com 08 cartas; e, “5.2 Poema - Verso - Poesia”, com 95 cartas.

Tabela: Expressões de desassossegos

Expressões de Desassossegos nas Diversidades de Vozes Públicas (Planilha 07.1)													
BINI	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1971													
1972													
1973													
1974	1I												1I
1975							1H						1H
1976													
1977		1HM; 1IHM		1H								1ANI	1HM; 1IHM; 1H; 1ANI

Expressões de Desassossegos nas Diversidades de Vozes Públicas (Planilha 07.1)													
BINI	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1978				1H	1H; 1HM	1H	1I			1H; 1ANI		1I	4H; 1HM; 2I; 1ANI
1979		3H		1M	1I; 1H	1H			1HM; 1ANI	2M	2HM		5H; 3M; 1I; 3HM; 1ANI
1980	1H; 1HM	2IHM		1I	1H; 2HM; 1IHM	1I	2H	1H; 1I	1H; 1H; 1I; 1ANI	1M; 1I; 1ANI	1H; 1M		7H; 3HM; 3IHM; 5I; 1H; 3M; 2ANI
1981	2H; 1M; 1ANI	1H; 1IH			1H; 1HM; 1ANI	1ANI	3I;		1I	1HM		1I	4H; 1M; 3ANI; 1H; 2HM; 5I
1982						1I	2M; 1ANI					1I	2I; 2M; 1ANI
1983							1H; 1M	1HM					1H; 1M; 1HM
1984			1H						1IHM			1H	2H; 1IHM
1985												1H	1H
Total Por Mês	1I; 3H; 1HM; 1M; 1ANI	1HM; 3IHM; 4H; 1IH	1H	2H; 1M; 1I	4H; 4HM; 1IHM; 1ANI; 1I	2H; 2I; 1ANI	4H; 3M; 1ANI; 4I	1H; 1I; 1HM	1HM; 2ANI; 1H; 1H; 2I; 1IHM	1H; 2ANI; 3M; 1I; 1HM	2HM; 1H; 1M	1ANI; 2I; 1H 2H	78
Total	7	9	1	4	11	5	12	3	8	8	4	6	78

LEGENDA DE AUTORIA DAS CARTAS: Homens (H) Mulheres (M) Homens e Mulheres (HM) Autor não Identificado (ANI) Ins-  
tituições (I) Instituições assinadas por Homens (IH) Instituições assinadas por Mulheres (IM) Instituições assinadas por  
Homens e Mulheres (IHM)

Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

**A sexta e última partimentação** a fazer parte da composição das categorias finais foi nominada como “Expressões de desassossegos nas di-  
versidades de vozes públicas”. Sendo composta por seis categorias inter-  
mediárias que somam 78 cartas, estas categorias foram nominadas como:

“6.1 Bilhetes”, com 14 cartas; “6.2 Cartas para o Bispo e Prelazia”, com 05 cartas; “6.3 Cartas para Autoridades Civis”, com 14 cartas; “6.4 Entrevistas enviadas como cartas”, com 05 cartas; “6.5 Cartas de Denúncias”, com 31 cartas; e, “6.6 Cartas de Autores Ocultados”, com 09 cartas.

Para além dessas questões de emissor ou destinatador, receptor ou destinatário, canal de comunicação, mensagem, referente ou contexto pertinentes a teoria da comunicação, as cartas foram de grande importância para o contexto social da Amazônia Sul-Ocidental estreitando as relações que se estabeleceram entre os indivíduos e a religiosidade praticada pela Prelazia do Acre-Purus no contexto da Igreja Social pós Vaticano II.

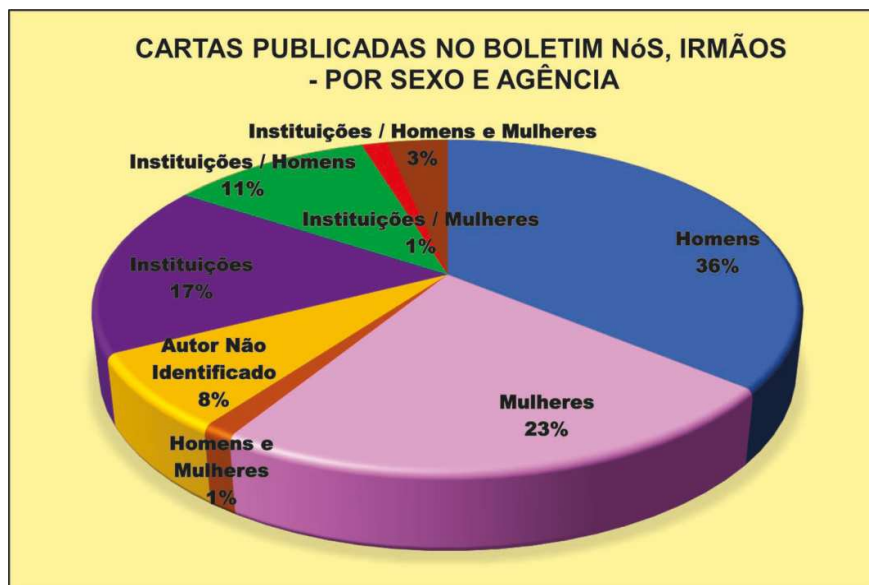
As possibilidades e os limites de agência ante a esse corpus estabelecido, tendo como base a metodologia de Análise de Conteúdo em suas técnicas de análise de conteúdo, são essencialmente determinadas pelo pesquisador, de acordo com Roque Moraes<sup>808</sup>, não havendo uma técnica global e exclusiva. Assim sendo, no estudo das vozes dos agentes sociais contidas nas mensagens das cartas, tomaremos como base de apoio os limites do paradigma interpretativo-compreensivo.

#### **4.4.3 Das categorias de análise: uma leitura inicial de gráficos e tabelas**

Quanto ao envio de cartas que foram publicadas no *Nós, Irmãos* percebemos que há uma diversidade de grupos atuando tanto como sacerdotes, religiosos e trabalhadores da Prelazia quanto agentes de pastoral, agentes das Comunidades Eclesiais de Base e, ainda, os agentes participantes dos grupos de evangelização, de comunidades, sindicatos e associações.

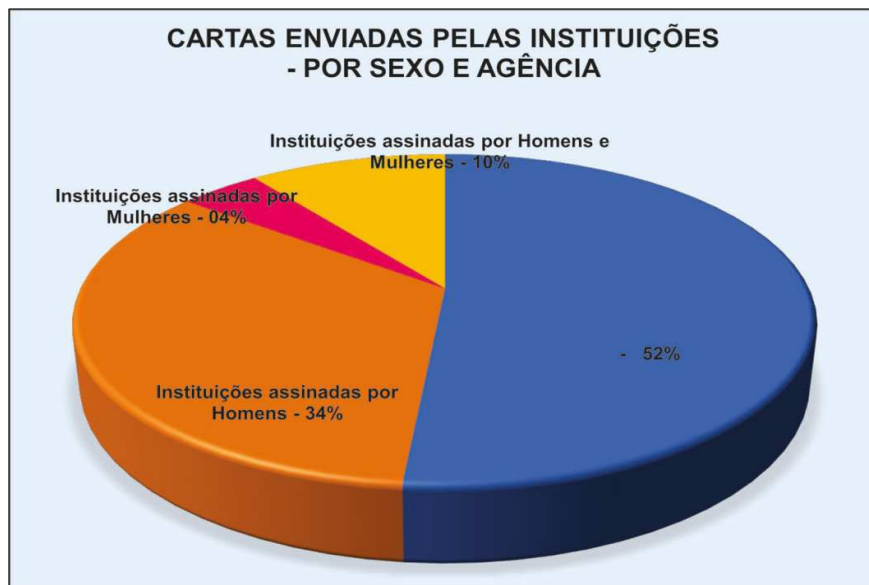
É perceptível a grande participação masculina na assinatura das cartas publicadas, contudo, merece destaque o fato de que quase um quarto das cartas foram assinadas por mulheres. Em muitas das cartas publicadas consta o fato de que foram “ditadas” por homens para que as mulheres de suas comunidades as escrevessem e enviassem para o Boletim. Mesmo esses homens não sabendo escrever eles “ditavam” as cartas e a assinatura, cabendo as mulheres o trabalho de escrituração, secretariado e auxílio nos grupos sociais. Mas também, é latente o fato de que vários grupos foram liderados por mulheres que agiam exercendo os mesmos papéis que os homens nas lideranças de suas respectivas comunidades.

### Gráfico: Cartas publicadas por sexo e agência



Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

### Gráfico: Cartas enviadas pelas instituições



Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

Mesmo a participação feminina à frente das instituições sendo de um décimo da participação masculina, elas se fizeram bem representadas nas cartas publicadas nas páginas do mensário da Prelazia tendo a participação quase três vezes maior que as das instituições lideradas por homens.

Tabela: Cartas por categorias intermediárias e ano de publicação

<b>Corpus de Análise</b>	<b>1971</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>	<b>1974</b>	<b>1975</b>	<b>1976</b>	<b>1977</b>	<b>1978</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>	<b>1984</b>	<b>1985</b>	<b>Total</b>
1.1 Palavra amiga do Bispo Prelado ao Povo	01	04	11	06	10	02	02	02	06	08	06	09	10	11	09	<b>96</b>
1.2 Capas Sociais do Boletim		02	03	03	03	09	11	09	09	08	07	08	06	10	08	<b>96</b>
2.1 Epístola (Bispos)				01		07	07	06	01		07	02	01			<b>32</b>
2.2 Cartas de Sacerdotes (Padres)			01		02	04	01		01	01	02		02	01	01	<b>16</b>
2.3 Cartas de Religiosos							02	01	01		02		02	04	02	<b>14</b>
2.4 Cartas Comunicados aos leitores		02			01	10	01	03	04	01	04	01	01	05	05	<b>38</b>
3.1 Cartas de Crianças e Adolescentes									01		01	01	04	01		<b>08</b>
3.2 Cartas de Homens Leigos			01				01	07	28	29	30	12	32	28	23	<b>191</b>
3.3 Cartas de Mulheres Leigas				01				13	25	38	24	19	25	19	17	<b>181</b>
4.1 Cartas Sinóticas					01	01	01				01		01			<b>05</b>
4.2 Cartas Pastorais				02			01		02			01	02	10	03	<b>21</b>
4.3 Cartas das Paróquias											01	01		03	02	<b>07</b>
4.4 Cartas das Comunidades								20	28	12	02	11	12	12	06	<b>103</b>
4.5 Cartas de Associações e Sindicatos									03	03	01	02	05	02	01	<b>17</b>
4.6 Cartas de Abaixo-assinados								03	03	05						<b>11</b>
5.1 Músicas e Canções					01		01			01			01	02	02	<b>08</b>
5.2 Poema - Verso - Poesia							04	14	11	10	09	08	10	19	10	<b>95</b>

<b>Corpus de Análise</b>	<b>1971</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>	<b>1974</b>	<b>1975</b>	<b>1976</b>	<b>1977</b>	<b>1978</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>	<b>1984</b>	<b>1985</b>	<b>Total</b>
6.1 Bilhetes									05	04		02	03			<b>14</b>
6.2 Cartas para o Bispo e Prelazia									01	01	01	01		01		<b>05</b>
6.3 Cartas para Autoridades Cívicas							02	02	02	05	02			01		<b>14</b>
6.4 Entrevistas enviadas como cartas				01	01				01		02					<b>05</b>
6.5 Cartas de Denúncias							01	05	04	11	07	01		01	01	<b>31</b>
6.6 Cartas de Autores Ocultados							01	01	01	02	03	01				<b>09</b>
<b>Total Geral Tipo/Ano</b>	<b>01</b>	<b>08</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>19</b>	<b>33</b>	<b>36</b>	<b>86</b>	<b>137</b>	<b>139</b>	<b>112</b>	<b>80</b>	<b>117</b>	<b>130</b>	<b>90</b>	<b>1017</b>

Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

Conforme se pode visualizar na tabela acima, há uma progressão na quantidade de cartas publicadas. No primeiro ano esse número foi de apenas uma carta e, ano após ano esse número foi crescendo até se manter próximo ou acima de 100 cartas por ano de publicação. Das 157 edições do *Nós, Irmãos* analisadas, em apenas 40 publicações<sup>809</sup> não há indício explícito de “cartas publicadas em formato de carta”, embora existam cartas em formato de notícias, de reportagens e de outros gêneros.

Ao unitarizar e categorizar as unidades de análise em um pré-processamento dos dados foi proporcionada a primeira fase de estruturação dos mesmos. A segmentação do texto livre convertido em unidades únicas com significado permitiu a obtenção de uma estruturação dos dados, convertendo-os em dimensões<sup>810</sup>.

Depois da segmentação de palavras, a que chamamos de unitarização, passamos para a identificação de entidades nomeadas, como o próprio nome diz, a identificação de diferentes tipos de nomes próprios, identificação de entidades e palavras que exprimissem significado possíveis de se identificar a quem ou a que se refere em determinado texto.

Como existe elevado número de dimensões de análise no processamento de linguagem natural, a redução de dimensionalidade se deu pela remoção de palavras não discriminantes. Ao unitarizar o texto, dois subtemas apareceram com maior frequência: um referente a emoções e sentimentos; outro referente a unidades que se tornaram palavras-chave para o processo de categorização inicial deste trabalho.

Quanto as emoções e os sentimentos, apareceram explicitamente no documento com cunho de opiniões expressas como negativas, positivas ou neutras. Procurando determinar em frases individuais se a unidade temática expressa ou não uma opinião, e, em caso de expressar, verificar quais e como se fizeram explicitados na escrita. Esses sentimentos e emoções serão estudados no próximo capítulo, contextualizando a correlação que desenvolveram com os componentes nos quais estão inseridos.

### Gráfico: Sentimentos e emoções nas cartas do *Nós, Irmãos*



Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

Percebemos que foram descritos e escritos nas cartas, de forma direta e clara, alguns sentimentos e emoções, quase dois terços dos sentimentos expressos tendo relação direta com sentimentos positivos e quase um quinto com sentimentos negativos. Estes sentimentos e emoções, auxiliaram na formação do corpus base da unitarização, sendo expressados os seguintes: amor/amar, ansiedade/anseio, medo/temor, horror/pânico, nojo/repulsão, constrangimento, diversão/divertimento, adorar/adoração, alegre/alegria, admiração/admirado, belo/beleza, choro/pranto, calma/serenidade, êxtase/extasiado, confuso/confusão, nostalgia/nostálgico, romance/romântico, sexual/sexualidade, choque/chocado, espanto/espantado, curioso/curiosidade, veneração/venerável, saudade/saudoso, solidão/sozinho.



Quanto às expressões de busca explicitadas, percebemos que elas apresentam a formulação de interação, como um espaço fundamentalmente social e dialógico, assim como nos apresenta Bakhtin<sup>811</sup>. Afigurando-se de maneira constitutiva e mediadora dos processos de identificação e de socialização dos agentes sociais. Nesses processos instauradores das relações de intersubjetividade, os agentes na atividade de produção e recepção dos textos, bem como na construção de sentidos, projetam suas expectativas em relação a si próprios e aos outros em meio a experiências constituintes do evento comunicativo em curso.

As palavras explicitadas nas cartas e que se tornaram unidades categorizadas efetivam os contatos interpessoais entre aqueles que estão distantes espacialmente, mas que têm laço de afetividade entre si. Desta feita, trazem à cena enunciativa seus sistemas de valores, crenças e saberes, construídos no seio das práticas sociais que vivenciaram no cotidiano e que assumem sua filiação a quadros de atividades de uma formação social, de uma identidade ou posição identitária constituída<sup>812</sup>.

Tabela: Expressões de busca explícitos nas cartas do *Nós, Irmãos*

Expressões de Busca categorizadas	Unitarizações encontradas	Representação (%)
Deus/Jesus/Espírito Santo/Céu	2938	10,29%
Liberdade/libertação	504	1,76%
Oração/Reza/fé	664	2,33%
Vida	744	2,61%
Ressuscitou/cruz/nova vida	268	0,94%
Bispo/Padre	916	3,21%
Igreja do Acre (e Purus)	172	0,60%
Coordenador(a)/Monitor(a)	770	2,70%
Cristãos/batizados	249	0,87%
Irmãos (não <i>Nós, Irmãos</i> )	2936	10,28%
Carta	195	0,68%
Fato (s)/notícia(s)/comunicam(os)	537	1,88%
Família/criança/jovem/velho	1663	5,82%
Lugares de habitação	536	1,88%
Festas Sacras	772	2,70%
Comunidade e Paróquia	1386	4,85%
Reuni (dos) (ão) (ões) (das)	428	1,50%
Evangelho	597	2,09%

Expressões de Busca categorizadas	Unitarizações encontradas	Representação (%)
Fraternidade/fraterno	463	1,62%
Trabal (har) (hador) (hei)...	930	3,26%
Sindicato	151	0,53%
Trabalhador Rural/colono	168	0,59%
Seringueiro	138	0,48%
Amar/Amor	563	1,97%
Alegr (e); (ia); (ar)	414	1,45%
Esperança/união	620	2,17%
Justiça	180	0,63%
Poema/verso/poesia	131	0,46%
Fome	154	0,54%
Política/eleição/partido	147	0,51%
Autoridades civis (governador, deputados, etc.)	216	0,76%
Hospital/ doente/ dor	339	1,19%
Educação/escola/estudar	399	1,40%
Brasil	207	0,72%
Acre	338	1,18%
Entes públicos	184	0,64%
Resistência/ floresta em pé	172	0,60%
Seringal/ colônia / colocação	338	1,18%
Sofrimento/expulsos/expropriados	444	1,55%
Pobres	455	1,59%
Índio	162	0,57%
Denúncia/ prisões/torturas	111	0,39%
Morte/assassinato	374	1,31%
Outras Expressões categorizadas	4481	15,69%
<b>Total</b>	<b>28554</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

Considerando a natureza e materialidade dos dados categorizados na pesquisa, percebemos que os agentes-remetentes falam de si, de outros com quem convivem, dos sonhos que cativam, da fé que alimentam, dos projetos de vida, dos episódios que vivenciaram, de desafetos, das lutas cotidianas, das relações afetivas que têm com o veículo de informação e com seus interlocutores. Expressões como exaltam a divindade, fraternidade, a família, a vida, a fé, a esperança e outros, convivem com expressões de sofrimentos, luta, pobreza, denúncias e dor.

Nas centenas de expressões unitarizadas pudemos categorizar e selecionar como objeto de questões um repertório que concebe no espaço discursivo e comunicativo a abordagem que não apenas representa o remetente, mas opera no espaço de interlocução, a partilha do domínio de conhecimentos e vivências que podem ser tornados como pertinentes e significantes pelos destinatários.

É perceptível o fato de selecionarem como objeto de discussão um repertório de questões que operam com o pressuposto de que, para que haja o espaço de interlocução, o outro, a quem eles se dirigem, se faz projetado como um parceiro que partilha vivências, angústias, sonhos, dificuldades e que compreende as representações pertinentes e significantes do conteúdo que nas cartas se escreve. Assim, os agentes emissores concebem a missiva como um espaço discursivo e comunicativo legítimo para colocar em funcionamento e veicular os discursos estabelecidos no espaço de interlocução como pressupostos partilhados tanto por emissores quanto por receptores da mensagem publicada<sup>813</sup>.

As vozes desses agentes sociais trazem à tona a interlocução de suas vidas cotidianas, materializados nas cartas que deixam os significados, representações e recortes da realidade exposta. Esses agentes, discursiva e interativamente, refletem, narram e descrevem suas experiências cotidianas e seus sentimentos, com o propósito de comunicar as representações e simbologias que possuem dos parceiros com os quais interagem. Em muitos dos casos se percebe que os eventos em curso, os temas em pauta, os enquadramentos interativos que constroem são apresentados para levar a efeito a interação com os leitores-interlocutores.

Percebemos nas várias unidades de análise que em trechos específicos os interlocutores explicitam, de forma discursiva e enunciativamente, os lugares sociais de onde falam. Sendo essa forma de indentificação do posicionamento do interlocutor em relação ao outro, podendo essa relação de interlocução do posicionamento identitário ser registrada tanto na abertura quanto no encerramento da carta.

O espaço interlocutivo da carta evoca o funcionamento e a finalidade social das práticas comunicativas que não apenas remete a construção de identidades sociais, mas também, a construção de relacionamentos, já que nem todos os remetentes sabiam escrever e, portanto, ditavam para que alguém escrevesse. Ao mesmo tempo, permite o refinamento das habilidades de escrita para os semi-analfabetos e a aprendizagem da escrita como práticas de interação mediadas pelas cartas.

Dado o exposto, é certo afirmar que o processo de constituição e composição de significados não é um processo linear. Depois descrever a constituição da caracterização produzida com revisões e correções que passaram o processo constituinte das unitarizações e categorização inicial e conseguinte definição preliminar do significado de cada categoria, passou-se a uma análise cuidadosa de todas as unidades constituintes das categorias. Essas serão descritas e interpretadas a partir da abordagem “dedutiva-verificatória-enumerativa-objetiva”<sup>814</sup>, construídas ao longo do processo da análise das classificações que são resultantes de um processo de sistematização progressivo e analógico. Para tanto, propomos uma testagem ou verificação das categorias “tomando como ponto de partida os dados, constituindo a partir deles as categorias e partir destas a teoria”<sup>815</sup>, que será aprofundado no próximo capítulo deste trabalho.

## CAPÍTULO VI

---

### AS VOZES DOS AGENTES SOCIAIS NAS CARTAS DO BOLETIM NÓS, IRMÃOS

#### João Seringueiro

João seringueiro trabalha o ano inteiro  
No meio da mata pra vida ganhar.  
Quando é fim de ano, na vila chegando,  
Com roupa de missa, João vai farrear.  
São duas horas da madrugada, João seringueiro já está de pé.  
Migar tabaco pra tabaqueira, vai pra cozinha fazer café.  
Vai rachar lenha lá no terreiro, vai buscar água no igarapé.  
Menino acorda e chora à mingua, e a mulher grita: se cala Zé.  
Leva a espingarda na bandoleira, leva o terçado no cinturão.  
Sobre a cabeça vai a poronga que vai rasgando a escuridão.  
Risca a madeira, com a mão ligeira, e a seringueira chora no chão.  
Bicho se espanta, corre no mato, corre com medo do bicho João.  
(...)  
Chega o jagunço, chega o grileiro e a mata verde tomba no chão.  
Sobe a fumaça, céu se embaça e a mãe madeira vira carvão.  
Troncos de luto, caro tributo, contam a história da ambição.  
João seringueiro, grande guerreiro, muda a barraca para a invasão.

(BACURAU, 1988)

## 6.1 VOZES SOCIAIS: DAS CARTAS A ESTRUTURAÇÃO E PERCEPÇÃO DO PENSAMENTO

Ao buscar o intento de analisar as vozes dos agentes sociais contida nas cartas publicadas no boletim da Prelazia do Acre-Purus é necessário que se tenha em mente que não eram publicadas cartas sociais ou de cunho pessoal. Quando tratamos de “as vozes” dos agentes, temos em mente que muitas das cartas eram “ditadas” pelas lideranças e escritas por outras pessoas da comunidade que soubessem ler e escrever. Assim, “as vozes” muitas vezes se confundem com “o conteúdo das cartas em si”, outras vezes com “a temática proposta” e, outras, ainda, com a “exposição de atos e fatos” que dificilmente chegariam ao conhecimento público se não fosse ditado por alguém que detinha algum tipo de autoridade no meio daqueles grupamentos sociais ou capital de bens simbólicos religiosos. De igual modo, muitas pessoas foram adquirindo capital social para exposição pública de suas ideias em veículo de comunicação religioso, ao mesmo tempo em que resistiam à opressão e lutavam por justiça social para que suas comunidades pudessem gozar de melhores condições de vida.

É certo afirmar que menos da metade das cartas enviadas à editoria do *Nós, Irmãos* foi publicada. Também é preciso se ter em mente que nem todas as cartas eram publicadas na íntegra. A Editoria do Boletim informou que várias vezes, em vários anos, dezenas de cartas que foram enviadas e estavam na editoria, mas não seriam publicadas por não atender os requisitos para a publicação. Por fim, em diversos números do Boletim é informado que “tipo de “notícia” devem ser enviadas para publicação, dando ideia da dificuldade existente para que as correspondências chegassem até a editoria, bem como a necessidade de continuar a comunicação entre o Boletim e os agentes comunitários.

No Boletim de setembro de 1982 pode-se ler:

Nosso Boletim sempre pediu e vai continuar pedindo as notícias de vocês. Porque ele é NOSSO. Notícias de como vão indo os grupos e as comunidades de cada lugar da Prelazia. Notícias sobre as reuniões, treinamentos, festas. Sobre as visitas Pastorais, sobre as lutas que vivemos dia-a-dia, animados pelo Espírito do SENHOR JESUS. Nós sabemos, irmãos, que as distâncias em nossa Prelazia são muito grandes. Sem estradas, sem barco e sem correio, a Comunicação fica sempre difícil. No inverno, então, fica impossível<sup>816</sup>.

No presente estudo, o Boletim Informativo é posto e proposto como um suporte veicular jornalístico alternativo de inserção midiática da Igreja Católica no meio das populações que viviam na Amazônia Sul-Occidental durante a Ditadura Militar brasileira.

Ao analisar a conjuntura em que as cartas reproduzidas no Boletim Informativo *Nós, Irmãos* se inserem dentro das formulações dos campos de Pierre Bourdieu, intentamos verificar a relação que estas estabelecem com o campo religioso, especificamente para destacar os fluxos de mão dupla nos espaços sociais em que agem a igreja para com as comunidades e estas com aquela na constituição de Capital Simbólico e Capital Social.

Os habitantes da Amazônia Sul-Occidental não ficaram alheios aos conflitos sociais no campo que se acirraram com o ato do governo do Acre de vender as terras em que já havia pessoas morando para empresários e migrantes do Centro-Sul. Com a Ditadura Militar censurando os jornais impressos ligados a empresas e a grupos editoriais, muitas vezes fechando os Jornais Alternativos que circulavam na clandestinidade, havia condições sociais para a manifestação do religioso – ou, nos termos de Bourdieu, condições para a “produção” dos bens simbólicos religiosos<sup>817</sup>.

Bourdieu afirma não ser possível compreender as estruturas de uma sociedade a não ser construindo o princípio gerador que funda as diferenças na objetividade. Para ele, o princípio da estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de Capital eficientes no universo social considerado não é imutável.

Ao escrever sobre o espaço social de campo de poder, Pierre Bourdieu rompe com a tendência de pensar o mundo de maneira substancialista. Para ele, a noção de *espaço* contém, em si, o princípio de uma apreensão *relacional* do mundo social. Assim, a sociologia afirma que toda a “realidade” que designa reside na *exterioridade mútua* dos elementos que a compõem.

O poder dos símbolos que se fazem presentes no campo religioso tem a capacidade de nomear, classificar, legitimar e impor violência simbólica ao mundo social e cultural. Para Bourdieu, a Igreja “contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações”<sup>818</sup>. Esse ambiente de tensão, cuja função é promover a integração social, pode ser entendido como espaços onde se estruturam os sistemas simbólicos, uma vez que “eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social”<sup>819</sup>.



## 6.2 AS VOZES DOS AGENTES SOCIAIS E AS FORMULAÇÕES DO DISCURSO MATERIALIZADAS NAS CARTAS PUBLICADAS

O estudo histórico da relação de pertencimento que os seres humanos estabelecem com as coisas é complexo e vai além dos fundamentos econômicos, jurídicos e culturais. Na conjuntura que se apresenta do estudo ora em cerne, percebemos que a propriedade é uma mentalidade que se relaciona com o conjunto de valores éticos e religiosos predominantes em um determinado espaço e tempo. Max Weber afirma que as crenças religiosas, assim como as ideias éticas delas derivadas, constituem importantes influências formativas de conduta ao ponto de, mesmo, poder alterar a maneira como os homens desempenham suas atividades econômicas<sup>820</sup>.

A Prelazia acreana-puruense interveio nas questões da sociedade em que estava inserida, atuando por meio de informativos, integração e unificação dos trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base, uma vez que o Estado, ávido pela “modernização”, deixava clara sua ausência de neutralidade.

A parte progressista e popular da Igreja Católica tornou-se uma instituição imprescindível à parcela da sociedade que se opôs à Ditadura Militar, servindo como forma de “resistência civil à opressão dos aparatos policiais e militares do Estado”<sup>821</sup>.

O Estado resolveu punir quem não saísse das terras. Ao tornar públicas essas punições também revelou uma mudança na maneira de o poder agir: os suplícios saem do campo cotidiano das evidências, passando a atuar no nível abstrato da consciência. A ideia que os governantes tentavam passar de que os moradores eram invasores, intentava impingir medo e suplício nos moradores. Quanto a isso, Foucault destaca que o suplício, para ativar a política do medo, necessitava ferir mais a alma que o corpo, devendo agir “profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições”<sup>822</sup>.

Seguindo a perspectiva da *lide* do jornalismo, ao considerar o discurso como prática que relaciona a língua com outras práticas no campo social, é necessário abrir a discussão sobre a multiplicidade do sujeito em suas relações de saber/poder<sup>823</sup>, bem como proceder a indagação acerca do que foi “dito” com a devida contextualização e precedência da pergunta acerca de “quem fala”.



Esse questionamento pode ser visto sob várias vertentes: que posição o enunciador ocupa, em que campo de saber se insere, como se desenvolvem suas relações hierárquicas entre o seu poder e os outros poderes, qual o “lugar de onde fala”, quais suas ações concretas enquanto sujeito produtor e desencadeador de saberes.

Ao nos debruçarmos sobre de onde as cartas eram enviadas, temos uma noção geral do tamanho do território espacial em que estavam dispersas as localidades de onde as cartas foram escritas e enviadas para publicação - 104.473 Km<sup>2</sup>, em uma circunscrição que envolve todo o leste acreano, o oeste rondoniense e a parte sul amazonense.

**Tabela: Localidade de fala de onde foram escritas e remetidas as cartas**

<b>Localidade de fala (expressa)</b>	<b>Percentual (%)</b>
Outros Estados do Brasil	1,15%
Rio Branco	31,33%
Xapuri	10,74%
Sena Madureira	6,39%
Manuel Urbano	1,41%
Brasiléia	10,74%
Porto Acre	2,94%
Boca do Acre	9,34%
Cruzeiro do Sul	0,13%
Mâncio Lima	0,13%
Plácido de Castro	4,99%
Quinari	3,20%
Assis Brasil	3,07%
Vila Eptácio Pessoa	1,15%
Vila Extrema	0,51%
Vila Bujari	0,51%
Comunidades nas Estradas	7,54%
Comunidades na BR	3,20%
Grupos em Ramais	0,77%
Fronteira da Bolívia	0,77%
Total de localidades identificadas	100%

Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

Não há dúvida quanto à grandiosidade dos desafios enfrentados por esses correspondentes, dado o tamanho da Prelazia e a dificuldade de locomoção em meio à floresta amazônica em uma época em que as rodovias e estradas não eram asfaltadas. Um tempo em que os ramais só poderiam ser acessados no período da estiagem das chuvas e que os rios e igarapés somente eram navegáveis no tempo das cheias. Localidades distantes centenas de quilômetros como Vila Extrema no Leste da Prelazia e Manoel Urbano no Oeste eram separadas por 411 quilômetros de distância; ou Boca do Acre no Norte da Prelazia e Assis Brasil no Sul eram separadas por 524 quilômetros de distância.

As cartas publicadas no *Nós, Irmãos* são provenientes de centenas de localidades distintas que podem ser agrupadas por circunscrição de origem administrativas e/ou por espacialidades geográficas relacionadas a estradas, igarapés, vilas e ou comunidades da fronteira expandida.

Como essas localidades nem sempre eram atendidas pelos correios, muitas vezes o remetente escrevia a carta e aguardava conhecimento de alguém que fosse se deslocar para a Capital para que pudesse enviá-la para ser encaminhada ao destinatário.

### **6.3 CAPITAL SIMBÓLICO E CAPITAL SOCIAL EM DESTAQUE DE FLUXOS DE MÃO DUPLA NAS PUBLICAÇÕES DO *NÓS, IRMÃOS***

A primeira dentre as seis categorias finais em que foi partimentado o *corpus* de análise no qual estão contidas as cartas publicadas no *Nós, Irmãos* recebeu o nome de “Capital Simbólico e Capital Social em destaque de fluxos de mão dupla nas publicações do *Nós, Irmãos*”. Nela, estão contidas 192 cartas institucionais, sendo 96 intituladas como “A palavra amiga do Bispo” e outras 96 que apresentavam um “cunho social” em formato de capas – várias dessas capas foram produzidas para representar o teor das cartas enviadas à Prelazia.

É perceptível que no início do boletim havia mais cartas com palavras de ânimo do Bispo em relação a circunscrição prelada que capas que coadunassem com as mensagens internas das publicações veiculadas no Boletim. Com o passar do tempo, os membros da Prelazia foram chamados a desenhar capas para o Boletim, com isso, o número de capas com viés social aumentou significativamente.

### 6.3.1 Palavra amiga dos Bispos Prelados ao Povo

Quanto a autoria das cartas, “A palavra amiga do Bispo” sempre foi escrita por ele ou a mando dele. Esta servia quase que como um “Editorial” da Prelazia em relação aos assuntos considerados pontuais para o pastoreio das comunidades e necessários de abordagem oficial. Dizemos “quase que como um Editorial”, porque o *Nós, Irmãos* também apresenta em suas páginas uma sessão intitulada “Editorial”, com pouco mais de duas dezenas de inserções publicadas no *Nós, Irmãos*. Essa sessão era escrita e assinada pelo corpo editorial do Boletim.

Foram 29 cartas e capas assinadas por homens, 03 assinadas por mulheres, nenhuma assinada por homens e mulheres, 63 que não tiveram seus(suas) autores(as) identificados, nenhuma assinadas por instituições, 97 assinadas por instituições com rubrica explicitamente masculina, nenhuma assinada por instituições com rubrica explicitamente feminina.

Quanto ao fluxo de mão dupla com “ares de institucionalidade” entre cartas da Prelazia para seus agentes e dos agentes para a Prelazia percebemos que, das 192 assinaturas, não foi possível identificar a autoria de 63 delas. Das 129 que existiam identificações explícitas, apenas 03 detinham assinatura de mulheres.

Se pararmos para refletir sobre um possível significado disso, há a nítida exposição que mesmo as mulheres fazendo parte explicitamente de 28% das publicações no *Nós, Irmãos*, seus escritos receberam “peso de institucionalidade” em menos de 3% dos escritos produzidos e veiculados aos leitores, agentes, grupamentos sociais e às comunidades da Prelazia.

As ações dos Bispos Dom Giocondo e Dom Moacyr também foram de fundamental importância para o desenvolvimento da Igreja no Acre. Com o agravamento da situação social foi gerado um clima de alta tensão no Acre. Assim, o conflito pela posse da terra passou a ser questão da ação política e social da Igreja do Acre e Purus.

No Boletim da Prelazia, a “Palavra amiga do Bispo” se mostrou como um chamado à luta pelos direitos dos excluídos. Em seu pronunciamento publicado no *Nós, Irmãos* havia um misto de incentivo a fé cristã e de resistência contra a opressão. Foi ele quem organizou as CEBs por toda a Prelazia. Essas comunidades de base eram mais que células de evangelização, de oração e de fraternidade, “eram também onde se formava a consciência para a organização sindical e, um pouco tarde, para a formação do Partido dos Trabalhadores”. Com ações como essas, a Igreja Católica

acreana, nas palavras de Dom Moacyr Grecchi, se tornou “uma espécie de útero materno para a gestação de um sindicalismo independente e lutador” em que as pessoas “exerciam sua fé cristã lutando por paz e por justiça”<sup>824</sup>.

Moacyr Grechi nem sempre foi tão combativo em busca de justiça social e de resistir à opressão. Ele chegou ao Acre em 1971<sup>825</sup>, quando começava a reação dos posseiros e seringueiros para ficar nas suas terras. Segundo relatado pelo próprio bispo na obra *Vozes da Floresta* a visita a um seringal para verificar a denúncia de atos de violência mudou toda sua vida e, mesmo, sua perspectiva de ser cristão. Segundo relata:

Um grupo de mães foi me pedir para visitar um Seringal perto de Rio Branco, o Ipiranga, onde o dono estava sendo denunciando por cometer atos de violência contra os seus filhos e os seus maridos. As mães, os parentes, vieram três à minha casa pedir socorro, e eu nunca ia. Até que, na terceira visita deles, um dos homens mais velhos, um senhor de mais de 80 anos olhou bem pra mim e disse: “Dom Moacyr, o senhor é o bispo, o senhor é a autoridade, o senhor é quem sabe, mas eu sou mais velho, e se eu fosse o senhor eu já tinha ido lá conferir se isso é verdade ou não”. Eu pra não ficar de frouxo fui, e essa visita mudou a minha vida<sup>826</sup>.

O recém chegado sacerdote, ainda não consagrado a bispo, constatou em suas andanças pela prelazia que “a violência contava com a total conivência das autoridades, a polícia era corrupta e vendida e o Exército vivia apavorado”. Depois de sua nomeação a como Prelado do Acre e Purus, Dom Moacyr pôde agir com maior interação junto às redes de poder presentes nas terras da Prelazia. Assim, ao fazer um panorama do perfil das ações de autoridades que encontrou no Acre no início da década de 1970 afirma que “a polícia era corrupta até o osso, os políticos uns incapazes, e o Exército um bando de gente com medo do comunismo e da subversão, a maioria sem saber o que era isso, mas com medo”<sup>827</sup>.

No Boletim de setembro de 1973, ao tratar da missão dos cristãos e de sua vocação, Dom Moacyr escreveu que:

Muitos se dizem cristãos, receberam o batismo, mas não percebem a ligação necessária entre sua fé em Jesus e o amor bem concreto a seus irmãos. Não percebem que é impossível dizer-se cristãos e ao mesmo tempo aceitar tranquilamente que nossos irmãos mais pobres sejam expulsos de suas terras, não tenham terra para trabalhar, nem assistência médica, nem emprego, sofrem violência e injustiças de todo o gênero<sup>828</sup>.

Em janeiro de 1974 há uma palavra de ânimo e choque de realidade aos membros da Prelazia. O Bispo afirma que:

**Só 5,3% da população da Prelazia participa de maneira regular da vida da Igreja.** E mesmo esta porcentagem não é sempre atingida de maneira profunda. **A fé convive tranquilamente com um mundo de superstições e credices;** a vida sacramental é quase sempre desligada da vida de cada dia (família, trabalho, vida social), **existe uma religiosidade bastante acentuada, mas totalmente alheia aos problemas sociais** seríssimos que nos rodeiam. Quase nunca é percebido o nexó necessário entre a fé e a construção de um mundo mais justo<sup>829</sup>.

Os anos de 1970, no período da Ditadura Militar foram de intensos conflitos econômicos, políticos, sociais e culturais. Com a realização do primeiro Encontro do Vicariato do Acre, em Xapuri foi elaborado um documento que orientava a ação dos agentes pastorais quanto aos procedimentos referentes ao enfrentamento da questão da terra. Nesse documento transcrito parcialmente no Boletim de junho de 1974 pode-se ler a “Orientação da Igreja do Acre e Purus sobre o problema das terras”:

Em face da grave situação criada pelo problema das terras no Estado do Acre e em particular no território desta Prelazia, a Igreja Acre-Puruense não entrando no lado técnico deste problema, mas inspirada no Evangelho de Cristo faz questão de dar a esse respeito suas diretivas para todo o povo de Deus. A problemática das terras preocupa em especial os posseiros, colonos e seringueiros que vivem na maioria das vezes há vários anos no interior de nossos seringais e colônias sobre quem a ameaça de deixarem suas posses, sem perspectiva alguma de sobrevivência. Na realidade com o passar dos dias, multiplicam-se os casos de posseiros colonos e seringueiros que da maneira mais arbitrária e violenta vêm sendo expulsos de suas posses sem o menor respeito a dignidade da pessoa e mesmo as leis vigentes<sup>830</sup>.

Em setembro do mesmo ano em que foram produzidas essas orientações sobre o problema das terras, o bispo Dom Moacyr escreveu uma carta sobre “O cristão e a Política”. Essa carta chamou a atenção não somente do povo da prelazia, mas também de autoridades civis e do Serviço Nacional de Inteligência. Nela são explicitadas as bases da política, afirmando a necessidade de ela ser praticada para o bem comum e incentivando os cris-

tãos a participarem da política ativa e conscientemente. Assim sendo, ele expõe os problemas que percebe na Prelazia:

Os principais [problemas], a meu ver, são os seguintes: a inexistência de uma infraestrutura econômica, a ausência de mercado do trabalho, a alta desenfreada do custo de vida e os baixos salários e a insegurança do dia de amanhã; as limitações e deficiências do poder judiciário e legislativo; o problema das terras e o futuro dos seringueiros obrigados, de uma maneira ou de outra, a sair dos lugares de trabalho; a falta de sindicatos ou órgãos de classe de seringueiros trabalhadores rurais etc.; a dependência dos grandes centros econômicos do país em prejuízo da economia local. Mas o que agrava ainda mais a situação a ausência quase completa da consciência política pois a grande maioria do povo não conhece nem participa conscientemente da vida política<sup>831</sup>.

Em seu posicionamento oficial, o bispo correlaciona a relação existente entre a dimensão política e a mensagem de amor ao próximo presente no Evangelho para que se construa um mundo melhor. Mesmo afirmando que “a Igreja não tem partido” o bispo conclama o povo a agir de acordo “com os interesses do coletivo”, “defender os direitos de todos”, afirmando que “como cristãos e cidadãos conscientes não deveríamos votar em candidatos que mentem e prometem o que não poderão realizar pois se demonstram desonestos e faltam com a verdade e com os compromissos assumidos publicamente”<sup>832</sup>.

Dado o contexto em que a cada dia se agravavam os conflitos pela posse da terra, havia a necessidade de unir forças para combater a opressão e a injustiça que, com ares de legalidade, se instalava no Estado do Acre. Em seu relato, o bispo prelado afirma:

Esse foi um tempo em que **cristãos e não cristãos se uniram**. No centro de Defesa do Direitos Humanos **tinha até um ateu confesso**, e tinha o Abrahim Farhat, o nosso Lhe, de **origem libanesa**, e em Xapuri tinha o Bacurau, **um hanseniano que não tinha mão nem pé**, totalmente dedicado, pessoas que se juntaram aos **seringueiros e posseiros** para lutar pela posse da terra. Foi **o povo da Igreja**, o Nilson Mourão, um menino que depois se tornou muito importante porque fazia **a ligação da fé com a política**, o Padre Paulino e o Padre Pacífico, **junto com os comunistas e com um advogado** do Instituto Nacional de Reforma Agrária [Incra] chamada Juraci, que fizeram o **Catecismo da Terra**, um folheto barato e simples, com

apenas cinco perguntas e cinco respostas, mas que foi **o primeiro instrumento de resistência dentro da floresta**. Quem não sabia ler pregava na parede da casa e quando chegava um capataz dizendo: “O Senhor tem que sair, porque essa terra agora tem outro dono”, a resposta sempre era: “Não senhor, eu não saio, o senhor veja aí o meu direito que está escrito no Catecismo da Terra<sup>833</sup>”.

Com a divulgação do documento “Catecismo da terra”, com 400 exemplares distribuídos inicialmente pelo padre Paolino Baldassari, na Paróquia de Sena Madureira, a Prelazia começou a orientação aos trabalhadores rurais quanto a seus direitos. Essa publicação levava orientações aos trabalhadores sobre como reagir ante a ameaça de expulsão de suas posses, bem como fazia referência ao Estatuto da Terra e à questão fundiária com base no aparato legal vigente. Muitas outras tiragens desse documento foram feitas com o passar dos anos e distribuídas não somente no Acre, mas por vários Estados em que havia conflitos pela posse da terra.

Com a Chegada do economista João Maia, Delegado da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Prelazia cedeu espaço para as reuniões do embrião que daria forma a associações e sindicatos em terras acreanas. Assim, as reuniões eram feitas sempre em ambiente de igreja.

Tanto a Contag quanto a prelazia prepararam o ambiente para a fundação de sindicatos no Acre. Percebemos nas cartas a existência, ainda que precária, de diálogo com o governo, com as polícias e com o Exército. Essa parece ter sido uma estratégia para sobrevivência tanto dos grupos sociais e suas lideranças que se formavam quanto dos sindicatos que almejavam atuação independente.

A Contag, através de seu advogado<sup>834</sup>, desenvolveu várias ações de mobilização de trabalhadores e conscientização de direitos civis. De todas as ações de fundação sindicais se destaca a da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco, ocorrido na Catedral da Prelazia. Dom Moacyr relata:

Como eu sabia que vinham muitos, e de fato chegaram mais de mil seringueiros e posseiros, acabei cedendo a própria Catedral. Do lado de dentro estavam os trabalhadores e, do lado de fora, estava o Exército armado com escudos e metralhadoras, cercando os trabalhadores como se estivessem cercando bandidos como se os seringueiros não estivessem apenas lutando com compromisso e com fé para mudar um pouco o rumo das coisas que afetavam su-

as vidas. Era um tempo muito duro, com o Exército sempre tentando intimidar<sup>835</sup>.

A situação de violência nas terras acreanas vitimou milhares de pessoas. Nem os padres escaparam da violência. No ano de 1977, o padre Afonso morreu no rio, no encontro das águas do rio Acre com o Purus, próximo à cidade de Boca do Acre. Seu corpo nunca foi encontrado. Não foi possível dizer se sua morte se deu por afogamento já que autoridades e donos de terras da região desaprovavam o trabalho que realizava de evangelização com os indígenas Apurinã e Jamamadi, além do trabalho realizado com os pobres, os posseiros e os seringueiros. Dom Moacyr escreveu que

Foi por vezes hostilizado, humilhado, caluniado. Esbofetearam-no em praça pública e eu não sabia, o Afonso nada me comunicara. Não se vingou, não revidou. “Como um cordeiro levado ao matadouro, não abriu a boca”. Foi escorraçado, expulso do recinto da Câmara dos vereadores, levado por dois soldados, por ordem do Delegado, como se fosse um malfeitor. Não revidou, não reagiu com violência. (...) Em muitas outras vezes foi ofendido, humilhado em público, ameaçado... Para certos homens e mulheres de Boca do Acre sua “existência era uma censura às suas ideias; bastava sua vista para os importunar”. Mas ele, o Padre Afonso, não sairá mais de Boca do Acre e, mesmo morto, falará<sup>836</sup>.

A necessidade da valorização da mulher enquanto protagonista e não uma simples auxiliadora também se fez uma constante nas cartas publicadas. A conscientização dos papéis femininos exercidos na sociedade e a necessidade de serem reconhecidos aparece por todo o Boletim da Prelazia. Quanto a agência protagonista feminina e o desempenho de vários papéis ao longo dos séculos o Bispo escreveu:

Percebemos em nossa região a presença marcante da mulher em setores importantíssimos, como por exemplo o da educação, da saúde e na criação, orientação e animação de nossas comunidades eclesiais.

Será que esta presença feminina está sendo valorizada devidamente? A própria mulher sabe reconhecer seu valor?

Esta prepara para assumir, segundo sua índole, o seu papel insubstituível em todos estes campos?

Como é vista e tratada em nossas famílias a mulher: a mãe, a esposa, a filha, a irmã?

Deus valorizou tanto a mulher. E nós?<sup>837</sup>.



Com a abordagem da corrupção na política, mais uma vez, chama o povo à consciência da necessidade de reflexão sobre como os governantes se elegem de maneira corrupta com o objetivo de enganar a população e tirar proveito dos mandatos para benefício próprio. Quanto ao cenário político pré-eleitoral de 1978, consta no Boletim que:

Em que é que os candidatos gastam esse dinheiro todo? Em viagem? Nos cartazes e folhetos de propaganda? Na divulgação dos estudos dos problemas sociais e das possibilidades de solução? Não, não é! Eles fazem despesa com essas coisas também, mas o grosso do dinheiro vai é para compra de votos. Poucos deles tem a coragem de confessar que “compram votos”, mas, na realidade quase todos fazem de um jeito ou de outro (...).

A maioria deles é uma tristeza. Só lembram de que você existe na hora de pedir ou de comprar o seu voto.

Vão é passar quatro anos recebendo um ordenado que é trinta ou quarenta vezes maior do que o salário que você ganha. É um absurdo!

Entre os Deputados e Senadores, não há ninguém do povo, ninguém pelo povo. Não há um operário, não há um agricultor. Só gente do partido e escolhido pelo partido.

Se, nessa campanha, lhe oferecerem dinheiro, não crie caso: receba o presente. Mas vote no melhor, que se encontra sempre entre aqueles que não tem dinheiro para “comprar votos”<sup>838</sup>.

Uma outra percepção que se tem, a partir da leitura das cartas escritas pelo Bispo é que, ainda nos anos de 1970 a ecoteologia toma forma nas terras acreanas. Aliás, é certo dizer que, na Amazônia Sul-Ocidental, a ecoteologia precede e se torna base fundamental para a ecologia.

Mas o que vemos? O que vemos é a ditadura do homem sobre a natureza. Vemos um punhadinho de homens feitos verdadeiros ditadores do mundo. Ditadores que não respondem diante de ninguém do que fazem. E aí vem a desgraça. Primeiro. Desgraça da própria natureza. Sua destruição. E a derrubada das belas castanhas e seringueiras. E o assassinato de tantos bichinhos bonitos e uteis. Depois é a desgraça da humanidade. Gente sofrendo por causa do domínio da terra nas mãos de poucos. Esse pessoal pode exibir toda uma mala de papéis assinados e carimbados por mil autoridades. Mas sabiam que o documento mais importante é o testamento que o próprio Criador da Natureza deixou para os homens e assinada por ele nas Sagradas escrituras e que diz assim: A TERRA É DE TODOS!<sup>839</sup>.

É possível perceber o ideal traçado na Prelazia para a vivência do povo. Na carta “Reino de Deus, Sonho do Povo”, Dom Moacyr faz um resumo desse ideal.

A “utopia popular”, o sonho dos pobres implica nestas coisas, simples, como afirma o entendido (Darcy Ribeiro): comer todos os dias, morar numa casa decente, fazer o primário completo, ser socorrido e tratado nas dores maiores, ter um emprego permanente, por humilde que seja, não morrer ao desamparo na velhice<sup>840</sup>.

Quanto a relação da Igreja Católica com partidos políticos, em especial com o Partido dos Trabalhadores, Dom Moacyr, mesmo fazendo menção ao fato de que vários partidos surgiram das comunidades de base reitera o fato de que partidos e igreja são instituições diferentes que devem caminhar de forma independente, ainda que, em seus ideais existam pontos de convergência. O Bispo escreveu no Boletim que:

(...) há uma certa identificação em alguns aspectos do partido: o modo de trabalhar, a partir do pequeno, a participação do pequeno, uma mudança mais radical da sociedade. Isso, então, é um dado de fato. E aqui você me fala do Nilson Mourão, candidato do PT ao Governo. Realmente ele era um dos Coordenadores da Pastoral, um teólogo. Mas a partir de sua indicação, ele já não mais presta esses serviços. Seu serviço é, como cristão, ser candidato. Agora, na prática, nós temos uma identificação porque nasceu nas Comunidades e temos um certo projeto comum, mas a Igreja não assume. Isso não seria bom nem para o PT e nem para a Igreja. O PT é um partido e deve ter sua caminhada; a Igreja tem sua missão e não se confunde. Por tanto, mesmo sobre o PT, a Igreja deve ter sempre aquela distância para poder falar, para poder criticar, para poder dar sua colaboração Evangélica. Tanto ao PT como aos outros partidos.

(...) Bem, se estivéssemos na TV todos veriam pela minha cara que não gostei da identificação da Igreja com o PT. Não, a Igreja já não se identifica. Tem aspectos das propostas do PT que batem com aspectos das propostas das Comunidades de Base por que nasceram num ambiente e numa luta comuns. Mas não há identidade de maneira nenhuma! Eu insisto nisso! A Igreja se identifica com a política quando é a busca do Bem Comum<sup>841</sup>.

A ênfase dada pelo bispo a participação consciente dos católicos no processo de escolha de seus representantes políticos trata a política como um instrumento de “participação popular nas decisões do país”. Assim,

afirma que “a Igreja se identifica com a política quando é a busca do Bem Comum”, afirmando que a construção de uma política autêntica perpassa pela educação política e pela participação consciente das pessoas no exercício da cidadania. Nas várias cartas escritas o Bispo deixa marcado o posicionamento da Igreja do Acre-Purus quanto a construção dos processos políticos e sociais e ao lado de quem ela se posiciona nessa caminhada enquanto igreja social.

Na construção desse novo mundo, nossos companheiros de caminhada são os índios, os seringueiros, os colonos, os peões, diaristas, as famílias sofredoras da periferia da cidade, as prostitutas, os perseguidos – todos pobres, oprimidos e marginalizados. Além desses, aceitamos como companheiros também aqueles que mesmo não sendo pobres, com sinceridade e sem interesses egoístas, querem a libertação dos oprimidos<sup>642</sup>.

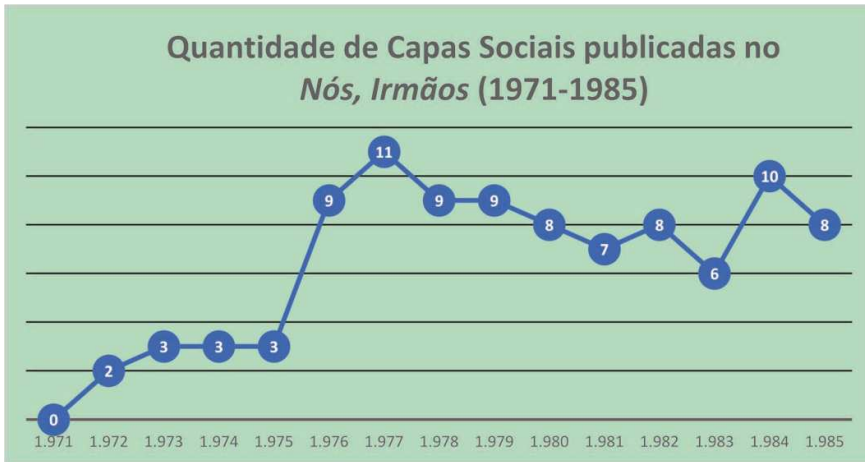
Esses assuntos foram os que mais apareceram nos discursos escritos pelo Bispo Dom Moacyr que foram publicados no Boletim. As ideias do bem comum, da evangelização como prática de libertação também da consciência e do corpo, do amor ao próximo a ser vivido de maneira prática na vida cotidiana e da construção de uma agência que propicie aos “sujeitos” uma vida abundante, ainda nesta terra, se fazem presentes nos discursos episcopais e nos de outros líderes religiosos e de grupos comunitários que escreveram para o Boletim.

### 6.3.2 Capas Sociais do Boletim

Quanto as 96 capas sociais do Boletim, percebemos que elas são apresentadas como representação de cartas e reportagens dos agentes sociais publicadas na primeira página do *Nós, Irmãos*.

Três projetos enunciativos se fazem presentes nas capas do *Nós, Irmãos* e coincidem com a estratégia retórica convencional – uso de manchetes, imagens, chamadas, diagramação, etc.: a) a ideia que se faz da expectativa dos leitores potenciais quanto ao tema e à forma de abordagem das informações que se pretende levar ao leitor; b) a ideia de credibilidade, confiança e fidedignidade que se desejou criar sobre o periódico; c) a ideia de que o texto e as imagens correspondam à expectativa que o leitor real gostaria de fazer de si próprio, buscando, assim construir uma identificação.

### Gráfico: As capas em números



Fonte: Compilação de dados produzida pelo autor com base nas capas do *Nós, Irmãos*.

Dentre as 157 capas das edições do *Nós, Irmãos*, além do cunho religioso, 96 delas apresentam também um viés de cunho social<sup>843</sup>. Esse grupo de capas com viés social é o foco de análise no presente momento. Vale ressaltar que esse periódico é uma publicação da Prelazia do Acre-Purus como veículo Informativo em formato de Boletim, portanto, o cunho religioso é condição basilar para a comunicação entre Igreja e agentes de comunidade. O que ressaltamos neste momento é o viés social imanente, caracterizado pela agência propositada de aplicação exegetica do “Evangelho” na vida cotidiana dos habitantes da Amazônia Sul-Occidental que viviam na circunscrição em que fora instalada a Prelazia do Acre-Purus.

Não é propósito neste estudo dizer que apenas 96 capas tiveram uma aplicação de viés sociabilizante, mas dizer que 96 delas preencheram todos os critérios de análise estabelecidos para serem categorizadas como tais, sendo os critérios requisitados: a) ser a primeira página do Boletim; b) demonstrar formulações condizentes com a tradição católica explicitada pelas Constituições do Concílio Vaticano II<sup>844</sup>; c) ter a agência social embasada na teologia explicitada pela II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano<sup>845</sup>; d) veicular representações do cotidiano dos habitantes da floresta amazônica.

Quadro: Capas sociais conforme edições do *Nós, Irmãos*

BINI	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
1971												
1972						0						0
1973		0	0									0
1974							0	0		0		
1975		0					0					0
1976	0	0	0	0		0	0		0	0	0	
1977	0	0		0	0	0	0	0	0	0	Fátima?	0
1978	0	Fátima?	0	0	0	0	0		0	0		
1979	*** Ilegível		0	0	0		0	0		0	0	*** Ilegível
1980	0	0	0	Fátima?	0				0		0	Asfury
1981	0	0	0		0				Silvio (Ilegível)	0		0
1982			Hélio Melo	Cerezo	Cerezo		Cerezo	Cerezo	Cerezo	Cerezo		Cerezo
1983			Cerezo	Cerezo	Cerezo			Cerezo			Cerezo	Cerezo
1984	Cerezo		Cerezo	Cerezo	Cerezo	*** Ilegível		Cerezo	Moreira	Cerezo	Cerezo	Cerezo
1985	0		Hélio Melo	Hélio Melo			*** Ilegível		Hélio Melo	Silvio (Ilegível)	Hélio Melo	Silvio (Ilegível)

*Nós, Irmãos* com Capa Social (que reflete o teor das cartas).  
 O Capa sem assinatura aparente (alguém fez, mas não assinou).  
 > Nome do artista que desenhou a capa.  
 \*\*\* Artista existente, mas ilegível.

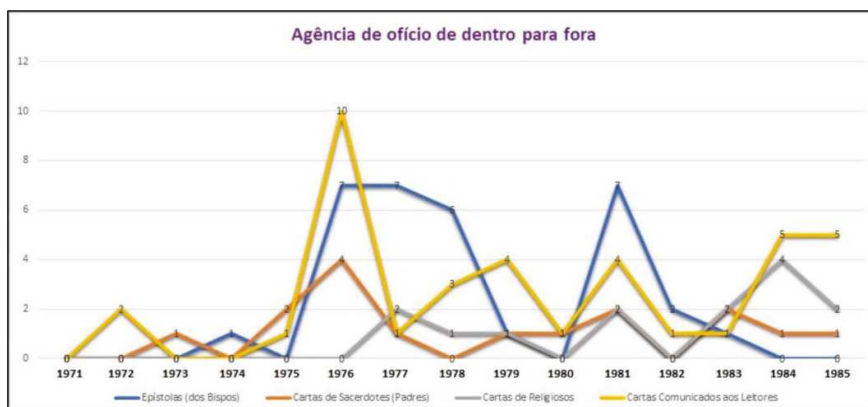
Fonte: Compilação de dados produzida pelo autor com base nas capas do *Nós, Irmãos*<sup>946</sup>.

## 6.4 VOZES SINGULARES DE AUTORIDADES ECLESIÁSTICAS PARA OS AGENTES SOCIAIS NA AMAZÔNIA

A segunda dentre as seis categorias finais em que foi partimentado o *corpus* de análise no qual estão contidas as cartas publicadas no *Nós, Irmãos* foi intitulada como “Vozes singulares de autoridades eclesiásticas para os agentes sociais na Amazônia: agência de ofício de dentro para fora”. Nela, estão contidas 100 cartas de pessoas que detêm cargos, ofícios ou agência institucional intraeclesiástica para o povo prelado, sendo 32 epístolas dos bispos, 16 cartas de Sacerdotes Padres, 14 cartas de religiosos não sacerdotes e 38 cartas comunicados de lideranças da prelazia e da Editoria do *Nós, Irmãos*.

Quanto a autoria das 100 cartas: 56 cartas foram assinadas por homens, 04 assinadas por mulheres, 02 assinada por homens e mulheres e 38 assinadas por instituições.

Gráfico: Agência de ofício de dentro para fora



Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

Conforme pode ser visualizado no gráfico, as cartas institucionais e assinadas pelos homens se fazem presente por toda a trajetória do *Nós, Irmãos*, assim, padres, bispos, frades, irmãos e representantes de instituições falaram diretamente ao povo por todo o período. As cartas assinadas por “mulheres religiosas” conhecidas como freiras pouco apareceram.

O Clero agiu de ofício em todas as 100 cartas publicadas, não somente consolando ou pastoreando os grupos sociais pertencentes à Igreja, mas também subsidiando de informações que pudessem ser utilizadas como instrumento de resistência à opressão.

#### 6.4.1 Epístola dos Bispos

Das 32 epístolas publicadas, 29 foram assinadas por Dom Moacyr Grechi, 01 foi assinada por 16 bispos que presenciaram o julgamento dos padres<sup>847</sup> e outras 02 por Dom Giocondo Maria Grotti (post mortem) nas edições de julho e setembro de 1981.

Todas as epístolas são assinadas por Bispos. O que as difere é basicamente “o lugar de fala” na escrita. As cartas intituladas “A palavra amiga do Bispo” foram escritas quase que como um “editorial”, enviadas pelo administrador da Prelazia – ou a mando dele; apresentando uma formulação mais de regência do agente que tem poder temporal para conduzir administrativamente. Quanto às epístolas, percebe-se uma abordagem mais instrutivo-pastoral; apresentando uma formulação mais de aconselhamento e instrução do agente que, pelo poder eclesiástico, conduz “as ovelhas” da cristandade presentes na Prelazia.

Em junho de 1974 foi publicada a primeira epístola com “orientações da Igreja do Acre e Purus sobre o problema das terras”. Nela o Bispo informa que não entraria no lado técnico do problema, antes, inspirado no “Evangelho de Cristo” dava “diretivas para todo o povo de Deus”.

##### **A orientação da igreja no que diz respeito aos posseiros é a seguinte:**

- a) Conscientizar os posseiros de seus direitos segundo as orientações do INCRA, sobre a posse da terra;
- b) Urgir junto aos órgãos competentes a necessária documentação dos trabalhadores, em consonância com a legislação trabalhista;
- c) Denunciar aos órgãos competentes: INCRA, 4ª CIA, Polícia Federal, Polícia Militar, Secretaria de Segurança as arbitrariedades cometidas contra estes trabalhadores;
- d) Defender, mesmo na justiça, indivíduos ou grupos, quando nenhuma outra providência for tomada pelos órgãos de direito;
- e) Sugerir ao Governo do Estado e ao próprio INCRA, levando em conta o futuro destes trabalhadores, o enquadramento dos mesmos num plano geral de colonização do Estado<sup>848</sup>.

Na epístola de março de 1977, a carta pastoral reflete sobre “Jesus: esperança dos marginalizados”. Nela, fica claro o posicionamento de vários bispos brasileiros sobre esse assunto. O foco da mensagem é o papel de Cristo ao lado do povo pobre, do povo simples e de todos que sofrem privações. Ao discorrer sobre os diversos tipos de marginalização, Dom Moacyr reflete sobre os documentos escritos pelos bispos do Brasil e cita que a existência do fenômeno da marginalização em vastas regiões é prova da não realização do bem comum. Citando o documento da CNBB “Exigências cristãs de uma ordem política”, ele escreve que:

A marginalização manifesta-se através das situações que favorecem aos beneficiários privilegiados do despojamento, da paciência e da miséria dos outros. Ser marginalizado é ser mantido fora, à margem; é receber um salário injusto, é ser privado de instrução, de atendimento médico, de crédito: e passar fome, é habitar em barracas sórdidas, é ser privado da terra por estruturas agrárias inadequadas e injustas, ser marginalizado é, sobretudo, não poder libertar-se destas situações. Ser marginalizado é não poder participar livremente de processo de criatividade que forja a cultura original de um povo. Ser marginalizado é não dispor de representatividade eficaz, para fazer chegar aos centros decisórios as próprias necessidades e aspirações: é ser contemplado, não como sujeito de direitos, mas como objeto de favores outorgados na medida necessária à redução das reivindicações; é ser manipulado pela propaganda. Ser marginalizados é não ter possibilidade de participar. É ser privado do reconhecimento da dignidade que Deus conferiu ao homem” (Documento da CNBB “Exigências cristãs de uma ordem política”, p. 22-23)<sup>849</sup>.

Dom Moacyr, em sua epístola “O povo de Deus que luta pelo reino”, em meio a prisões de várias lideranças seringueiras, do assassinato de líderes sindicais, do agravamento das lutas pela posse da terra, de mortes “misteriosas” e da perseguição a leigos e a sacerdotes da Prelazia, escreve que:

Depois de 10 anos de caminhada nas comunidades Eclesiais de Base estamos convencidos de que seguimos o rumo certo. Reconhecemos que não foi fácil mudar; as mudanças nos custaram muitos sacrifícios, incompreensões, dissabores (...) Aprendemos muito com isso. **Aprendemos que os exploradores têm o coração de pedra** e que suas vidas são marcadas pela sede insaciável do lucro, da ganância, do egoísmo. **Aprendemos que os dirigentes políticos tradicionais, em geral, são marcados pelo desejo incontrolável de se manter no poder.**



**Aprendemos que o Poder Judiciário, encarregando de fazer justiça, nem sempre é justo.** As causas movidas pelos grandes e poderosos, mesmo que socialmente injusta, quase sempre saem vitoriosas. **Quando se trata de atender os interesses dos pobres, a justiça é lenta,** a burocracia é pesada e os resultados finais, normalmente, significam verdadeiras derrotas para os humildes. Por fim, queremos lembrar com saudade e esperança D. Giocondo, Padre Carlos, a monitora Déo que morreu sob torturas, Padre Afonso, Wilson de Sousa Pinheiro, João Eduardo que doaram suas vidas pelo Evangelho<sup>650</sup>.

As muitas injustiças praticadas contra os habitantes das terras amazônicas não foram objeto de preocupação apenas dos Bispos em suas pastorais.

#### 6.4.2 Cartas de Sacerdotes (Padres)

Assim como os bispos, os padres também publicaram cartas sacerdotais onde se dirigiam não apenas a sua comunidade de atuação particular, mas a todas as comunidades da Prelazia. Essas 16 cartas apresentam quatro formulações diretivas que parecem ser “naturais” ao relacionamento com os membros da Prelazia aos quais eram direcionadas: umas eram de “ânimo”, outras de “incentivo a permanecer lutando” para não serem apropriados, outras ainda de “orientação” e “relatos” de atividades realizadas, e, por fim, de “incentivo a construção de uma consciência crítica” embasada em um evangelho cotidiano.

No boletim sempre aparecia o que deveria ser noticiado ou não pelos “leigos” da Prelazia, com diretivas a serem seguidas, mesmo que essas diretivas tenham mudado com o passar dos anos. Quanto às cartas sacerdotais e de religiosos não parece haver essa diretiva. Elas têm em sua abrangência publicada ao menos duas das quatro diretivas, como o trecho transcrito da primeira parte da carta do Padre Heitor, em que escreve:

Oh! Gente:

A viagem de S. Paulo a Rio Branco foi ótima. Com o Clodovis estive em Sena Madureira: revemos com alegria o Pe. Paulino, Bárbara e Valéria e nossas irmãs: bonito foi o encontro com o grupo de evangelização do Francisco: espetacular a maneira do Francisco fazer as perguntas e com que pedagogia: oh! D. Maria vamos ver se a Sra. nos ajuda entender melhor esta palavra de Jesus: “a palavra: a porta que vai ao céu é mais estreita do que a porta que vai ao mal”. For-

midável o Francisco: continue com todos os seus amigos monitores e cristãos de Sena. Com prisca e o Clodovis fomos até a escolinha lá no mato: não gostei de ver todas aquelas crianças sem chinelo, e em casa, todos sem filtro e todos sem mosquiteiro: assim não vai: espero que todos os monitores iniciem um trabalho bem concreto para que toda casa no Acre tenha seu filtro de água e mosquiteira e chinelo para as crianças.

Gostei demais da escola que o Pe. Paulino construiu: foi a primeira que visitei e sei que tem mais de 17 lá pelo jardim amazônico de Sena<sup>851</sup>.

O Conselho Indigenista Missionário fez um levantamento da situação dos indígenas que habitavam a Prelazia do Acre-Purús. O padre Antônio Jazi fez um relato dessa situação através de carta enviada ao “*Nós, Irmãos*”. Ele relatou resultados obtidos sobre os povos Apurinã, Kulina, Jaminawa e Machineri. Nos quatro casos a crescente necessidade de deslocamentos populacionais, falta de assistência, o problema das terras e a falta da presença da Funai são os pontos de destaque:

Os Apurinãs são algumas centenas e vivem enxotados de um lugar para o outro, pois os “paulistas” estão chegando e tomando as terras localizam-se em vários pontos mais ao longo da BR 317, no trecho entre Rio Branco e Boca do Acre. (...) O Problema das Terras: quando os Apurinãs conseguem localizar-se, embora em caráter precário, são explorados pelos “donos” das terras. (...) Segundo informações do mesmo Eduardo Pequeno da Silva o patrão Adão Mineiro de Monte Verde manda açoitar os índios, o que já fez com Beca e João Teixeira. A este último fez beber querosene misturado com areia<sup>852</sup>.

Aliado a essas ações estão os maus tratos contra as populações indígenas, que vivem nas florestas brasileiras. Essa violência também é vista em sua face mais cruel contra as populações das periferias das cidades, conforme Padre Maurício retrata em sua carta “Testemunho de vida”, em que trata sobre como a “Glória do tricampeonato” de futebol alienou o povo brasileiro. Segundo ele, enquanto o país estava absorvido, drogado e anestesiado pela euforia de “Campeão do Mundo”, nas celas das prisões era escrita outra história eufórica onde “a polícia recebia ordens e agia... torturava, matava...”. Ele encerra sua carta afirmando que a tortura não mais age apenas nas prisões, apresentando novas faces como o desemprego, a fome e a miséria. Por fim, conclui sua carta com uma frase recorrente na década de 1970: “Como antes, “não há torturas”. Pra frente Brasil. Salve a Seleção”<sup>853</sup>.

A escolha dos líderes políticos também é assunto de destaque em várias das missivas sacerdotais. Segundo padre Otávio Destro.

Caminhamos em direção das eleições. Muito movimento está acontecendo em nossos Estados. Muitas promessas. O povo consciente na volta levado pelas palavras, mas pelos fatos. O homem que deve ser escolhido não é aquele que fala melhor, mas aquele que mais trabalha pelo bem do povo. O programa melhor não é aquele forçado pela propaganda, mas aquele que já melhorou a situação do povo, não de alguns. (...) O mínimo que se pode exigir é um pouco mais de igualdade no salário, na distribuição dos bens. Porque uns poucos devem ganhar muito e muitos ganham tão pouco? Não são todos brasileiros, com os mesmos direitos? Nós podemos mudar a história!<sup>854</sup>.

O padre José Milanes, em sua carta sobre “Política é serviço” escreveu que:

Não é bom eleitor aquele que se preocupa em conhecer os candidatos, que só vai na onda do partido (se é do Arena é bom, se é do MDB é ruim; se é do MDB é bom, se é do Arena é ruim), que vende seu voto em troca de favores pessoais.

Diante disso tudo a gente se pergunta:

Por que a consciência política do nosso povo é tão fraca ainda?

Por que existem ainda muitos eleitores que vendem seu voto?

Por que existem ainda muitos candidatos que fazem suas campanhas, não propondo programas de ação claros e objetivos em benefício do povo, mas fazendo demagogia com promessas que nunca irão realizar?

Por que existe ainda candidatos que não são representantes do “povo, mas apenas de uma minoria de gente privilegiada”?<sup>855</sup>.

O padre Paolino Baldassari, vigário de Sena Madureira, escreveu que:

Os dias passam velozes e cheios. O curso foi encerrado com uma linda missa onde os monitores oferecem terçado, machado, cabrita e também uma péla de borracha e falam expressando o próprio sentimento da classe pobre. Também o casamento dos jovens monitores, foi um ponto e entusiasmo. O treinamento termina com uma reunião dos seringueiros da Cooperativa do Icuriã, para conscientizar os seringueiros do Guanabara para fazerem mais uma Cooperativa. Ouvimos vários testemunhos e sentimos que a caminhada do grupo de Evangelização, Sindicatos, Cooperativas é um caminho certo

para a libertação do povo. Cedo a Equipe de Rio Branco sai rumo a Petrópolis. Os monitores de novo tomam o caminho de volta, empurrando a embarcação e batendo contra os paus, mas com a alegria expressa no rosto de cada um<sup>856</sup>.

O padre André Ficarelli, vigário geral, na edição de março de 1981 trouxe alguns dados sobre o Brasil. Segundo ele, no Brasil existem:

- 50 milhões de brasileiros tuberculosos;
- 09 milhões de deficientes físicos;
- 70 milhões de pessoas com vermes;
- 10 milhões de doentes mentais;
- 10 milhões de pessoas doentes de bóscio - “papeira” ou “gogó”;
- 40 milhões de pessoas passando fome;
- 90 milhões de brasileiros sujeitos à malária;
- No Brasil morre de fome duas crianças por minuto;
- No Brasil acontecem por dia 15 mortes de acidente de trabalho. Isso só nas grandes cidades, sem contar o que acontece nas pequenas e no campo<sup>857</sup>.

Para o padre André, “a raiz do mal é a forma como a sociedade está montada. É uma sociedade que faz as coisas bem feitas só para quem tem dinheiro. E para os pobres dá migalhas”<sup>858</sup>.

É perceptível também que essas temáticas e outras adjacentes apresentadas nas cartas sacerdotais também aparecerão em cartas de grupos e comunidades que tiveram contato direto com o contexto de agência desses sacerdotes.

### 6.4.3 Cartas de Religiosos

Dentre as 14 cartas enviadas por religiosos pertencentes a irmandades e a ordens terceiras para o Boletim, percebemos que 10 foram encaminhadas por homens e 04 por mulheres. Quanto ao conteúdo das mesmas, percebemos que os direitos humanos, a ecoteologia, vocações e despedida de religiosas são os assuntos principais.

Quanto aos direitos humanos, percebemos a atuação de vários religiosos, entre eles os irmãos Leonardo e Clodovis Boff. Enquanto lutavam pelos direitos dos cristãos que vivem no Brasil, um deles, Leonardo Boff, teve um de seus livros censurados, pela Congregação para a Doutrina da Fé, conforme consta no Boletim de novembro de 1984:

Acompanhamos pela imprensa as acusações feitas pela S. Congregação para a Doutrina de Fé ao seu livro! “Igreja: Carisma e poder”. Foi e está sendo sofrimento para vocês e para toda a Igreja da América Latina, reconhecer o quanto a Teologia da Libertação, voltada ao Evangelho e ao serviço dos pobres, vem fortalecendo a fé do povo de nossas comunidades e dos agentes de Pastoral.

(...)

Nesta grave crise econômica, política e social, que está afetando o nosso povo, a teologia não pode desconhecer os dados fornecidos pela Ciências sociais, que investigam e descobrem os mecânicos da pobreza e da opressão<sup>859</sup>.

Existem várias cartas publicadas entre os irmãos da Prelazia recomfortando os irmãos Boff e, destes, respondendo para que os cristãos continuem lutando pela justiça para todos.

A luta pela preservação da floresta de pé como forma de manutenção da vida, que mais tarde viria a ser chamada de ecoteologia, está presente no discurso do Frei André Ficarelli. Ele escreve que:

O que é de toda a terra que habitamos, os animais, as plantas, a água, o ar, o universo que nos rodeia e no qual vivemos? Tudo isto é bom, harmonioso, equilibrado e obedece fielmente à lei que Deus lhe deu. A igreja, os cristãos, os homens de boa vontade não podem, portanto, ficar indiferentes e calados, quando o homem destrói o que Deus criou. Estamos diante de uma sistemática, e, até diabólica, destruição da natureza, que é obra de Deus. O homem do nosso tempo parece possuído por um furor cego: não vê os estragos que está fazendo. Quer tirar tudo da terra, quer tirar mais do que ela pode dar. Não pensa no futuro, nos outros que virão depois. Os homens da nossa geração que mandam e dominam sobre os acontecimentos do mundo, estão deixando a terra numa situação bem precária para os homens das futuras gerações<sup>860</sup>.

Alguns anos depois essa ecoteologia tomou forma e mudou a maneira como o Brasil pensa a preservação ecológica e o respeito aos moradores que vivem e se relacionam com o meio ambiente no qual estão inseridos e com o qual se conectam em suas ações sociabilizantes.

Quanto às vocações, Leôncio José Asfury, que trabalhou com as CEBs durante muitos anos, foi o segundo acreano ordenado sacerdote na Prelazia do Acre. Em seu testemunho, publicado no Boletim de julho de 1981, ele afirma “considerem-me um irmão e nunca um estranho: um, que como vocês, também preciso ser ajudado!!! Por Favor, nunca me deem o

desprazer de me imaginarem como os padres de antigamente: “O sabe tudo e senhor da última palavra”<sup>861</sup>. Além dele, as irmãs Antônia e Fábila se despedem das comunidades ao partirem de volta para suas terras. Também as noviças Antônia, Núbila e Rosilda se despedem antes de saírem de suas casas para irem morar como vocacionadas.”

Quanto as cartas assinadas por mulheres religiosas, percebemos que somente em 1978, depois da Convocação da III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano<sup>862</sup>, é que existem registros oficiais de “mulheres religiosas” falando ao povo da Prelazia – mesmo que essas já trabalhassem com protagonismo em hospitais, paróquias, casas de misericórdia e de acolhimento<sup>863</sup>. Sua “voz tímida” representou 04% das cartas todas elas com ares de partida em que elas se despediam das comunidades em que estavam trabalhando para seguir vocação eclesialística em outras localidades.

Se faz latente a existência de várias reportagens e notícias publicadas no *Nós, Irmãos* em que há o destaque de grandes feitos e trabalhos liderados por mulheres religiosas, contudo, não foi publicada uma única carta de pastoreio ou de voz singular feminina animando ao povo a seguir a luta por justiça social e melhores condições de vida.

Esse silenciamento das mulheres demonstra não que elas não falaram ou não atuaram, mas que não lhes foi permitida a “proclamação do Evangelho” através de suas vozes particulares – antes, nas poucas vezes em que o fizeram, mesmo sendo freiras, atuando como lideranças religiosas expressivas, nas raras missivas publicadas, consta o acompanhamento da assinatura de um sacerdote homem.

#### 6.4.4 Cartas Comunicados aos leitores

A Coordenação da Prelazia e a equipe de Edição do *Nós, Irmãos* também se comunicou oficialmente com os leitores. Dentre as 38 Cartas Comunicados aos leitores, percebemos que os assuntos mais citados por elas são: expropriação de direitos, ações eclesialísticas, amor prático na vida cotidiana e luta pela posse da terra. A maioria das cartas foi enviada pela editoria do setor de comunicação da Prelazia do Acre-Purus. Essa equipe de redação era formada por Dom Moacyr, Mourão, Willian, Mastrângelo e Pe. Destro, além de outros membros com ações intermitentes na editoria do *Nós, Irmãos*.

O Boletim não tinha a intenção de ser imparcial, antes, sua opção pelos pobres da Prelazia pautou sua ação política. Ao explicar aos leitores

qual era a ação política do *Nós, Irmãos*, a redação expressa na edição de setembro de 1977 o seu posicionamento. Nela está escrito:

Confiar no pobre, optar pelo pobre como predileção é ter uma posição (ação) política.

O que é a ação política?

É a ação em prol do bem comum.

Por isso confiar no pobre, optar pelo pobre é ter uma posição política, porque não existe o pobre isolado, mas o pobre como fruto de uma sociedade que é fábrica de produzir pobre<sup>864</sup>.

Essa ação política esteve presente em todas as cartas publicadas dessa categoria. Há uma reflexão sobre o que está ocorrendo no restante do país e uma correlação com os fatos ocorridos na circunscrição da Prelazia. Cursos de Teologia foram ministrados e Coordenados por Clodovis Boff e outros teólogos. A constante participação do Bispo Prelado de discussões constituidoras da nova forma de ação da Igreja social, como o encontro de Puebla, também é um dos destaques das cartas enviadas nesse escopo<sup>865</sup>.

Essas cartas demonstram que a Editoria do *Nós, Irmãos* não estava alheia ao que era publicado pela “grande imprensa”, tampouco apenas reproduzia as matérias e notícias veiculadas nos jornais do Centro-Sul do país. Na Edição de novembro de 1975, foram escritas “Considerações sobre o “Suicídio” do Jornalista Vladimir Herzog”. Nelas constam informações sobre torturas que foram documentadas e encaminhados pela Comissão Católica de justiça e paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para conhecimento público, conforme se lê:

Estes documentos referem as barbaridades e torturas que vem se registrando nas prisões paulistas onde homens indefesos são torturados quase diabolicamente até confessarem crimes nunca cometidos e no mínimo direito à defesa. Foi nesse clima que chegou a notícia do suicídio do jornalista VLADIMIR HERZOG, diretor da TV Cultura de São Paulo. Cabe dizer que a opinião pública de São Paulo não acreditou na versão oficial de suicídio de um homem sereno e tranquilo acreditando simplesmente que ele foi torturado até a morte<sup>866</sup>.

Na edição supracitada percebemos que, assim como o jornalista, outras pessoas também foram presas, interrogadas e acusados de crimes não

cometidos, torturados e sentenciados a suplícios como a perda do direito de moradia no lugar em que habitam, ou, ainda, trabalhar e não receber pelos serviços prestados.

Na edição de março de 1976 a equipe de redação do Boletim *Nós, Irmãos* chama a atenção para uma prática que estava se tornando comum no Acre, a expropriação de trabalhadores com leniência do Estado.

Sou R.G. da Silva, pai de cinco filhos. Moro no Bairro da Bahia. Operador de moto serra, **fiz uma empreitada** com o Sr. E. A. Ferreira, no Seringal N. S. do Carmo - Brasília.

**Esse digno Senhor me enganou com a importância de C\$ 3.013,00.** Mas não ficou só aí. **Aquele Senhor enganou também o Sr. A. G. da Silva, chefe da turma de desmatção, e o servente. Procurei, os meus direitos nas Justiça do Trabalho** no dia 18 de dezembro do ano passado e até hoje... NADA.

**Soube que o dono da empreitada ganhou a causa...**<sup>867</sup>.

As ações eclesíásticas são apresentadas, quando demonstram as múltiplas ações eclesíásticas no contexto de uma vida secular. A interação da igreja com as pessoas é descrita na edição de junho de 1976.

A igreja é gente deste nosso mundo; gente que participa deste mundo; gente de carne e ossos, cada um com seu nome próprio, morando numa casa, num país, com sua família, vizinhos, serviço a fazer, vida a enfrentar. Em redor há terras, matas, estradas, rios, lagoas montanhas e campos até o horizonte; em cima o céu, o vento, a chuva, a sol, a lua que se reflete nas águas, estrelas sem número<sup>868</sup>.

A ideia de que a igreja deve ser instrumento para servir na luta contra a desigualdade social e a expropriação dos mais pobres está ligada a figura do Cristo Servo. O libertador é apresentado como o filho do homem, alguém que veio ao mundo para servir, mesmo sendo Deus, no intuito de salvar o que se havia perdido<sup>869</sup>. Nesse contexto, no boletim da Prelazia aparece a ideia de que a igreja deve servir, sem ser tutora, antes, deve auxiliar para que as pessoas alcancem a Cristo.

Defendemos o direito que os trabalhadores tem de se organizar em defesa de seus interesses sem a tutela e o controle de ninguém. Tanto é assim que não defendemos a criação de frentes “Cristãs” de promoção sindical, como algumas vezes tem feito a Igreja Católica. Defendemos, uso sim, que todas as entidades que trabalham no



meio do povo provoquem os trabalhadores a se organizarem para buscar os seus interesses. Mas a organização mesmo deve ser dos trabalhadores. Ai não devem entrar nem igrejas, nem governos<sup>870</sup>.

O amor prático na vida cotidiana é apresentado com várias ações como a homenagem aos 10 anos da chegada de freiras italianas para trabalhar com os hansenianos no hospital Souza Araújo, publicada na edição de novembro de 1972. Dezenas de outros irmãos e suas participações no serviço social eclesial são apontados como forma de valorizar sua ação e incentivar outras pessoas ao serviço de trabalhar pelo bem do coletivo.

A luta pela posse da terra é uma constante no *Nós, Irmãos*. Quase sempre os posseiros que vivem há décadas nos locais são retirados ou vivem sob constantes ameaças. Nas poucas vezes que ganham na justiça, perdem na bala, conforme é relatado no boletim de julho de 1979.

Por ordem do Juiz de Boca do Acre, no dia 5 de junho, às 22 famílias foram despejadas da terra pretendida pelo paulista Ueze E. Zarlán. **Mas esta terra não tem título e pode até ser terra pública.** Além de uns 20 policiais havia também mais de 10 jagunços na área do despejo. Várias casas foram danificadas e muitos móveis estragados. **Segundo os posseiros “aquilo não foi um despejo, foi um assalto por que invadiram as casas num dia e a ordem de despejo só foi entregue no dia seguinte”<sup>871</sup>.**

**Os posseiros foram levados para a cidade de Boca do Acre e deixados na rua, sem ter para onde ir.** Durante os dias que ficaram na cidade gastaram praticamente tudo o que tinham em dinheiro.

Os trabalhadores imediatamente comunicaram os fatos para o CONTAG e também à Igreja. Os acontecimentos foram logo levados ao conhecimento do Governador do Amazonas, ao Tribunal de Justiça do Amazonas e ao Exército em Manaus.

**Alguns dias depois o Tribunal de Justiça do Amazonas deu ordem para que os posseiros fossem reintegrados nas posses,** mas quando o juiz de Boca do Acre deu a ordem **a Polícia Militar que devia dar segurança aos posseiros já tinha ido embora.** Assim quando os posseiros chegaram nas posses encontraram foram **os jagunços dos fazendeiros fortemente armados e fazendo ameaças.** Desta forma os posseiros não tem condições de voltar ao trabalho, temendo o que pode acontecer, pois já ouviram até ameaças que **se ganharem na justiça “mas vão perder na bala”<sup>872</sup>.**

A violência e as ameaças não são apenas por conflitos sociais existentes na zona rural. Nos espaços urbanos, também ocorreram vários con-

flitos e ameaças. Os professores de 1º e 2º graus estavam de greve e solicitaram a Catedral para realizar sua assembleia geral, já que não dispunham de espaço público para a realização da reunião. O padre André relatou que, após a reunião, recebeu uma ligação telefônica, o teor desta é reproduzida na edição de outubro de 1980.

Ao término da segunda Assembleia do dia 11, Pe. André, Vigário Geral, recebeu um telefonema de quem se identificou como sendo a “Falange Pátria Nova”, ameaçando intervir com medidas violentas, caso houvesse outra Assembleia dos Professores contando com o Apoio da Igreja. Ao mesmo tempo, a “Falange Pátria Nova” citou os nomes das pessoas que ela pretende atingir com sua violência, entre os quais o de Célia Pedrina, de Manoel Pacífico da Costa, de Antônio Manuel e de alguns outros membros atuantes do movimento dos Professores<sup>873</sup>.

Os conflitos pela posse da terra em ambiente urbano se intensificaram, já que as populações expulsas de suas residências na zona rural migravam para as periferias das cidades, em busca de sobrevivência. Nesse contexto, dia 18 de fevereiro de 1981, João Eduardo do Nascimento, líder comunitário que demarcava as terras de ocupação nas proximidades do bairro Bahia, foi alvejado com um tiro de espingarda calibre 20<sup>874</sup>. Os conflitos permaneceram por anos, conforme pode se ler na edição de janeiro de 1985.

Cerca de 60 famílias da Fazenda Figueira, no Seringal Nova Empresa, de propriedade de Ricardo Bordon, estão sendo ameaçados de expulsão de suas terras.

Trata-se de uma área de cerca de 57.000 hectares na estrada do Colégio Agrícola, futura rodovia trans acreana.

Na primeira semana de dezembro, agentes do IBDF e da Polícia Federal, liderados pelo ex-delegado de Polícia Enock Pessoa de Araújo, juntamente com o gerente da Fazenda Figueira, conhecido por Camargo, pressionaram os moradores para deixarem as suas colocações.

Armados de revólver e metralhadoras, obrigaram os posseiros a assinarem multas de 688.460,00 cruzeiros, sob o protesto de desmatamento em área da reserva florestal, derrubaram barracos, tomaram produtos, ameaçaram uma mulher de resguardo, espancaram e mantiveram em cárcere privado durante três dias o seringueiro Cosmo Silva.

Segunda-Feira 10 de dezembro. Um grupo de 50 Seringueiros vieram em Rio Branco para denunciar o fato e pedir providência às autoridades<sup>875</sup>.

Os conflitos não foram apresentados apenas pela vertente de ameaças, torturas, prisões, expulsões e homicídios. O pensar diferente também foi motivo de “condenação ao silêncio” e “proibição de lecionar”. Os líderes da teologia da libertação que atuaram no Acre também sofreram repressão por seu agir. Não é cabido aqui dizer se justificada ou injustificadamente, antes, relatar que o contexto de igreja social e práticas eclesiais em formato de comunidades, seminários, artigos científicos e livros publicados, além da oratória, no todo ou em partes, foram vistos como dignos de advertência. Na edição de junho de 1984 consta que:

Irmãos, tomemos conhecimento que Frei Leonardo Boff foi condenado ao silêncio e o Frei Clodovis Boff proibido de lecionar. Diante desses acontecimentos que atingiram nossos irmãos de fé, nós da Igreja do Acre e Purus sentimos o dever de lamentar e ao mesmo tempo prestar nossa solidariedade a esses companheiros de caminhada, injustamente punidos.

Conhecemos o Leonardo e o Clodovis não só pelos seus livros, mas também por marcar presença em nossa Igreja, enriquecendo as CEBs com seu testemunho de fé e colaborado na formação dos agentes de pastoral, tornando-se por isso estimados e queridos pelo povo.

Um fato curioso nos chama a atenção: Eles quem procuraram falar em favor dos milhões de latinos Americanos sem voz nem vez, hoje são forçados a calar-se nome de uma duvidosa interpretação do livro “Igreja: carisma e poder”<sup>876</sup>.

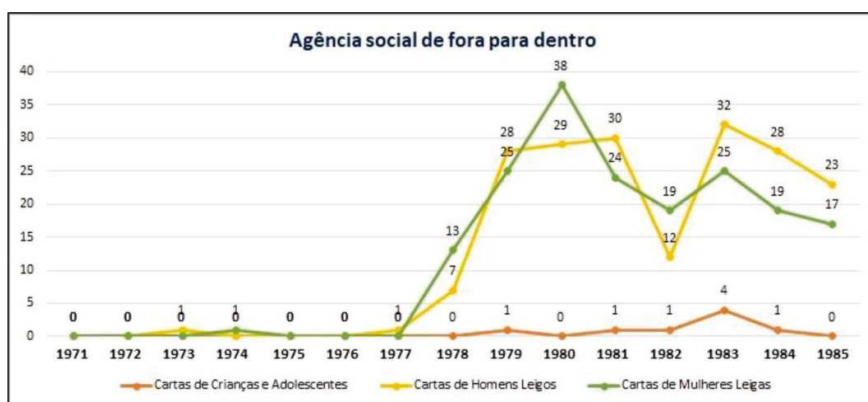
Esses foram os principais termos contidos nas expressões de busca unitarizadas que foram categorizados na agência social de dentro para fora. É certo que existem variáveis e aprofundamentos que se fazem pertinentes para contextos isolados, contudo, estes não produzem efeito de soma que interfira consubstancialmente de forma direta no escopo do texto que aqui se apresenta.

## 6.5 VOZES DE AGENTES SOCIAIS PARA A IGREJA

**A terceira dentre as seis categorias finais** em que foi partimentado o *corpus* de análise no qual estão contidas as cartas publicadas no *Nós, Irmãos* foi intitulada como “Vozes de agentes sociais para a Igreja: agência social de fora para dentro”. Nela estão contidas 380 cartas do laicato para outros agentes, grupos e comunidades da Prelazia.

Quanto a autoria das cartas, foram publicadas 08 cartas de crianças e adolescentes, 191 cartas de homens leigos e 181 cartas de mulheres leigas. Percebemos que mesmo que os homens tenham sua primeira carta publicada na edição de agosto de 1973 e as mulheres tenham publicado seis meses depois, em fevereiro de 1974, a quantidade de publicações de cartas ainda permaneceu pequena até o anúncio da III Conferência Episcopal de Puebla. Depois da Conferência de Puebla, foram dezenas as publicações anuais de cartas – incluindo cartas de crianças e adolescentes.

Gráfico: Agência social de fora para dentro



Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

Os agentes sociais presentes nas missivas publicadas no Boletim “*Nós, Irmãos*” dão conta de que a igreja auxiliou na formação de grupos sociais, associações, sindicatos rurais e urbanos, além de fornecer apoio logístico para as mudanças ensejadas. Além disso, ocorreu a mobilização de comunidades para a atuação direta na formação e transformação dos espaços sociais e ambientes urbanizados. Percebemos, a partir da leitura das cartas, que a Igreja auxiliou as lideranças dos vários grupamentos sociais em sua luta por uma condição melhor de vida aos homens e mulheres que estavam na eminência de serem expulsos de suas localidades dados os conflitos ocasionados pelas políticas públicas e as constantes lutas pela posse da terra.

### 6.5.1 Cartas de Crianças e Adolescentes

O laicato foi de fundamental importância para a agência social nas comunidades e nos grupos sociais que se correspondiam com o Boletim da Prelazia.

As crianças também exerciam papel ativo nas comunidades. Constam no *Nós, Irmãos* 08 cartas enviadas por crianças e adolescentes que foram publicadas. As crianças começaram a escrever e ter suas cartas publicadas somente depois do encontro de Puebla. Quando da exposição sobre “Liturgia”, nos “Critérios doutrinários e pastorais”, Puebla apresenta que “Qualquer celebração deve ter, por sua vez, uma projeção evangelizadora e catequética adaptada às diversas assembleias de fiéis, pequenos grupos, crianças, grupos populares, etc”<sup>877</sup>. Quanto aos “Projetos pastorais”, o “item 3.C.” é claro ao afirmar que se deve dar prioridade pastoral à formação adequada dos catequistas independentemente de idade ou das áreas onde vivem. Nesse item as crianças são citadas explicitamente e, no ano seguinte, a Prelazia começa a publicar as cartas das crianças.

Prezados amigos do Boletim Nós Irmãos.

É com grande prazer que escrevo a minha primeira carta. Se eu não falar de coisas boas é porque fui pego de surpresa pelo Isaías.

Peço a Deus que abençoe as comunidades, inclusive a nossa, que está indo agora para o começo da nossa Via-Sacra.

A comunidade está indo para frente, graças a Deus. **Eu tenho 11 anos, vou fazer a 6ª série, e com a ajuda de Deus e das pessoas, frequento a comunidade da Baixa da Colina com meus amigos.**

Graças a Deus tem um bom número de crianças interessadas.

A dona Joana manda um abraço para vocês que organizam o boletim. Eu também vou terminando.

Que a paz de Cristo Nosso Senhor esteja com vocês<sup>878</sup>.

Conforme se lê na missiva acima, nas cartas das crianças e adolescentes, além de poesias enviadas, constam informações de que as crianças e os adolescentes exerciam atividades e auxiliam nos grupos, principalmente convidando os vizinhos para as reuniões e fazendo a leitura do Boletim para que suas mães pudessem explicá-lo ao grupo, durante as reuniões comunitárias. Percebe-se nas cartas que há um início de grupos de crianças sendo formado nas comunidades.

### 6.5.2 Cartas de Homens Leigos

Os homens leigos, ou seja, aqueles que não executam um serviço eclesiástico formal enquanto ofício religioso estrito tiveram 191 de suas cartas publicadas com assuntos gerais que não fazem parte dos assuntos inclusos nas outras categorias finais expressas. Várias das cartas escritas por homens foram ditadas por um líder comunitário não alfabetizado e escritas por um escrevente alfabetizado, constando, assim, dupla identificação de remetente<sup>879</sup>. A maioria das cartas, contudo, foram escritas pelos próprios remetentes.

As principais demandas levantadas são: falta de escolas, falta de ro-dagens para escoar a produção, a elevação da inflação e os conflitos pela posse da terra que ocasionam maus tratos aos posseiros.

A falta de escolas foi assunto recorrente em dezenas de cartas. De acordo com o teor delas, nas comunidades rurais à margem das estradas e dos rios, são poucas as escolas existentes. Dentre as existentes, ainda se encontram grandes dificuldades para seu funcionamento, como pode se ler em um trecho de uma carta:

Queremos falar também da nossa Escola Santo Agostinho estava parada desde março de 78 até esta data. Um perca de 68 alunos necessitado de estudar e não tinha professor. Mas depois que eu entrei como coordenador o povo perguntava: Seu Raimundo, será que não vai haver um jeito de esta escola funcionar? Já faz mais de um ano que os meus filhos estão sem estudar, a professora Maria Onisa adoeceu e não tem mais possibilidades do lecionar e seria bom arranjarmos outro professor (...) contei que a professora tinha apanhado uma grande crise de doença e não tinha mais possibilidade de lecionar, até havia viajado para o Rio pois a doença dela não foi possível de fazer a tratamento aqui no Rio Branco, (...) na Secretaria de Educação não conseguiu apoio nenhum. A diretora Alice disse que não podia colocar professor no meio do ano e mesmo assim não acreditava que esta escola tivesse parada porque só encontrava desta professora uma licença de 15 dias e que esta escola estava funcionando.

Veja como o cuidado é grande... desta forma já está com mais de um ano que esta escola estava parada sem nenhuma fiscalização<sup>880</sup>.

A cotação do preço da produção em alguns lugares abaixo do preço praticado no mercado foi uma constante nas cartas. Muitos patrões somen-

te compravam a produção extrativa com o preço inferior ao comumente praticado nas redondezas e, ainda, cobravam taxa de imposto extraoficial, conforme se lê:

Nós tivemos notícias do preço da borracha que corre a 32,70. Mas, aqui para nós é de 25 cruzeiros, mas, com taxa de 15 por cento. Um rapaz reclamou para o patrão e ele achou ruim. O patrão diz que é mentira e falou que isso é coisa de comunista. Mas, nós escutamos publicamente. O patrão diz que vai vender todo o seringal dizendo que o INCRA e a Contag não valem nada<sup>881</sup>.

A inflação elevada apareceu diversas vezes nas cartas publicadas. Em uma delas, escrita por um morador da Colônia Acreana, em Plácido de Castro, há uma reclamação com abordagem de como a inflação influencia no poder de compra e nas condições de vida dos trabalhadores.

A situação do seringueiro e colono continua piorando. A mercadoria subindo dia após dia, enquanto nosso produto não está sendo valorizado. Em 1969, com uma lata de castanha, se pagava 5kg, de açúcar, hoje com uma lata você compra apenas 2 kg, da mesma, restando Cr\$ - 30,00 o que não paga 1kg de trigo. Isto é em Plácido de Castro, imaginem só, irmãos, nos seringais, se paga duas vezes mais! O seringueiro e o colono só são lembrados para votar. Os parlamentares até agora não fizeram nada para os mesmos<sup>882</sup>.

Um outro fator que se fez presente em várias cartas foi a mudança da estratificação religiosa e social. Assim sendo, o avanço do protestantismo e das religiões de matriz africana também receberam destaques nas cartas enviadas pelos homens para o *Nós, Irmãos*. É perceptível o incômodo das comunidades eclesiais de base com os agrupamentos de outras religiões, embora fique latente o relacionamento entre católicos e protestantes em meio às vivências estabelecidas nas fronteiras<sup>883</sup>:

Tenho muito prazer em escrever para cada um de nossos irmãos que lutam pelo anúncio do verdadeiro Evangelho. Que nunca aconteça nos vossos grupos o que vem acontecendo no meu. Olhem, meus irmãos: **é uma corja de protestantes pentecostais aqui no São Miguel que dá é raiva**. Um fulano de tal Manuel Ferreira disse que os nossos grupos são coitos de demônios. **E os dirigentes deles usam é a Palavra de Deus para esconder a safadagem.**

Agora, meus irmãos, as minhas desculpas, pois eu sou monitor desde 1970, quase eu ia estudar para ser padre, mas não foi possível e agora **em setembro de 83 eu me juntei com uma mulher que era protestante e por esse motivo ela largou a “Crença” (protestantismo) e segue a nossa religião.** Ela quer ser catequista, mas a mãe dela vive botando mal gosto: seu Raimundo Paulo e o seu Paulo vivem atrapalhando, ela diz que nem um protestante tem mais nada que ver com a vontade dela, **e ela segue a religião do lado certo, que é a Católica.** E ela pede orientação do nosso Bispo<sup>884</sup>.

A percepção de um relacionamento entre grupos católicos e protestantes em várias cartas apontam para a busca de uma vivência pacífica e de respeito mútuo. As cartas das paróquias e as sacerdotais tratam também desse tema de o pobre não oprimir o outro pobre por divergência de pensamento. Contudo, quanto ao tratamento com as religiões de matriz africana, percebemos que a receptividade não é tão harmônica, nem tão consensual. Conforme se lê em uma das cartas:

Quero que vocês rezem por mim, foi o primeiro treinamento que fiz. Alguns participantes estão muito fracos, apesar de toda luta que fizemos, mas vamos em frente, que Deus ajude todo nós. **A situação pior é que tem um macumbeiro em nosso meio.** Ele diz ser rezador, que só faz o bem, mas pelo contrário ele só pratica iniquidades. **Agora há pouco ele foi rezar num rapaz e no meio da sua reza uma “preta” sentou no rapaz e isto causou muitos danos** e o pior é que **ele ilude muita gente com suas magias negras** e o mais interessante é que ele **só gosta mais de rezar em mulheres.** Além disso, **já tomou uma colocação de um seringueiro** aqui seringal São Francisco. **A maior calamidade é que ele possui uns livros de “S. Cipriano, Cara-vaca, cabra-preta”.**

Pedimos aos amigos que orem por nós que nessa situação aqui é triste e piedosa porque o satanás está no meio de nós<sup>885</sup>.

Com o aumento dos quantitativos e diversidades de cultos, percebemos que, em várias cartas alguns dos ex-líderes que agiam nas comunidades são reportados como sendo “Judas” que traíram os grupos para se tornarem líderes protestantes. Por outro lado, também o número de rezadores reportados nas missivas aumentou, havendo citações diretas de “terreiros” de ajuntamento religioso.

Os problemas vigentes nos grupos também receberam destaques com a exposição pública nas missivas de lideranças “fofoqueiras”, “pre-



guiçosas”, “alcoólatras”, “orgulhosas”, “trapaceiras”, “enganadoras”, dentre outros adjetivos reportados. O que mostra que são seres humanos comuns, buscando agir coletivamente. Em alguns casos foram alcançados os anseios, em outros as lutas persistiram por vários anos. Houve, ainda, casos reportados em que muitos precisaram deixar suas residências contra a própria vontade.

Muitos migraram para as cidades em busca de melhores condições de vida, mas elas não vieram. Dezenas de cartas dão conta das mazelas sociais vivenciadas por famílias inteiras que não alcançaram o sonho de uma vida boa no “paraíso perdido” euclidiano<sup>886</sup>. Pelo contrário, suas vivências parecem estar firmadas no “inferno verde” de Rangel<sup>887</sup> ou de Boff<sup>888</sup>. Cerezo, monitor da comunidade da Estação Experimental escreve que:

(...) Esta terra é aonde corre o leite e o mel, mas apesar de tudo isso, **é grande o número de pessoas que passam fome**. São tantos os **velhos e deficientes** que **pedem esmolas para poder viver**. O pior ainda são os jovens adolescentes e adultos, que **vivem perdidos no mundo das drogas, dos vícios e da prostituição...** É bastante grande o número de **famílias que passam fome e desprevenimento (sic) de roupa** e calçados. Mulheres que se sentem **obrigas a fazer o serviço braçal**, para poder sustentar a si e o filhos. Por outro lado, são muitas as **mulheres que são deixadas pelo marido**, outras o marido larga para ir morar com outra.

**Os velhos de 60 anos ou mais** que vivem por estas bandas do norte, quase todos são migrantes do Ceará, os chamados soldados da borracha, **gente que veio para o Acre através das embarcações com grande dificuldade**. Gente que veio com grande esperança de viver uma vida digna e construir novos lares.

(...)

Hoje, muitos deles **vivem uma vida dura na cidade**, ganhando **salários baixíssimos**, trabalhando de vigia, servente de pedreiros e outros que já não podem mais trabalhar estão **aposentados ganhando uma mixaria do Funrural**. Esses são todos **analfabetos** que mal sabem assinar o nome (...) <sup>889</sup>.

As muitas lutas continuam nas cartas que se seguem. Mesmo mudando o local de atuação, a busca de agir para construir “uma vida melhor” se fez presente tanto na zona rural quanto na zona urbana. Os espaços de luta são diferentes, as formas de ação também e novas histórias foram construídas com as trajetórias de vidas que se alinhavaram nesses novos espaços do cotidiano.

### 6.5.3 Cartas de Mulheres Leigas

As mulheres também desenvolveram um papel crucial nas formulações das missivas enviadas para serem publicadas no *Nós, Irmãos*. As mulheres leigas, ou seja, aquelas que não executam um serviço eclesiástico formal enquanto ofício religioso estrito tiveram 181 de suas cartas publicadas com assuntos gerais que não fazem parte dos assuntos inclusos nas outras categorias finais expressas.

Nas cartas das mulheres duas são as principais demandas levantadas: a preocupação com os agrupamentos das comunidades e a falta de liderança letrada masculina para auxiliar nos trabalhos dos grupos comunitários. Além dessas, também se destacam nas missivas os assuntos concernentes a violência doméstica, cuidado com a saúde da comunidade, educação e ameaças de perder a residência.

A preocupação com os agrupamentos comunitários está diretamente associada a necessidade de que as pessoas continuem mobilizadas lutando por melhorias para as localidades, bem como o intento de uma ação quase que de tutela da Igreja Católica, no sentido de solicitar que fosse mostrado o caminho a ser seguido para que o “Evangelho social” fosse colocado em prática como uma espécie de subsídio que fomentasse a construção de consciência coletiva e de ânimo para que todos continuassem unidos e, assim, dificultasse a expulsão das terras em que viviam com suas famílias.

Quanto a lideranças masculinas, elas de fato existiram, contudo, percebe-se nas cartas das mulheres que muitas das lideranças masculinas não sabiam ler nem escrever. Assim sendo, quando não havia monitora que soubesse ler ou algum outro integrante do grupo que fizesse a leitura para posterior explanação por parte do líder, não havia reunião. Em várias cartas se percebe o desejo de que sejam implantadas escolas não apenas para ensinar seus filhos, mas também, para propiciar educação escolar aos adultos das comunidades, para que esses exerçam sua cidadania de forma mais direta e consciente.

A violência doméstica foi um tema bastante abordado nas cartas enviadas pelas mulheres para o boletim da Prelazia.

Um velho de 52 anos, criminoso, que há três anos matou a própria mulher, vive invadindo as estradas de seringa dos outros e ainda diz que tem direito pra matar porque é veterano. Assim não dá! Esse velho do nome JULHO ANTUNES NETO só quer fazer o mal<sup>890</sup>.

Em várias cartas é perceptível que as monitoras acabam por realizar um trabalho de agente comunitário de saúde. Essa forma de agir na comunidade foi mais tarde regulamentada pelo Ministério da Saúde. O interessante é que independentemente de regulamentação ou de ação do poder público, as mulheres cuidavam da família, dos familiares e dos vizinhos mais próximos. Em algumas das cartas são dadas dicas de prevenção, tratamentos com chás da floresta e, até fitoterapia, uma forma de se tratar a saúde através da alimentação saudável e balanceada.

(...) O pouco que já aprendi estou levando também aos irmãos da Colônia Fontenele de Castro, onde tive um encontro com mais de 60 pessoas. A reunião durou das 8 horas até às 14:30.

Isto é um apelo para que muitas pessoas possam tratar de muitas doenças, sem chegar aos pés dos médicos, sem gastar muito dinheiro. Isso é possível através de remédios, sem gastar muito dinheiro. Isso é possível através de remédios caseiros, pelas explicações que eu cuidadosamente ensinei; como adquirir, como preparar e como administrar os remédios para se curarem das doenças como por exemplo: asma, desidratação, diabetes, enxaqueca, tuberculose, derame, prisão de ventre, pressão alta, malária, vermes e muitas outras doenças.

Ensinei também como se prevenir e combater estas doenças se alimentando de frutas para adquirir todas as vitaminas e substâncias. Porque um organismo completo de todas as vitaminas e substâncias está completamente pronto para lutar em nossa defesa e assim não adoecemos. (...) <sup>891</sup>.

A preocupação com a educação também foi uma temática muito abordada nas missivas publicadas. Em várias cartas, é possível se perceber o esforço praticado pelos agentes das comunidades para que seus filhos pudessem ter acesso à educação escolarizada.

Já resolvemos alguns problemas meio difíceis. Mas, como os poderes divinos, tudo se torna fácil. **Os problemas de escola estavam difíceis**, com distância de 07 a 08 Km. Mas agradecemos o professor Galdino e o senhor José Rodrigues da Silva, que **conseguiram uma casinha. Compramos madeira e trabalhamos juntos**: Os pais das crianças e eles, **fizemos a escolinha. Compramos uma bicicleta para o professor** e este vem de Santa Clara, depois de dar aula as crianças de lá pela manhã. Vem para a nossa comunidade, à tarde, mais de 50 crianças estudam. E, à noite, dá aula na MOBREAL <sup>892</sup>.

As ameaças de perder a residência e o suspense por notícias, informações e boatos marcaram a escrita de muitas mulheres que temiam por não poder produzir os alimentos e víveres necessários à sobrevivência e/ou por serem expulsas de onde habitavam e não ter onde viver com suas famílias. Com o sentimento de estarem desassistidas por parte de autoridades civis, associações e sindicatos, escrever sobre suas angústias parece trazer refrigério e anseio de auxílio sobre as demandas relatadas.

(...) Eu soube uma notícia muito ruim pra nós daqui da Br. Está correndo uma notícia de que vamos ficar só dentro da casa que estamos morando, sem o direito de plantar nem um pé de cebola na biqueira da casa. Mas não sei se isto é verdade, mas também não acho difícil, porque um tempo atrás, foi preciso fazermos uma guerra, segundo dizem que vinham botar gasolina nas nossas casas e tocarem fogo. E agora aparece esta conversa. (...) Já vivemos com bastante dificuldades: um posto médico não tem para nos socorrer nas doenças, e chegando mais uma revanche deste como é que vamos viver?

(...) O nosso delegado do sindicato aqui, não está ligando para os pobres, já falei com ele para reunir conosco pelo menos de 15 em 15 dias, mas ele falou que não pode, que tem que atender os fregueses. Depois ele falou que vinha cedo no domingo e não vem, mas é porque o interesse dele é pouco, só quer saber de marretar com o seu carro. Pra que melhor?!<sup>893</sup>.

Muitas das ameaças de expulsão das terras se tornaram reais. Em algumas cartas são citadas expulsões em massa de trabalhadores das áreas rurais na região de fronteira Brasil-Bolívia. Várias famílias precisaram sair das terras em que viviam em território Brasileiro e se deslocaram para terras em território Boliviano.

Aqui no Igarapé Icurixam, há poucos dias foram expulsos uma família e outras ameaçadas pelo velho Moacir Ferreira; mas que agora vamos ficar bem melhor, pois os irmãos Bolivianos estão de novo no Governo Civil! Mas que o mesmo governo não nos persegue! Somos perseguidos pelos brasileiros, mas vamos lutar para que haja união em família e mais fraternidade e bom entendimento<sup>894</sup>.

Os acidentes domésticos e os ajuntamentos para socorrer as vítimas de sinistros também estão presentes nas missivas enviadas pelas mulheres.

Queremos comunicar que no dia 22 do mês passado, enquanto queimavam uma roça caiu uma faísca encima de uma casa de farinha passando em seguida para as casas de morada, destruído as duas casas com tudo o que tinha dentro, ainda deu tempo de tirar 2 crianças que estavam doentes com sarampo, e umas roupas, uma mesa e um rádio, isto já com sacrifício, porém no lugar das casas ficou só o chão. Então queimou 2 casas de morada e uma casa de farinha. Ficaram 13 pessoas somente com a roupa do corpo. Diante desta situação, alguns quase se desesperaram. Eu sei que é ruim demais a gente perder tudo o que tem assim depressa, mas, é bom a pessoa pensar que o importante é a nossa vida. E Jesus que está ao nosso lado. Nós já estamos dando um pouco do que possuímos<sup>895</sup>.

Várias cartas dão conta da relação estabelecida entre monitores, agentes comunitários e agentes de pastoral. Essa relação nem sempre se fez amistosa e, por vezes, algumas pessoas delatavam a ação ou falta dela para a liderança da Prelazia.

Queremos informar ao Pe. Paulino, que **o Jerônimo não foi ao treinamento, porque não quiz**. Toda informação que tenho é que ele que não foi, porque era muito difícil. **Não sei como era tão difícil para ele, quando mulheres com criancinhas, que tem de menos de dois meses, foram de tão boa vontade**. Mas a verdade é que ele fracassou no serviço de Evangelização. Sufocou pelas ambições deste mundo.

Porque é grande marreteiro, com a esperança e desejo de enricar. **Acha difícil ir ao treinamento**, mas não acha difícil carregar borracha na costa, horas de viagem. **E porque é delegado do Sindicato não liga para evangelização**. Talvez ache que um delegado sindical não pode ser monitor.

Os vizinhos parentes, queixaram-se que ele fez apenas umas duas reuniões<sup>896</sup>.

As mulheres também escreveram dando conta de muitas promessas feitas pelos políticos e que quase nunca foram cumpridas.

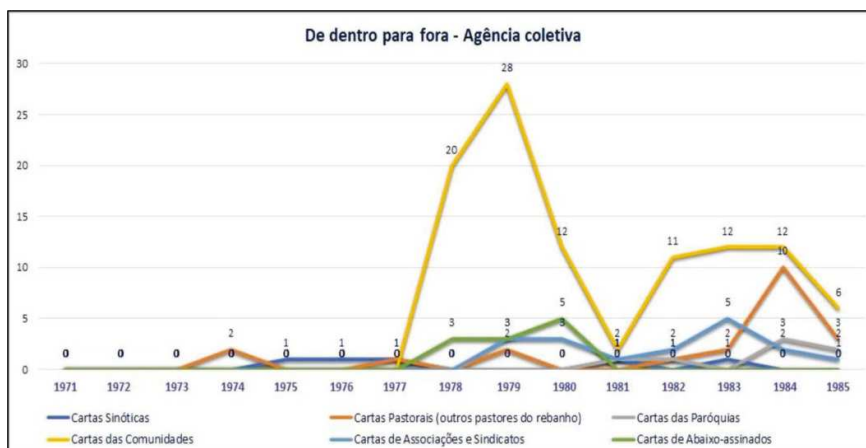
Nunca mais tinha escrito para este boletim, mas esta cartinha vai lhes dizer agora o que está se passando em nossa comunidade daqui de Manuel Urbano. Como todo sabem que as eleições estão próximas e é quando os políticos começam a prometer mundos e fundos e não fazem nada daquilo que precisamos que é hospital, escola de 1º grau e também o correio que nunca chega a tempo. Espero que tenham um pouco mais de cuidado neste sentido. Abraços<sup>897</sup>.

É possível afirmar que, em mais da metade das missivas de remetência feminina, a principal preocupação das mulheres, além do teor religioso constante, é com suas famílias e com as famílias adjacentes a seu convívio. Enquanto nas cartas dos homens se percebe um teor mais de ajuntamento para criação de consciência de grupo ou de união em prol do coletivo para o fortalecimento das famílias; nas cartas das mulheres fica marcado o cuidado com a família nuclear e a luta pelo bem-estar interno das famílias como forma de expandir as ações para com as famílias vizinhas e, a partir dessas, para o coletivo das comunidades.

## 6.6 VOZES DOS GRUPOS DA IGREJA PARA OS AGENTES SOCIAIS

A quarta dentre as seis categorias finais em que foi partimentado o *corpus* de análise no qual estão contidas as cartas publicadas no *Nós, Irmãos* recebeu o nome de “Vozes dos grupos da Igreja para os agentes sociais: de dentro para fora em agência coletiva”. As 164 cartas dessa categoria estão subdivididas em 05 cartas sinóticas, 21 cartas pastorais, 07 cartas das paróquias, 103 cartas das comunidades, 17 cartas de associações e sindicatos e 11 cartas de abaixo-assinados.

Gráfico: De dentro para fora - Agência coletiva



Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

Quanto a autoria das cartas, foram 109 cartas assinadas por instituições, 13 assinadas por instituições com rubrica explicitamente masculina, 11 assinada por instituições com rubrica explicitamente feminina, 31 assinada por instituições com rubrica de homens e mulheres em ação conjunta.

É perceptível o poder simbólico dos concílios atuando na constituição das identidades através das cartas sinóticas, cartas pastorais e cartas das paróquias.

### 6.6.1 Cartas Sinóticas

Foram apenas 05 as cartas sinóticas. Essas cartas sinóticas têm material especial que lhes é peculiar. A origem do termo “sinótico” é grega proveniente de duas palavras: *syn* (“junto”) e *opsis* (“ver”), abrangendo o sentido de “vistos juntos” ou “que têm o mesmo ponto de vista”<sup>898</sup>. Percebemos na exposição sinótica uma série de unidades distintas de narrativas e discursos que são completas entre si, embora aparentem depender literalmente uns dos outros.

Os cinco remetentes: “Bispos e Padres do Encontro de Goiânia”, “Prelazia de Miracema do Norte”, “Mensagem dos Bispos às Famílias do Brasil”, “Participantes da Reunião da CNBB” e “Participantes do V Encontro Intereclesial das CEBs” escreveram como corpo coletivo em correspondência remetida de forma unitária, respectivamente, em 1975, 1976, 1977, 1981 e 1983.

Os destaques das missivas são: o cumprimento da lei da terra, o exercício do poder a serviço do bem-estar comum, pobreza e injustiça, e, fraternidade e esperança.

Com base na lei da terra<sup>899</sup>, as cinco cartas propõem uma resistência pacífica e que continuem a luta para que a lei da terra de 1964 seja implementada de forma a atender tanto os interesses de produção em larga escala para o mercado externo por parte de empresas agrícolas fomentadas pelo Estado quanto de subsidiar e fomentar as ações de plantio, colheita e comercialização por parte dos pequenos produtores<sup>900</sup>. Nessas cartas também é incentivada a permanência na terra e a saída somente mediante ordem judicial ou ação estatal de realocação de trabalhadores em outras terras que favoreçam a produção.

O exercício do poder também aparece em todas as missivas demonstrando as várias faces do poder – independentemente de ser poder econô-

mico, ideológico, político, eclesiástico ou de outro tipo. Nas cartas, o exercício desse poder deve ser realizado visando o bem-estar comum. O poder não é apresentado apenas como ato de dominação pela força, mas também como um atributo que os seres humanos levam consigo, como elemento-chave para o entendimento das relações sociais<sup>901</sup>. Esse conceito pode ser compreendido como um conjunto de valores em uma esfera social e coletiva permeada pelo *habitus* – que é completamente inconsciente e sua assimilação se dá por meio das representações culturais as quais somos submetidos e pela imitação dessas representações<sup>902</sup>. Assim sendo, o comando coletivo e inconsciente dessas preferências confere a certos atores um poder no sentido em que criam representações simbólicas a serem seguidas por outras pessoas.

A pobreza e a injustiça social também estão presentes como males a serem combatidos. A pobreza é colocada como sendo consequência da injustiça social praticada por ações que visam beneficiar a uns poucos em detrimento do todo. Nas cartas, a saída destacada para vencer a pobreza e a injustiça social é a ação política em suas múltiplas faces.

Um dos pontos que recebeu bastante atenção foi a nossa participação política, pois achamos que a política é o que mais influi na vida da gente. Tentamos clarear as nossas ideias neste ponto da política. A política é a grande arma que temos para construir uma sociedade justa do jeito que Deus quer. Mas esta arma está sendo usada pelos que nos exploram. Ação política é tudo aquilo que fazemos para nos organizar na justiça e para criar um novo relacionamento entre as pessoas e os grupos. Ação política boa é quando nos unimos para defender a nossa vida e os nossos direitos contra os mentirosos e os exploradores, através das associações de bairro, sindicatos e outras ferramentas de organização popular.

(...) Achamos também que a comunidade eclesial de base não é e nem pode ser um núcleo partidário, mas ela é o lugar onde devemos viver, aprofundando a celebrar a nossa fé, onde devemos confortar a nossa vida e nossa prática com a luz da Palavra de Deus, para ver se a nossa ação política está de acordo com o Plano de Deus. Na comunidade eclesial de base devemos buscar a força para os animar a luta que fazemos seja o bairro, seja no campo, seja no mundo o trabalho, seja no partido político<sup>903</sup>.

Através da ação política, a fraternidade e a esperança aparecem como formulações de engajamento para uma agência constante e em busca do bem comum. Tanto o conceito de fraternidade quanto o de esperan-



ça têm como base a ética cristã de amor ao próximo e de proclamação do evangelho (boas novas de esperança). Em todas as cartas sinóticas as agências singular e coletiva aparecem como fundamentais para a construção de uma vivência mais fraterna e com esperança de dias melhores.

### 6.6.2 Cartas Pastorais

Além das cartas sinóticas que tinham uma mensagem comum aos grupamentos sociais, também existiram cartas pastorais que serviam como uma espécie de conselhos norteadores das ações a serem realizadas e dos agrupamentos sociais, muitos dos quais, pertencentes às comunidades eclesiais.

Quanto as Cartas Pastorais, foram publicadas 21 delas, principalmente na década de 1980 em que outros pastores do rebanho falaram aos vários grupamentos cristãos espalhados pelo Brasil. Essas cartas não eram especificamente encaminhadas para uma ou outra circunscrição eclesiástica específica, antes, abordavam assuntos de interesse amplo dos vários grupos sociais.

As cartas pastorais foram remetidas em nome da “Prelazia do Acre-Purús”, editoria do “*Nós, Irmãos*”, “Comissão Pastoral da Terra”, “Conselho Pastoral” e “Coordenação de Pastoral da Prelazia”. Nelas são expostas diretrizes e orientações de como proceder em caso de conflito pela posse da terra, como se pode ler:

#### O QUE FAZER EM CASOS DE CONFLITO EM RAZÃO DE VENDAS DE TERRAS?

Em casos de conflito, seguir estas normas:

- a) Conservar a calma e não brigar com os compradores.
- b) Não se deixar intimidar por ninguém, pois você não pode ser jogado fora de sua terra enquanto você não quiser.
- c) Se for necessário, você deve recorrer às autoridades competentes, que no caso são:
  - O próprio INCRA, na Sede em Rio Branco.
  - O juiz Federal.
  - A Polícia Federal.
  - 4ª Companhia da Fronteira<sup>904</sup>.

Além dessas diretivas de como agir na defesa da posse da terra, o trabalho social desenvolvido pela igreja, em meio as comunidades, buscou informar por meio de livretos, publicações de informativos, treinamentos

e cartas pastorais os direitos daqueles que viviam como posseiros, sem a documentação regular da terra. Na edição de natal de 1983 há uma pastoral inteira sobre “Posse e Usucapião” da terra. A pastoral faz um levantamento histórico de quem são os posseiros no Acre e como eles se tornaram posseiros:

**Os seringueiros já tiveram vários nomes aqui no Acre.** Foram chamados de BRABOS quando chegaram do Nordeste pela primeira vez e não conheciam o serviço da seringa. Deram a eles também o nome do ARIGO – Pássaro que migra de um lugar para outro. Isso foi na época da Batalha da Borracha, quando eles eram também chamados de Soldados da Borracha.

**No seringal, os Brabos e os Arigos tinham sempre um PATRÃO e pagava a eles uma Renda em Borracha: 70 quilos por parrelha de estrada. O Patrão chamava o seringueiro de FREGUES. De um tempo pra cá os seringueiros vêm sendo chamados de POSSEIROS.**

Que nome é esse? Que quer dizer posseiro? O que é a posse?

A posse ocorre quando uma pessoa tem em seu poder uma coisa (um pedaço de terra, uma colocação, um animal, uma espingarda) – mas não tem nenhum documento que possa mostrar pros outros que aquela coisa é sua.

**Existem duas espécies de posseiros: aquela que ocupa uma colocação e não paga renda para ninguém. O outro tipo de posseiro é aquele que paga renda para o proprietário do seringal.** Acontecem assim com os seringueiros cativos. Eles não têm terra, nem árvores de seringa. Então, pagam uma RENDA para o dono do seringal e adquirem o direito de trabalhar na colocação.

O que quer dizer POSSERIO, então?

**Posseiro é aquele trabalhador que mora na terra ou na mata, mas não tem documento que prova que aquele lugar é seu.** Ele é o dono das benfeitorias (casa, plantações, cercas) mas não é proprietário da terra<sup>905</sup>.

A pastoral continuou fazendo exposição sobre os tipos de posse da terra, legislação vigente e usucapião. Esse tipo de manifestação foi importante por estar diretamente ligado ao argumento de autoridade. Quem diz é a autoridade eclesiástica que cita a legislação proferida pela autoridade civil, não se deixando levar pela simples argumentação de cunho econômico ou pela projeção social de expansão do poder público e/ou privado à revelia do direito legal. Assim sendo, os posseiros puderam fazer uso do capital simbólico disposto pelos integrantes do campo religioso para fomentar

sua permanência na terra com a legitimação do argumento de permanência temporal.

USUCAPIÃO é uma maneira pela qual uma pessoa pode se tornar proprietário de uma coisa pelo fato de usá-la durante muito tempo. Quando o trabalhador ocupa um pedaço de terra há muito tempo, pode requerer ao Juiz de Direito do Município que reconheça esse trabalhador como proprietário daquela terra através de uma sentença.

Existem dois tipos de USUCAPIÃO e eles interessam ao seringueiro. Um, chama-se USUCAPIÃO ESPECIAL. Vamos entender os dois?

#### USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO

Um seringueiro ou um colono que mora e trabalha em uma área há vinte anos sem nunca ter saído dali para morar em outro local, sem nunca ninguém ter movido ação pra ele sair dali, sem nunca ter pagado renda pra ninguém, adquire o domínio sobre aquela área e poder pedir ao juiz que faça um alenteça afirmando a propriedade. Nesse caso não importa o tamanho da área. Isto é, fica valendo a área que o trabalhador rural ocupou todos esse tempo.

Essa situação só pode acontecer quando o trabalhador mora em terra particular e não em terra do governo.

#### USUCAPIÃO ESPECIAL:

Essa lei surgiu faz pouco tempo. Foi em 81. Ela beneficia aqueles trabalhadores que ocupam um pedaço de terra que não é maior que um módulo da região. No Acre, não pode ser maior que 100 hectares, um trabalhador rural pode requerer o USUCAPIÃO ESPECIAL quando mora há cinco anos numa área, sem nunca ter saído dali e sem nunca ter havido uma ação para tira-lo dali.

Essas leis garantem os direitos dos POSSEIROS sobre a terra que ocupam. Mas para tudo isso é preciso provar. Como não existe nenhum documento a prova é feita pelas testemunhas, isto é, as pessoas que conhecem o trabalhador e sabem que ele está falando a verdade<sup>906</sup>.

A expressão “voz” dos agentes e das comunidades se faz presente no *Nós, Irmãos* desde o início da década de 1970. A carta pastoral sobre “Solidariedade na Evangelização”, de julho de 1970 explicita o papel que o boletim se propõe a desenvolver em meio a comunidade.

Temos recebido e lido o “*NÓS, IRMÃOS*”. Assim não estamos tão longe, pois temos acompanhado os acontecimentos através desse boletim que consideramos de grande importância para a vida das

comunidades acreanas. Seu imenso valor é justamente por ser a VOZ (não isolada, mas em coro) dessas comunidades. Vozes essas, que além de percorrerem os lugares mais distantes do Acre, já chegam aos ouvidos de outros Estados. Chegam mostrando que realmente vocês são caminheiros que querem PAZ, que lutam pela VERDADE, que batalham pela JUSTIÇA. Que estão unidos e cada vez mais fortes, refletindo, agindo e comunicando. Tudo isso mesmo diante das dificuldades, de uma série de pressões de que são vítimas os mais humildes, os marginalizados e todos aqueles que lutam por um mundo melhor. Principalmente acabando com essa falsa ideia de que “O povo não sabe o que quer”. E você tem provado o contrário, demonstrando com atos que são conscientes e capazes, porque, na realidade, vocês são os verdadeiros agentes de mudanças da sociedade<sup>907</sup>.

Nessas cartas pastorais foram enviadas várias informações, dentre elas também ganha destaque a violência policial e a falta de punição a aqueles que cometem crimes contra os trabalhadores. O Conselho de Pastoral fez um esclarecimento ao povo, onde se lê:

Em primeiro lugar **estamos preocupados com as arbitrariedades policiais.**

Nesses últimos dias, **a violência tem sido uma constante** em nosso estado. Além de outros casos relatados pelos jornais, queremos lembrar principalmente o caso que ficou conhecido na cidade como o “**Crime do Saco Plástico**”. Três trabalhadores foram **presos e barbaramente torturados por policiais** do 4º Distrito de Rio Branco, sem que se apresentassem contra eles provas convincentes. Um deles continua preso e foi **obrigado a confessar o crime de baixo de pancadaria.**

O papel da polícia é o de manter a ordem e evitar a violência. Mas se essa mesma **polícia subverte a ordem apelando sistematicamente para a violência**, a quem vamos apelar para garantir a segurança da população?

(...) Com a repetição de tantos casos de violência, somos levados a pensar que esses elementos **obedecem a orientação de autoridades superiores**, porque:

- Policiais constantemente envolvidos nesses episódios de violência até agora **não foram punidos.**

- **Delegado conhecido por arbitrariedades cometidas** em outros municípios atualmente ocupa lugar de destaque na cidade do Rio Branco, merecendo inclusive elogios públicos da própria Secretaria de Segurança.

Assim, enquanto prestamos nossa solidariedade a esses **trabalhadores espancados pela polícia**, repudiamos ao mesmo tempo os crimes comuns e toda violência dos assim chamados marginais<sup>908</sup>.

Em meados de 1984, os pequenos produtores rurais tiveram acesso ao seguro agrícola para que pudessem ser indenizados caso houvessem problemas de escoamento de produção ou congêneres, conforme se lê:

A partir desta safra agrícola, todos os agricultores acreanos que tiraram financiamento para o custeio poderão se beneficiar do PRO-AGRO (seguro agrícola) quando enfrentarem problemas que impeçam o escoamento da produção. Quer dizer, se vocês perdem a produção por falta de estrada ou transporte, o Banco deve lhe indenizar. Essa lei foi aprovada no congresso e o Banco Central do Brasil enviou o comunicado às instituições bancárias. Faltam Técnicos da Emater, os colonos devem exigir um laudo expedido pela EMATER comprovando a ocorrência. Com esse laudo indo ao Banco poderão receber a indenização.

O PROAGRO É UM SEGURO PAGO AUTOMATICAMENTE PELO AGRICULTOR AO RECEBER O CRÉDITO RURAL.

Aconselhamos aos colonos que exijam um comprovante dos técnicos, ou do Fiscal do Banco, ou menos, cada vez forem ao Banco registrar uma queixa ou fazer a prolongação, do seguro, para ter algo em mãos que possa garantir que você foi lá. Assim não pode se desculpar dizendo que não sabiam de nada<sup>909</sup>.

O crédito rural e seguro da produção que já era disponibilizado aos grandes proprietários de terra, chegou também aos pequenos produtores, embora, com dificuldades de técnicos para aferir as notícias levadas às autoridades. Caso os agricultores não pudessem provar que informaram os problemas ocorridos, esses poderiam ser notificados para pagar os empréstimos adquiridos e, corriam o risco de perder o seguro.

Através de vários “Cursos de teologia”, “Treinamentos comunitários” e “Curso de análise da realidade” e “Encontros comunitários” foram desenvolvidas as ideias expostas nas cartas pastorais. Muitas delas fruto da nova forma de atuar da Igreja com base na teologia da libertação que estava se desenvolvendo em toda a América Latina e, em especial, nas terras da Amazônia Ocidental.

### 6.6.3 Cartas das Paróquias

As 07 cartas enviadas pelas paróquias que foram publicadas no *Nós, Irmãos* somente foram enviadas a partir de 1981, ou seja, quase uma década depois de o boletim da prelazia ter iniciado sua produção. As cartas tratam da relação das paróquias com a comunidade e do estranhamento do envolvimento de alguns políticos com obras de fomento eclesial sem a participação da Igreja.

Um destaque se faz nesse grupo de cartas pelo fato de em uma localidade em que existiam três escolas em condições precárias de uso, o governador decidiu fazer uma capela sem consultar o bispo, o padre ou a própria Igreja. Na carta enviada pela paróquia fica claro o descontentamento com o procedimento, já que a capela foi construída em lugar ermo e as escolas e demais benfeitorias necessárias que são de atribuição do poder público estadual permaneciam desassistidas.

(...) No km 4 da estrada velha, de repente apareceu uma bonita capela. A base de concreto com dois degraus, as paredes de madeira, o telhado de zinco. Toda bem feitinha e pintadinha. Foi construída em poucos dias. O povo daquela região quase de um dia para outros encontrou a Capela já feita. Quem mandou fazer? Foi o Bispo? Foi o Padre? Foi a Comunidade? Não! Foi nada menos que o Governador do Acre. Inacreditável. Assim sem o Bispo saber, sem o padre saber sem a Comunidade saber quase às escondidas foi feita a Igrejinha. E agora o Padre de Brasília foi convidado a presenciar a Inauguração. (...)

Será que cabe ao Governador fazer Igrejas? Não! Ao governador cabe fazer estradas... abrir ramais para o povo, construir hospitais e postos médicos. Cabe a ele fazer escolas e zelar para que funcionem. Coisas essas que aqui mesmos estão faltando muito. Vejam só na mesma estrada onde por enquanto apareceu a nova Capela tem três escolas em péssimas condições.

A escola do km 4, há anos está sem tralhado pela metade e está se acabando. A escola do km 9, está com o tralhado aberto e os alunos assistem as aulas apanhando chuva. No km 15 a escola está feita um bagaço! Sem porta sem janelas... sem carteiras, sem mesa para o professor e o telhado está arrombado. E se a gente for verificar como é que estão as escolas nas outras colônias, a gente vai ficar assustado encontrando crianças assistindo as aulas até em Currais de gado<sup>910</sup>.

Percebemos nas cartas uma linguagem mais institucional, culta e de projeção a gerar ânimo para que os trabalhos eclesiais sejam fortaleci-

dos. Embora existam assuntos de cunho particular em algumas dessas cartas, a vertente quase sempre é testemunhal de superação das adversidades e de fé de que a situação em que vivem vai melhorar.

#### 6.6.4 Cartas das Comunidades

A organização social popular como forma de resistência também pode ser vista nas cartas das comunidades, de associações e sindicatos e nos abaixo-assinados.

As 103 cartas das comunidades são cartas escritas por pessoas como as anteriores, mas com um diferencial: nelas se percebe uma tentativa de dissociar o indivíduo remetente do ato de correspondência e de associar o grupo social ou o agrupamento comunitário, como se os remetentes desse tipo de carta fossem porta-vozes, ou antes, agentes que se expressam em nome de seus grupos.

Essas cartas das comunidades apresentam um tom mais de expressão sobre notícias ocorridas nas comunidades e de informações voltadas ao aspecto religioso – o que não é o cerne de análise deste trabalho. Ainda assim, é possível perceber em várias cartas as dificuldades enfrentadas para reunir as pessoas em atos de ajuntamento comunitário, seja pela distância, seja pela falta de comprometimento de alguns que se propuseram a auxiliar, mas não o fizeram. Também percebemos que vários dos ajuntamentos relatados tinham como foco a busca em receber o batizado das crianças e os demais sacramentos, sendo vários grupos desfeitos ou “desanimados” depois da visita do sacerdote que realizou os atos sacros.

Nossa Comunidade mudou muito de fevereiro para cá. As famílias não participam mais das reuniões, depois que batizaram seus filhos. Parecem que Deus só existia quando estavam se preparando para os batizados.

A maioria das famílias estão nas seguintes situações: Mulher brigando com os maridos, mãe com os filhos, filhos com suas mães e com seus pais, mães que deixam seus filhos pequenos em casa para ir à festa, irmãos e vizinhos se intrigando, etc. É uma tristeza gente! Parece que esqueceram que Jesus Cristo é a Verdade e a Vida de todos nós<sup>911</sup>.

As comunidades também utilizaram das cartas para tratar de assuntos pertinentes a ações coletivas de grupos sociais nos bairros da periferia

estendida da capital acreana<sup>912</sup> que se fez presente em ocupações urbanas surgidas como as do terceiro eixo ocupacional de Rio Branco<sup>913</sup>.

Sobre a Associação das Lavadeiras: atenção comunidade de Rio Branco! Preparem suas reuniões, anunciando a boa nova que vem aí para a pobre e humilde lavadeira, pois ela agora vai ter a vez dela. Já temos vários grupos lutando por essa Associação em vários bairros: Bahia, Aeroporto Velho, Abraão Alab, Palheiral, e já temos também os coordenadores: na Bahia é o Granjeiro; no Palheiral é a Guilhermina e no Abraão Alab são os nossos dois peitos erguidos Isa e Pacifico<sup>914</sup>.

A associação das lavadeiras surgiu nessa localidade para atender a demanda de falta de água existente em vários bairros da Capital como os conjuntos habitacionais Castelo Branco e Boa Vista, criados para servidores públicos. Pela constante falta de água nas torneiras das casas da capital, as mulheres que moravam perto dos córregos existentes nos bairros supracitados se dirigiam até as localidades onde necessitavam de seus serviços, pegavam encomendas de roupas para lavar em suas residências e depois as devolviam lavadas a quem lhes encomendou o serviço.

Os conflitos pela posse da terra também se fizeram presentes nas cartas das comunidades. Os novos donos, via de regra, chegavam derrubando as florestas para fazer pasto. Quase sempre essas cartas dão conta da invasão de propriedades por parte de jagunços, capangas e grileiros que ameaçam as pessoas para que deixem suas propriedades ou as deixem por um preço que além de não pagar o valor da terra, se fazia aquém do que se pode esperar pelas simples benfeitorias executadas e produção nela contidas.

O povo que reside naquela área está reclamando de **invasão de um fazendeiro com derrubadas** nas terras dos posseiros. **Os moradores já se juntaram e puseram a peonada do fazendeiro a correr.** Também **já recorreram ao INCRA** que prometeu ir dar uma olhada, mas ninguém sabe se foi.

Agora, **os peões voltaram armados e reiniciaram a derrubada. Pode-se temer choques entre os posseiros e os capangas da fazenda** cujo gerente é José Alan Ribeiro Sampaio.

Estamos procurando com esses irmãos nossos que estão sendo prejudicados e por isso **levantamos a voz para denunciar mais essa injustiça que vêm perturbando a vida de famílias pobres** que trabalham com muito sacrifício para sobreviver<sup>915</sup>.



A luta pela posse da terra não se dava apenas contra os novos donos do Centro-Sul que compravam as propriedades sem nunca as ter visitado e que, ao chegarem ao Acre, descobriam que já existiam centenas de famílias morando nelas há décadas. A luta também era contra herdeiros dos arrendatários dos antigos seringais, contra proprietários rurais que intentavam grilar parte das terras distribuídas pelo INCRA para os colonos acreanos e migrantes do Centro-Sul, e, contra servidores públicos que tentavam tirar vantagem de suas posições para adquirir terras.

Os colonos e seringueiros da BR 364, que liga Rio Branco com Porto Velho perto do Novo Acordo, KM 99 até 110, estão sendo ameaçados por vários Grileiros que se dizem donos desta terra.

O Sr. João Barbosa, dono do Novo Acordo, se diz proprietário da terra que fica do lado esquerdo da estrada, com frente de 12 km.

Para os colonos que vivem e trabalham nesta terra, há vários anos, ele quer deixar somente 600m de fundo, enquanto o INCRA promete 2000m de fundo para as colônias.

Do lado direito de Estrada, segundo informações de moradores, o Gerente da ELETROACRE estaria comprando 1000m de frente com 10 000m de fundo, dum tal de Clovis, que se diz herdeiro do antigo arrendatário desse seringal, Djalma Reis. Já está fazendo grandes derrubadas, entupindo as estradas de seringa, e acabando com as seringueiras e castanheiras<sup>916</sup>.

Assuntos relacionados a problemas de saúde e como eles afetam a atuação e o desempenho na liderança dos grupos comunitários também aparecem com frequência nas cartas.

De 77 para cá, começou a atrapalhar a minha vista. Eu fui ao hospital e falei com o doutor. Ele me respondeu: – “A senhora vá em Rio Branco com o médico oculista.” Fiquei pensando: Tem que ser como Deus quiser. Eu sou pobre, não tenho recursos para mandar tratar de minha vista.

Quando chega a data de reunião das catequistas, sinto tristezas em meu coração. Em vez minhas colegas todas reunidas para ir à reunião. Mas assim mesmo, eu não deixo de ir para as reuniões. Como eu gosto de escutar a palestra da irmã Rosalia e também de nosso irmão Isaías. Mas se Deus me proteger que eu fique boa da vista, tenho prazer de trabalhar em nossa comunidade<sup>917</sup>.

A falta de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem urbana, manejos de resíduos sólidos e

de águas pluviais), de pavimentação e de energia elétrica é assunto recorrente nas cartas enviadas por remetentes de localidades urbanas. Enquanto nas localidades rurais os assuntos recorrentes são a falta de médicos, de remédios, de escolas, de condições de trafegabilidade e de transporte público.

O Boletim, além de suas funções de homilia e de Informativo da Prelazia, também funcionava como uma espécie de “correio elegante” em que pessoas que escreviam cartas para serem publicadas também incluíam nas mensagens assuntos e notícias de cunho pessoal a serem tratados com integrantes de outros grupos.

É com a mesma satisfação que escrevo para este boletim respondendo a uma cartinha que chegou até vossas mãos.

Temos muita alegria por ter obtida de Deus esta graça de nos correspondermos com os nossos irmãos.

Vocês monitoras: Luzia, Janete e Jandira, das comunidades de Assis Brasil, sobretudo a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, é com muita alegria que escrevo...

No meu grupo tem uma mulher que era do grupo da Jandira. Ela se chama Sebastiana, esposa do senhor Antônio. Ela é ajudante do meu grupo e tem sua tarefa: ler os capítulos da Bíblia e organizar os cânticos.

A Sebastiana quando leu o boletim que encontrou esta carta ela ia caindo do assento. Ficou tão alegre que chorou. Ele pede que fiquem sempre escrevendo para nós<sup>918</sup>.

Em uma época em que os correios não chegavam em todos os municípios e que centenas de comunidades viviam quase que isoladas umas das outras, o Boletim serviu como veículo que reportava mensagens e informações de cunho particular-social no interior das cartas – ainda que não fosse esse o seu objeto de ação.

### 6.6.5 Cartas de Associações e Sindicatos

Também as Associações e Sindicatos tiveram suas 17 cartas publicadas. Essas cartas foram assinadas por Delegacias sindicais de trabalhadores rurais, associações de lavadeiras, Conselho indigenista, Movimento de Reintegração do Hanseniano (Morhan) e outros.

A Partir de 1979, a editoria do *Nós, Irmãos* começou a publicar cartas de associações e sindicatos. O que antes, de 1971 a 1978, parecia estar associado à função social da igreja em meio a comunidade em que viviam

os fiéis da religião, a partir de 1979, passou a tomar uma forma de agência social pelo bem da sociedade – mesmo que o protagonismo fosse tomado por outros grupos e o papel da Igreja fosse o de propiciar os recursos e o fomento às ações necessárias a serem desenvolvidas.

O dia 1º de MAIO, DIA DO TRABALHADOR, foi muito bonito. A catedral estava lotada. Tinha mais de duas mil pessoas. Estavam presentes colonos, trabalhadores de construção civil, estivadores, lavadeiras, empregadas domésticas, mães de família, estudantes. Todos unidos, falando por uma boca só. Cantos, dramatizações, discursos, poesias, tudo falando a respeito da situação de exploração que vive a classe trabalhadora no Brasil. Para a gente sentir um pouco o clima desse dia, *NÓS, IRMÃOS* vai publicar os discursos que foram feitos nesse dia pelos trabalhadores<sup>919</sup>.

A partir do último ano da década de 1970, várias cartas de associações, sindicatos e outros grupamentos sociais foram publicados no veículo de comunicação da Prelazia.

As delegacias sindicais, espalhadas por vários municípios, escreveram denunciando desmandos de fazendeiros, policiais e, até mesmo, juízes. Muitos desses sindicalizados também eram migrantes que compraram terras e se deslocaram para o Acre como colonos durante a década de 1970. Percebemos assim que os problemas de terras não eram apenas com os posseiros remanescentes dos antigos seringais, mas também atingiam os colonos dos assentamentos do INCRA e aqueles que haviam comprado terra para tentar uma vida nova na Amazônia.

Nós nos deslocamos de nossos Estados para tentar melhores condições de vida, sendo uns de Pernambuco, outros do Sergipe, outros Mineiros, outros Paranaense, outros Baianos, outros Paulistas e outros Amazonense, todos correndo o Brasil atrás de melhores condições de vida. Até esta data de 2/05/79 estamos sendo completamente perseguidos por fazendeiros, ainda não tivemos sossego em nossas vidas. Nós estamos fazendo o possível para não sermos obrigado a se deslocar para a cidade, porque sabemos que na cidade não teremos condições de educar nossos filhos<sup>920</sup>.

As associações de lavadeiras também tiveram seu protagonismo em meio às lutas por melhores condições de trabalho para as mulheres que ganhavam a vida lavando roupas.

Hoje, eu estou aqui. Quem participou ano passado, pode muito bem confirmar o que foi que eu representei. Eu representei a lavadeira. Este ano, eu entrego uma caminhada e assumo outra muito maior. A gente lutou muito. Atrás de unir os bairros. Dia 1º de julho foi feita a primeira reunião, no bairro do Abraão Alab, com 42 lavadeiras. Daí, a gente partiu para os outros bairros: Cidade Nova, Triângulo, Quinze, Baixa das Galinhas, Bairro de Alegria e vários outros bairros que a gente tentou reunir. E, graças a Deus, a gente conseguiu mesmo entrar em união com essa turma toda<sup>921</sup>.

A partir de 1979, os indígenas que antes eram coadjuvantes ou antagonistas nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos*, tiveram reconhecido seu protagonismo como povos que resistem às perseguições e massacres há várias centenas de anos. A campanha da fraternidade de 1979 trouxe como tema “Preserve o que é de Todos” apresentando os indígenas como habitantes que conseguem conviver em harmonia com as florestas e animais.

Os indígenas vivem há séculos nas terras da Amazônia Sul-Occidental. Os seringueiros e seus descendentes também ocupam áreas de terras há mais de um século. Os colonos foram trazidos para as mesmas terras durante a grande expansão da fronteira em que o governo federal planejava “integrar para não entregar” – esquecendo-se de que as terras já estavam ocupadas. Assim, percebemos que política governamental de ocupação da Amazônia não levou em consideração os direitos legais dos povos indígenas, seringueiros e colonos.

Ao entorno dessa convivência já conflitante, pelas múltiplas culturas e identidades de pessoas que acreditavam serem os donos das terras, apareceram os “políticos corruptos”, “grileiros de terras” e “fazendeiros gananciosos”. Esses três últimos grupos fomentavam as discórdias entre indígenas, colonos e seringueiros, tentando tirar vantagens políticas, econômicas e sociais dos mesmos. As demarcações de terras, tanto do INCRA para os colonos quanto da FUNAI para os indígenas, quase sempre eram desrespeitadas por aqueles que, se achando acima das leis, levavam a frente seus empreendimentos de aquisição indevida de terras. O Conselho indigenista escreve para o *Nós, Irmãos* dando detalhes dos conflitos existentes:

A exclusão ou o mau funcionamento do INCRA e FUNAI e, sobretudo, o pecaminoso interesse de poderosos (homens que se apoderaram de grandes áreas de terra enquanto outros ficam na miséria), são as causas principias de CONFLITO PELA POSSE DA TERRA.

O pior destes conflitos, é a rivalidade e choque entre ÍNDIOS, COLONOS, SERINGUEIROS... sendo estas categorias de gente oprimida pelos poderosos, que causam a dor, exploração e miséria dos pobres.

(...) No município de Boca do Acre (no Estado do Amazonas), por exemplo: um latifundiário por nome de JOÃO SORBILLE, através dos títulos adquiridos no Cartório daquela cidade, grilou uma área de terra no quilômetro 45 da BR, 317, onde moram os ÍNDIOS APURINÃS. Parte das terras griladas foram vendidas, através de negociações e documentos passados em Cartório a colonos vindo de outros Estado do país, outra parte da terra foi vendida a fazendeiros<sup>922</sup>.

Várias tribos indígenas desapareceram ante o genocídio praticado por aqueles que queriam ter a posse da terra a qualquer preço. Milhares de indígenas foram assassinados, outros tiveram que mudar localidade, e outros grupos precisaram modificar seu modo de vida para tentar se readaptar à nova realidade que se apresentava a eles com a chegada dos migrantes e dos interesses do capital em suas terras ancestrais.

(...) Um dia, depois de muito sofrer nas mãos dos brancos, o grupo resolveu subir para o alto rio e voltar a viver como antigamente, com suas festas, suas curas, suas caçadas e pescarias. Estavam cansados de serem logrados pelos brancos que navegavam pelo rio, trocando bombom e cachaça por peles de animais que os índios caçavam.

(...) só a defesa da terra é que pode salvar o índio de acabar de vez. Fazendas estão chegando cada vez mais, e desmatando a terra, que é o único meio de vida do índio, e plantando pasto para o gado.

Há menos de cem anos atrás, existia no Envira vinte e uma tribos de índios. Eram os massipira, contanaua, marinaua, bocas-preta, nehenauas, papavo e outros. Eles acabaram tudinho pelas balas dos caucheiros e seringueiros mandados pelos patrões que queriam a terra.

Hoje, dessas vinte e uma tribos, só tem três: kulina, katuquina e Caxinauá. Os outros, milhares deles, foram mortos nas “correrias”. Mas estes que ficaram estão empenhados numa luta difícil para defender a terra que os latifundiários estão de olho em cima. (...) <sup>923</sup>.

A edição de dezembro de 1982 apresentou em uma de suas cartas o depoimento de Anselmo Forneck que, ao viajar ao alto rio Gregório, onde permaneceu por 22 dias, percebeu a escravização dos mesmos pelo grupo

econômico PARANACRE que afirma ser “donos de uns 500 mil hectares de terra no rio Gregório”<sup>924</sup>.

Nas cabeceiras do rio Gregório se encontram dois grupos indígenas, Yanawá e Katukina que há mais de 100 anos residem naquele local e hoje vem a PARANACRE e diz que comprou aquela terra com os índios e seringueiros brancos juntos. Já imaginaram o quanto estão sendo considerados os índios e os seringueiros? Parece até que são negociados como se fossem mercadoria de barracão. Na semana do índio realizada em abril deste ano, aqui em Rio Branco, um índio Yanawá nos dizia o seguinte: “Antigamente éramos usados como mão-de-obra barata, depois fomos verdadeiros escravos e hoje somos vendidos como se fossemos mercadoria sem valor”<sup>925</sup>.

Um dado interessante que apareceu em vários seguimentos das unitarizações categorizadas neste trabalho é a opressão do oprimido sobre seu companheiro. Em várias cartas isso fica nítido. O Sindicato dos trabalhadores rurais de Xapuri teve seu protagonismo por conta, não da defesa de seus sócios, ou dos empates, ou das lutas contra grilagens, mas pela indisposição da diretoria em permitir a instalação de uma assembleia para efetuar mudanças na administração.

(...) E por causa disso os trabalhadores já realizaram 4 assembleias gerais para a mudança dessa diretoria e nada se conseguiu. A primeira foi em dezembro de 1970 e não se constituiu; a segunda foi em janeiro de 1981, o presidente achou que tinha pouca gente para decidir e por isso continuou na mesma, a terceira foi em maio de 81, tornou a ser cancelado, e tivemos ainda no fim de maio uma quarta, nesta passamos 24 horas reunidos e não foi decidido nada. Tinha mães com crianças, trabalhador com fome em média de 12. Todas essas pessoas tiveram a oportunidade de aprovar o balanço do que foi arrecadado em dinheiro para o sindicato. O presidente queria que essa mesma assembleia aprovasse o aumento de salário para o presidente e funcionário, só que na hora em que os trabalhadores pediram para que ele fizesse a convocação para a mudança da diretoria o mesmo recusou proposta, pois ele achou que o povo que tinha era pouco e não dava condição de aprovar a mudança, e essa mesma minoria aprovou os balanços e o mesmo queria que aprovassem o aumento de salários. Por que essa mesma assembleia não podia aprovar a mudança da diretoria? Mas depois deu em forte discussão entre os trabalhadores presentes, foi convocada uma quinta assembleia para o dia 30 de agosto de 81 e então a diretoria passará para novas pessoas que estão engajados na luta dos trabalhadores (...)<sup>926</sup>.

Movimento de Reintegração do Hanseniano (Morhan) começou a fazer publicações no *Nós, Irmãos* a partir de 1983. Já existiam hansenianos há décadas no Hospital Souza Araújo, no Acre, contudo, somente com a formação de uma associação nacional de defesa dos direitos dos hansenianos é que estes tiveram espaço para publicação de cartas enquanto entidade. Em várias cartas eles pedem para serem atendidos e terem sua situação de saúde tratada.

A outra reivindicação que nos referimos é tratamento adequado, completo e acessível a todos, ministrado naturalmente por pessoal competente, ministrado naturalmente por pessoal competente, responsável sobre tudo que tenha uma visão humana do problema. Os hansenianos querem ser atendidos por técnicos que não tenham deixado de ser também pessoas, pois os técnicos que são apenas técnicos se tornam meros caçadores de bacilos e veem o paciente como apenas um número no fichário. Nós queremos que o tratamento dos hansenianos, e de outros pacientes, seja pessoas ajudando outras pessoas a se curarem de uma doença que está atrapalhando a sua vida<sup>927</sup>.

Quase todas as publicações do Mohran foram no sentido de esclarecer a população sobre a doença da hanseníase e sobre as lutas por direitos das pessoas hansenianas. A principal luta desse grupamento social era o direito a um atendimento humanizado na saúde, ao transporte público gratuito para que pudessem se deslocar para se tratar e a uma ação de seguridade social que lhes propiciasse recursos para comprar alimentos para viver.

#### **6.6.6 Cartas de Abaixo-assinados**

Um dado interessante que nos chamou a atenção foi a publicação de 11 cartas de abaixo-assinados. Não somente o teor das cartas foi publicado, mas também havia o enfoque no número de assinaturas que acompanhavam esses instrumentos de representatividade popular. Somadas, as 11 cartas com reivindicações foram subscritas por mais de seis mil moradores. As principais reivindicações das localidades rurais foram: em busca de escolas; os sindicatos rurais denunciaram autoridades que agem contra a lei; seringueiros prenderam patrão; ramais continuam sem trafegabilidade. As principais reivindicações das localidades urbanas foram: saneamento básico e mobilidade urbana.

A luta pelas escolas é uma constante em quase todos os seguimentos de cartas, com os abaixo-assinados não foi diferente. Várias localidades juntaram moradores e subscreveram documentos enviados ao poder público, com cópia para ser publicada no *Nós, Irmãos* em que solicitam o direito a educação para seus filhos.

Um dos abaixo-assinados encaminhado à Secretaria de Segurança Pública foi produzido pelos trabalhadores rurais de Xapuri. Nele, é feita a denúncia da conduta do Delegado de polícia de Xapuri e solicita que providências sejam tomadas por conta das arbitrariedades produzidas. Entre os assuntos da carta, o foco se dá no ocorrido com um senhor de nome Adalberto, que em uma conversa de bar, próximo a sua residência em Xapuri, disse que conhecia o delegado desde Sena Madureira. Contou sobre o que ouvira acerca do delegado. O delegado foi informado e Adalberto foi preso. Depois do relatado na carta, não existem mais registros do que ocorreu com Adalberto.

(...) Sempre pensamos que um delegado de polícia fosse uma autoridade para dar segurança e tranquilidade ao povo e não para assustar e provocar descrença no valor da lei e nos homens da lei. Pedimos que o Senhor tome providências para uma solução dentro das leis do nossos país”.

(...)

O Adalberto logo foi preso e levado para a delegacia.

Pouco depois, algemado e escoltado por três policiais foi levado par Sibéria (é um bairro do 2º distrito).

É interessante notar que na Sibéria não existe nenhum posto policial nem colônia penal.

O povo diz que no caminho os soldados espancavam o Adalberto, mas acho que ninguém vai testemunhar este fato por medo das represálias que o delegado ou os policiaes podem fazer.

No km. 6 da estrada de Xapuri-Petrópolis, na colocação do Sr. Francisco Marinho de Nascimento, seringal Boa Vista, o Adalberto foi espancado ainda uma vez com uma cana ou taboca. Caído no chão atiraram nele.

Algemado, o Adalberto rolou até o mato perto. Os soldados foram atrás dele e o S. Francisco Marinho escutou vários tiros de revólver. Pouco depois os policiaes voltaram.

(...)

Sábado um cidadão, Francisco Nogueira (apelido Mineiro) ficou preso por várias horas porque teria falado que o Enock tinha mandado matar o Adalberto.



O Delegado me disse que ainda vai prender outras pessoas pôr o mesmo motivo, mas quase toda a população há de perecer que Adalberto foi matado por ordem do delegado<sup>928</sup>.

Em uma das cartas, os trabalhadores prendem o patrão que está mandando desmatar várias propriedades e que derruba as seringueiras – inviabilizando a produção gomífera na região. Esses trabalhadores não somente conduziram o patrão para a sede do município para assinar um termo de ajuste de conduta junto às autoridades como também se uniram para preservar nas localidades próximas as árvores das quais extraem o sustento para sua subsistência e de suas famílias.

Agora, dia 23 nós nos unimos em um grupo de 96 homens do seringal Icuriã e Guanabara e fomos defender umas seringas. Eles já estavam dentro de uma broca do Sr. Oscar Ribeiro, cujo empleitante é o Sr. Maurício Maximiano que diz não respeitar seringa dentro da empleita que ele faz.

Mas, dessa vez, a onça aprendeu a pular pra traz, pois o proprietário viajou para Assis Brasil, junto com 60 homens nossos, para assinar um documento perante as autoridades competentes, que de agora em diante, ele não mexe com seringa e nem agricultor situado. Estamos com quatro seringais unidos para defesa de nossa terra, pois nós ama ela e não queremos vê-la dominada por pessoas que se diz invasores<sup>929</sup>.

O saneamento precário nos “cinturões de pobreza”<sup>930</sup> que se instalaram na periferia das cidades trouxe grandes problemas para as populações que foram expropriadas das terras em que viviam e que, na cidade, precisam conviver com falta de água, de esgoto, de energia elétrica, e, até, de mobilidade urbana, já que as ruas não dão condições de trafegabilidade durante o período das chuvas.

(...) um órgão do governo, fez uma grande vala que passa por trás do Ginásio Coberto. Essa vala está sendo um lugar para imundices. Ali jogam lixo, animais mortos, e isso está causando doenças nas famílias do lado do ginásio. Tem 6 ruas que depois de grande chuva do dia 15 estão todas que é uma derrota. Cada qual tem mais água dentro dos buracos que ali se encontram. E o mato que tem nessas ruas é assombrador. Nós falamos isso tudo porque nós temos provas e passamos por tudo isto.

(...) E, o mal cheiro lastra a região é o pior que já se viu. Quando tem uma pessoa doente e tem chovido é preciso carregar essa pessoa em uma rede, pois a rua não dar condição de entrada de veículo.

Agora no mês de dezembro nós vamos usar o transporte fluvial, pois os ônibus não passam nas ruas, pois estas não dão condições de tráfego. Mais ou menos 800 pessoas ficam andando uma boa parte a pé, até o lugar onde dá para se pegar o ônibus<sup>931</sup>.

Em todos os abaixo-assinados existe a perspectiva de ações que venham a beneficiar a população. É perceptível a união dos trabalhadores como forma de resistir às adversidades e de lutar em conjunto por benefícios que atendam às comunidades subscreventes das cartas.

## 6.7 EXPRESSÕES DE SENTIMENTOS ATRAVÉS DA ARTE

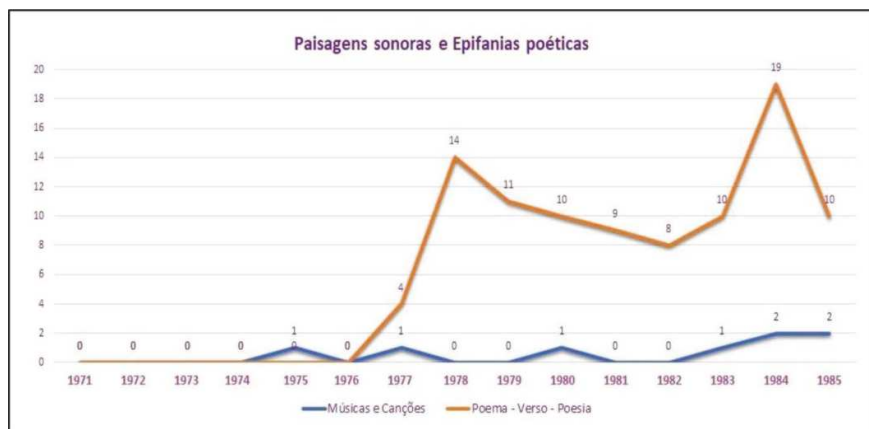
A quinta dentre as seis categorias finais em que foi partimentado o *corpus* de análise no qual estão contidas as cartas publicadas no *Nós, Irmãos* foi intitulada como “Expressões de sentimentos através da arte: paisagens sonoras e epifanias poéticas”. Nela estão contidas 103 cartas: 08 dessas cartas contém músicas e canções publicadas, enquanto outras 95 trazem poemas, versos e poesias.

As expressões de sentimentos produzidos através da arte publicada nas cartas do *Nós, Irmãos* trazem dois conceitos complementares: o de paisagens sonoras e o de epifanias poéticas. Este mais voltado ao encontro do humano com o sagrado, enquanto aquele tem como base a geografia cultural e a história das trajetórias.

A paisagem é aplicada na geografia para representar uma unidade do espaço, um lugar, a paisagem com suas cores, cheiros, barulhos, formas e movimentos que, em uma relação dinâmica e recíproca, imprime e recebe suas marcas. Em uma abordagem humanista-cultural, os estudos geográficos da cultura e da paisagem, especificamente da paisagem sonora, trazem à luz as preocupações com a compreensão de como os indivíduos e o coletivo constroem e concebem o espaço<sup>932</sup>.

A paisagem sonora é cultural, pois reflete a identidade de um lugar e de seus habitantes. A fala, a música e a poesia, sejam elas verbalizadas, escritas ou transcritas, enquanto expressões artísticas, encontram na paisagem sonora os primeiros elementos para a construção da linguagem que implica em conteúdo e expressão que compõem o universo simbólico de um povo<sup>933</sup>. Ela é pouco percebida, assim como as transformações que nela ocorrem tais quais diferentes falas, sotaques e comunicação entre integrantes de grupos sociais.

## Gráfico: Paisagens sonoras e Epifanias poéticas



Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

A epifania<sup>934</sup> poética acontece quando o processo de desenvolvimento espiritual está em estado de elevação com o sublime a ponto de o humano acreditar estar envolto no sagrado por uma epifania ou por uma ascese em que deseja estar separado para Deus ou para uma experiência religiosa com o divino, formulando versos e poemas que façam alusão a essa essência-ação que pode ou não ser transcendente, mas que é concebida na vivência do espaço cotidiano.

Quanto a autoria das cartas, foram 61 cartas assinadas por homens, 30 assinadas por mulheres, 04 que não tiveram seus(suas) autores(as) identificados, e 08 assinadas por instituições.

### 5.7.1 Músicas e Canções

As paisagens sonoras contidas nas 08 músicas e canções publicadas demonstram um entrelaçamento entre o local e o nacional, em que este serve de inspiração para que as localidades e os regionalismos possam ter seu ponto de projeção com base em uma proposta surgida pela veiculação radiofônica e exponenciada com o advento televisivo.

Tanto a paisagem sonora quanto a cultura local podem ser identificadas através de análises de trechos de músicas que servem como subsídios para uma leitura das representações sobre o lugar estudado e a dimensão que o elemento sonoro toma no contexto desse espaço pelos seus morado-

res. Ao partir das sensações e da percepção, através da ótica da comunicação e da perspectiva da construção de identidades, os valores sociais são compartilhados<sup>935</sup>.

Percebemos na análise das cartas que a paisagem sonora possui características da paisagem vivida, evocando a memória e ressignificando o lugar. As relações sociais ocorrem no lugar; e a música é uma forma de paisagem sonora que modifica o lugar, comportando objetos e valores através de símbolos, signos e significados.

A dinâmica de produção, circulação e consumo de música ao vivo alterou as experiências coletivas por perceber as mudanças significativas que estavam ocorrendo na sociedade bem como nos modos de produção cultural. Os festivais de música emergiram mediados por uma cultura multifacetada, coletiva e de experiência que modificou a forma como se realizavam os festivais musicais.

No Brasil, assim como em outros países, os festivais eram compreendidos por seu caráter competitivo e, também, como uma mostra de novos artistas e bandas contemporâneos<sup>936</sup>. Assim, o crescimento dos festivais no Brasil estava diretamente ligado a ascensão da televisão enquanto veículo de comunicação<sup>937</sup>.

No Acre, os festivais se popularizaram a partir da segunda metade da década de 1970 com a chegada das transmissões televisivas, além das radiofônicas. Os festivais de canções serviram de inspiração para a publicação de músicas e canções no *Nós, Irmãos*.

A Rádio Difusora Acreana - RDA, teve um papel fundamental na transformação e formatação de um cenário musical em terras acreanas. Desde os anos de 1940 e 1950 ela influenciou a sociedade pelos estilos musicais que reproduziu, difundiu e massificou, criando uma percepção musical além de veicular notícias.

Os programas de calouros eram semanais e – fossem os promovidos pela Rádio Difusora na Tentâmen ou em seu próprio auditório, fossem aqueles realizados pela Andirá, ao ar livre – sempre eram presenciados por grande número de animados espectadores que motivavam o surgimento de novos talentos e valores artísticos<sup>938</sup>.

Com os programas de calouros, uma nova fase se iniciou para a música acreana que culminou com os festivais dos anos de 1970, como o Festival de Música do Ceseme, em 1976, e o Festival Acreano de Música Popular (FAMP), a partir dos anos de 1980.

Canções como “O canto de Icuriã”, de Emídio Araújo Filho apresentam a realidade do homem do campo frente as dificuldades que se apresentam:

No vale do rio Iaco, Seringal Icuriã  
Se vivia antigamente trabalhando para o patrão.  
Depois da venda das terras houve a transformação:  
O comprador não deu contrato... O banco não financiou...  
A crise foi horrorosa, não sei como se passou...  
A nossa comunidade tomou a iniciativa.  
Com a ajuda da Igreja formou-se a Cooperativa  
Depois da Cooperativa vivem todos como irmãos. (...) <sup>939</sup>.

Outras canções como “Agora eu peço explicação”, de João Dourado, trazem à tona a falta de direitos a que é submetida a população mais carente que mesmo sendo responsável pela produção, quase sempre é injustiçada não lhe sendo permitida a sonhada ascensão social.

A você que é governante  
Eu peço explicação.  
Por que a classe dominante  
Nunca tem bom coração?  
Porque é que o seringueiro,  
Que te dá tanto dinheiro  
Nunca muda de posição  
Por que é que no conflito  
Seringueiro dá o grito  
Tu defendes o patrão.  
Agora peço explicação...  
(...)  
Aqui fica meu apelo  
A quem tem poder na mão  
Deixem vez pros pequenos,  
No governo da Nação,  
Se queremos ir pra frente  
Aprendamos desta gente  
Que está com o pé no chão,  
Pois é cidadão formado  
Que por ser injustiçado  
Quer mudar a situação!  
Agora peço explicação... <sup>940</sup>.

Percebemos ao analisar as canções publicadas em formato de cartas que a cultura dos seringais esteve bem presentes nessas músicas de raízes,

bem como as mensagens de lutas, esperança de dias melhores e fé na possibilidade de realizar os sonhos. Essas canções presentes nas praças públicas, nos centros comunitários e nos salões da Igreja Católica inspiraram artistas de outros segmentos a refletirem sobre a realidade na qual estavam inseridos e exprimir suas ideias através da arte.

A inspiração nos grandes festivais espalhados pelo Brasil trouxe ao circuito regional do festival uma vertente amazônica que intensificou os espaços de troca e de geração de uma trama que pudesse disseminar a cultura da localidade ao mesmo tempo em que objetivava integrar os circuitos e promover um cenário fértil de cultura musical independente. Além do interesse econômico na premiação e na valorização dos artistas locais, os festivais foram utilizados para a promoção do desenvolvimento local e regional, em que questões sociais, culturais e política se fizeram presentes.

### 6.7.2 Poema - Verso - Poesia

As epifanias poéticas nos 95 poemas, versos e poesias publicados no *Nós, Irmãos*, foram feitos por pessoas que gostavam de poesia. Alguns sabiam ler, outros sabiam recitar, outros ainda, compilavam e escreviam os versos declamados. Agentes sociais e líderes comunitários a exemplo de Eronildes Benedetti, Saulo Firmino de Lima, Raimundo de Azevedo e outros poetas e poetisas não sabiam ler nem escrever, mesmo assim enviaram várias poesias em formato de cartas para serem publicadas.

Não é o objetivo neste trabalho a execução de análise literária dos elementos constituintes de poemas, versos e poesias escritas e enviadas nas cartas que foram publicadas no *Nós, Irmãos*. Com o intuito de desenvolver a análise de conteúdo contido nas cartas catalogadas e categorizadas consideraremos a poesia como parte da linguagem verbal que é transfigurada de sua forma mais corrente e usual (a prosa), a partir de uma atitude criativa, utilizadora de determinados recursos formais que permitem a recriação semântica, sonora e a exploração de múltiplos significados. De igual modo, consideraremos poema como a estrutura e a forma nas quais há a realização da poesia em sua plenitude. Nas palavras de Tavares:

O conceito de poesia, se é que é possível conceituá-la, é coisa bem diversa do conceito do poema, mesmo que, em alguns momentos esses conceitos estejam entrelaçados. Poema é a estrutura, é a forma do texto escrito em verso. Verso é cada linha de poema, o que não significa que qualquer coisa escrita em verso contenha poesia<sup>941</sup>.

Os 95 poemas publicados, além da questão religiosa contida na maioria deles, trazem algumas temáticas do cotidiano vivenciado: salmos adaptados; esperança em meio ao sofrimento dos moradores das florestas; política e sociabilidades; o cotidiano dos seringueiros; a luta pela manutenção da floresta de pé (ecoteologia); a perda das terras; levezas e frugalidades.

Vários salmos bíblicos foram adaptados a uma análise exegética da realidade dos oprimidos. A exemplo dos salmos bíblicos que no discurso religioso, oração ou canto sagrado apresentavam gênero poético lírico com dupla característica das palavras e das ideias, esses salmos publicados eram rezados e declamados nos grupos sociais que se reuniam para fazer a “análise da realidade”. Salmos como “Clamo à noite na câmara de tortura”, uma adaptação do salmo 129, que foi publicado na edição de abril de 1977, demonstram o sofrimento e dor dos menos favorecidos.

Das profundezas clamo a ti, Senhor!  
Clamo à noite na prisão e no campo de concentração;  
Na câmara de torturas e na hora das trevas.  
Ouve minha voz, meu S.O.S. (...) <sup>942</sup>.

Esses salmos prefiguravam uma crítica social sobre o cotidiano vivenciado pelas comunidades. Em várias das poesias existem relatos de saudades da terra natal e de como a vida cotidiana se mostrou muito diferente da sonhada. Mesmo assim, várias foram as poesias que demonstraram esperança em meio ao sofrimento dos moradores das florestas.

(...) Só Deus pode dar um jeito / Na nossa situação  
Porque não tem mais justiça / Para quem é pobre não  
Agora tendo dinheiro, / Tem justiça de montão.

Aqui nessa área de terra, / Onde nós ainda mora  
Só existe 2 famílias / Porque não quer dar o fora  
Mas pelo gosto de muitos / Nós já tinha ido embora.

Porque essa área de terra / Pertence aos fazendeiros  
Eles querem indenizar / Mas é por pouco dinheiro  
E nós não somos formigas / Que depois que cria asa  
Abandona o formigueiro / E voa pelo espaço  
Sem encontrar paradeiro. (...) <sup>943</sup>

Outras poesias enviadas trataram de temas do cotidiano como: políticos indo até os grupos pedir votos; outras trataram da difícil vida das flo-

restas e nas cidades, contudo, as ações de política e sociabilidades enviadas nas poesias quase sempre demonstravam o sofrimento dos trabalhadores em meio a suas lutas por sobrevivência.

Professor é a classe mais baixa  
Eu digo porque sou professor também  
Quando verem um professor rico  
Com certeza já tomou de alguém  
Neste sentido ou me rebaixo  
Se me botarem de cabeça pra baixo  
Do bolso não cai nem um vintém. (...)

Os professores hoje em dia  
Diante desta situação  
Tem comida cachorro ensosso  
Com essa tal de infração  
Só se fala em carestia  
Tudo sobe de anoite para o dia  
Salário não tem distinção.

Eu já vi professores chorando  
E sem nada poderem fazer  
Vendo a família doente  
Sem ter nada para comer  
Com o pagamento atrasado  
Em taberna devendo fiado  
Ninguém mais querendo vender. (...) <sup>944</sup>.

O cotidiano dos seringueiros remanescentes dos tempos em que houveram sido assinados os acordos de Washington também foi retratado em dezenas de poesias, quase sempre essas apresentam uma vida de sofrimento e trabalho, sem a devida paga por seu esforço e produção.

A vida do seringueiro / É uma vida arriscada  
Pois entra no mato a noite / Às vezes sem comer nada  
Coitado, com frio e fome, / As duas horas da madrugada. (...)

Ele corta a estrada / E chega à tarde cansado  
Com fome e muito amarelo / Faz até pena o coitado  
Trabalhando a morrer, / E não é recompensado. (...)

O seringueiro quando adocece / Não tem a menor assistência  
Tem de esperar só por Deus / E pela vontade da doença  
Tanto que luta e não recebe / Do trabalho a recompensa. (...)



O seringueiro trabalha tanto / Mas, sua morada faz dó  
É um humilde barraquinho / Amarrado com cipó  
Pois não pode fazer casa boa / Porque vive atolado até o gogó. (...)

Nós pobres dia e noite / Vivemos trabalhando  
Para o rico que não trabalha / E ainda nos castigando  
E dizendo com a cara feia / Façam direito que eu estou mandando!

E quem é besta para não fazer / Qualquer que seja seu mandado  
Porque ele vai a rua com dinheiro / E traz cinco ou dez soldados  
E leva o pobre preso / Apanhando algemado<sup>945</sup>.

A luta pela manutenção da floresta em pé para a preservação da sobrevivência dos próprios seres humanos que viviam do extrativismo ganhou uma vertente de religiosidade com o “mandato cultural” explicitado no livro do Gênesis e difundido nas comunidades eclesiais de base – assim, a manutenção da floresta de pé, como ato de preservação da vida, tornou-se a base da ecoteologia.

(...) Preservar a natureza que é de todos  
Com a ciência o povo perderam a paz  
Também a terra cada vez ficou mais pobre  
Sem a proteção que tinha os vegetais  
A nossa terra já está enfraquecendo  
Nossa conquista também foram os animais  
Nosso sustento poderia ser melhor  
Mas agora está pior  
E cada vez ficando mais.

Preservar a natureza que é de todos  
Lamente o pobre com muita perturbação  
Os animais estão desaparecendo  
O pobre índio ficou sem habitação  
Os poderosos invadiram toda a terra  
Os seringueiros ficaram na solidão  
O pobre homem já não pode ser mais gente  
Nesse meio ambiente  
E nessa transformação<sup>946</sup>.

A luta pela preservação da natureza trouxe para junto da ecoteologia a crítica social de que era necessário cuidar não apenas do presente, mas pensar em que legado seria deixado para as gerações posteriores.

Vários foram os poemas ensejando que “todo homem nasce livre e iguais em dignidade”<sup>947</sup>. Também foram muitas as cartas que relataram o sofrimento com a perda das terras – seja ele pela expulsão, pela falta de estradas para o escoamento da produção, pelos bancos tomarem as terras ou quaisquer outros motivos de aflição. Os colonos da BR Velha ao fazer uma concentração em frente ao Banco do Brasil, solicitando a anistia dos débitos dos colonos frente a inflação galopante, escreveram uma poesia que em muito se assemelhava às canções de sofrimento tocadas nas rádios acreanas.

O maior golpe do mundo / Que eu tive na minha vida  
Foi quando entrei no Banco / E não encontrei saída  
O povo sofrendo tanto / A nossa classe oprimida  
Em busca da anistia / Para melhorar de vida.

Vinha chegando da roça / Quando de longe avistei  
Um cara em nossa casa / Eu logo imaginei  
Era o fiscal do Banco / Eu não sei o que pensei  
Ele me cobrou a conta / Que a tempos eu peguei.

Passei fome, passei frio / Com os meus filhos queridos  
Com todo mundo doente / Filho, mulher e marido  
Obrigado a pagar a conta / Sem conta ter devido  
Vendo a hora de perder / O meu lote tão querido.

Daí eu fiquei pensando / Naquela situação  
O roçado não queimou / Não tive arroz e feijão  
O arroz deu a doença / Que triste situação  
Faz pena morrer de fome / Quem sustenta a nação<sup>948</sup>.

Também foram publicadas várias poesias com temáticas recorrentes de levezas e frugalidades. Várias delas contavam o alegre cotidiano de viagens para os encontros comunitários, outros elogiavam a ação de alguns monitores ou feitos por eles produzidos que fossem dignos de anedotas ou de destaque e, ainda, haviam os “causos” que alegravam as comunidades.

(...) Trouxemos muita comida  
Enchemos o mesarão  
Panelas de comida  
Feita em comemoração  
Somente galinha cheia  
Ninguém comeu dela não.

Quero contar a verdade  
Como a galinha sumiu  
Foi uma cachorra cinzenta  
Que nesta mesa subiu  
Botou a pobre no dente  
E na capoeira sumiu.

Nós estávamos na fogueira  
No fogo dando a bênção  
Na hora que a cachorra  
Me fez tamanha traição  
Eu trouxe com tanto esforço  
Mas a luta foi em vão.

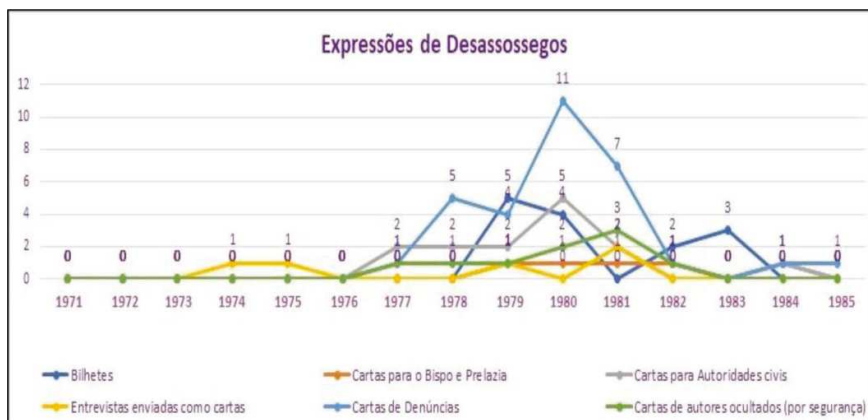
Caro amigo me desculpe  
Mas que isso aconteceu  
Ainda sobrou comida  
Pela a bênção que Deus deu  
Comemos e bebemos juntos  
Que a todos satisfazeu. (...) <sup>949</sup>.

Percebemos que todo poema, assim como os elementos que o cercam, implica “um modo de ver” que é expressivo e característico da maneira como o mundo, a vida, o meio e a linguagem tocam, interferem e afetam na percepção do poeta. Assim sendo, é possível entender os deslocamentos, instabilidades, ambivalências e ambiguidades inerentes às condições da própria poesia a partir do fazer poético e dos próprios poemas.

## 6.8 EXPRESSÕES DE DESASSOSSEGOS

A sexta e última das categorias finais em que foi partimentado o *corpus* de análise no qual estão contidas as cartas publicadas no *Nós, Irmãos* foi intitulada como “Expressões de desassossegos na diversidade de vozes públicas”. Nela estão contidas 78 cartas que trazem reais preocupações que causam desassossegos não apenas em quem as escreve, mas refletem as duras realidades nas quais estão envolvidos os que escrevem as misivas e os grupamentos sociais nos quais estão inseridos. São 14 bilhetes, 05 cartas endereçadas ao Bispo e Prelazia, 14 cartas para autoridades civis, 05 entrevistas enviadas como cartas, 31 cartas de denúncias e 09 cartas que tiveram seus autores ocultados pelo Boletim com a finalidade de preservar a segurança de quem escreveu.

## Gráfico: Expressões de Desassossegos



Fonte: Compilação feita pelo autor com base nas cartas publicadas no *Nós, Irmãos* (1971-1985).

Quanto a autoria das cartas, foram 25 cartas assinadas por homens, 10 assinadas por mulheres, 11 assinada por homens e mulheres, 09 que não tiveram seus(suas) autores(as) identificados, 16 assinadas por instituições, 02 assinadas por instituições com rubrica explicitamente masculina, e 05 assinada por instituições com rubrica de homens e mulheres em ação conjunta.

### 6.8.1 Bilhetes

Os bilhetes também foram enviados e publicados como cartas no *Nós, Irmãos*. O gênero textual/discursivo que lhes é comum dentro das formações discursivas e domínio discursivo do cotidiano caracterizam seus discursos mais próximos a “conversa, diário, anedota, piada, anotação, recado, convite, etc”<sup>950</sup>. Os bilhetes publicados apresentavam escrita simples e breve, reduzida ao essencial, tanto na forma como no conteúdo. Esse gênero se apresentava escrito em linguagem coloquial ensejando uma comunicação rápida entre os interlocutores que mantinham uma relação imediata. Os bilhetes não tinham a obrigatoriedade de começos formais. Em sua estrutura base os bilhetes apresentavam elementos (quase) constantes como o vocativo, mensagem, despedida, local/data e assinatura.

Foram publicados 14 bilhetes no Boletim da Prelazia entre os anos de 1979 e 1983. Os assuntos neles contidos eram de agradecimento por

benfeitorias produzidas nas comunidades, informações breves sobre ações desenvolvidas pelos grupos e recados sobre o andamento dos trabalhos realizados nas comunidades de base.

### 6.8.2 Cartas para o Bispo e Prelazia

Foram escritas e publicadas 05 cartas para o Bispo e Prelazia entre os anos de 1979 e 1984. Nenhuma delas veio de integrantes da Prelazia. As cartas apresentam a visão de quem está “de fora” e olha para as ações desenvolvidas. Nelas existem, além da vertente religiosa de saudação por atividades desenvolvidas, informações de que as ações da Igreja acrepuruense estavam sendo acompanhadas por outras dioceses e organizações sociais da Igreja.

Continuem desenvolvendo a fisionomia própria desta igreja que será sempre mais nativa à medida que todos forem assumindo dentro dela a própria responsabilidade cristã. Continuem a gritar e viver o Evangelho, porque esta será a verdadeira libertação, a verdadeira felicidade do Acre e Purus.

Neste momento em que sabemos a vida de Dom. Moacyr e de outros agentes de pastoral ameaçados de maneira incoerente, sem sentido, estamos mais do que nunca perto de vocês. O conselho Presbiteral da Igreja de Fortaleza, reunido aos 8 de agosto de 1980, pediu-me que lhes transmitisse toda a nossa solidariedade, todo o nosso apoio<sup>951</sup>.

Nas cartas publicadas também são apresentadas as preocupações de perseguições de organismos do Estado contra o bispo, sacerdotes e membros da Prelazia. Percebemos que havia um diálogo da Igreja acrepuruense com vários organismos apoiados pela Igreja Católica em vários Estados brasileiros.

Dom Manuel Cruz, bispo auxiliar de Fortaleza, depois de visitar a Prelazia do Acre em julho de 1982, fez um relato ao Boletim da Arquidiocese em que retrata suas impressões sobre as terras do Acre-Purus. Essas impressões foram publicadas no *Nós, Irmãos*.

(...) Se me perguntam qual a mais forte impressão do visitante desse Estado do extremo Oeste do Brasil, direi como é natural, que a que lhe proporciona a natureza física: no Acre floresta, rio é mesmo rio, árvore é super-árvore e o conjunto o coloca num cenário paradisíaco-

co quando o homem não tinha ainda dominado a natureza. Ali, por exemplo, em vez de o homem vencer a selva, é esta a que vencera o homem. A casa do seringueiro, que se esperaria que fosse a mais segura do mundo, é de todas a menos defendida, não tendo as vezes nem porta, em plena comunhão com as onças, os queixadas e as serpentes que estão por ali. (...)

Mas tudo isso é hoje apenas uma aparência, porque em verdade o que mais impressiona, após um primeiro contato mais profundo, é precisamente a prodigiosa vitalidade de uma Igreja de vanguarda com atuação marcante em mais de mil Comunidades Eclesiais de Base disseminadas por todo o vasto território: um dos trabalhos de evangelização modesto mas constante e eficiente, seguro e comprometido com o povo, dos mais notáveis de quantos se realizam atualmente em todo o Brasil. E note-se também os irmãos índios estão lá e a Igreja com eles (...)

Há também impressões negativas fortes. O acre é no Brasil a região de mais elevado índice de hanseníase: 10 em cada mil. É provável que você tenha de se apertar ao lado de um ou mais deles no corredor superlotado do ônibus. Alguns agentes ativos da Pastoral.

Outro dado temeroso: a injustiça gritante do nosso país no tratamento dos antigos soldados da borracha convocados durante a guerra. Os pracinhas – que não se expuseram a maiores riscos – foram todos contemplados com a recompensa justa que lhes deu a Pátria. Mas os nossos irmãos nordestinos – os homens de SEMTA – com exceção dos quase já morreram no meio das selvas ou de alguns poucos que conseguiram retornar aos seus lugares de origem – ainda lá estão: pobres, sofridos, injustiçados. (...) <sup>952</sup>.

As cartas enviadas ao bispo da Prelazia do Acre-Purus sempre externavam admiração pelo trabalho realizado na circunscrição pelos agentes sociais, agentes de pastoral e agentes comunitários. Fica claro que, mesmo distante geograficamente, os grupos estabelecidos no Acre mantiveram contato com outros grupos de religiosos e de não religiosos estabelecidos em outras unidades da Federação.

### 6.8.3 Cartas para Autoridades Civis

Foram 14 as cartas publicadas tendo como destinatário as autoridades civis. Essas missivas eram encaminhadas para as autoridades e uma cópia era publicada no veículo de comunicação da Prelazia.

As cartas foram encaminhadas a vereadores, prefeitos, ao governador do Acre, ao presidente do Brasil, a secretários estaduais e Ministros de

Estado no Brasil. Nelas continha quase sempre agradecimentos ou solicitações com referência a necessárias ações em prol dos remetentes.

O conteúdo dessas cartas aponta para agradecimentos por benefícios como na carta de fevereiro de 1977 em que os Católicos da Vila Ivonete agradecem o governador Francisco Vanderlei Dantas por ceder espaço na rádio para a promoção do programa “Somos todos Irmãos” que houvera sido proibido de ser veiculado na rádio difusora acreana.

Algumas das cartas fizeram exposições das dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores como a insegurança alimentar, falta de emprego, os baixos salários, dentre outras situações que afetam a vida cotidiana. No dia do trabalhador, em 1978, trabalhadores de diversas classes de Rio Branco escreveram ao Ministro do Trabalho:

(...) há muito trabalhadores que não tem suas carteiras legalizadas; as horas extras, dificilmente são pagas; há um desconhecimento da remuneração do domingo e feriados; há empregadores que pagam abaixo do salário mínimo; muitos empregadores contratam verbalmente um salário e anotam na carteira outro salário, pagando parte por fora; as domesticas e balconistas ganham abaixo do salário, sem nenhuma estabilidade e sem segurança social. O grande problema. Sr. Ministros, é que não podemos reclamar nossos direitos. Pois se reclamamos, somos imediatamente despedidos<sup>953</sup>.

Solicitações de benefícios como escolas para as comunidades rurais, majoração da quantidade de veículos que atendem às linhas de transporte público coletivo e segurança pública que atenda os cidadãos conforme a legislação vigente a época – sem truculência. Na zona urbana, a solicitação por água tratada, saneamento básico, educação e saúde estão presentes em várias cartas.

Ao presidente da República foram enviadas três cartas informando as situações as quais estavam submetidos os cidadãos brasileiros.

(...) Mesmo considerando o acerto das desapropriações de terra em nosso estado e o esforço de alguns órgãos para regularizar a situação fundiária, é forçoso reconhecer que **em muitas áreas ainda vigoram o abuso, a violência e o desrespeito ao trabalhador rural. São de nosso conhecimento casos recentes de posseiros expulsos de suas terras** pelo uso da violência, de **casas queimadas**, de **indenizações fraudulentas** feitas sob coerção, contrariando frontalmente até mesmo as orientações assumidas pela comissão de “alto nível” formada pelo Governo.

**É preciso reconhecer também que, devido ao avanço de latifúndio em nosso Estado, estimamos que existem pelo menos 30.000 brasileiros morando na Bolívia. Aos poucos estes trabalhadores, contra sua própria vontade, vão sendo obrigados a assumir a cidadania boliviana** ou são levados a mentir e enganar as autoridades daquele país, ficando assim expostas aos rigores da lei, enquanto, ansiosos, alimentam a esperança de conseguir terra e condições de trabalho na própria Pátria. (...)

Não tememos afirmar que **um número cada vez maior de homens, mulheres e crianças estão passando fome** e padecendo as mais humilhantes provações. Não é em vão que os jornais do sul noticiam que **nos seringais do Acre se verifica o maior índice de mortalidade infantil do Brasil!**<sup>1954</sup>.

Em várias cartas existem solicitações de que providências sejam tomadas com referência aos conflitos de terras, em que “numa linguagem simples e direta, os trabalhadores denunciam perseguições de fazendeiros, prisões injustas pela polícia, ameaças de expulsão de suas posses, desejo de se mudarem para a Bolívia, omissão do INCRA...”<sup>955</sup>. Também são feitos vários registros de trabalhadores que produziam, mas não conseguiam escoar a produção, precisando vender seus produtos para o patrão com preço abaixo do praticado no mercado e, com isso, ano após ano de trabalho, sempre ficavam devendo para quem trabalhavam.

#### 6.8.4 Entrevistas enviadas como cartas

As 05 entrevistas enviadas como cartas demonstravam o cotidiano sem retoques comuns a imprensa oficial da época. As lideranças dos agentes sociais foram entrevistadas pela editoria do *Nós, Irmãos* ou a mando desta. O papel e a atuação do laicato nos grupos sociais são destacados nessas entrevistas, onde estão contidas as trajetórias de atuação, as formulações sociais produzidas nas comunidades de base, as atuações enquanto cidadãos que tentam melhorar as condições de vida nas localidades em que residem e a esperança de dias melhores.

Alguns relatos de agentes sociais mostram que eles atuam não apenas como missionários leigos da Prelazia, mas também tentando integrar as comunidades ao ideal de “libertação” em que acreditam.

(...) Visito também o Bom Futuro, a duas horas de Cumaru, e depois Monte Alegre, a 90 minutos do Bom Futuro e depois visito Moricy,



que são cinco horas e meia de Monte alegre. Nestas visitas declaro a Palavra de Deus a todos que somos cristão pertencentes a Deus, alguns pobres vivendo na escuridão da morte e das trevas, anuncio a palavra de Deus, para ele ficarem mais na luz. Eles me recebem bem, me dão comida e dormida quando chego a noite, passo um dia ou dois com eles, e se tem algum trabalho para fazer qualquer serviço, ajudo eles. No Cumaru ajudei no roçado, plantei feijão, ajudei a bater feijão. Tenho ajudado em trabalhos de barraca, tirar palha, cobrir barraca, tenho encontrado deles adoentados, alguns enviei a Brasília recomendados por mim, para serem guiados ao hospital. Ficaram todos bons. O problema maior que eu encontro muitos amigos não continuam direitos, fazem zuada, bebem cachaça. Quando eu estou, fazem tudo bem, mas depois... e alguns dizem: cuidado, quando o monitor chegar... quando chego, aconselho que sigam a palavra de Deus, sigam direito numa vida santa, deixando a cachaça para poder seguir a Deus, pois nós todos somos irmãos e não podemos viver mal. Tem viagem dura nos invernos o caminho enlameado, ruim, tem que rodear por fora, a ponte o rio carrega, passar por dentro da água, mas com fé, em Deus, tudo se vence, para mim não é sacrifício! (...) <sup>956</sup>.

O destaque nas cartas está para as lutas e dificuldades enfrentadas. Nem sempre eles alcançam os objetivos traçados e as pessoas simples, mesmo tendo acesso à informação sobre a agência que se espera deles, escolhem não fazer. O que demonstra que são seres humanos em um constante processo de conscientização e de maturação dos ideais que se lhes são apresentados.

As cinco entrevistas se propõem a fazer uma leitura ou releitura das vivências estabelecidas nos grupos sociais, contudo, percebemos que elas apresentam muito mais um perfil laudatório da ação eclesial que sua propositura explicitada.

### 6.8.5 Cartas de Denúncias

As 31 cartas de denúncias publicadas principalmente entre os anos de 1978 e 1981 apresentam os sonhos de melhores condições de vida e gritos de angústia que denunciavam as mazelas aos quais estavam submetidos.

Os temas apresentados nessas cartas foram desdobrados em postulações produzidas neste trabalho em capítulos anteriores e serão objetos de análise mais acurada no capítulo seguinte. Os principais temas apresenta-

dos são: luta pela posse da terra; violência estatal contra posseiros e colonos; animais soltos nas plantações dos posseiros; grilagem de terras, carestia e falta de saúde e de educação.

Ao tratar da luta pela posse da terra, em várias cartas são apresentadas as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores. Na carta enviada em julho de 1978 intitulada “A terra é para quem trabalha nela” há o relato de um levantamento produzido pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária, produzido no ano de 1972.

Quem é que está trabalhando na terra, hoje, no Brasil?

Em 1972, o INCRA contou quase 11 milhões de família de trabalhadores rurais, em todo, o País, que não possuem terra, ou então possuem pouca terra. Eles são os seguintes:

- + 1 milhão e 200 mil assalariados permanentes: trabalham direto na terra alheia e recebem salário em dinheiro e mantimento;
- + 6 milhões de assalariados temporários (boias-frias): trabalham por dia ou de empreita na terra alheia, e recebem salário;
- + 500 mil parceiros e rendeiros: trabalham na terra alheia e entregam parte da produção ou então pagam alugues ao fazendeiro;
- + 500 mil posseiros: trabalham na terra por conta própria, mas não tem documento de propriedade;
- + 2 milhões e 400 mil minifundiários (pequenos proprietários): trabalham com a família na terra deles mesmos, mas sem resultado, porque a terra é pouca e existem problemas de financiamento, venda do produto e outros.

Tanta gente trabalhando e produzindo alimentos – e tanta gente sem ter o que comer! Por que acontece isso? A causa mais grave desse problema é que a maior parte das terras está na mão de uns poucos ricos – e esses só pensam em plantar produtos para vender pra fora, tendo maiores lucros: soja, café, cana.

Vejam só outra conta do INCRA, no mesmo ano de 72. Existe no Brasil:

(72%) 2 milhões e 400 mil MINIFÚNDIOS, que ocupam 46 milhões e hectares (12,4%).

(23%) 787 mil LATIFÚNDIOS, que ocupam 288 milhões e 30 mil hectares (78,0%).

(5%) 163 mil EMPRESAS RURAIS, que ocupam 35 milhões e 867 milhares (9,6%).

Isso quer dizer que, entre os proprietários, setenta e dois por cento (a maior parte) são MINIFUNDIÁRIOS, mas ocupam só 12,4% da terra cadastrada pelo INCRA; 5% não empresários rurais e ocupa, 9,6% das terras; e apenas 23%, que são LATINFUNDIÁRIOS, são donos de 78% das terras cadastradas pelo INCRA<sup>957</sup>.

Nas dezenas de denúncias apresentadas percebemos a tentativa de exposição pública da violência sofrida como forma de constranger os agressores, de informar os grupos sociais, de buscar por justiça e de intentar que cessem os abusos e arbitrariedades cometidos.

### 6.8.6 Cartas de Autores Ocultados

Algumas das denúncias de tão graves poderiam prejudicar o remetente diante do governo ditatorial brasileiro. Assim sendo, em 09 das cartas, os autores foram anonimados por segurança. Quando escrever se tornou um risco, o *Nós, Irmãos* publicou as cartas, mas reservou-se o direito de ocultar seus remetentes, mesmo sendo política da editoria somente publicar cartas assinadas.

Essas cartas de denúncias com autores ocultados foram escritas em prosas e em poesias com temáticas: de assuntos relacionados ao assassinato de Wilson Pinheiro; de violência policial; de torturas sofridas e das vantagens dos partidos políticos no Brasil.

O teor das cartas foi considerado de grande importância para a editoria do *Nós, Irmãos* a ponto de essa abrir mão de uma de suas mais importantes premissas para publicação que era a vedação do anonimato. Vários crimes foram denunciados no veículo informativo da Prelazia. A violência contra os seres humanos praticada pela polícia que deveria fornecer segurança pública está presente em cinco das nove cartas. Em uma delas consta o duplo espancamento a um homem (antes e depois da audiência com a justiça) por esse não aceitar praticar falso testemunho contra um outro que houvera sido assassinado pela polícia.

(...) Foi, então que a juíza perguntou por que ele já não havia falado a verdade. Ele então lhe respondeu: porque tinha medo de o massacrarem. Então a Juíza pediu que os PM se retirassem da audiência, ficando apenas os seus advogados. Foi então que ele disse um depoimento verdadeiro, foi logo libertado. Tendo ficado com a consciência tranquila, no outro dia foi tomar birita teve um pileque em seguida discutiu com uma pessoa a qual deu queixa a PM. Daí a pouco a polícia chegou na casa onde ele se encontrava, deu voz de prisão e ele obedeceu.

Levaram-no então para o quartel onde o colocaram dentro de um quarto e o acoitaram deixando-o desmaiado. Quando começaram a bater nele diziam: “Você vai apanhar para nunca mais depor contra a polícia”<sup>958</sup>.

Os ritos de espancamentos aparecem em dezenas de cartas encaminhadas para o Boletim. O que essas cinco têm em comum é o fato de, pretensamente, terem sido escritas por quem sofreu as agressões e/ou presenciou esse sofrimento.

(...) Após 10 minutos o delegado chegou e mandou tirá-lo para outra cela menos vista e mandou-o logo tirar a roupa: o preso perguntou o porquê e o delegado lhe disse: “não lhe interessa”, “estou mandando tirar a roupa”.

Ele, sem reclamar, despiu-se e ao invés da investigação começar, começou primeiro a peia: chicotadas, pancadas, chutes... (...)

Bom... com toda essa franqueza, o delegado entendeu que tivesse sido aquilo uma AMEAÇA OU COISA PARECIDA, e reagiu com uma enorme cacetada na cabeça do homem que este ficou desmaiado, enquanto o delegado saiu. Quando o homem voltou a si, estava apenas acompanhado de dois policiais que continuavam a surrá-lo. (...) <sup>959</sup>.

Muitos desses homens que sofreram agressões por parte das polícias civil, militar e federal relataram em mais de duas dezenas de cartas como se deram esses acometimentos. Nas cartas com autores anonimados por segurança, percebe-se que não havia mais a quem recorrer diante das ações truculentas – restando apenas o depoimento do sofrimento vivido.

Senhor bispo, comunico à vossa excelência que no dia 23 do corrente, fui preso pela polícia, mal tratados sem direito de defesa. Aconteceu que eu tinha uma conta na mão de um certo indivíduo eu fui procurar receber. Então, fui intimado pela polícia local e ao chegar na delegacia mandaram me recolher aos pontapés.

Creio que não sou merecedor, pois vivo sempre em meu trabalho para manutenção de minha família.

Mas aqui não se respeita os direitos humanos. Dizem ao povo que estamos em regime de liberdade, mas aqui a gente deixa de ser gente que passa a ser gado tangido para o matadouro. Porque gado a gente marca, tange, ferra, engorda e mata, mas com gente é diferente. (...) <sup>960</sup>.

A violência tornou-se marca no regime militar. Ela foi utilizada por vários grupos que se propunham a aquisição de algum tipo de poder seja ele simbólico, representativo, político, econômico, social ou qualquer outro de sua cobiça. De igual modo, o Estado fez uso da violência, tanto direta quanto indiretamente, através de seus representantes legais ou de

instrumentos por eles geridos, com intuitos dos mais diversos possíveis, como, por exemplo: para expropriar os menos favorecidos, para retirar posseiros, para calar colonos descontentes, para dissuadir líderes de associações e sindicatos, para punir líderes religiosos, para resolver conflitos pela posse da terra, e, principalmente, para a manutenção da ordem vigente estabelecida.

O Estado demonstrou seu autoritarismo quando condenou a expulsão, sem o devido processo legal, todos aqueles que por ele eram tidos como invasores de terras. O que motivou essas expulsões era dar posse para que os novos donos da terra a pudessem ocupar. Havia, no entanto, um problema. Esses tidos “invasores” residiam nas localidades há duas, três, ou até 04 gerações. Homens e mulheres que lá viviam há décadas estavam sendo obrigados a deixar a localidade para que “o Capital” pudesse fazer uso mercadológico da terra.

Muito do que foi escrito nas cartas se apresenta como a construção de uma representação e, às vezes, de um simbolismo que perpassa pelas formulações do imaginário. Sem ter muito a quem recorrer, essas populações fizeram uso de cartas para “animar” uns aos outros na luta pela permanência no espaço construído que acreditavam ser seu de direito. Esse imaginário aponta para o ato de tudo estar imerso em relações de poder e saber, que se sobrepõem dialogicamente.

## CAPÍTULO VII

---

# O ECOAR DAS VOZES DOS AGENTES SOCIAIS NA AMAZÔNIA SUL-OCCIDENTAL

### Planeta Azul

A vida e a natureza sempre à mercê da poluição.  
Se invertem as estações do ano,  
Faz calor no inverno e frio no verão.  
Os peixes morrendo nos rios,  
Estão se extinguindo espécies animais;  
E tudo que se planta, colhe.  
O tempo retribui o mal que a gente faz.

Onde a chuva caía quase todo dia já não chove nada.  
O sol abrasador rachando o leito dos rios secos,  
Sem um pingo d'água.  
Quanto ao futuro inseguro,  
Será assim de norte a sul.  
A terra nua semelhante à lua.  
O que será desse Planeta Azul?  
O que será desse Planeta Azul?

O rio que desce as encostas,  
Já quase sem vida, parece que chora.  
Um triste lamento das águas  
Ao ver devastada a fauna e a flora.  
É tempo de pensar no verde,  
Regar a semente que ainda não nasceu.  
Deixar em paz a Amazônia, preservar a vida,  
Estar de bem com Deus!

(Chitãozinho e Xororó, 1991)



## 7.1 UMA REALIDADE REVERBERANTE

O eco só existe depois da emissão de um som. Um som propalado múltiplas vezes pode soar como redundante, como barulho incômodo, ou como melodia que ecoa aos ouvidos e atrai a atenção em meio a paisagem sonora. As vozes dos agentes sociais foram anunciadas em cartas escritas, veiculadas em um Boletim, lidas em grupamentos sociais, refletidas enquanto ideias plausíveis e ressoadas, replicadas, repetidas com as ferramentas e os instrumentos de que cada agente dispunha para tentar se fazer ouvir. Nesse contexto, multifacetadas mudanças estavam ocorrendo nas pessoas, nas consciências, nos grupamentos, nos espaços de sociabilidades e nas múltiplas vertentes percebidas sobre o Estado.

O Estado do Acre era um estado isolado do restante do Brasil na questão rodoviária, já que a BR 364 fora construída com graves problemas estruturais que impediam o tráfego durante o período do inverno amazônico. Esse isolamento, que ainda é existente parcialmente, não permitia que as comunidades de vários municípios pudessem se deslocar para comercializar seus produtos, tampouco dava vazão insumos, produtos, serviços e deslocamentos, deixando a população desassistida<sup>961</sup>.

Com a alta da inflação e os juros compostos em fins da década de 1970 e durante os primeiros anos da década de 1980, em que os juros no início da década estavam atrelados à inflação que alcançava mais de 100% do valor montante de investimento adquirido; e, em 1985, com a elevação da inflação a sobrepondo a 250% do referido valor<sup>962</sup>, muitos colonos se endividaram e não conseguiram sanar as dívidas produzidas. Assim sendo, a partir dos empréstimos adquiridos junto às instituições bancárias, vários colonos precisaram se desfazer de suas propriedades para pagar os bancos<sup>963</sup>.

A dívida, que no início da década de 1980 era de 9% ano, passou dois anos depois para 35%. E, em 1985, a soma parcial chegava a 100% do valor empregado para a produção. Na relação bancária de juros sobre juros o acumulado na primeira metade da década de 1980 levou vários colonos à falência e várias propriedades foram tomadas pelos bancos.

Além das práticas abusivas de subprecificação dos produtos, às quais muitos dos produtores eram submetidos, e da inflação que eleva os

preços e diminui o poder de compra, também existia a prática de coação para que se retirassem das terras nas quais viviam e desenvolviam suas atividades há décadas. Um delegado de polícia enviou uma carta a um seringueiro do rio Purus, e este a enviou ao *Nós, Irmãos*. A carta é um exemplo das dezenas de outras cartas enviadas aos posseiros para que se retirassem de seus lugares de morada sob pena de serem retirados contra sua vontade<sup>964</sup>.

Muitos homens ao serem presos pela polícia por algum crime, delito, denúncia ou suspeita, ao serem encaminhados para as delegacias de polícia, não tinham direito ao princípio da presunção de inocência<sup>965</sup>, recebendo tratamento diferente do cominado nas leis vigentes no período.

Um fato triste aconteceu com um dos nossos irmãos. Lauro, este teve um desentendimento com um rapaz que foi à delegacia e deu parte ao Delegado Padilha dizendo, que o mesmo tinha o ameaçado de morte, então **vieram alguns que se dizia policiais o prenderam levando-o nas primeiras horas de um dia frio, obrigaram-no a tomar banho frio, latir como cachorro, cantar como galo, andar de joelhos no caminho e carregar peso**. Este rapaz é um seringueiro que produz 2.000 kg, de borracha, um rapaz trabalhador. Perguntamos então: Será que estes Policiais agiram certo?<sup>966</sup>.

As constantes ações repressivas e a morte de um líder sindicalista provocaram grande reação do povo: “Havia entre os monitores de Brasileira gente que tinha participado do ‘mutirão contra a jagunçada’. Eles contaram o fato dizendo: ‘Fomos lá cortar a cabeça da cobra porque o rabo já estava se mexendo por aqui’. Com figuras assim, o povo mostra que enxerga: enxerga que existe um sistema de exploração”<sup>967</sup>.

As ações eclesiais realizadas nas comunidades, nos grupos sociais, e em seu veículo de comunicação impressa, com o intuito de desenvolver uma “verdadeira reforma da Igreja e da sociedade”<sup>968</sup> foram de fundamental importância para o ecoar dos discursos proferidos por essas “vozes” sociais que se fizeram presentes em tantas reuniões comunitárias, agrupamentos, associações, sindicatos, “empates”, discussões e tantos outros elementos que subsidiaram a construção de consciência sobre o direito de pertencimento ao espaço antropicamente modificado em que se estabeleciam as relações socioculturais.



## 7.2 OS INVISIBILIZADOS DENTRE OS EXCLUÍDOS

### 7.2.1 Os maus-tratos aos povos indígenas amazônicos e a omissão do governo brasileiro

Os indígenas da Amazônia já sofriam com a colonização predatória muito antes do regime militar no Brasil. A política fundiária dos generais-presidentes somente fez por aumentar o já existente processo de expropriação das terras indígenas pelos representantes do grande capital. As companhias agropecuárias que ocuparam a bacia amazônica nos anos de 1970 e 1980, incentivadas pela política de renúncia fiscal, ocuparam as terras as margens das grandes rodovias, como a Transamazônica. Contudo, nenhuma atividade ou atos de violência e repressão do regime militar chamou mais a atenção da imprensa internacional quanto o massacre de indígenas no Brasil.

Paulo Gomes, ao estudar as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês, afirma que as primeiras denúncias contra maus-tratos infligidos pelo governo brasileiro às populações indígenas chegaram a Europa por volta de 1965, com o filme *Fraternelle Amazonie*, que fazia críticas à atitude das autoridades brasileiras com relação aos povos indígenas. Mesmo sendo produzido em 1965 o filme somente foi lançado em 1969 por causa do temor do governo francês que a divulgação do filme causasse protestos por parte do Brasil<sup>969</sup>.

A partir de 1968, a imprensa estrangeira repercutiu múltiplas denúncias de maus-tratos, trabalhos forçados, prisões clandestinas, apropriação indevida de recursos naturais de territórios indígenas, torturas, sequestros de crianças, massacres com armas de fogo, estupros, uso de napalm por aviões da Força Aérea Brasileira dentre outros tratamentos degradantes impostos às comunidades indígenas por parte do governo brasileiro<sup>970</sup>. Chegou-se a sugerir que a morte à época tenha sido de mais de 30 mil indivíduos. Estima-se que, ao menos, 8.000 indígenas morreram por ação direta ou omissão de agentes do Estado naquele período<sup>971</sup>.

O Relatório Figueiredo, produzido em 1967, pela Comissão de Investigação do Ministério do Interior mostrou os usos e abusos das políticas implementadas pelo governo brasileiro nos anos 1940 e no esforço de guerra. Nele existiram graves acusações sobre as ações e omissões do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), ligado ao Ministério da Agricultura bem como seus ex-diretores, o general Moacir Ribeiro Coelho (1962-

1964) e o major Luís Vinhas Neves (1964-1967). As denúncias envolviam vários escalões do SPI, personalidades políticas de projeção nacional e grandes proprietários rurais. Nesse relatório, havia a indicação não apenas de um caso de corrupção generalizada, mas também a omissão do Poder Judiciário.

Com a crise e a corrupção no SPI, o governo o extinguiu e criou, em 1967, a Fundação Nacional do Índio (Funai), ligada ao mesmo Ministério responsável pela implantação da política de desenvolvimento do Regime Militar, o Ministério do Interior<sup>972</sup>.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada para investigar o SPI, contudo, mesmo que o estopim para a criação tenham sido as denúncias de massacres de povos indígenas, a conclusão da CPI versou sobre corrupção de servidores e sanções administrativas – não ocorrendo sanções penais contra quaisquer pessoas investigadas<sup>973</sup>.

Após a criação da Funai não cessaram as acusações no exterior contra as políticas adotadas pelo governo brasileiro com relação à expropriação e massacre dos indígenas. O governo, buscando construir uma boa imagem diante de organismos internacionais, sempre negou tais práticas.

Em 1969, em Haia, o presidente do Grupo de Trabalho Internacional das Questões Indígenas, o sueco Lars Persson, defendeu as mudanças promovidas pelo governo brasileiro e os bons resultados alcançados na interrupção dos assassinatos indígenas. A palestra fora enviada pela Embaixada brasileira em Paris ao Quai d'Orsay, com a intenção de preservar a imagem do Brasil<sup>974</sup>.

Durante vários anos o Brasil não se posicionou sobre as questões indígenas até que sofreu críticas na assembleia das Nações Unidas e precisou se pronunciar oficialmente. Em seu discurso, o ministro brasileiro do Interior, José Costa Cavalcanti, criticou os meios de comunicação internacionais que acusavam o governo brasileiro de “genocídio indígena” e atribuiu a atitude de depreciação da imagem brasileira a “pseudo antropólogos” e jornalistas estrangeiros ávidos por notoriedade. Cavalcanti afirmou que a Organização Mundial do Trabalho havia recebido os relatórios da Funai e não havia feito qualquer tipo de ressalva quanto às suas atividades<sup>975</sup>. A defesa brasileira se pautou em dois pontos: o reconhecimento de abusos e crimes cometidos contra indígenas como atos isolados praticados por particulares, portanto não sendo ato de genocídio; e a propositura de integração dos indígenas à comunidade nacional<sup>976</sup>.

As notícias dos tratamentos cruéis aos quais o Brasil submetia suas populações indígenas tiveram repercussão aumentada com o lançamento do livro *Le Massacre des Indiens*<sup>977</sup>, do jornalista Lucien Bodard.

O novo presidente da FUNAI, General Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, nomeado pelo Presidente da República, General Medici, defendia uma política indigenista vinculada ao Plano de Integração Nacional, que tinha como principais metas a construção das Rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (BR-165), além de um programa de colonização na região amazônica por onde passariam as rodovias. Essa política do General Bandeira de Mello de integrar os indígenas na economia de mercado como força de trabalho, ou como produtores de mercadorias, pretendia *emancipar a terra do índio*, ou seja, “fazê-la entrar no circuito da troca, é a forma de torná-la cativa do capital, instrumento de sujeição de quem trabalha. É o capital que está sendo emancipado”<sup>978</sup>.

Em 1973 foi aprovado o *Estatuto do Índio*<sup>979</sup>. Nele há o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas sobre seus territórios, bem como define as obrigações da FUNAI em demarcá-los além de criar reservas. O Estatuto declara a inalienação das terras indígenas, bem como a proibição de qualquer restrição jurídica que pudesse afetar o *pleno exercício da posse direta* por seus verdadeiros donos, as *comunidades indígenas ou de silvícolas*. Entretanto, esses aspectos positivos do Estatuto são contraditoriamente negados pela declaração do artigo 20 em que se lê que os grupos tribais podem ser *removidos* caso seja do *interesse do desenvolvimento nacional e da Segurança Nacional*. Assim sendo, os indígenas poderiam ser retirados de suas terras se a nação precisasse explorar o subsolo com jazidas de minérios, ou construir estradas. Além disso, o Estatuto deu à FUNAI o direito de administrar e arrendar os recursos existentes nos territórios indígenas; podendo o *Ministério do Interior* autorizar empresas para que fizessem a exploração de madeiras, minérios e, desenvolver a agropecuária.

A política indigenista implementada na década de 1970 no Brasil esteve subordinada ao modelo de desenvolvimento econômico e a política de integração nacional. A FUNAI que deveria proteger os povos indígenas passou a ser cúmplice nos processos de etnocídio que foram desencadeados pela expansão agropecuária e desenvolvimentista na região amazônica.

Os anos de 1970 demonstraram vários conflitos entre indígenas e não indígenas, em decorrência de problemas fundiários com ataques a postos da Funai, assassinato de sertanistas, agressões de proprietários fundi-

ários contra agentes demarcadores de áreas indígenas e eliminação física dos povos originários. O clima de tensão foi aumentado quando ocorreu a implantação de colônias agrícolas, de áreas de prospecção de minérios e nas áreas de construção da rodovia Transamazônica. Quanto a atuação da Funai, Paulo Gomes escreveu que:

A Funai, apesar dos esforços que vinha empreendendo, não conseguia conter a agressividade dos chamados “representantes da civilização”. Assim, os efeitos para as populações indígenas eram nefastos. Quando não eram simplesmente assassinados, o encontro com o sistema socioeconômico capitalista tinha como principal consequência um forte processo de degradação cultural. Dito de outro modo, os indígenas eram brutalmente retirados de suas sociedades tradicionais e, não sendo devidamente integrados à comunidade nacional, permaneciam em uma posição marginal, inadaptados a um novo modo de vida.

(...) Assim, a Funai, aos poucos, abandonava sua função de proteção dos indígenas e passava a atuar como auxiliar do desenvolvimento. As pesquisas mais recentes a respeito da atuação da Funai ao longo da ditadura evidenciam que o órgão funcionou como um fiel escudeiro do Exército nos projetos desenvolvimentistas e integracionistas do governo<sup>980</sup>.

Em meados da década de 1970 fica latente com quem está o compromisso da Funai, se com a proteção dos indígenas ou o desenvolvimentismo do regime militar. Dezenas de milhares de indígenas perderam suas terras com a conivência dos governantes e as ações oficiais de expropriação fundiária no “vazio geográfico” da Amazônia Sul-Occidental. Até nisso os indígenas foram apagados, onde não há os chamados “civilizados”, no mapa do progressismo há um “vazio” de seres humanos, mesmo que nele habitem centenas de milhares de indígenas.

### **7.2.2 Trajetórias e sofrimentos das mulheres na luta pela sobrevivência**

A análise das cartas propiciou a percepção de algumas formulações que têm sido “esquecidas” – as trajetórias e vivências das mulheres. Se é certo que pouco se sabe sobre os indígenas acreanos, sobre as reais condições de vida dos extratores e coletores, também é verdade que quase nunca se menciona o protagonismo feminino. Quase sempre elas aparecem

como apêndice de um homem que pode ser seu pai, marido, irmão, patrão ou, quando muito, como coadjuvantes de ações e/ou situações que se desenvolveram.

A participação das mulheres no processo de formação social do Acre foi desconsiderada, a construção cotidiana da resistência feminina em meio a floresta, em seu modo de vida. Elas não eram coadjuvantes subalternas, vítimas do processo expropriatório, ainda assim, muitos trabalhos deixam de vê-las, como que sua atuação tenha sido desimportante<sup>981</sup>. Fica claro que isso é uma questão de olhar, conforme analisa Perrot, escreve em seus estudos sobre “Os Excluídos da história”:

(...) o ‘ofício do historiador’ é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculino, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutivo. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou ‘mental’, ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas -, as mulheres alimentam as crônicas da ‘pequena’ história, meras coadjuvantes da História!<sup>982</sup>.

Pouco ou quase nada se tem sobre a história da arregimentação das mulheres nas cidades amazônicas para o trabalho nos seringais. Muitas das mulheres que foram levadas pelos patrões para os seringueiros eram tidas como prostitutas ou mulheres que não deram certo nas cidades. Elas eram trocadas como objetos e fornecidas aos seringueiros que tinham saldo nos barracões<sup>983</sup>. Essas mulheres muitas vezes eram vistas com preconceito pelos próprios seringueiros que com elas compartilhavam o infortúnio de serem explorados. Muitas delas foram aliciadas, engordadas, achacadas, escravizadas com destinação a algum tipo de exploração sexual, cujo tráfico foi tão comum no Brasil na primeira metade do século XX<sup>984</sup>.

O trabalho das mulheres na atividade produtiva não foi apenas uma “ajuda” aos homens. As mulheres trabalharam muito nos seringais, participando de todo o processo produtivo da borracha, colhendo leite, defumando e participando de todas as etapas do processo de produção do látex<sup>985</sup>.

As mulheres indígenas também tiveram seu sofrimento aumentado quando da expansão dos seringais. Durante as correrias, os homens eram assassinados e as mulheres e meninas eram levadas para serem vendidas como escravas e companheiras dos seringueiros – não sendo dado a elas a opção do contraditório.

Em muitos casos, os índios, ou “caboclos brabos”, quando não eram mortos, eram levados para sede dos seringais como troféus vivos, revivificando práticas escravistas que, de forma hipócrita, os discursos oficiais anunciavam ter ficado no passado colonial. Reduzidas à simples mercadoria pela sanha truculenta dos seringalistas e suas correrias, **meninas e mulheres jovens eram abertamente vendidas ou trocadas para serem esposas dos seringueiros**. Em outros casos, eram dadas como presente para pessoas importantes ou, ainda, conduzidas para cidades onde, frequentemente, seriam exploradas como verdadeiras escravas domésticas, a trabalhar por comida e um chão para dormir<sup>986</sup>.

Muitas mulheres eram tratadas como objetos sexuais ou moeda de troca pelos donos dos seringais. Outras, no entanto, independentemente de sua origem, tinham sua existência resignificada – não sendo apenas um mero “objeto de prazer sexual”. As mulheres se tornaram companheiras e parceiras fundamentais para a sobrevivência dos seringueiros, não apenas pela coleta da borracha, mas também pela atuação, autonomia e trabalhos realizados, conforme relata Frazão:

Quando nos morava no seringal e minha mulher era mais nova, ela era danada. Ela aprendeu a atirar, ela caçava, ela pegava caça, ela pegava peixe. Fazia de tudo. Quando eu saía, ela ficava só com os dois garotinhos. Aí ela pegava a canoa e ia pescar. Tinha uns cachorro danado, eles iam sozinho e pegava aquelas pacas e traziam assim no porto de casa, aí ela ia, ela mesma e matava. Quando eu chegava tinha comida, tinha tudo e eu nem me preocupava<sup>987</sup>.

As mulheres trabalharam em terras que se tornaram acreanas por várias décadas, contudo somente tiveram algum reconhecimento da historiografia com a derrocada do sistema de extração gomífera. Cruz e Almeida afirmam que com a falência dos seringais, muitos dos que nele habitavam precisaram modificar seus hábitos para sobreviver. Homens, mulheres e crianças precisaram deixar a atividade quase que exclusiva de aquisição de recursos fundamentalmente pela extração do látex para buscar outras formas de ganho e sobrevivência na floresta, como a agricultura familiar, a caça, a pesca, a intensificação da produção nos roçados e a coleta de outros víveres<sup>988</sup>. Embora houvesse um esforço familiar, a produção ainda era vista como eminentemente masculina.

Nos tempos de crise da produção gumífera, as mulheres começam a ter uma importância maior nos seringais, pois, as famílias serin-

gueiras passam a desenvolver com maior intensidade a agricultura de subsistência, a extração de produtos florestais, a diversificação da produção. E, nesse processo, a participação de mulheres e crianças é fundamental. Contudo, o seu trabalho praticamente não é considerado, pois o “dono” da produção é o homem<sup>989</sup>.

Quando esses seringais foram parcial ou totalmente desativados as mulheres foram importantes para o plantio de roçados e de praias; para a pesca; criação de pequenos animais para subsistência; o cuidar das crianças; as negociações com os regatões e marreteiros; os processos de colheitas, debulhamentos e farinhadas – além de seus papéis de filhas, esposas e/ou mães nos lares em que habitavam.

Ellen Woortmann<sup>990</sup>, em sua pesquisa, afirma que as relações marcadamente sobrepostas de homens e mulheres na atividade laboral revelam as desigualdades no interior das colocações. Woortmann percebeu que o processo de produção encobria diferenças expressivas na divisão de trabalho, assim como na hierarquia de gênero. Onde tanto homens quanto mulheres cortavam seringa, contudo, os homens usavam instrumentos novos e as mulheres ficaram com os instrumentos que já estavam gastos; os homens trabalhavam nas estradas de corte de seringa recém-abertas e mais produtivas, por vezes em mais de uma, enquanto as mulheres trabalhavam em apenas uma estrada, mais curta, próxima de casa, mais antiga e menos produtiva. Além disso, muitas mulheres ficaram responsáveis pela produção alimentar nas colocações em que viviam com suas famílias.

O trabalho feminino estava encarregado da agricultura familiar, que produzia uma variedade de alimentos que diversificava a dieta alimentar dessas famílias que ganhavam maior autonomia em relação a sua alimentação, já que nos barracões os alimentos além de poucos, ainda eram vendidos a preços exorbitantes. As atividades da agricultura, da horta, dos remédios caseiros foram responsáveis tanto pela segurança alimentar, como pela saúde, pois as mulheres dominavam os saberes sobre as ervas da floresta e as cultivavam também. A experiência expressa na entrevista de Maria revela que ela também caçava e pescava, portanto, fazia todo tipo de trabalho que os homens faziam. Inegavelmente sem a participação e trabalho feminino nos espaços do seringal e no âmbito doméstico, os homens não teriam como se dedicar exclusivamente ao corte da seringa para suprir as necessidades de um mercado que se dinamizava e exigia maior agilidade dos trabalhadores em diferentes espaços de produção<sup>991</sup>.

A jornada de trabalho das mulheres era imensa, uma vez que elas incorporaram todas as atividades da unidade produtiva, além de cuidar dos afazeres da casa e de cuidar das crianças<sup>992</sup>. Os homens, depois de um árduo dia de labuta, ao chegar em casa, descansavam de sua jornada estafante, enquanto a mulher, ao chegar de um árduo dia de labuta, tinha outra jornada de trabalho lhe aguardando: limpar a casa, preparar a comida, cuidar da roupa suja<sup>993</sup>.

### 7.3 AS CARTAS REPRESENTADAS NA CAPA DO BOLETIM ENQUANTO CONSTRUÇÃO TEXTUAL E IMAGÉTICA

Percebe-se, nas capas do *Nós, Irmãos* um sincretismo entre texto e imagem que é responsável por construir uma informação que se assemelhe à realidade. Essa construção textual e imagética assume o papel de dispositivo que interfere diretamente na percepção cotidiana dos leitores. Ao tratar sobre a relação presente entre texto e imagem nas ilustrações de jornais, Gilmar Hermes afirma que:

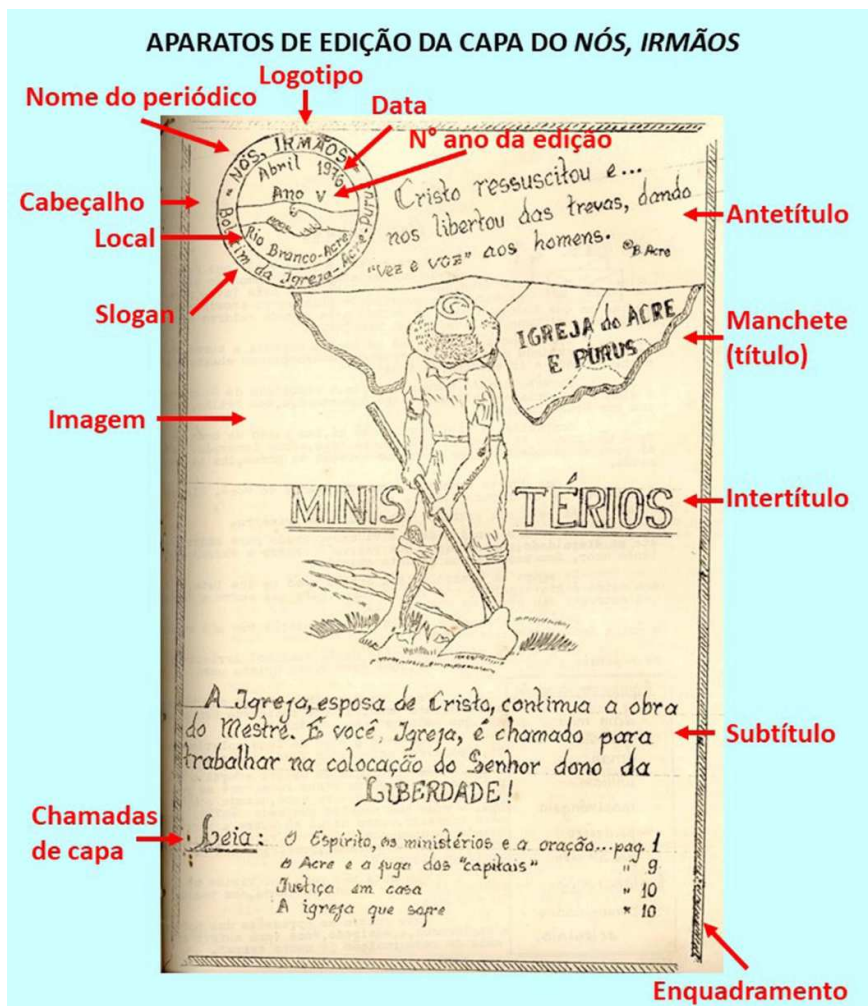
Uma imagem clara, com a leitura direta de um ícone, tende a produzir o mesmo tipo de semiose do texto verbal, que lida com a linguagem simbólica. Pode acrescentar, no entanto, qualidades que não estão presentes na redação, como, por exemplo, a expressividade de ordem mais subjetiva, sem o compromisso de evidenciar uma informação.

As ilustrações podem ser pensadas de maneira vinculada ao texto verbal ou não. Às vezes, são redundâncias do texto; noutras, uma afirmação de uma expressão artística, a contradição da parte verbal ou um texto visual paralelo. Há casos, em que a ilustração não pode descrever o conteúdo do texto, especialmente quando a notícia trata de polêmicas. Faz parte das rotinas de produção, no entanto, a leitura do texto, que garante uma boa contextualização das imagens. Os títulos, que também cumprem com a tarefa de atrair para a leitura da redação, da mesma forma que as imagens, tornam-se uma referência importante para a produção de desenhos<sup>994</sup>.

Analisando as capas, percebe-se o emaranhado de temas que são colocados nelas, bem como a justaposição de temas representativos da realidade vivida. Percebe-se, assim, que a perspectiva de mundo dos leitores vai sendo criada por meio de interpretações textuais e imagéticas apresentadas nas capas que introduzem o assunto e fazem refletir sobre a realidade do cotidiano.



Figura: Elementos constantes na capa do Boletim *Nós, Irmãos*



Fonte: Figura Ilustrativa para apontar os elementos gráficos constantes na capa do *Nós, Irmãos*.

Assim como nas capas de outros periódicos, o Boletim *Nós, Irmãos* reserva espaço para o nome do veículo, títulos e chamadas redigidos em letras garrafais justamente para conferir destaque aos assuntos ali tratados.

Percebemos que na Capa de *Nós, Irmãos* há um segundo esquema convencional para a confecção de capas que é a seleção de um único fato que atenda a todos os critérios de noticiabilidade da edição, que pode ser denominado como foco de tensão ou assunto dominante.

A Capa do Boletim *Nós, Irmãos* apresenta uma variedade de gêneros que concorrem para que ela cumpra as funções de identificação do boletim, anúncio de conteúdo, aporte de local onde se encontra o texto, persuasão do leitor quanto à compra e leitura do periódico. Esses aparatos de edição, embora possam ser estudados separadamente compõem o gênero que se convencionou chamar de capa que é formada pelos seguintes componentes: cabeçalho, manchete, chamadas de capa, imagem, legenda, além de outros componentes variáveis como o preço, convites, versículos bíblicos, poesias e enquadramentos.

O *Cabeçalho* é constituído pelas informações gerais sobre a publicação, também chamadas de *aparatos da edição*, contendo o nome do boletim, o local, a data, o número da edição, o logotipo, o preço e o slogan. Ele não é fixo, embora seja apresentado na maioria das vezes na parte superior do Boletim, muitas vezes ele também aparece na parte de baixo ou nas laterais da capa.

O *nome do periódico* que transmite a ideia de “*Nós, Irmãos*” remonta a inclusão em um ambiente de fraternidade. O *local*, a *data* e o *número da edição*, normalmente são apresentados bem pequenos, embora fáceis de serem notados e consultados. O *logotipo*, apresenta a ideia de um círculo externo e um círculo interno, como em uma alusão aos dois círculos de pessoas apresentados no Evangelho unidos por um aperto de mãos fraterno, rodeados de informações sobre o periódico. Há séculos o círculo tem sido usado no Cristianismo como emblema da eternidade, por não ter início ou fim, mostrando perfeição e continuidade. O *slogan* “Boletim da Igreja do Acre e Purus” apresenta a ideia de credibilidade e de comunicação submetida à chancela eclesiástica, cumprindo o rito apresentado por Siqueira onde afirma que “deve ser planejado para ter destaque e provocar impacto visual”<sup>995</sup>.

Todos os elementos da capa do boletim se entrelaçam em uma coerência que os interligam à proposta geral em uma dinâmica que os une na estratégia de cumprir seus objetivos.

As *manchetes* são os títulos considerados como de maior importância entre o que se apresenta nas edições do boletim por serem visualmente destacadas na parte de cima ou no centro da publicação, normalmente apresentada em letras maiúsculas. Elas funcionam como focalizadores por ativar e selecionar áreas de conhecimento de mundo arquivadas na memória. Em dezenas de edições do *Nós, Irmãos* é perceptível a presença de antetítulos (ou manchetinhas), títulos (ou manchete), subtítulos (título secundário) e intertítulos (colocado no meio de uma composição).

As *chamadas de capa* podem ser frases, palavras ou imagens em contexto com numeração interna. Elas atuam intertextualmente, de forma a condensar uma grande quantidade de informações e a remeter para as páginas que trazem a cobertura extensiva interna à edição. Siqueira as define como sendo “o elemento que traz a indicação do caderno e o número da página interna onde está impressa a matéria completa”<sup>996</sup>.

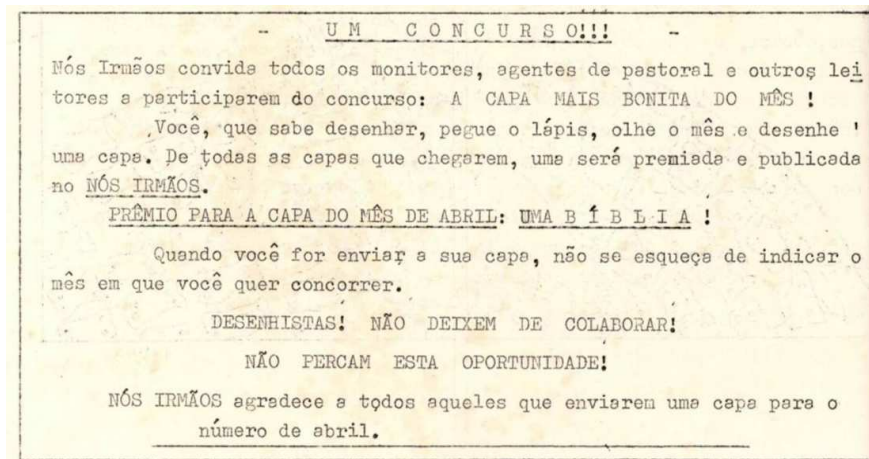
A *imagem* presente nas capas geralmente apresenta uma temática que se faz destaque dentro da publicação e que tem relação direta com substratos de memória que comunica e desperta a atenção para o assunto. Em dados momentos as *imagens* de capa são apresentadas como *ilustrações*, *vinhetas* e/ou *desenhos de imprensa*: as *ilustrações* que acompanham o texto do jornal ou como infográficos apresentam informações de forma diagramática, fazendo uso de ilustrações; enquanto as *vinhetas* tendem a ser elementos ornamentais abstratos ou figurativos, usados como ornato; por sua vez, o *desenho de imprensa* tem como marca a ideia de um realismo muito próximo ao da fotografia<sup>997</sup>. Muitas vezes a imagem transmite impressões que não podem ser ditas através de palavras, satisfazendo a curiosidade dos que não sabem ler, conferindo variedade de capas e tornando-as atraentes do ponto de vista estético. Muitas dessas imagens de capa foram produzidas e assinadas pelos próprios leitores do *Nós, Irmãos* que respondiam as solicitações do periódico para que enviassem sugestões de “capas bonitas”.

As *legendas* são importantes porque são rápidas, explicam e traduzem as imagens que suscitaram um despertar da curiosidade. Algumas dessa imagens contidas no boletim aparecem com *legendas*, outras deixam subentendidas as temáticas às quais se relacionam.

Ocasionalmente a capa do boletim abriga gêneros não fixos, que aparecem esporadicamente, de acordo com a decisão do Conselho Editorial. Desta feita, em algumas das edições apareceram o *preço* do boletim, bem como o anúncio de que a inflação estava elevando os custos da publicação, por isso da necessidade de elevação de preços; *convites* para atividades eclesíásticas e festividades; *versículos bíblicos* relacionados à temática da edição ou a datas especiais para a comunidade à qual o mensário era disponibilizado; *poesias* que tiveram um destaque nas páginas internas da publicação, sendo várias delas publicadas na capa do boletim; e, *enquadramento* é entendido a partir dos temas agendados e como foram recortados na construção de uma realidade, com o intuito de organizar a mensagem, ressaltando preferências de um determinado enquadramento em oposição a outros.

As capas serviram, em grande medida, para representar socialmente as cartas, as homilias, as notícias, as reportagens e demais gêneros textuais contidos no boletim *Nós, Irmãos*. Nos primeiros anos em que o boletim foi editado, a própria equipe de edição concebeu as primeiras páginas. Com o passar dos anos, outras pessoas foram fazendo parte do rol de desenhistas que confeccionavam as ideias e destaques das páginas iniciais. Vários integrantes das Comunidades Eclesiais de Base foram convidados a enviarem propostas de capas para serem publicadas. Por fim, a partir do mês de fevereiro de 1978, as capas eram selecionadas através de concurso intitulado “A capa mais bonita do Mês!”, conforme se lê no recorte do boletim publicado na página 02 do mês de fevereiro.

Figura: Um concurso - A capa mais bonita do mês!



Fonte: *Nós, Irmãos*, fev. 1982, p. 2.

As expressões artísticas imagéticas apresentadas nas capas do *Nós, Irmãos* possuem características da “Arte naïf”<sup>998</sup> baseadas na simplificação dos elementos, valorizando a representação de temas do cotidiano e manifestações culturais do povo, além de ensejar grande quantidade de cores. Na maioria das edições essas capas podem ser designadas como “Arte naïf” por serem produzidas por artistas autodidatas, que não possuem conhecimento formal e técnico de arte, entretanto sendo perceptíveis em suas produções outros princípios considerados, como o da autenticidade.

O maior representante dessa arte no Boletim foi o artista visual Antônio Ferreira da Silva<sup>999</sup>, o Cerezo<sup>1000</sup> que teve sua atuação mais frequente entre os anos de 1982 e 1984.

As capas do *Nós, Irmãos* eram simples, mas bem elaboradas, atendendo a todos os requisitos concernentes ao gênero jornalístico de capa de jornal. A maioria das capas foi produzida pelos membros das comunidades eclesiais, sendo acrescidas as informações referentes ao periódico com base nas especificações padronizadas pela equipe de edição que buscava seguir, em alguma medida, os manuais de redação do jornalismo gráfico em seu mensário.

### 7.3.1 A importância das capas em seus contextos

A imprensa brasileira tem desempenhado um papel de destaque na veiculação de informações e na formação de opinião de vários setores da população. Sheila Grillo afirma que desses dois propósitos há o destaque para a função informativa enquanto objeto primordial, dada a identificação de setores da produção e reprodução da imprensa com a questão básica de saber o que está acontecendo na atualidade. Nesse contexto, a capa de jornal, enquanto gênero cumpre duas funções: a de informar sobre o conteúdo presente no jornal e a de atrair leitores<sup>1001</sup>.

Os jornais têm uma participação efetiva na produção da imagem que temos da realidade, das personalidades e do cotidiano. A capa de jornal é um gênero jornalístico que reflete as condições específicas e as finalidades da esfera jornalística por sua construção composicional<sup>1002</sup> que se relaciona com outros gêneros que ocorrem em circunstâncias análogas<sup>1003</sup>, indo além de seu conteúdo temático e/ou de seu estilo verbal.

Para Travassos, “as capas surgiram na Idade Média quando os volumes deixaram de ser rolos e passaram a ser folhas dobradas reunidas por costuras laterais e encadernadas”<sup>1004</sup>. A partir de fins do século XVIII os periódicos passaram a utilizar imagens em suas capas. Esse uso de imagens que sejam esteticamente atraentes e, ao mesmo tempo garantam impacto no sentido de informar se popularizou no século XX.

A capa funciona como o foco do leitor no contato visual com o periódico, por esse motivo, a capa deve trabalhar melhor a relação simbiótica entre o verbal e o não-verbal. As capas precisam de imagens, manchetes e chamadas destacadas que incitem o interesse do leitor para a edição apre-

sentada. Segundo Travassos, há uma distribuição adequada e visualmente agradável dos elementos gráficos na capa que deve definir qual a informação principal da edição, bem como dos elementos de reforço da mensagem como a tipografia, a diagramação, as cores, as imagens, além de proporcionar uma unidade e ritmo, agrupamento, equilíbrio, harmonia, simetria, contraste e legibilidade<sup>1005</sup>.

A capa atua como o início do processo de comunicação midiática, exercendo a função de chamar a atenção do leitor e estabelecer um contato visual que propicie, enquanto instrumento de recepção, o anseio pela leitura do conteúdo.

O gênero capa de jornal permite ao sujeito enunciatário atingir o seu enunciatário de forma a implica-lo, seja pelo assunto corrente (tema) ou pela forma de apresentação. Essa função pragmática além de criar uma situação de comunicação tem um caráter dialógico por constituir uma estratégia a serviço das intenções do sujeito enunciatário que, em uma situação real de interlocução, pretende influir sobre o leitor, causar-lhe interesse, senão convencê-lo.

No âmbito da mídia impressa, o espaço da representação jornalística por excelência são as capas. A primeira página, por si só, é capaz de indicar o enquadramento do que o veículo dedica a determinado fato, bem como o viés ideológico que serve como aporte para a publicação. Ao executar a função de “recepção”, as capas funcionam como um instrumento de valorização do conteúdo, como uma vitrine que intenta chamar a atenção do leitor para o conteúdo da publicação. É nelas que ocorre a escolha e hierarquização dos assuntos apresentados aos leitores em formato de notícias<sup>1006</sup>.

Cunha destaca que a “recepção” da mídia impressa “não deve ser confundida com o ato de receber a mensagem, que, no esquema mais básico de comunicação – midiática ou não – corresponde à parte final da transmissão da informação ou outro produto”<sup>1007</sup>.

Para Bazerman<sup>1008</sup>, gênero é uma ação social significativa que é realizada pela linguagem através de forma padronizada, típica e inteligível. Esses gêneros são lugares em que o sentido é construído, para onde nos dirigimos quando temos a intenção de criar ações comunicativas. Esses gêneros são ações tipificadas que utilizamos para poder tornar nossas intenções e sentidos inteligíveis; eles moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos.

A capa de jornal conquistou esse status por ser um gênero muito claro e definido em suas rotinas, sendo identificável pela maioria dos indivíduos que têm acesso à cultura impressa. Para Bazerman a capa de jornal “como a maioria dos gêneros, tem características de fácil reconhecimento”, estando essas características “relacionadas com as funções principais ou atividades realizadas pelo gênero”<sup>1009</sup>.

Miller<sup>1010</sup> afirma que quando uma ação comunicativa adquire um nome comum dentro de um contexto determinado ou de uma comunidade é sinal de que está funcionando como gênero. Bazerman deixa claro que se uma forma textual não for reconhecida como sendo de um tipo, ou tendo determinada força, ela não tem status nem valor social de gênero. Para o autor, um gênero somente existe quando seus usuários o reconhecem e o distinguem<sup>1011</sup>.

Para Bazerman, as manchetes são elaboradas em letras grandes e em negrito para atrair a atenção dos leitores para os acontecimentos e notícias mais importantes. A data e o lugar indicam ao leitor de que lugar do mundo vem a notícia. As chamadas de capa aguçam a curiosidade do leitor e o ajuda a se decidir buscar mais detalhes através da leitura<sup>1012</sup>. De igual modo, o design gráfico e a imagem que apoiam e intensificam as manchetes e títulos das capas têm um papel essencial e cada vez mais preponderante na apresentação visual de qualquer impresso midiático, uma vez que os editores procuram tornar as capas atrativas e persuasivas, já que, segundo Heberle “a capa é um gênero que funciona como uma das mais importantes propagandas”<sup>1013</sup>.

Ainda que definam o termo dentro da editoração e das artes gráficas, Rabaça e Barbosa destacam essa função mais nobre da capa de jornal e revista, ao indicar que ela

[...] propicia o primeiro contato visual do consumidor com o produto, motivo pelo qual é promocionalmente utilizada para atrair a atenção sobre o produto, informando sobre seu conteúdo e distinguindo-o dos demais nas estantes e prateleiras. A capa assume, inclusive, função de display ou cartazete, por si mesma, e tem todos os compromissos inerentes a essas peças promocionais<sup>1014</sup>.

A capa é o espaço de síntese do Boletim, do Panfleto, do Folhetim, do jornal e de outros periódicos escritos. A primeira página almeja capturar a atenção do leitor, tendo um papel fundamental no agendamento dos temas sugeridos a reflexão do leitor.



### 7.3.2 Categorizando as capas por peculiares representações

Ao fazer uso das categorias de análise de conteúdo, conforme Roque Moraes (1999), procedemos com o procedimento de unitarização das capas. Através do processo de unitarização foi possível relacionar as capas e proceder um índice com a junção de agrupamentos de capas referentes as expressões de buscas que compuseram as unitarizações. Esses agrupamentos foram nominados com base nas unitarizações mais recorrentes de expressões de busca. Após a Unitarização, as expressões de busca permitiram agregar as “capas que tratam de assuntos afins” para compor o corpus que daria base às categorias iniciais de análise.

Essa categorização inicial, com base em Roque Moraes (1994, 1998, 1999), elencou as 96 capas de jornais em uma partimentação que definiu 22 unidades de análise. Sequencialmente, com a finalidade de reduzir para facilitar a análise, esses 22 agrupamentos de capas foram classificados embasando 04 categorias iniciais de agrupamento de dados que possuem pontos em comum, a saber: a) “De opressões e flagelos”, formada por 23 capas; b) “Nasce o Salvador e ressurge para a vida em abundância”, formada por 21 capas; c) “Sobre lutas sociais e lutas simbólicas”, formado por 28 capas; d) “O Evangelho social e a salvação integral”, formada por 28 capas. Algumas das capas foram agrupadas em duas categorias distintas por terem em seu inteiro teor classificações distintas e concomitantes, permanecendo o número total de 96 capas.

A primeira categoria foi intitulada como “De opressões e flagelos”. Nessa categoria as unitarizações agregadas em seis grupos deram base a uma categorização inicial de capas que foram juntadas em seis agrupamentos. Esses agrupamentos foram numerados e nominados como: 01) “Para onde ir? Falta de perspectiva”, contendo 05 capas; 02) “Para onde ir? Expulsos de suas terras”, contendo 05 capas; 03) “Alagamentos e calamidade atingindo os flagelados”, contendo 03 capas; 04) “Espíões nas comunidades”, contendo 01 capa; 05) “Fome e violência”, contendo 05 capas; e, 06) “Mortes por ação e/ou omissão do Estado”, contendo 04 capas.

A segunda categoria foi intitulada como “Nasce o Salvador e Ressurge para dar vida em abundância”. As unitarizações que foram agregadas em quatro grupos formaram essa categoria, sendo numerados e nominados como: 07) “Natal na floresta: O Espírito de natal enche as casas e os corações”, contendo 06 capas; e, 08) “Natal na Floresta: os pobres rendem graças ao menino-Deus”, contendo 05 capas; 09) “Páscoa: a via sacra do



homem da floresta”, contendo 06 capas; 10) “Páscoa na floresta: o Cristo indígena, seringueiro e castanheiro”, contendo 04 capas.

A terceira categoria foi intitulada como “Sobre lutas sociais e lutas simbólicas”. Esses agrupamentos foram numerados e nominados como: 11) “Instrumentos de luta contra a opressão”, contendo 06 capas; 12) “As mulheres protagonizam a luta pela vida”, contendo 06 capas; 13) “Dia do trabalhador: a lida cotidiana”, contendo 04 capas; 14) “Dia do trabalhador: lutando por dias melhores”, contendo 03 capas; 15) “25 de julho: dia do trabalhador rural”, contendo 04 capas; e, 16) “Independência e liberdade – ainda que tardias”, contendo 05 capas.

A quarta categoria foi intitulada como “O Evangelho social e a salvação”. Esses agrupamentos foram numerados e nominados como: 17) “As boas novas de ‘Salvação do pecado e da opressão’”, contendo 06 capas; 18) “As boas novas de ‘Salvação do pecado e da opressão’”, contendo 03 capas; 19) “Consciência política nas eleições”, contendo 03 capas; 20) “Esperança de dias melhores”, contendo 06 capas; 21) “Libertação: quebrando as cadeias e sonhando com dias melhores”, contendo 06 capas; e, 22) “Libertação do jugo opressor e busca de dias melhores”, contendo 04 capas.

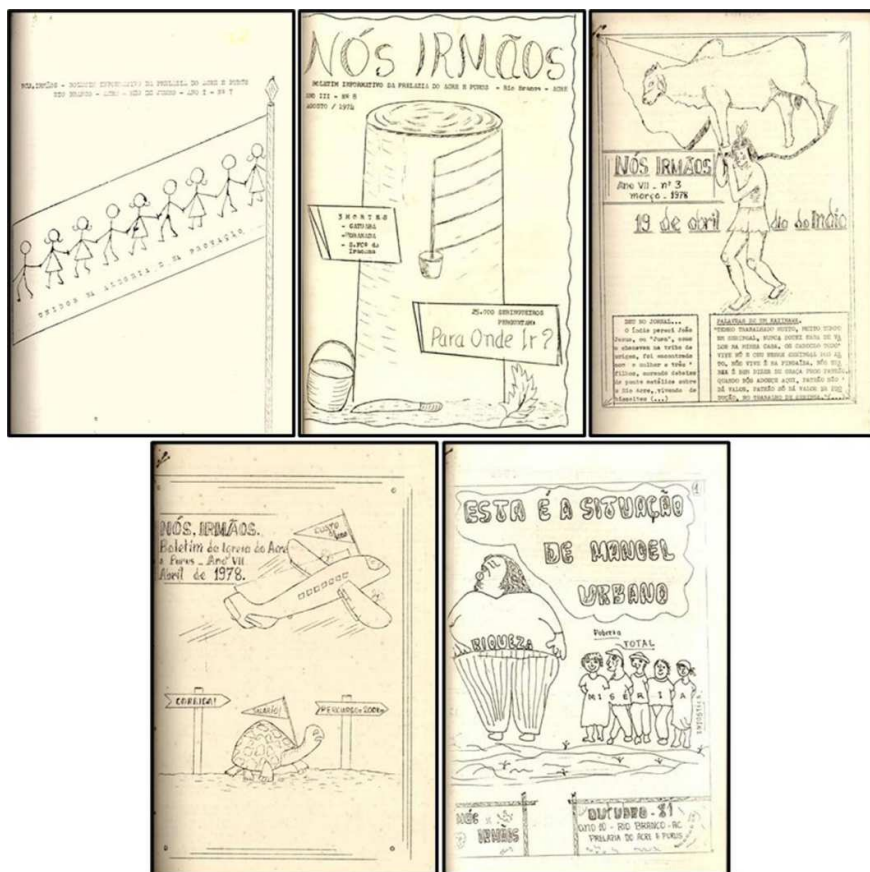
Os povos que moravam nas terras acreanas passaram por várias opressões e flagelos e estas foram abordadas pelo *Nós, Irmãos* em suas páginas, seja através de cartas, reportagens ou mesmo de capas do periódico.

**Na primeira categoria intitulada “De opressões e flagelos”**, contendo 23 capas, estão contidas as angústias de problemas sociais relevantes vividos cotidianamente pelas comunidades envolvidas, sem que, contudo, haja vislumbres de mudança de realidade para melhoria das de vida ou, ao menos, cessar a agência que se faz opressora.

Em junho de 1972, é anunciado em uma flâmula homens e mulheres de mãos dadas com os dizeres “unidos na alegria e na provação”. Dois anos depois, em 1974, surge a manchete “25.000 seringueiros perguntam: Para onde ir?” Junto a ela é possível ver uma seringueira derrubada, já não se vê o seringueiro, apenas seu facão largado na terra, junto ao balde e a cuia de seringa que foram deixados para trás. Em março de 1978 aparece um indígena carregando o Estado do Acre nas costas e a pecuária que lhe são muito pesados; esse é o presente do indígena em seu dia de comemoração: viver na pindaíba e trabalhar para o patrão. Em abril de 1978, é retratada uma corrida entre o salário e o custo de vida. Enquanto o salário vai

andando nas costas do jabuti, o animal de médio porte mais lento da floresta amazônica, o custo de vida velozmente voando nas asas do avião. É impossível para o salário cumprir o percurso com inflação de quase 1.000% (mil por cento) ao ano e alcançar o custo de vida que, cada vez mais, só se eleva e se distancia. O Boletim de outubro de 1981 traz a manchete “Esta é a situação de Manuel Urbano”, apresentando um campo de lavoura em que há um homem grande e gordo intitulado “riqueza” e vários homens e mulheres trabalhadores que compartilham o dizer “miséria”. Estes trabalhadores estão rodeados de “pobreza total” e “injustiça”.

Figura: Para onde ir? Falta de perspectiva



Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de junho/1972, agosto/1974, março/1978, abril/1978 e outubro/1981.



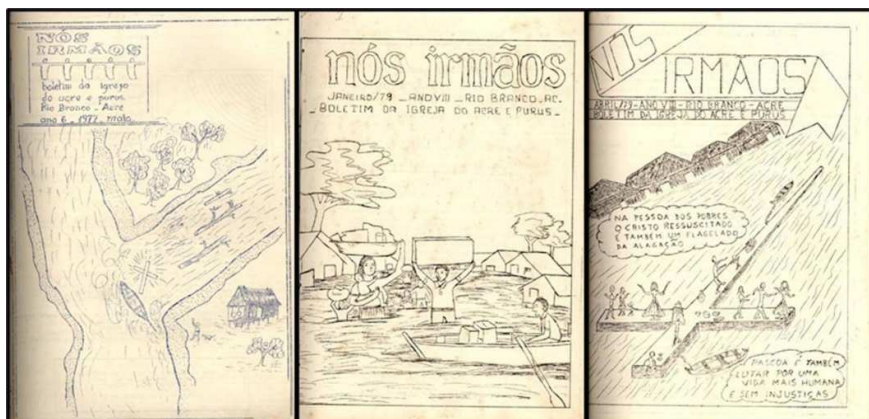
de ir?” quando na edição de julho de 1974 um homem obriga um casal e seus cinco filhos a saírem das terras em que viviam, abandonar o tapiri e vagarem sem rumo. Em setembro de 1976, aparece uma conversa entre um homem de terno, a quem é atribuída erudição, e um posseiro de vestes simples, ambos caminham enquanto o posseiro explica não estar pisando na lei, mas em suas posses. É possível visualizar, em meio a uma derrubada na mata e uma choupana, com uma citação de Isaías, 5, 8, onde se lê: “Ai de vós! Que ajuntais casa com casa e que acrescentais campo a campo, até que não haja mais lugar, e que sejais os únicos proprietários do país”. Em setembro de 1977, o migrante sai a ermo como na música ventania, de Geraldo Vandré. A edição de agosto de 1979 mostra alguém plantando enquanto aparece a descrição de que “Dos 317.000 hectares de terra desapropriados para serem lotados e distribuídos aos trabalhadores com terra..., o INCRA de Brasília deu ordem para serem devolvidos aos fazendeiros”. A edição de março de 1980, trouxe um especial sobre migração em que uma família, dentro de uma péla de seringa, é obrigada a migrar. Junto a imagem há os dizeres de um migrante: “Pelo que me lembro, foi na época do Soldado da Borracha. Mostraram um filme no Nordeste onde dizia que as frutas das árvores do norte eram borracha e a gente podia até colher com as mãos. A nossa primeira cabeçada foi acreditar naquela mentira”.

As terras da Amazônia são, em grande parte, terras de planície com rios sinuosos. Quando chega o período das chuvas esses rios enchem e transbordam para seu leito estendido. O Estado do Acre tem dezenas de rios, contudo, quatro se destacam por ter maior influência nas ações antrópicas realizadas as margens de seu leito, são eles: Rio Juruá, Rio Purus, Rio Tarauacá e Rio Acre. Esses rios formam vales com várias cidades às suas margens. Três capas do *Nós, Irmãos* relatam as calamidades sofridas pelas pessoas que vivem nas proximidades dos rios, principalmente do Rio Acre, além de dezenas de cartas que tratam do assunto.

Conforme consta nas cartas publicadas no boletim, é possível saber detalhes sobre o que tratam as imagens das primeiras páginas. Na capa de maio de 1977, é relatada a morte do Padre Afonso. O padre havia ido ministrar a Eucaristia e visitar dois idosos doentes. Após as visitas, embarcou em sua canoa para voltar para a sede da paróquia e nunca mais foi visto. Sua morte foi dada como por afogamento, no dia 15 de maio do mesmo ano, sendo encontrada apenas sua canoa. Em janeiro de 1979 várias famí-

lias flageladas pela alagação são retratadas com “as coisas na cabeça”, sendo atingidas pela elevação das águas dos rios. Em abril de 1979, a cruz de Cristo é retratada como um ponto de salvação, um ancoradouro seguro em meio ao alagamento que assola as cidades. Os dizeres informam que “Na pessoa dos pobres o Cristo ressuscitado é também um flagelado da alagação” e, ainda, “Páscoa é lutar por uma vida mais humana e sem injustiça”. O foco nessa capa parece ser mais de um Cristo sofredor junto com seu povo e que, mesmo assim, assiste como porto seguro. Essa capa é uma das com duplo assunto que tanto poderia estar aqui catalogada quanto na unitarização sobre a páscoa.

Figura: Alagamentos e calamidade atingindo os flagelados



Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de maio/1977, janeiro/1979 e abril/1979.

A Prelazia, o Boletim *Nós, Irmãos* e vários membros das Comunidades Eclesiais de Base foram perseguidos pela Ditadura Militar e vigiados pelo SNI. Uma das capas relata esse assunto: o Boletim de setembro de 1981 denunciava: “Cuidado!!! Espiões nas comunidades”. Consta neste trabalho um subcapítulo sobre esse assunto. Os espiões tentavam se infiltrar nas comunidades e na própria sede da Prelazia para descobrir os planos de evangelização e fichar criminalmente as pessoas que, lutando por seus direitos, eram tidos como subversivos.





Figura: Espiões nas comunidades.

Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de setembro/1981.

Pouco depois dos episódios supracitados, várias comunidades começaram a desconfiar de pessoas estranhas que começaram a fazer parte das reuniões que eram públicas. A desconfiança se dava principalmente por eles marcarem os lugares onde seriam feitos os “empates” contra a derrubada da floresta e as autoridades conseguirem saber dia, hora, local e deslocar efetivo policial para a localidade com antecedência. Esses fatos levaram à suspeição de “espiões” no meio das comunidades – fato que foi relatado no Boletim “*Nós, Irmãos*” de setembro de 1981.

Várias pessoas que não faziam parte das Comunidades Eclesiais de Base começaram a ir às reuniões fazendo perguntas sobre o nome das lideranças, endereços, as programações. Elas colhiam informações com o objetivo de intimidar as comunidades.

O Bispo Dom Moacyr Grechi fez alertas a todas as comunidades, através de carta pastoral encaminhada ao Boletim. Ele escreve:

Estão visitando as Comunidades de Base, alguns elementos estranhos, que procuram saber informações sobre o nosso trabalho. Estes indivíduos já visitaram a Comunidade do Quinarí, dizendo que queriam participar da reunião para batizar o filho; na Paróquia Imaculada Conceição, se apresentaram como representantes da Igreja de Porto Velho; na Sana Inês e na Cadeia Velha, afirmaram que estavam fazendo pesquisas para o programa Tribuna Livre, na Comunidade da Volta Seca, se apresentaram como jornalistas constantemente, na casa do Bispo são recebidos telefonemas suspeitos (BINI. 1981. p. 5).

Fica claro a intenção de coletar informações. O abuso de poder e de autoridade fica pelo fato de alguns agentes irem em locais distantes utilizando documentos de identificação diferentes, alegando motivos diversos em cada lugar em que iam e a mesma pessoa se apresentando como se fosse pessoas distintas. Para a Prelazia essas pessoas estavam tentando subor-

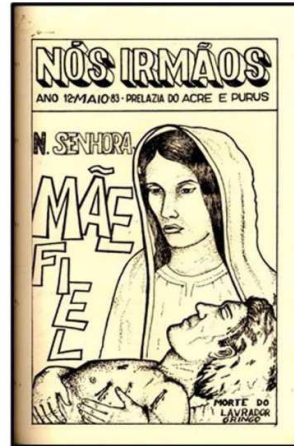


Fome e violência são palavras conhecidas por aqueles que foram expropriados. Pessoas sendo literalmente açoitadas em suas terras por aqueles que querem obter ganho indevido é o que foi retratado na capa de junho de 1976. Não é uma metáfora ou conotação, dezenas de cartas dão conta de açoites, agressões, espancamentos e maus tratos como forma de intimidação e de expulsão de moradores. Em janeiro de 1977, expulsão, doenças e morte são retratadas nas capas onde desolados sofrem a miséria de não ter nada e precisarem partir para um lugar incerto. No ano seguinte, a edição de janeiro demonstra o outro lado dessa via sacra: aqueles que são presos sem o devido processo legal e obrigados a permanecer encarcerados em desacordo com a legislação vigente. Rostos famintos e doentes exclamam de dentro de suas celas uma faixa com os dizeres: “Justiça e trabalho para todos”. Em março de 1979, há na capa um sapo que vive há gerações naquela terra sendo esmagado pelo boi recém inserido na localidade. Junto à imagem é possível se ler “Quem morre calado é o sapo debaixo do pé do boi”. Por fim, em outubro de 1979, há a representação da morte com uma foice na mão pronta para ceifar as vidas de crianças desnutridas que elevam seus pratos vazios mendigando por comida. A expressão de manchete nesse número é “No ano da criança o Acre apresenta: fome e morte”.

Figura: Mortes por ação e/ou omissão do Estado







Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de setembro/1980, fevereiro/1981, março/1981 e maio/1983.

Com o recrudescimento das ações de implementação das vendas das terras acreanas aos latifundiários do centro-sul e os conflitos gerados seja por violência no campo, êxodo forçado, inchamento dos centros urbanos e/ou conflitos por moradia, várias mortes se seguiram e, ao menos, quatro delas foram expostas nas capas do *Nós, Irmãos*.

Em meio a muitas mortes sofridas pelos trabalhadores amazônidas, quatro se destacam na capa do *Nós, Irmãos*: a morte de Wilson Pinheiro, Presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, que foi relatada na capa da edição de setembro de 1980; a morte de Maria das dores, que foi relatada na capa da edição de fevereiro de 1981; a morte do líder comunitário João Eduardo, relatada na edição de março de 1981; e, a morte do lavrador e líder sindical Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, relatada em maio de 1983. Um dado chama a atenção nessas 04 capas: os homens têm seus rostos, formas e silhuetas expostos seja cobertos de sangue ou de perfil, enquanto a mulher é retratada na capa apenas as costas, sem rosto, sem madeixas, sem glúteo, sem personificação.

A capa do *Nós, Irmãos* em setembro de 1980 traz, em primeiro plano, um atirador que acerta Wilson Pinheiro ensanguentando toda a página inicial. Na imagem se vê uma Capa toda perfurada por tiros de revólver, um atirador de face oculta, Wilson alvejado caído e o sangue escorrendo pela página com escritos "Trabalhadores não permitirão derrubadas predatórias este ano". A luta pela terra toma ares mais sombrios na floresta. No

interior do Acre, mais precisamente no município de Brasiléia, onde os trabalhadores se organizavam para os “empates”, a morte de Pinheiro ficou sem solução. Oito anos depois, Chico Mendes, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri foi assassinado pelo mesmo motivo.

Na capa de fevereiro de 1981, a manchete do Boletim anunciava “Enquanto se esbanja dinheiro no carnaval, Maria das Dores morre sem recursos e sem assistência médica responsável no hospital. Nessa mesma edição não há outras referências a essa morte o que pode configurar que Maria das Dores é uma mulher sem rosto que representa as dezenas de mulheres que morrem sem direito a um tratamento digno e a assistência médica. Há vários relatos em várias edições do *Nós, Irmãos*, de mulheres que sofreram e que faleceram sem assistência, sendo possível que essa capa seja muito mais simbólica do sofrimento feminino que a personificação de uma única mulher.

Quanto ao líder sindical João Eduardo, presidente da comissão de demarcação de terras, ele foi morto enquanto trabalhava liderando um grupo de pessoas que faziam a demarcação de mais de dois mil lotes de terras para ocupação popular, na área do antigo bairro Salgado Filho, na cidade de Rio Branco. Alguns dos ocupantes da localidade queriam retirar vários lotes para si e a comissão de demarcação de terras não permitiu. No dia 18 de fevereiro de 1981, João foi atingido por um projétil de espingarda calibre 20, desferido pelo lavrador Francisco Nogueira Leite, conhecido na localidade pelo apelido de “Ventinha”.

A capa mostra Raimundo Ferreira Lima, o Gringo”, nos braços da “Mãe Fiel”. A colocação do Corpo de “Gringo” morto no regaço de Maria, o faz figurar como uma espécie de Cristo, no sentido de aquele que é levantado para governar. De igual modo, a Virgem Maria foi representada com uma nobre resignação onde se percebe um contraste entre a expressão dolorosa do rosto e a angústia de quem sofre pela perda do filho sem perder a pureza da serenidade – em uma releitura da escultura original adaptada a vivência na floresta.

Essas e outras opressões e flagelos se fazem presentes por dezenas de edições do *Nós, Irmãos*. Contudo, a Igreja Católica escolheu duas celebrações para apresentar o Cristo na vida da comunidade. Ao anunciar que “Nasce o Salvador e Ressurge para dar vida em abundância” há a certeza de que em meio às dificuldades o Cristo nasce nos corações e renasce em meio aos sofrimentos.

**A segunda categoria intitulada como “Nasce o Salvador e Ressurge para dar vida em abundância”, contendo 21 capas, demonstra que den-**

tre as principais celebrações da Igreja Católica, duas se destacam nas capas do *Nós, Irmãos*: natal e páscoa. Essas capas intentaram evidenciar a agência social da Igreja em um campo social contextualizado – a periferia amazônica.

O Boletim da Prelazia segue o ano litúrgico Católico e não o ano do calendário Gregoriano. Assim sendo, as capas retratam principalmente aspectos do Natal como festa Inicial e a Páscoa como festa de renovação. Esse período de dezembro de 1971 a dezembro de 1985, comporta 15 celebrações de Natal e 14 celebrações de Páscoa. As principais festas religiosas da Igreja foram relatadas com o viés de contextualização social em 11 capas com representações do Natal e 10 capas com representação da Páscoa.

Figura: Natal na floresta – o Espírito de natal enche casas e corações



Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de dezembro/1972, dezembro/1973, dezembro/1975, novembro/1976, dezembro/1982 e dezembro/1984.

A capa do *Nós, Irmãos* em dezembro de 1972 traz o nascimento do redentor, deitado em uma rede na floresta, sendo cuidado por uma mulher com a silhueta da representação de Maria. Três árvores e três pelias de seringa podem representar os três reis magos e os três pastores da tradição eclesiástica católica; a estrela de Belém parece cintilar por sobre o presépio que, ao invés de conter a presença de animais, se apresenta com a presença de um mapa do Acre e linhas curvas em formato de ondas que podem representar o coro de anjos presentes na anunciação do salvador.

A capa de dezembro de 1973 apresenta uma manjedoura com a manchete “Cristo nasceu pra mim”. Rodeando a manjedoura aparecem três estrelas no céu e três localidades no chão: no chão estão a casa do seringueiro, a prisão e o leito de hospital, enquanto a acima se pode ler: vítimas da injustiça e vítimas da ignorância.

A capa de dezembro de 1975 apresenta uma árvore de natal com a manchete “Quando a libertação?”. As luzes na árvore por diversas vezes anunciam “cristo nasce” e o presente recebido transforma a realidade apresentada como que caixas de presentes: “Cristo nasce” – onde havia “êxodo no Acre”, existem “terras; “Cristo nasce” – onde havia “cárcere” surge a “liberdade”; “Cristo nasce” – onde havia “certificação de pobreza”, surge a identificação como cidadão”; “Cristo nasce” – onde havia “portas do inferno”, é produzida a quebra do egoísmo.

A capa de novembro de 1976 uma enxada de produtor rural é erguida como se fosse um baluarte. A manchete “Aplainai o caminho para o Senhor, abram estradas retas para ele passar” soa como uma voz de conclamação para agir como arautos do redentor.

A capa de dezembro de 1982 traz a estrela de Belém anunciando a chegada do redentor em um casebre. Várias pessoas vão ao encontro do recém-nascido como no presépio de natal.

A capa de dezembro de 1984 apresenta o redentor deitado não em uma manjedoura, mas em um livreto da Teologia da Libertação. Esse menino tem a seus pés campos prontos para semear com uma floresta ao fundo e acima, uma constelação de estrelas representando os órgãos da igreja católica que atuam em defesa dos trabalhadores da floresta.

Figura: Natal na Floresta - os pobres rendem graças ao menino-Deus



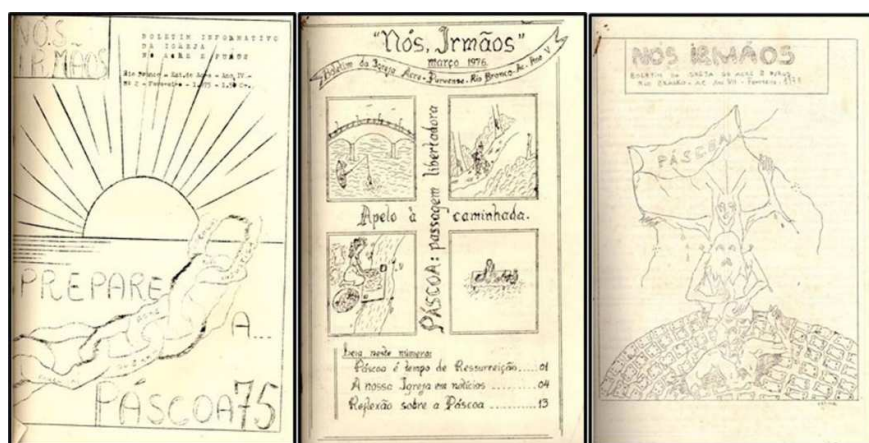
Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de dezembro/1979, dezembro/1980, dezembro/1981, dezembro/1983 e dezembro/1985.

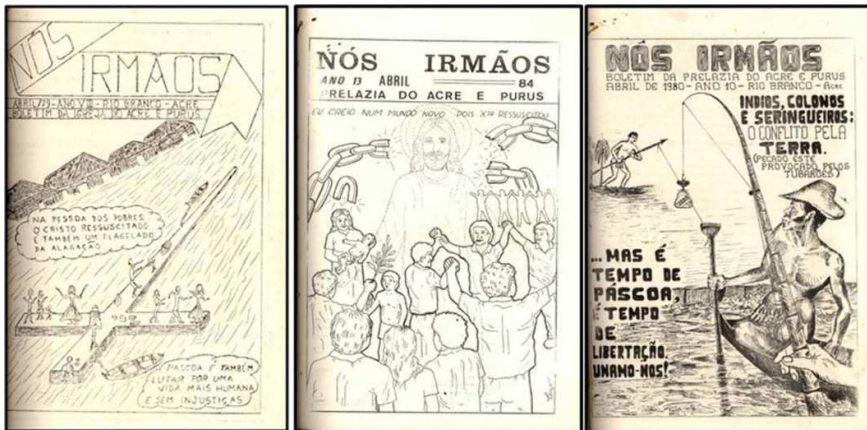
Nesse conjunto de capas de natal, há a representação dos excluídos indo ao encontro do redentor. A capa de dezembro de 1979 apresenta a manchete “Jesus entre nós”. Nela é possível ver uma choupana, feita de palha ou restos de madeira onde a luz da estrela de Belém ilumina o presépio e traz à luz os grupos de visitantes que vêm ao encontro do menino: índios, posseiros e agricultores testemunham o nascimento do Menino-deus na floresta e trazem presentes para adorá-lo. A capa de dezembro de 1980 apresenta um Cristo-ribeirinho, nascido em um tapiri feito no encosto de uma seringueira em uma colocação de seringal. A pé pelo varadouro da flo-



resta e de canoa pelo rio que serve como estrada na região, visitantes vêm prestar homenagens e trazer presentes ao redentor. A capa de dezembro de 1981 apresenta um presépio no estilo clássico da cultura cristã ocidental, o diferencial está nos visitantes que vêm ao encontro do redentor: uma lavadeira com uma criança no colo, representando o sofrimento feminino, um indígena representando os povos tradicionais da floresta, e um migrante representando coletores e extratores que se dirigiram à Amazônia para retirar o sustento da floresta. O diferencial nessa capa é que nenhum deles carrega consigo presentes ao recém-nascido a não ser seus esperançosos corações. A capa de dezembro de 1983 apresenta um Cristo nascido em um barraco coberto de lona como era comum nas ocupações urbanas das periferias de cidades amazônicas como Rio Branco nas décadas de 1970 e 1980. A ele se dirigem os pobres e os maltrapilhos que buscam por alívio a seu sofrimento. A capa de dezembro de 1985 apresenta a manchete “Jesus vem despertar seu povo e com ele caminhar na luta pela verdadeira libertação”. A imagem mostra que o Cristo nasce para trazer libertação aos pobres, humildes, flagelados e enfermos. Junto ao presépio, com o menino em uma manjedoura, é possível ver que ele está rodeado por José, Maria, trabalhadores pobres, aleijado (cadeirante), lavadeira, órfão, indígena, trabalhador braçal, operário, lavrador de terras e um animal que parece um cachorro/ovelha.

Figura: Páscoa: a via sacra do homem da floresta





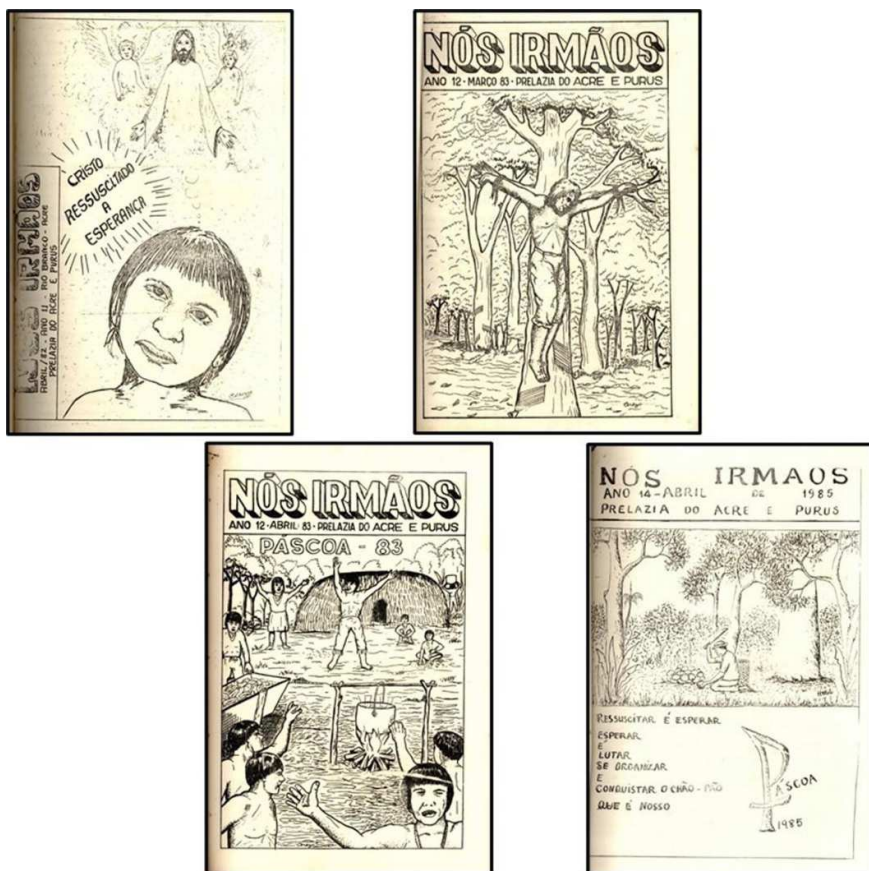
Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de fevereiro/1975, março/1976, fevereiro/1978, abril/1979, abril/1980 e abril/1984.

Além do nascimento que denota nova vida também há a páscoa nas capas do *Nós, Irmãos*. Essa passagem da morte para a vida, da escravidão para a liberdade, da opressão para o alento é visível tanto pela via sacra do Cristo na floresta quanto pela antropopatização do Cristo na vida dos habitantes das localidades.

A capa de fevereiro de 1975 apresenta a manchete “Prepare a páscoa”, trazendo o alvorecer de um novo dia que quebra as correntes nas quais se encontra as inscrições “fracassos, guerra, fome, doenças, luta, injustiças”. Há a sugestão de que a páscoa quebra todos esses males. A capa de março de 1976 traz a manchete “Páscoa: passagem libertadora”, com o subtítulo “apelo a caminhada”. Quatro ilustrações na capa mostram quatro enquadramentos distintos que se completam: um pescador em sua canoa próximo à ponte do rio Acre; um seringueiro no varadouro fazendo a extração do látex; uma mulher na margem do rio executando o ofício de lavadeira; dois homens sentados em uma mesa posta com os símbolos tradicionais da páscoa cristã. A capa de fevereiro de 1978 tem interpretação que parece uma mescla de ressurreição do Cristo com uma imagem de Pachamama e uma seringueira a escorrer leite. Esse ser parece retirar pessoas de dentro de um lugar escuro e chama-los para a passagem da morte para a vida. A capa de abril de 1979 apresenta o transbordamento do rio Acre e pessoas se apegando à cruz em busca de salvação contra a enchente<sup>1015</sup>. Ao fundo é possível ver a região da Gameleira<sup>1016</sup> tomada pelas águas. A manchete apresenta o título “Na pessoa dos pobres o Cristo ressuscitado tam-

bém é um flagelado da alagação” e o subtítulo “Páscoa é também lutar por uma vida mais humana e sem injustiças”. A capa de abril de 1980 apresenta a manchete “Índios, colonos e seringueiros: o conflito pela terra (pecado este provocado pelos tubarões)”. A figura de capa mostra alguém pescando a terra do indígena, enquanto índio e ribeirinho tem seus instrumentos de coleta amarrados, mantendo-os presos e impossibilitando-os de buscar o sustento para suas famílias. A capa de abril de 1984 apresenta a manchete “Eu creio num mundo novo, pois Cristo ressuscitou”. Abaixo do título é possível ver a imagem clássica cristã de um Jesus (salvador) que quebra as correntes enquanto o povo, com mantos e palmas, se regozija em hosanas.

Figura: Páscoa na floresta - o Cristo indígena, seringueiro e castanheiro



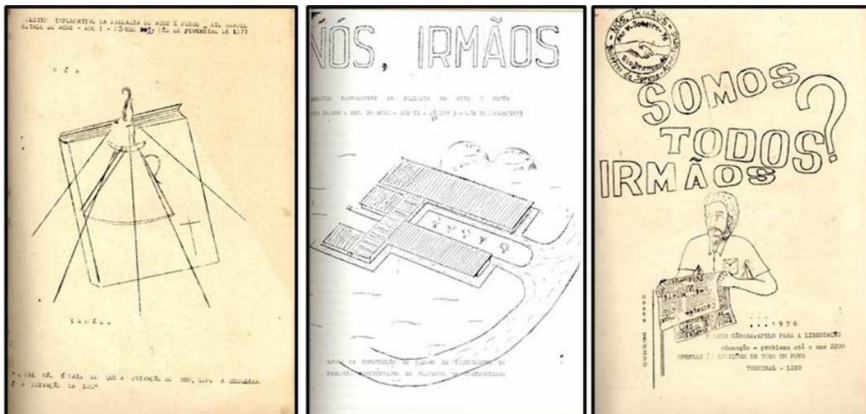
Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de abril/1982, março/1983, abril/1983 e abril/1985.

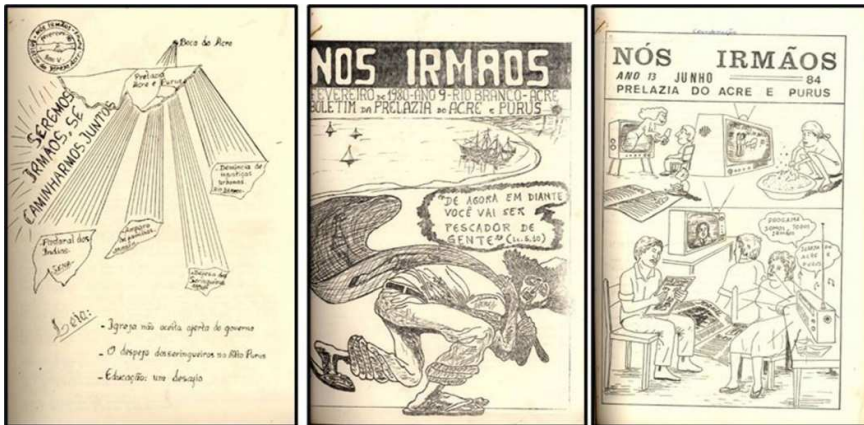


**A páscoa na floresta também apresentou três faces de povos da floresta:** o Cristo indígena, o Cristo seringueiro e a páscoa do coletor da floresta. As capas do mês de abril de 1982 e de abril de 1983 apresentam a esperança no Cristo ressuscitado com festa na aldeia e regozijo por dias melhores. A capa de março de 1983 apresenta um Cristo seringueiro, crucificado em uma seringueira. A ideia de um Jesus seringueiro, trouxe a reflexão de uma antropomorfização do ideário visto nos crucifixos tão presentes nas comunidades católicas que se relaciona com a retirada do látex da seringueira. O Jesus, pendurado no madeiro, que verte sangue para salvar o que se havia perdido e, agora foi reconciliado com Deus, é visto como o Messias pendurado na seringueira que verte látex para trazer salvação aos seringueiros perdidos na floresta que se reconciliam com Deus através de seu filho. A capa de abril de 1985 apresenta a vida de um coletor na floresta, o castanheiro que tem a esperança de dias melhores para seu cotidiano na floresta. A manchete do boletim anuncia: “Ressuscitar é esperar. Esperar é lutar, se organizar para conquistar o chão-pão que é nosso”.

**Na terceira categoria de capas, intitulada como “Sobre lutas sociais e lutas simbólicas”,** contendo 28 capas, percebe-se que com a expansão do “grande capital” para as terras da Amazônia e as políticas públicas de integracionismo, o Estado Brasileiro e o Estado Acreano, venderam terras como se nelas não houvessem pessoas morando e trataram os posseiros que moravam nas terras há várias gerações como se fossem invasores e dificultaram o crédito aos trabalhadores em geral. Os trabalhadores precisaram agir e lutar por direitos sociais e contra a opressão que aumentava a cada dia e excluía os trabalhadores em situação de risco social.

Figura: Instrumentos de luta contra a opressão





Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de fevereiro/1973, março/1973, janeiro/1976, fevereiro/1976, fevereiro/1980, junho/1984.

A capa de fevereiro de 1973 traz uma lamparina e uma bíblia com a manchete “O mal não é mais do que a privação do bem, como a cegueira é a privação da luz” em uma clara alusão a passagem bíblica que apresenta o fato de que onde chega a luz<sup>1017</sup> **há a dissipação das trevas que tornam as coisas encobertas, de igual modo onde chega a “A luz de Cristo” há a dissipação das trevas que habitam o coração humano**<sup>1018</sup>. A capa de março de 1973 é a imagem do Centro de Treinamento da Igreja Católica no Acre, a manchete da edição “Ajude na construção do Centro de Treinamento da Prelazia participando da Campanha da Fraternidade”. A capa de janeiro de 1976 traz um homem lendo um periódico e, como manchete, a indagação “somos todos irmãos?” No mês seguinte, a capa de fevereiro de 1976 apresenta um croqui com algumas comunidades e assuntos destacados da Prelazia, na manchete há o título “Seremos irmãos se caminharmos juntos”. A capa de 1980 apresenta como título o versículo bíblico contido no Evangelho de Jesus segundo relata Lucas, capítulo cinco, versículo dez “De agora em diante você vai ser pescador de gente”. A capa da edição de junho de 1984 traz dois recortes: no primeiro onde pessoas estão à mercê de novelas e comerciais de bebidas; no segundo onde as pessoas assistem a programas da igreja e leem o informativo da Prelazia.

Nas capas acima as ações de luta contra a opressão estão diretamente ligadas à luz que dissipa as trevas, à “Palavra de Cristo”, ao “Centro de Treinamento”, ao “Informativo da Prelazia”, as “Comunidades de Base”,

a “proclamação das boas novas” por parte dos pescadores de gente, e, por fim, a instrumentalidade de estar sempre informado e compartilhando conhecimento para resistir à opressão.

Figura: As mulheres protagonizam a luta pela vida



Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de julho/1976, julho/1977, maio/1980, fevereiro/1981, maio/1983 e maio/1984.

As mulheres protagonizaram 06 capas do *Nós, Irmãos*. O lugar de destaque ocupado por elas, mesmo representando uma participação pequena se comparada a dos homens<sup>1019</sup>, não se fez insignificante para que passasse despercebida. A capa de julho de 1976 traz uma mulher com a lata de água na cabeça, buscando água para sua família – uma representação do

trabalho e do esforço feminino protagonizado na popular marchinha de carnaval “Maria Lata d’Água”. A capa de julho de 1977 apresenta o anacênio da imagem de uma mulher em situação de vulnerabilidade social com a conclamação para lutar por libertar as mulheres que se encontram nessa situação de degrado. Na manchete está escrito “lembramo-nos daquelas mulheres que são exploradas, humilhadas, escravizadas”. A capa de maio de 1980, na edição que trata do dia do trabalhador, apresenta uma mulher em destaque no lavar da terra juntamente com dois homens de aparência mais jovial. Há na manchete uma releitura exegética do Evangelho onde se apresenta que “O operário é digno do seu salário”. A capa de fevereiro de 1981 apresenta uma mulher sem vida e a manchete “Enquanto se esbanja dinheiro com o carnaval, Maria das Dores morre sem recursos e sem assistência médica responsável no hospital”. Maria das Dores é a representação do feminino que sofre injustamente como tantas mulheres que perderam suas vidas por falta de assistência e injustiças praticadas. Maria das Dores retorna na capa de maio de 1983, desta vez como Nossa Senhora das Dores ou Mãe Dolorosa. Essa mãe sofredora que chora o filho morto, como a *mãe do Cristo* ou a *Pietà de Michelangelo*, segura em seu seio o “lavrador Gringo”. Ratzinger e Balthasar afirmam que “nesta mãe compadecida os sofredores de todos os tempos viram a imagem mais pura da compaixão divina, que é a única verdadeira consolação (...) A dor da mãe é dor pascal que já opera a abertura da transformação da morte à presença salvífica do amor”<sup>1020</sup>. Assim como “Gringo”, vários outros líderes de movimentos populares foram assassinados por seu envolvimento em movimentos de luta pela posse da terra e contra a opressão do Estado que expropriava os menos favorecidos enquanto beneficiavam os grandes proprietários de terras. A capa de maio de 1984 apresenta as múltiplas faces da mulher: mãe, agricultora, lavadeira, picolezeira, jardineira, produtora rural, do lar, doméstica, avó, carregadora de água e outros vértices que embasam as múltiplas faces femininas.

Na luta contra a opressão as mulheres também aparecem como protagonistas em 06 capas do *Nós, Irmãos*. Em três delas, elas aparecem sem rosto, seja pela projeção de sua imagem de costas, ou ainda, pela forma degradê em que é apresentado seu rosto. Não é possível discernir se o enquadramento e/ou a visão desfocada do feminino se dá por sua situação de vulnerabilidade ante ao sofrimento impingido, exploração e humilhação; ou, por proteção à representatividade dessas mulheres em situação de sofrimento degradante. Nas outras três capas, vê-se as ações de mulheres na labuta cotidiana, com piedade cuidando dos necessitados e, nos afazeres do lar. Nessas últimas três capas fica latente a agência materna no cuidado familiar.



Figura: Dia do trabalhador - a lida cotidiana



Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de abril/1977, maio/1980, maio/1984 e maio/1985.

O dia do trabalhador teve destaque em onze capas: em quatro delas é possível visualizar a lida cotidiana; em outras três se destacam momentos de lutas por dias melhores; nas quatro capas seguintes a ênfase se dá na luta do trabalhador rural no trato cotidiano com a terra. As capas das edições de abril de 1977, maio de 1980, maio de 1984 e maio de 1985 apresentam trabalhadores em seu labor cotidiano. No contexto acreano em que a terra estava ganhando ares de mercadoria, a Igreja Católica que já não tinha o conservadorismo como marca dominante em suas hostes, encontrava base de evidência na realidade econômica em curso, como ocorreu em Medellín<sup>1021</sup>.

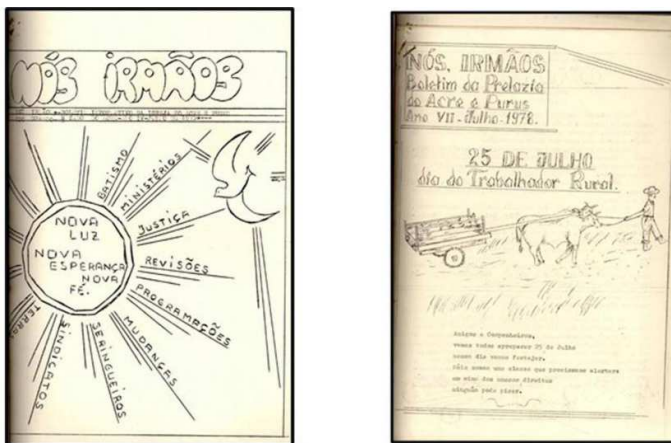
Figura: Dia do trabalhador - lutando por dias melhores

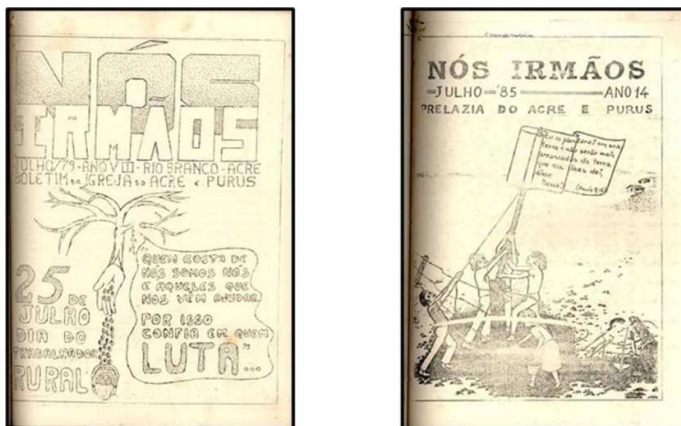


Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de maio/1978, maio/1979 e maio/1981.

As capas das edições de maio de 1978, 1979 e 1981, em alusão ao dia do trabalhador, trazem vários grupos de trabalhadores rurais e urbanos lutando por dias melhores para seus tratos cotidianos.

Figura: 25 de julho - dia do trabalhador rural

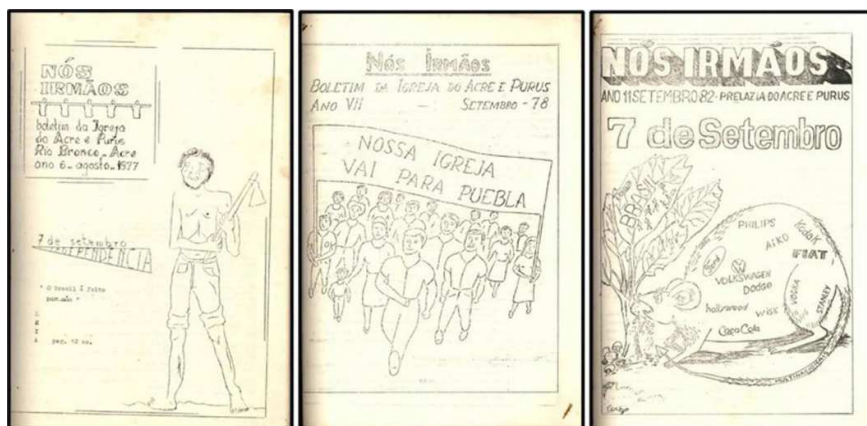




Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de julho/1975, julho/1978, julho/1979 e julho/1985.

As capas das edições de julho dos anos de 1975, 1978, 1979 e 1985 apresentam as lutas dos trabalhadores rurais que comemoram seu dia com “nova luz, nova esperança, nova fé” para lutar por seus direitos, arar a terra e plantar as sementes que querem colher. Na capa de julho de 1985 se torna expressivo o hasteamento do pendão com dizeres de Amós, 9, 15, onde se lê “Eu os plantarei em sua terra e não serão mais arrancados da terra que eu lhes dei, disse Deus”. Há nessas capas um ideal de “plantar o homem na terra” e plantar a semente para colher bons frutos produzidos através do árduo trabalho.

Figura: Independência e liberdade - ainda que tardias.





Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de agosto/1977, setembro/1978, setembro/1982, setembro/1984 e setembro/1985.

A capa de agosto de 1977 apresenta um trabalhador desnutrido com a manchete “7 de setembro, independência”. A capa de setembro de 1978 apresenta a manchete “Nossa Igreja vai à Puebla” em referência a ida do Bispo Dom Moacyr Grechi e outros membros da Igreja da Amazônia para a reunião ocorrida na cidade de Puebla<sup>1022</sup>. A capa de setembro de 1982 apresenta uma ratazana gorda, como representação do “grande capital” devorando uma árvore que representa o Brasil. A capa de setembro de 1984 mostra um Brasil acorrentado e o número sete acorrentado conotando que a independência ainda estava aprisionada. A capa de setembro de 1985 apresenta a independência pela leitura da Bíblia, pela informação trazida pelos meios de comunicação e pela locomoção por água, terra e ar.

**Na quarta e última categoria intitulada de “O Evangelho social e a salvação”**, contendo 28 capas, é possível ver a ação direta da Igreja Católica no intuito de instruir os agentes sociais que atuavam na Prelazia, as comunidades eclesiais e, também, demonstrar um Evangelho prático, com características sociabilizantes, que liberta não somente do pecado, mas também, propicia vida abundante aos pobres. Há nesse grupamento um ajuntamento de capas que demonstram atividades opressoras ao mesmo tempo que denota a possibilidade de ação contra a opressão, tendo por base as Boas novas de salvação.

As boas novas de salvação do pecado e da opressão apresentada nas nove capas que se seguem demonstram a agência da igreja através de suas ações de conversão, ação, deslocamento em ato missionário pelos rios da



região, reuniões de agentes de pastoral, missões nos locais mais distantes e fortalecimento das comunidades da Prelazia.

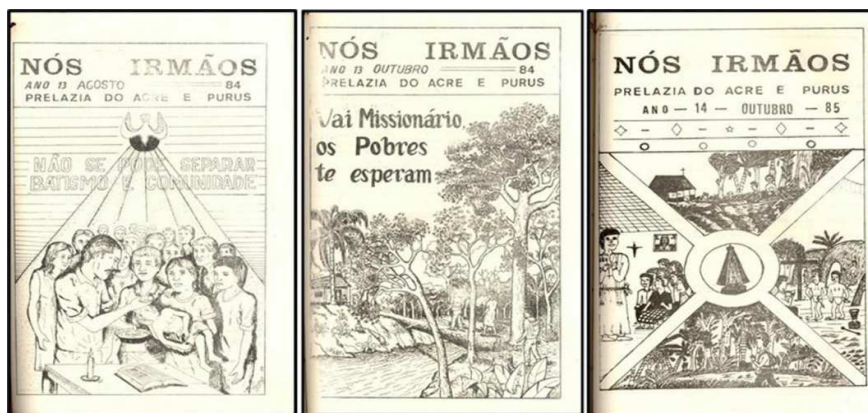
Figura: As boas novas de “Salvação do pecado e da opressão”



Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de junho/1977, outubro/1977, junho/1978, julho/1982, outubro/1982 e agosto/1983.

As capas de junho e de outubro de 1977, de julho de 1978, de julho de 1982, de outubro de 1982 e de agosto de 1983 atuam como um vislumbre da ação que se enseja ser realizada pelos agentes de pastoral e membros das Comunidades de Base. Dezenas de cartas enviadas ao Boletim *Nós, Irmãos* apresentam essa temática, ora ansiando por dias melhores, ora fortalecendo uns aos outros para continuar na luta por justiça social.

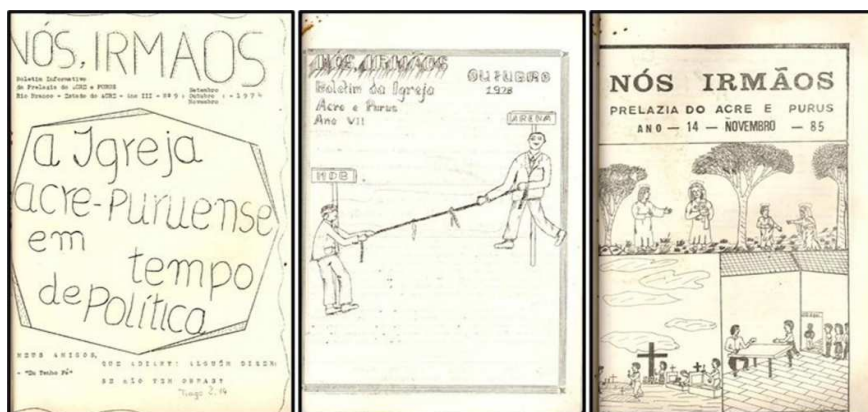
Figura: As boas novas de “Salvação do pecado e da opressão” II



Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de agosto/1984, outubro/1984 e outubro/1985.

As capas de agosto e outubro de 1984 e de outubro de 1985 apresentam uma igreja que sai do ambiente do templo físico e se faz presente nos mais longínquos rincões “onde o povo está”. Essas capas são reflexo das cartas apresentadas no boletim, onde os agentes comunitários contavam sobre os trabalhos realizados e suas perspectivas de futuro para as comunidades em que estavam inseridos.

Figura: Consciência política nas eleições



Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de setembro/outubro/novembro/1974, outubro/1978 e novembro/1985.

A visão do político se fez presente em muitas cartas e em três capas do mensário da Prelazia. A ênfase nas capas se deu principalmente em períodos de mudanças políticas que precederam o pleito eleitoral. A capa de setembro/outubro/novembro de 1974 apresentou uma urna de lona<sup>1023</sup> onde está escrita a manchete “A Igreja Acre-Puruense em tempo de política”. A capa de outubro de 1978 mostra um cabo de guerra entre os dois partidos existentes no Brasil à época: o MDB, de oposição ao Governo Militar; e, o Arena, de apoio ao Regime. A capa de novembro de 1985 a apresentação das festas comemorativas do dia de todos os santos, do dia de finados e da eleição, trazendo à memória a reflexão política para um voto consciente.

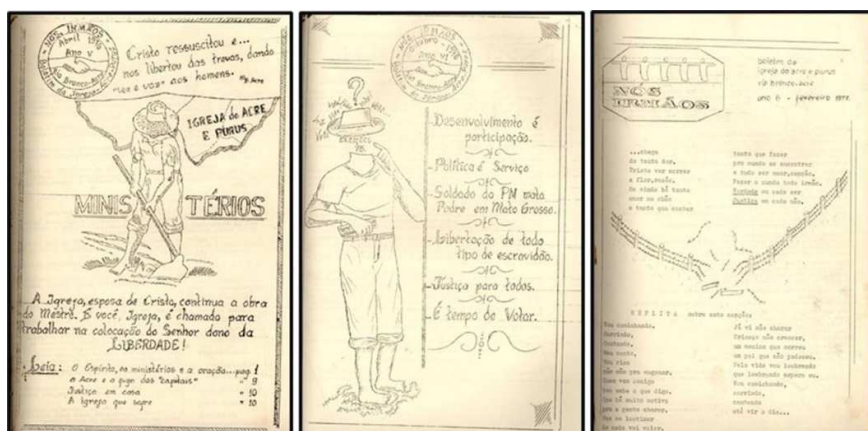
Figura: Esperança de dias melhores



Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de dezembro/1977, novembro/1979, janeiro/1980, janeiro/1981, janeiro/fevereiro/1984 e janeiro/fevereiro/1985.

A esperança de dias melhores não é registrada no *Nós, Irmãos* como ato de esperar, mas como ato de esperar. A capa de dezembro de 1977 apresenta homens e mulheres maltrapilhos, de pés descalços, com os olhos elevados para o alto aguardando a chegada do novo ano. Já a capa de dezembro de 1979 mostra um seringueiro no trabalho de extração do látex enquanto a manchete anuncia a esperança da resposta à carta enviada ao comandante em chefe da nação. Na capa de janeiro de 1980, o custo de vida arrasta o povo agonizante para a cova enquanto o salário mínimo tenta manter o povo vivo. A manchete indaga quanto ao ano que se iniciou: “1980 será diferente?”. A capa de janeiro de 1981 responde a indagação anterior: um velho 1980 avança magro, raquítico e de panela vazia enquanto anuncia em uma placa de reivindicação a manchete “1981, esperança de uma vida melhor”. As capas de janeiro/fevereiro de 1984 e janeiro/fevereiro de 1985 apresentam o povo em procissão rumo ao ano vindouro. Os ideais de “Um olho na vida e outro na Bíblia” conforme consta na manchete, denota o caminhar necessário rumo ao futuro incerto que abriga “Mais uma esperança” de dias melhores.

Figura: Libertação (quebrando as cadeias e sonhando com dias melhores)







Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de abril/1976, outubro/1976, fevereiro/1977, novembro/1977, novembro/1980 e março/1982.

O Esperançar toma forma de luta por libertação quebrando as cadeias e sonhando com dias melhores. Na capa de abril e de outubro de 1976 os trabalhadores são convidados a “trabalhar na colocação do Senhor”, em uma clara alusão aos ministérios sociais como resposta às indagações do convívio cotidiano. A capa de fevereiro de 1977 apresenta a quebra de barreiras como uma cerca de arame. Com esse cercamento de terras os proprietários estabeleciam, na realidade, a propriedade capitalista no meio da floresta, já que até aquele momento a propriedade era de usufruto comum<sup>1024</sup>. Carvalho afirma que os produtores rurais quase sempre são privados de suas terras e que essas terras se acumulam nas mãos de poucos, verificando que na Amazônia “não há terra sem que alguém tenha colocado uma cerca e dito que é sua”<sup>1025</sup>. A capa do Bini mostra a necessidade de romper os cerceamentos e traz como reflexão a música “Vou caminhando”, de Geraldo Vandré<sup>1026</sup>. A capa de novembro de 1977 apresenta um grupo de pessoas tristes e aprisionadas e outro grupo feliz com a quebra dos grilhões. A capa de novembro de 1980 também apresenta o desejo de liberdade, dessa vez expresso pelos indígenas. É possível perceber um coturno militar pronto para esmagar os indígenas enquanto na manchete está escrito “A Igreja tem o compromisso de caminhar pela libertação desses povos: o índio também é nosso irmão!” em alusão a visão que a Igreja construiu sobre os indígenas a partir dos sermões do Padre Antônio Vieira. A capa de março de 1982 apresenta uma procissão de trabalhadores com a manchete “A verdade vos libertará”.

Figura: Libertação (do jugo opressor e busca de dias melhores)



Fonte: Compilação produzida pelo autor com base nas capas do Boletim *Nós, Irmãos* edições de agosto/1982, novembro/1983, março/1984 e novembro/1984.

No último grupo de cartas estabelecido a partir das unitarizações que precederam a categorização inicial percebemos que em um período de menos de 02 anos quatro capas simbolizam o sonho de libertação do jugo opressor e da busca por dias melhores. A capa de agosto de 1982 apresenta os encarcerados que foram presos em desacordo com a legislação vigente. A manchete informa que “Inocentes foram condenados pela justiça (injusta)”. A capa mostra um homem grande e abastado com um saco de dinheiro enquanto o povo peregrina pobre em busca de libertação. A manchete apresenta palavras de ordem como “Justiça, luta, união, paz, amor”. A capa de março de 1984 apresenta várias crianças em situação de vulnerabilidade

social, alguns são engraxates, outros vendedores de sucos, outros perambulando pela rua, todos necessitando de cuidados e libertação da miséria social em que estão inseridos. Na capa, a manchete é o tema da Campanha da Fraternidade “Para que todos tenham vida”<sup>1027</sup>. A capa de novembro de 1984 traz vários trabalhadores lutando pela anistia das dívidas bancárias. Em um período de inflação galopante e falta de ramais para escoar a produção, os produtores almejavam que a “anistia ampla, geral e irrestrita” promulgada em 1979 também se aplicasse aos juros das dívidas contraídas de empréstimos bancários para subsidiar a produção.

Percebe-se nas 96 cartas expostas uma variedade de assuntos expostos nas cartas que foram publicadas. Quase todas essas capas foram produzidas por agentes sociais que estavam diretamente ligados às comunidades em que viviam e às lutas sociais em que pelejavam. O boletim, portanto, foi utilizado como um veículo, um instrumento a utilizar suas capas para expressar as lutas cotidianas existentes e que não eram visibilizadas pelos periódicos oficiais censurados pela Ditadura.

Essas lutas sociais intensificadas com a venda indiscriminada de terras por parte do Governo foi o estopim para as múltiplas lutas sociais que se recrudesceram com os conflitos formados entre povos ancestrais, posseiros, colonos e fazendeiros. A busca por sobrevivência e por uma existência em que pudessem ter o que comer, o que vestir e onde morar tornou-se focal nesse ambiente de luta por melhores condições de vida.

## **7.4 EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA**

Somente foi percebida a falta de regulamentação fundiária quando o Governo Federal iniciou o processo de modernização brasileira através dos projetos de integração nacional. Com esses mecanismos para atrair capital do Centro-Sul a terra tornou-se mercadoria. No início as terras vendidas tinham um preço muito mais acessíveis que em outros lugares do Brasil, contudo, com o passar dos anos, grande parte das terras foram utilizadas como mera reserva de valor para especulação imobiliária, permanecendo totalmente improdutiva.

Esses novos “donos das terras acreanas” começaram a realizar ao longo das rodovias uma colonização espontânea, ao mesmo tempo em que deflagravam uma série de problemas relacionados ao uso e à posse da terra. A terra ficou restrita a quem detinha muitos recursos financeiros. Eram poucos os que conseguiam deter a posse e o domínio das terras no Acre.

Assim sendo, a situação jurídica das terras ficou duvidosa e sujeitas a fraudes, surgindo conflitos, não só pelo avanço da fronteira agrícola, mas também pelo estabelecimento da propriedade agropecuária, o que acabou por ocasionar “[...] os expedientes de grilagem, de apropriação de terras públicas, todas ocupadas por famílias seringueiras [sendo que] essas práticas irregulares tornaram a situação fundiária mais complexa e de difícil solução”<sup>1028</sup>.

Com o processo de descriminação das terras acreanas o Governo Federal tentava identificar as terras públicas e particulares, tentando frear a ação dos especuladores e grileiros, dando início aos processos de desapropriação de terras para fins de regulamentação fundiária.

Os conflitos sociais surgidos entre os “novos proprietários rurais” (os migrantes do centro-sul) e os acreanos (seringueiros e extratores) ocorreu principalmente pela manutenção da floresta em pé. Enquanto um grupo queria derrubar as florestas para produção agrícola e pastoril, outro grupo desejava continuar coletando e extraindo o sustento da floresta sem, necessariamente, derrubar a floresta.

#### 7.4.1 Ações governamentais expansionistas

Na busca pela retomada do crescimento econômico, desde 1968, o General Médici, apoiou-se em projetos que causassem impacto e slogans ufanistas, assim, o regime voltou-se para a ocupação da Amazônia com o intuito de “resolver o dilema homens sem-terra, para terra sem homens”, tomando uma série de medidas políticas como: a criação do *PIN - Plano de Integração Nacional* (16/06/1970); do *INCRA - Instituto de Colonização e Reforma Agrária* (09/07/1970); do *PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste* (06/07/1971), programas integram o *Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento - PND* (1972/1974).

Com a expansão da colonização dirigida para a Amazônia, às margens da rodovia Transamazônica, “várias tribos foram severamente atingidas por expedições punitivas, como se tratasse de simples caçada a animais selvagens”<sup>1029</sup>.

A Transamazônica foi o palco de inúmeros conflitos. Construída com o propósito de aliviar a tensão social, e propagada como símbolo do Brasil, a rodovia estava no meio de conflitos envolvendo as grandes empresas e seus projetos agropecuários com migrantes pobres vindos do Sul



e do Nordeste do Brasil. Por outro lado, essas mesmas empresas e migrantes, também se envolveram em conflitos com os povos indígenas. A BR 364 também foi para o Acre um instrumento de tensão social e de conflitos entre os novos e os antigos donos da terra. Assim sendo, a tese geopolítica propalada pelo regime militar de que havia um amplo espaço vazio na Amazônia, desconsiderava que a região estava ocupada por posseiros, pequenos sitiantes, e inúmeros povos indígenas.

Além da iniciativa governamental, vários loteamentos sem supervisão foram abertos às margens das rodovias que estavam sendo construídas. De acordo com Lima

Os desmatamentos foram tamanhos que de acordo com o Banco Mundial, entre 1975 e 1980, cerca de 5,4% das terras acreanas foram desmatadas.

Seguindo sempre o traçado das BRs 364 e 317 e da AC-40, a atividade de compra das terras se deu mais atuante nos municípios de Plácido de Castro, Senador Guiomard, Boca do Acre, Rio Branco, Sena Madureira, Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri.

Os seringueiros e os posseiros não faziam parte dos planos dos compradores dos seringais, antes eram vistos como ameaça à propriedade da terra. Assim foram expulsos índios, seringueiros e posseiros numa denominada “limpeza da área”, que contava com fazendeiros acompanhados de jagunços, advogados, pistoleiros, indo até a corroboração de policiais, oficiais de justiça, promotores e juízes, na defesa desses ditos “cidadãos honrados”, que tantas vezes, por suas atitudes, se confundiam com especuladores e grileiros<sup>1030</sup>.

As populações que moravam nas localidades por onde as rodovias iriam passar foram privados de suas terras, gerando conflitos entre os habitantes das localidades e os novos proprietários, conforme escreve Costa:

Os incentivos para a ocupação das áreas próximas às rodovias, com investimentos para compra de grandes extensões de terras a preços irrisórios, possibilitavam a especulação e grilagem, até mesmo a expulsão de posseiros, ocasionando uma série de conflitos sociais de luta pela terra, fato que contribuiu para a criação dos primeiros projetos de colonização oficial do Incra, a partir da década de 1970. Nesse contexto, além dos grandes investidores, veio também um grande número de camponeses com poucos recursos visando melhores condições de vida; eles eram convencidos pelos “corretores de imóveis”, que formavam loteamentos particulares para a comercialização das terras, as quais em muitos casos já tinham donos.

Assim, apesar desses produtores não serem capitalistas, ficaram subordinados à dinâmica do capital quando venderam suas terras no Centro-Sul e ingressaram na Amazônia em busca de novas áreas, ficando à mercê dos especuladores de terras que, por sua vez, agiram de acordo com a lógica capitalista no processo de mercantilização da terra<sup>1031</sup>.

Diante desses e de outros conflitos, no ano de 1974 foi criada a Coordenadoria Regional da Amazônia Occidental (CR14), e, no ano seguinte, foi instalada a Delegacia Regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), com o intuito de fundar e organizar a classe trabalhadora em associações e sindicatos com o intuito de pressionar o Estado para a resolução dos problemas fundiários da região.

[...] os anos 70 teriam sido marcados pela adoção de uma estratégia de mobilização coletiva inovadora na luta de resistência pela posse da terra, os “embates”; nos anos 80, a formulação de uma proposta regionalizada de reforma agrária (RESEX) e a criação simultânea de uma organização mais abrangente do que o STR (CNS) teriam expressado uma tentativa de superar os limites fixados pelo Estado para resolução dos conflitos fundiários no estado. Nos anos 90, é a ausência de uma singularidade relevante em relação ao MSTR em nível nacional que o caracteriza. Ele consegue, por um lado, as estratégias da CONTAG para implantar o PADRS - Projeto Alternativo de Desenvolvimento Sustentável e, por outro lado, aquelas mais ligadas aos interesses político-partidários no estado<sup>1032</sup>.

A chamada “Operação Amazônia” que tinha como objetivo reformular e transformar a economia regional, agravou ainda mais as condições de vida da população seus incentivos fiscais e financeiros por privilegiarem apenas os grandes grupos empresariais.

#### 7.4.2 As mudanças socioespaciais na Amazônia

As questões agrária e de campesinato no estado do Acre estão intimamente relacionados ao histórico de luta pelo direito de permanecer nas terras ocupadas desde a época dos seringais, pelo direito à posse e ao registro da terra e pelas lutas contra o domínio econômico opressor que se desenvolveu nessas terras onde o favorecimento do capital se dava apenas a uns poucos projetos, deixando a maioria da população relegada à própria sorte.

Essa realidade agrária se desenvolveu nas múltiplas formas de relações sociais estabelecidas a partir do posicionamento de grupos sociais que se constituíram nos processos de mobilidade do trabalho, de socioespacialidades constituintes de diversas modificações antrópicas, dos processos estabelecidos pelo capital nas diversas frentes de desenvolvimento econômico e nas políticas públicas implementadas na região.

Com o uso da terra, uma série de problemas sociais, econômicos e ambientais surgiram: a configuração da sociedade acreana, das constituições econômicas e dos processos de exploração de recursos naturais também modificaram os espaços fundiários e a forma como as pessoas se relacionavam com a terra. Assim, novas formas de fragmentação do território e relacionamento com o espaço propiciaram mudanças sociais. Essas mudanças de consciência, de fomento a produção, de relacionamento com o ambiente e com outros seres humanos puseram em perspectiva o fato de que a sociedade não é natural. Ela é concretizada a partir do espaço por ela produzido.

Vários debates e reflexões sobre modelos e alternativas de enfrentamento aos desafios e problemas ambientais, territoriais e socioeconômicos têm levado a novas reformulações que tenham como ponto de partida as múltiplas relações socioespaciais. Tendo em vista que o espaço não é um a priori, pelo contrário, é uma instância da sociedade produzida socialmente como uma imagem do território visto e/ou vivido<sup>1033</sup>, podemos dizer que o elemento dinâmico do qual procede a ação é a população<sup>1034</sup>.

A população é múltipla e está na origem de todo o poder, na modificação do espaço, na fragmentação do território e na reafirmação do lugar. Nessa relação direta de constituição do lugar de vivências e sociabilidades podemos afirmar como Raffestin<sup>1035</sup> que, o poder não é propriedade de um único indivíduo, portanto, em determinados casos, o poder corresponde à habilidade humana de agir em comum acordo para representar determinado grupo social; embora em outras situações, também possa ser utilizado com vista ao controle e à dominação de populações, territórios e recursos.

Nas múltiplas relações sociabilizantes estabelecidas dos alinhavados do cotidiano, o caráter relacional da produção de territorialidades, em diversas escalas geográficas, estrutura a conexão de redes, nós e tessituras. Essas integram relações de poder ora conflitantes, ora concordantes, que atuam concomitantemente em ações múltiplas, por vezes lineares, deslineares, sincrônicas, anacrônicas, superpostas, sobrepostas, justapostas, apen-

sadas e/ou disruptivas entre si, mas que produzem modificações antrópicas no habitat em que se fazem inseridos.

Nesse intenso processo de complementaridade, conflitualidade e interação o espaço é constituído multidimensional e multiescalar pelas várias dimensões das relações naturais e sociais<sup>1036</sup>, o que, pela construção das relações de poder, permite a realização da integração e conexão de territórios – ou de sua fragmentariedade e disrupção. Se antigamente era a energia que “reunia as diferentes porções do território”<sup>1037</sup>; na atualidade, a concepção de território está imbuída de múltiplas relações de poder materiais e simbólicos, construída dentro de diferentes escalas temporais, que podem ter um caráter permanente ou periódico<sup>1038</sup>.

Dada a relação constitutiva de espacialidades e, postos os elementos das territorialidades, sem suas distinções ou aprofundamentos, cabe ressaltar que esses conceitos multiescalares não devem ser dissociados de seus principais atributos: “totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania”. Desta feita, a produção socioespacial dependerá das relações de identidade, poder e agência entre um grupo social e seu espaço de consubstanciação.

Nessa perspectiva, as relações de poder estabelecidas nos territórios não são expressas apenas pelos indivíduos e grupos sociais, ou por homologias estruturais e conflitos entre campos de legitimação, mas, em grande medida, pela ação e controle do Estado que ora contribui com as demandas de seu interesse e ora atravanca contra demandas que lhe são desinteressantes.

O desenvolvimento do capitalismo e a mudança de substratos dos mercados consumidores, propiciou ao campo brasileiro um reordenamento territorial ao longo dos últimos séculos, em especial no século XX. Esse reordenamento contribuiu para um desenvolvimento simultaneamente desigual e combinado da conjuntura de valorização, produção e reprodução socioespacial em que tensões entre grupos sociais em espaços geográficos são articulados para atender a determinadas demandas e atingir a determinados fins propostos pelo capital<sup>1039</sup>.

Ao se estudar as relações sociais e modificações antrópicas produzidas no ambiente amazônico sul-occidental é necessário levar em consideração a complexidade dos ambientes, os avanços e as mudanças estruturais ocorridos na região ao longo da história. Berta Becker<sup>1040</sup> ao se debruçar sobre a questão amazônica, destaca três aspectos de mudanças estruturais na história recente da Amazônia: 1) a conectividade; 2) a econômica; 3) a estrutura de povoamento.

Para Becker, a conectividade se expressa até meados do século XX, na década de 1950, em que há intensa relação com o exterior e bem pouca com o restante do Brasil, já que não havia conexões terrestres, via estradas. Os produtos amazônicos, até esse período, se dirigiam para o continente europeu, a exemplo do circuito econômico da produção gomífera da Hévea brasiliensis. As principais cidades da região procuravam reproduzir o estilo de vida europeu o que fica latente ao se observar o aspecto arquitetônico da chamada belle époque. Becker aponta que a mudança de conectividade foi estimulada pela construção de estradas que ligassem a Amazônia ao restante do país como a Belém-Brasília (BR-010), Transamazônica (BR-230), Cuiabá-Santarém (BR-163), e a BR-364, ligando São Paulo às capitais do sul da Amazônia – todas essas construídas a partir da década de 1960. Tão importante quanto as estradas para a conectividade foi a implantação de redes de energia e telecomunicações, permitindo conexões mais rápidas e eficientes da Amazônia com o Brasil e o mundo.

A segunda mudança estrutural foi promovida pela transformação da economia extrativista tradicional para um modelo extrativista com alta tecnologia (tratores, motosserras, energia elétrica, comunicações, dentre outros) que provocou uma migração para a Amazônia e consequentes conflitos socioambientais de grandes proporções. Na diversificação dos recursos naturais a serem explorados, ganha destaque os de origem mineral extraídos por pequenas e grandes empresas como ouro, pedras preciosas e semipreciosas. Com a implantação da Zona Franca de Manaus e a política de incentivo de produção na região, a produção de bens de consumo duráveis se torna destaque nacional e, pelas políticas de incentivo a expansão da fronteira agrícola e de pecuária, os produtos derivados do agronegócio são postos em evidência por volume crescente a partir dos anos de 1990.

A terceira mudança estrutural importante está vinculada à estrutura de povoamento, onde, a população tornou-se majoritariamente urbana. Conforme registrado no Censo Demográfico de 1991, a população urbana contada foi de 55,74% dos habitantes da Amazônia, enquanto a rural registrada foi de apenas 44,26%. Leandro Tocantins ao refletir sobre a Amazônia, na década de 1950, escreveu que “O rio comanda a vida”<sup>1041</sup>. Com a mudança estrutural estabelecida, as populações amazônicas não são mais coadjuvantes de um rio protagonista. O povoamento deixa sua espacialidade à margem dos cursos de água e passa a ser reorientado a partir da abertura dos grandes eixos rodoviários, dinamizando a forma de ocupação, a economia, mas também produzindo novas contradições que acirraram as

disputas pela apropriação dos recursos naturais e os conflitos socioambientais de diferentes ordens.

A mudança espacial implicou em outras mudanças na vida desses homens e mulheres que precisaram se deslocar, além das rupturas, distanciamentos e traumas decorrentes de situações desse tipo<sup>1042</sup>. Essas pessoas passaram por “quebra” de relações sociais, adaptações e resistência aos novos espaços e culturas, modificando no próprio processo de mudança espacial, impregnado de rupturas, a reconstrução de sua identidade individual e coletiva.

### 7.4.3 Ecoteologia e a crise ecológica amazônica

A ecoteologia executou uma transformação no paradigma antropocêntrico que está entranhado na teologia contemporânea. Sua proposta visava uma estreita articulação entre a reflexão teológica e a espiritualidade. Ela postulou a ideia de ciência da interdependência, abrangendo um olhar sobre as mudanças na ética cristã, atitudes individuais e coletivas que visassem a sustentabilidade da vida no planeta em um tripé interdependente de espiritualidade, ética e reflexão.

A partir de uma perspectiva integradora e dialogal, a ecoteologia não partiu de um tema externo ou ocasional, mas do que é mais precioso para a fé cristã: a unidade e a complexidade da experiência salvífica. A novidade que ela trouxe foi retirar o ser humano do patamar antropopatorizador de todas as coisas e colocá-lo como parte integrante do planeta, junto com as outras criaturas.

A ecoteologia se fez presente nas cartas publicadas no boletim *Nós, Irmãos*. Nelas é possível se perceber não apenas um cuidado para a manutenção da floresta de pé, mas também, a busca da salvação integral em que homem e natureza pudessem conviver harmonicamente. Essa visão conceitual ecoteológica partiu das formulações dos estudos teológicos com a cosmovisão da integralidade ecológica.

A ecologia, enquanto ciência, surgiu da biologia. Inicialmente buscava a compreensão dos seres vivos em relação com seu habitat. Em seguida, passou a estudar as condições de existência dos seres bióticos e sua interação com o meio. De acordo com Fritjof Capra, “a ecologia é o estudo de como a Terra funciona, ou seja, as relações que interligam todos os moradores da nossa Casa Comum”<sup>1043</sup>, os seres abióticos (solo, água, ar, energia do sol) e bióticos (microrganismos, plantas, animais e humanos). Assim, a ecologia é a ciência da interdependência.

Para Afonso Murad, a ecoteologia surge quando “se aproximam dois saberes distintos, com seus correspondentes jogos linguísticos, termos e enfoques, é necessário um tempo de maturação, até chegar ao nível do diálogo interdisciplinar e transdisciplinar”<sup>1044</sup>. Duas percepções embasam a ecoteologia: a relação do ser humano com a criação de Deus; e, a relação da religião cristão com a civilização científica<sup>1045</sup>. De acordo com Murad<sup>1046</sup>,

A Ecologia integral abarca: ecologia ambiental, econômica e social (LS 138-142), ecologia cultural (LS 143-146) e ecologia da vida cotidiana (LS 147-155). Relaciona-se com o Bem Comum, clássico princípio da Doutrina Social da Igreja, e a opção preferencial pelos pobres (LS 156-158). Inclui ainda um princípio emergente consensual: a justiça intergeracional, compromisso para com as futuras gerações”. (LS 159-162).

A “Teologia Ecológica da Libertação” proposta por Leonardo Boff apresentou como uma de suas principais características o diálogo com a cosmologia. Para ele, os estudos cosmológicos demonstram a coerência da criação que “continua se expandindo, se auto-organizando e autocriando numa direção que termina no mistério”<sup>1047</sup> e seu fim é a consumação em Deus mesmo<sup>1048</sup>. Boff, em sua cosmovisão, mostrou que não é contra o antropocentrismo e o desenvolvimento das ciências Biológicas<sup>1049</sup>, mas que é preciso superar o antropocentrismo e o paradigma antropocêntrico, isto é, a era do “antropoceno”, ou seja, a maneira de ver o mundo “imperante, mecanicista, utilitarista, antropocêntrica e sem respeito pela Mãe Terra e pelos limites de seus ecossistemas”<sup>1050</sup>. Para tanto, Boff escreveu que agora estamos vivendo a Era do “Ecozóico”, enfatizando a necessidade de o ecológico ser “a realidade central a partir da qual se organizem as demais atividades humanas, principalmente a econômica”<sup>1051</sup>.

O autor destacou o cuidado no lugar da dominação, o reconhecimento do valor intrínseco de cada ser, o respeito por toda a vida, os direitos e a dignidade da natureza como característica cosmológica dessa teologia ecológica. Para Boff, no universo, tudo está relacionado: o que possibilitou o desenvolvimento da vida não foi a adaptação do mais forte, mas a colaboração e a sociedade<sup>1052</sup>. O autor propôs que “a lei de Darwin da seleção natural por meio da sobrevivência do mais forte deve ser completada por uma visão mais ampla”<sup>1053</sup>, caso contrário, os dinossauros estariam reinando até hoje<sup>1054</sup>. A terra é vista por Boff como um superorganismo vivo que “possui um equilíbrio bem sutil entre seus elementos físico-químicos”<sup>1055</sup>.

Leonardo Boff afirmou que há a necessidade de uma ética mundial para a resolução de três problemas de dimensões planetárias urgentes: a crise social, a crise do sistema de trabalho e a crise ecológica<sup>1056</sup>. Ele acrescentou que:

[...] vivemos sob uma grave ameaça de desequilíbrio ecológico que poderá afetar a terra como sistema integrador de sistemas. Ela é como um coração. Atingido gravemente, todos os demais organismos vivos serão lesados: os climas, as águas potáveis, a química dos solos, os microorganismos, as sociedades humanas. [...] A raiz do alarme ecológico reside no tipo de relação que os humanos, nos últimos séculos, entretiveram com a Terra e seus recursos: uma relação de domínio, de não reconhecimento de sua alteridade e de falta do cuidado necessário e do respeito imprescindível que toda alteridade exige<sup>1057</sup>.

Tudo isso tem estreitos laços com a questão central da Doutrina Social da Igreja: *o Bem Comum*. Também Moraes asseverou a necessidade de uma nova ética para o presente século, onde a educação ambiental se torne essencialmente preponderante<sup>1058</sup>.

A forma como os seres humanos degradaram a floresta Amazônica nas últimas décadas, corrobora com o pensamento de que atualmente existe uma visão holística em que os seres humanos vivem em um sistema de opressão que os coloca no centro das relações e não como uma das partes do todo<sup>1059</sup>. Essa visão consumista e despreocupada que objetiva o bem estar e a ideia de ter acarreta o aumento da exploração da natureza e alienação da força de trabalho. Nessa relação, a natureza é a fonte do valor de uso enquanto os homens que muito querem retirar dela, pouco estão dispostos a devolver a ela<sup>1060</sup>.

#### 7.4.4 A luta pela posse da terra

No início da década de 1970 foi iniciada a ocupação das terras acreas adquiridas por fazendeiros que derrubaram grandes áreas de floresta para a criação de campos de pastagem a serem utilizados para alimentar o rebanho bovino. Antes de derrubar a floresta era necessário retirar os habitantes, embora a prática não seguisse necessariamente essa ordem. Em muitos casos tornou-se comum entre os fazendeiros ao encontrar um dono de pequena propriedade que não a quisesse vender, que se derrubasse toda a floresta ao redor da pequena propriedade. Com esse ato, inviabilizava a



permanência na localidade por afastar os animais silvestres comuns à caça e à pesca, desviar mananciais de água para fazer açude para seu rebanho, cercar a passagem dos moradores pelas terras das novas fazendas, retirar os meios de subsistência do pequeno produtor, dentre outras formas de pressão para aquisição das pequenas propriedades rurais.

Na segunda metade da década de 1970, a indústria extrativa da madeira passou a ter grande lucro pelo uso de uma nova ferramenta tecnológica, a motosserra. Já não se derrubava apenas para fazer pastagens para o gado, mas a madeira extraída dava lucro rápido e atuava em frente paralela e progressiva com a pecuária para fornecer riqueza a quem explorava as terras recém adquiridas.

Com a proibição da derrubada das castanheiras, as florestas eram derrubadas e as castanheiras permaneciam solitárias em pé. Isso fez com que o acesso ao fruto das castanheiras ficasse mais fácil e a produção aumentou na segunda metade dos anos 1970. Também houve uma expansão do rebanho bovino que passou de 72.455 cabeças em 1970 para mais de 300.000 em 1980. A pecuária de corte e a leiteira se expandiram a ponto de surgir a indústria de laticínios e beneficiamento do leite<sup>1061</sup>.

Dado o contexto acima exposto, é possível afirmar que a luta pela posse da terra tem, no mínimo, dois lados: o dos fazendeiros ricos que por vezes atuam conjuntamente com grileiros e o lado dos posseiros e colonos que atuam como seringueiros, extratores, agricultores, pescadores entre outros. Evidentemente que essa relação de conflitos pela posse da terra não é dual, contudo, em grande medida, se apresentou nas cartas publicadas como sendo dialógica e anacrônica.

Enquanto os fazendeiros conseguiram a documentação da terra dos antigos seringais acreanos que estavam falidos, aos seringueiros e seus descendentes que viviam nas “colocações” não foi dado o usucapião. Mesmo que estes tenham sido enviados para a Amazônia por iniciativa e ordem do Governo Federal. Eles trabalhavam na coleta do látex, da castanha, viviam de pequenas plantações e da pesca desde a época dos seringais, residindo nas localidades há quase cem anos. Em vários momentos de análise das cartas se percebe um comportamento dual: por um lado, compradores das terras que intentavam derrubar a floresta para vender as árvores de madeira nobre, por outro os seringueiros que necessitavam da floresta de pé para manter o sustento de suas famílias.

Se por um lado existiam compradores das terras que intentavam derrubar a floresta para vender as árvores de madeira nobre, por outro havia

os habitantes das localidades que necessitavam da floresta de pé para manter o sustento de suas famílias. É certo que nem todo fazendeiro é grileiro de terras, também é certo que nem todo posseiro é honesto, contudo, é perceptível a existência de vários focos de conflitos e dissensões por causa do uso da terra.

No meio disso tudo os Governos Federal e Estadual fechavam os olhos para as matanças de trabalhadores nas matas acreanas. Os trabalhadores ao tentar resistir aos desmatamentos eram ameaçados por jagunços ou mortos em defesa de suas “colocações”, de seus lares, de suas famílias. Quase nunca esses assassinatos eram elucidados.

Ao buscar entender as tipificações dos movimentos sociais e dos grupos comunitários, ensejando uma postura de maior conhecimento sobre os mesmos, bem como sobre a atuação de sua liderança, tomamos por empréstimo os termos utilizados por Munck, Choi-Fitzpatrick e Guevara. O foco de análise desses agrupamentos se deu em três enfoques: com Guevara<sup>1062</sup>, os enfoques teóricos e as agendas de investigação; com Choi-Fitzpatrick<sup>1063</sup>, os perfis de liderança; e, com Munck<sup>1064</sup>, a centralidade das abordagens.

As relações sociais estabelecidas nos grupos sociais de conduta coletiva em luta contra o poder dominante podem ser aplicadas a partir da teoria dos novos movimentos sociais de Guevara. Verificamos a aplicabilidade dos três princípios propostos por Guevara: o princípio da identidade em consciência de organização e prática conjunta, para entender como os grupos de base foram formados e as associações de luta pela manutenção da floresta de pé; o princípio de oposição para perceber as ações, que os indígenas, extratores, agricultores, seringueiros e moradores da periferia fizeram para agir com o surgimento do conflito com os representantes do “Capital”, que tentavam tomar suas terras; e, o princípio da totalidade, para entender a transcendência que esses movimentos tiveram de suas ações, a partir da luta, eles se instauraram como, associações, grupos sociais, sindicatos rurais, formaram as reservas extrativistas e a atuaram na demarcação de terras urbanas para moradia popular.

Muitos dos homens e mulheres que habitavam as margens das rodovias no Vale do Tarauacá, Purus e Iaco, nas regiões dos municípios de Tarauacá e Feijó, Manoel Urbano e Sena Madureira foram obrigados a se retirar das terras em que viviam. Percebemos também que os migrantes do Centro-Sul também se instalaram nessas localidades, principalmente próximo à BR-364 e BR-317 e AC-40.

Nos vários municípios que fazem parte do Vale do rio Acre e do rio Purus a ocupação foi mais extensiva e predatória – embora tenha sido intensa à margem da maioria das rodovias. A derrubada de árvores e queimadas mataram muitos animais, portanto, a sobrevivência do homem da zona rural ficou cada vez mais difícil com o cerceamento de víveres para a coleta, a escassez da caça, as pressões dos grileiros e a derrocada da “economia gomífera”.

Elder Paula, em sua obra *Seringueiros e sindicatos*<sup>1065</sup>, cita os estudos produzidos pelo Banco Mundial, afirmando que os desmatamentos foram tamanhos que, entre 1975 e 1980, cerca de 5,4% das terras acreanas foram desmatadas. O autor afirma ainda que esse perfil predatório se deu principalmente no curso que segue o traçado das BRs 364 e 317 e da AC-40. Dessa forma, a atividade de compra das terras se deu mais atuante nos municípios de Plácido de Castro, Senador Guimard, Boca do Acre, Rio Branco, Sena Madureira, Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri.

Percebemos também a exclusão dos povos tradicionais e dos posseiros da construção do dito “progresso” nas terras da Amazônia Sul-Occidental. Ao analisar as mensagens contidas nas cartas percebemos que os grupos sociais que habitavam as florestas: indígenas, extratores, agricultores, seringueiros, posseiros e outros não faziam parte dos planos dos compradores dos seringais, antes, eram vistos como ameaça à propriedade da terra. Assim foram expulsos os habitantes das florestas em uma denominada “limpeza da área”, que contava com fazendeiros acompanhados de jagunços, advogados, pistoleiros, envolvendo até a colaboração de policiais, oficiais de justiça, promotores e juizes, na defesa desses ditos “cidadãos honrados”, que tantas vezes, por suas atitudes, se confundiam com especuladores e grileiros.

As pessoas que viviam nessas comunidades começaram a se unir em defesa da luta pela terra em que habitavam há gerações. Esses grupos tiveram duas formações básicas: uma apoiada pela Igreja Católica e outra com movimentos sociais nascidos pela união em prol do bem comum. Esses dois tipos de movimentos também tinham dois tipos de lideranças distintos.

As formulações traçadas por Choi-Fitzpatrick<sup>1066</sup> são bem próximas das encontradas em nosso campo de estudo, tendo de um lado uma organização de luta social com liderança da igreja Católica que, em grande medida, pauta o discurso de movimentação por direitos sociais; e, de outro lado,

existem os grupos e associações pré-sindicais, com discurso mais participativo, embora com objetivos muito parecidos ao primeiro.

Dezenas de grupos sociais de resistência à opressão e luta pela posse da terra foram formados – além de mais de uma centena de Comunidades Eclesiais de Base. Esses grupos sociais, movimentos de organização de ações, grupos de “empates”, grupos pré-sindicais e associações de moradores se fizeram presentes tanto nas comunidades que viviam nas florestas e eram oriundas das anteriores sedes dos antigos seringais quanto nas periferias das cidades.

Depois de uma maior organização, vários desses movimentos sociais se tornaram sindicatos e associações organizadas, sendo perseguidos pelos poderes político e econômico. A perseguição veio contra os que resistiam ao poder do “grande Capital”. Desses agrupamentos e sindicatos formados, pode-se dizer, a princípio, que dezenas de líderes foram presos; e várias foram as “mortes misteriosas”<sup>1067</sup>, contudo, a luta não cessou, das várias formas de luta gestadas ali, o “empate” de derrubada da floresta que se tornou símbolo da resistência, da nova fase de luta dos seringueiros.

Na página 06 do Boletim “*Nós, Irmãos*” pode-se ler:

Os trabalhadores rurais sempre são vítimas das violências empregadas por parte de fazendeiros, como mostram os recentes conflitos envolvendo trabalhadores e até policiais em Feijó e Boca do Acre. Juntou-se a estes fatos, outro muito mais grave: o assassinato de Wilson de Souza Pinheiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia. (...) como declarou o delegado encarregado do inquérito policial, esse ato “foi obra de profissional de gatilho, provavelmente pago”. Todavia, são publicamente conhecidas as ameaças feitas por fazendeiros àqueles que se opõem a seus interesses<sup>1068</sup>.

Na página seguinte do mesmo Boletim há a denúncia feita pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos:

Esperávamos que as autoridades policiais conduzissem as investigações para apurar as mortes do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Sr. Wilson de Souza Pinheiro, e do gerente da fazenda Nova Promissão II, Sr. Nilo Sérgio, com imparcialidade e sobretudo sem recorrer a métodos condenáveis pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela própria Constituição Brasileira<sup>1069</sup>.

Quanto ao assassinato de Wilson Pinheiro, o historiador Marcos Neves (2013), ao dar entrevista para um jornal da localidade, escreve:

Foi pelas vozes alheias que começamos a conhecer a história do Wilson. Sobram relatos do dia 21 de julho de 1980, quando três balas desferidas pelas costas puseram fim à sua vida. O primeiro dos líderes da floresta a morrer sem razão, por uma causa. Mas não o último a pagar com sua vida para que outros pudessem continuar vivendo de acordo com suas tradições ancestrais. Foram esses relatos da morte, da comoção popular, do enterro, da indignação, da dor e das juras de vingança, publicadas nos jornais acreanos e repetidas nas entrevistas feitas com as pessoas que participaram dessa história, que nos fizeram começar a ouvir o som da voz daquele homem calado<sup>1070</sup>.

Elder Andrade de Paula em seu livro “Desenvolvimento Insustentável” escreve sobre os planos por trás da morte de vários líderes de movimentos sociais no Acre. Ele afirma que:

O jornal Varadouro registrou de forma incomparável a escalada de violência no campo, que culminaria com o assassinato de Wilson Pinheiro, Presidente do STR de Brasileia, em 21 de julho de 1980. Este ato resultou de uma decisão firmada entre fazendeiros e seringalistas de combater a organização sindical dos trabalhadores através da eliminação de suas lideranças mais expressivas, conforme externou publicamente um de seus articuladores, Guilherme Lopes, na Rádio Seis de Agosto de Xapuri. Segundo as palavras desse seringalista, a solução para os conflitos de terras no Acre era matar os presidentes dos sindicatos, os padres e delegados sindicais<sup>1071</sup>.

O plano de matar sistematicamente os trabalhadores rurais e líderes sindicais que se opusessem a criação dos latifúndios foi uma estratégia crescente das organizações que utilizavam da violência privada contra as organizações dos trabalhadores. O Caso de Brasiléia é contundente porque houve a reação imediata da base sindical, resultando no “Justiçamento” de “Nilão”, que era considerado um dos responsáveis pelo crime<sup>1072</sup>. A polícia e a justiça que demoraram dias para abrir processo pela morte do Wilson Pinheiro e que dava como incerto a descoberta do assassino, foi rápida e ágil em prender os seringueiros que supostamente teriam participado da emboscada contra o “acusado de matar Wilson”. Se por um lado, para o Estado, através da polícia, não poderia “prender” sem provas, ou levar à delegacia

para depor, sem a devida consistência os pretensos matadores de Wilson, por outro lado, o Estado não viu problemas em “prender” sem provas e levar para a delegacia, para depor, os seringueiros acusados do segundo crime.

Também Xapuri e Rio Branco tiveram seus Sindicatos de Trabalhadores Rurais, este formado em 23 de maio de 1976, com 1.352 participantes em assembleia inicial; e aquele em 09 de abril de 1977, com 302 trabalhadores em sua assembleia inicial. Todos esses sindicatos associados conseguiram o objetivo intentado de “empatar” as derrubadas. No início, eram apenas homens a fazer parte dos “empates”. Os fazendeiros para “proteger” os peões, chamavam a polícia, que efetuava várias prisões. Por outro lado, os sindicatos acionavam os advogados para soltar os seringueiros, alegando falta de prova diante dos pretensos delitos de que foram acusados. Os empates aumentaram sua proporção, a ponto de mulheres e crianças participarem para inibir a violência policial.

Percebemos que o problema da coordenação persiste, não apenas pela orientação política, social ou por estratégias de identidade. Com o assassinato de algumas lideranças dos grupos sociais, prisões de outras, e, ainda, repressão constante contra aqueles que se opõem as políticas de fomento para a “integração da Amazônia” fez com que houvesse o enfraquecimento de ações coletivas. Tanto a orientação quanto a condução de ações presentes nas cartas devem ser levadas em conta, uma vez que esses movimentos buscavam, em última instância, a resolução dos conflitos existentes, atuando pelo viés democrático, em busca de justiça social.

Dado o contexto, percebemos que a correlação aplicada por Choi-Fitzpatrick pode ser replicada, com as devidas adaptações ao contexto amazônico, por possibilitar uma visão mais ampla dos movimentos sociais e a luta por direitos, dentre eles a posse da terra, ensejando a percepção do lugar de onde se fala, o que se diz e como isso representa os trabalhadores que foram expropriados de seus direitos básicos.

As relações sociais estabelecidas dão conta de atuações em várias frentes de organizações sociais, movimentos sociais e agentes sociais que tiveram suas ações a partir de visões eclesiásticas e sociológicas<sup>1073</sup>. Ao nos aprofundarmos um pouco mais nos estudos sobre esse período de intensos conflitos na Amazônia Sul-Occidental, percebemos o embrião de luta que tomou fôlego a partir da cidade de Rio Branco irradiando por todo o Estado do Acre e circunvizinhanças amazônicas.

Ocupação e violência são elementos constitutivos do processo de urbanização acreano. Ao analisarmos jornais do período de 1971 a 1985,

foram pouco mais de cento e vinte as inserções escritas que falavam dos posseiros enquanto vítimas dos conflitos pela terra nas áreas de ocupações, ou seja, 12% das inserções tratam do sofrimento de agressões – excluídas as denúncias, as epístolas, manchetes de capa e outras que também tratavam da temática.

As vozes dos movimentos e das organizações sociais há muito foram cerceadas, sendo em poucos momentos permitida em periódicos como o Boletim Informativo da Igreja Católica. A união desses trabalhadores em agrupamentos e movimentos foi fundamental para a manutenção da floresta em pé e precisam de maiores análises para compreensão de suas ações em prol do homem amazônida. Assim, acreditamos que seja possível dizer que o desenvolvimento posto na Amazônia, mais aclarava os interesses dos países industrializados que das populações locais, não sendo ecologicamente sustentável e nem socialmente justo.

#### 7.4.5 Uma Reforma Agrária incipiente e excludente

O Governo Militar sendo pressionado pelos grupos de posseiros e movimentos sociais precisou tratar da questão fundiária, propondo uma reforma para o campo com marcos de propriedade capitalista. A *reforma agrária*, ou seja, a transformação na estrutura da propriedade da terra, não do capital, vai marcar a produção capitalista. Sua implementação, vista pelo latifúndio como *coisa de comunista*, foi realizada pelo Marechal Castelo Branco, através do *Estatuto da Terra*<sup>1074</sup>, de 30 de novembro de 1964, que foi implementado depois da promulgação da *Emenda Constitucional N° 10*, de 09 de novembro de 1964<sup>1075</sup>. A partir desse novo entendimento jurídico, foi permitido o pagamento de indenização das terras desapropriadas, para reforma agrária, em título da dívida pública e não em dinheiro, como era legal até então.

Na lógica mais ampla da Doutrina de Segurança Nacional, a política agrária visava impedir o agravamento das condições e lutas no campo, o que implicava na “despolitização da questão fundiária e a exclusão do campesinato das decisões sobre os seus próprios interesses”<sup>1076</sup>. Outrossim, a reforma agrária contemplada nesse estatuto limitou-se “aos casos de tensão grave, em áreas prioritárias, quando então pode haver a desapropriação por interesse social, e aos casos de reassentamento de minifundiários, ou de vítimas de conflitos, em certas regiões”<sup>1077</sup>.

Com a terra ganhando ares de mercadoria e a concessão de incentivos fiscais para os empresários investirem nas terras acreanas houve uma mudança na estrutura fundiária acreana. Quanto a essas medidas e políticas públicas voltadas à Amazônia Elder Paula escreve:

[...] preconizou uma política de concessão de incentivos fiscais aos empresários [...] [onde] os investimentos orientaram-se de preferência para a agropecuária, de modo que um grande número de empresários e de empresas, especialmente do Sudeste, sem tradição no ramo, tornaram-se proprietários de terras e empresários rurais. Em princípio, a aquisição de terras pelos grandes capitalistas do Sudeste animou o mercado imobiliário, convertendo, por isso mesmo, os proprietários de terras em proprietários de dinheiro e forçando-os, por sua vez, a agirem como capitalistas (PAULA, 2005, p. 67).

As populações da Amazônia acreana que antes viviam principalmente às margens dos rios, foram levadas a viver na “terra firme”. Clareiras foram abertas na floresta amazônica influxando uma circulação que se urbanizou e iniciou o processo de industrialização ao mesmo tempo em que potencializava os problemas sociais e ambientais. Quanto aos impactos dessa expansão, Silvio Silva escreve que:

No âmbito do ambiente rural, os impactos nas florestas, nos cursos d'água, no regime pluvial e no modo de vida do trabalhador têm sido deveras sentido. Sob o impacto do desmatamento, florestas foram destruídas com seus recursos madeireiros parcialmente aproveitados. Muitos seringais de onde antes a população seringueira produzia também sua sobrevivência, com trabalhos extrativos, deram lugar a áreas agricultáveis e de formação de pastagens.

No período de estiagem, o regime dos rios foi alterado e cursos d'água menores, sazonalmente, podem secar. Consequentemente há uma alteração no nível hidrostático com o aprofundamento do lençol freático, a escassez de água potável também pode ser sentida pelos construídos para a captação nos períodos chuvosos. Esta variabilidade é sazonal na Amazônia, porém, com o desmatamento deixando o solo desprovido de cobertura, sujeito a maior compactação natural ou pelo pisoteio do gado, ocorre uma ampliação dos efeitos de degradação ambiental atuando sob a composição pedológica e geomorfológica do lugar.

O ambiente do trabalhador tradicional foi deveras alterado, pois com a mudança na base produtiva, a vida na floresta foi inviabilizada. Esse impacto socioambiental teve como origem o domínio fun-



diário estabelecido, com a implantação de colonização e áreas de fazendas, em que se reforçavam os espaços de reprodução da propriedade fundiária privada. Isto significava uma mudança radical na territorialização do domínio e uso da terra dos antigos seringais, nos quais após a falência da empresa capitalista, o trabalhador extrativista fixou meios de vida próprios sob bases de sua unidade de produção na floresta a colocação. A população seringueira reduzia-se na zona rural, migrando para as cidades sede dos municípios [...]<sup>1078</sup>.

A dinâmica econômica e demográfica foi modificada pela intensificação e expansão da agropecuária tendo a Amazônia acreana como partícipe ativa no processo de transformação territorial do Brasil. Com a expansão agropecuária a partir dos anos 1970 uma série de problemas socioambientais sem precedentes ocorreu modificando abrupta e brutalmente a realidade acreana.

Um estudo do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas (Cedeplar) revelou que, de modo geral, as práticas criminosas contra pequenos ocupantes eram acobertadas pelas autoridades locais que conscientemente omitiam-se de tomar atitudes contra os agressores<sup>1079</sup>. Também se pode dizer da Delegacia Regional do Trabalho, instalada no Acre em 1969, somente em 1972 funcionou com regularidade, mesmo que em condições precárias de instalação. A Justiça do Trabalho, criada em 1970, somente foi instalada três anos depois.

Sandra Basílio ao estudar *A luta pela terra e a Igreja Católica no Vale do Acre e Purus*<sup>1080</sup>, percebeu que a leitura que se fazia nas notícias dos jornais oficiais é a de que essas populações estavam invadindo ou ocupando uma área que não lhes pertencia – o que não é verdade. Os seringueiros, posseiros e índios estavam lá há muito tempo, estes desde há vários séculos, e aqueles, desde a abertura e expansão da fronteira acreana.

Somente em 1974 a representação do INCRA no Estado do Acre passou a ser uma Coordenadoria Regional da Amazônia Occidental, com jurisdição e autonomia no Acre e Rondônia, para intervir na questão fundiária. A ação do INCRA objetivava, a priori, evitar e/ou conter a violência nos conflitos originados da luta pela terra e reconheceu que os pequenos ocupantes de terras acreanas tinham direitos adquiridos pela ocupação das mesmas, embora não tenha agido com essa propriedade por muito tempo.

Em 1975 houve um encontro em Goiânia, onde cristãos, entre bispos, padres, religiosos e leigos se reuniram entre os dias 16 e 22 de junho, discutiram as necessidades e os problemas da terra que afligiam a Amazô-

nia Legal e o restante do país. No desfecho desse encontro, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) instalou a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e o bispo acreano-puruense que participara do encontro, Dom Moacyr Grechi, foi eleito seu primeiro presidente.

Ainda em 1975 foi instalada no Acre a Delegacia da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), que interferiu e orientou as ações de produtores rurais, posseiros e seringueiros contra o intento dos “novos donos da terra” de expulsá-los. Os conflitos pela posse da terra estavam em vários lugares, embora a maior concentração se desse em Xapuri. De acordo com Costa Sobrinho<sup>1081</sup>, a CONTAG estabeleceu três linhas de ação baseadas no Estatuto da Terra e no Código Civil de 1917.

Todas essas ações pressionaram os governos federal e estadual a desenvolver uma política de terras visando executar a reforma agrária nas terras acreanas. A reforma não saiu como o almejado pelos grupos litigantes. Muitos dos dados existentes sobre o assunto “sumiram” dos arquivos. Encontramos algumas cópias desses dados em Brasília, outros em Pernambuco, e, ainda, outros no Amazonas – mesmo assim, a fragmentariedade parece ter se tornado a regra na constituição das políticas públicas traçadas nesse sentido.

Os primeiros projetos de assentamento do Incra em terras acreanas foram marcados por falta de uma política pública de desenvolvimento baseado nas particularidades locais, o que levou a uma reconcentração fundiária e deterioração desses processos.

Entre os anos de 1976 e 1985 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária utilizou o processo de desapropriação para a reforma agrária criando três modalidades de assentamento: o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD); o Projeto de Assentamento (PA); E O Projeto de Assentamento rápido (PAR). Nesses projetos eram assentadas prioritariamente as famílias oriundas do Centro-Sul do país.

Os PAD's, também denominados de Projetos de Colonização (PC) foram criados a partir da década de 1970 para assentamento de pequenos e médios agricultores em regime de propriedade familiar. Os PAD's Pedro Peixoto e Boa Esperança foram o marco inicial de colonização dirigida no Estado do Acre, trazendo principalmente migrantes do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Os PA's foram uma modalidade de assentamento que incentivava a prática de agricultura em áreas abertas. As unidades produtivas eram tituladas aos assentados que deveriam cultivar seus lotes para a produção.

Os PAR's objetivavam a regularização e ocupação de áreas tidas por devolutas que houveram sido arrecadadas na faixa de fronteira do Estado do Acre, através de uma inicial "Autorização de Ocupação" (AO), e, com o passar dos anos, essas terras foram demarcadas passando as famílias a obter o Título Definitivo Rural (TDR).

Percebe-se, contudo, que depois de assentar os colonos na terra os Governos Federal e Estadual pouco fizeram para subsidiar a produção, dar acesso a água potável e energia elétrica ou, ainda, abrir estradas e ramais que pudessem servir de escoadouro para a produção agrícola e pastoril que se ensinou produzir nessas terras.

São raros os dados sobre a reforma agrária uma vez que muitos deles têm graves inconsistências de duplicação de titularidade para as mesmas propriedades. Assim sendo, para fazer nossa análise, escolhemos levar em conta um levantamento produzido pelo Relatório 227 do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O acesso à informação sobre a reforma agrária sempre foi difícil pelo fato de os dados estarem espalhados em várias delegacias regionais, contudo no dia 02 de abril de 2020 o Incra, através do Relatório 227 publicou uma sistematização dos "Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação", com período de 01/01/1900 até 02/04/2020. De acordo com esses dados da "Coordenadoria-Geral de Implantação", da "Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento" do Incra, o Brasil constituiu 9.435 projetos de reforma agrária, assentando e/ou regularizados 969.944 famílias em 87.675.720,6484<sup>1082</sup>.

Quanto ao Estado do Acre, de acordo com dados da Superintendência Regional do Incra no Acre, entre os anos de 1.900 e 2.020, foram instalados 158 projetos no Estado, em uma área de 5.609.212,3666 com 32.335 famílias assentadas e/ou regularizadas<sup>1083</sup>, sendo que, conforme se percebe na tabela, a reforma agrária somente começou a ser realizada no Estado do Acre a partir do ano de 1971 – mesmo já havendo prerrogativa legal em dois planos de reforma agrária anteriores<sup>1084</sup>.

No período em que as populações rurais começaram a se organizar nas Comunidades de base, associações e sindicatos, entre os anos de 1971 e 1985, foram executados no Estado do Acre 37 projetos de assentamentos de populações rurais – a maioria deles para assentar as populações provenientes do centro-sul que foram realocadas na Amazônia Sul-Occidental.

Entre 1971 e 1985 foram implementados 37 projetos de reforma agrária, totalizando 10.393,729040 (dez mil, trezentos e noventa e três)

quilômetros quadrados disponibilizados para assentamentos<sup>1085</sup> no Estado do Acre. Ao fazer uma relação entre as áreas disponibilizadas no Acre para assentamentos de reforma agrária e as áreas de atuação das Prelazias do Acre-Purus e da Prelazia do Juruá percebe-se que 9.282,716484 (nove mil, duzentos e oitenta e dois) quilômetros quadrados estão situados nos Vales do Acre e Purus; e, 1.111,012556 (hum mil, cento e onze) quilômetros quadrados estão situados nos Vales do Juruá e Tarauacá.

Quanto às famílias assentadas, 11.112 (onze mil, cento e doze) famílias foram assentadas no Estado do Acre. Destas 9.338 (nove mil, trezentos e trinta e oito) famílias assentadas em áreas situadas nas terras que compõem a Prelazia do Acre-Purus, no Alto Acre e Alto Purus; e, 1.774 (um mil, setecentos e setenta e quatro) famílias assentadas em áreas situadas nas terras que compõem a Prelazia de Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá e Alto Tarauacá.

### Quadro: Projetos de Reforma Agrária durante a vigência do *Nós, Irmãos*

Projetos de Reforma Agrária no Acre, conforme fases de implementação do INCRA (1971-1985).

Nº	Nome do Projeto	Município Sede	Área	Famílias Assentadas	Fase	Forma de Obtenção	Data de Obtenção
01	PAR MÁRIO LOBÃO	BOCA DO ACRE	43.515,3778	280	07	Arrecadação	17/04/1980
02	PAR ALELUIA	MANOEL URBANO	18.244,6647	163	07	Arrecadação	06/10/1980
03	PAD PEDRO PEIXOTO	ACRELÂNDIA	296.243,8722	4.683	07	Desapropriação	31/10/1977
04	PAD BOA ESPERANÇA	SENA MADUREIRA	80.150,9465	977	07	Arrecadação	09/10/1978
05	PAD QUIXADÁ	BRASILEIA	76.741,3720	1.006	07	Desapropriação	27/08/1980
06	PAD HUMAITÁ	PORTO ACRE	61.179,0000	958	07	Desapropriação	22/09/1980
07	PA ESPINHARA	BUJARI	1.700,0000	29	07	Desapropriação	12/11/1985
08	PA VISTA ALEGRE	RIO BRANCO	947,1034	35	07	Desapropriação	27/12/1985
09	PA CUMARU	ACRELÂNDIA	5.970,3891	81	07	Arrecadação	05/03/1979
10	PA ORIENTE	SENA MADUREIRA	5.650,0000	104	06	Arrecadação	22/03/1982
11	PAF PROVIDÊNCIA CAPITAL	SENA MADUREIRA	32.000,0000	238	06	Desapropriação	27/12/1976
12	PA UIRAPURU	SENA MADUREIRA	1.912,6516	43	07	Arrecadação	29/11/1979
13	PA CASTELO	MANOEL URBANO	668,0889	28	07	Arrecadação	20/07/1981
14	PA SANTA ROSA	SANTA ROSA DO PURUS	37.460,0000	100	05	Arrecadação	04/10/1985
15	PAF VALENCIA	SENA MADUREIRA	20.183,0000	113	06	Desapropriação	27/12/1976
16	PA JOÃO BATISTA	SENA MADUREIRA	3.960,2534	84	07	Desapropriação	27/12/1976
17	PDS GERALDO FERNANDES	SENA MADUREIRA	1.929,0000	56	06	Arrecadação	29/11/1979
18	FLONA FLORESTA NACIONAL DO MACAUÁ	SENA MADUREIRA	173.475,0000	16	03	Reconhecimento	19/04/1982
19	FLONA FLORESTA NACIONAL DO SÃO FRANCISCO	SENA MADUREIRA	21.600,0000	11	03	Reconhecimento	29/11/1979
20	PDS LÍDIA CRAVEIRO	SENA MADUREIRA	804,0000	24	06	Arrecadação	29/11/1979
21	PE POLO AGROFLORESTAL DE CAPIXABA	CAPIXABA	254,6021	24	03	Reconhecimento	19/10/1979
22	PAE SANTA QUITÉRIA	ASSIS BRASIL	43.682,3267	285	07	Desapropriação	27/08/1980
23	PAE SÃO PEDRO	RODRIGUES ALVES	25.437,9700	332	07	Arrecadação	10/07/1980
24	PAD SANTA LUZIA	CRUZEIRO DO SUL	62.267,8794	891	07	Arrecadação	11/07/1980
25	PA NOVA CINTRA	RODRIGUES ALVES	1.464,4040	59	07	Arrecadação	01/12/1983
26	PA IUCATAN	RODRIGUES ALVES	849,4889	41	07	Arrecadação	01/12/1983
27	PA RIO AZUL	RODRIGUES ALVES	2.993,0381	50	05	Arrecadação	11/07/1980
28	PA AMENA	FEIJO	1.840,1579	17	06	Outros	14/09/1981
29	PA SÃO DOMINGOS	MANCIO LIMA	1.665,6013	146	07	Arrecadação	01/10/1980
30	PA VITÓRIA	PORTO WALTER	1.193,1105	31	06	Arrecadação	01/10/1980
31	PA URUBURETAMA	CRUZEIRO DO SUL	1.287,2591	20	07	Arrecadação	03/12/1979
32	PA NARCISO ASSUNÇÃO	CRUZEIRO DO SUL	4.950,4975	80	07	Desapropriação	07/10/1981
33	PA PEDRO FIRMINO	CRUZEIRO DO SUL	6.401,8489	79	07	Arrecadação	10/06/1980
34	PDS SETE LAGOAS	TARAUACA	750,0000	28	05	Discriminação	24/02/1983
<b>Total</b>	-----	-----	<b>1.039.372,9040</b>	<b>11.112</b>	-----	-----	-----

00 – Em Obtenção      01 – Pré-Projeto de Assentamento      02 – Assentamento em criação      03 Assentamento Criado      04 – Assentamento em Instalação  
 05 – Assentamento em Estruturação      06 – Assentamento em Consolidação      07 – Assentamento Consolidado      08 – Assentamento Cancelado

Fonte: Recorte do autor com base nos dados do Min. do Desenvolvimento Agrário - INCRA/MDA <sup>1086</sup>.

Ao longo dos anos, em meio as muitas perseguições sofridas pelas lideranças comunitárias, retorno gradual à democracia, e tímido início de uma reforma agrária, os movimentos sociais foram se desarticulando nas áreas rurais do Estado. Em 1985, no período de um ano, muita coisa mudou no Vale do Rio Acre: o fim da Ditadura Militar coincidiu com o fim do Boletim *Nós, Irmãos* (que trocou a coordenação e passou a ter publicações intermitentes até desaparecer), a elevação da Prelazia à categoria de Diocese, a desarticulação das comunidades de base, a dissolução de várias associações e um sindicalismo mais centralizado afastaram as lideranças dos agentes sociais e comunidades que deveriam ser representados. A partir desse momento, o reflexo nas lutas sociais no meio rural foi de um arrefecimento que, coincidência ou não, teve reflexos na quantidade de projetos de reforma agrária a serem implementados no Estado nos anos seguintes, bem como no tamanho das terras disponibilizadas para as populações rurais.



## CAPÍTULO VIII

---

### CONSIDERAÇÕES NÃO FINALIZANTES

#### Como os nossos pais

Não quero lhe falar meu grande amor  
Das coisas que aprendi nos discos.  
Quero lhe contar como eu vivi  
E tudo o que aconteceu comigo.


(...)

Por isso, cuidado meu bem, há perigo na esquina.  
Eles venceram e o sinal está fechado pra nós que somos jovens.  
Para abraçar seu irmão e beijar sua menina, na rua,  
É que se fez o seu braço, o seu lábio e a sua voz.

(...)

Já faz tempo, eu vi você na rua; cabelo ao vento, gente jovem reunida.  
Na parede da memória, essa lembrança é o quadro que dói mais.  
Minha dor é perceber que apesar de termos feito tudo o que fizemos  
Ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais.

(REGINA, Elis, 1976)

 Amazônia foi o último rincão para onde foi expandida a fronteira brasileira. Pouco se tem escrito sobre a parte Sul-Ocidental da Amazônia. No sentido de contribuir para a ampliação do conhecimento sobre os atores sociais presentes nas cartas e mensagens, esta pesquisa trouxe à cena os outros agentes do mosaico acreano que foram obrigados a migrar e a lutar para sobreviver.

Depois de mais de meio século do Golpe Civil-Militar no Brasil, ainda são raros os estudos produzidos no Acre sobre esse período. Há uma riqueza de informações que foram produzidas nas décadas de 1960, 1970 e 1980, e, que ainda precisam que pesquisas que se debrucem sobre elas, sob pena de perdê-las no tempo e apagar-se da memória, como se a repressão governamental e as lutas dos movimentos sociais nunca tivessem existido. Com este trabalho, intentamos dar nossa contribuição no sentido de apresentar, e, quem sabe, explicitar algumas das vivências sociais estabelecidas e os contextos nos quais elas se desenvolveram.

No início do trabalho, foram apresentados quatro problemas concernentes ao discurso de resistência; a atuação das relações sociais; as formulações e caracterizações históricas; e, as vozes dos agentes sociais. Foram respondidas as quatro questões centrais levantadas e desenvolvidas ao longo do trabalho: 1) Em meio à opressão vivenciada pelos grupos sociais, ante a investida do grande capital e fomento estatal a expansão da fronteira, como os agentes e grupos sociais constituíram seus discursos de resistência? 2) Em meio à censura aos meios de comunicação de massa produzida pelo Regime Militar, como se deu a atuação de relações sociais a partir do Boletim Informativo “*Nós, Irmãos*”, ligado à Igreja Católica? 3) Quais as formulações sociais produzidas nas e a partir das comunidades e como se caracterizaram historicamente as ações explicitadas nas cartas que foram publicadas? 4) Tendo por base os diálogos entre a história e o pensamento da Igreja social ligada a Teologia da Libertação, de que maneira se apresentam “as vozes dos agentes sociais” que estão contidas nas cartas publicadas no Boletim Informativo *Nós, Irmãos*?

A partir das hipóteses levantadas, foi possível demonstrar que agentes sociais ligados a setores progressistas da Igreja social tiveram suas “vozes” disseminadas através de ações e mobilizações que difundiram mensagens em formatos de cartas no veículo oficial de informações da Prelazia. Essas “vozes” veiculadas no boletim da Prelazia subsidiaram e instrumen-

talizaram ações e movimentos no intuito de auxiliar agentes e grupos sociais, compostos por habitantes da Amazônia Sul-Occidental, para resistirem e deslegitimarem as atuações expropriatórias e de violência institucional do Estado autoritário brasileiro.

Ao final da investigação da hipótese levantada, foi alcançado o objetivo geral de analisar como as vozes dos agentes sociais constituíram o discurso que se fez presente nas mensagens do gênero textual cartas que foram publicadas por indivíduos e movimentos sociais no Boletim Informativo *Nós, Irmãos*, ligado à Igreja Católica, sendo observadas as formulações que se caracterizaram como movimentos sociais, estratégias de resistência, subversão e/ou anseio de justiça social entre os anos de 1971 e 1985, durante o Regime Militar.

Os objetivos específicos apresentados para subsidiar os estudos, no intuito de responder as perguntas problematizadoras e embasadoras dos estudos dos objetos em análise foram alcançados na perspectiva em que: 1) foram identificados os grupos sociais na Amazônia Sul-Occidental que atuaram concomitantemente com o Estado interveniente, bem como foi explicitada a influência nas relações uns com os outros e as estratégias e táticas utilizadas pelos grupos formuladores dos discursos; 2) o estreitamento da relação estabelecida entre os indivíduos e a religiosidade no passado recente do Brasil foi percebido ao mesmo tempo em que foram identificadas as formulações e os novos caminhos constituídos em torno da Igreja Social na Amazônia Sul-Occidental pós “Concílio Vaticano II” durante o Regime Militar (1971-1985); 3) as contribuições e diálogos entre a história e o pensamento social vinculado às formulações da Igreja Social, ligada à Teologia da Libertação foi discutido, sendo a comunicação impressa percebida como meio de resistência à opressão as vozes dos atores sociais contidas nas missivas de *Nós, Irmãos* se fizeram explicitadas; 4) as missivas foram categorizadas e identificaram projeções de resistência e diálogo de agentes e grupos sociais ante a opressão imposta pela abertura das fronteiras acreanas ao “Grande Capital” e à constante censura produzida pelo Regime Militar; 5) elaboramos uma projeção sistemática no intento de vislumbrar em perspectiva as relações sociais estabelecidas para se pensar, a partir das cartas históricas, estratégias de resistência, subversão e/ou justiça social; 6) por fim, distinguimos, na constituição de identidades sociais, os ideais dos grupos sociais que tiveram suas “vozes sociais” representadas nas publicações das missivas no Boletim “*Nós, Irmãos*”.



O início da publicação das cartas foi discreto. O Boletim, em seu primeiro ano, publicou apenas nove cartas. Esse número aumentou exponencialmente nos anos seguintes, sendo publicadas mais de cem cartas anualmente no fim da década de 1970 e início da década de 1980. No total, foram publicadas 1.017 cartas entre os anos de 1971 e 1985 – além das cartas transformadas em reportagens e das missivas citadas, mas não publicadas.

A Análise de Conteúdo das cartas publicadas se constituiu como pressuposto teórico de análise com a caracterização da pesquisa qualitativa. Foi possível buscar as inferências pela interpretação “do” e “no” conteúdo do texto, bem como as comparações contextuais que foram traçadas em um processo de permanente formulação de hipóteses, com a finalidade de garantir a relevância dos sentidos atribuídos às mensagens.

Sequencialmente foi realizada a etapa da descrição em que se comunicou o resultado do trabalho analítico-sintético procurando as compreensões em um processo interpretativo não somente de conteúdos manifestos, mas principalmente, de conteúdos latentes. O contexto evidenciador de fundamentos e objetivos de investigação esteve pautado por seis categorias: 1. Quem fala? 2. Para dizer o quê? 3. A quem? 4. De que modo? 5. Com que finalidade? 6. Com que resultados?

Nos capítulos que se seguiram foram explicitadas, de forma sistemática, a projeção de contextos sociais verificados a partir das cartas e constituintes das realidades sociais expressas nelas.

**A expansão da fronteira amazônica** se deu de forma mais intensa durante o século XX. Diversos povos têm cobiçado a Amazônia há centenas de anos. Por ser um lugar diferente das outras regiões do Brasil, a Amazônia tem gerado receio e admiração. A superlatividade de suas matas, imensidão das águas e a biodiversidade de sua fauna e flora causam deslumbramentos ora em busca da terra sem males, ora sendo vista como um inferno verde.

A ideia evocada pela memória de uma Amazônia exótica com fauna e flora exuberantes esconde a imensidão de mais de 7 milhões de km<sup>2</sup> de um ecossistema riquíssimo cheio de populações ancestrais e de migrantes.

Centenas de grupos humanos com diferenças culturais, sociais e migratórias formam a complexidade cultural dos povos amazônidas. As sociedades ameríndias muitas vezes foram tratadas como não-pessoas que habitavam um não-lugar e que atrapalhavam o processo de “conquista do deserto ocidental”. A história “fundadora” ou “de colonização” nas terras

acreas não levaram em consideração os povos que nela habitavam antes do extrativismo da seringa em fins do século XIX e por todo o século XX.

A busca pelo ouro negro extraído das árvores gomíferas e a expansão da fronteira alargada pelas formulações do capitalismo proporcionaram o genocídio de povos nativos, a escravização de seres humanos, a devastação da floresta, levando dezenas de milhares de famílias à miséria e às periferias das cidades, tudo sob o olhar assentido dos governantes.

As dezenas de milhares de indígenas, de cinquenta grupos étnicos diferentes, que habitavam as aldeias interflúvias nas terras da Amazônia Sul-Occidental há mais de quatro mil anos foram referidos pelo poder público brasileiro como inexistentes ou meros grupamentos irrisórios. Muitos desses ameríndios foram tratados como “negros da terra” com obrigações junto ao império brasileiro e a Igreja Católica. Durante a república oficialmente não houve escravidão de indígenas ou de negros nas terras acreanas, mas, na prática, esses trabalhavam pelo alimento durante muitos anos sendo proibido fazer plantio de víveres, eram-lhes impostas dívidas e obrigações pelo simples fato de estarem na terra que se lhes fora tomada. Milhares de indígenas foram assassinados nos atos de genocídio chamados de “correrias”. Suas mulheres e seus pertences foram tomados em nome da “expansão da fronteira”, da “civilização” e do “progresso” fomentados pelos governantes.

Existiam “negros” livres nas terras acreanas. Também existiam “negros” libertados da escravidão antes da promulgação da Lei Aurea e “negros” que migraram para trabalhar na extração do látex no fim do século XIX e primeira metade do século XX. Os negros foram invisibilizados pela historiografia oficial. De igual modo, houve um silenciamento de suas vozes no processo de construção da dinâmica social dos espaços de vivência e convivência. Em pleno século XX, passada mais de uma década da proclamação da República e da abolição da escravidão, os seringueiros ainda sofriam castigos físicos nos seringais acreanos e as negras eram tratadas como objetos de premiação para quem produzisse mais. Essas pessoas de “pele escura” não tinham direito a um justo julgamento ou ao princípio do contraditório. Com a miscigenação o preconceito ficou velado e as práticas discriminatórias se tornaram mais requintadas embora não menos vilipendiosas.

Com as ações do estado interveniente e as migrações dirigidas para a Amazônia em meados do século XX, ocorreu a mobilização de trabalhadores para a Amazônia. Mais de 60 mil homens brasileiros foram deslocados pelo Governo Federal para a extração do látex durante o esforço de guerra

brasileiro. Além desses, outras dezenas de milhares foram deslocados por parte de empresas privadas e grupos financeiros que aviavam a produção gomífera. A esses somaram-se as milhares de mulheres que atuaram na extração do látex, seja por conta própria, arregimentadas ou que vieram acompanhando seus maridos. Todos entregavam suas produções aos barracões que ficavam nas sedes dos seringais.

Com a mobilização dos esforços de guerra, migrantes nordestinos, indígenas, negros, caboclos e outros grupos sociais se dirigiram para a Amazônia em busca da extração do látex. Depois do fim da guerra, com a desmobilização do Exército da Borracha, uma Brigada foi esquecida na Amazônia. Dezenas de milhares de seringueiros foram largados à própria sorte nas terras acreanas e de Guaporé – atual Rondônia.

A questão agrária nas terras acreanas esteve diretamente atrelada a conflitos sociais por concentrar as terras nas mãos de poucas pessoas e estar permeada de estruturas fundiárias injustas. Assim, o tão sonhado desenvolvimento agrícola que substituiria o sistema extrator não levou em consideração as populações já habitantes das florestas acreanas; nem os filhos e netos de migrantes que habitavam as localidades desde o início do século XX; tampouco aproveitou a mão-de-obra dos soldados da borracha “esquecidos” que viviam nas colocações onde haviam sido assentados para a extração do látex e da castanha. As ações estratégicas para o desenvolvimento regional adotaram um modelo econômico de concessão de incentivos fiscais para empresários investirem nas terras acreanas e deslocamentos populacionais de outras localidades do país para as terras acreanas com a finalidade de proporcionar uma colonização oficial.

Com a terra sendo cada vez mais valorizada enquanto ganhando ares de mercadoria, durante o Regime Militar, a reforma agrária privilegiou imigrantes do Centro-Sul do país. Os deslocamentos populacionais propiciaram encontros culturais, reordenamentos socioespaciais e conflitos nos espaços de sociabilidades que se constituíram nas terras que outrora foram os antigos seringais amazônicos. Com a falência dos seringais e dos planos de colonização agrícola, os processos tencionados pela mercantilização da terra, pelas migrações dirigidas e pela invisibilização de quem ocupava a terra, ocasionaram conflitos e disputas entre os novos donos da terra e os antigos moradores expropriados.

**Quanto aos novos caminhos traçados pela Igreja Católica**, é correto afirmar que a Igreja Católica, por sua vez, se abriu ao mundo moderno e traçou novos caminhos para a América Latina, Brasil e Amazônia Sul-

Ocidental. Influenciada pelas formulações do Concílio Vaticano II. Depois do Concílio Vaticano II houve uma guinada católica de uma Igreja Piramidal para uma Igreja Circular, surgindo várias “teologias do genitivo” também chamadas de setoriais.

A mobilização no interior da Igreja e o debate político acirrado permeava as discussões em torno de projetos nacionais de desenvolvimento econômico e independência política. A Igreja passou a refletir sobre a prática político-social que se ensinava para a nação brasileira. Essa se encontrava em uma ditadura militar ao mesmo tempo em que afirmava estar em uma luta contra o comunismo. Sua atuação mais progressista na segunda metade do século XX influenciou os caminhos a serem seguidos na busca pela promoção de uma maior justiça social.

Nesse contexto a Teologia da Libertação tornou-se teologia cristã e ganhou força enquanto corrente teológica católica, reforçando a conscientização da igreja sobre a opção preferencial pelos excluídos e modificando a Doutrina Social. Essa eclesial Doutrina Social foi importante para instrumentalizar e subsidiar os grupos sociais com informações e orientações de lutas sociais.

Dentro da Igreja existiam vários Bispos apoiadores do regime militar e, mesmo entre os chamados “Bispos progressistas”, a atuação não se deu de forma homogênea. Ocorreram diversas tentativas de consonância entre a Igreja e o Estado, não ocorrendo uma ruptura formal entre eles, nem um vínculo de uma uniforme estabilidade. Assim sendo, não é possível ensinar uma contraposição entre Igreja e governo militar, por esta não existir. O imaginário constituído de uma simples justaposição de um “Estado que reprime” e uma “Igreja que resiste” é falso. Com as releituras do Concílio Vaticano II e de Puebla, a ala progressista da Igreja atuou combativamente com opção pelos pobres, em referência à concepção de “Igreja Povo de Deus”, atuando através de um evangelho social.

A doutrina social da Igreja é uma construção histórico-teológica que se atualiza sempre. Na doutrina social da igreja, os direitos humanos são vistos como direitos universais, invioláveis e inalienáveis e a dignidade humana é considerada um valor ontológico. Nesse contexto, na constituição da “teologia do político”, a “Doutrina Social da Igreja” tomou forma na Prelazia do Acre e Purus, treinou párocos e leigos, além de sistematizar a divulgação doutrinária na Prelazia. Com a Teologia da Libertação houve uma revisão da teologia e sua relação com a configuração política, econômica e social.

No construto estabelecido por Clodovis Boff a reflexão sobre seu pendor ideológico o fez priorizar a fé sobre a política, uma vez que o político é um transitório que ao ser estabelecido deve refluir para a fé que prioriza o ser humano. Boff assevera que o senhor da Igreja deve permanecer sendo Cristo, assim rejeitando a vertente teológica que dá o seu “lugar eminente” aos pobres enquanto assevera que esse ato poderia facilmente despedir o Cristo da sociedade e da vida, como ocorreu no marxismo<sup>1087</sup>.

A “salvação integral” recebeu uma roupagem com base nos princípios personalista e humanista integral. De igual modo, consagrando valores como verdade, justiça e liberdade preceitos basilares e resolutos para a dignidade da pessoa humana.

Clodovis Boff em sua primeira fase doutrinária de concepção da Teologia da Libertação foi um dos teólogos responsáveis por sistematizar a episteme e o método da Teologia, tanto em sua semântica quanto em sua sintática. A episteme e o método na primeira fase do pensamento de Boff apresenta a teologia da libertação como Teologia do Político. Clodovis trata “libertação” como tema da *Teologia* e não perspectiva, articulando a práxis do discurso não como constituinte do sentido epistemológico, mas tão somente no “sentido social e histórico”.

A relação estabelecida entre a religiosidade popular e a ação libertadora aponta a piedade como embasamento para espiritualidade e misticismo. Tendo a realidade (pré-texto), a comunidade (contexto) e a Palavra (texto) como três pilares base da hermenêutica implementada nessa leitura popular libertadora da Bíblia. Nesse contexto, a vocação e missão dos leigos recebeu destaque dentro do “povo de Deus”, depois do concílio Vaticano II. A nova forma de atuação social eclesial que partia do método ver, julgar e agir influenciou o laicato presente nas comunidades e agrupamentos sociais que se fizeram presentes na Amazônia Sul-Occidental.

Por várias décadas, as populações tradicionais que habitavam as terras amazônicas ficaram sem a assistência e serviço religiosos regulares. Muitas das festas e atividades religiosas eram realizadas pelas comunidades sem a presença de um sacerdote desde a expansão da fronteira em busca do látex no século XIX até os anos de 1970 – quase um século de religiosidade popular e igreja sem a presença evangelizadora e catequética sacerdotal regular.

A Prelazia do Acre e Purus que havia sido criada em 04 de outubro de 1919, somente teve uma maior aproximação com a sociedade depois que a Igreja Católica fez a opção de uma Igreja circular, na segunda meta-

de do século XX. Na década seguinte, em 1971 a primeira Assembleia Geral de todos os agentes de pastoral, sob iniciativa do prelado Dom Giocondo Maria Grotti, decidiu-se por um novo modelo de formação espiritual e pastoral de líderes leigos e pela implementação de uma nova experiência das Comunidades Eclesiais de Base – tendo o Boletim Informativo *Nós, Irmãos* como seu principal veículo de comunicação e troca de experiências com as comunidades.

**A comunicação como meio de resistência à ditadura do grande capital** foi preponderante na luta amazônica por justiça social. Essa luta ainda está longe de ter um fim, mas avanços foram feitos no intuito de perceber os espaços socioculturais e as vivências antrópicas no contexto amazônico como uma constante busca entre o desenvolvimento dos povos amazônidas e a permanência da floresta em pé.

Dentre os múltiplos sentidos que englobam o desafio de pensar e comunicar, a comunicação impressa desenvolveu caminhos no processo básico de participação, interação e troca de mensagens na Amazônia Sul-Occidental.

Veículos de comunicação apresentaram notícias e reportagens, em texto conciso, com frases quase sempre curtas e simples, propiciando mudanças por todos os lugares em que estiveram presentes.

A imprensa acreana teve no século XX o seu ponto de destaque com mais de 245 (duzentos e quarenta e cinco) periódicos registrados e catalogados. Rio Branco, a Capital do Estado, veiculou 155 jornais e periódicos. Durante o Regime Militar, foram publicados, pelo menos, 42 jornais e periódicos de circulação continuada no Estado do Acre, sendo 09 de apoio ao poder oficial, e 33 de oposição ao regime e/ou da imprensa alternativa. As efervescências cultural, política e social tiveram grande participação na constituição desses periódicos.

Por sua vez, a atuação da imprensa alternativa se fez presente no investimento de esforços contra o autoritarismo na defesa dos costumes e discussão sobre temas pouco abordados nos veículos de mídia tradicionais. Essa imprensa alternativa fazia oposição direta ao regime militar instalado em 1964. Com tiragem irregular, os periódicos veiculados tinham circulação restrita, sendo formados por tablóides ou minitablóides, com temas variados e reivindicações de direitos das minorias.

A década de 1970 foi de fundamental importância para a imprensa alternativa. Nesse período a Ditadura Militar aumentou a vigilância contra a imprensa e perseguiu opositores através de seu Sistema Nacional de

Inteligência. Na cidade de Rio Branco, dos seis periódicos em formato de jornal que eram veiculados regularmente, um era tido pelo SNI como que “apoiava o Governo Federal” (Gazeta do Acre), outro como “neutro” (*O Rio Branco*) e os outros quatro eram jornais alternativos: “*O Berração*”, “*Varradouro*”, “*O Jornal*” e “*Nós, Irmãos*”. Além desses jornais, outros 47 tiveram veiculação por curto período de tempo ou de modo intermitente: sendo 07 desses “de apoio” ao regime vigente ou “neutros” e 40 periódicos contrários ao regime, todos classificados pelo SNI como “alternativos”, “jornalecos” e/ou de “imprensa popular”.

O Boletim Informativo *Nós, Irmãos* pode ser enquadrado como popular-alternativo no contexto de comunicação *underground* em periódico escrito. Ele nasceu junto com as CEBs com o intuito de servir como veículo de informação das atividades pastorais da Prelazia do Acre e Purus. Em suas páginas existiam serviço de homilia, treinamento de monitores, orientações do trabalho educativo das CEBs, denúncias de violência, organização de movimentos sociais e orientações de resistência, além de publicar dezenas de cartas de agentes sociais e comunitários em sua veiculação periódica mensal.

A partir da visão de uma igreja social que estava se estabelecendo nos mais distantes rincões acreanos, o *Nós, Irmãos* foi veiculado com o intento de estabelecer uma comunicação de mão dupla entre a Igreja Católica no Acre e os agentes sociais que se comunicavam a partir da visão.

A Ditadura Militar passou a vigiar as ações da Igreja Católica acreana e seus veículos de comunicação: o Boletim *Nós, Irmãos* e o programa radiofônico *Somos Todos Irmãos*. No ano de 1977, foi realizada uma informação destacando a vigilância contra os 124 boletins ligados à Igreja Católica, destes, 25 são considerados “subversivos”, dentre eles, o *Nós, Irmãos*, da Prelazia do Acre-Purus. Assim, o Boletim *Nós, Irmãos* foi objeto de 19 atos formais de investigação, incluindo três processos de censura, enquanto a Prelazia do Acre-Purus foi objeto de 82 atos formais de investigação, incluindo mais de uma dezena de processos investigatórios. Também o Bispo, padres e outras pessoas ligadas à Prelazia chamaram atenção da Inteligência brasileira várias dezenas de vezes, mesmo a Prelazia sendo composta por pouco mais de 160.000 habitantes.

**A Análise de conteúdo de comunicações, cartas e categorizações** se deu com base nas categorizações realizadas a partir dos Método de Roque Moraes em correlação direta com os estudos dos campos de poder de Pierre Bourdieu e a visão de uma Teologia do Político de Clodovis Boff.

Os campos de poder e as lutas entre instâncias para a modificação de estruturas ofereceu uma análise dos estudos de campos sociais de Bourdieu, bem como uma chave interpretativa para a compreensão do processo de mediação, do tensionamento entre os campos e do cenário das macro relações. Ao serem levadas em consideração as transformações que alteram e fornecem novas nuances ao processo de constituição dos campos de poder, foi possível uma abordagem dinâmica e relacional da articulação entre sociedade e mídia.

Em face as experiências estudadas, percebemos uma possibilidade interpretativa para a compreensão do tensionamento entre campos, do cenário das macro relações, e do processo de mediação. Com base nas formulações de campo propostas por Bourdieu, refletimos sobre o lugar em que se enquadram as ações de escrever e publicar cartas no Boletim *Nós, Irmãos*; e, sobre a possibilidade de as vozes (cartas) dos agentes sociais estarem inseridas essencialmente no campo religioso.

Percebemos que a aplicação do campo social religioso se deu nas relações simbólicas com os sujeitos políticos agindo em duas instâncias: a dos leigos e a dos que dominam de forma erudita as normas. A produção e circulação do discurso se deu em via de mão dupla: do veículo informacional da igreja para as comunidades e das comunidades para o veículo da Igreja; não sendo possível pensar a mediação do campo religioso fora do contexto de mediação da sociedade.

Quanto à relação direta entre as cartas e sua publicação no Boletim *Nós, Irmãos*, percebemos a legitimação do discurso por parte do corpo de especialistas que faziam parte da editoria do Boletim. Também ficou perceptível o fato de que várias cartas tiveram partes suprimidas, interdições de discursos e o impedimento do discurso não autorizado. A combinação de técnicas de hierarquia, normalização e vigilância levaram ao cerceamento parcial dos discursos proferidos nas cartas, mas também propiciou que minorias e agentes sociais tivessem sua “voz” expressa através da publicação, proporcionando o engajamento político e práticas de explanação de direitos e justiça social.

Se essas cartas fossem retiradas do contexto periférico do jornalismo, seria possível trabalhar com elas sem perder o contexto de mediação. Se as cartas fossem retiradas ou do contexto das ciências, haveria uma perda significativa de conteúdo, mas não invalidaria o lugar de fala ou as relações de construção dos agentes sociais. Se, contudo, as cartas fossem retiradas do contexto do campo religioso, não somente a forma seria per-



dida, mas também a essência do construto que as insere como símbolos no contexto das comunidades, dos grupos e dos agentes sociais.

O critério de seleção utilizado obedeceu a dois principais requisitos: as correspondências publicadas deveriam ter sido enviadas por alguém, ser destinadas a alguém e conter uma mensagem; e não poderiam ser incluídas em outras categorias do Boletim, como Editorial, Evangelho, Notícias, Reportagens ou congêneres.

**As vozes dos agentes sociais nas cartas do boletim *Nós, Irmãos*** muitas vezes se confundem com “o conteúdo das cartas em si”, outras vezes com “a temática proposta” e, outras, ainda, com a “exposição de atos e fatos” que dificilmente chegariam ao conhecimento público se não fosse ditado por alguém que detinha algum tipo de autoridade no meio daqueles grupamentos sociais ou capital de bens simbólicos religiosos.

Menos da metade das cartas enviadas à editoria do boletim da prela-zia foi publicada, também foi constatado que várias cartas não foram publi-cadas na íntegra. Nesse sentido, pela conjuntura em que os grupos sociais e a prela-zia estavam inseridos, é perceptível que o *Nós, Irmãos* foi posto e proposto como um suporte veicular jornalístico alternativo de inserção mi-diática da Igreja Católica no meio das populações que viviam na Amazônia Sul-Occidental durante a Ditadura Militar brasileira.

As condições sociais para a manifestação do religioso, através da de “produção” dos bens simbólicos religiosos se tornaram latentes quando da constituição das relações de conflitos sociais no campo, releitura interpre-tativa do evangelho, repressão das ideias contrárias as do regime vigente no governo do país e conscientização dos agentes sociais quanto a seu di-reito de permanecer na terra.

As formulações do discurso foram materializadas nas cartas publi-cadas. Muito do que foi escrito nas cartas se apresenta como a construção de uma representação e, às vezes, de um simbolismo que perpassa pelas formulações do imaginário. Essas populações fizeram uso de cartas para “animar” uns aos outros na luta pela permanência no espaço construído que acreditavam ser seu de direito.

As 1.017 cartas foram codificadas em 349 unitarizações aglutina-das por proximidades de significado que em seus entrecruzamentos totali-zaram quase mil expressões de busca. Para este trabalho, foram utilizadas apenas as expressões que apareceram ao menos dez vezes, ou seja, em dez cartas diferentes. As expressões unitarizadas foram agrupadas em 81 ca-tegorias iniciais que interagem entre si por aproximações, representações

e enunciados. As categorias iniciais foram agrupadas em 23 grupos intermediários e distintos que foram agrupadas por enunciados, assuntos afins, emissores e destinatários, sendo elencadas e enumeradas. As categorias intermediárias foram agrupadas em 06 categorias finais maiores, sendo representadas como: “Capital Simbólico e Capital Social em destaque de fluxos de mão dupla nas publicações do *Nós, Irmãos*”; “Vozes singulares de autoridades eclesásticas para os agentes sociais na Amazônia (agência de ofício de dentro para fora)”; “Vozes de agentes sociais para a Igreja (Agência social de fora para dentro)”; “Vozes dos grupos da Igreja para os agentes sociais (de dentro para fora – agência coletiva)”; “Expressões de sentimentos através da arte (paisagens sonoras e epifanias poéticas)”; e, “Expressões de desassossego na diversidade de vozes públicas”.

**O ecoar das vozes dos agentes sociais na Amazônia Sul-ocidental** traz à tona o fato de que os conflitos sociais pela posse da terra aumentaram por conta das políticas públicas implementadas e das práticas defendidas por grupos distintos que queriam trabalhar a terra de maneira diversa.

A partir dos expostos nas cartas, em uma leitura do contexto histórico em que elas foram escritas, percebemos que o Estado induziu ações de grandes transformações regionais, em vários eixos de atuação, seja por formulação de programas e projetos de estímulo de sua ocupação, pela implantação de formas modernas de produção, pela abertura de extensos eixos rodoviários que proporcionou a ligação das cidades com o restante do país, pela modernização da navegação fluvial, pela implementação de um sistema de comunicação continuado e acessível, pela redistribuição fundiária para transferir as terras devolutas dos Estados para a União, pela colonização oficial às margens das recém-abertas rodovias, pela implementação de um plano de energia elétrica que atendesse às cidades amazônicas propiciando a possibilidade de novas formas de desenvolvimento e/ou pelos fluxos migratórios dirigidos para a região com o intuito de “povoar” a região.

As medidas específicas para a ação do Governo Federal para a Amazônia perpassaram por uma série de ações estratégicas de desenvolvimento regional. Desde 1966, o desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia foi aprofundado e explicitado no contexto de “modelo econômico” adotado pela Ditadura.

Com a marcha para o oeste incentivando os antigos seringais a darem lugar a fazendas de gado, a projetos agrícolas e aos projetos de desenvolvimento implementados, houve várias disputas pela terra que se tornou

mercadoria. Ao mesmo tempo, é perceptível que a maioria das cidades da Amazônia não executou políticas públicas para o fortalecimento de práticas agrícolas ou de incentivo a permanência dos habitantes nas florestas. Pelo contrário, as políticas públicas executadas de vendas de terras, grilagem e expropriação fundiária levou dezenas de milhares de moradores ao êxodo. Aos poucos as periferias das cidades foram se enchendo de migrantes e populações andantes.

**Finalmente**, depois de analisar as vozes dos agentes sociais contidas nas cartas publicadas no Boletim Informativo *Nós, Irmãos* consideramos que as transições ocorridas na Amazônia, principalmente a partir dos anos 1970, foram “pelo alto”, em que o governo agia procurando mecanismos explícitos de incentivos empresariais, para atrair capital e empreendedores de diversos setores econômicos. Assim sendo, percebemos que a Amazônia está inserida na lógica de dominação capitalista. Como consequência, houve os conflitos pela posse da terra, contradições urbanas e rurais e continuação do estabelecimento de desigualdades na apropriação do espaço econômico, político e socioambiental da região.

A utilização do veículo de comunicação da prelaia foi fundamental para a disseminação de ideias e discursos que interferiram diretamente na mudança de *habitus*, na construção identitária e nas lutas que se desenvolveram nos campos jornalístico, científico e religioso. As múltiplas vozes em fluxo de mão dupla proporcionaram uma interação e apropriação de capital simbólico dos agentes sociais que atuavam nas comunidades. As populações que lutavam para permanecer na terra nem sempre conseguiram seu intento, sendo o êxodo rural uma realidade em muitas comunidades. As lutas por justiça social propiciaram algumas políticas públicas que foram implementadas de maneira incipiente e alcançaram apenas uma pequena parte das populações que viviam na zona rural e/ou nos bolsões de pobreza que foram construídos nas periferias das cidades.



# NOTAS

---

## Notas do Capítulo I

## Uma breve introdução à temática

- 1 JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica Mater et Magistra** (sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã). São Paulo: Paulinas, 1961. BIGO, Pierre. **A Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1969.
- 2 O conceito de campo não pode ser entendido sem o conceito de habitus apresentado por Bourdieu: “os conceitos de habitus e campo compõem um todo ontológico”. Cf.: BARROS FILHO, Clóvis de. Relato de uma aula inaugural. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 fev 2002, Caderno Mais, p. 18. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0302200210.htm>. Acesso em 06 de out. 2022.
- 3 FERREIRA, Roquinaldo Amaral. **Dos sertões ao Atlântico**: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1996.
- 4 BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 79.
- 5 COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 331.
- 6 BALANDIER, Georges. **Antropologia política**. São Paulo: Cultrix, 1969, p. 109.
- 7 REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan.-jun. de 2010, p. 50.
- 8 DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.
- 9 LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 110.
- 10 SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 121.
- 11 BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983. BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2008a. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- 12 COSTA, Sergio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais - Leitura**: Teoria & Prática. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- 13 BOFF, Clodovis. Teologia do Político: suas mediações. Petrópolis: Editora Vozes, 1978a. BOFF, Clodovis. **Teologia e Prática**. A Teologia do Político e suas mediações. Petrópolis: Vozes, 1978b. BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. **Da Libertação**: o sentido teológico das libertações socio-históricas. Petrópolis (RJ): Vozes, 1980. BOFF, Clodovis. **Teologia pé-no-chão**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- 14 MORAES, Roque. Análise de Conteúdo: limites e possibilidades. In: ENGERS, M.E.A. (Org). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994. MORAES, Roque. Uma experiência de pesquisa coletiva: introdução à análise de conteúdo. In: GRILLO, M.C.; MEDEIROS, M.F. (Orgs). **A construção do conhecimento e sua mediação metodológica**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998, p. 111-130. MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Educação-PUCRS, Porto Alegre, ano XXII (37), 1999.
- 15 FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000. FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- 16 BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- 17 MORAES, 1999.
- 18 A metodologia de pesquisa qualitativa na Análise de Conteúdo é indicada e discutida por autores como MORAES, 1999. FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005. CÂMARA, R. H. Análise de Conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais**: Revista Interinstitucional de Psicologia, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul./dez. 2013. CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & So-**

- cidade:** Estudos, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014. SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 16, n. 2, p. 1-14, jan./jun. 2015.
- <sup>19</sup> As obras de Roque Moraes podem ser divididas em duas fases de pensamento: a primeira, nos anos de 1990, em que ele analisa, conceitua e sistematiza a “Análise de Conteúdo”; e, a segunda, a partir dos anos 2000, em que ele parte para uma nova formulação em que seus escritos se aproximam da “Análise de Discurso” e ele sistematiza a “Análise Textual Discursiva”.
- <sup>20</sup> MORAES, 1999.
- <sup>21</sup> BOURDIEU, 2003, p. 23.
- <sup>22</sup> BOURDIEU, 2008a.
- <sup>23</sup> ORLANDI, E. P. **Palavra, fé, poder**. Campinas: Pontes, 1995.
- <sup>24</sup> Tomamos de empréstimo a classificação de Laswell, conforme explicitada por Roque Moraes em sua obra “Análise de Conteúdo”, publicada no ano de 1999.
- <sup>25</sup> MARCONDES FILHO, C. (Org). **Dicionário da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.
- <sup>26</sup> ALVES, A. Meios de Comunicação Social. In: **Enciclopédia Luso-Brasileira da Sociedade e do Estado**. Edição Século XXI. Volume I. Lisboa-Rio de Janeiro: Verbo, 1983.

## Notas do Capítulo II

### A expansão da fronteira amazônica

- <sup>27</sup> CLEMENT, C.R.; DENEVAN, W. M.; HECKENBERGER, M. J.; JUNQUEIRA, A. B.; NEVES, E. G.; TEIXEIRA, W. G.; WOODS, W. I. 2015. **The domestication of Amazonia before European conquest**. Proc. R. Soc. B 282: 20150813. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>. Acesso em 12 mar. 2021. PIMENTA, José. **A história oculta da Floresta: Imaginário, conquista e povos indígenas no Acre**. Linguagens Amazônicas, nº 2: 2003, p. 27-44.
- <sup>28</sup> MELLO, Alex Fiúza de. Apresentação. In ARAGÓN. **Amazônia: conhecer para desenvolver e conservar, cinco temas para um debate**. São Paulo: Hucitec, 2013, p. 19-20.
- <sup>29</sup> Idem, 2015, p. 91-108.
- <sup>30</sup> Quito que na época pertencia à colônia espanhola do Peru, atualmente pertence ao Equador.
- <sup>31</sup> Um mapa incomum, publicado no “Nuovo Atlante Geografico Universale”, com uma cartela de título decorativo, de Giovanni Maria Cassini, um monge da Somascom. Disponível em <https://www.antiquarius.it/en/southern-america/3104-il-brasile-ed-il-paese-delle-amazoni-col-paraguay.html>. Acesso em 20 de mar. 2020.
- <sup>32</sup> CARVAJAL, Fray Gaspar. Relación que escribió Fr. Gaspar de Carvajal, fraile de la Ordem de Santo Domingo de Guzmán, del nuevo Descubrimiento des famoso rio grande que descurió. In: ALMESTO, P. de; ROJAS, A. **La aventura del Amazonas**. Edición de Rafael Díaz. Madrid: História 16, 1986, p. 86.
- <sup>33</sup> HOORNAERT, E. A Amazônia e a cobiça dos europeus. In: HOORNAERT, E. **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Comissão de Estudos da História da América Latina - CEHILA, 1992, p. 49.
- <sup>34</sup> RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**. 6. ed. Manaus: Valer, 2008, p. 163.
- <sup>35</sup> SAID, Edward. W. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- <sup>36</sup> PIMENTA, José, 2003, p. 31.
- <sup>37</sup> Ibidem, p. 31.
- <sup>38</sup> TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. V 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 105.
- <sup>39</sup> HÜTTNER, Édison. **A Igreja Católica e os povos indígenas do Brasil: os Ticuna da Amazônia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 21
- <sup>40</sup> ALMEIDA, Maria Celestino de. Trabalho compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII. **Revista Arrabal-des**, ano I, n. 2, set.-dez. 1988, p. 30.
- <sup>41</sup> Cf.: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Índio e o mundo dos brancos**. Brasília: Editora da UnB, 1981. AQUINO,



- Terri Valle de. **Kaxinawá**: de seringueiros “caboclos” a “peão” acreano. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília. 1977. PIMENTA, José. **Índio não é todo igual**. A construção ashantina da história e da política. 2002.
- 42 PIMENTA, José, 2003, p. 28.
- 43 LATOUR apud PIMENTA, 2003, p. 32.
- 44 LATOUR apud PIMENTA, op. cit., p. 32-33.
- 45 PIMENTA, 2003, p. 33.
- 46 COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**: subsídios para a história do território do Acre. Brasília: Senado Federal, 2005.
- 47 PIMENTA, 2003, p. 28.
- 48 GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- 49 O livro analisa tanto o papel político e simbólico das comemorações de efemérides relacionadas à anexação do Acre ao Brasil, quanto a veracidade das narrativas de eventos históricos divulgadas por ocasião dessas festividades. Cf.: CARNEIRO, 2015.
- 50 NIMUENDAJU, Curt. 1950 - “Reconhecimento dos Rios Içana, Ayari e Uaupés. Relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos índios do Amazonas e Acre”. 1927. In: **Journal de la Société des Américanistes**, N.S., XXXIX, Paris, págs. 125/ 182.
- 51 RIBEIRO, 1957, p. 1-102.
- 52 Ibidem, p. 29.
- 53 SCOLES, Ricardo. Do rio Madeira ao rio Trombetas: novas evidências ecológicas e históricas da origem antrópica dos castanhais amazônicos, in: **Novos Cadernos NAEA**. v. 14, n. 2, p. 265-282, dez. 2011. Belém, p. 266-267.
- 54 PORRO, Antônio. **O Povo das Águas**: Ensaios de Etno-História Amazônica. São Paulo: EDUSP, 2004.
- 55 OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991, p. 46.
- 56 Para uma discussão mais aprofundada sobre a categoria “Povos da Floresta”, recomenda-se a leitura do Artigo: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia”. In: D’INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Maria Isolda (Orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1994.
- 57 MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial**. 2. ed. Rio Branco: Edufac, 2017, p. 17.
- 58 PINTO, Nelson Prado Alves. **Política da Borracha no Brasil**. A falência da borracha vegetal. Editora Hucitec. CRE. São Paulo. 1984, p. 10.
- 59 ANGHIERA, Pietro Martire. **De orbe nouo Petri Martyris ab Angleria Mediolanensis protonotarij C[ae]sar[is] senatoris decades**. Disponível em <https://archive.org/details/deorbenuopetrim00angh/page/n7/mode/2up>. Acesso em 20 de out. 2020.
- 60 Bernardino de Sahagún (1499-1590), frade franciscano espanhol. Autor de várias obras bilíngues em náuatle e espanhol, consideradas hoje entre os documentos mais valiosos para a reconstrução da história do México antigo, antes da chegada dos conquistadores espanhóis.
- 61 Gonzalo Fernández de Oviedo Valdés (1478-1557) militar, escritor, cronista e colonizador espanhol. Capitão do exército do imperador Carlos V, governador geral da Fortaleza de Santo Domingo e La Española.
- 62 BARATA, Manoel de Mello Cardoso. Apointamentos para as Efemérides Paraenses. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1921, tomo 90 (vol. 144), pag. 224.
- 63 LA CONDAMINE, Charles Marie de. **Relato abreviado de uma viagem pelo interior da América Meridional**. São Paulo, Ed. Cultura, 1944, p. 54.
- 64 DEAN, Warren. **A Luta pela Borracha no Brasil**. Um estudo de história ecológica. Editora Nove, 1989, p. 24.
- 65 DEAN, 1989, p. 24.
- 66 OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O caboclo e o brabo - Notas sobre duas modalidades de força de trabalho da fronteira amazônica do séc. XX**. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, n 11, p. 126.
- 67 Ibidem., n 11, p. 126.

- 68 INTERNATIONAL INSTITUTE OF SYNTHETIC RUBBER PRODUCERS INC. **Borracha sintética: a história de uma Indústria**. New York, 1973, p. 14-16.
- 69 SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia - 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiróz, 1980, p. 75.
- 70 REIS, Arthur, 1953, p. 46-47 e 70.
- 71 CALMON, Pedro. **História Social do Brasil: Espírito da Sociedade Colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, p. 228.
- 72 GUIMARÃES, Jaqueline de Oliveira; ARAGÃO, Maria de Nazaré Arruda; MONCADA, Vanusa C. Carneiro. **A mulher seringueira: casa, trabalho e política**. 1994. Monografia (Graduação)—Universidade Federal do Acre, 1994.
- 73 COSTA, J. M. Monteiro da; CAPELA, José das Neves. Borracha vegetal – análise da oferta. **Revista Econômica do BASA**. Belém. 1(1) 42. set./dez. 1970.
- 74 MARTINELLO, 2017, p. 111.
- 75 CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2000.
- 76 GRUZINSKI, S. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- 77 GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora (MG): UFJF, 2005.
- 78 GARCIA, Jesus M. **El pensamiento y los argumentos sobre la esclavitud en Europa en el siglo XVI y su aplicación a los indios americanos y a los negros africanos**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.
- 79 ALCHORNE MM, de Abru MA. Dermatoses na pele negra. In: Rotta O. **Guia de dermatologia: clínica, cirúrgica e cosmética**. Barueri: Manole; 2008, p. 593-608.
- 80 RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 23 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 113.
- 81 CALMON, 1937, p. 171-172.
- 82 Ibidem, p. 175.
- 83 Cf.: FERREIRA, Roquinaldo Amaral. **Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1996; FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; ASSIS, Marcelo Ferreira de. **Tráfico atlântico, impacto microbiano e mortalidade escrava**. Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1830. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2002; RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- 84 BRASIL. **Lei nº 581**, de 4 de setembro de 1850 (Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm). Acesso em 22 abr. 2022.
- 85 BRASIL. **Lei nº 2.040**, de 28 de setembro de 1871 (Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos...). Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm). Acesso em 22 de abr. 2022.
- 86 BRASIL. **Lei nº 3.270**, de 28 de setembro de 1885 (Regula a extinção gradual do elemento servil). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3270.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm). Acesso em 22 de abril de 2022.
- 87 BRASIL. **Lei nº 3.353**, de 13 de maio de 1888 (Declara extinta a escravidão no Brasil). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm). Acesso em 22 de abril de 2022.
- 88 RIBEIRO, 1995, p. 232.
- 89 IBGE. **Expectativa de vida dos brasileiros aumentou mais de 40 anos em 11 décadas**. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/ibge-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumentou-mais-de-75-anos-em-11>. 2016. Acesso em 22 abril 2022.
- 90 PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945). In: **Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas**, vol 1, nº 1 (2007). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007a. PINHEIRO, Maria Luísa Ugarte. Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Ma-



- naus da borracha, 1880-1920. In: **Canoa do Tempo**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, vol 1, nº 1 (2007). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007b.
- <sup>91</sup> FERRARINI, Sebastião Antonio. **Rio Purus**: história, cultura, ecologia. São Paulo: FTD, 2009.
- <sup>92</sup> FERNANDES, Jorge. **Negros na Amazônia acreana**. Rio Branco: Edufac, 2012, p. 25.
- <sup>93</sup> GIANNOTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 53.
- <sup>94</sup> Cf.: CARREIRA, António. **As Companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro**. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969. DIAS, Manuel Nunes. **Fomento e Mercantilismo: A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1775-1778)**. Belém, UFPA, 1970. CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 26, nº 52, 79-114 (2006). BARBOSA, Benedito Carlos Costa. **Em outras margens do Atlântico**: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Grão-Pará (1707-1750). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009. SILVA, Marley Antônia Silva da. **A extinção da Companhia de Comércio e o tráfico de africanos para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Belém. 2012. SANTOS, Diego Pereira. **Entre Costas Brasileiras**: o tráfico interno de escravos em direção a Amazônia, c. 1778 - c. 1830. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Belém. 2013.
- <sup>95</sup> REIS, Arthur, 1961, p. 350.
- <sup>96</sup> SALLES, Vicente. **O Negro no Pará**: sob o regime da escravidão. 3ª Ed. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2005.
- <sup>97</sup> *Slave Voyages* é o Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico, abrange quase 35.000 expedições negreiras ocorridas entre 1514 e 1866. Foram encontrados registros dessas viagens em arquivos e bibliotecas de todo o mundo atlântico. Eles fornecem informações sobre embarcações, povos escravizados, traficantes e proprietários de escravos, e rotas de comércio. Cf.: <https://www.slavevoyages.org>.
- <sup>98</sup> SLAVEVOYAGES. **Comércio Transatlântico de Escravos - Base de Dados**. Disponível em <https://www.slavevoyages.org/voyage/database#tables>. Acesso em 22 de abr. 2022.
- <sup>99</sup> Além de assinalar a entrada do catecúmeno na comunidade dos crentes, lhe outorgava um conjunto de responsabilidades que iam para além do cumprimento dos preceitos religiosos e da obediência à Igreja e ao Estado. Traduziam-se, também, no pagamento obrigatório do dízimo que, como é sabido, constituía uma importante fonte de rendimentos para a Igreja e, especialmente no que se refere ao Ultramar, para o monarca, na sua qualidade de administrador da Ordem de Cristo. Se um cristão não tinha recursos financeiros para pagar o dízimo, deveria fazê-lo através da entrega de sua força de trabalho. Cf.: PEREIRA, Ana Margarida. A escravidão na doutrina da igreja: temas e questões em debate da antiguidade à época moderna In: **Revista Escritas do Tempo** – v. 1, n. 3, nov/2019-fev/2020 – p. 8-33. Disponível em: <file:///C:/Users/Bonif%C3%A1cio/Downloads/1183-Texto%20Artigo-2905-1-10-20200229.pdf>. Acesso em 02 fev. 2021.
- <sup>100</sup> SILVA, Leonardo Dantas (org.). **Estudos Sobre a Escravidão Negra**. Recife: Massangara, Fundação Joaquim Nabuco, 1988, p. 310.
- <sup>101</sup> FERNANDES, 2012, p. 25.
- <sup>102</sup> FERRARINI, 2009, p. 61.
- <sup>103</sup> FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do Diabo**. São Paulo, Melhoramentos, 2005, p. 302.
- <sup>104</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 37.
- <sup>105</sup> MAESTRI, Mário. **Cisnes Negros** – uma história da Revolta da Chibata. São Paulo: Moderna, 2000.
- <sup>106</sup> A carta manuscrita trata das informações sobre o navio Satélite. [CR1071/1-12] é datada de 30/05/11, com 10 folhas, foi enviada da cidade de Olinda (PE) ao Rio de Janeiro e encontra-se na biblioteca da Fundação Casa Rui Barbosa.
- <sup>107</sup> BARBOSA, Rui. **Obras completas**. Volume XXXVIII, tomo I. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 1911, p. 154.

- 108 Ibidem, p. 154.
- 109 PLAUTO apud BAUMAN, Zygmunt. **Vida em fragmentos** – sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.
- 110 SILVA, Francisco Bento da. Do Rio de Janeiro para a Sibéria tropical: prisões e desterramentos para o Acre nos anos 1904 e 1910. In: **Revista Tempo e Argumento**, vol. 3, núm. 1, p. 161-179, 2011, p. 5.
- 111 NEVES apud SILVA, Itálva Miranda da. **Terreiros de Candomblé na Amazônia Acreana: Lutas e solidariedades na construção de territórios e identidades**. 2009. 124 p. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade) Ufac, Rio Branco, 2009, p. 23).
- 112 CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.
- 113 LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- 114 CUNHA, 1998.
- 115 BARBOSA, 1911, p. 256.
- 116 CUNHA, 1967.
- 117 FERNANDES, 2012, p. 17.
- 118 O TEMPO do Cativo nos seringais não voltará mais. **O Acre**, 4 de outubro de 1942, p. 5.
- 119 BENCHIMOL, S. **A Amazônia: um pouco ante e além-depois**. Manaus: Umberto Calderaro, 1977, p. 376.
- 120 Ibidem, p. 376.
- 121 Mello, em seus escritos, trata sobre uma quadrilha de ladrões disfarçados no meio das levadas de trabalhadores. MELLO, Alcino Teixeira de. **Nordestinos na Amazônia**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956, p. 65.
- 122 MELLO, 1956, p. 65.
- 123 LIMA, F. A. O. **Soldados da borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas**. 158f. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – UFAM. Manaus: [s.n.], 2013.
- 124 Boletim da Associação Comercial do Amazonas. Manaus, Ano VII, nº 91, fevereiro de 1949, p. 42.
- 125 O decreto-lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, além de criação da CAETA, ratificava o acordo celebrado pelo coordenador da Mobilização Econômica e pelo presidente da CCAW com a RDC, de 6 de setembro do mesmo ano.
- 126 As imagens podem ser visualizadas no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará. MAUC/UFC. Plano de organização borracha usada para a vitória. Disponível em <https://mauc.ufc.br/pt/arquivo-chabloz/batalha-da-borracha/campanha/>. Acesso em 02 de abril de 2021.
- 127 De acordo com Ana Carolina Moraes (2012), o artista suíço Jean-Pierre Chabloz estudou na Escola de Belas-Artes de Genebra (1929-33), na Academia de Belas-Artes de Florença (1933-36) e na Academia Real de Belas-Artes de Milão (1936-38). Em 1940, por causa da Segunda Guerra Mundial, veio para o Brasil, aportando primeiramente no Rio de Janeiro. No Ceará, a partir de 1943, realizou atividades como artista plástico, músico, professor, conferencista, crítico de arte e fomentador cultural.
- 128 MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. **Rumo à Amazônia, terra da fartura: Jean-Pierre Chabloz e os cartazes concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia**. 2012. 373 p. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas.
- 129 Cf.: MAUC/UFC. **Plano de Organização Borracha usada para a vitória**. Disponível em <https://mauc.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/semta.campanha.08.jpg>. Anúncio Panfletário. Disponível em <https://mauc.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/semta.campanha.07.jpg>. Contrato de Encaminhamento. Disponível em <https://mauc.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/semta.campanha.04.jpg>. Acesso em 02 de abr. de 2021.
- 130 MORAES, 2012.
- 131 Cf.: Vários cartazes foram produzidos por Jean-Pierre Chabloz para o SEMTA. As três da imagem podem ser acessadas em: CHABLOZ, Jean- Pierre. **Estudo para Cartaz. 96 x 66 cm**. 1943. In: MAUC/UFC. **Plano de Organização Borracha usada para a vitória**. Disponível em <https://mauc.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/semta.campanha.10.jpg>. CHABLOZ, Jean- Pierre. **Litogravura. 109 x 68 cm**. Impressão C

- Mendes Junior. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em <https://mauc.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/semta.campanha.11.jpg>. CHABLOZ, Jean- Pierre. **Litogravura. 100 x 68 cm**. Impressão C Mendes Junior. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em <https://mauc.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/semta.campanha.12.jpg>. Acesso em 21 de abr. de 2021.
- 132 SILVA, Francisco Eleud Gomes da. **Batalha da Borracha**: O contexto da migração cearense para a Amazônia no período de 1939 a 1970. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas. 2015, p. 114.
- 133 Cf.: CHABLOZ, Jean- Pierre. **Desenho e Colagem sobre cartão. 11,5 x 14 cm**. In: MAUC/UFC. **Plano de Organização Borracha usada para a vitória**. Disponível em <https://mauc.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/semta.campanha.06.jpg>. **Grande Marcha para a Coleta da Borracha Usada**. Foto Diários Associados, Fortaleza, julho de 1943. Disponível em <https://mauc.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/semta.campanha.01.jpg>. **Grande Marcha para a Coleta da Borracha Usada**. Foto Diários Associados, Fortaleza, julho de 1943. Disponível em <https://mauc.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/semta.campanha.02.jpg>. **Grande Marcha para a Coleta da Borracha Usada**. Foto Diários Associados, Fortaleza, julho de 1943. Disponível em <https://mauc.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/semta.campanha.03.jpg>. Acesso em 21 de abr. de 2021.
- 134 RECONSTRUCTION FINANCE CO. (R.G. 234); Rubber Development Corporation, Entry 271. General Country File (Brazil). **Report on the Brazilian Rubber Program**. Part. I, jan. 1941 April 1942, p. 78-79.
- 135 Ibidem, p. 79.
- 136 **Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**. Rio de Janeiro, ano V, n. 49, set. 1938, p. 148-149.
- 137 MARTINELLO, 2017, p. 87.
- 138 REIS, 1953, p. 167.
- 139 Arthur C.F. REIS, *O SerIngal...*, p. 85-86.
- 140 ABREU, Marcelo de Paiva, The Brazilian Economy, 1930-1980. In: BETHELL, Leslie (org.). **Cambridge History of Latin America**. Vol. 9, Brazil since 1930. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 283-393. CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. **The Framework of Hemisphere Defense**. Washington: Departamento f Army, 1960. DEAN, W. **Brazil and the struggle for rubber: a study in environmental history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. DEANE, M. P. **Tropical diseases in the Amazon region of Brazil: and what is being done to control**. Journal of American Med Women's Association. 1947. 1947. 36: p 7-14. DULLES, Jonh W. Foster. **Vargas of Brazil: a political biography**. Austin: University of Texas Press, 1967. GARFIELD, Seth. Tapping Masculinity: Labor Recruitment the Brazilian Amazon during World War II. In: **Hispanic American Historical Review**. v. 86, n.2, p. 278-308, May, 2006. GARFIELD, Seth. "Soldiers" and Citizen in the rainforest: Brazilian rubber tappers during World War II. In **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**. Ano 1, n.1. Manaus: EDUA, 2009. KNORR, K. E. **World rubber and it's regulation**. Stanford, Stanford University Press, 1944. MC CANN JR., F. D. **The brazilian-american aliance, 1937-1945**. New Jersey, Princeton University Press, 1973. MC FADYEAN, A. **The history of rubber regulation, 1934-1944**. New York, W. W. Norton & Company, 1944. PANDO, Óscar Paredes. **Explotación del caucho-shiringa Brasil-Bolivia-Peru: economias, extrativo-mercantiles em el Alto Acre**. Madre de Dios. Cusco: JL Editores, 2013. RECONSTRUCTION FINANCE Co. (RG. 234); Rubber Development Co. Entry 271; General Country File (Brazil); **Report on the brazilian rubber program**, part I; Jan, 1941 - Abril 1942. STANFORD UNIVERSITY (ed.). **The world's rubber and it's regulation**. Stanford, Stanford University Press, 1945. STARR, Chester G. **From Salerno to the Alps: a history of the fifth army (1943-45)**. Washington, Infantry Journal Press. 1948. WILKINSON, Xênia. **Tapping the Amazon Victory: Brazil's "Battle for Rubber" of World War II**. Georgetown University, 2009. ZAID, Charles (org). **Preliminary Inventory of the Records of the Reconstruction Finance Corporation – 1932-1964**. In: National Archives & Recorda Service. Washington. 1973, p. 2,098.
- 141 FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. A Política Externa. Editora da Universidade de São Paulo. SP. 2003, p. 381.
- 142 OLIVEIRA, D. de; LOPES, F. L. B. (2012). Veteranos Brasileiros do Mediterrâneo: a Força Expedicionária Brasileira (1944-45) e o Batalhão Suez (1956-1967). **Revista Diálogos Mediterrânicos**, (3), 55-76.

- <sup>143</sup> **PEC Nº 556/2002** (Dá nova redação ao artigo 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal). **Decreto-Lei nº 4.451**, de 09/06/42 (Autoriza a constituição do Banco de Crédito da Borracha, e dá outras providências). **Decreto-Lei nº 5.185**, de 12/01/42 (Modifica o decreto-lei n. 4451, de 09 de julho de 1942, que autoriza a constituição do Banco de Crédito da Borracha, e dá outras providências). **Decreto-Lei nº 5.044**, de 04/1/42 (Cria a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (S.A.V.A.), e dá outras providências). **Decreto-Lei nº 5.813**, de 14/09/43 (Aprova o acordo relativo ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia, e dá outras providências). **Decreto-Lei nº 8.416**, de 21/12/45 (Extingue a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (C.A.E.T.A.) e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (S.A.V.A.) e dá outras providências). **Decreto-Lei nº 5.225**, de 01/02/43 (Dispõe sobre a situação militar dos trabalhadores nacionais encaminhados para a extração e exploração de borracha no vale amazônico, e dá outras providências). **Indicação nº 82**, de 22/05/46 (Sugere ao Poder Executivo que se faça retornar ao Ceará os soldados da borracha, decretando, destarte, a imigração dos cearenses). **Requerimento nº 268**, de 03/07/46 (Requer a nomeação de uma Comissão de Parlamentares, incumbida de proceder à abertura de um inquérito para apurar a situação dos que tomaram parte no chamado exército da Borracha). **Decreto-Lei nº 9.882**, de 16/09/46 (Autoriza a elaboração de um plano para a assistência aos trabalhadores da borracha). **Projeto de Lei nº 509**, de 25/07/47 (Determina concessão de auxílio financeiro aos soldados da borracha incapacitados, e às famílias dos ausentes ou falecidos em virtude da mobilização para o esforço de guerra na Amazônia, e outras providências). **Lei nº 7.986**, de 28/12/89 (Regulamenta a concessão do benefício previsto no artigo 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências).
- <sup>144</sup> COSTA, Mariete Pinheiro da. **O Exército da Borracha: Uma análise da participação dos Soldados da Borracha na Segunda Guerra Mundial (1942 – 2003)**. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências da Educação no Curso História, para obtenção do título de História). Brasília.2003. LIMA, 2013. MORAES, 2012. MOREL, Edmar. **Está morrendo o exército da borracha**. Escravidão monstruosa e um apelo ao Presidente da República. O drama dos cearenses que ficaram na Amazônia. Correio do Ceará, Fortaleza, ano [s.n.] nº 9.806, 9 julho, 1946. NEELEMAN, Gary; NEELEMAN, Rose. **Soldados da borracha: o exército esquecido que salvou a II Guerra Mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. PASSOS, O. **A batalha da borracha e o futuro da Amazônia**. Rodovia, Rio de Janeiro, v. 7, n. 52, p. 10-22, 1944.
- <sup>145</sup> O quantitativo de Pracinhas da Amazônia é proveniente de 13 organizações militares sediadas nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará e Roraima. 1ª Bia Au (Belém - PA), 9 combatentes; 1ª Bia MAC (Belém - PA), 33 combatentes; 1ª Cia Mtr AAe (Belém - PA), 67 combatentes; 1ª/4º Btl Fron (Boa Vista - RR), 11 combatentes; 26º BC (Belém - PA), 100 combatentes; 27º BC (Manaus - AM), 92 combatentes; 34º BC (Belém - PA), 329 combatentes; 35º BC (Bragança - PA), 73 combatentes; 4ª Cia Fron (Macapá - AP), 31 combatentes; 8ª Bia C (Forte de Óbidos - PA), 4 combatentes; Cia Fron (Brasília - AC), 18 combatentes; Cont QG 8º RM (Belém - PA), 10 combatentes; CPOR (Belém - PA), 9 combatentes. 07 combatentes amazônidas nunca voltaram para casa. O efetivo destacado integrou o 5º Escalão da Força Expedicionária Brasileira (F.E.B.) para lutar no Teatro de Operações Italiano, nos combates de Santa Maria Villiano, em 4 de Março de 1945; Castelnuovo, em 5 de Março de 1945; Montese, em 14 de Abril de 1945; Paravento, em 19 de Abril de 1945; Monte Maiolo, em 20 de Abril de 1945; Zocca, em 21 de Abril de 1945; Formigine, em 23 de Abril de 1945; Collechio, em 27 de Abril de 1945; Castelvetro, em 28 de Abril de 1945 e Fornovo di Taro, em 29 de Abril de 1945. MIRANDA, 2022.
- <sup>146</sup> PINTO, 1984.
- <sup>147</sup> MARTINELLO, 2017, p. 239.
- <sup>148</sup> ANAIS da Assembléia Constituinte Rio de Janeiro. **Imprensa Nacional 1949**. v. XVII. sessão 98, p. 360.
- <sup>149</sup> **Diário da Assembléia**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 23 de agosto de 1946, p. 4.285.
- <sup>150</sup> GOIS, Sarah Campelo Cruz. Mulheres da Borracha: as bem traçadas linhas da imigração. In: Anais do III Seminário Internacional História e Historiografia. 01-03 de outubro de 2012. **Anais Eletrônicos...** Fortaleza, 01 a 03 de outubro de 2012. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43020/1/2012\\_eve\\_sccgois.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43020/1/2012_eve_sccgois.pdf). Acesso em 01 jun. 2021.

- 151 SIMONIAN, Lígia T. L. **Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/ NAEA, 2001, p. 71-103.
- 152 MONTYSUMA, Marcos. Gênero e meio ambiente: mulheres na construção da floresta na Amazônia. In: PARENTE, Temis Gomes; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. **Linguagens plurais: cultura e meio ambiente**. Bauru/SP: EDUSC, 2008, p. 155-173.
- 153 WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta, Uma História: Alto Juruá, Acre, 1890-1945**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p. 41.
- 154 O Arquivo Nacional produziu um repertório temático de fontes sobre os soldados da borracha elencando as instituições nas quais essas fontes se encontram disponíveis, bem como as notações físicas, lógicas, de conteúdo e os períodos observados. No ano de 2020 esse repertório foi publicado com acervos que remetem de 1901 a 1954 publicados na obra ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Repertório Temático de Fontes: Soldados da Borracha - 2ª. ed. rev.** - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020.
- 155 MARTINELLO, 2017, p. 304.
- 156 BENCHIMOL, 1977, p. 115.
- 157 CUNHA, 1967, p. 61.
- 158 Diário da Assembléia, 1946, p. 4282.
- 159 Ibidem, p. 4216.
- 160 MARTINELLO, 2017, p. 252.
- 161 RFC (RG. 284) – ROC. Entry 288. **Report on Field Trips in the Amazon Area, 1943-44**, p. 89.
- 162 REIS, 1953, p. 128.
- 163 PRELAZIA DO ACRE E PURUIS. **Livro do Tombo da Prelazia do Acre e Purus, 1920-1970**. Sena Madureira/Rio Branco, p. 45. (manuscrito)
- 164 BOUÇAS, F. Valentim. **Estudos econômicos e financeiros: meio século de trabalho**. 2v. Rio de Janeiro: Ed. Financeiras, 1953, p. 360.
- 165 *Jornal O Acre*, de 19.09.1946, p. 3.
- 166 LIMA, 2013, p. 116.
- 167 **Decreto-Lei nº 5.225**, de 01/02/43. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1940-1949/decreto-lei-5225-1-fevereiro-1943-415290-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 25 jul. 2021.
- 168 BRASIL. **Lei nº 1.147**, de 25 de junho de 1950 (Estabelece medidas de amparo e assistência aos ex-combatentes). Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1147-25-junho-1950-363399-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 19 de setembro de 2021.
- 169 MELLO, 1956, p. 103-104.
- 170 MAIA, Álvaro. A borracha: problema de defesa nacional. In: **Boletim da Associação Comercial do Amazonas**. ano VII, nº 74, p. 12, set. 1947, p. 29.
- 171 Cf.: Acordos de Washington. PEC Nº 556/2002. Decreto-Lei nº 4.451. Decreto-Lei nº 5.185, de 12/01/42. Decreto-Lei nº 5.044, de 04/1/42. Decreto-Lei nº 5.813, de 14/09/43. Decreto-Lei nº 8.416, de 21/12/45. Decreto-Lei nº 5.225, de 01/02/43. Indicação nº 82, de 22/05/46. Requerimento nº 268, de 03/07/46. Decreto-Lei nº 9.882, de 16/09/46. Projeto de Lei nº 509, de 25/07/47. Lei nº 7.986, de 28/12/89.
- 172 Instrução Normativa nº 20 INSS/PRES, de 10 de outubro de 2007. Lei nº 7.986, de 1989. Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. Art. 53 da ADCT da CF de 1988. Lei nº 5.315, de 1967.
- 173 BAARS, Renata. **Comparação entre os direitos dos soldados da borracha e dos ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial**. Nota Técnica, Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2009, p. 10.
- 174 FERREIRA FILHO, 1966. MAIA, 1967. BENCHIMOL, 1977. OLIVEIRA, 1982. CAVALCANTI, 1983. MOREL, 1984. SILVA, 1989. PAULA, 1991. POTIGUARA, 1998. LIMA; BONIFÁCIO, 2007. PAULA, 2013. BECKER, 2015. LIMA, 2020.
- 175 LIMA, 2020.
- 176 VARADOURO: um jornal das selvas. Rio Branco, Acre: [s.n.], ano I, n. 6, p. 20, dez. 1977.
- 177 Para Carvalho, o conceito de cidadania inclui direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante à lei; direitos políticos, incluindo direito do cidadão no governo estabelecido e; direitos sociais, que são enten-

- didos como direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria. Segundo o autor, os “Cidadãos incompletos” seriam aqueles que possuísem apenas alguns dos direitos. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002. Pg. 9.
- 178 SAES, Décio Azevedo Marques de. **A questão da evolução da cidadania política no Brasil**. Estudos Avançados. 2001, vol. 15, n. 42, pg. 379.
- 179 SECRETO, M. V. **Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. LIMA, 2013.
- 180 BRASIL. **Lei nº 601**, de 18 de setembro de 1850 (Dispõe sobre as terras devolutas do Império). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em 22 abr. 2022.
- 181 MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991, p. 14.
- 182 MARTINS, 1991. PERROT, 1992; PAULA, 2013.
- 183 OLIVEIRA, 2003, p. 153.
- 184 BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964 (dispões sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências). Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm)>. Acesso em 29 de setembro de 2021.
- 185 GARCIA JR., Afrânio. **O Sul – Caminho do roçado**. Brasília: Marco Zero-UnbCNPq-MCT, 1990.
- 186 MARTINS, 2003, p. 33.
- 187 SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 6.
- 188 Ibidem, p. 7.
- 189 DUARTE, Alex S; COSTA, Bartolomeu, L; SUSSUARANA, Maria Francisca O. Uma abordagem preliminar sobre a questão agrária e o desenvolvimento sustentável no estado do Acre. In: **Uaquiri: a geografia e a Amazônia em questão**. Rio Branco: Revista da Geografia - Ufac, nº 7 e 8, ano 4 e 5, jul/dez de 2006: jan/jun de 2007.
- 190 COSTA, 2019, p. 62-63.
- 191 PAULA, 2013, p. 67.
- 192 SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX**. Presidente Prudente: Revista NERA, Ano 7, n. 4, janeiro/julho de 2004, p. 23-24.
- 193 Idem, 2005, p. 99.
- 194 Ibidem, p. 100.
- 195 Ibidem, p. 39.
- 196 Ibidem, 2005, p. 140.
- 197 As primeiras colônias foram fundadas logo depois da criação do território, pois, em 1908 foi fundada a colônia Gabino Besouro, em 1912 Deocleciano de Sousa e em 1913, Cunha Vasconcelos. Essas três colônias municipais não receberam nenhuma orientação técnica e para aí apenas foram encaminhados lavradores que recebem pomposamente o título de “colonos”. Cf.: GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. Brasília: Senado Federal, 2004 [1955], p. 175.
- 198 Ibidem, p. 172.
- 199 Ibidem.
- 200 Ibidem, p. 184.
- 201 Ibidem, p. 173.
- 202 CEDEPLAR (UFMG). **Migrações Internas na Região Norte: o caso do Acre**. Belo Horizonte. 1979. v. I, p. 54.
- 203 GUERRA, 2004, p. 185-186.
- 204 BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável do Acre: Plano Regional de Reforma Agrária (2004-2007)**. Rio Branco, 2004, p. 25.
- 205 LIMA, 2020, p. 59.
- 206 COSTA, 2019, p. 59-60.
- 207 PAULA, 2013, p. 316.

**Notas do Capítulo III**  
**A Igreja Católica na Amazônia brasileira**

- 208 IBGE, 2012.
- 209 AZZI, Riolando. A Igreja do Brasil na defesa dos Direitos Humanos. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 37, fasc. 145, mar. 1977, p. 106.
- 210 MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil: 1916-1985**. SP: Brasiliense, 1979, p. 169.
- 211 Para aprofundamento de leitura sobre essa perspectiva, Cf.: BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. **A Bênção de Abril**. Brasil Urgente: Memória e Engajamento Católico no Brasil 196304. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 10-11.
- 212 RICHARD, Pablo. **Morte das cristandades e nascimento da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982.
- 213 VATICANO, 1986.
- 214 CNBB. **Plano de emergência para a Igreja do Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Dom Bosco, 1963.
- 215 DECLARAÇÃO DA CNBB. Sobre a Situação Nacional (27 a 29/05/64). In: **REB**, v. 24 fasc. 2, junho de 1964, p. 491-493.
- 216 RICHARD, 1982, p. 160.
- 217 BOFF, Clodovis, 2022.
- 218 CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. In: **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- 219 JOÃO XXIII, 1961.
- 220 JOÃO XXIII, [1963] 1998.
- 221 PAULO VI, Papa. **Carta Encíclica *Populorum progressio*** (sobre o desenvolvimento dos povos). São Paulo: Paulinas, 1967.
- 222 CNBB, 2021.
- 223 Paulo VI teve seu papado de 1963 a 1978, publicou a *Populorum Progressio* (1967) que era voltada para a defesa do desenvolvimento dos povos enquanto questionava quais eram as fontes mantenedoras das desigualdades sociais; ao mesmo tempo essa encíclica reafirmava a necessidade de mudanças internas na Igreja e reforçava sua missão social. Cf.: PAULO VI, 1967.
- 224 CRUZ, Eduardo Rodrigues da. **Teologia e ciência no Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2016.
- 225 *Ibidem*.
- 226 *Ibidem*.
- 227 GALILEI, G. **Ciência e fé**. São Paulo: Unesp, 2009.
- 228 PERTÍÑEZ FERNÁNDEZ, Joaquín. **Igreja, povo de Deus, na prelazia do Acre e Purus: aspectos históricos e teológico-pastorais (1879-1971)**. 2017. 138p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2017, p. 13.
- 229 *Ibidem*, p. 15.
- 230 ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. SP: Brasiliense, 1979, p. 105-7.
- 231 CELAM, Conclusões de Medellín. **II Conferência Geral do episcopado Latino-Americano**. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 152-153.
- 232 SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 59.
- 233 Algumas obras fazem o contraponto da ação católica de apoio ao Regime Militar e de posterior Contestação. Para melhor compreensão das atuações do Integrismo Católico, Doutrina da Contra Revolução, Progressismo Católicos, além das lutas de contestação ao regime militar e contrárias a perseguição sugerimos ler obras descritas nas referências deste trabalho. Cf.: CARDONHA, J. **A Igreja Católica nos “Anos de Chumbo”**: resistência e deslegitimação do Estado autoritário brasileiro 1968-1974. 2011. 543 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- 234 Riolando Azzi afirma que a concepção de “Igreja Povo de Deus foi elaborada aos poucos tendo em vista a “Colaboração do laicato católico com a hierarquia e abertura da Igreja Católica para o aspecto social”. Cf.: AZZI, 1977, p. 131 e 117.



- 235 GOMES, Paulo César. **As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia (1964-1979)**. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017, p. 204.
- 236 Ibidem, p. 205.
- 237 BRASIL. **Lei nº 4.330**, de 1 jun. 1964. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4330.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4330.htm)>. Acesso em 30 de novembro de 2020.
- 238 GOMES, 2017, p. 204.
- 239 SERBIN, 2001, p. 412.
- 240 Ibidem, p. 412.
- 241 Ibidem, p. 109.
- 242 LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991, p. 78.
- 243 GOMES, 2017, p. 207.
- 244 “Visto permanente para padres franceses”. 28/8/1970. Ofício n. 217. AHMRE, Consulado-Geral em Paris, Ofício recebido, Confidencial, DCJ/DSI/511.141. Cf.: SCARABOTOLO apud GOMES, 2017.
- 245 Ao fazer uso do arcabouço teórico pensado por Pierre Bourdieu, entendemos que a hegemonia de um campo ocorre dentro de uma esfera de embates e lutas que são processados no próprio grupo ou fora dele. BOURDIEU, 2011.
- 246 Para um maior aprofundamento sobre o poder sacerdotal e o controle que é capaz de exercer sobre os bens simbólicos, ou sagrados. Cf.: BOURDIEU, 2007, p. 14-15; BOURDIEU, 2011, p. 34-69.
- 247 GOMES, 2014.
- 248 Um episódio de intervenção direta do Vaticano em uma iniciativa do episcopado brasileiro ocorreu quando a CNBB propôs a criação das Jornadas Internacionais por uma Sociedade Superando as Dominações, em 1979. O projeto, que visava promover um Congresso Internacional ao estilo do Tribunal Bertrand Russell, já havia sido aprovado pela Assembleia Geral da CNBB em 1973, em comemoração ao 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e ao décimo da encíclica *Pacem in Terris*. Em 1976, tal projeto foi apresentado à opinião pública, através da imprensa, por Dom Aloísio Lorscheider e, no ano seguinte, foi ratificado por dois terços dos votos da Assembleia Plena do Episcopado Brasileiro. (...) Entretanto a execução do projeto foi interrompida pelo papa “por contrariar a finalidade da CNBB e extrapolar sua competência jurisdicional”. Ademais, poderia prejudicar as relações do Vaticano com os governos envolvidos nas denúncias de maus tratos, que feriam os direitos humanos. Cf.: GOMES, 2014, p. 100-101.
- 249 Ibidem.
- 250 Ibidem, p. 23.
- 251 GOMES, 2014, p. 23.
- 252 Ibidem, p. 24.
- 253 ELIADE, Mircea. **Tratado de História das Religiões**. 2. ed. SP: Martins Fontes, 1998, p. 378.
- 254 Ibidem, 1998, p. 31.
- 255 Leonardo Boff apresenta uma das vertentes de “libertação” que, por mais que tenha seus encantos, não é a que Clodovis Boff apresenta em seu segundo estágio de teorização da libertação para a Igreja Social – teoria esta utilizada neste trabalho. Leonardo Boff afirma que uma escola de sociólogos com nomes como Fernando Enrique Cardoso, Enzo Faletto e outros surge para apoiar essa consciência da necessidade de se libertar da opressão. Pra eles, a realidade social da América Latina não deveria ser pensada a partir de países do centro, mas outras categorias deveriam ser forjadas para compreender a causa da pobreza e opressão, mostrando nessas análises que o subdesenvolvimento dos países pobres é subproduto do desenvolvimento dos países ricos. Assim, dependência e libertação seriam categorias ligadas pela oposição, onde pobres organizados e conscientes compreenderam essa dialética negativa e concluíram que somente com a libertação poderia romper os laços de dependência-opressão. Traçando, assim, uma estratégia política de construção de uma autonomia nacional, com um desenvolvimento voltado para dentro, equânime e benéfico a todos. Cf.: BOFF, 2017, p. 280.
- 256 SINGER, 1983, p. 59.



- 257 Para uma breve análise sistemática do pensamento de Boff. Cf.: NOBLE, Tim. **Keeping the window open**. The Theological Method of Clodovis Boff and the problem of the alterity of the poor. Praga: International Baptist Theological Seminary, 2009. BRIGHENTI, Agernor. A epistemologia e o método da teologia da libertação no pensamento de Clodovis Boff. In: **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1403-1435, out./dez. 2013 – ISSN 2175-5841. SUSIN, Luiz Carlos; HAMMES, Érico João. **A Teologia da Libertação e a questão dos fundamentos**: em debate com Clodovis Boff. REB, Petrópolis, v. 68, n. 270, p. 392-406, 2008.
- 258 PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da doutrina social da Igreja**. Tradução: CNBB. São Paulo: Paulinas, 2005. n.º 153.
- 259 A primeira encíclica social foi a *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, promulgada em 1891, que abordava as condições penosas e indignas dos trabalhadores assalariados e operários da indústria. No século XX, os principais documentos e pronunciamentos da Igreja pertencentes à Doutrina Social da Igreja são: Quadragesimo Anno (1931, Pio XI); La Solenità (1941, Pio XII); Mater et Magistra (1961, São João XXIII); Pacem in Terris (1963, São João XXIII); Gaudium et Spes (1965, Concílio Vaticano II); Populorum Progressio (1967, São Paulo VI); Octagesima Adveniens (1971, São Paulo VI); Laborem Exercens (1981, São João Paulo II); Sollicitudo Rei Socialis (1987, São João Paulo II); Centesimus Annus (1991, São João Paulo II); Caritas in Veritate (2009, Bento XVI); Laudato Si’ (2015, Francisco).
- 260 DOCAT. **Como agir?** São Paulo: Paulus, 2016. n.º 25.
- 261 PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, 2005. n.º 07.
- 262 O “princípio da libertação” é uma categoria analítica, hermenêutica e operacional, adaptando assim o método da Ação Católica “ver-julgar-agir” graças a três mediações: socioanalítica, hermenêutica e prática. O “princípio da libertação” também se encontra operacional na leitura dos textos patrísticos, da história da Igreja, da liturgia, da moral cristã, da teologia, etc. Mais do que um princípio, essa categoria se torna uma lente a partir da qual se examina a tradição e a ação por causa de sua eficácia. Cf.: SUSIN, 2017, p. 102.
- 263 A Doutrina social da igreja ainda contempla outros princípios fundamentais, dentre os quais se destacam: *Princípio do Bem Comum* (cf. *Gaudium et Spes*, n. 26); *Princípio da Destinação Universal dos Bens* (CDSI, n. 182); *Princípio da Subsidiariedade*; *Princípio da Participação*; *Princípio da Solidariedade* (CDSI, n. 183).
- 264 DOCAT, 2016, n.º 105 e 111.
- 265 **Primeira fase**: apresentada em sua tese de doutorado de 1976 (publicada em 1978) e publicações subsequentes. BOFF, Clodovis. **Teologia e Prática**. A Teologia do Político e suas mediações. Petrópolis: Vozes, 1978b. BOFF, Clodovis. **Teologia e prática**. REB, Petrópolis, v. 36, n. 144, p. 789-810, 1976. BOFF, Clodovis. **Teologia do Político: suas mediações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978a. BOFF, Clodovis. **A influência política das comunidades eclesiais de base**. SEDOC, v. 11, n. 118, p. 797-818, 1979. BOFF, Clodovis. **Deus e o homem no inferno verde**. Petrópolis: Vozes, 1980b. BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. **Da Libertação**: o sentido teológico das libertações sócio-históricas. Petrópolis (RJ): Vozes, 1980. BOFF, Clodovis. **Agente de pastoral e povo**. REB, Petrópolis, v. 40, n. 158, p. 216-242, 1980a. BOFF, Clodovis. **Agente de pastoral e povo**. Petrópolis: Vozes, 1984. BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Em Vista do Novo Documento Vaticano Sobre a Teologia da Libertação**. **Revista Eclesiástica Brasileira (REB)**, Petrópolis, v. 44, n. 176, p. 709-725, 1984. BOFF, Clodovis. **Teologia pé-no-chão**. Petrópolis: Vozes, 1984. BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com o povo – metodologia do trabalho popular**. Petrópolis: Vozes, 1985. BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Teologia da libertação no debate atual**. Petrópolis: Vozes, 1985. PIXLEY, Jorge. BOFF, Clodovis. **Opção pelos Pobres**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1986.
- 266 **Segunda fase**: BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986. BOFF, Clodovis. **Retrato dos 15 anos da Teologia da Libertação**. REB, Petrópolis, v. 46, n. 182, p. 263-271, 1986. BOFF, Clodovis. **Em que ponto estão hoje as CEB's?** REB, v. 46, n. 183, p. 527-538, 1986. BOFF, Clodovis. **Epistemología y método de la teología de la liberación**. ELACURIA. I; SOBRINO. J. **Mysterium Liberationis I**, Madrid: Trotta, 1990ª, p. 79-114. BOFF, Clodovis. **Préface**. In: BOFF, Clodovis. **Théorie e Pratique**. La méthode des théologies de la libération. Cogitatio Fidei 157. Paris: Les Éd. du Cerf,

- 1990b, p. I-XIV. BOFF, Clodovis. **Epistemologia e método da teologia da libertação**. Madri: Editora Trotta, 1990c. BOFF, Clodovis. Pastoral de classe média na perspectiva da libertação. **REB**, Petrópolis, v. 51, n. 201, p. 5-28, 1991a. BOFF, Clodovis. **Pastoral de classe média na perspectiva da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1991b. BOFF, Clodovis. **CEB's - cidadania e modernidade: uma análise crítica**. São Paulo, Paulinas, 1993c. BOFF, Clodovis. A quantas anda a articulação dos cristãos de classe média. **SEDOC**, v. 25, n. --- p. 744-746, 1993a. BOFF, Clodovis. Aprofundamento da questão da pastoral de classe média. In: ARROCHELLAS, M.H. (Org.). **Classes médias e opção preferencial pelos pobres**. São Paulo: Paulinas, 1993b, p. 35-37. BOFF, Clodovis. A dimensão da laicidade da vida religiosa. **REB**, Petrópolis, v. 54, n. 215, p. 547-588, 1994. BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com a massa**. Petrópolis: Vozes, 1995. BOFF, Clodovis. **A Teologia da Libertação: balanços e perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996. BOFF, Clodovis. **Teoria do método teológico**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- 267 **Terceira fase**: BOFF, Clodovis. Como vejo a teologia trinta anos depois. SUSIN, L. C. (Org.), **O mar se abriu**: trinta anos de teologia na América Latina. São Paulo: Loyola, 2000, p. 79-85. BOFF, Clodovis. Teologia da Libertação e volta ao fundamento. **REB**, Petrópolis, v. 67, n. 268, p. 1001-1022, out. 2007. BOFF, Clodovis. Volta ao fundamento: réplica. **REB**, Petrópolis, v. 68, n. 272, p. 892-927, out. 2008b. BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com o povo e com os excluídos**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- 268 BOFF, Clodovis, 1978b, p. 33.
- 269 *Ibidem*, p. 156-164.
- 270 *Ibidem*, p. 25.
- 271 *Ibidem*, 1978b, p. 159.
- 272 *Ibidem*, 1978b, p. 382.
- 273 *Ibidem*, p. 377.
- 274 *Ibidem*, p. 294.
- 275 *Ibidem*, 1978b, p. 293.
- 276 *Ibidem*, 1978b, p. 144.
- 277 No modelo da “dialética de Calcedônia” há uma união sem separação e distinção sem confusão, contudo, esse modelo é insuficiente, porque tende ao “bilinguismo” (separação) e à “mixagem semântica” (confusão). Cf.: BOFF, Clodovis, 1978, p. 382.
- 278 *Ibidem*, 1978b, p. 238-243.
- 279 RICHARD, 1982, p. 22.
- 280 GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação – perspectivas**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986, p. 27.
- 281 O Conselho Episcopal Latinoamericano (CELAM), em Medellín (Colômbia), no ano de 1968, teve como tema “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”.
- 282 **Leonardo Boff** entrou para os franciscanos em 1959. Doutorou-se em Filosofia da Religião pela UFRJ. Seu trabalho teológico é notável tanto pela quantidade de livros publicados (mais de 60), quanto pela variedade de temas abordados: cristologia, eclesiologia trini, antropologia teológica, espiritualidade, ecologia, etc. Em 1984, foi forçado a “um ano de silêncio” pela Igreja Católica. Em 1992, ameaçado de nova sanção disciplinar, deixou o sacerdócio e a vida religiosa. Leonardo Boff é considerado um dos mais destacados representantes da Teologia da Libertação latino-americana. Sua teologia pode ser descrita como polifônica. Em suas obras, a opção pelos pobres e a práxis libertadora se manifestam de várias maneiras: o imperativo ético que a teologia deve levar em conta de maneira privilegiada; a fonte de inspiração que permite romper com os limites tradicionais não só da teologia, mas também de todo o pensamento (esta característica é especialmente marcada nas suas obras eclesiológicas e cristológicas); o lugar onde podemos e devemos desenvolver a teologia. Cf.: BOFF, Leonardo, 2017, p. 86.
- 283 *Ibidem*, p. 282.
- 284 BOFF, Leonardo, 1998, p. 34.
- 285 BOFF, Leonardo, 2017, p. 282-283.
- 286 MADERA, Ignacio. Évangélisation et promotion humaine. In: CHEZA, Maurice; MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis; SAUVAGE Pierre (sous la direction de). **Dictionnaire historique de la théologie de la libération**. Bruxelles / Paris: Lessius Éditions jésuites, 2017, p. 207 (tradução nossa).

- 287 BOFF; BOFF, 1980, 22-23.
- 288 GUTIÉRREZ, 1986.
- 289 PALÁCIO, Carlos. Trinta anos de teologia na América Latina: um depoimento. In SUSIN, L. (org.). **O mar se abriu**: trinta anos de teologia na América Latina. São Paulo: Soter / Edições Loyola, 2000, p. 51-64.
- 290 BRIGHENTI, Agernor. A epistemologia e o método da teologia da libertação no pensamento de Clodovis Boff. In: **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1403-1435, out./dez. 2013.
- 291 BRIGHENTI, Agernor. Théologien. In: CHEZA, Maurice; MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis; SAUVAGE Pierre (sous la direction de). **Dictionnaire historique de la théologie de la libération**. Bruxelles / Paris: Lessius Éditions jésuites, 2017, p. 107.
- 292 Cf. BOFF; BOFF, 1985. BOFF; BOFF, 1980. BOFF, Clodovis, 1984. BOFF; BOFF, 1986. BOFF; PIXLEY, 1986.
- 293 BOFF, Clodovis, 1984.
- 294 BOFF; BOFF, 1980, p. 17-19. BOFF; BOFF, 1986, p. 51-60.
- 295 Cf. BOFF; BOFF, 1986, p. 61-62.
- 296 PUEBLA, 2001.
- 297 SCANNONE, Juan Carlos. Théologie du peuple. In: CHEZA, Maurice; MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis; SAUVAGE Pierre (sous la direction de). **Dictionnaire historique de la théologie de la libération**. Bruxelles / Paris: Lessius Éditions jésuites, 2017, p. 452.
- 298 O teólogo chileno Luis Martínez Saavedra afirma que o hábito de leitura da Bíblia foi gradualmente perdendo o lugar de honra na teologia durante a Idade Média. No século XVI, durante a Reforma Protestante houve um retorno à Bíblia e conseguinte libertação das tradições impostas pela tradição e pelo Magistério. Contudo, com o Concílio de Trento (1545-1563) há uma tentativa por parte da Igreja Católica de controlar as edições e interpretações da Bíblia. Em 1713, o Papa Clemente XI, promulga a bula *Unigenitus*, declarando a leitura da Bíblia não ser obrigatória para todos os fiéis. Somente com o Concílio Vaticano II, mais de duzentos anos depois, através da *Dei Verbum*, nº 25, é que há a exortação para que todos os cristãos, especialmente os membros de institutos religiosos, adquiram “o conhecimento eminente de Jesus Cristo” pela leitura da Bíblia. Cf.: MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis. Lecture populaire de la Bible. In: CHEZA, Maurice; MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis; SAUVAGE Pierre (sous la direction de). **Dictionnaire historique de la théologie de la libération**. Bruxelles / Paris: Lessius Éditions jésuites, 2017, p. 273.
- 299 SCANNONE, Juan Carlos. Théologie du peuple. In: CHEZA, Maurice; MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis; SAUVAGE Pierre (sous la direction de). **Dictionnaire historique de la théologie de la libération**. Bruxelles / Paris: Lessius Éditions jésuites, 2017, p. 454.
- 300 **Paulo Freire**. Filósofo, professor (1921-1997). Desenvolveu um método de conscientização popular por meio da alfabetização de adultos, acreditando que ler o mundo precede a leitura das palavras. Foi preso durante o Regime Militar brasileiro. Foi exilado para Bolívia e Chile, mudando-se para a Europa. Sua contribuição para a Teologia da Libertação foi a pedagogia crítica com livros como “Educação como prática da liberdade”, de 1967, e, “Pedagogia do Oprimido”, de 1970.
- 301 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Fac símile digitalizado (Manuscritos). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1968.
- 302 Idem, 1967.
- 303 MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis. Lecture populaire de la Bible. In: CHEZA, Maurice; MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis; SAUVAGE Pierre (sous la direction de). **Dictionnaire historique de la théologie de la libération**. Bruxelles / Paris: Lessius Éditions jésuites, 2017, p. 275.
- 304 PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A Interpretação da Bíblia na Igreja**. 1993. Não paginado. Disponível em <[https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/pcb\\_documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19930415\\_interpretazione\\_po.html#top](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/pcb_documents/rc_con_cfaith_doc_19930415_interpretazione_po.html#top)>. Acesso em 27 de setembro de 2021.
- 305 Ibidem.
- 306 COSTADOAT, Jorge. Christologie de la libération. In: CHEZA, Maurice; MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis; SAUVAGE Pierre (sous la direction de). **Dictionnaire historique de la théologie de la libération**. Bruxelles / Paris: Lessius Éditions jésuites, 2017, p. 142.
- 307 Ibidem, p. 142.

- 308 O catolicismo popular é uma espécie de matriz em cima da qual prefiguram outros elementos culturais e religiosos dos aborígenes americanos, bem como das práticas sincréticas com as quais teve contato desde que alçou hegemonia a partir do século XVI.
- 309 FERREIRA DE OLIVEIRA, Pedro Rubens. Religiosité Populaire. In: CHEZA, Maurice; MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis; SAUVAGE Pierre (sous la direction de). **Dictionnaire historique de la théologie de la libération**. Bruxelles / Paris: Lessius Éditions jésuites, 2017, p. 400.
- 310 . Ibidem, p. 400.
- 311 Os sacramentos da nova Lei foram instituídos por Cristo e são em número de sete, a saber: o Batismo, a Confirmação (ou Crisma), a Eucaristia, a Penitência (ou Reconciliação), a Unção dos Enfermos, a Ordem e o Matrimônio. Cf.: VATICANO, 1992.
- 312 FERREIRA DE OLIVEIRA, 2017, p. 400.
- 313 PAULO VI, 1971.
- 314 CAMACHO, Ildefonso. **Doutrina social da igreja**: abordagem história. São Paulo: Loyola, 1993, p. 339.
- 315 JOÃO XXIII, [1963] 1998.
- 316 PAULO VI, 1971.
- 317 BOFF, Clodovis, 1984, p. 12.
- 318 Ibidem, 1984, p. 218-219.
- 319 Ibidem, p. 72.
- 320 BOFF; BOFF, 1980, p. 51-52.
- 321 CARTA A DOM AGNELLO ROSSI. Arcebispo, Bispos e Padres da regional leste II reunidos em Teófilo Otoni (MG) setembro de 1968. In: **DOSSIÊ DEOPS/SP-50-G-05**: 205, Pasta 02. 1968.
- 322 SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação**. Roma, 6 de agosto de 1984. Petrópolis (RJ), Vozes, 1984.
- 323 ROSSI, Dom Agnello. **Verdades, erros e perigos na teologia da libertação (19-03-1985)**. In: AQUINO, Felipe. **Teologia da libertação**. Lorena (SP): Cleofas, 2002, p. 89.
- 324 CHEZA; MARTÍNEZ SAAVEDRA; SAUVAGE, 2017, p. 449.
- 325 CHENEY, David M. The Hierarchy of the Catholic Church Current and historical information about its bishops and dioceses. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20190613053100/http://www.catholic-hierarchy.org/>. Acesso em 30 jan. 2021.
- 326 Ibidem, p. 448-451.
- 327 CHEZA; MARTÍNEZ SAAVEDRA; SAUVAGE, 2017, p. 448-451.
- 328 A Constituição Dogmática “Lumen Gentium”, sobre a Igreja, no seu Capítulo II, n.º 9-17, desenvolve o tema “Povo de Deus”.
- 329 BOFF, Leonardo, 1983, p. 461.
- 330 LIBÂNEO, João Batista. CEBs: pletera do discurso. In: **SEDOC**, v 11, fasc. 118, jan/fev 1969, p. 775-776.
- 331 FREI BETTO. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Abril Cultural – Brasiliense, [1982] 1985, p. 26.
- 332 BISPOS DA AMÉRICA LATINA. **II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano**: conclusões de Medellín. São Paulo: Edições Paulinas, 1968.
- 333 PUEBLA. **A evangelização no presente e no futuro da América Latina**. São Paulo: Loyola, 1979, p. 96.
- 334 MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis. Lecture populaire de la Bible. In: CHEZA, Maurice; MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis; SAUVAGE Pierre (sous la direction de). **Dictionnaire historique de la théologie de la libération**. Bruxelles / Paris: Lessius Éditions jésuites, 2017, p. 274 (tradução nossa).
- 335 PUEBLA, 1979, p. 372.
- 336 MEDELLÍN, Documento Pastoral de Conjunto, n.º 10. **A Igreja na atual transformação da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1969, p. 152.
- 337 FERRARO, Benedito. Communautés ecclésiales de base au Brésil. In: CHEZA, Maurice; MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis; SAUVAGE Pierre (sous la direction de). **Dictionnaire historique de la théologie de la libération**. Bruxelles / Paris: Lessius Éditions jésuites, 2017, p. 160 (tradução nossa).
- 338 CONCÍLIO VATICANO II, 2013.

- 339 LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1991, p. 57.
- 340 FOLLMANN, José Ivo. **Igreja, ideologia e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- 341 Ibidem, p. 92.
- 342 Ibidem, p. 92.
- 343 PRANDI, Reginaldo. **Religião, sociedade e política: a carismática despolitização da Igreja Católica**. In: PIERUCCI, Antônio Flávio Pierucci; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 62.
- 344 DICIO; Verbete, 2022.
- 345 CONGAR, Yves Marie-Joseph. **Os leigos na Igreja: escalões para uma teologia do laicato**. São Paulo: Herder, 1966, p. 19.
- 346 CONGAR, 1966. JOÃO PAULO II, 1989. FAIVRE, 1992. PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, 2005. ALMEIDA, 2012. BRANDES, 2018.
- 347 KONINGS, Johan. O leigo na Sagrada Escritura. **Revista Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 48, n. 2, jul./dez. 2018, p. 139.
- 348 CONCÍLIO VATICANO II, 1965c.
- 349 BRANDES, Orlando. **Laicato: vocação e missão**. São Paulo: Paulus, 2018.
- 350 Ibidem, p. 13.
- 351 BRANDES, 2018, p. 13.
- 352 Ibidem, p. 16.
- 353 Ibidem, p. 25.
- 354 Pio XII, Papa. Discurso aos Cardeais recém empossados (20 de Fevereiro de 1946) In: JOÃO PAULO II, Papa. **Exortação apostólica pós-sinodal *Reconciliatio et paenitentia*** (Sobre a reconciliação e a penitência na missão da Igreja hoje). São Paulo: Paulinas, 1984.
- 355 VATICANO, 1992.
- 356 CONCÍLIO VATICANO II, 1964.
- 357 CONCÍLIO VATICANO II, 1965c.
- 358 BISPOS DA AMÉRICA LATINA, 1968.
- 359 PUEBLA, 2001.
- 360 A ideia de Paraíso Perdido escrita por John Milton em 1667, foi revisitada com as viagens de Euclides da Cunha para a Amazônia. Cf.: MILTON, 1667; CUNHA, 1998.
- 361 RANGEL, Alberto. **Inferno verde** (scenas e cenários do Amazonas). 4. ed. Tours: Typographia Arrault, 1927.
- 362 IBGE, 2019.
- 363 Com relação à economia acriana, o uso termo “ciclo” passou a ser empregado com maior frequência após 1942, quando a economia extrativista da borracha na Amazônia foi revigorada por uma demanda internacional efêmera e ocasional. Passou-se a designar como “primeiro ciclo da borracha” aquele que durou até a primeira metade da década de 1910 e de “segundo ciclo” aquele da primeira metade da década de 1940. No entanto, a utilização do mesmo não é aconselhável, uma vez que sugere a falsa ideia de que a economia gomífera passara por regulares fases de expansão e retração. Cf.: CARNEIRO, 2014, p. 256.
- 364 De acordo com Lima, a intensificação da migração nordestina para o Acre inicialmente se deu no período de 1877 a 1900. Nesses treze anos, cerca de cento e sessenta mil imigrantes se estabeleceram nos seringais situados na bacia dos rios Madeira, Acre, Purus, Chandless e Jurúá, sendo possível traçar a concomitância das grandes secas com o início do período mencionado, e o auge da produção gumífera com os últimos anos do século XIX. Cf.: LIMA, Manoel Ferreira. **O Acre: seus aspectos físicos e geográficos, sócio-econômicos, históricos e seus problemas**. Rio Branco, 1982.
- 365 “Nosso povo, tempos atrás, vivia nessas terras, antes delas receberem o nome de Brasil, antes de ser Acre. Todos os libertos, tranquilos. Nossa função era só trabalhar na agricultura, na caça, na pesca, na coleta de frutas e festejar a vida. Mas, em meados do século XIX, começou a **invasão dos territórios dos povos indígenas pelos nordestinos, que vieram com o destino de extrair borracha** [...] os invasores vinham à procura de seus interesses: a riqueza do caucho e da borracha [...] tudo era destruído,

- até os roçados eram queimados para os índios não terem o que comer [...] por esse motivo, **as nações indígenas foram se acabando e se integrando a esses invasores nordestinos**". Cf.: KAXINAWÁ, Joaquim Paulo [et al.]. **Índios no Acre: história e organização**. Rio Branco: Comissão Pró-Índio, 2002, p. 93.
- 366 PERTÍÑEZ FERNÁNDEZ, 2017, p. 123.
- 367 Os Bispos Prelados da região continuaram se encontrando periodicamente para discutir a ação da Igreja entre os indígenas "civilizados" e "não civilizados", a dependência financeira das Dioceses e Prelazias, a expansão do protestantismo, o comportamento do clero que geralmente era muito apegado à privilégios tradicionais, e, a falta de um centro de formação pastoral e missionária. Além disso, insistiam, ainda nos anos de 1950, na necessidade de despertar o zelo apostólico dos leigos enfatizando que "assim como sem plantar não se colhe, sem iniciar leigos no apostolado, o missionário não se multiplica". Cf.: KRAUTLER, Erwin. **A voz dos Pastores da Amazônia**. Discípulos Missionários na Amazônia. CNBB, 2007, p. 38-40.
- 368 1º Encontro inter-regional dos Bispos da Amazônia, Manaus 2 a 6 de julho de 1952. **Documento final**. Em: <http://www.gentedeopiniaio.com.br/noticia/carta-do-1-encontro-da-igreja-catolica-na-amazonia-legal/118154>. Acessado em 02 jan. 2020.
- 369 COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Meios Alternativos de Comunicação e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental (Acre: 1971-1981)**. São Paulo: ECA-USP, 2000. Tese de Doutorado. 2000, p. 77.
- 370 CASALDÁLIGA, Dom Pedro. **Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix (MT), 10 de outubro de 1971.
- 371 **Carta do primeiro encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal**. Disponível em: <https://www.cpt-nacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-da-amazonia/1802-carta-do-primeiro-encontro-da-igreja-catolica-na-amazonia-legal>. Acessado em 03 jan. 2021.
- 372 PERTÍÑEZ FERNÁNDEZ, 2017, p. 13.
- 373 DOCUMENTO de Bispos do Centro-Oeste. **Marginalização de Um Povo** – Grito das Igrejas. Goiânia. 06 de maio de 1973, p. 20-21.
- 374 Esse dito popular sempre foi um emblema do catolicismo praticado no Brasil, principalmente na região amazônica. LOMBARDI, Máximo. **A Igreja no Acre e Purus, 1877-1930**. Monografia apresentada ao CEHILA. São Paulo, 1982. Arquivo da Cúria Diocesana de Rio Branco. 1982, p. 11.
- 375 *Ibidem*, p. 8.
- 376 *Ibidem*, p. 8.
- 377 KLEIN, Stanislaw Paulo. **Santos da floresta: Cultura e Religião entre os seringueiros do Acre**, Rio Branco: Editora da UFAC, 2003, p. 16.
- 378 *Ibidem*, p. 16.
- 379 BASÍLIO, Sandra Teresa Cadioli. **A luta pela terra e a igreja católica nos Vales do Acre e Purus (1970-1980)**. Rio Branco: Eufac, 2019, p. 109.
- 380 BOFF, Lina. **Espírito e missão na prática pastoral - Acre: 1920 a 1930**. São Paulo: Paulinas, 1997.
- 381 BASÍLIO, 2019, p. 110-111.
- 382 MATTIOLI, Pe. Tiago. **Lettera al Priore Provinciale romagnolo (2-1-1921)**, in "Il Servo do Maria", 7, Bologna 1921, p. 106.
- 383 *Ibidem*, p. 107.
- 384 PERTÍÑEZ FERNÁNDEZ, 2017, p. 39.
- 385 *Ibidem*, p. 39.
- 386 MARTINELLO, 1986, p. 116.
- 387 De Manaus a Rio Branco, a viagem podia durar 18 ou 20 dias. Também no interior do Acre as viagens podiam durar vários dias. Desde a sede da Prelazia, Sena Madureira, até a paróquia mais distante, Brasi-leia, na fronteira com a Bolívia, era quase um mês. Cf.: BERNARDI, Dom Próspero. **Le missioni del Brasile**, em L'Addolorata, fasc. V, Firenze 1922, p. 43.
- 388 *Ibidem*, p. 108-109 – grifo nosso.
- 389 *Ibidem*, p. 108-109.
- 390 BERNARDI, Dom Próspero. **Carta do dia 02.12.1921**. Archivio Generale OSM. Roma.

- 391 BERNARDI, Dom Próspero. **Carta do dia 02.12.1921**. Archivio Generale OSM. Roma.
- 392 PERTÍÑEZ FERNÁNDEZ, 2017, p. 45.
- 393 IBGE, 1971.
- 394 A extensão territorial do Estado do Acre atualmente é de 164.173,429 quilômetros quadrados, equivalendo a 1,93% do Território Brasileiro e a 4,26% da Região Norte. Cf.: IBGE, 2023.
- 395 DIOCESE OF CRUZEIRO DO SUL. In: **Catholic-Hierarchy**: Information on the Bishops and Diocese of the World. 2020. Disponível em <http://web.archive.org/web/20201107091302/https://www.catholic-hierarchy.org/diocese/dczds.html>. Acesso em 23 de jun. 2020.
- 396 O primeiro bispo Prelado no Território Federal do Acre foi Dom Próspero Maria Gustavo Bernardi, O.S.M. (1919-1944), Bispo na Prelazia Territorial do Acre e Purus; segundo bispo Prelado no Acre e Purus foi Dom Antônio Julio Maria Mattioli, O.S.M. (1948-1962); o terceiro bispo Prelado no Acre e Purus foi Dom Giocondo Maria Grotti, O.S.M. (1962-1971); o quarto bispo Prelado e primeiro Diocesano foi Dom Moacyr Grechi, O.S.M. (1972-1998).
- 397 DIOCESE OF RIO BRANCO. In: **Catholic-Hierarchy**: Information on the Bishops and Diocese of the World. 2020. Disponível em <http://www.catholic-hierarchy.org/diocese/dribr.html>. Acesso em 22 de jun. 2020.
- 398 Dados do Anuário Estatístico de 1971 apontam que nesse ano, em todo o Acre, a Igreja Católica contava com 12 templos matrizes, 30 capelas e 01 capelinha: sendo 11 Paróquias na Zona Urbana, 02 na Zona Rural e 20 Sacerdotes para atender essas Paróquias. Cf.: IBGE, 1971.
- 399 A Cidade Rururbana, ambientalmente, é a Macrozona mais rarefeita em termos de ocupação, com presença significativa de patrimônio natural, onde se mesclam, em diferentes graus, atividades rurais e urbanas (...) uma predominância de grandes áreas com cobertura vegetal ainda em estado natural, atividades rurais e pequenas indústrias de transformação, atividades relacionadas à exploração de minerais para a construção civil e, ainda, os núcleos urbanos autônomos. Cf.: PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Urbanismo. Supervisão de Desenvolvimento Urbano. **Urbano, rural, rururbano**: considerações da Supervisão do Desenvolvimento Urbano. Porto Alegre: PMPA, 2014, p. 10.
- 400 PERTÍÑEZ FERNÁNDEZ, 2017, p. 16.
- 401 DIOCESE DE RIO BRANCO, 1986, p. 3.
- 402 Essa expressão é uma releitura dos versos populares publicados no Boletim “Fraternidade no mundo do trabalho - nº 2”, da Comunidade N. S. de Aparecida - Sorocaba (SP), em fevereiro de 1978 que foram reescritos e adaptados na crônica intitulada “Conscientização política”, de Dom Helder Câmara, escrita para ser lida na rádio no sábado, dia 1º de abril de 1978. Esses poemas transformados em crônicas por Dom Helder Câmara foram lidos em vários programas de rádio e republicadas em dezenas de jornais, panfletos, boletins e outros impressos com foco na missão integral da Igreja e/ou justiça social. Recentemente foram agrupadas e editadas em formato de livro sob organização de Tereza Rozowykwiat. Cf.: ROZOWYKWIAT, Tereza (Org). **Meus queridos amigos**: as crônicas de Dom Helder Câmara. Recife: Cepe, 2016.
- 403 COSTA JUNIOR, Hélio Moreira da. **“Acre (anos) de cinema”**: uma história quadro-a-quadro de jovens cineastas acreanos (1972-1982). 2002. 141f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco em convênio com a Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2002, p. 48-49.
- 404 MOURÃO, Nilson Moura Leite. **A Prática educativa das comunidades eclesiais de Base no Estado do Acre. – Popular e transformadora ou Clerical e conservadora?** PUC-SP: mimeografada, 1988, p. 123 a 125.
- 405 Dom Giocondo M. Grotti nasceu aos 13 de março de 1928, em Bologna, Itália; veio para o Brasil quando ainda era estudante do 2º ano de Teologia, religioso da Ordem dos Servos de Maria. Terminou os estudos no Seminário Central de Ipiranga, São Paulo, onde foi ordenado sacerdote em 7 de junho de 1952. Foi nomeado Prelado ordinário do Acre e Purus em novembro de 1962, tomando posse em janeiro de 1963. Foi sagrado Bispo titular de Tunigaba em 1965. Faleceu no dia 28 de setembro de 1971, quando o avião em que viajava de Sena Madureira para Rio Branco se incendiou momentos após a decolagem. Cf.: PERTÍÑEZ FERNÁNDEZ, 2017, p. 96.



- 406 MOURÃO, 1988, p. 123 a 125.  
407 **Boletim Nós, Irmãos**. 1972, nº 12, p. 2.  
408 PERTÍÑEZ FERNÁNDEZ, 2017, p. 85.  
409 **Boletim Nós, Irmãos**, 1974, nº 05, p. 2.  
410 **Boletim Nós, Irmãos**, 1974, nº 10, p. 13.  
411 PERTÍÑEZ FERNÁNDEZ, 2017.  
412 **Boletim Nós, Irmãos**, 1978, nº 05, p. 9.  
413 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 06, p. 16.  
414 PUEBLA, 2001.  
415 PERTÍÑEZ FERNÁNDEZ, 2017 – grifo nosso.  
416 Cf.: **Boletim Nós, Irmãos**, 1972, nº 12, p. 10; **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 10, p. 16.  
417 **Boletim Nós, Irmãos**, 1974, nº 06.

## Notas do Capítulo IV

### A comunicação como meio de resistência a ditadura do grande capital

- 418 THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 35.  
419 *Ibidem*, p. 19.  
420 *Ibidem*, p. 57-58.  
421 WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Portugal: Difusão Editorial S.A., 1997, p. 31.  
422 FREIXO, M. J. V. **Teoria e Modelos de Comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget - Epistemologia e Sociedade, 2004, p. 77.  
423 WEY, H. **O processo de Relações Públicas**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1986, p. 11.  
424 BAHIA, J. **Jornalismo, informação, comunicação**. São Paulo: Martins, 1971. P. 73.  
425 RABAÇA, C.A.; BARBOSA, G. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Ática, 1987, p. 106-107.  
426 DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. **A aventura da reportagem**. São Paulo: Summus, 1990.  
427 TRAUQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transacional. V II, Florianópolis: Insular, 2005.  
428 FERRAZ, Nivaldo. **Reportagem no rádio**: realidade brasileira, fundamentação, possibilidades sonoras e jornalismo a partir da peça radiofônica reportagem. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) Escola de Comunicação e Artes da USP, São Paulo, 2016, p. 103.  
429 Notícia. Verbete. In: BAHIA, Benedito Juarez. **Dicionário de jornalismo Juarez Bahia**: século XX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.  
430 BAHIA, Benedito Juarez. **Dicionário de jornalismo Juarez Bahia**: século XX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.  
431 ALSINA, Rodrigo Miquel. **A construção da Notícia**. São Paulo: Vozes, 2009, p. 310.  
432 BERGER, Christa, MAROCCO, Beatriz (Org.). **A Era Glacial do jornalismo**: Teorias Sociais da Imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 167.  
433 ZUMTHOR, Paul. **Escritura e Nomadismo**. Entrevistas e ensaios. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Sonia Queiroz, Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2005, p. 146.  
434 SODRÉ, Nelson Wernec. **História da imprensa no Brasil**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.  
435 *Ibidem*, 1999, p. 9.  
436 FERREIRA, Paulo Roberto. Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia. Artigo apresentado no 3º Encontro Nacional de História da Mídia, promovido pela Rede Alfredo de Carvalho, de 14 a 16 de abril de 2005, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, no campus da Feevale. Apresentado no Grupo de Trabalho de História da Mídia Imprensa. Disponível em <http://www.redealcar.com.br/>. Acesso em 20 de jan. de 2021.  
437 COELHO, Geraldo Mártires. **Letras & Baionetas**. Belém. Cultural Cejup, 1989.  
438 Em 04 de maio de 1884, veio a luz o periódico Abolicionista do Amazonas pertencente a uma Associação Beneficente composta por mulheres. O número de estreia exaltava a criação da Lei Áurea, nº 632 de 24



- de abril de 1884. Criada pelo governo geral da província esta lei criava um “fundo de 300.000\$ réis para o auxílio da libertação dos escravos desta província”. Fato que se constituiu em uma “data legendaria de uma conquista para a história da Província do Amazonas”. Cf.: **Abolicionista do Amazonas**. Manaus, 4 de maio de 1884, nº 1.
- 439 FERREIRA, Paulo Roberto. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia**. Artigo apresentado no 3º Encontro Nacional de História da Mídia, promovido pela Rede Alfredo de Carvalho, de 14 a 16 de abril de 2005, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, no campus da Feevale. Apresentado no Grupo de Trabalho de História da Mídia Impressa. Acesso no site da Rede (<http://www.redealcar.com.br/>), 2021. **Jornais Paraoaras - catálogo**. Biblioteca Pública do Pará. Belém. Imprensa Oficial do Estado, 1985.SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil – 4ª Edição – Capítulo Inédito**. Rio de Janeiro. Mauad, 1999. Entre outros.
- 440 ASSMAR; BONIFÁCIO; LIMA, 2007, p. 54.
- 441 MUSEU DA BORRACHA. Disponível em <http://www.femcultura.ac.gov.br/sobre-o-museu-da-borracha/>. Acesso em 02 de março de 2020.
- 442 Biblioteca Nacional. Disponível em [http://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/Resultado/Listar?guid=4d5d-97d4083db7c51f46](http://acervo.bn.gov.br/sophia_web/Resultado/Listar?guid=4d5d-97d4083db7c51f46). Acesso em 02 de março de 2020.
- 443 Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5B-cache%5Dcamargo\\_298460.7110363.DocLstX&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5B-cache%5Dcamargo_298460.7110363.DocLstX&pesq=). Acesso em 02 de março de 2020.
- 444 Jornais do Acre. In: **Guia de Mídia**. Disponível em <<https://www.guiademidia.com.br/jornaisdoacre.htm>>. Acesso em 02 de abril de 2020.
- 445 ASSMAR; BONIFÁCIO; LIMA, 2007.
- 446 BONIFÁCIO, 2007; BONIFÁCIO, 2020.
- 447 CIDREIRA, 2016.
- 448 ASSMAR; SANTOS, 2020.
- 449 LUSTOSA, Elcias. **O texto da Notícia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- 450 Alguns pesquisadores informam que edições intermitentes em números subsequentes foram produzidas até 1946.
- 451 Alguns pesquisadores informam que edições desse jornal foram encontradas apenas até o ano de 1965. O Acre – Orgam Oficial (1929-1972) (fund. 18.08.1929, em 1937 passa para semanário oficial; 1940, órgão oficial do Governo do Território do Acre. Em 1965, órgão noticioso do Governo do Estado; a numeração volta para o nº 1. Em 1972, o noticioso pertencente ao “Serviço de Divulgação do Estado do Acre” – SERDA; a numeração volta para o nº 1).
- 452 GUIA DE MÍDIA. **Jornais do Acre**. Disponível em <<https://www.guiademidia.com.br/jornaisdoacre.htm>>. Acesso em 01 de julho de 2020.
- 453 Jornais do Acre. In: **Guia de Mídia**. Disponível em <<https://www.guiademidia.com.br/jornaisdoacre.htm>>. Acesso em 02 de abril de 2020.
- 454 Além dos supracitados também se destacam os seguintes webjornais acreanos: a) 01 produzido em Acrelândia: Acrelândia News; b) 01 produzido em Assis Brasil: Assis Brasil Online; c) 02 produzidos em Brasiléia: O Auto Acre, 3 de Julho Notícias; d) 06 produzidos em Cruzeiro do Sul: Jornal Voz do Norte, Tribuna do Juruá, Folha do Juruá, A Crítica do Acre, Batelão do Juruá, Juruá em Tempo; e) 01 produzido em Epitaciolândia: Notícias da Fronteira; f) 02 produzidos em Feijó: Correio do Acre, Feijó 24 Horas; g) 01 produzido em Mâncio Lima: Mancio Lima Net; h) 02 produzidos em Senador Guimard, Portal Quinari, Quinari Online; e, i) 04 produzidos em Sena Madureira: O Estado do Acre, Portal Dimensão, Sena 24 Horas, Sena Online.
- 455 Dentre os webjornais acreanos, se destacam 12 produzidos em Rio Branco: A Gazeta.net, Acre Alerta, Acre ao Vivo, Ecos da Notícia, Giro Acreano, Contilinet Notícias, AC 24 Horas, Acre em Revista, Canal Acre, EcoAcre.net, Folha do Acre, Veja de Tudo.
- 456 ASSMAR; BONIFÁCIO; LIMA, 2007, p. 86.
- 457 Ibidem, 2007, p. 93.
- 458 Ibidem, 2007, p. 96.

- 459 *Ibidem*, 2007, p. 102.
- 460 *Ibidem*, 2007, p. 103.
- 461 *Ibidem*, 2007, p. 104.
- 462 *Ibidem*, 2007, p. 105.
- 463 CAPARELLI, Sérgio. A imprensa alternativa revisitada. In: **R. Bibliotecon, & Comun.**, Porto Alegre. 3: 7-16 jan./dez. 1988. Disponível em <https://cedap.ufrgs.br/jspui/bitstream/20.500.11959/132/2/v3a1.pdf>. Acesso em 07 jun. 2022.
- 464 *Ibidem*, p. 11.
- 465 *Ibidem*, p. 13.
- 466 PCRJ. Imprensa alternativa: apogeu, queda e novos caminhos. Rio de Janeiro: SECS, 2005, p. 5.
- 467 CAPARELLI, 2022, p. 8.
- 468 BUENO, Márcio. A imprensa alternativa – ontem e hoje. In: MELLO, Maria Amélia (org.) 20 anos de resistência: alternativas da cultura no regime militar. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p. 11.
- 469 CHINEM, Rivaldo. **Imprensa Alternativa: jornalismo de oposição e inovação**. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 8.
- 470 KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da Imprensa Alternativa**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p. 11.
- 471 *Ibidem*, p. 14.
- 472 *Ibidem*, p. 18.
- 473 *Ibidem*, p. 141.
- 474 *Ibidem*, p. 143.
- 475 ARAÚJO, 2000. ABREU, 2002. CHINEM, 1995. COSTA SOBRINHO, 2001. KUCINSKI, 2018.
- 476 CAPARELLI, 1986, p. 45.
- 477 BAHIA, 2015.
- 478 KUCINSKI, 2018, p. 11.
- 479 KUCINSKI, 2018.
- 480 KUCINSKI, 2018, p. 14.
- 481 CHINEM, 1995, p. 7.
- 482 *Ibidem*, p. 8.
- 483 BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70, mais pra epa que pra oba...** Brasília: Universidade de Brasília, 1991, p. 230.
- 484 ABRAMO, Perseu. Imprensa Alternativa: alcance e limites. In: ABRAMO, Bia. **Um Trabalhador da notícia**. Textos de Perseu Abramo. São Paulo: FP Abramo, 1997, p. 328.
- 485 ALBERNAZ, Bia; PELTIER, Maurício. **Almanaque de Fanzines - O Que São e Como São**. São Paulo: Arte de Ler, 1995, p. 4.
- 486 ABRAMO, 1997, p. 329.
- 487 BONIFÁCIO, 2020, p. 20.
- 488 MARTINS apud PORTELA, M. C. **Varadouro – um jornal das selvas: um estudo sobre a vida no alternativo**. Dissertação (Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, p. 107. 2009, p. 5 – grifo nosso.
- 489 PORTELA, 2009, p. 61 – grifo nosso.
- 490 PINHEIRO, Francisco de Moura. **A invenção da florestania: a participação da mídia acreana na construção de um novo discurso ideológico**. Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2013, p. 139.
- 491 ASSMAR; BONIFÁCIO; LIMA, 2007, p. 45.
- 492 Dados do SNI coletados na INFORMAÇÃO N.º 8227S/102-A11.1-CIE, de 19/09/1983 dão conta que “ELSON MARTINS DA SILVEIRA – filho de FRANCISCO MARTINS DA SILVEIRA e MARIA NAZARA DA SILVEIRA, DLN 09 Mai 39, SENA MADUREIRA/AC, CI N9 084.418/SSP/AC; jornalista profissional e Técnico em Química Industrial, formado pela Universidade do Trabalho de MINAS GERAIS; em 1982, fazia parte da Comissão Pró-ÍNDIO/AC e do CIMI/AC; possui ligações com a Prelazia ACRE/PURUS; em 1980 distribuiu, em RIO BRANCO/AC, o jornal “COMPANHEIRO”, do MEP (MOVIMENTO DE EMANCIPAÇÃO DO PROLETA-

- RIADO); foi Diretor do jornal contestatário “VARADOURO” e do jornal “GAZETA DO ACRE”, ao tempo em que este adotava linha de contestação ao Governo e ao regime vigente; em 1980, era o correspondente do jornal “O ESTADO DE SÃO PAULO” no ACRE; o nominado, no desempenho de suas funções de jornalista, sempre adotou linha de contestação ao regime vigente no País e de apoio político a todas as siglas de oposição e às alas progressistas da Prelazia ACRE/PURUS, para criação do jornal contestatário “VARADOURO”, surgido por iniciativa do Bispo D. MOACIR GRECHI (BRASIL, 1983, p. 3). Cf.: BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_83037575**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. 2019.
- 493 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_83037575**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. 2019, p. 4.
- 494 **Memórias Reveladas**. Disponível em <<http://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/login.asp>>. Acesso em 20 de outubro de 2019.
- 495 Jornais do Acre. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5D-camargo\\_203860.2554394.DocLstX&pesq=>](http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5D-camargo_203860.2554394.DocLstX&pesq=>)>. Acesso em 24 de junho de 2020.
- 496 Acre na Biblioteca Nacional. Disponível em <[http://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/Resultado/Listar?guid=1593912380314](http://acervo.bn.gov.br/sophia_web/Resultado/Listar?guid=1593912380314)>. Acesso em 24 de junho de 2020.
- 497 Sobre o “relacionamento dos órgãos de informações com a espionagem aos bispos católicos”, Cf.: GOMES, 2014; para acessar o “relacionamento da informação com a censura”, Cf.: MARCELINO, 2011; com relação à “polícia política”, Cf.: LONGHI, 2005; para entender as “ramificações da repressão brasileira no exterior”, Cf.: PENNA FILHO, 2004.
- 498 Fonte: BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001411**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 20 de mai. de 2020, p. 6.
- 499 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_79000394**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 20 de mai. de 2020.
- 500 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_79000394**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 20 de mai. de 2020.
- 501 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80000827**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 20 de mai. de 2020, p. 6.
- 502 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001493**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 20 de mai. de 2020, p. 6.
- 503 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001493**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 20 de mai. de 2020, p. 6.
- 504 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_80003791**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.
- 505 Foram encontrados 197 documentos formais do SNI. Há mais de dez mil documentos de agências, setores e serviços de inteligência de todo o país que desapareceram, se tornaram ilegíveis ou “foram perdidos” e, por isso, não estão lançados na base de dados. Alguns desses 197 documentos encontrados na base de dados “Memórias Reveladas” do Arquivo Nacional tem duas ou três páginas, outros têm mais de noventa páginas. São mais de mil páginas de documentos, textos, fotos, recortes, fichas, partes e outros. Nosso intuito neste trabalho é afirmar a existência deles e citar sobre os principais assuntos encontrados, sem aprofundar nos percursos, nas trajetórias, representações ou significados. A exaustiva descrição do método se deu para que qualquer pesquisador interessado possa pesquisar sobre o assunto. Cremos ser possível fazer uma tese apenas sobre esses documentos.
- 506 CNBB, 2014b.
- 507 No Brasil, se destacou no estudo da imprensa Católica o Frei Oscar de Figueiredo Lustosa, que, além de ser professor universitário, presidiu o Centro de Estudos e Pesquisas de História da Igreja no Brasil (CEPEHIB), cujo objetivo era preservar a memória, desenvolver estudos e publicar fontes e textos sobre a Igreja Católica.
- 508 Lustosa (1983) apud MARIN, Jéri Roberto. Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 38(3): 197-217, 2018, p. 199-200 – grifo do autor.

- 509 MARIN, Jérry Roberto. Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 38(3): 197-217, 2018, p. 202.
- 510 HOONAERT, 1979. SOARES, 1980. SOARES, 1988. DELLA CAVA; MONTERO, 1991. MARTINO, 2003. MARIQUES DE MELO, 2003. VIEIRA, 2007. GOMES, 2014.
- 511 LIMA, Alceu Amoroso. Introdução À Mater et Magistra. In: **As Encíclicas Sociais de João XXIII**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1963, p. 30.
- 512 João XXIII, 1962.
- 513 CONCÍLIO VATICANO II, 1964.
- 514 JOÃO PAULO II, 1997.
- 515 ESTÊVÃO, António Miguel. **A Evangelização através dos media à luz da *Communio et progressio***: fundamentação bíblico-teológica e implicações pastorais. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2016.
- 516 RENAULT, D. A convergência tecnológica e o novo jornalismo. In: BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH - Volume 9 - Número 2 – 2013, p. 14. Disponível em: <http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/575/490> Acesso em: 22 ago. 2022.
- 517 TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O Mundo dos jornalistas**. 3. Ed. São Paulo: Summus editorial. 1992, p. 94.
- 518 BOURDIEU, 2007, p. 10.
- 519 CNBB, 2014, p. 186.
- 520 YAMAMOTO, Eduardo Y. A natureza da comunicação popular e comunitária. In: **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2007, Santos. XXX Congresso Intercom. São Paulo: Intercom, 2007, p. 11.
- 521 PERUZZO, 2008b.
- 522 Idem, 2006, p. 13.
- 523 Idem, 2008a, p. 13.
- 524 PORTELA, 2009, p. 61 – grifo nosso.
- 525 PINHEIRO, 2021, p. 5.
- 526 Ibidem, p. 5.
- 527 ASSMAR; BONIFÁCIO, 2007, p. 102.
- 528 COSTA SOBRINHO, 2002, p. 136.
- 529 Idem, 2001, p. 153.
- 530 MOURÃO, 1988, p. 24.
- 531 BERALDO, C. E. A. **Comunicação interna como fator estratégico nos processos de mudança**. 2003. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/projetosacademicos/conceituais/inicial.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2020, p. 101.
- 532 REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Tratado de comunicação organizacional e política**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- 533 Ibidem, p. 44-45.
- 534 Idem, 1986, p. 44.
- 535 Ibidem, p. 55.
- 536 Ibidem, p. 57.
- 537 Ibidem, p. 113.
- 538 FERREIRA, Vitor. **Inventário analítico da imprensa estudantil portuguesa em 1945-1967**. 1968. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/16406174/inventario-analitico-da-imprensa-estudantil-portuguesa-em-1945-1967>>. Acesso em 03 de fev. 2021, p. 224.
- 539 REGO, 1984, p. 38.
- 540 Idem, 1986, p. 125.
- 541 BAHIA, 2015.
- 542 Sergio Costa, em seu “Dicionário de gêneros textuais”, expõe didaticamente os conceitos de gêneros discursivos e textuais, além de analisar algumas classificações de gêneros; além de fazer uma consistente descrição temática e composicional em substanciais referências ao espaço de circulação e ao domínio discursivo. A linguista Ana Almeida (2009), ao citar o “Dicionário de Gêneros Textuais” afirma que Sérgio

- Costa “adota uma perspectiva sociodiscursiva bakhtiniana, afinada com o sociointeracionismo discursivo de Bronckart, Schneuwly e outros estudiosos do “grupo de Genebra”. Cf.: COSTA, 2018.
- 543 COSTA, 2018 – grifo nosso.
- 544 REGO, 2010, p. 57 – grifo do autor.
- 545 Ibidem, 59.
- 546 TECPAR. **Manual de gestão de serviços de informação**. Curitiba; Brasília: IBICT. 1997, 103.
- 547 FORTES, Waldyr Gutierrez. **Relações Públicas: processo, funções, tecnologia e estratégia**. 3 Ed. São Paulo: Summus, 2003, p. 263.
- 548 REGO, 1984, p. 44-45.
- 549 BLAND, Michael; JACKSON, Peter. **A Comunicação na Empresa**. Editorial Presença, Lisboa 1992, p. 88.
- 550 ESTÉVÃO, 2016.
- 551 Para utilizá-lo, posiciona-se a página a ser copiada sobre um papel especial chamado estêncil e traça-se por cima os contornos das letras ou desenhos – também pode-se datilografar o papel com o estêncil por traz. Em seguida, coloca-se o estêncil no mimeógrafo e outras folhas em branco na bandeja. Pode-se alcançar até 100 (cem) cópias com cada estêncil. Contudo, existem alguns problemas na reprografia com mimeógrafo, como lentidão, necessidade de esforço físico para girar a manivela, além de manchas nas roupas e nas mãos. Cf.: COOPERMITI, 2021.
- 552 VASQUEZ, 2006.
- 553 Weber, Max. **A ética protestante e o espírito capitalista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pág. 47-48.
- 554 **Boletim Nós, Irmãos**, 1983, nº 03, p. 9.
- 555 **Boletim Nós, Irmãos**, 1976, nº 09, p. 22.
- 556 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 03, p. 6.
- 557 COSTA JUNIOR, Hélio Moreira da. **“Acre (anos) de cinema”**: uma história quadro-a-quadro de jovens cineastas acreanos (1972-1982). 2002. 141f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco em convênio com a Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2002, p. 22.
- 558 **Boletim Nós irmãos**. Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1971, dezembro, ano I, nº 01.
- 559 COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente da. **“Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais na Amazônia”**. Rio Branco (Acre): Editora Ufac, 2002, p. 153.
- 560 **Boletim Nós irmãos**, 1972, nº 11, p. 2.
- 561 **Boletim Nós irmãos**, 1974, nº 05.
- 562 **Boletim Nós irmãos**, 1974, nº 09, p. 14.
- 563 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 12, p. 10.
- 564 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 10, p. 12.
- 565 **Boletim Nós irmãos**, 1981, nº 02, p. 2.
- 566 **Boletim Nós irmãos**, 1983, nº 02, p. 13.
- 567 BRASIL. **Decreto nº 58.599**, de 13 de junho de 1966. Estabelece normas para confecção e emissões de selos postais e outras fórmulas de franquiamento de correspondência. Diário Oficial da União (DO-FC PUB- Seção 1 - 15/6/1966, Página 6417). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58599-13-junho-1966-399293-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 02 de fev. 2021.
- 568 **Boletim Nós irmãos**, 1984, nº 01, p. 11.
- 569 GARCIA MUNHOZ, Dercio. Inflação Brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. In: **Revista de Economia Contemporânea**. [online]. Nº 1. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19574/11339>>. Acesso em 02 fev. 2021, p. 79.
- 570 GARCIA MUNHOZ, Dercio. Inflação Brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. In: **Revista de Economia Contemporânea**. [online]. Nº 1. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19574/11339>>. Acesso em 02 fev. 2021.
- 571 GOMES, 2014, p. 9.

- 572 MAINWARING, 2004, p. 11.
- 573 ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- 574 A ideia de “doutrina de segurança nacional” bem como o desenvolvimento histórico de sua ideologia podem ser vistos em obras como: ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 184. ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 33-51. BICUDO, Hélio Pereira. **Segurança nacional ou submissão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- 575 “Em sua feição saneadora estava a base para eliminar os principais males da sociedade, que eram o comunismo e a corrupção moral. A fim de executar essa função, utilizavam-se da espionagem, da polícia política, da censura à imprensa e do julgamento sumário de “corruptos”. Enquanto, para “educar” a sociedade “débil” e transmitir-lhe valores morais menos frouxos, havia a propaganda política e a censura moral”. GOMES, 2014, p. 42.
- 576 VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- 577 ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI e Abin: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 78.
- 578 SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- 579 KUSHNIR, 2004.
- 580 FICO, Carlos. **“Prezada Censura”**: Cartas ao regime militar. Topoi, Rio de Janeiro, n. 5, p. 251-286, set. 2002. MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- 581 Fonte: BRASIL. Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_80003791. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.
- 582 BRASIL. Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_80003791. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019, p. 3.
- 583 SOARES, 1980, p. 145.
- 584 BRASIL. Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_80003791. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.
- 585 BRASIL. Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_80003791. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019, p. 1.
- 586 BRASIL. Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_80003791. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019, p. 2.
- 587 CHEZA; MARTÍNEZ SAAVEDRA; SAUVAGE, 2017, p. 448-451.
- 588 Além dos Arcebispos e Bispos, dois padres teóricos dessa teologia libertadora sofreram diretamente e por vários anos com as investigações do SNI, os irmãos Leonardo Boff e Clodovis Boff.
- 589 O Ibrades era uma organização religiosa fundada em 1969 pela CNBB e pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB). Era dirigida por jesuítas e sua finalidade principal era treinar membros de movimentos populares para atuar em comunidades carentes, além de assessorar intelectualmente a CNBB. Cf.: GOMES, 2014, p. 27.
- 590 GOMES, 2014, p. 7.
- 591 BOURDIEU, 2011.
- 592 GOMES, 2014, p. 81.
- 593 GOMES, 2014, p. 10.
- 594 KORNIS, 2009.
- 595 PERTÍÑEZ FERNÁNDEZ, 2017, p. 123.
- 596 BRASIL. **Lei nº 5.250**, de 09 de fevereiro de 1967 (regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação). Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm)>. Acesso em 20 de outubro de 2021, p. 75.
- 597 Fonte: BRASIL. Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002886. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

- 598 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002886**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.
- 599 Fonte: BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002711**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.
- 600 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002711**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019, p. 3.
- 601 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.
- 602 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002711**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019, p. 65.
- 603 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002711**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019, p. 65.
- 604 BRASIL. **Lei nº 5.250**, de 09 de fevereiro de 1967 (regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação). Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm)>. Acesso em 20 de outubro de 2021, p. 75.
- 605 Fonte: BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002711**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.
- 606 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002711**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019, p. 88-91.
- 607 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80000419**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019, p. 6.
- 608 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_81012331**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019, p. 4.
- 609 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_81012331**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019, p. 3.
- 610 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_81012331**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019, p. 7.
- 611 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_81021288**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.
- 612 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_81021288**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019, p. 3.
- 613 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_83003347**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019, p. 4.
- 614 BRASIL. **Arquivo Nacional, SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_83004349**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019, p. 2.
- 615 FRANCISCO, J. C. **O gênero entrevista no radiojornalismo** – CBN X Eldorado: da escrita para a fala. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) PUCSP, São Paulo, 2006, p. 38.
- 616 FERRAZ, Nivaldo. **Reportagem no rádio: realidade brasileira, fundamentação, possibilidades sonoras e jornalismo a partir da peça radiofônica reportagem**. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) Escola de Comunicação e Artes da USP, São Paulo, 2016. p. 106.
- 617 ZUMTHOR, Paul. **Escritura e Nomadismo**. Entrevistas e ensaios. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Sonia Queiroz, Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2005, p. 70.
- 618 WAGNER, Carlos. Repórteres, vocês lembram do “Gillette Press”? In: **Histórias mal contadas**. 2018. Disponível em <<https://carloswagner.jor.br/blog/reporteres-voces-lembram-do-gillette-press/>>. Acesso em 02 mar. 2020, p. 2.
- 619 Atualmente, esse trajeto de quase 4.000 km é percorrido em apenas 04 dias de viagem de ônibus interestadual.
- 620 MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONÍSIO, Ângela; MACHADO, Anna Rachel (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 48.



- 621 **Boletim Nós irmãos**, 1975, nº 10, p. 7.
- 622 **Boletim Nós irmãos**, 1975, nº 11, p. 11-12.
- 623 **Boletim Nós irmãos**, 1976, nº 04, p. 11.
- 624 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 10, p. 17.
- 625 **Boletim Nós irmãos**, 1976nº 01, p. 5.
- 626 **Boletim Nós irmãos**, 1976, nº 04, p. 12.
- 627 **Boletim Nós irmãos**, 1976, nº 05, p. 11.
- 628 Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, criado pelo decreto lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, ligado ao Ministério da Agricultura.
- 629 **Boletim Nós irmãos**, 1976, nº 07, p. 14.
- 630 **Boletim Nós irmãos**, 1976, nº 10, p. 14.
- 631 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 06, p. 17.
- 632 **Boletim Nós irmãos**, 1976, nº 01, p. 5.
- 633 **Boletim Nós irmãos**, 1976, nº 12, p. 9.
- 634 **Boletim Nós irmãos**, 1976, nº 12, p. 9.
- 635 **Boletim Nós irmãos**, 1976, nº 12, p. 11.
- 636 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 11, p. 15.
- 637 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 11, p. 16.
- 638 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 11, p. 19.
- 639 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 11, p. 20.
- 640 **Boletim Nós irmãos**, 1976, nº 07, p. 13.
- 641 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 07, p. 18.
- 642 **Boletim Nós irmãos**, 1976, nº 01, p. 13.
- 643 **Boletim Nós irmãos**, 1976, nº 01, p. 13.
- 644 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 05, p. 11.
- 645 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 05, p. 11.
- 646 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 05, p. 11.
- 647 **Boletim Nós irmãos**, 1976, nº 01, p. 14.
- 648 O Pacto de São José da Costa Rica foi adotado e aberto à assinatura na Conferência Especializada Inter-america na sobre Direitos Humanos, em San José de Costa Rica, em 22.11.1969 - ratificada pelo Brasil em 25.09.1992. Texto do anexo à subscrição disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf)>. Acesso em 13 de maio de 2020.
- 649 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 11, p. 3.
- 650 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 07, p. 20.
- 651 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 10, p. 18.
- 652 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 11, p. 13.
- 653 **Boletim Nós irmãos**, 1978, nº 01, p. 11.
- 654 **Boletim Nós irmãos**, 1978, nº 01, p. 13.
- 655 **Boletim Nós irmãos**, 1978, nº 01, p. 13.
- 656 **Boletim Nós irmãos**, 1976, nº 01, p. 5.
- 657 **Boletim Nós irmãos**, 1977, nº 05, p. 11.
- 658 **Boletim Nós irmãos**, 1979, nº 04, p. 10.
- 659 **Boletim Nós irmãos**, 1979, nº 04, p. 10.
- 660 **Boletim Nós irmãos**, 1984, nº 03.
- 661 **Boletim Nós irmãos**, 1984, nº 03, p. 9.
- 662 **Boletim Nós irmãos**, 1985, nº 06, p. 13.
- 663 **Boletim Nós irmãos**, 1985, nº 06, p. 13.
- 664 **Boletim Nós irmãos**, 1985, nº 09, p. 11.
- 665 **Boletim Nós irmãos**, 1985, nº 09, p. 12.
- 666 Cf.: CATANI, 2017. THOMPSON apud GRENFELL, 2018.



- 667 BOURDIEU, 2003; BOURDIEU, 2007; BOURDIEU, 2005; BOURDIEU, 2008<sup>a</sup>; BOURDIEU, 2008b; BOURDIEU, 2011.
- 668 BOURDIEU, 2007, p. 90.
- 669 MARTINO, L. M. S. **Mídia e poder simbólico**: um ensaio sobre comunicação e campo religioso. São Paulo: Paulus, 2003, p. 12.
- 670 BOURDIEU, 2003, p. 27.
- 671 *Ibidem*, p. 28.
- 672 *Ibidem*, p. 67.
- 673 *Idem*, 2007.
- 674 BOURDIEU, 2008a, p. 231.
- 675 *Ibidem*, p. 133.
- 676 *Idem*, 1996, p. 52.
- 677 *Idem*, 2007.
- 678 *Idem*, 2007, p. 90.
- 679 *Idem*, p. 114.
- 680 *Idem*, 1990, p. 33.
- 681 *Idem*, 2008a; *Idem*, 2008b, p. 50.
- 682 *Idem*, 1990, p. 32.
- 683 *Idem*, 2005, p. 178.
- 684 *Idem*, 1990, p. 33.
- 685 *Idem*, 2008b.
- 686 *Idem*, 2008a, p. 157.
- 687 *Idem*, 2003, p. 106.
- 688 *Idem*, 1983.
- 689 *Idem*, 2007.
- 690 RODRIGUES, A. D. Experiência, modernidade e campo dos media. In.: SANTANA, R.M. (Org.). **Reflexões sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Revan; Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2000, p. 169-213.
- 691 BOURDIEU, 2003, p. 28.
- 692 *Idem*, 2011.
- 693 *Ibidem*.
- 694 *Ibidem*.
- 695 FOUCAULT, 2000.
- 696 *Ibidem*, 2000.
- 697 BOURDIEU, 2011.
- 698 BOURDIEU, 2007.
- 699 BONIFÁCIO, 2020.
- 700 LIMA, 2020.
- 701 BOURDIEU, 2011.
- 702 MARCONDES FILHO, 2009.
- 703 ALVES, A, 1983.
- 704 FOUCAULT, 2000.
- 705 *Idem*, 2002, p. 154.
- 706 TRAVASSOS, Tarcisia. **Aspectos Funcionais e Organizacionais do Gênero Capa de Jornal**. Revista. Encontros de Vista, 8. 2011. Disponível em <[http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/10\\_Tarcisia\\_TravassosAspectos\\_funcionais\\_organizacionais\\_do\\_genero\\_capa\\_de\\_jornal.pdf](http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/10_Tarcisia_TravassosAspectos_funcionais_organizacionais_do_genero_capa_de_jornal.pdf)>. Acesso em 21 de jan. 2021, p. 13.
- 707 BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 11. Ed. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 123.
- 708 *Ibidem*, p. 124.
- 709 *Idem*, 1992, p. 294.

- 710 Ibidem, 1992, p. 279.
- 711 Ibidem, 1992, p. 302.
- 712 MARCUSCHI, L. E.; XAVIER, A. C. **Hipertexto e Gêneros Digitais**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004, p. 37.
- 713 Ibidem, p. 20.
- 714 MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- 715 MARCUSCHI, 2004, p. 18.
- 716 BAZERMAN, Charles. **Gêneros Textuais, Tipificação e Interação**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 31.
- 717 Ibidem, p. 22.
- 718 MARCUSCHI, 2004, p. 17.
- 719 Idem, 2000.
- 720 BAZERMAN, 2005, p. 31.
- 721 Ibidem, 2005.
- 722 KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014, p. 19.
- 723 Ibidem, p. 9.
- 724 PINHEIRO, Najara Ferrari. A noção de gênero para análise de textos midiáticos. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru, São Paulo: EDUS, 2002.
- 725 BAZERMAN, 2005.
- 726 MILLER, Carolyn R. Gênero como Ação Social. In: DIONÍSIO, A. P. & HOFFNAGEL, J. C. (Orgs.) **Estudos sobre Gênero Textual, Agência e Tecnologia**. Tradução e adaptação de Judith Chambliss Hoffnagel [et.al.]. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, p. 21- 44, 2009, p. 95.
- 727 MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONÍSIO, Ângela; MACHADO, Anna Rachel (orgs.) **Gêneros textuais e ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 20.
- 728 BAZERMAN, 2005, p. 93.
- 729 MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 85.
- 730 COSTA, 2018.
- 731 COSTA, 2018, p. C-7 e C-8 – grifo nosso.
- 732 COSTA, 2018, p. C-13 – grifo nosso.
- 733 BAHIA, X, 2015 – verbete.
- 734 FOUCAULT, 2007, p. 264.
- 735 COSTA, 2018, p. E-18 – grifo nosso.
- 736 CEIA, Carlos: s.v. “Epístola”, **E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)**. 2009. Disponível em <<http://www.edtl.com.pt>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021 - verbete.
- 737 BOURDIEU, 2007, p. 18.
- 738 **Boletim Nós, Irmãos**, 1973, nº 09, p. 14.
- 739 IBGE, 1971.
- 740 **Boletim Nós, Irmãos**, 1975, nº 03, p. 3.
- 741 **Boletim Nós, Irmãos**, 1976, nº 01.
- 742 **Boletim Nós, Irmãos**, 1976, nº 05, p. 2.
- 743 **Boletim Nós, Irmãos**, 1976, nº 10, p. 3.
- 744 **Boletim Nós, Irmãos**, 1978, nº 02, p. 9.
- 745 **Boletim Nós, Irmãos**, 1983, nº 02, p. 6 – grifo nosso.
- 746 MORAES, 1994; MORAES, 1998; MORAES, 1999.
- 747 MORAES, 1999, p. 9.
- 748 BAUER, W. Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.
- 749 BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, [1977] 2016.
- 750 FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Bookman, 2004, p. 343.

- 751 KIRK, J. L.; MILLER, M. **Reliability and validity in qualitative research**. Beverly Hills, CA: Sage, 1986.
- 752 BAUER, 2012.
- 753 MORAES, 1994, p. 108-109.
- 754 CONSTANTINO, N. S. de. **Pesquisa histórica e análise de conteúdo**: pertinência e possibilidades. *Estudos Ibero-Americanos*, 28(1), 183-194. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2002.1.23794>. Acesso em 29 jun. 2021, p. 185.
- 755 MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 202-203.
- 756 CONSTANTINO, 2002, p. 194.
- 757 FRANCO, 2008, p. 3.
- 758 *Ibidem*, p. 8.
- 759 O primeiro nome que de fato ilustra a história da análise de conteúdo é o de H. Lasswell: fez análises de imprensa e de propaganda desde meados de 1915. Em 1927 é editado: *Propaganda Technique in the World War*. Cf.: BARDIN, 2016, p. 21.
- 760 FRANCO, 2008, p. 3-11.
- 761 BARDIN, 2016, p. 36.
- 762 OLABUENAGA, José I. Ruiz & ISPIZUA, Maria Antônia. **La descodificación de la vida cotidiana**: métodos de investigación cualitativa. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989, p. 182.
- 763 KRIPPENDORFF, K. **Metodología de análisis de contenido**: teoría y práctica. Barcelona, Ediciones Paidós, 1990, p. 30.
- 764 CONSTANTINO, 2002, p. 186-188.
- 765 LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- 766 CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991, p. 82.
- 767 MORAES, 1999.
- 768 CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92625>. Acesso em: 29 set. 2021.
- 769 LÜDKE, 1986.
- 770 MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2013, p. 11.
- 771 TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987, p. 160.
- 772 PÊCHEUX, M. **O discurso** — estrutura ou acontecimento. Campinas, Pontes, [1983] 1997, p. 43.
- 773 MORAES, 1994; MORAES, 1998; MORAES, 1999.
- 774 MORAES, 1994, p. 104.
- 775 MORAES, 1994.
- 776 MORAES, 1998, p. 111-130.
- 777 OLABUENAGA, José I. Ruiz & ISPIZUA, Maria Antônia. **La descodificación de la vida cotidiana**: métodos de investigación cualitativa. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989, p. 182. MUCCHIELLI, R. **L'analyse de contenu des documents et des communications**. Paris: Les Librairies, Techniques, 1977. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, [1977] 2016. KRIPPENDORFF, K. **Metodología de análisis de contenido**: teoría y práctica. Barcelona: Ediciones Paidós, 1990. LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic inquiry**. Londres: Sage, 1985. STRAUSS, A. L. **Qualitative analysis for social scientists**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. REASON, P. **Human Inquiry in action**. London: Sage, 1988.
- 778 MORAES, 1994, p. 111-115.
- 779 MORAES, 1999, p. 9.
- 780 *Ibidem*, p. 9.
- 781 *Ibidem*, p. 9.
- 782 MORAES, 1999, p. 15.

- 783 *Ibidem*, p. 16.
- 784 *Ibidem*, p. 18.
- 785 MORAES, 1999.
- 786 BARDIN, 2016, p. 42.
- 787 MORAES, 1999, p. 26.
- 788 MORAES, 1994, p. 103.
- 789 BERELSON, Bernard. Content analysis. In: LINDZEY, G., ed. **Handbook of social psychology**. Reading, Mass. Adison Wesley, 1954. v. 1, p. 488-522.
- 790 MORAES, 1994, p. 104.
- 791 KRIPPENDORFF, 1990.
- 792 MORAES, 1999, p. 28.
- 793 MORAES, 1994, p. 104.
- 794 GRAWITS, M. **Méthodes em sciences sociales**. Paris: Dalloz, 1986.
- 795 MORAES, 1994, p. 105.
- 796 MORAES, 1998, p. 119.
- 797 *Ibidem*, p. 119.
- 798 BARROS, 2004.
- 799 MORAES, 1999, p. 28.
- 800 MORAES, 1999, p. 11.
- 801 *Ibidem*, p. 13.
- 802 *Ibidem*, p. 13.
- 803 *Ibidem*, p. 14-15.
- 804 MORAES, 1994; MORAES, 1998; MORAES, 1999.
- 805 BAKHTIN, 1993, p. 89.
- 806 *Idem*, 1986, p. 98.
- 807 MORAES, 1999, p. 7-32.
- 808 MORAES, 1994, p. 110.
- 809 Boletins de dezembro de 1971, janeiro de 1972, fevereiro de 1972, março de 1972, abril de 1972, maio de 1972, junho de 1972, julho de 1972, agosto de 1972, setembro de 1972, outubro de 1972, dezembro de 1972, janeiro de 1973, fevereiro de 1973, março de 1973, abril de 1973, maio de 1973, junho de 1973, julho de 1973, outubro de 1973, novembro de 1973, dezembro de 1973, abril de 1974, maio de 1974, agosto de 1974, setembro/outubro/novembro de 1974, dezembro de 1974, janeiro de 1975, março de 1975, junho de 1975, agosto de 1975, setembro de 1975, outubro de 1975, fevereiro de 1976, março de 1976, maio de 1977, junho de 1977, julho de 1977, janeiro de 1978, e, março de 1982.
- 810 JACKSON, P.; MOULINIER, I. **Natural Language Processing for Online Applications**: Text Retrieval, Extraction, and Categorization. John Benjamins Pub, 2002. Disponível em <http://books.google.pt/books?id=jkk0j7U5g4kC>. Acesso em 27 jun. 2022.
- 811 BAKHTIN, 1992.
- 812 HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- 813 Não é objeto de análise neste trabalho a discussão epistemológica complexa da perspectiva sociointeracionista de produção discursiva do gênero textual carta. Para aprofundamento nessa vertente, sugerimos a leitura de: GUMPERZ, John. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, Telles Branca & GARCEZ, Pedro M. (Orgs). **Sociolinguística interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Age, 1998. BRONCKART, Jean-Paul. **Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: EDUC, 1999. SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. **Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos**. 2002. 209 p. Tese. (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte. 2002. BAKHTIN, 2006. BAKHTIN, 1992.
- 814 MORAES, 1999, p. 28.
- 815 MORAES, 1999, p. 28.

## Notas do Capítulo VI

### As vozes dos agentes sociais nas cartas do Boletim Nós, Irmãos

- 816 **Boletim Nós, Irmãos**, 1982, nº 08, p. 6.
- 817 BOURDIEU, 2008a.
- 818 BOURDIEU, 2011, p. 33-34.
- 819 *Ibidem*, p. 10.
- 820 WEBER, 2012, p. 32.
- 821 SINGER, 1983, p. 59.
- 822 FOUCAULT, 2002, p. 20.
- 823 *Idem*, 1987.
- 824 WEISS, Zezé. **Vozes da Floresta**. Xapuri (AC) / Formosa (GO): Xapuri Editora, 2008, p. 77.
- 825 Quando da morte do bispo Dom Giocondo, Dom Moacyr que era o superior da ordem religiosa dos Servos de Maria, com sede em São Paulo e também o provincial responsável pelo Acre, foi indicado pelo Papa Paulo VI para ser o novo bispo da Prelazia do Acre e Purus. Cf.: WEISS, 2008, p. 76.
- 826 *Ibidem*, p. 77.
- 827 *Ibidem*, p. 77.
- 828 **Boletim Nós, Irmãos**, 1973, nº 09, p. 2.
- 829 **Boletim Nós, Irmãos**, 1974, nº 01, p. 2 – grifo nosso.
- 830 **Boletim Nós, Irmãos**, 1974, nº 05, p. 3.
- 831 **Boletim Nós, Irmãos**, 1974, nº 09, p. 2.
- 832 **Boletim Nós, Irmãos**, 1974, nº 09, p. 2.
- 833 WEISS, 2008, p. 78 – grifo nosso.
- 834 Pedro Marques da Cunha Neto, advogado da Contag, instruiu as populações de maneira didática, fazendo exposição do Estatuto da Terra, Código Civil e outras leis que pudessem conscientizar os trabalhadores e posseiros de seus direitos ante ao arcabouço jurídico brasileiro.
- 835 WEISS, 2008, p. 78.
- 836 **Boletim Nós, Irmãos**, 1977, nº 05, p. 3.
- 837 **Boletim Nós, Irmãos**, 1977, nº 07, p. 3.
- 838 **Boletim Nós, Irmãos**, 1978, nº 10, p. 3.
- 839 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 10, p. 2.
- 840 **Boletim Nós, Irmãos**, 1982, nº 01, p. 3.
- 841 **Boletim Nós, Irmãos**, 1982, nº 08, p. 4.
- 842 **Boletim Nós, Irmãos**, 1982, nº 01, p. 3.
- 843 O viés de cunho social aqui explicitado exclui propositadamente as Capas com ritos religiosos Católicos de necessária participação popular como reuniões de Conselho Pastoral ou Festa de devoção aos Santos.
- 844 Existem duas historiadoras chamadas Fátima (Fátima Almeida e Fátima Nobre), ambas ligadas a Teologia da Libertação no Acre, não sendo possível especificar se uma, outra ou ambas produziram algumas das capas do Boletim.
- 845 São 04 as **Constituições do Concílio Vaticano II**: CONCÍLIO VATICANO II, 1963. CONCÍLIO VATICANO II, 1964. CONCÍLIO VATICANO II, 1965a. CONCÍLIO VATICANO II, 1965b.
- 846 BISPOS DA AMÉRICA LATINA, 1968.
- 847 “Belém foi a cidade escolhida por Deus para o evento que marcou, na madrugada de 22 de junho, a vida da Igreja do Brasil. As 6 horas da manhã, após 18 horas aproximadamente de julgamento, os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou ouviram de pé, ao lado dos posseiros do Araguaia, a conclusão do conselho de Sentença do Exército da 8ª Circunscrição da Justiça Militar: Ficou o Padre Aristides condenado a 15 anos e o padre Francisco a 10 anos de reclusão (...). Cf.: **Boletim Nós, Irmãos**, 1982, nº 06, p. 17.
- 848 **Boletim Nós, Irmãos**, 1974, nº 06, p. 3.

- 849 **Boletim Nós, Irmãos**, 1977, nº 03, p. 2.
- 850 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 07, p. 7 – grifo nosso.
- 851 **Boletim Nós, Irmãos**, 1973, nº 09, p. 13.
- 852 **Boletim Nós, Irmãos**, 1975, nº 04, p. 8.
- 853 **Boletim Nós, Irmãos**, 1983, nº 11, p. 9.
- 854 **Boletim Nós, Irmãos**, 1976, nº 07, p. 3.
- 855 **Boletim Nós, Irmãos**, 1976, nº 10, p. 3.
- 856 **Boletim Nós, Irmãos**, 1980, nº 12, p. 9.
- 857 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 03, p. 3.
- 858 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 03, p. 3.
- 859 **Boletim Nós, Irmãos**, 1984, nº 11, p. 8.
- 860 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 03, p. 3.
- 861 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 06, p. 19.
- 862 O Papa Paulo VI convocou oficialmente a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano no dia 12 de dezembro de 1977, sob o tema: “Evangelização no presente e no futuro da América Latina”. O pontífice assinalou que ela seria celebrada de 12 a 18 de outubro de 1978, contudo com o seu falecimento e o breve pontificado do Papa João Paulo I fizeram com que a Conferência fosse adiada. Ela ocorreu na cidade de Puebla de los Angeles no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979.
- 863 Tanto na II Conferência Episcopal de Medellín (1968) quanto na III Conferência Episcopal de Puebla (1979) a presença feminina foi pequena. Na Conferência de Medellín, dos 249 participantes, apenas 07 eram mulheres religiosas e 06 mulheres leigas, representando pouco mais de 05% dos presentes. Na Conferência de Puebla, dos 364 participantes, apenas 13 eram mulheres religiosas e 10 mulheres leigas, representando pouco mais de 06% dos presentes. Cf.: MENDES, Dom Luciano. Dom Luciano fala sobre Puebla. **Vida Pastoral**. São Paulo, maio-junho 1979. Disponível em: <<https://www.vidapastoral.com.br/artigos/entrevistas/dom-luciano-fala-sobre-puebla/>>. Acesso em 29 nov. 2021.
- 864 **Boletim Nós, Irmãos**, 1977, nº 09, p. 5.
- 865 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 02, p. 3.
- 866 **Boletim Nós, Irmãos**, 1975, nº 10, p. 9.
- 867 **Boletim Nós, Irmãos**, 1976, nº 03, p. 2 – grifo nosso.
- 868 **Boletim Nós, Irmãos**, 1976, nº 06, p. 2.
- 869 BÍBLIA, N. T. Lucas. Português. In: **Bíblia sagrada**. Trad. João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2. ed. Barueri – SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008. Cap. 19, vers. 10.
- 870 **Boletim Nós, Irmãos**, 1976, nº 07, p. 2.
- 871 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 07, p. 6 – grifo nosso.
- 872 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 07, p. 6 – grifo nosso.
- 873 **Boletim Nós, Irmãos**, 1980, nº 10, p. 8.
- 874 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 03, p. 5.
- 875 **Boletim Nós, Irmãos**, 1985, nº 01, p. 13.
- 876 **Boletim Nós, Irmãos**, 1985, nº 04, p. 3.
- 877 PUEBLA, 2001.
- 878 **Boletim Nós, Irmãos**, 1983, nº 03, p. 3.
- 879 Um dentre os vários exemplos de carta ditada por uma pessoa e escrita por outra pode ser encontrado no Boletim. Cf.: **Boletim Nós, Irmãos**, 1980, nº 09, p. 2.
- 880 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 08, p. 13.
- 881 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 01, p. 2.
- 882 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 03, p. 11.
- 883 REBORATTI, Carlos E. **A question of scale: society, environment, time and territory**. Sociologias. Porto Alegre, n. 5, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222001000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222001000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 de março de 2022.
- 884 **Boletim Nós, Irmãos**, 1984, nº 07, p. 2.2 – grifo nosso.

- 885 **Boletim Nós, Irmãos**, 1985, nº 02, p. 7 – grifo nosso.  
886 CUNHA, 1998.  
887 RANGEL, 1927.  
888 BOFF, Clodovis, 1980b.  
889 **Boletim Nós, Irmãos**, 1984, nº 03, p. 7.2 – grifo nosso.  
890 **Boletim Nós, Irmãos**, 1978, nº 07, p. 8.  
891 **Boletim Nós, Irmãos**, 1983, nº 05, p. 5.  
892 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 05, p. 14 – grifo nosso.  
893 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 10, p. 15.  
894 **Boletim Nós, Irmãos**, 1982, nº 10, p. 3.  
895 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 11, p. 10.  
896 **Boletim Nós, Irmãos**, 1980, nº 07, p. 8 – grifo nosso.  
897 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 04, p. 13.2.  
898 DICIO; Verbetes, 2022.  
899 BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964 (dispões sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências). Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm) >. Acesso em 29 de setembro de 2021.  
900 BRASIL. **Decreto-Lei nº 70.430**, de 17/04/72 (Estabelece a assistência às pessoas domiciliados na área dos planos de desenvolvimento agropecuários financiados por incentivos fiscais e, em área pioneiras, por estabelecimentos oficiais de crédito).  
901 ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2003.  
902 BOURDIEU, 2007.  
903 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 08, p. 3.  
904 **Boletim Nós, Irmãos**, 1974, nº 05, p. 4.  
905 **Boletim Nós, Irmãos**, 1983, nº 11, p. 13 – grifo nosso.  
906 **Boletim Nós, Irmãos**, 1983, nº 11, p. 14 – grifo nosso.  
907 **Boletim Nós, Irmãos**, 1977, nº 07, p. 2.  
908 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 07, p. 3 – grifo nosso.  
909 **Boletim Nós, Irmãos**, 1984, nº 04, p. 11.  
910 **Boletim Nós, Irmãos**, 1982, nº 07, p. 14.  
911 **Boletim Nós, Irmãos**, 1978, nº 08, p. 10.  
912 OLIVEIRA, 1982, p. 39.  
913 LIMA, 2020, p. 13.  
914 **Boletim Nós, Irmãos**, 1978, nº 08, p. 9.  
915 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 08, p. 16 – grifo nosso.  
916 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 09, p. 5.  
917 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 05, p. 6.  
918 **Boletim Nós, Irmãos**, 1984, nº 05, p. 8.  
919 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 06, p. 8.  
920 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 06, p. 13.  
921 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 06, p. 8.  
922 **Boletim Nós, Irmãos**, 1980, nº 04, p. 12.  
923 **Boletim Nós, Irmãos**, 1982, nº 10, p. 9.  
924 **Boletim Nós, Irmãos**, 1982, nº 11, p. 15.  
925 **Boletim Nós, Irmãos**, 1982, nº 11, p. 15.  
926 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 06, p. 25.  
927 **Boletim Nós, Irmãos**, 1984, nº 08, p. 8.  
928 **Boletim Nós, Irmãos**, 1978, nº 08, p. 5.  
929 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 11, p. 7.

- 930 OLIVEIRA, Marilda Maia. **A penetração capitalista no Acre e o emprego industrial urbano em Rio Branco**. Fortaleza: UFCE, 1983. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal do Ceará, Ceará. 1983, p. 86.
- 931 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 12, p. 8.
- 932 TORRES, Marcos Alberto; KOZEL, Salete. Paisagens sonoras: possíveis caminhos aos estudos culturais em geografia. In: **R. RA´EGA**, Curitiba, n. 20, 2010, p. 123.
- 933 TORRES, 2010, p. 127.
- 934 O termo epifania é trabalhado por muitos críticos e estudiosos, só que eles utilizam outros sinônimos como: quidditas (São Tomás de Aquino), alumbramento (Manuel Bandeira e Davi Arrigucci), instante (instante-já de Clarice Lispector), um instante e jamais e a consagração do instante (de Octavio Paz) e a sacralização do instante (de Davi Arrigucci) e ainda bliss (de Gisela Campos). Cf.: PAULA, 2004, p. 155.
- 935 TORRES, 2010, p. 130.
- 936 OLIVEIRA, Cristiano Nascimento. **A cultura dos festivais independentes: experiências do segmento de música ao vivo na Bahia**. 2020. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, p. 81.
- 937 O primeiro Festival de Música Popular Brasileira foi promovido pela TV Record, em 1960. Depois desse, dezenas de outros festivais se espalharam por várias emissoras televisivas, teatros e grupos fonográficos. Esses festivais se espalharam pelo país, variaram de formatos, apensaram regionalismos e valorizaram a cultura popular através das músicas que se fizeram presentes nas mais distantes localidades do país.
- 938 NAZARÉ, 1998, p. 55.
- 939 **Boletim Nós, Irmãos**, 1980, nº 10, p. 18.
- 940 **Boletim Nós, Irmãos**, 1983, nº 03, p. 7.
- 941 *Ibidem*, p. 44.
- 942 **Boletim Nós, Irmãos**, 1977, nº 04, p. 8.
- 943 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 02, p. 18.
- 944 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 02, p. 15.
- 945 **Boletim Nós, Irmãos**, 1980, nº 06, p. 19.
- 946 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 04, p. 24.
- 947 **Boletim Nós, Irmãos**, 1984, nº 05, p. 13.
- 948 **Boletim Nós, Irmãos**, 1984, nº 12, p. 6.
- 949 **Boletim Nós, Irmãos**, 1983, nº 08, p. 7.
- 950 COSTA, 2018, p. 28.
- 951 **Boletim Nós, Irmãos**, 1980, nº 09, p. 3.
- 952 **Boletim Nós, Irmãos**, 1982, nº 11, p. 9.
- 953 **Boletim Nós, Irmãos**, 1978, nº 05, p. 7.
- 954 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 04, p. 3.
- 955 **Boletim Nós, Irmãos**, 1977, nº 02, p. 11.
- 956 **Boletim Nós, Irmãos**, 1975, nº 06, p. 12.
- 957 **Boletim Nós, Irmãos**, 1978, nº 07, p. 5.
- 958 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 09, p. 11.
- 959 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 01, p. 7.
- 960 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 05, p. 9.

## Notas do Capítulo VII

### O ecoar das vozes dos agentes sociais na Amazônia Sul-Ocidental

- 961 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 10, p. 15 – grifo nosso.
- 962 IBGE/SNIPC, 2018.



- 963 **Boletim Nós, Irmãos**, 1982, nº 11, p. 3.
- 964 **Boletim Nós, Irmãos**, 1979, nº 06, p. 14.
- 965 Constituição de 1967, artigo 150, parágrafo 12: “Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente. A lei disporá sobre a prestação de fiança. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao Juiz competente, que a relaxará, se não for legal”. Cf.: BRASIL, 1967.
- 966 **Boletim Nós, Irmãos**, 1981, nº 08, p. 2.2 – grifo nosso.
- 967 BOFF, 1980, p. 81.
- 968 *Ibidem*.
- 969 GOMES, 2017.
- 970 VALENTE, Rubens. **História de sangue e resistência indígena na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- 971 Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 205.
- 972 CIMI – RELATÓRIO FIGUEIREDO. “Le scandale du Service de Protection des Indiens”. 17/4/1968. In: AMAE. **Ambassade de France au Brésil**, Nota enviada à Direction d’Amérique, 863/AM, Caixa 137.
- 973 Paulo Cesar Gomes faz uma exaustiva análise do processo de tentativa do Governo Brasileiro fazer parecer para a mídia internacional que os massacres indígenas na Amazônia durante os anos de 1940 e 1950 não passaram de meras faltas administrativas proporcionadas por servidores corruptos, tentando, com isso passar a ideia de ser um país multirracial e pluriétnico que respeita as diferenças.
- 974 10/11/1969. AMAE, Embaixada do Brasil em Paris, Nota enviada à Direction d’Amérique, 173, Caixa 137.
- 975 “Le problème des Indiens”. 24/11/1969. AMAE, Ambassade de France au Brésil, Nota enviada à Direction d’Amérique, 2437/AM, Caixa 137.
- 976 “Le problème des Indiens. Le Brésil au banc des accusés”. 10/12/1969. AMAE, Ambassade de France au Brésil, Nota enviada à Direction d’Amérique, 2555/AM, Caixa 137.
- 977 BODARD, Lucien. **Le Massacre des Indiens**. Paris: Éditions Gallimard, 1969.
- 978 MARTINS, 1980, p. 150-151.
- 979 BRASIL, 1973.
- 980 GOMES2017, p. 247.
- 981 MERCHED, Nuria de. **As transformações econômicas e o trabalho feminino na região acreana**: ou as andanças de Amélia. Rio Branco, 1996, p. 60.
- 982 PERROT, 1992, p. 185.
- 983 WOLFF, 1999.
- 984 RAGO, Margareth. “**O Tráfico de Escravas Brancas**”. Os Prazeres da Noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; MENEZES, Lená Medeiros de. **Os Estrangeiros e o Comércio do Prazer nas Ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; PRIORI, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Editora da UNESP, 2001.
- 985 WOORTMANN apud NIEMEYER, 1998.
- 986 LIMA, 2013, p. 105.
- 987 FRAZÃO apud LIMA, 2013, p. 102.
- 988 CRUZ; ALMEIDA, 2017, p. 58.
- 989 *Ibidem*, p. 58.
- 990 *Ibidem*, p. 20-21.
- 991 CRUZ, ALMEIDA, 2017, p. 67.
- 992 *Ibidem*, p. 61.
- 993 GUIMARÃES, 1994, p. 88.
- 994 HERMES, Gilmar Adolfo. 2005. As ilustrações de jornais diários impressos: explorando fronteiras entre jornalismo, produção e arte. São Leopoldo, RS, Tese de doutorado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2005, 698p.

- 995 SIQUEIRA, 2006, p. 2.
- 996 Ibidem.
- 997 RABAÇA; BARBOSA, 2002.
- 998 **Arte naïf** é um termo usado para designar um tipo de arte popular e espontânea, de característica original e/ou instintiva, produzida por autodidatas que não têm formação culta no campo das artes. A palavra *naïf* é uma palavra de origem francesa que tem como significado algo que é «ingênuo ou inocente». O precursor do estilo foi o francês Henri Rousseau (1844-1910) que expôs suas obras no “Salão dos Independentes”, na França, em 1886 conjuntamente com os artistas Luis Vivin (1861-1936), Séraphine de Senlis (1864-1942), André Bauchant (1837-1938) e Camille Bombois (1883-1910). Cf.: ARTE Naïf. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo5357/arte-naif>>. Acesso em: 24 de Dez. 2020. Verbetes da Enciclopédia.
- 999 Nascido em Xapuri, teve o primeiro contato com tinta à base de óleo no Teatro Horta na sala de artes plástica ocupada anteriormente pelo artista plástico Danilo de S’Acre, em meados de 1979. Desde então, sem ter feito curso de pintura, o artista buscou expor de forma intuitiva e legítima, a autêntica arte Acreana, resgatando a cultura da história do Acre.
- 1000 CEREZO apud ENCICLOPÉDIA, 2020.
- 1001 GRILO, 2004.
- 1002 BAKHTIN, 1992, p. 279.
- 1003 BAZERMAN, 2005, p. 22.
- 1004 TRAVASSOS, 2011, p. 13.
- 1005 TRAVASSOS, 2011, p. 13.
- 1006 CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da. Capas na mídia impressa: a primeira impressão é a que fica. Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação, 30., 2007, Santos/SP. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0787-1.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- 1007 Ibidem, p. 3.
- 1008 BAZERMAN, 2006, p. 23.
- 1009 Idem, 2005, p. 38.
- 1010 MILLER apud DIONÍSIO; HOFFNAGEL, 2009, p. 62.
- 1011 BAZERMAN, 2005, p. 135.
- 1012 Ibidem, p. 38.
- 1013 HEBERLE, Viviane M. Revistas para mulheres no século 21: ainda uma prática discursiva de consolidação ou de renovação de idéias? In: Linguagem em (Dis)curso, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão: Ed. Unisul, v.4, n. esp., p. 85-112, 2004, p. 91.
- 1014 RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 103.
- 1015 As grandes cheias do rio Acre, segundo noticiado em jornais que circularam na Capital acreana nas décadas de 1970 e 1980, como “Varadouro”, “Nós Irmãos”, “O Rio Branco”, além de diversos relatos orais de moradores que viram e sofreram com as alagações, nos fazem pensar na real possibilidade de existência de um fluxo contínuo e periódico de águas, que atinge a cidade de Rio Branco e todas as cidades do Vale do Acre a cada oito ou nove anos. Cf.: LIMA; BONIFÁCIO; ALMEIDA, 2007, p. 159.
- 1016 O fato de Rio Branco se encontrar na Bacia Hidrográfica do rio Acre, estando esta inserida na Bacia Sedimentar do rio Amazonas, em função de sua topografia, percebe-se a origem do rio Acre decorrente da precipitação pluviométrica e do encontro das águas fluviais e pluviais com o tenro relevo litológico, resultante da erosão natural que esculpiu os rios da região e seus afluentes, bem como o chamado “regime das águas”, onde há enchentes que ocorrem em correlação estreitamente ligada à intensidade das chuvas, e, à vazante no período de estio. Durante as cheias, alguns locais são alagados e proporcionam verdadeira calamidade às populações ribeirinhas que vivem nas margens próximas aos rios da região. Milhares de famílias são desabrigadas nesse período (...). Cf.: LIMA, 2020, p. 30.

- 1017 “não se acende uma candeia para colocá-la debaixo de um cesto. Ao contrário, coloca-se no velador e, assim, ilumina a todos os que estão na casa”. Cf.: BIBLIA, N.T. Mateus. Português. In: Bíblia sagrada. Trad. João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2. ed. Barueri - SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008. Cap. 05, vers. 15.
- 1018 “Eu sou a luz do mundo. Quem me segue, nunca andarás em trevas, mas terá a luz da vida”. Cf.: BIBLIA, N.T. João. Português. In: Bíblia sagrada. Trad. João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2. ed. Barueri - SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008. Cap. 08, vers. 12.
- 1019 Há no *Nós Irmãos* ao menos 19 capas de Boletins com figuras exclusivamente masculinas em situação de protagonismo, mais que o triplo das que apresentam o protagonismo feminino.
- 1020 RATZINGER; BALTHASAR, 1997, p. 75.
- 1021 PUEBLA, 1968.
- 1022 A Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizou-se em Puebla de los Angeles, no México, no período de 27 de janeiro a 13 de fevereiro de 1979. Paulo VI convocou oficialmente a III Conferência no dia 12 de dezembro de 1977, sob o tema: “Evangelificação no presente e no futuro da América Latina”. O documento conclusivo da Conferência de Puebla tem cinco partes, cujos títulos são: I) Visão pastoral da realidade latino-americana; II) Desígnio de Deus sobre a realidade da América Latina; III) A evangelificação na Igreja da América Latina: comunhão e participação; IV) Igreja missionária a serviço da evangelificação na América Latina; V) Sob o dinamismo do Espírito: opções pastorais. A primeira parte abre com uma visão da realidade latino-americana, que inicia com um olhar pelos cinco séculos da evangelificação da Igreja. A segunda parte das conclusões apresenta o conteúdo da evangelificação e o que é evangelizar. A terceira parte das conclusões de Puebla refere-se à evangelificação da América Latina, por meio da comunhão e participação. Aborda a situação da família latino-americana, das paróquias e pequenas comunidades, do ministério hierárquico, da vida consagrada, dos leigos, da pastoral vocacional. Na quarta parte das conclusões de Puebla, que aborda o tema da Igreja missionária a serviço da evangelificação, os bispos afirmam que “os pobres e os jovens constituem a riqueza e a esperança da Igreja na América Latina, e sua evangelificação é, por conseguinte, prioritária”. A quinta parte das conclusões de Puebla enfatiza a vertente sobrenatural da ação da Igreja, ou seja, que é a força de Deus que impele para a plenitude a sua Igreja. Nessa trilha, apresenta opções pastorais relacionadas em muitos aspectos com a promoção humana. Cf.: CELAM, 1983. PUEBLA, 2001.
- 1023 As urnas de lona foram utilizadas pela Justiça Eleitoral entre as décadas de 1950 até o ano 2000, quando todo o eleitorado brasileiro passou a votar com a urna eletrônica. Cf.: OAB. **Comissão Eleitoral lacra urnas para votação da OAB/MS**. 2020. Disponível em <http://oabms.org.br/comissao-eleitoral-lacra-urnas-para-votacao-da-oab-ms/>. Acesso em 25 fev. 2021.
- 1024 Esse processo histórico de uso comum das terras e seu subsequente cercamento pode ser consultado no livro *O Capital*, de Karl Marx, em específico no Capítulo XXIV – A chamada acumulação primitiva, Livro 1.
- 1025 CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005, p. 47.
- 1026 VANDRÉ, Geraldo. **Vou Caminhando**. Rio de Janeiro: Latin Beat Records, 1965. Disponível em: <https://letrasweb.com.br/geraldo-vandre/vou-caminhando.html>. Acesso em 1 jun. 2021.
- 1027 CNBB, 1984.
- 1028 BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável do Acre**: Plano Regional de Reforma Agrária (2004-2007). Rio Branco, 2004, p. 25.
- 1029 MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC**. São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 134.
- 1030 LIMA, 2020, p. 59.
- 1031 COSTA, Bartolomeu Lima da. **Territorialidade camponesa**: estratégias de reprodução e organização socioespacial. Rio Branco: Edufac, 2019, p. 59-60.
- 1032 PAULA, 2005, p. 316.
- 1033 SANTOS, 2001, p. 52-53.
- 1034 RAFFESTIN, 1993, p. 58.

- 1035 *Ibidem*.
- 1036 FERNANDES, 2005, p. 2.
- 1037 SANTOS, 2001, p. 17.
- 1038 SOUZA apud CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2001, p. 84.
- 1039 OLIVEIRA, 2005, p. 74.
- 1040 BECKER, 2007.
- 1041 TOCANTINS, 1988, p. 284.
- 1042 LIMA, 2008, p. 140.
- 1043 CAPRA apud TRIGUEIRO, 2003, p. 20.
- 1044 MURAD, Afonso. O núcleo da ecoteologia e a unidade da experiência salvífica. **Revista Pistis Praxis, Teologia e Pastoral**. Curitiba, v. 1, n. 2, p. 277-297, jul./dez. 2009, p. 279.
- 1045 MEIRA, Danjone Regina. A interface entre “Religião protestante” e “Natureza”: sobre uma compreensão “ecoteológica” a partir de diálogos entre a teologia de Paul Tillich e Jürgen Moltmann. *Revista Eletrônica Correlatio*. v. 11, n. 21, junho de 2012.
- 1046 MURAD, 2017.
- 1047 BOFF, Leonardo. **A casa comum, a espiritualidade, o amor**. São Paulo: Paulinas, 2017, p. 19.
- 1048 “O Mistério, presente na Energia de Fundo, sempre estava se autocomunicando no processo evolucionário, estando presente em cada ser e no seu modo singular de realizar-se, nas energias, nas partículas elementares, tidas como cordas vibrantes, nos corpos celestes, nos conglomerados de galáxias, nas estrelas, nos planetas, nos minerais, nas bactérias, nas células complexas, em cada ser vivo, nos répteis, nos mamíferos, nos seres autoconscientes. Ele penetrava em todos eles e eles penetravam nele. Era o abraço inclusivo do Mistério com sua criação”. Cf.: BOFF, Leonardo. **Cristianismo: o mínimo do mínimo**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 40. BOFF, Leonardo. **A força da ternura: pensamentos para um mundo igualitário, solidário, pleno e amoroso**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006, p. 48.
- 1049 BOFF, Leonardo, 1971, p. 631-641.
- 1050 BOFF, Leonardo, 2016, p. 27.
- 1051 *Ibidem*.
- 1052 BOFF, Leonardo; HATHAWAY, Mark. **O Tao da libertação: explorando a ecologia da transformação**. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 399-401.
- 1053 BOFF, Leonardo, 2006, p. 47.
- 1054 *Ibidem*, p. 47-48.
- 1055 BOFF, Leonardo, 2017, p. 35.
- 1056 Para Boff, a crise social privilegia altos investimentos e opulência ao consumo de uns poucos enquanto a maioria sofre com uma quantidade e qualidade de consumo muito menor. Sobre a crise do sistema de trabalho a abordagem está em torno do ócio ocasionado pelo processo tecnológico que gera mudança na humanidade ao substituir gradativamente seres humanos por máquinas e não realocar esses seres em outras atividades produtivas adequadamente remuneradas. A crise ecológica está baseada nos panoramas de conhecimento e desenvolvimentos humanos que têm sido acompanhados de autodestruição. Cf.: BOFF, Leonardo, 2003, p. 16.
- 1057 *Ibidem*, p. 16-17.
- 1058 MORAIS, A. E. R. M. **A bíblia na educação ambiental: a contribuição dos textos ecocêntricos do Antigo Testamento**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2008, p. 17.
- 1059 REIMER, Haroldo. **Bíblia e ecologia**. São Paulo: Reflexão, 2010, p. 51.
- 1060 GEISLER, Norman. **Ética cristã – alternativas e questões contemporâneas**. São Paulo: Vida Nova, 2006, p. 46.
- 1062 COSTA SOBRINHO, 2002.
- 1063 GUEVARA, Anahí Durand. Estudios sociológicos sobre los movimientos sociales: enfoques teóricos, problemática y agendas de investigación. In: **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12249087001>>. Acesso em 22 de ago. 2019.

- 1064 CHOI-FITZPATRICK, Austin. Managing Democracy in Social Movement Organizations, Social Movement Studies. In: **Social Movement Studies Journal of Social, Cultural and Political Protest**. 2015. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/loi/csms20>>. Acesso em 20 de ago. 2019.
- 1065 MUNCK, Gerardo L. Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo dos movimentos sociais. In: **Dados**. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000100005>>. Acesso em 20 de ago. 2019.
- 1066 PAULA, 1991.
- 1067 Choi-Fitzpatrick (2015) em sua obra “Managing Democracy in Social Movement Organizations”, ao estudar os *estadiamentos* e os *scripts* de duas organizações sociais denominadas “Coalition” and “Taskforce” percebe duas estruturas distintas de organização: uma de cunho mais religioso e centralizada na figura do líder que deve dar os encaminhamentos para alcançar os objetivos pautados e outra mais aberta, com maior inserção das pessoas na proposição de pauta e construção de objetivos.
- 1068 o presidente do Sindicato de Sena Madureira morreu misteriosamente afogado; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Wilson Pinheiro, e, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Chico Mendes foram assassinados.
- 1069 **Boletim Nós, Irmãos**, 1980, nº 09, p. 6.
- 1070 **Boletim Nós, Irmãos**, 1980, nº 09, p. 7
- 1071 NEVES, 2013, p. 3.
- 1072 PAULA, 2013, p. 245.
- 1073 PAULA, 2013, p. 246.
- 1074 MUNCK, 2019, p. 2-4.
- 1075 BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964 (dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências). Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm)>. Acesso em 29 de setembro de 2021.
- 1076 BRASIL. Constituição (1946). **Emenda constitucional nº 10**, de 09 de novembro de 1964. Brasília, 1964. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc\\_anterior1988/emc10-64.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc10-64.htm)>. Acesso em 25 de outubro de 2021.
- 1077 MARTINS, 1984, p. 32.
- 1078 Ibidem, p. 33.
- 1079 SILVA, 2004, p. 23-24.
- 1080 CEDEPLAR, 1979.
- 1081 BASÍLIO, 2001.
- 1082 COSTA SOBRINHO, 2000.
- 1083 BRASIL, 2020, p. 334.
- 1084 BRASIL, 2020, p. 195.
- 1085 BRASIL. **Decreto-Lei nº 554**, de 25 de abril de 1969 (Regula o processo especial de desapropriação dos imóveis rurais situados em áreas ditas preferenciais, ou seja, em zonas críticas ou de tensão social). BRASIL. **Lei Federal Nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. (Dispõe do Estatuto da Terra e dá outras providências). BRASIL. **Lei Nº 601**, de 18 de setembro de 1850. (Dispõe sobre as terras devolutas ao Império).  
 PAR - Projeto de Assentamento Rápido  
 PAD - Projeto de Assentamento Dirigido  
 PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista Federal  
 PA - Projeto de Assentamento Federal  
 PAF - Projeto de Assentamento Florestal  
 PDS - Projeto De Desenvolvimento Sustentável  
 PE - Projeto de Assentamento Estadual sem convênio  
 FLONA - Floresta Nacional
- 1086 INCRA. Relatório 0027 SIPRA/INCRA. In: BRASIL. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em 20 de dez. 2022.

**Notas do Capítulo VIII**  
**Considerações Finais**

<sup>1087</sup> BOFF, 2014.



# GLOSSÁRIO

---



**ACRE, “Índios” do:** Os “índios” do Acre, apesar de constarem em recenseamentos documentados no antigo SPI (Serviço de Proteção aos Índios), órgão que fora extinto e substituído pela FUNAI em 1967, não eram eles reconhecidos enquanto grupos tribais, possuidores de uma cultura particular e diferenciada, mas com a denominação geral de caboclos aculturados, quiçá já integrados a sociedade nacional. Na realidade, com exceção dos Kampas e uns poucos grupos arredios, na sua maioria os “índios” do Acre viviam como agregados ou intrusos dentro dos seringais, para cujos donos trabalhavam como extratores e coletores de borracha e castanha, ou outros afazeres, submetidos a uma exploração sem limites. Cf.: COSTA SOBRI-NHO, 2002, p. 113.

**ACRE, CONTAG no:** A Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), foi instalada no Acre em julho de 1975, se constituindo um suporte para os trabalhadores com o apoio da Igreja Católica.

**ACRE, Empates no:** Os “empates” se constituíam em importantes movimentos sociais de resistência dos povos da floresta contra a expansão do capital agropecuário. Esses empates eram grandes mutirões feitos para evitar os desmatamentos em áreas ameaçadas pelos fazendeiros. De acordo com Chico Mendes, os “empates” foram formas de mobilização coletiva que visavam impedir que áreas em litígios fossem desmatadas e funcionava da seguinte forma: “eles são feitos através de mutirões dos seringueiros. À medida que os seringueiros tomam conhecimento de que têm companheiros ameaçados pelo desmatamento (...) dos fazendeiros, se reúnem várias comunidades, principalmente a comunidade afetada, organizam-se assembleia no meio da mata mesmo e tiram-se lideranças, grupos de resistência que vão se colocar diante das foices e dos motosserras de maneira pacífica, mas organizada. Tentam convencer os peões, que estão ali a serviço dos fazendeiros, a se retirarem da área. Em seguida, os seringueiros costumam desmontar os acampamentos e forçar a retirada dos peões. Muitas vezes são atacados pelas forças de segurança, porque os fazendeiros sempre recorrem judicialmente, pedem o apoio policial. Sempre contaram com esse apoio, o que ocasionou muitas prisões”. As múltiplas formas de violência que foram praticadas pelo latifúndio contra posseiros e seringueiros, assim com os inúmeros “empates” e outras formas de resistência que



associações de trabalhadores e sindicalismos utilizaram para reagir a essas situações podem ser encontradas em vários estudos. Cf.: DEAN, 1989; GRZYBOWSKI, 1989; PAULA, 1991, 2005, 2013; COSTA SOBRINHO, 2002; LIMA, 2020.

**ACRE, MORHAN no:** O movimento de Reintegração do Hanseniano (MORHAN) “nasceu em Bauru em julho de 1981 e já conta com núcleos de funcionamento e vários Estados do Brasil. Em Rio Branco foi fundado em setembro de 82. O MORHAN do Acre está ainda se organizando, mas visa formar mini núcleos nos vários municípios. A principal finalidade deste movimento é informar a população em geral sobre hanseníase, uma doença de pele ainda pouco conhecida e causa de muitos preconceitos e tabus que humilham as pessoas portadores deste mal. Não é um movimento político nem religioso e podem participar todos aqueles que tem sensibilidade humana e consciência cristã para acabar com a ignorância que gera o medo, marginalizando tantos seres humanos. Cf.: **Boletim Nós, Irmãos**, 1983, nº 04, p. 9.

**ACRE, Rio:** O rio Acre é um dos afluentes do rio Purus, nasce no Peru, onde recebe o nome de “rio Eva”. Corre na direção oeste-leste e, a partir de Iñapari, segue fazendo fronteira com Brasil e Bolívia. No total, o Rio Acre percorre mais de 1.190 km desde suas nascentes até a desembocadura. A bacia do rio Acre delimita a fronteira entre Peru, Brasil e Bolívia, na região conhecida como MAP (Madre de Dios, Acre e Pando). Os principais afluentes do rio Acre são o rio Xapuri, e o riozinho do Rôla. Outros afluentes importantes são os rios Antimary e Andirá, cujas bacias hidrográficas são compartilhadas com o Estado do Amazonas. O rio Acre está localizado na Bacia Sedimentar Amazônica, situada na Província Amazonas-Solimões, especificamente no extremo sudeste da sub-bacia Solimões-Purus-Coari, com elevações de altitudes entre 430 e 300 metros nas proximidades da cabeceira e de 300 m a 150 m ao longo de seu curso até a jusante. O rio que nasce em Iñapari, no Peru, tem ocorrência de sua desembocadura na margem direita do rio Purus, onde atualmente está situada a cidade amazonense de Boca do Acre. O acumulado anual das chuvas na bacia é de 1.956 mm. As chuvas na região se concentram de outubro a abril, sendo que durante estes meses caem 83% do total anual. A estação seca acontece entre maio e setembro.

**ACRE, Território Federal do:** Após a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), o governo federal foi autorizado administrar diretamente a região pelo Decreto nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904. O Acre se tornou “Território” em vez de “Estado”. O “território” não era previsto na Constituição brasileira da época, mas essa decisão foi tomada com o fim da União recuperar os gastos e obrigações contraídos por meio da assinatura dos acordos firmados com a Bolívia. Em 07 de abril de 1904, o Território do Acre foi dividido em três Departamentos: Alto Acre (sede em Rio Branco); Alto Purus (sede em Sena Madureira); e Alto Juruá (sede em Cruzeiro do Sul). Um dos objetivos foi garantir a eficácia no recolhimento dos impostos sobre a exportação da borracha. (...) Em 23 de outubro de 1912, por meio do Decreto nº 9.831, o presidente Hermes da Fonseca sancionou a criação de mais um departamento, o Alto Tarauacá, com sede na Vila Seabra (atual município de Tarauacá). Cf.: CARNEIRO, 2014, p. 429-431.

**ACREANA, Rádio Difusora:** A Rádio Difusora Acreana, fundada em 1944, foi responsável por boa parte da cultura musical e informação sonora acumulada pela sociedade acreana. Ela foi responsável por influenciar várias gerações de músicos nas terras da Amazônia Sul-Occidental. Nas palavras de Jorge Nazaré: “O rádio podia trazer, enfim, as novidades do mundo para o Acre, como a Grande Guerra, a política populista de Getúlio Vargas e a música que se praticava no Brasil e em outras partes do mundo”. Cf.: NAZARÉ, Jorge; et al. **Registro musical:** Livro de músicas. Rio Branco, Fundação Garibaldi Brasil, 1998, p. 54.

**ACREANAS, Terras:** As terras que vieram a se tornar acreanas, a princípio, não eram de interesse do Império brasileiro. Em 1867, o processo de extração do látex estava em sua fase inicial e o Brasil estava em guerra com o Paraguai. Com a assinatura do Tratado de Ayacucho, Dom Pedro II visava a neutralidade boliviana diante do conflito. Em 19 de fevereiro de 1895, o governo brasileiro mandou uma equipe chefiada por Thaumaturgo de Azevedo, para localizar as nascentes do rio Javari e fazer as medições que determinavam os limites entre Brasil e Bolívia. Cf.: CALIXTO, Valdir de Oliveira. **Plácido de Castro e a Construção da ordem no Aquiri:** contribuição à história das idéias políticas. Rio Branco: FEM, 2003.

**AGENTES SOCIAIS, A comunicação dos:** Os agentes sociais habitantes da Amazônia Sul-Occidental se comunicavam essencialmente através de

“cartas”. Essas cartas eram escritas e encaminhadas para a Sede da Prelazia, na Catedral Nossa Senhora de Nazaré para que pudessem ser publicadas. Como a malha viária acreana ainda era deficitária, essas missivas poderiam demorar vários dias até que alguém da comunidade fosse se deslocar até Rio Branco e pudesse levá-las a seu destino. Os agentes presentes nas missivas publicadas no Boletim *Nós, Irmãos* dão conta de que a igreja auxiliou na formação dos sindicatos rurais, deu apoio logístico, mobilizou as comunidades e atuou diretamente na formação e transformação dos espaços sociais e ambientes urbanizados, auxiliando as lideranças e lutando por uma melhoria em suas condições sociais aos homens e mulheres expulsos da zona rural que vieram para as cidades em busca de melhores condições de vida. Os agentes utilizaram as cartas como forma de expressar seus anseios por mudanças sociais que, em última instância, a eles propiciasse liberdade.

**AGENTES SOCIAIS, As vozes e as cartas dos:** Quando tratamos de “as vozes” dos agentes, temos em mente que muitas das cartas eram “ditadas” pelas lideranças e escritas por outras pessoas da comunidade que soubessem ler e escrever. Assim, “as vozes” muitas vezes se confundem com “o conteúdo das cartas em si”, outras vezes com “a temática proposta” e, outras, ainda, com a “exposição de atos e fatos” que dificilmente chegariam ao conhecimento público se não fosse ditado por alguém que detinha algum tipo de autoridade no meio daqueles grupamentos sociais ou capital de bens simbólicos religiosos. De igual modo, muitas pessoas foram adquirindo capital social para exposição pública de suas ideias em veículo de comunicação religioso, ao mesmo tempo em que resistiam à opressão e lutavam por justiça social para que suas comunidades pudessem gozar de melhores condições de vida. É certo afirmar que menos da metade das cartas enviadas à editoria do *Nós, Irmãos* foi publicada. Também é preciso se ter em mente que nem todas as cartas eram publicadas na íntegra.

**AGENTES SOCIAIS, Percepções de pensamento e as cartas dos:** A estruturação e apercepção do pensamento que se fazem presentes nas cartas, bem como as vozes dos agentes sociais e as formulações do discurso que se fizeram materializadas nas publicações serão explicitadas em uma vertente de categorização secundária analítica pela dimensão da “história social”, em uma abordagem da “história regional”, sob o domínio da “história dos marginais”. O corpus foi constituído de cartas, cartas ao leitor, cartas da

comunidade, cartas do bispo, cartas dos agentes sociais, cartas das paróquias, cartas das comunidades, cartas de sacerdotes e outras cartas avulsas publicadas no Boletim.

**AGENTES SOCIAIS, Intercessões de análises das vozes dos:** Há ligações entre as vozes desses agentes sociais, sem sombra de dúvidas, mas também existem rupturas, silenciamentos, descontinuidades, representações e simbolismos que precisam de um olhar sobre seu tempo e, para além de seu tempo, pelo prisma utilizado pelo pesquisador – em sincronia e anacronia sem flamejantes distopias.

**AGENTES SOCIAIS, O Boletim Informativo Nós, Irmãos e os:** Mais que uma homilia, o intento do veículo publicado mensalmente era o de estabelecer uma comunicação de mão dupla entre a Igreja Católica no Acre e os agentes sociais que se comunicavam a partir da visão de uma igreja social que se estava estabelecendo nos mais distantes rincões acreanos. Outrossim, a abordagem explicitatória de direitos legais e defesa dos povos da floresta foi, aos poucos, se dando voz a outros tipos de abordagens como resistência à crescente opressão, comunicação de crimes, combate a desinformação e denúncia da expropriação e expulsão de seringueiros, índios, posseiros e colonos que precisaram buscar abrigo nas periferias das cidades.

**AGENTES SOCIAIS, Vozes dos:** A proposta de analisar as várias nuances presentes nas “vozes dos agentes sociais” implica em considerar com mais detalhe esses imbricamentos, uma vez que carregam consigo marcas da relação intra e intercampos, trazendo tanto a dimensão religiosa quanto a histórica (científica) e a jornalística. As vozes dos agentes sociais podem ser encontradas na intersecção existente entre o campo científico, religioso e jornalístico. O objetivo geral nesta obra foi de analisar como as “vozes” dos agentes sociais constituíram o discurso que se fez presente nas mensagens do gênero textual cartas que foram publicadas por indivíduos e movimentos sociais no Boletim Informativo *Nós, Irmãos*, ligado à Igreja Católica; observando formulações que se caracterizam como movimentos sociais, estratégias de resistência, subversão e/ou anseio de justiça social entre os anos de 1971 e 1985, durante o Regime Militar.

**AGENTES SOCIAIS:** pessoas que enviavam cartas para o Boletim *Nós, Irmãos*, da Prelazia do Acre-Purus, e, como essas mensagens eram utili-

zadas pelos adeptos da “Igreja Social” como modo de resistência popular, subversão e justiça social durante o período do Regime Militar. Esses agentes sociais eram ligados a setores progressistas da Igreja social tiveram suas “vozes” disseminadas através de ações e mobilizações que veicularam mensagens em formatos de cartas no veículo oficial de informações da Prelazia, com o intuito de subsidiar e instrumentalizar ações e movimentos que auxiliaram agentes e grupos sociais para resistirem e deslegitimarem as atuações expropriatórias e de violência institucional do Estado autoritário brasileiro contra os habitantes da Amazônia Sul-Ocidental que compunham sua circunscrição prelada.

**AGRÁRIA, Paradigma da Questão:** Parte do princípio de que sendo o desenvolvimento do modo de produção capitalista contraditório, pode-se afirmar que este cria e recria relações não capitalistas de produção no espaço agrário. Ocorre assim, a recriação do campesinato, tendo em vista que o camponês é um indivíduo que luta para entrar na terra e nela permanecer. Cf.: COSTA, op. cit., 2019, p. 31.

**AGRÁRIO, Paradigma do Capitalismo:** Este defende que com o desenvolvimento do capitalismo no campo não há lugar para o campesinato, passando a existir pequenas empresas familiares e grandes empreendimentos rurais. As correntes teóricas que defendem o paradigma do capitalismo agrário, afirmam que a penetração do capital no campo ocorre por meio de um processo de separação em três etapas: “a primeira seria dada pela separação do camponês dos estreitos vínculos e hierarquias comunitárias tradicionais”; a segunda se dá na economia de mercado, separando a agricultura e a indústria rural; enquanto que a terceira separaria os meios de produção do pequeno produtor, no qual o camponês se transformaria em um proletariado. Cf.: COSTA, Bartolomeu Lima da. **Territorialidade camponesa:** estratégias de reprodução e organização socioespacial. Rio Branco: Edufac, 2019, p. 31.

**AMAZÔNIA LEGAL:** No caso brasileiro, a definição espacial da chamada Amazônia Legal surge com a Lei nº 1.806, de 06.01.1953, que marca a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Mas é a partir da Lei nº 5.173 de 27.10.1966, que a Amazônia Legal passa a se impor como região de atuação político-administrativa de uma nova instituição de planejamento e promoção do desenvol-

vimento regional: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região que possui área correspondente a 5.020.791 km<sup>2</sup> (cerca de 60% do território brasileiro), é composta por 772 municípios distribuídos ao longo de nove Estados: Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Oeste do Maranhão. Cf.: LE TOURNEAU, François-Michel; CANTO, Otávio. *Amazônias brasileiras: estudos do Projeto Duramaz sobre a diversidade amazônica*. In: **Amazônias brasileiras: situações locais e evoluções**. Belém: NUMA/UFPA, 2019, p. 20. RUMBELSPERGER, 1994.

**AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL (Localização):** A região da Amazônia Sul-Occidental está localizada na tríplice fronteira Bolívia-Peru-Brasil (BOLPEBRA). Ela é composta pelos Departamentos de Pando e Beni (Bolívia), Departamento de Madre de Diós (Peru), Estado do Acre, Sul do Amazonas e extremo Oeste de Rondônia (Brasil). Essa localidade foi alvo de ações intensas do capital internacional em fins do século XIX e início do século XX, pela abundante riqueza que poderia ser obtida através da extração gomífera. De *tierras non descubiertas* a objeto de litígio internacional, grande parte dessa região foi anexada ao Brasil com a assinatura do Tratado de Petrópolis (de 17 de novembro de 1903) e do Tratado Brasil-Peru (de 08 de setembro de 1909). Assim, a Região da Amazônia Sul-Occidental em território brasileiro é composta pelo Estado do Acre e as localidades de dois outros estados que estão cultural e economicamente ligadas a ele: a exemplo de Extrema e Nova Califórnia (em Rondônia) e o município de Boca do Acre (no sul do Amazonas).

**AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL (População):** A população da Amazônia Sul-Occidental, bem como a do Pará, Amazonas e Rondônia é composta de diversos elementos. Esses brasileiros são originários de múltiplos cruzamentos entre os chamados homens brancos, os indígenas, estrangeiros de várias nacionalidades e pequenos grupos de indígenas isolados, não computados neste estudo. Assim, podemos dizer que o núcleo populacional é composto de: 1. Indígenas de várias nações residentes na Pan-Amazônia há várias gerações, também chamados de aborígenes americanos não miscigenados; 2. Brancos europeus, brancos de outras nações não europeias e descendentes diretos de brancos não miscigenados; 3. Pretos, negros, cativos e pessoas escravizadas trazidas da África para o

Brasil e para a Amazônia e seus descendentes diretos não miscigenados; 4. Mulatos originários do cruzamento entre negros e brancos; 5. Cafuzos, provenientes do cruzamento entre negros e indígenas; 6. De curibocas, provenientes do cruzamento entre brancos e índios; 7. Mamelucos, provenientes do cruzamento entre brancos e curibocas; 8. Caboclos que descendem da múltipla combinação de descendentes de várias nações e/ou tribos indígenas miscigenadas. Esses e outros elementos diversos misturados deu origem a combinações múltiplas que formam a população amazônica sul-ocidental.

**AMAZÔNIA, IV Encontro de Pastoral da:** Em 1972, os bispos alertaram sobre as limitações e perigos da realidade da Amazônia, intuindo problemáticas que com o tempo foram se acentuando. Nessa conjuntura, a Igreja da Amazônia optou por “quatro prioridades e por quatro séries de serviços pastorais, à luz destas duas diretrizes básicas: “Encarnação na realidade” e “Evangelização libertadora”. O objetivo da “Encarnação na realidade” era “superar todo paternalismo, todo etnocentrismo, todo modelo importado, pré-fabricado ou artificial de vida”, tornando-se ponto de partida para a “Evangelização libertadora”, que deveria agir sem dicotomias, enquanto estava atenta “aos sinais de lugar e do tempo, das culturas e dos grupos, da natureza e do homem”, que busque conscientizar para a libertação do homem. Essas duas diretrizes pastorais se subdividiam em quatro prioridades: 1) Formação de agentes de pastoral; 2) Comunidades Cristãs de Base; 3) Pastoral Indígena; 4) Estradas e outras frentes pioneiras. Com isso surgiram propostas de formação de agentes de Pastoral, numa Igreja ministerial, para sacerdotes, vida religiosa e leigos, fundamentada na realidade local, visando a ação e o trabalho em equipe, sempre em contato com suas comunidades locais. No Documento de Santarém, assim como o de Medellín, se fala da criação de Comunidades Cristãs de Base como “um dos objetivos primários da Pastoral Amazônica”, sendo vistas como fundamentais para transformar o tipo tradicional de Paróquia. Assim aparece a proposta de “comunidades ambientais de base, como fermento no meio da massa”, buscando que a comunidade “seja o fator propulsor do desenvolvimento integral do homem como sujeito de sua promoção”. Mais que instituir diretrizes de ortodoxia eclesiológica, o Documento de Santarém incentiva a Igreja a buscar “desenvolver um esforço sério e sistemático de reflexão, pesquisa e documentação sobre a realidade sociológica e a situação do homem amazônida”, bem como aborda a questão dos Meios de

Comunicação Social, insistindo “a necessidade de a Igreja estar presente nos meios de comunicação social”. Cf.: Documento de Santarém (1972) - Linhas prioritárias da Pastoral da Amazônia. In: OLIVEIRA, José Ademir de & GUIDOTTI, Humberto. **A Igreja arma sua tenda na Amazônia: 25 anos do encontro pastoral de Santarém**. Manaus, Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

**AMAZÔNIA, Operação da:** Em pronunciamento no dia 1º de fevereiro de 1966, em Macapá, o Presidente da República Castelo Branco anuncia o início da chamada “Operação da Amazônia” que tinha como propósito: Transformar a economia da Amazônia; fortalecer suas áreas de fronteiras; fazer a integração do espaço amazônico no todo nacional. A SPVEA ganhava nova e mais ampla dimensão transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Em 14 de setembro de 1966, é encaminhado o projeto de lei votado pelo Congresso Nacional, que resultou na Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, extinguindo a SPVEA e criando a SUDAM. Em 27 de outubro de 1966, o Presidente Castelo Branco sancionou a Lei nº 5.174, dispondo sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica. Essa lei era marcada pela liberalidade que conferia as pessoas jurídicas. Além da isenção de impostos de renda, taxas federais, atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos, dava isenção de impostos e taxas para importação de máquinas e equipamentos, bem como para bens doados por entidades estrangeiras. Cf.: SUDAM, 2020.

**AMOR AO PRÓXIMO:** “Amarás o teu próximo como a ti mesmo”. Essa é a Regra Áurea. Cada um deve amar o próximo como a si mesmo. Esse é o segundo grande mandamento, de acordo com a avaliação do Novo Testamento, que só perde em importância para o amor a Deus. Jesus citou este versículo e exaltou os princípios em que ele está alicerçado. (...) Quando de Hillel foi solicitado, por um discípulo em potencial, que dissesse a essência da lei, estando de pé sobre somente um dos pés (em tempo breve, portanto), ele apresentou, sob forma negativa, o conceito à nossa frente: “O que não quiseres que outros te façam, não faças a outros”. Mas Jesus apresentou uma versão positiva desse mesmo princípio, em Mat. 7.12: “Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles”. Cf.: CHAMPLIN, Russell Norman. **O Antigo Testamento Interpretado versículo por versículo**. 2. ed. São Paulo: Hagnos, 2001, p. 566.



**ANÁLISE DE CONTEÚDO, Autores e metodologias atuantes na:** Vários autores trabalham com a pesquisa qualitativa com base na metodologia da Análise de Conteúdo. Dentre eles podemos destacar: BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, [1977] 2016. BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação.** Portugal: Porto, 1994. MORAES, 1999. CONSTATINO, N. S. DE. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 28, n. 1, p. 183-194, 31 dez. 2002. DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006. CÂMARA, R. H. Análise de Conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul./dez. 2013. CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, jan./abr. 2014. SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 16, n. 2, p. 01-14, jan./jun. 2015. Dentre outros.

**ANÁLISE DE CONTEÚDO, Categorização na:** As duas principais formas de “Categorização” da Análise de Conteúdo na atualidade foram propostas por Laurence Bardin (1977) e Roque Moraes (1998). Para Bardin, a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos (p. 147). Ela é “estruturalista”, comportando duas etapas: o inventário e a classificação (p. 148), empregando dois processos inversos: o de “fornecimento de categorias” e o de “não fornecimento de categorias” (p. 149). Assim, um conjunto de “categorias boas” deve possuir: a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência, a objetividade e fidelidade, e a produtividade (p. 150). Essas formulações são importantes e de grande relevância, não sendo utilizadas como metodologia de análise deste estudo por acreditar este pesquisador que as formulações propostas por Roque Moraes sejam de maior aproveitamento para análise dos postulados da pesquisa, com o intuito de resolução da problemática apresentada, com base nos objetivos propostos.

**ANÁLISE DE CONTEÚDO, Elementos da Comunicação na:** Os elementos da comunicação, apresentados por Roque Moraes, foram inicialmente estudados por Roman Jakobson (1960), que apresentou um modelo direcionado para o estudo da comunicação sob o prisma da linguística, mas que também se conecta às Escolas Processuais e à Semiótica. O modelo envolve os seguintes elementos: contexto, destinador, mensagem, destinatário, contato e código. O modelo, de base linear, coloca em relação um destinador de uma mensagem e o destinatário, contudo, mostra que a mensagem tem que possuir um contexto, ou seja, deve se referir a uma informação externa à própria mensagem. O modelo acrescenta, ainda, o contato, que representa, ao mesmo tempo, o canal físico em que a mensagem circula e as ligações psicológicas entre destinador e destinatário, que só percebem a mensagem porque dominam o mesmo código. Ver JAKOBSON, R. (1960). Closing statement: linguistics and poetics. In: SEBEOK, T. (Ed.) *Style and Language*. Cambridge: MIT Press, 1960.

**ANÁLISE DE CONTEÚDO, Palavras não Discriminantes na:** Palavras não discriminantes são aquelas que aparecem com frequência, mas que adicionam pouco valor à Análise de Conteúdo das unidades temáticas presentes no texto. Ex.: “a”, “o”, “de”, “que”, “qual”, “uma”, “então”, “mas”, dentre outras.

**ANÁLISE DE CONTEÚDO, Perspectiva dos Elementos da Comunicação na:** “4) Da perspectiva dos elementos da comunicação: a análise volta-se aos significados ou pretende atingir os significantes? Historicamente, a análise de conteúdo nasceu com a preocupação de exame dos significados, a análise temática. Nesta perspectiva, a preocupação é aprofundar a compreensão da mensagem propriamente dita, seja da perspectiva do emissor, seja do receptor. Mas, aos poucos, esta perspectiva se ampliou, incluindo o exame dos significantes. Isto abriu toda uma nova gama de possibilidades para a análise de conteúdo, atingindo a análise léxica, lógica, entre outras. Surgem, assim, diversas novas técnicas de análise, além da análise temática: análise de enunciação, análise de relações, análise estrutural, análise de avaliação e análise de discurso. Estas técnicas são descritas em detalhes por Bardin (1979) ainda que, eventualmente, por alguns autores, não sejam mais consideradas como análise de conteúdo”. Cf.: MORAES, p. 106.

**ANÁLISE DE CONTEÚDO, Perspectiva dos Objetivos de Análise na:**

5) Da perspectiva dos objetivos da análise: A análise pretende atingir objetivos essencialmente descritivos ou visa de modo mais aprofundado à inferência e à interpretação? A preocupação com uma descrição crítica, aprofundada e detalhada, seja dos conteúdos manifestos ou latentes de uma mensagem é, sem dúvida, uma preocupação inicial de qualquer análise de conteúdo. Entretanto, manter-se meramente na descrição seria assumir a posição de um estudo exploratório, anteriormente criticado. Uma boa pesquisa, utilizando análise de conteúdo, deveria pretender a inferência e a interpretação. A inferência é um termo mais relacionado ao paradigma positivista, à quantificação. Implica generalizar e estender as relações e constatações para o contexto. Interpretação é um termo que descreve melhor a pretensão compreensiva, portanto, preocupação de paradigmas que pretendem superar o positivismo e suas limitações. De qualquer modo, seja por inferência, seja por interpretação, as possibilidades de análise de conteúdo se ampliam significativamente. Entendemos que a análise de conteúdo também cresce em qualidade ao se superarem objetivos meramente descritivos. Cf.: MORAES, 1994, p. 107.

**ARIGÓS:** Estes aventureiros que durante o percurso já haviam provocado as maiores desordens e arruaças, desacatando a autoridade dos encarregados do serviço e violando reiteradamente as cláusulas dos contratos, chegados a Belém e Manaus continuaram a provocar sérios problemas. Ao invés de seguir para os seringais, preferiram ficar nas cidades, fugindo dos pousos e debandando dos seus companheiros de regimento. Soltos, andavam ao léu pelas ruas das cidades com o seu uniforme típico de soldados da borracha, calça frouxa de mescla, chapéu de palha virado, blusa larga de algodão, mochila às costas, alpercatas de rabicho, barba grande e a infalível peixeira a ilharga. Debandando dos acompanhantes, andavam aos bandos à procura de empregos, de uma pousada para morar, da birosca para saciar a fome, ou infernizando os bairros periféricos à procura de diversões baratas e transformando as festas e forrós em cenas de bebedeiras e pegas-para-capar. Talvez por essa sua característica de vagabundos, o povo logo os apelidou de arigós, apelativo que na versão folclórica se dava a uma ave de arribação típica do Nordeste que vivia vagando de uma lagoa para outra. Este apelido se estenderia, depois, a todos os soldados da borracha que demandavam a Amazônia por esta época. Com a fama já criada de arruaçeiros e farristas inconseqüentes, passaram a ser temidos e evitados pela

população local e a se constituir em manchetes das crônicas policiais dos jornais daquelas cidades. Cf.: MARTINELLO, 2017, p. 227.

**BARRACÃO:** Grande barraca, abrigo ou telheiro, ou casa provisória, geralmente de madeira, para guardar utensílios; depósito. Estabelecimento comercial no campo ou em lugares pouco habitados. “Casa de moradia do dono dos seringais ou de seu administrador, e que é, ao mesmo tempo, habitação, depósito de gêneros de primeiras necessidades, da borracha colhida nos ‘centros’, e loja para venda de gêneros, roupas, ferramentas e utensílios; local de aviamento dos seringueiros”. Cf.: In: RANZI, Pedro. **Vamos falar o acreanês**. Rio Branco: Edufac, 2017.

**BOLETIM INFORMATIVO NÓS, IRMÃOS:** O Boletim *Nós Irmãos* surgiu em dezembro de 1971 e perdurou periodicamente até 1985. Depois desse período ocorreram publicações intermitentes e descontinuas. Como informativo religioso, visava, na medida do possível, conciliar os temas bíblicos com os temas sociais relevantes, como, por exemplo, os conflitos pela terra. O *Nós Irmãos* se destacou, juntamente com alguns outros, dentre os mais de 124 boletins produzidos pela Igreja Católica durante o regime militar. O Boletim Informativo *Nós, Irmãos* pode ser enquadrado como popular-alternativo no contexto de comunicação *underground* em periódico escrito. Ele nasceu junto com as CEBs com o intuito de servir como veículo de informação das atividades pastorais da Prelazia do Acre e Purus. Em suas páginas existiam serviço de homilia, treinamento de monitores, orientações do trabalho educativo das CEBs, denúncias de violência, organização de movimentos sociais e orientações de resistência, além de publicar dezenas de cartas de agentes sociais e comunitários em sua veiculação periódica mensal. Durante sua existência, o Informativo aumentou o número de páginas, multiplicou sua tiragem, expandiu a quantia de localidades atingidas, alcançou vários países. Produzido em condições de espaço precárias, o *Nós Irmãos* foi o predecessor de outros periódicos que seguiram uma linha alternativa, com ênfase em um jornalismo desatrelado dos poderes político e econômico vigentes no país.

**BORRACHA, Árvore da (Seringueira):** A *Hevea brasiliensis*, Nomes populares: seringueira, seringa, seringa-verdadeira, cau-chu, árvore-da-borracha. seringueira-preta (AC), seringueira-branca, seringueira-rosada. Características morfológicas – Planta lactescente de 20-30 metros de altu-

ra, com tronco de 30-60 cm de diâmetro. Existem, pelo menos, 2.000 espécies que produzem borracha, confinados em aproximadamente 300 gêneros e sete famílias: Euphorbiaceae; Apocynaceae; Asclepiadaceae; Asteraceae (Guaiule); Moraceae; Papaveraceae; Sapotaceae. As principais árvores do Gênero *Hevea*, da Família *Euphorbiaceae* que produzem látex na Amazônia são: *Hevea brasiliensis* (Willd. ex ADR. de Juss.) Muell.-Arg. *Hevea benthamiana* Muell.-Arg; *Hevea benthamiana* Muell.-Arg; *Hevea benthamiana* Muell.-Arg; *Hevea microphylla* Ule; *Hevea nitida* Mart. ex Muell.-Arg; *Hevea pauciflora* (Spruce ex Benth.) Muell.-Arg; *Hevea paludosa* Ule Jarb; *Hevea rigidifolia* (Spr. ex Benth.) Muell.-Arg; *Hevea spruceana* (Benth.) Muell.-Arg; *Hevea camporum* Ducke; *Hevea camargoana* Pires. Cf.: LORENZI, H. **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil, vol. 1, 3. Ed. Nova Odessa, SP; Instituto Plantarum, 2000, p. 102.

**BORRACHA, Boom da:** O termo “boom” é uma palavra inglesa que em português é traduzida como “explosão”. Em economia ela é usada para designar um período em que ocorre uma rápida e elevada expansão de uma determinada atividade econômica, geralmente associado a crescente demanda de um determinado produto ou serviço. Cf.: CARNEIRO, 2014, p. 262.

**BORRACHA, Ciclo da:** O termo “ciclo da borracha” está associado a ideia de “ciclos econômicos”. Segundo essa teoria, o desenvolvimento econômico é entendido como um processo cíclico em que uma fase de expansão sempre é sucedida por uma de retração. Alguns chamam de boom, o auge da fase expansiva do ciclo. O termo passou a ser bastante usado após 1942, quando a economia gomífera amazônica entrou em uma nova fase de expansão, encerrando três anos depois. O uso do termo pode sugerir uma falsa ideia de que poderá haver uma próxima fase de expansão. Cf.: CARNEIRO, 2014, p. 262.

**BORRACHA, Processo de Vulcanização da:** Uma solução satisfatória para o problema da elasticidade e da impermeabilidade somente foi conseguida em 1839, quando o inventor americano Charles Goodyear descobriu o processo de vulcanização. (...) Mas, foram a invenção do pneumático por Dunlop, em 1888, o aparecimento do automóvel, em 1895, e a massificação do uso da bicicleta como veículo de transporte os responsáveis pelo verdadeiro surto da borracha nos mercados mundiais, assumindo o pa-

pel de matéria-prima cada vez mais importante e de procura em mais rápida expansão na indústria. Estavam criadas, assim, as condições para uma grande corrida às fontes abastecedoras dessa matéria-prima - uma corrida que coincidiu com a fase de expansão imperialista dos países centrais (Europa, EUA e Japão). Isso fez com que a indústria de artefatos de borracha surgisse e se desenvolvesse não apenas no contexto das transformações engendradas pelo capitalismo industrial, mas também intimamente vinculada à política imperialista da segunda metade do século XIX. Esta política materializou-se através da ocupação dos territórios que abrigavam as principais fontes supridoras de borracha crua e da sistemática exploração de suas respectivas populações. Desse contexto fazia parte a Amazônia que, por motivos históricos e fundamentalmente geográficos, começou a atrair a atenção da indústria de artefatos de borracha. De fato, de todas as áreas onde se operava a exploração da floresta para a extração da borracha, a Amazônia era a que oferecia maior segurança e amplas possibilidades, seja pela quantidade quase ilimitada de seringueiras e gomais, seja pela própria produtividade das árvores. Cf.: MARTINELLO, 2017, p. 17.

**BORRACHA, Rush da:** O termo “rush” é de origem inglesa e pode ser traduzida para “ímpeto”, e transmite a ideia de um movimento repentino e intenso. Quando usado à economia, geralmente se refere a um período em que uma dada economia fica voltada para a produção de um dado produto. O termo “rush da borracha amazônica” significa que durante um certo período houve um rápido e intenso emprego dos fatores de produção na atividade gomífera. Portanto, esse conceito não guarda relação alguma com a ideia de “ciclo”, apenas quer dizer que em um breve momento houve uma “corrida” de capital e de trabalho para a extração da borracha. Cf.: CARNEIRO, 2014, p. 263.

**BREVE SÉCULO XX:** Tomamos de empréstimo a expressão que Hobsbawm utilizou para explicar os acontecimentos ocorridos no século XX, por que as coisas deram no que deram e como elas se interrelacionam entre si. Ao tratar da brevidade do século no último volume de sua trilogia sobre as “eras” que acometeram a modernidade ocidental, o autor apresenta a conjuntura da visão panorâmica do século com recorte tripartite. De igual modo, neste trabalho, percebemos que a expansão da fronteira nas terras que se tornaram acreanas se deu em três processos distintos que se interrelacionam: a expansão do capital em suas múltiplas fases, buscando lucro com

ouro negro, valorizando a terra como mercadoria e expandindo seu leque do viés extrativo para o agropecuário e madeireiro depredador; as andanças populacionais e relacionamentos sociabilizantes produzidos pela interação nem sempre harmoniosa de nativos, negros, europeus, migrantes, miscigenados e suas múltiplas relações identitárias e culturais; e, as políticas implementadas pelas múltiplas vertentes do Estado em seus objetivos propostos de ocupação, desbravamentos, migração, territorialização e socioespacialidades. O “alvorço” e a “ebulição” dessas ações imanentes desde a criação do Território Federal do Acre (1904) até o assassinato de Chico Mendes (1988), propiciaram nuances que reverberam nas vozes dos agentes sociais objeto de análise deste trabalho. Cf.: HOBBSAWN, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2ª edição. Companhia das Letras, 2014.**

**CABOBLO:** Pessoa que resulta da mistura de branco com índio. Caburé; indivíduo de cor moreno-acobreada e cabelos muito lisos. Caipira; pessoa humilde que vive no campo e tem costumes simples ou rústicos. Nome atribuído aos descendentes de índios que, geralmente miscigenados, tem por hábito a vida rústica e isolada do convívio, às vezes, sem determinação étnica. Cf.: DICIO; Verbete, 2022.

**CAMPO (Conceito):** O conceito de campo enquanto categoria para a análise do social objetiva “(...) compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir”. Cf.: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 69.

**CAMPO (Episteme):** Bourdieu compreende o campo como um dispositivo escolástico – uma heurística epistemológica e metodológica – que ajuda os pesquisadores a planejar métodos para compreender o mundo. O campo não deve ser mimético nem confundido com um “sistema”, haja vista não se propor a ser uma teoria aplicada ou uma fórmula de “ligar pontos”. Bourdieu ofereceu três passos que poderiam ser utilizados para investigação de um campo em particular: 1) analisar a proposição do cam-

po em relação ao campo do poder. [...]; 2) [...] estabelecer a estrutura objetiva das relações entre as posições ocupadas pelos agentes ou instituições que competem nesse campo. [...]; 3) analisar os hábitos dos agentes, os sistemas diferentes de disposições que eles adquiriram através da interiorização de um tipo determinado de condições sociais e econômicas e que encontram numa trajetória definida no interior do campo em questão uma ocasião mais ou menos favorável de se realizar. Cf.: BOURDIEU, 2005. CATANI, 2017.

**CAMPO (Sistemas Simbólicos):** Para Bourdieu, compreender a gênese social de um campo e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir. Cf.: BOURDIEU, 2007, p. 69.

**CAMPO CIENTÍFICO:** Para Bourdieu o campo científico é um espaço concorrencial e, ao mesmo tempo, um espaço de integração social em que há a imposição de uma concepção particular de ciência distinta por duas formas de capital “temporal” e “científico”: remetendo o primeiro a uma espécie de poder institucional sobre os meios de produção e reprodução; enquanto o segundo está vinculado ao reconhecimento dos pares. Ele afirma que a estrutura do campo científico é determinada pelo estado das relações de força entre os cientistas e do sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), sendo o espaço de jogo, de uma luta concorrencial, onde o que se encontra nesta luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e como poder social. Bourdieu completa afirmando que a filiação ao campo científico impõe aos atores o respeito de princípios geradores constitutivos de uma espécie de axiomática prática, cuja incorporação condiciona a participação de cada um nesse jogo da concorrência científica. BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. São Paulo: Editora UNESP, [1977] 2004, p. 30-42.

**CAMPO JORNALÍSTICO:** O campo jornalismo não foi um dos objetos de pesquisa privilegiados por Bourdieu. Em suas obras centrais sobre os espaços de produção culturais, os meios de comunicação são tratados



de forma secundária, devido à condição subordinada que ocupariam frente às áreas mais nobres, como a arte erudita e a ciência. O uso da noção de campo jornalístico, por sua vez, aparece apenas nos textos mais tardios do autor (...) a noção de campo não pode ser considerada como “o” objeto de análise (equivoco da ontologia dos conceitos) e sim como um instrumento conceitual para construirmos e interpretarmos nosso objeto de pesquisa, a partir de determinadas características essenciais. (...) Desta maneira, muito embora Bourdieu conceba uma divisão interna ao campo jornalístico entre uma imprensa “sensacionalista” e uma imprensa de prestígio, na qual a opinião política ainda tem um forte valor de mercado, ele argumenta que a constituição do campo em si implica a tendência à neutralização política dos jornais, no mínimo pela necessidade mercadológica de ampliar ao máximo o público consumidor. Cf.: MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Campo jornalístico: limites e possibilidades de análise desse conceito bourdieano aplicado à imprensa do segundo governo Vargas. In: MARTINS, Luis Carlos dos Passos (Org.). **Pensar a História com e além de Bourdieu: experiências de pesquisa**. Porto Alegre (RS): Editora Fi, 2017, p. 40-41.

**CAMPO POLÍTICO E RELIGIOSO, Interação entre:** Para Bourdieu a Igreja contribui para a manutenção da ordem política ou sua subversão mediante o reforço simbólico das divisões desta ordem. O autor elenca dois fatores contribuintes para a interação entre o campo político e o religioso: a posição ou “peso” dos leigos que são mobilizados nas relações de força entre as classes sociais; e, as relações de força entre grupos ou classes sociais que fazem parte das estruturas das relações objetivas existentes entre as instâncias de produção, reprodução e distribuição dos bens religiosos. Cf.: BOURDIEU, 2009, p. 69-70.

**CAMPO RELIGIOSO:** Para Bourdieu, a religião aparece como um sistema simbólico estruturado e como princípio de estruturação que somente pode ser compreendida no âmbito de suas estruturas sociais e de classe. Assim, a composição do campo religioso é afirmada na tendência dos “especialistas de fecharem-se na referência autárquica ao saber religioso já acumulado e no esoterismo de uma produção quase acumulativa de início destinada aos produtores”. (...) “a religião está predisposta a assumir uma função ideológica, função prática e política de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário, que só poderá cumprir na medida em que possa cumprir uma função lógica e gnosiológica consistente em reforçar a for-

ça material ou simbólica possível de ser mobilizada por um grupo ou uma classe, assegurando a legitimação de tudo que define socialmente este grupo ou esta classe”. Cf.: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 38 e 45.

**CAMPOS DE SABER, Limites (Análise de Conteúdo e Análise de Discurso):** Para Serge Moscovici um dos maiores problemas reside, justamente, no fato de que os métodos de análise de conteúdo se situam na encruzilhada entre os linguistas e a Psicologia Social. Essas duas disciplinas, em verdade, se dão as costas... os linguistas a reivindicam, com toda razão; os psicólogos assimilam a linguagem como um conjunto de indicadores de fenômenos não-linguísticos. A Psicologia Social se introduz comodamente no campo da significação; a linguística não dispõe de uma teoria da comunicação. No entanto, na medida em que a análise de conteúdo se interessa pela linguagem, os linguistas reivindicam a exclusividade do território. Cf.: MOSCOVICI, S. On social representations. In: FORGAS, Joseph. **Social cognition**. Nova York: Academic Press, 1981, p. 172.

**CAPITAL, O Grande:** O “Grande Capital” é o nome dado a forma que assumiu o capital financeiro a partir do último quartel do século XIX. A crescente dependência das empresas industriais em relação às fontes de financiamento de suas atividades é expressa nesse conceito. Ao avançar no processo de concentração e de centralização de capitais, por meio da fusão dos interesses existentes entre o capital bancário e o capital industrial, esse conceito resolveu os problemas de controle das próprias fontes de crédito, garantindo êxito no processo concorrencial. Rudolf Hilferding analisou o caso alemão onde os bancos detinham a hegemonia no processo de acumulação de capitais. Esse era diferente do caso americano, em que o capital industrial comandava a dinâmica de acumulação capitalista. Hilferding, ao estudar o crescente processo de interdependência de capitais e sua expansão para as sociedades anônimas, desenvolveu suas categorias analíticas afirmando que o “Grande Capital” foi estruturado como reflexo da crescente centralização e interdependência das distintas frações do capital (industrial, comercial, bancário). Após desenvolver sua teoria, o autor passou a demonstrar a ligação existente entre o desenvolvimento do capital financeiro e a exacerbação do colonialismo. Afirmou que a proteção e repartição dos mercados, mediante práticas monopolistas, contavam com a ajuda das políticas governamentais e a anexação territorial das colônias pelas potên-

cias imperialistas. Essas estavam intimamente relacionadas com a política de reserva de mercado, impactando na expansão do capitalismo em sua forma imperialista. Cf.: HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, (1909) 1985, p. 219. LENIN, V. I. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/Unicamp, 2011.

**CAPITALISTA, Expansão:** A expansão capitalista na Amazônia resultou, além da desregionalização da propriedade do capital, na predominância dos projetos agropecuários sobre os industriais, nos ganhos especulativos com a terra, geração de violentos conflitos sociais decorrentes da luta pela terra e expulsão dos camponeses de sua terra, acelerando o processo de destruição ambiental. Cf.: PAULA, Elder Andrade de. **Seringueiros e sindicatos: um povo da floresta em busca de liberdade**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1991.

**CATÓLICA, A Hierarquia na Igreja:** A hierarquia na Igreja Católica pode ser visualizada através de um site denominado **Catholic-Hierarchy.org**. Esse é um banco de dados online sobre os bispos e dioceses da Igreja Católica Romana e Igrejas católicas orientais. O site não é oficialmente sancionado pela Igreja Católica, sendo executado como um projeto privado de David M. Cheney, em Kansas City, nos Estados Unidos.

**CATÓLICA, A Igreja Circular:** A *Lumen Gentium*, com seu novo modelo eclesiológico, redescobrando a Igreja como Povo de Deus, foi o revulsivo que precisava a Igreja para que ela fosse verdadeiramente a Igreja dos pobres, **mudando a concepção de uma Igreja piramidal para uma Igreja circular**, Igreja comunhão, onde os leigos exercessem seu sacerdócio comum em Cristo. Cf.: PERTÍÑEZ FERNÁNDEZ, 2017, p.15 - grifo do autor.

**CATÓLICA, Calendário Litúrgico da Igreja:** A Igreja Católica, ao longo dos séculos estabeleceu um calendário de datas a serem seguidas, denominando-o de “Ano Litúrgico” ou “Calendário Litúrgico”. De acordo com a Enciclopédia Católica, “O Ano litúrgico é o período de doze meses, divididos em tempos litúrgicos, onde se celebram como memorial, os mistérios de Cristo, assim como a memória dos Santos. O Ano Civil começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro. Já o Ano Litúrgico começa no 1º

Domingo do Advento (cerca de quatro semanas antes do Natal) e termina no sábado anterior a ele”. (Enciclopédia Católica Fandom. Disponível em < [https://catholicum.fandom.com/wiki/Ano\\_lit%C3%BArgico](https://catholicum.fandom.com/wiki/Ano_lit%C3%BArgico)>. Acesso em 21 set. 2020).

**CATÓLICA, Celebrações da Igreja:** De acordo com a Agência Católica de Informações (ACI), há 04 grupos de celebrações litúrgicas em que a Igreja convida os fiéis católicos a recordar vivamente o exemplo deixado por Jesus, Santa Maria e os santos, sendo essas celebrações: a) Tempos Litúrgicos: Advento, Natal, Quaresma, Semana Santa e Páscoa; b) Festividades Cristológicas: Epifania, O Batismo do Senhor, Apresentação do Senhor, A Ascensão do Senhor, Pentecostes, Santíssima Trindade, Corpus Christi, Sagrado Coração de Jesus e Cristo Rey; c) Festividades Marianas: Santa Maria, Mãe de Deus, Nossa Senhora de Lourdes, Virgem de Fátima, A Visitação de Maria, Nossa Senhora do Carmen, Assunção de Maria, Nossa Senhora Aparecida; e, d) Santos: São Pedro-e-São Paulo e Santoral. Disponível em < <https://www.acidigital.com/fiestas/>>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

**CATÓLICA, Congregação para a Doutrina da Fé:** *A Congregação para a Doutrina da Fé* é um dos órgãos da *Santa Sé*, sendo a mais antiga das nove congregações da *Cúria Romana*. Ela substituiu a *Suprema e Sacra Congregação do Santo Ofício*, que era anteriormente chamada de *Suprema e Sacra Congregação da Inquisição Universal*. De acordo com o artigo 48 da *Constituição Apostólica sobre a Cúria Romana* “a tarefa da Congregação para a Doutrina da Fé é promover e salvaguardar a doutrina sobre a fé e a moral católica em todo o mundo: Por esta razão, tudo aquilo que, de alguma maneira, tocar este tema cai sob a sua competência”. Cf.: VATICANO, 1988.

**CATÓLICA, Dimensão Espiritual da Doutrina Social:** A Dimensão espiritual se volta para o modo como o fiel cristão se mantém na busca de uma convivência humana que possa expressar o conteúdo do mistério aprofundado e o respectivo compromisso de que esse conteúdo se verifique na história humana pelo seu lúcido comprometimento. O caráter ou o modo de ser cristão no mundo tem como elemento fundante o princípio da sua vida nova: a fé em Jesus Cristo, pelo qual recebemos a adoção filial (Gl 4,5). Ela se desdobra pela ação do Espírito em esperança da justiça (Gl

5,5), que significa tanto a possibilidade de viver realmente como filhos e filhas de Deus (justificação pela fé) como a possibilidade real de construir a fraternidade universal pela caridade, uma vez que “vós fostes chamados à liberdade, [...] pela caridade colocai-vos a serviço uns dos outros” (Gl 5,13). Cf.: SCUDELER, 2014, p. 45.

**CATÓLICA, Dimensão Moral da Doutrina Social:** A Dimensão moral da vida humana e cristã tem como questão-chave a pergunta: O que é que o cristão deve fazer para realizar-se enquanto pessoa e cristão? a dimensão moral da vida humana e cristã constitui um imperativo que se explicita pelas exigências que decorrem da compreensão de Jesus Cristo como caminho, verdade e vida. Um tripé que permite ao ensinamento social vislumbrar os compromissos de uma práxis eclesial numa dinâmica utópica como o desafio que o próprio Jesus lança aos seus seguidores: prosélitos, discípulos e apóstolos: “Sede perfeitos como o Pai Celeste é perfeito” (Mt 5,48). Cf.: SCUDELER, 2014, p. 40.

**CATÓLICA, Dimensão Teologal da Doutrina Social:** A Dimensão teologal traz consigo uma questão básica, e o que se pode dizer é: Por que o ser cristão há de se interessar com a vida humana? Trata-se de um ser humano situado no tempo e no espaço de sua existência pessoal e coletiva na terra. É uma compreensão que se elabora pelo princípio de historicidade das suas realizações e das suas estruturas sociais pelo princípio da sociabilidade. Nesse universo se dá a presença e a atuação da Igreja, que nas vicissitudes da sua trajetória busca realizar a missão confiada por Jesus Cristo. Tem-se, pois, o princípio de missionariedade em favor do ser humano e da humanidade como um todo. Cf.: SCUDELER, 2014, p. 36.

**CATÓLICA, Dimensão Vital da Doutrina Social:** A Dimensão vital consiste na vitalidade que sustenta a vida humana e cristã a partir da realidade material. A perspectiva vital da vida humana e cristã, à luz do ensino social da Igreja, nos faz concluir que a salvação definitiva de Deus expressa no mistério pascal do Filho encarnado transforma não apenas a interioridade humana, mas também toda a sua corporeidade social. Desse modo, “o cristão é chamado a servir a Cristo, a viver segundo o seu Espírito, deixando-se guiar pelo amor, princípio de vida nova” para a transformação das relações sociais. Cf.: SCUDELER, 2014, p. 55.

**CATÓLICA, Eclesial Doutrina Social:** As dimensões da vida cristã na perspectiva da eclesial doutrina social conservam sua contraditória realidade antropológica e se expressa nas seguintes dimensões: teologal (regia); moral (diaconia); espiritual (profecia); vital (liturgia). Cf.: SCUDELER, Luiz Gonzaga. **Doutrina social da Igreja e o Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2014, p. 30.

**CATÓLICA, Homilia:** Homilia, de acordo com o Papa Francisco, é “uma pregação no quadro duma celebração litúrgica” (EG 138) e “o momento mais alto do diálogo entre Deus e o seu povo” (EG 137). Afirmações fundamentais cuja fonte se encontra no Concílio Vaticano II, na constituição *Sacrosanctum Concilium* sobre a liturgia (SC 52 e 33). Diz SC 52: “Recomenda-se vivamente a homilia, como parte (destaque nosso) da própria liturgia; nela, no decurso do ano litúrgico, são apresentados, do texto sagrado, os mistérios da fé e as normas da vida cristã”. Francisco diz “pregação dentro da liturgia” (EG 135) e, sob o título “contexto litúrgico” (EG 137-138), escreve: “É um gênero peculiar, já que se trata de uma pregação no quadro duma celebração litúrgica” (EG 138). “A homilia é um retomar esse diálogo que já está estabelecido entre o Senhor e o seu povo” (EG 137). Por isso: “Aquele que prega deve conhecer o coração da sua comunidade para identificar onde está vivo e ardente o desejo de Deus, e também onde é que esse diálogo de amor foi sufocado ou não pôde dar fruto” (EG 137). Cf.: TRUDEL, Jacques. **A homilia e sua preparação segundo o Papa Francisco**. 2021.

**CATÓLICA, Igreja Cristandade:** A Igreja Cristandade foi introduzida no século XVI, permanecendo até parte do Império. O elemento caracterizador é o conceito de “sociedade sacral”. Mesmo ainda sendo difundida pelos membros da TFP (sociedade Brasileira de Tradição, Família e Propriedade Privada), essa concepção não é tão forte entre os integrantes do clero brasileiro. Cf.: AZZI, 1977, p. 107.

**CATÓLICA, Igreja Povo de Deus:** A Igreja Povo de Deus foi introduzida oficialmente durante o Concílio Vaticano II (1962-1965) visando ampliar a participação leiga na Igreja, resultando na criação de grupos intra-eclésiásticos como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). De opção pelos pobres, estimulada pela *Ação Católica*, a Igreja no Brasil passou a encorajar a participação leiga, e, à medida que os bispos passaram a se identificar

com essa nova concepção de igreja, deixaram paulatinamente de declarar apoio à ordem estabelecida para se posicionar ao lado dos oprimidos e na defesa dos Direitos Humanos. Cf.: AZZI, 1977, p. 111.

**CATÓLICA, Igreja Sociedade Perfeita:** A Igreja Sociedade Perfeita tem em seu fundamento a separação entre o plano espiritual, com encargo a ser exercido pela Igreja, e o plano temporal, no qual os assuntos cabem ao Estado. Foi inspirada nos princípios basilares do Concílio de Trento, em que reafirma a noção de “salvação eterna” e combate o “fanatismo e a superstição” típicos do catolicismo popular. Essa concepção é uma explicação pertinente para a ação da Igreja no Brasil que, mesmo com a divisão de espaços de atuação, quase sempre se manteve ao lado da ordem e do poder constituídos. Cf.: AZZI, 1977, p. 111.

**CATÓLICA, Palavra da Salvação:** As aclamações “Palavra do Senhor” e “Palavra da salvação” são usadas nas celebrações sacramentais ou não sacramentais com esquema da Liturgia da Palavra semelhante ao da Missa: leituras, salmos, Evangelho. A Instrução Geral do Missal Romano diz que estas e outras aclamações «constituem aquele grau de participação activa por parte da assembleia dos fiéis, que se exige em todas as formas de celebração da Missa, para que se exprima claramente e se estimule a acção de toda a comunidade» (n. 35). Qualquer aclamação é constituída por dois elementos: a proposta e a resposta. No caso das duas primeiras leituras da Liturgia da Palavra da Missa dominical, a proposta é feita pelos leitores e a resposta é dada pela assembleia. Cf.: SNL - SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA. Aclamações às leituras nas missas. In: SNL. **Santuário de Fátima**. Fátima (Portugal). 2021.

**CATÓLICO, Boletim Informativo Nós, Irmãos:** “Nós tínhamos um boletim que fugia ao controle da censura porque era mimeografado. Não precisava ter autorização. Servia de instrumento para as notícias, documentos das tomadas de posição, que era espalhado no interior, nas mãos de todos os monitores. Ele se tornou, realmente, um meio de comunicação e também de protesto. E depois, ele ia pelo mundo. Nós mandávamos exemplares para o mundo inteiro, e então, as pessoas tinham possibilidades de apoiar, de serem solidárias. Foi instrumento muito útil. Era considerado, no mundo especializado desse tipo de boletim, no período, o melhor. E era

feito de uma maneira muito precária, mas eu recebi muitas informações de que era o melhor boletim, o mais autêntico que tinha na região”. Cf.: GRECHI, Dom Moacyr. Entrevista. In: SILVA, Maria do Perpétuo Socorro [et al.]. **Seringueiro: memória, história e identidade**. Rio Branco (AC): Ufac/DH, 1997, vol. 2, p. 539.

**CATÓLICO, Dom Moacyr Grechi (Bispo):** Dom Moacyr Grechi, nasceu em Araranguá - SC. Foi ordenado Sacerdote da Ordem dos Frades Servos de Maria, no dia 29 de junho de 1961. O Papa Paulo VI o nomeou em 10 de julho de 1972 Prelado do Acre e Purus, no Estado do Acre, Brasil. Em 20 de julho de 1973 foi nomeado Bispo titular de *Vegesela na Numídia* (*Vegesela na Numídia* foi uma cidade antiga e ex-bispado no norte da África romana e continua sendo uma sé titular católica latina. Sua localização atual, na Argélia, pode ser Ksar-Bou-Saïd, Ksar-El-Kelb ou Henchir-El-A-biodh), sendo ordenado Bispo Titular dessa Diocese, atuando como Bispo-Prelado da Prelatura Territorial do Acre e Purus (Brasil), em 21 de outubro de 1973. O Arcebispo de Manaus e Administrador Apostólico de Itacoatiara, João de Souza Lima, doou-lhe a ordenação episcopal em 21 de outubro de 1973. Em 26 de maio de 1978, ele renunciou ao assento de bispo titular no curso das novas diretrizes de alocação da Cúria Romana. Permaneceu atuante como Bispo Prelado no Acre e Purus, até o Papa João Paulo II proceder a elevação da prelatura territorial à diocese de Rio Branco, em 15 de fevereiro de 1986, sendo nomeado pelo Papa o primeiro bispo da Diocese de Rio Branco, no dia 19 de março do mesmo ano. Dom Moacyr permaneceu à frente da Diocese até o Papa João Paulo II nomeá-lo Arcebispo de Porto Velho, em 29 de julho de 1998. Em 30 de novembro de 2011, após completar 75 anos de idade, o Papa Bento XVI aceitou a renúncia apresentada por Moacyr Grechi por motivos de idade. Em 17 de junho de 2019, aos 83 anos de idade, faleceu, tornando-se Arcebispo Emérito de Porto Velho (Arcebispo Moacyr Grechi, 2020).

**CATÓLICO, Programa Radiofônico Somos Todos Irmãos:** Com o nome “Somos todos Irmãos”, no dia 17 de março, entrou no ar, através da Rádio Difusora Acreana, no horário das 06 horas da manhã e das 18 horas, aos sábados, o programa semanal da Prelazia. “[...] Não deixe de ouvir semanalmente mais este programa. **Ele é meu. Ele é seu. Ele é nosso!**”. Cf.: **Boletim Nós, Irmãos**, 1973, nº 04, p. 03.



**CATÓLICOS, Jornais e Cartas Pastorais:** Os primeiros jornais católicos datam da primeira metade do século XIX, sendo, porém, “pequenas gazetas de circulação quinzenal ou semanal, carregadas de textos polêmicos, que além de um raio de ação muito reduzido, em geral, duravam pouco”. Lustosa ressaltou as três condições em que se desenvolveu a imprensa. A primeira foi o “empirismo”, devido à falta de “estratégias de ação”, sendo superados e alcançados seus objetivos após a aproximação, cópia ou imitação da imprensa europeia. A segunda foi a “precariedade de recursos materiais”, devido à escassez de recursos e seu financiamento baseado em doações de católicos, empresas ou pessoas. As propagandas publicadas e as assinaturas eram insuficientes para cobrir todos os custos. Por fim, a “precariedade de recursos humanos”, pois os jornalistas e militantes católicos eram poucos e tinham de trabalhar sem receber nenhuma remuneração. Como decorrência, os jornais eram dirigidos por clérigos, que forneciam as diretrizes para a participação de jornalistas leigos. Cf.: LUSTOSA, 1983, p. 13.

**CEDEPLAR:** O Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) foi criado em 1967 como órgão suplementar da Universidade Federal de Minas Gerais. Passou a funcionar a partir do ano de 1968, com a finalidade de abrigar um programa de pesquisa e ensino de pós-graduação em Economia. Inicialmente as atividades do Cedeplar estiveram voltadas para os estudos de economia regional.

**CERNAMBI:** Borracha de má qualidade. Restos de leite coalhado nas “madeiras”, no pé das seringueiras. Houaiss aconselha grafar “sernambi”. Cf.: RANZI, 2017.

**CIDADANIA:** Cidadania como um complexo de direitos e deveres atribuídos aos indivíduos que integram uma Nação, complexo que abrange direitos políticos, sociais e civis. Cidadania é um conceito histórico que varia no tempo e no espaço. A noção de cidadania está atrelada à participação social e política em um Estado. Além disso, a cidadania é sobretudo uma ação política construída paulatinamente por homens e mulheres para a transformação de uma realidade específica, pela ampliação de direitos e deveres comuns. Nesse sentido, negros, mulheres, imigrantes, minorias étnicas e nacionais, índios, homossexuais e excluídos de modo geral são ato-

res que vivem fazendo a cidadania acontecer a cada embate, em seus Estados nacionais específicos. (...) Historicamente, a cidadania é, muitas vezes, confundida com democracia, ou seja, com o direito de participação política, de votar e ser votado. No entanto, nem o voto é uma garantia de cidadania, nem a cidadania pode ser resumida ao exercício do voto. (...) Hoje a cidadania é apresentada como um processo de inclusão total, em que todos são cidadãos com direitos políticos, sociais e civis. Mas a verdade é que o próprio conceito de cidadania foi criado em meio a um processo de exclusão. (...) Em resumo, podemos entender a cidadania como toda prática que envolve reivindicação, interesse pela coletividade, organização de associações, luta pela qualidade de vida, seja na família, no bairro, no trabalho ou na escola. Ela implica um aprendizado contínuo, uma mudança de conduta diante da sociedade de consumo que coloca o indivíduo como competidor pelos bens da produção capitalista. Cf.: SILVA, 2017.

**CIÊNCIA E RELIGIÃO, Controvérsias entre:** De acordo com Eduardo Cruz, ainda existem controvérsias não resolvidas entre a religião e a ciência, havendo três pontos que merecem destaque: a tensão existente nos teólogos e cientistas cristãos contemporâneos quanto a discursos dualistas ou monistas; as questões de ordem ética e a responsabilidade de utilizar sabiamente o conhecimento para benefício de toda a “família humana”; a bioética e a preocupação básica com a *Imago Dei*, e a indicação do que é ou não permissível tanto em termos de pesquisa científica quando em relação as práticas terapêuticas. Cf.: CRUZ, 2016.

**COLOCAÇÕES:** Nome dado às várias localidades em que os seringais eram subdivididos, que serviam para habitação dos seringueiros. Nelas estavam contidas a residência do seringueiro e as estradas de seringa que estes necessitavam cortar para adquirir o látex a ser transformado em pelas de borracha. Durante os dois ciclos da borracha, negros, caboclos, nordestinos e indígenas (principalmente os Kaxinawás, Kulinas e Huni Kuins) foram “colocados” para fazer a extração de látex. Com a falência dos seringais as colocações continuaram sendo habitadas pelos descendentes daqueles que haviam sido “colocados” nas terras para produzir. Alguns continuaram a coleta e extração de produtos da floresta, outros se tornaram agricultores, e, ainda, outros foram forçados a deixar suas terras e migrar para as periferias das cidades, alargando, assim o “cinturão de pobreza”.

**COMUNICAÇÃO IMPRESSA BRASILEIRA, Fases da Imprensa e da:** Conforme a divisão apresentada por Elcias Lustosa (1996), a imprensa brasileira apresenta cinco fases, a saber: 1.<sup>a</sup> de 1808 a 1827, época em que todas as matérias eram comentadas, repletas de opiniões, observações pessoais, enaltecendo princípios morais e cristãos; 2.<sup>a</sup> de 1827 a 1889, quando predominavam textos que narravam os fatos seguindo a cronologia dos acontecimentos, reduzindo-se as opiniões e destacando o material informativo diferenciado pelo surgimento das agências de notícia; 3.<sup>a</sup> de 1889 a 1930, fase em que os veículos de comunicação começam a adotar notícias quase exclusivamente informativas, tendo como regra a exclusão de qualquer juízo de valor; 4.<sup>a</sup> de 1930 a 1969, período em que surge o lide, técnica de construção de texto informativo baseada no resumo do acontecimento que transcreve de maneira objetiva as principais circunstâncias do fato; 5.<sup>a</sup> de 1969 até os dias atuais, fase marcada pela predominância da cultura visual, imposta pela televisão, que passa a definir o padrão estético dos veículos impressos. Cf.: ASSMAR; BONIFÁCIO; LIMA, 2007, p. 38.

**COMUNICAÇÃO POPULAR, Tipos de:** Cicilia Peruzzo, relata a existência de três tipos de “comunicação popular”: **o folclórico, o massivo e o alternativo**. Segundo a autora, **o popular-folclórico** abarca as expressões tradicionais e genuínas de um povo, sendo simbolizadas por manifestações folclóricas, festas, costumes etc. **O popular-massivo**, se faz presente no universo da indústria cultural e comumente é representado por programas com elevado poder de penetração nas classes subalternas da sociedade. **O popular-alternativo** é um tipo de comunicação “ligada à luta do povo por melhores condições de existência e pela sua emancipação, mediante movimentos de base organizados”. Cf.: PERUZZO, 1999, p. 118-119.

**COMUNICAÇÃO, A carta e a:** O espaço interlocutivo da carta evoca o funcionamento e a finalidade social das práticas comunicativas que não apenas remete a construção de identidades sociais, mas também, a construção de relacionamentos, já que nem todos os remetentes sabiam escrever e, portanto, ditavam para que alguém escrevesse. Ao mesmo tempo, permite o refinamento das habilidades de escrita para os semi-analfabetos e a aprendizagem da escrita como práticas de interação mediadas pelas cartas. O *Nós, Irmãos* publicou várias cartas avulsas e, com o passar das edições, dispôs de uma seção em que publicava as cartas que eram enviadas pelos agentes sociais e pelas Comunidades. Essa seção não tem um nome

fixo, por vezes aparece no Boletim as expressões “Cartas da Comunidade”, “Nossas cartas” ou “Cartas do leitor”. Grande parte das cartas enviadas para o Boletim expressavam a esperança de que Deus abençoasse com dias melhores e o pedido de ajuda para enfrentar as adversidades e os conflitos cotidianos.

**COMUNICAÇÃO, Agenda-Setting na:** De acordo com a hipótese da agenda-setting, a mídia diz sobre o que a audiência deve pensar. Maiores esclarecimentos sobre a questão podem ser obtidos. Cf.: PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. São Paulo: Contexto, 2005.

**COMUNICAÇÃO, Arte NAIF na:** A expressão artística realizada por artistas independentes e sem formação sistemática é muitas vezes chamada de “arte primitiva moderna” por ser permeada por imagens do cotidiano que são retratados com espontaneidade e pureza de modo a lembrar desenhos infantis, remetendo a uma “aura” de ingenuidade. O domínio da técnica, a forma como as cores são utilizadas nas composições na dimensão onírica, em plena liberdade estética, além da renúncia às regras instituídas para a pintura tornam o informalismo acadêmico uma característica marcante da linguagem naif. Dessa forma, a arte naif não recebeu direcionamento estético definido, não sendo, a princípio intencional, nem comercial – não sendo recomendável enquadrar as criações naif como sendo de natureza modernista ou popular. O estilo criativo influenciou e se deixou influenciar por várias das tendências mais eruditas, o que permitiu novas formas de expressão e criação, o que propiciou sua utilização por parte de vários pintores renomados com sólida formação acadêmica. A *Arte naif* assume as características de cada localidade, sendo uma expressão tipicamente regional. As principais características desse estilo artístico são: a inexistência de perspectiva (traços bidimensionais), o uso frequente de cores vibrantes, a espontaneidade, traços figurativos, preferência por temas alegres, valorização da simetria, temas do cotidiano e tendência à idealização da natureza. Os principais expoentes dessa arte são: na França Henri Rousseau (1844-1910); nos Estados Unidos Anna Mary Robertson “Grandma Moses” (1860-1961), J. Frost (1852-1929), H. Poppin (1888-1947) e J. Kane (1860-1934); na Inglaterra Alfred Wallis (1855-1942), na Ex-Iugoslávia Ivan Generalic (1914-1992). No Brasil, especificamente, uma série de artistas aparece diretamente ligada à pintura naif, como Cardosinho (1861-1947), Luís Soares (1875-1948), Heitor dos Prazeres (1898-1966), José

Antônio da Silva (1909-1996) e muitos outros. Entre eles, ganham maior notoriedade: Chico da Silva (1910-1985) - menção honrosa na 33ª Bienal de Veneza - e Djanira (1914-1979). Aluna do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, Djanira completa sua formação com aulas de Emeric Marcier (1916-1990) e Milton Dacosta (1915-1988), seus hóspedes na Pensão Mauá, no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Nos anos 1950, ela é artista consagrada e uma das lideranças do Salão Preto e Branco. A arte popular do Nordeste brasileiro - as xilogravuras que acompanham a literatura de cordel e as esculturas de Mestre Vitalino (1909-1963) - figura em algumas fontes como exemplos da arte naïf nacional. Cf.: ARTE Naïf. 2020.

**COMUNICAÇÃO, Gillette Press na:** Referência pejorativa, usual em redação, para designar a produção de notícias, originária no todo ou em parte, de outras publicações. O recorte que se faz dessas notícias, utilizando gilete ou tesoura e cola em laudas de matéria. O mesmo que cola-press. E há também quem diga tesoura-press. Por extensão, o release, integral ou em parte, colado na lauda para reprodução. Ver BAHIA, Juarez. **Dicionário de Jornalismo século XX.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

**COMUNICAÇÃO, Newsmaking na:** A hipótese de *newsmaking* dá ênfase à produção de informações, ou melhor, à potencial transformação dos acontecimentos cotidianos em notícia. Deste modo, é especialmente sobre o emissor, no caso o profissional da informação, visto enquanto intermediário entre o acontecimento e sua narratividade, que é a notícia, que está centrada a atenção destes estudos, que incluem sobretudo o relacionamento entre fontes primeiras e jornalistas, bem como as diferentes etapas da produção informal, seja ao nível da captação da informação, seja em seu tratamento e edição e, enfim, em sua distribuição. Ver HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação: Hipóteses contemporâneas de Pesquisa em Comunicação.** Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes. 2001. p. 204.

**COMUNICAÇÃO, Tesoura Press na:** Expressão que indica pejorativamente o hábito de produzir notícias à base de relises ou de matérias prontas, extraídas de outras publicações, recortando-se e colando-se em laudas o texto original (aproveitando *in totum* ou com algumas supressões e modificações superficiais). Ver RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de Comunicação.** São Paulo: Ática, 1987, p. 299.

**COMUNICAÇÃO, Uso de Imagens na:** O uso de imagens em cartazes e panfletos é utilizado de forma artesanal desde antes de Cristo. Um dos primeiros jornais em papel, Notícias Diversas, foi publicado em Kaiyuan, Pequim, na China, como um panfleto manuscrito a partir de 713 d.C.. Contudo, o uso de imagens em periódicos teve sua utilização crescente a partir do século XVIII. No século XX, vários jornais, revistas, boletins, pasquins, panfletos, informativos e outros periódicos fizeram uso de xilogravuras, artes naïf, stencil, retrato, fotografia e outros.

**COMUNIDADES: Conceituação de:** “A paróquia, entendida como *comunidade*, é o local onde se ouve a convocação feita por Deus, em Cristo, para que todos sejam um e vivam como irmãos. É a Igreja que está onde as pessoas se encontram, independentemente dos vínculos de território, de moradia ou de pertença geográfica. É a casa-comunidade onde as pessoas se encontram. O chamado é para todos”. É vocação para todos formarem a grande família de Deus, a família dos que “ouvem a Palavra de Deus e a põem em prática” (Lc 8,21). A expressão comunidade de fiéis indica a união, a partir da fé, daqueles que são batizados e estão em plena comunhão com a Igreja. O Concílio Vaticano II concebe a paróquia como comunidade de pessoas em Cristo, valendo-se de expressões como “grupo de fiéis”, 80 “comunidade de fiéis”, 81 e “porção do rebanho do Senhor”. In: CNBB. **Comunidade de Comunidades:** Uma nova Paróquia. Documento 100. Brasília. Edições CNBB, 2014. p. 33.

**CRISTIANISMO:** O Cristianismo é uma religião monoteísta que apresenta numerosas ramificações surgidas das diversas misturas culturais realizadas durante seus dois mil anos de história. É além disso uma das maiores religiões do mundo contemporâneo, dominante no Ocidente, influenciando mesmo os mais céticos. A religião cristã, como movimento cultural, é antes de tudo uma construção histórica, o que significa que ela precisa ser historicizada, sempre entendida a partir do período e da sociedade na qual está inserida. Mas de outro modo, como religião, é também um conjunto de práticas e ritos. (...) Sendo a religião dominante no Ocidente, o Cristianismo, em suas muitas variações, termina por ser a religião da maioria dos alunos e dos professores no Brasil. Tal situação torna-se perigosa para o ensino e a conscientização social, dada a tendência a não se historicizar essa fé. No entanto, com dois mil anos de idade, diversas vertentes e uma história de relações com os Estados, o Cristianismo precisa ser estudado

do ponto de vista histórico, e não entendido como uma entidade abstrata e atemporal. Cf.: SILVA, 2017.

**CRUZEIRO NOVO (Moeda):** Com a Resolução do Banco Central do Brasil N.º 144, de 31/03/1970 o Governo Emílio Garrastazu Médici estabeleceu o Cruzeiro como moeda a substituir o Cruzeiro novo (NCr\$) que houvera sido implementado pelo Decreto-Lei N.º 1 de 13/11/1965. O Cruzeiro teve seu período de implementação de 15 de maio de 1970 a 14 de agosto de 1984, com duração de 14 anos. Em 15 de agosto de 1984, foi posta em prática a Lei N.º 7.214, de 15/08/1984 que retirava dois zeros da moeda como forma de tentar estabilizar a economia frente à inflação que passava dos cem por centos ao ano. O Cruzeiro vigorou até 27 de fevereiro de 1986, quando foi substituído pelo Cruzado.

**CUSTO DE OPORTUNIDADE:** O custo de oportunidade é uma referência ao valor que se poderia estar ganhando ao investir o capital em outras atividades alternativas disponíveis.

**DESOBRIGA:** Nas desobrigas, os padres se internavam pelos rios, normalmente numa canoa leve, passavam de seringal em seringal, administrando os sacramentos e davam alguma instrução religiosa. Em cada seringal a desobriga durava normalmente um dia. Terminado o trabalho num seringal, seguiam para outro, onde o povo, avisado com antecedência, já se encontrava reunido no barracão central à espera. O padre realizava batizados e casamentos, cercado de respeito, solicitado por todos, promovia as confissões em silêncio e contrição, celebrava a missa, ministrava breves instruções religiosas. Era o dia em que todos ficavam desobrigados das obrigações canônicas da Igreja. Essas visitas, tão raras, constituíam um verdadeiro acontecimento, era o dia de festa. Cf.: PERTÍÑEZ FERNÁNDEZ, 2017, p. 41.

**DESTRINCHAR:** O neologismo brasileiro “destrinchar” tem o sentido de retirar em partes, esmiuçar, dizer algo detalhadamente.

**DIALÉTICO, Materialismo:** O Materialismo Dialético “foi elaborado por Engels, sob a influência da mentalidade cientificista do século passado (séc. XIX) e, sobretudo da teoria de Darwin, e foi transformado por Stálin no catecismo que cada comunista devia aprender. Criticado, hoje, até por

alguns marxistas, pretende ser a explicação científica da origem e da evolução do universo. O conceito chave dessa filosofia é a dialética da natureza – transposição da teoria da luta de classes ao mundo da realidade física. Por ser materialista, esta filosofia é a negação da visão cristã do mundo”. Cf.: CAVAZZUTI, Tomas. **Pastoral e Análise Social: A Contribuição Do Marxismo**. Caderno do CEAS, nº 94. nov/dez de 1984, p. 71.

**DISCURSO:** (...) o discurso é a prática da linguagem, isto é, uma narrativa construída a partir de condições históricas e sociais específicas. Para ela, todo discurso materializa determinada ideologia na fala a partir de um idioma específico. Desse modo, todo discurso possui uma ideologia, e é a língua que permite aos indivíduos compreenderem e assimilarem tal ideologia. Um dos principais componentes do discurso como fala ou narrativa são os significados históricos presentes no imaginário de quem o elabora. Cada discurso é, assim, uma representação do imaginário no qual seu autor está inserido. (...) um discurso não é fruto de opiniões e visões particulares, mas uma partícula do imaginário dominante que abarca cada indivíduo e, pode ser usado para reformular as relações sociais. (...) os sentidos buscados nos discursos têm a ver não somente com o que foi dito, mas também com o que não foi dito e com o que poderia ser dito. Deve-se então perguntar por que essas palavras e não outras, por que essa forma de apresentar a mensagem e não outra. Perguntas que nos levam a pensar para além do conteúdo. Cf.: SILVA, 2017.

**DITADURA:** Antes de tudo, podemos definir ditadura como um regime político, uma forma de governo. Como tal, é sempre um conceito relacionado à própria ideia de Estado. Além disso, a noção mais comum de ditadura no Ocidente está, paradoxalmente, bastante relacionada à ideia de democracia. Nessa perspectiva, a ditadura existe por oposição à democracia. (...) Apesar de existirem diferentes formas de ditadura no mundo contemporâneo, algumas características básicas são compartilhadas por todas: o cerceamento de direitos políticos e individuais, a ampla utilização da força pelo Estado contra sua própria sociedade e o fortalecimento do poder executivo em detrimento dos outros poderes. Em suma, ditadura é uma categoria de análise política que pode ser aplicada a diferentes sociedades e períodos históricos. Como a América Latina é um terreno fértil para diferentes tipos de governos ditatoriais, tal discussão conceitual se torna imprescindível para se compreender a realidade vivida no continente. Obser-



vando o caso específico do Brasil, não devemos esquecer que hoje, mesmo com o regime democrático brasileiro, a herança cultural, social e econômica da última fase de ditaduras latino-americanas ainda é bastante visível em nossa sociedade. Cf.: SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

**ELSON MARTINS DA SILVEIRA (Jornalista):** É natural de Sena Madureira, Acre. Saiu de sua terra para estudar em Rio Branco. No final dos anos 1950 foi estudar em Minas Gerais, onde cursou Belas Artes e Cinema. Elson deixou a universidade para se unir ao movimento estudantil de oposição ao Regime Militar. Mais tarde, engajou-se na resistência armada através da Aliança pela Libertação Nacional (ALN). Atuou na resistência armada em Belém do Pará, para onde fora enviado com o intuito de criar um braço de resistência armada, mas por divergências internas, largou o movimento e passou a sobreviver como artesão. Anos depois foi trabalhar como jornalista. Atuou em vários jornais, entre eles, o Estado de São Paulo. Elson Martins trabalhara na sucursal do Pará, realizando cobertura jornalística de mobilizações sociais que envolviam seringueiros, ribeirinhos e indígenas. A partir de 1975 passou a atuar como correspondente do Estado de São Paulo no Acre.

**ESPAÇO SOCIAL, Construção do:** Uma sociedade só se torna concreta a partir do espaço que ela produz. Ocorrendo a formação social do espaço, se constitui assim, a territorialidade que, por sua vez, envolve tanto a sociabilidade, quanto as tensões entre determinado grupo social no espaço geográfico, ao passo que as territorialidades proporcionam a formulação de estratégias de controle de um grupo social sobre um determinado espaço, através do fortalecimento de forças econômicas, políticas e culturais. Cf.: COSTA, 2019, p. 14.

**ESPAÇO SOCIAL, Sociedade e:** Ao se referir às relações sociais e ao espaço simultaneamente: Milton Santos analisa o espaço como uma instância da sociedade, assim sendo, sociedade e espaço devem ser considerados como um conjunto indissociável. Nesse contexto, não é possível analisar espaço e sociedade separadamente; Bernardo Fernandes vê (2005, p. 05) “o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço”; para Souza (2007), quan-

do analisamos os processos ocorrentes no âmbito das relações sociais no espaço, sejam relacionados à economia, política ou cultura, estamos falando de relações socioespaciais. Cf.: COSTA, 2019, p. 11. SANTOS, 1988. SANTOS, FERNANDES, 2005, p. 5. SOUZA, 2007, p. 101-114.

**ESPERANÇAR:** Esperançar – ocasionar ou possuir esperança; animar ou animar-se: a doação das instituições esperançou os atingidos da tragédia; o paciente esperançava-se quando recebia um incentivo. Cf.: DICIO, 2022.

**ESTADO:** O Estado é, poderíamos assim sintetizar, uma entidade composta por diversas instituições, de caráter político, que comanda um tipo complexo de organização social. Muitas vezes associamos Estado e Nação, tratando-os como sinônimos, mas enquanto o Estado é uma realidade jurídica, a Nação é uma realidade sociológica e, para estudiosos como Miguel Reale, o Estado seria a Nação politicamente organizada. A palavra estado vem do latim “status”, verbo stare, manter-se em pé, sustentar-se. (...) o Estado Moderno se definiu a partir de duas características: a existência de um aparato administrativo cuja função seria prestar serviços públicos, e o monopólio legítimo da força. (...) O Estado ainda é a forma hegemônica de organização política no mundo contemporâneo. Mas temos de ter cuidado para não considerá-lo o ápice da evolução humana, pois ele não é o estágio mais elevado de organização das sociedades; é simplesmente uma forma de organização político-social entre outras. Cf.: SILVA, 2017.

**FAMÍLIA:** O conceito de família, à primeira vista, parece dispensar qualquer comentário. A família é uma instituição que todos consideram óbvia e ninguém se pergunta o que é. Entretanto, definir família é mais complicado do que o senso comum faz acreditar. Essa dificuldade tem muito a ver com seu caráter dinâmico e histórico e com a diversidade dos padrões familiares encontrados em diferentes sociedades e modelos culturais. É preciso reconhecer, em primeiro lugar, que existem múltiplos modelos de família. Os estudiosos costumam discutir se a família é um fenômeno natural/biológico ou uma instituição cultural e social. Mas as ciências sociais preferem assumir a postura que compreende a família como um fenômeno que ultrapassa a esfera biológica e ganha significados culturais, sociais e históricos. Além disso, qualquer definição de família deve se precaver para não tomar o modelo de família vigente na sua própria sociedade como o “normal” e considerar os outros tipos “patológicos” ou de menor importância.

(...) Atualmente, o conceito de família valorizado e difundido no mundo Ocidental é o de família nuclear, composta por pai, mãe e filhos. Isso não implica afirmar que, mesmo nesse ambiente cultural amplo, o comportamento de todos os membros das sociedades ditas modernas tenda para a composição de famílias nucleares. A família nuclear não é a única forma familiar na América Latina, por exemplo. (...) ao longo do tempo de vida, uma pessoa pode compor diversos tipos de família: pode ter nascido numa família extensa (com mais de duas gerações morando na mesma residência); mas, por morte dos membros mais velhos, ela pode voltar a compor uma família nuclear; ao contrair matrimônio, formará uma família conjugal (somente um casal); após ter filhos, pertencerá a uma família nuclear, que pode se tornar extensa novamente caso seus filhos tenham filhos residentes na mesma habitação. (...) A família, como toda instituição, tem aspectos conservadores, assim como indicadores de mudança. A família é uma instituição formadora de futuras gerações e mediadora entre a estrutura social e o futuro dessa estrutura. Nesse caso, sem intervenção externa, a família termina por transmitir e reforçar padrões de hierarquia e desigualdade já existentes na sociedade. Pela família, por exemplo, podem passar preconceitos raciais, ideias arcaicas sobre o papel dos gêneros, entre outros valores. Assim, a família é um espaço paradoxal: tanto pode ser o lugar do afeto e da intimidade, como o lugar da violência muda e silenciosa. Cf.: SILVA, 2017.

**FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB):** A Força Expedicionária Brasileira foi criada pelo Decreto-lei nº 6.018-A de 23 novembro de 1943. Em seu planejamento inicial ela deveria ser formada por três divisões de infantaria (DI), mas acabou sendo composta apenas pela 1ª. Divisão de Infantaria Expedicionária, composta por três Regimentos de Infantaria. Grande parte dos convocados para a FEB eram civis recém incorporados às fileiras das Forças Armadas do Brasil. A eles foi ofertado soldo triplicado para fazerem parte dessa força expedicionária. Mesmo o vantajoso soldo não foi atrativo suficiente para muitos soldados que não mediam esforços para serem afastados desse grupamento. Ao chegar a Europa, a FEB atuou em operações de guerra como parte do V Exército dos Estados Unidos da América, lutando contra as tropas do Eixo no norte da Itália durante os anos de 1944 e 1945. Cf.: OLIVEIRA, D. de; LOPES, F. L. B, 2012. BRAYNER, F. L. **A verdade sobre a FEB:** memórias de um chefe de es-

tado-maior na campanha da Itália. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. Pg. 88. CASTELO BRANCO, M. T. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1960. pg. 335.

**FRONTEIRA, Expansão da:** No sentido dado por Carlos E. Reboratti: Fronteira é “a área de transição entre o território utilizado e povoado por uma sociedade e outro que, em um momento particular do desenvolver dessa sociedade e de seu ponto de vista, não tenha sido ocupado de forma estável, ainda que já tenha sido utilizado” e sua expansão se dá quando a terra, já quase totalmente ocupada, transforma-se de um simples elemento de produção em mercadoria, e como uma das consequência aparece uma imigração que não apenas ocupa os espaços vazios, como também “obriga” os pioneiros dessa área a migrar. REBORATTI (1990, p. 4 e 22 apud LIMA, 2020, p. 38).

**FRONTEIRAS, Expedições, limites e:** Carneiro afirma que os argumentos que justificavam essas viagens pareciam ser nobres, contudo, os relatórios finais de suas jornadas mais pareciam uma espécie de zoneamento ecológico econômico da região. Para Arthur Reis, essas expedições serviam a interesses imperialistas por atuar em um constante exercício de espionagem com o objetivo de fartar o apetite dos capitalistas por lucro e por novos produtos. Um caso emblemático para a economia gomífera amazônica é o do botânico inglês Henry Wickham que adentrou a Amazônia brasileira na segunda metade do século XIX para desenvolver “pesquisas” e, ao contrabandear 70 mil sementes de *hevea brasiliensis*, se tornou o protagonista do maior caso internacional de biopirataria do qual se tem notícia. Em 1876 ele encaminhou as sementes para o Royal Botanic Gardens (Jardim Botânico Real) em Londres e depois essas sementes foram plantadas na Malásia, então colônia inglesa. Depois do contrabando, esse cientista foi recebido pelo governo inglês com honras de herói, recebendo o título de nobreza das mãos da rainha Vitória. Afinal, ele havia realizado “um dos atos de maior repercussão e sucesso de pirataria biológica da história mundial [...] e ele se gabava de ter feito isso à vista de uma canhoneira brasileira” (JACKSON, 2011, p. 20). Cf.: CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **“A Fundação do Acre”**: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. 2014. 467 p. Tese. (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014. REIS, Arthur C. Ferreira. **Amazônia e a Cobiça Internacio-**

**nal.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. JACKSON, Joe. **O Ladrão do Fim do Mundo.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 20.

**HANSENIANOS (Leprosos):** Marcelo Luciano Vieira (2006), Membro do Departamento de Formação de Projetos e Pesquisas (Deforp/Morhan) e Diretor Colegiado do Morhan Nacional, afirma que o termo “leproso” era evitado de preconceito, mais que um portador do bacilo causador da doença – o *Mycobacterium Leprae* – era um excluído social. A hanseníase é uma doença milenar que paira como uma grande mancha criada pela sociedade. Durante os anos de 1910 até 1960, foram criados os antigos hospitais-colônia por todo país. Esses hospitais ao invés de proteger os pacientes, insuflaram no imaginário a sua antítese, a perseguição, a segregação e o “exílio sanitário” das pessoas que foram acometidas pela patologia. Esse “Exílio Sanitário”, é o mesmo que uma morte de qualquer possibilidade de assunção e exercício de direitos comuns à sociedade, bem como uma execração desta e por esta mesma, é a morte social gerada pelo estigma constituído em sua gênese pela mais profunda ignorância no sentido stricto da palavra. Ademais, contribuiu para o banimento dessas pessoas ditas “doentes” em detrimento de umas outras ditas sadias. VIEIRA, Marcelo Luciano. Uma breve visita à história de construção do Morhan. In: MORHAN. **CADERNOS DO MORHAN.** Nº 01. 2006. Disponível em <[http://www.morhan.org.br/views/upload/caderno\\_01.pdf](http://www.morhan.org.br/views/upload/caderno_01.pdf)>. Acesso em 04 de outubro de 2021, p. 29.

**HANSENIANOS, Colônia Souza Araújo para:** Em 1928 existia uma pequena construção de madeira que acolhia 30 hansenianos. O Governador naquela época era o Sr. Hugo Carneiro e o padre que ia visitar os doentes uma vez por ano era o Pe. Gregório. O médico visitava o leprosário uma vez ao ano. As primeiras casas de moradia eram todas de madeira e distantes umas das outras. Essas distâncias não facilitavam as visitas do médico. Em 1947 veio visitar a Colônia o Major Guiomard dos Santos, Governador da época, o qual fez melhorias na Colônia. A partir de 1948, a assistência médica melhorou, pois o médico chegava ao leprosário cada semana. Um enfermeiro, José Messias, permanecia dois dias por semana na Colônia. Em 1950, pequenas aldeias nasceram ao redor do Leprosário. O nome do Leprosário foi devido ao nome de um médico do Estado de Minas Gerais, Dr. Heráclito de Souza Araújo, pioneiro na pesquisa dessa patologia. Em 1966, o então Governador do Estado do Acre, Jorge Kalume, solicitou da Prelazia do Acre e Purus, que assumisse a direção-administração do Le-

prosário. Em torno do ano de 1966, somava-se 400 hansenianos, divididos entre internos (moradores do Leprosário) e os externos (moradores nos lotes distribuídos vizinhos ao hospital). No final de 1969 inaugura-se o complexo do Leprosário da Colônia Souza Araújo, nascido do coração de Dom Giocondo Grotti e do esforço e tenacidade do Pe. Alberto Morini. Podia acolher os cerca de 400 hansenianos. As irmãs italianas chegaram ainda na década de 1960. A partir de 1977 chegaram outras religiosas para auxiliar no trabalho com os hansenianos. Depois de vários anos de existência o Leprosário ou Colônia passou a ser chamado de “Hospital Souza Araújo”. Nos anos 2000, com a mudança das políticas públicas quanto à hanseníase e a desativação do hospital, a localidade que ainda abrigava dezenas de internos sem familiares e necessitados de cuidados permanentes passou a ser chamada “Casa de Acolhida Souza Araújo”. Cf.: DIOCESE DE RIO BRANCO. **Casa de acolhida Souza Araújo**. Disponível em <<http://www.diocesederiobranco.org.br/obras-sociais/casa-de-acolhida-souza-araujo/>>. Acesso em 04 out. de 2021.

**IDENTIDADE:** O conceito de identidade vem levantando muitas questões em diversos campos das ciências humanas. Sua origem remete à Filosofia e à Psicologia, mas hoje a Antropologia tem sido uma das ciências mais prolíficas em seu estudo. Além disso, a área interdisciplinar conhecida como Estudos Culturais – um dos principais frutos da pós-modernidade nas ciências humanas e sociais – também tem questionado a construção de identidades sob os prismas mais diversos: sociológicos, linguísticos e por meio da teoria da comunicação. Nesse contexto, a noção de identidade gerou muitos conceitos diferentes: identidade nacional, identidade étnica, identidade social, cada um deles com uma gama de significados e métodos de análise próprios. (...) Tanto para a Antropologia quanto para a Psicologia, a identidade é um sistema de representações que permite a construção do “eu”, ou seja, que permite que o indivíduo se torne semelhante a si mesmo e diferente dos outros. Tal sistema possui representações do passado, de condutas atuais e de projetos para o futuro. Da identidade pessoal, passamos para a identidade cultural, que seria a partilha de uma mesma essência entre diferentes indivíduos. (...) precisamos considerar que toda identidade é uma construção histórica: ela não existe sozinha, nem de forma absoluta, e é sempre construída em comparação com outras identidades, pois sempre nos identificamos com o que somos para nos distinguir de outras pessoas. Cf.: SILVA, 2017.

**ÍNDICE GERAL DE PREÇOS/DISPONIBILIDADE INTERNA:** Calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e criado em 1947, é o índice mais tradicional, e durante anos representou a inflação oficial no Brasil. IGP-DI. In: **Senado Notícias**. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/igp-di#:~:text=%C3%8Dndice%20Geral%20de%20Pre%C3%A7os%2FDisponibilidade,a%20infla%C3%A7%C3%A3o%20oficial%20no%20Brasil>>. Acesso em 1º de fevereiro de 2021.

**ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA):** O Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC produz contínua e sistematicamente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA que tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias. Esta faixa de renda foi criada com o objetivo de garantir uma cobertura de 90% das famílias pertencentes às áreas urbanas de cobertura do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. In: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em 01 de fev. 2021.

**INDÍGENA, Extermínio (Nauás):** Um caso emblemático é o dos Nauás (ou Nawá), por exemplo, cuja história é fascinante. José Pimenta afirma que “Esse grupo da família etnolingüística Pano vivia nas proximidades da atual cidade de Cruzeiro do Sul, também conhecida localmente como “a Terra dos Nauás”. Valorosos guerreiros, os Nauá resistiram com as armas à penetração dos seringueiros até seu “extermínio oficial” que aconteceu, segundo a historiografia regional, no final do século XIX e início do século XX. Durante as décadas que seguiram o “extermínio” desse povo indígena, a sociedade cruzeirense fez do nome “Nauás” um símbolo da cultura e da identidade local. Existe, hoje, em Cruzeiro do Sul, o teatro dos Nauás, o café nauás, o guaraná nauense, etc. Imprevisto e ironia de uma história mal contada, depois de um século de silêncio, os Nauás “reapareceram” no ano 2000 no Parque Nacional da Serra do Divisor! Exemplo acreano de povo indígena “remanescente”, a presença dos Nauás vivos, que reivindicam hoje a demarcação de suas terras do órgão indigenista, causa muitas

polêmicas envolvendo vários atores: FUNAI, IBAMA, CIMI, ecologistas (S.O.S. Amazônia), antropólogos, políticos, etc.”. Cf.: PIMENTA, José, 2003, p. 34.

**INFLAÇÃO GALOPANTE:** Inflação galopante. Galopante é o termo utilizado para classificar o tipo de inflação caracterizado por altas taxas, normalmente acima dos 10%. Nestas situações, a moeda perde valor, sendo necessário mais dinheiro para comprar os selos. Ver Tipos de inflação na economia. In: **Economias**. Disponível em: <<https://www.economias.pt/tipos-de-inflacao-na-economia/>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

**INFLAÇÃO NO FIM DA DITADURA MILITAR:** De acordo com a Inflation.eu: worldwide inflation date, os números da Inflação medida no Brasil entre dezembro 1983 e dezembro 1984 é de 215,26% (duzentos e quinze vírgula vinte e seis por cento). Disponível em <https://www.inflation.eu/pt/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil-1984.aspx>. Acesso em 18 fev. 2021.

**INFLAÇÃO:** Ao ingressar na década de 1980, o Brasil já havia acumulado uma das mais longas experiências de instabilidade monetária registradas na economia mundial do pós-guerra; e, diante das elevadas taxas de inflação vindas como herança dos anos 1970, não seria ilusório esperar que a partir daí o país pudesse vir a reencontrar o caminho da estabilidade. Mas não foi o que ocorreu, pois na realidade os preços dispararam, a despeito das medidas de contenção implantadas ainda em 1980 (prefixação da taxa de câmbio e da correção monetária, e introdução de um redutor sobre as taxas de juros), chegando ainda em 1981 e 1982 ao patamar de 100%; em 1983-85 as taxas de inflação dobrariam, superando o patamar de 200% ao ano, inaugurando, assim, o ciclo de inflação mensal representada por dois dígitos. GARCIA MUNHOZ, Dercio. Inflação Brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. In: **Revista de Economia Contemporânea**. [online]. Nº 1. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19574/11339>>. Acesso em 02 fev. 2021, p. 64.

**INFORMAÇÕES (Inteligência):** A atividade de inteligência no Brasil tem como marco o ano de 1927, com a instituição, pelo Presidente Washington Luís, do Conselho de Defesa Nacional – que tinha uma Secretaria cuja função, entre outras, era assessorar o Chefe de Estado em assuntos de



informações e contrainformações. O Sistema de Informações outrora utilizado para garantir a segurança do Estado, tornou-se um serviço de espionagem, ao invadir a esfera privada da vida dos cidadãos. Cf.: GOMES, 2014, p. 10. GONÇALVES, 2011, p. 260.

**INFORMAÇÕES, Centro de:** As forças armadas possuíam também seus serviços de informações, a saber, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações do Exército (Ciex) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA). Além destes, dedicavam-se aos serviços de informações os departamentos de ordem política e social das secretarias de Segurança dos estados e do Departamento de Polícia Federal. A dotação orçamentária do SNI para o ano de 1981 teria sido de cerca de setecentos milhões de cruzeiros, incluídas as despesas sigilosas. Cf.: KORNIS, 2009.

**INFORMAÇÕES, Divisão de Segurança e (DSI/MJ):** As DSIs foram criadas com o intuito de complementar as atividades de informações e garantir assim a capilaridade do sistema na burocracia estatal. Tempos depois, foi utilizada para perseguição política e atividades de inculpação, transformando-se em um dos tentáculos do aparato de repressão. Cf.: GOMES, 2014.

**INFORMAÇÕES, Documentos de:** Foram encontrados 197 documentos formais do SNI. Há mais de dez mil documentos de agências, setores e serviços de inteligência de todo o país que desapareceram, se tornaram ilegíveis ou “foram perdidos” e, por isso, não estão lançados na base de dados. Alguns desses 197 documentos encontrados na base de dados “Memórias Reveladas” do Arquivo Nacional tem duas ou três páginas, outros têm mais de noventa páginas. São mais de mil páginas de documentos, textos, fotos, recortes, fichas, partes e outros. Nosso intuito neste trabalho é afirmar a existência deles e citar sobre os principais assuntos encontrados, sem aprofundar nos percursos, nas trajetórias, representações ou significados. A exaustiva descrição do método se deu para que qualquer pesquisador interessado possa pesquisar sobre o assunto. Cremos ser possível fazer uma tese apenas sobre esses documentos.

**INFORMAÇÕES, Escola Nacional de:** Em 1971, foi criada a Escola Nacional de Informações (Ensi), visando a formação e o aprimoramento

do pessoal do SNI e do Sistema Nacional de Informações. Os diferentes cursos e estágios da Esni teriam a função de formar os chefes, analistas e agentes de informações, desde os de mais alto nível aos de nível intermediário. Cf.: KORNIS, 2009.

**INFORMAÇÕES, Extinção do Sistema Nacional de:** O SNI foi extinto em 1990, pelo então presidente Fernando Collor de Mello. Ao extinguir o órgão tido como símbolo máximo do regime militar, a medida acertada teve consequências negativas. “A comunidade de informações foi desmantelada, servidores civis foram redistribuídos, aposentados ou demitidos, os militares que trabalhavam nos órgãos de inteligência reconduzidos às respectivas Forças. Muitos arquivos foram perdidos ou destruídos e houve uma ruptura na memória organizacional de muitos serviços secretos que dificilmente poderia ser recuperada”. Cf.: GONÇALVES, 2011, p. 3.

**INFORMAÇÕES, Serviço Nacional de (SNI):** Órgão da Presidência da República criado em 13 de junho de 1964 pela Lei nº 4.341 com a finalidade de superintender e coordenar nacionalmente as atividades de informação e de contra-informação, em particular aquelas de interesse para a segurança nacional. Cf.: KORNIS, Mônica. Serviço Nacional de Informações. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-informacao-sni>>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

**INFORMAÇÕES, Sistema Nacional de:** O SISNI somente foi inteiramente estruturado após a aprovação do Plano Nacional de Informações, em junho de 1970. Cada órgão do SISNI era responsável por orientar a produção de informações dentro de sua esfera administrativa. Até mesmo o Itamaraty esteve envolvido nesse sistema, estabelecendo seu Plano Setorial de Informações em novembro de 1970. Cf.: Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, v. II, p. 178.

**JUSTIÇA SOCIAL:** Um dos conceitos de justiça social mais aceitos é o desenvolvido por Rawls. Para o autor, a justiça social consiste no compromisso de instituições não governamentais e do Estado em buscar mecanis-

mos para compensar as desigualdades sociais geradas pelo mercado e pelas diferenças sociais. A partir do contrato ético como base, Rawls foca sua teoria da justiça como equidade que deveria sustentar bases comuns que possibilitem o desenvolvimento de todos em uma estrutura básica de sociedade. Dessa forma, a justiça social é vista como uma construção moral e política que tem por base a igualdade de direitos e a solidariedade coletiva. A justiça social é vista como o cruzamento entre o pilar econômico e o pilar social, necessitando de ambos para o seu desenvolvimento. Cf.: RAWLS, 2000. RAWLS, 2003.

**KAXINAWÁ:** Kaxinawá significa “povo que anda à noite”. Os Kaxinawás pertencem à família linguística Pano. Falando a língua *Hãtxa kuĩ*, a “língua verdadeira”. O *Hãtxa kuĩ* pertence à família linguística Pano, que compreende ainda as línguas dos povos Amawaka, Katukina, Kaxarari, Korubo, Marubo, Matis, Matses, Nukini, Poyanawa, Yaminawa e Yawanawa. (ABREU, 2015). Os Kaxinawás habitam a floresta tropical no leste peruano, do pé dos Andes até a fronteira com o Brasil, no estado do Acre e sul do Amazonas, que abarca respectivamente a área do Alto Juruá e Purus e o Vale do Javari. O próprio nome Kaxinawá (dado pelas outras tribos) parece ter sido originalmente um insulto. Kaxi significa morcego, carnibal, mas pode significar também gente com hábito de andar à noite. Eles também são chamados de Huni Kuin, homens verdadeiros. (ISA, 2021). Os Huni Kuĩ, “gente verdadeira”, são um povo da floresta que habita a Amazônia Ocidental desde o sudeste peruano até o Brasil, no estado do Acre. São comumente conhecidos pelo nome de Kaxinawa, denominação dada pelos brancos. Contam os Huni Kuĩ que o primeiro contato entre um deles e um branco se deu enquanto o primeiro brincava com um morcego. O branco perguntou a ele quem ele era, mas, sem entender o português, o índio respondeu em sua língua que estava matando morcego. A palavra morcego é, na língua dos Huni Kuĩ, kaxi. “Então o branco botou o nome nele: – Sua tribo e você se chamam Kaxinawa”. (MONTE, 1984, p. 29). Cf.: ABREU, Capistrano de. **Rã-txa hu-ni-ku-i:** gramática, textos e vocabulários caxinauás. – fac-similar da 2 ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015. Kaxinawá. In: ISA. **Povos indígenas do Brasil.** Disponível em [https://www.indios.org.br/pt/Povo:Huni%20Kuin%20\(Kaxinaw%C3%A1\)?l=pt&povo=kaxinawa&artigo\\_id=2113](https://www.indios.org.br/pt/Povo:Huni%20Kuin%20(Kaxinaw%C3%A1)?l=pt&povo=kaxinawa&artigo_id=2113). Acesso em 10 jan. 2021. MONTE, Nieta [org.]. **Estórias de hoje e antigamente dos índios do Acre.** Rio Branco: CPI/AC, 1984. p. 29.

**LIDE:** Palavra aportuguesada do inglês *lead* (que equivale a **comando, primeiro lugar, liderar, guiar, induzir, encabeçar**). (...) O **lide** clássico tem dupla função: a) dar o clímax da história; b) responder às perguntas: o que aconteceu (**what?**), por que aconteceu (**why?**), quando aconteceu (**when?**), onde aconteceu (**where?**), como aconteceu (**how?**), e quem se envolveu no que aconteceu (**who?**). (...) Essa fórmula de notícia também é chamada de “perguntas de Kipling”, em alusão ao seu introdutor. Entretanto, a sua origem mais remota pode ser encontrada no heptâmetro de Quintiliano, enunciado para disciplinar o **discurso: Quis? Quid? Ubi? Quibus auxiliis? Cur? Quomodo? Quando?** (Quem? Que coisa? Onde? Por que meios? Por quê? Como? Quando?) É de Quintiliano (no século I), reitor romano, a *Instituição Oratória* (*De Institutione Oratória*), tratado modelar de retórica (ao lado de *A Retórica*, de Aristóteles, e *De Oratore e Orator*, de Cícero), em que se definem as circunstâncias dessa arte: pessoa, fato, lugar, meios, motivos e modo. Cf.: BAHIA, Juarez. **Dicionário de Jornalismo século XX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015 - verbete.

**MIMEÓGRAFO:** De acordo com o Museu Tecnológico Coopermiti: Mimeógrafo é um instrumento utilizado para fazer cópias de papel escrito em média escala, utiliza na reprodução um tipo de papel chamado estêncil à álcool. (...) A utilização do equipamento dá-se da seguinte forma: posiciona-se a página a copiar (a matriz) sobre um pequeno cilindro poroso cheio de tinta, no cilindro, além da tinta está o papel estêncil, então girava-se uma manivela que o punha a rodar. A força centrífuga impelia a tinta através da matriz e esta imprimia diretamente o papel. O custo é extremamente baixo, mas a impressão muitas vezes é até ilegível, sendo o processo muito trabalhoso e desgastante (especialmente para quem gira a manivela...). O mimeógrafo continuou praticamente o mesmo até a década de oitenta, quando surgiram máquinas computadorizadas que, utilizando o mesmo princípio básico, mantiveram o custo extremamente baixo do estêncil, mas com grande melhora na qualidade da impressão. (...) O mimeógrafo teve larga utilização como meio barato de produção de cópias de textos, sobretudo em escolas. Essas máquinas tinham inicialmente a força motriz manual, depois aperfeiçoada para a eletricidade. Os textos eram preparados com a ajuda de uma máquina de escrever, numa matriz em papel, chamado estêncil, impermeável e que continha a tinta concentrada numa das faces. A máquina ou um instrumento pontiagudo (para os desenhos) faziam perfurações que permitiam a passagem da tinta e a consequente impressão no

papel. Esta tinta da matriz dissolvia-se em álcool, que era colocado num recipiente da máquina. Colocava-se a matriz num pequeno cilindro poroso cheio de tinta e girava-se uma manivela que o punha a rodar. A velocidade escalar tangenciando o cilindro impelia a tinta através da matriz, e esta imprimia diretamente no papel. Cf.: COOPERMITI, 2021.

**MOTOSSERRA:** Batista (2008) ao estudar a mecanização no corte de árvores na Amazônia nos anos de 1970, percebeu que o uso da Motosserra trouxe grande impacto para a atividade extrativa madeireira. A derrubada de árvores que antes demorava horas ou, até dias, passou a ser realizada em alguns minutos. Para a autora “o tempo médio para o corte de uma árvore foi de 14,85 minutos, sendo a limpeza para o corte o elemento que mais tempo consumiu. As interrupções ficaram apenas com 16,63% deste tempo e as mais frequentes foram as operacionais. A análise estatística mostrou que quanto maior for o diâmetro da árvore maior é o tempo de corte”. Cf.: BATISTA, 2008, p. 7.

**MULHERES SOFRIDAS, Maria das Dores e outras:** Maria das Dores: Significa “Virgem da Dores”, “pura que sofre por algo”, “virtuosa e mártir”. Maria das Dores é composto por dois nomes de étimos distintos. Originalmente ele foi utilizado na língua espanhola na forma Maria de Dolores, que é um dos títulos atribuídos à Virgem Maria. Maria das Dores: Significa “Virgem das Dores”, “pura que sofre por algo”, “virtuosa e mártir”. Maria das Dores é composto por dois nomes de étimos distintos. Originalmente ele foi utilizado na língua espanhola na forma Maria de Dolores, que é um dos títulos atribuídos à Virgem Maria. Maria é um nome muito popular e tem origem incerta. Estudiosos da onomástica apontam a possibilidade de ter surgido a partir do hebraico Maryáh, que quer dizer “pureza, virtude, virgindade”. Assim, o nome tem o sentido de “a pura”, “a virtuosa”, “a virgem”, que é o mais difundido. Dolores tem origem espanhola e significa literalmente “dores”. O nome carrega o sentido de “quem sofre por algo” ou “martirizada”. Cf.: Dicionário de Nomes Próprios. Maria das Dores. Acesso em 16 fev. 2020.

**MULHERES SOFRIDAS, Maria Lata D’água:** Lata d’água na cabeça / Lá vai Maria / Lá vai Maria. / Sob o morro e não se cansa / pela mão leva a criança / Lá vai Maria. // Maria, lava roupa lá no alto / lutando, pelo pão de cada dia / sonhando, com a vida do asfalto / que acaba, onde o morro

principia. (Luis Antônio - Jota Jr 1952). A letra da música foi escrita pelos compositores Luís Antonio e Jota Júnior, em 1952, mas reconhecida na voz da cantora Marlene, narra a história social de Maria Mercedes Chaves Roy. Nascida em Diamantina, em Minas Gerais, a menina, que chegou à capital fluminense aos 11 anos de idade, viveu nas ruas dos 13 aos 16 anos e foi prostituta até os 33. Ícone do Carnaval carioca, Maria sambou pela primeira vez com uma lata d'água na cabeça aos 18 anos. – “Saía dançando na avenida apenas nas pontas dos dedos. Ajoelhava e sentava no chão, esticava as pernas sentava nos pés, como uma bailarina, equilibrando a lata apenas com o pescoço. Não deixava cair nenhuma gota de água para fora!”. Foram ao todo 45 anos de desfiles na Avenida Marquês de Sapucaí por inúmeras escolas, entre elas Salgueiro, Portela, Estácio de Sá, Padre Miguel e Beija-Flor. Cf.: BRAGA, Ubiracy de Souza. **Maria Lata d'Água: Conversão & Nudez da Memória do Carnaval.** 2020.

**NEGRAS, Pessoas: Não há consenso na comunidade científica mundial sobre o que é ou o que torna uma pessoa negra. Existem vários tons e** fotótipos de pele humana. Para nosso estudo, na tentativa de uma uniformização, utilizaremos o sistema de classificação para a “pele de cor” estabelecido por Fitzpatrick que o criou com o intuito de definir como diferentes tipos de pele respondem à luz ultravioleta solar, através de queimaduras ou de bronzeamento. Fitzpatrick não focou sua pesquisa em raça, antes subdividiu sua escala, em seis níveis, indo de: pele extremamente branca, pele branca, pele morena clara, pele morena moderada, pele morena escura e pele negra. Assim, para instrumentação básica deste estudo, os descendentes de africanos em um contexto de hibridização, mestiçagem ou criouliização pela pigmentação da pele e/ou heteroidentificação serão consideradas pessoas negras. Cf.: FITZPATRICK T.B. **The validity and practicality of sun-reactive skin types I through VI.** Arch Dermatol. 1988; 124: 869-71. Disponível em <https://jamanetwork.com/journals/jamadermatology/article-abstract/549509>. Acesso em 14 jun. 2021.

**NEGRO DA GUINÉ:** De acordo com o *Dicionário do Brasil Colonial*, o termo “Negro da Guiné” é bastante elástico, abarcando diferentes porções da África ocidental. Até o século XVII, a palavra *guiné* era utilizada em alusão aos habitantes da costa ocidental africana. Os povos dessas localidades eram vistos pelos europeus como sendo “bárbaros” e “idólatras”, que viviam em “uma floresta hostil ocupada por monstros e às margens de um

Mar Tenebroso (Atlântico). Gomes Eanes de Zurara, em suas “Crônicas dos feitos da Guiné”, em 1446 escreveu que a Guiné correspondia à costa ocidental africana do atual Senegal, Reino do Benin, Cabo Verde, Costa da Mina, Congo e Angola. Nos arredores do castelo de São Jorge, atual cidade de Gana, na Costa da Mina, no século XVII, haviam oito reinos principais envolvidos com o tráfico de escravos: Iukassa, Ashante, Kommenda, Fetu, Asebu, Fante, Agona e Accra. Pierre Verger destaca quatro fases do tráfico em conexão com a origem dos escravos: 1) o ciclo da Guiné, durante a segunda metade do século XVI; 2) o ciclo de Angola e do Congo, no século XVII; 3) o ciclo da Costa da Mina, durante os três primeiros quartos do século XVIII; e, 4) o ciclo da baía de Benin, entre 1770 e 1850. Cf.: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

**NEGRO DA TERRA:** O *Dicionário do Brasil Colonial*, grafa o termo “Negro da Terra” como sendo uma expressão utilizada para indicar os índios escravizados. A recorrência da mão-de-obra indígena que inicialmente se dava através do escambo, trocando pau-brasil por artefatos europeus, com o início da colonização foi reestabelecida com a permuta de mercadorias por trabalho. Foram incentivadas as guerras entre tribos indígenas como forma de capturar escravos. Ainda que Tomé de Souza tenha estabelecido uma política de restrição ao cativo indígena, a escravidão não foi abolida. Todos aqueles que resistissem à colonização eram considerados inimigos, e, portanto, “bárbaros” contra quem deveria ser travada a *guerra justa*. Assim sendo, colonos poderiam capturar índios e torná-los legalmente cativos. Com a implementação das *plantations* de açúcar, algodão, fumo, café e de tantos outros produtos, os “negros da terra” se tornaram indispensáveis aos empreendimentos agrícolas de regiões periféricas à economia monocultora. Somente em 1757 a liberdade indígena foi legalmente assegurada, embora, de fato, não tenha conquistado esse status até os dias atuais – os subempregos, salários irrisórios recebidos, subtração de suas riquezas minerais e constantes invasões de suas terras comprovam a necessidade da almejada liberdade. Cf.: VAINFAS, 2000.

**NEGROS, Estudos de raças, classificações proto-raciais e:** É necessário ter cuidado para não incorrer em anacronismos ao tentar entender o período colonial. A análise não deve transpor conceitos radiológicos que somente a partir da década de 1870 ganharam força no Brasil. O preconceito es-

tá na diferenciação social existente no Brasil do século XVIII. Fenótipos e caracteres físicos marcavam as raças afirmando quais eram mais evoluídas ou mais atrasadas. Esse preconceito estava mais ligado ao defeito mecânico, ao sangue e a falta de nobreza dos indivíduos. As hierarquias sociais e as classificações proto-raciais específicas estavam presentes em leis e no estatuto de pureza de sangue – não no cientificismo ocorrido *a posteriori*. Cf.: MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva. In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 150.

**NOTA TÉCNICA:** é um documento elaborado por técnicos especializados em determinado assunto e difere do Parecer pela análise completa de todo o contexto, devendo conter histórico e fundamento legal, baseados em informações relevantes. É emitida quando identificada a necessidade de fundamentação formal ou informação específica da área responsável pela matéria e oferece alternativas para tomada de decisão.

**PAN-AMAZÔNIA:** A Pan-Amazônia compreende a região amazônica para além dos limites brasileiros, incluindo, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. A Pan-Amazônia pode ser dividida em quatro regiões: região do Caribe, Pacífico e Atlântico, ocupando uma superfície de quase 7 milhões de quilômetros quadrados. Cf.: RUMBELSPERGER, Antônio Carlos F. O Projeto Calha Norte e os países da área: políticas e estratégias para a atuação do Brasil. In: **Revista da Escola Superior de Guerra**; Edição monografias. Ano X, Nº. 28. Rio de Janeiro, ESG, 1994.

**PARÓQUIA: Definição de Paróquia. 2179.** “A paróquia é uma certa comunidade de fiéis, constituída estavelmente na Igreja particular, cuja cura pastoral, sob a autoridade do bispo diocesano, está confiada ao pároco, como a seu pastor próprio» (99). É o lugar onde todos os fiéis podem reunir-se para a celebração dominical da Eucaristia. A paróquia inicia o povo cristão na expressão ordinária da vida litúrgica e reúne-o nesta celebração; ensina a doutrina salvífica de Cristo; e pratica a caridade do Senhor em obras boas e fraternas”. In: **CATECISMO da Igreja Católica**. Vaticano: 1992. Não paginado. Disponível em <<http://www.vatican.va/archive/>



catechism\_po/index\_new/p3s2cap1\_2083-2195\_po.html>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

**PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND):** Com a aprovação do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – PND –, em 1971, com abrangência de 1972 a 1974, durante o governo Médici, foi produzida uma série de investimentos nos setores siderúrgico, petroquímico, transportes e energia, foi criado o Mobral, iniciaram-se grandes obras como a ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica; era um tempo de entusiasmo e euforia no chamado período do “milagre brasileiro”. Houve o aumento da produção industrial, crescimento das exportações e acentuada utilização de capitais externos. Mas nem tudo foi bonança, com a crise do petróleo de 1973, a conjuntura favorável desapareceu, a inflação cresceu e também a dívida externa. O governo montou um amplo esquema de controle autoritário da sociedade e adotou uma rígida política de arrocho salarial. Cf.: LIMA, R. B. **Sobre Terras e Gentes:** o terceiro eixo ocupacional de Rio Branco. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2020, p. 49.

**POEMA:** O poema é a composição em que a poesia se realiza na sua plenitude porque possui o mesmo caráter complexo e individual da linguagem. O poema é “uma totalidade encerrada dentro de si mesma – é uma frase ou um conjunto de frases que formam um todo” (PAZ, 1982, p. 65). Assim, a linguagem do poema está nele e só nele se revela. Como afirma Paz (1982), o poema não é apenas a forma literária, mas o lugar de encontro entre a poesia e o homem. Nesse encontro, nos vemos, nos recriamos, nos revelamos, numa revelação de sentimentos e idealizações e numa expressão de cognoscibilidade ao nos expressarmos por associações imagéticas num universo de imaginabilidade cujo limite é infinitizar-se. Cf.: TAVARES, Diva Sueli Silva. **Da leitura da poesia a poesia da leitura:** a contribuição da poesia para o Ensino Médio. 2007. 300 f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN. 2007.

**POESIA:** A poesia é uma das modalidades de escrita mais antigas. A poesia é um enigma que precisa ser desvendado. A poesia é uma linguagem particular na qual o poeta, com as palavras, procura sem cessar dar um sentido novo ao já conhecido. Poesia é a revelação que o homem tem de si mesmo e a revelação de sua condição original (Paz, 1982). Poesia é sín-

tese, é linguagem condensada que precisa ser apreendida. É um texto em que o significante não existe meramente a serviço do significado, mas em que significante e significado funcionam juntos (Saussure, 1969). Poesia é tudo que nos cerca e que nos emociona quando tocamos, cheiramos, ouvimos ou provamos. A poesia é essencialmente a arte da palavra, é uma forma particular de conhecimento da realidade, uma maneira diferente de ver o real. Cf.: TAVARES, 2007.

**POLÍTICA:** A palavra política não pode ser entendida separada da ideia de “poder”. O poder, por sua vez, às vezes é confundido com o Estado, instituição normatizadora da vida em sociedade. Entretanto, o poder não é unicamente do Estado, pois está disseminado por toda a sociedade. E também a atividade política não se dá exclusivamente no Estado. Partindo dessas considerações, para definirmos a política vamos primeiro observar o que as ciências sociais e humanas entendem por poder. Os teóricos definem o poder como uma relação. (...) Poder também não é somente repressão. É tanto repressão quanto persuasão e busca de legitimidade. A força, já havia notado Rousseau, não faz o direito. Nenhum governo, dizia ele, que se baseie unicamente na força subsiste por muito tempo se não fizer dessa força um direito, ou seja, se não a legitimar perante os indivíduos sobre os quais ela se exerce. O Estado usa frequentemente a força na forma da repressão policial, das Forças Armadas etc., mas usa também o discurso, para justificar seus atos como a síntese dos anseios de todos os grupos sociais que o compõem. Um exemplo do emprego duplo de repressão e discurso de persuasão pelo Estado pode ser visto no nazismo, que tanto usou mecanismos de repressão como sofisticados meios de propaganda ideológica para convencer as massas a aderirem ao Estado forte. (...) O termo política, por sua vez, foi cunhado na atividade social desenvolvida pelos homens adultos da polis grega. Toda a vida social grega estava assentada na atividade política. (...) Hoje, o caráter mais evidente do conceito atual de política diz respeito, por um lado, à gestão dos negócios públicos e, por outro, às ações da sociedade civil a fim de ter suas reivindicações atendidas. (...) Nos dias atuais, política pode ser uma ação organizada para atingir demandas sociais (educação, saúde, segurança, condições de trabalho etc.). (...) A política carrega, desde suas primeiras formulações, tanto o sentido nobre da luta pelo bem comum, do trabalho por organizar a comunidade, quanto o sentido negativo de lutas mesquinhas, conspirações, corrupção, forças subterrâneas, conchavos. Um sentido apela para o ideal, o outro, para

a prática real. Seja como for, em um momento em que predomina um relativismo exacerbado, e o discurso do “fim das ideologias”, faz-se cada vez mais necessário repensarmos o sentido do político, do trabalho pelo bem-estar social, por valores nobres, buscando revitalizar uma cultura política que sinalize formas mais humanas de relações sociais. Cf.: SILVA, 2017.

**POVO:** O Conceito de povo desenvolvido por Cecília Peruzzo, denomina todo segmento populacional que, unido, reivindica algo em seu benefício, lutando por melhores condições de vida. Nesse contexto estão incluídos os movimentos sociais populares, as classes trabalhadoras os excluídos economicamente do sistema de hegemonia capitalista, os marginalizados, os silenciados e todos os outros agrupamentos sociais que constituem no processo de lutas por direitos de cidadania. Cf.: PERUZZO, 2008b.

**REGATÃO:** Pequeno comércio em que se vende de tudo numa barca, batelão, que é ao mesmo tempo casa, armazém e escritório, subindo e descendo os rios amazônicos. O regatão adquire os produtos bem mais baratos nas cidades e vende aos seringueiros e ribeirinhos a preços exorbitantes e adquire os produtos regionais. Vendedor que percorre os rios de barco, batelão, parando de lugar em lugar. Que regata, ou que regateia; regateador. Aquele que compra em grosso para vender a retalho. Cf.: RANZI, 2017.

**RELATÓRIO FIGUEIREDO:** Após ficar desaparecido por 45 anos, o Relatório Figueiredo foi encontrado, em 2013, pelo pesquisador Marcelo Zelic no Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Pensava-se que o documento de 7 mil páginas havia sido perdido em um incêndio no Ministério da Agricultura em 1968.

**RELIGIÃO, Boas Novas na:** As boas novas de salvação do pecado e da opressão são apresentadas em dois blocos: um refere-se ao ato de fé em se dispor a ir até onde o povo está; o outro refere-se ao ato de fé de receber as boas novas para transformar consciências e o meio em que vivem.

**RELIGIÃO, Definição de Pecado na:** Definição de pecado. 1849. O pecado é uma falta contra a razão, a verdade, a recta consciência. É uma falha contra o verdadeiro amor para com Deus e para com o próximo, por causa dum apego perverso a certos bens. Fere a natureza do homem e atenta contra a solidariedade humana. Cf.: CATECISMO, 1992.

**RELIGIÃO, Definição de Pobres na:** “Para Jesus, pobres não são apenas os economicamente pobres, mas todos os que sofrem alguma opressão, como as prostitutas e os doentes crônicos, os que não podem defender-se por si mesmos, os desesperançados, os que acham que não têm mais salvação. Todos esses devem sentir Deus como Pai bondoso e Mãe misericordiosa que perdoa a culpa e convida para a comunhão com Ele”. BOFF, 2012, p. 119.

**RELIGIÃO, Ecologia na:** Ecologia é a ciência que estuda a casa de todos os seres vivos e não vivos – o planeta. De acordo com Reimer, a ecologia é proveniente dos termos gregos *Oikos* (casa) e *Logos* (estudo), referindo-se à casa como espaço comum de vida. Há um diálogo dessa ciência com outros saberes e percepções obtendo outros resultados como: ecologia mental, ecologia social, ecologia ambiental, ecoteologia e outros. Cf.: REIMER, Haroldo. Bíblia e ecologia. São Paulo: Reflexão, 2010, p. 15.

**RELIGIÃO, Ecoteologia na:** Murad acrescenta que “[...] o núcleo da ecoteologia seria a compreensão unificada da complexa experiência salvífica (criação, história, encarnação, redenção e consumação) em processo de realização, incluindo necessariamente a ecoesfera, a comunidade biótica, todos os seres. [...] Critica-se assim a visão moderna que “desencantou” todos os seres. Rejeita-se a perspectiva depredadora do mercado, que considera as comunidades de vida (seres abióticos e bióticos) como meros “recursos” a serem apropriados pelos “donos da Terra”, visando produção, consumo e descarte. Revaloriza-se a comunhão com o ecossistema e redescobre-se sua dimensão sacramental. Cf.: MURAD, 2009, p. 288.

**RELIGIÃO, Epifania na:** Do grego *epiphainein*, ‘manifestar’; raiz em *phainein*, “mostrar, fazer aparecer”. A epifania é um instrumento de revelação, que suspende o devir e se destaca dele. O momento, ainda que efêmero, é registado – *prende* a atenção – e dessa forma prolonga o seu significado, permeia o resto do texto fornece nós privilegiados de significado ao leitor. O vocábulo epifania surge na teologia, contudo o conceito do termo emigra para o literário, para o profano e outras epifanias vão surgindo, como: o roubo, o êxtase diante de pessoas e coisas. O termo epifania é trabalhado por muitos críticos e estudiosos, só que eles utilizam outros sinônimos como: quidditas (São Tomás de Aquino), alumbramento (Manuel Bandeira e Davi Arrigucci), instante (instante-já de Clarice Lispector), um

instante e jamais e a consagração do instante (de Octavio Paz) e a sacralização do instante (de Davi Arrigucci) e ainda bliss (de Gisela Campos). Cf.: PAULA, Maria do Carmo Lara de. O percurso da epifania na poética de Adélia Prado. In: **Revista Em Tese**. Belo Horizonte, v. 8, dez. 2004, p. 154-155.

**RELIGIÃO, Mandato Cultural na:** A sustentação do argumento criativo quanto ao mandato cultural dado aos homens implica diretamente controle sobre a terra. No capítulo primeiro do livro de Gênesis se tem a mais fantástica narrativa de todos os tempos. A crença em um Deus criador implica em responsabilidade humana para com esta criação. E, estas responsabilidades estão explicitadas especialmente nos relatos de Gênesis 1. 26-30 e 2. 15-20. Deus deu ao homem domínio sobre a terra. O homem foi colocado sobre a terra para exercer domínio e controle sobre todas as formas de vida! No texto não há menção de que o homem tem o domínio sobre a Natureza, no sentido de que a ele foram entregues as águas, as terras e a atmosfera, contudo, ao homem foi dado, tão somente, o domínio sobre a vida, permanecendo a Natureza, diretamente ligada ao Criador, enquanto base de apoio da vida. Cf.: LIMA, 2010, p. 35 e 36.

**RELIGIÃO, O Ecozóico na:** Ecozóico é um termo cunhado pelo astrofísico Brian Swimme que significa “colocar o ecológico como a realidade central a partir da qual se organizam as demais atividades humanas, principalmente a econômica, de sorte que se preserve o capital natural e se atenda às necessidades de toda a comunidade vida presente e futura. A premissa central do Ecozóico é entender o universo enquanto conjunto das redes de relações de todos com todos, sendo que seu objetivo imediato não é simplesmente o de diminuir a devastação em curso, mas a de alterar o estado de consciência responsável por essa devastação. “Positivamente, o que a era ecozóica visa, no fim das contas, é alinhar as atividades humanas com as outras forças operantes em todo o Planeta e no Universo, para que um equilíbrio criativo seja alcançado e assim podermos garantir um futuro comum. Isso implica outro modo de imaginar, de produzir, de consumir e de dar significado à nossa passagem por este mundo. Esse significado não nos vem da economia, mas do sentimento do sagrado face ao mistério do universo e de nossa própria existência. Isto é a espiritualidade”. Cf.: BOFF, Leonardo, 2011.

**RELIGIÃO, Teologia Ecológica da Libertação na:** O teólogo brasileiro Leonardo Boff é reconhecido pela amplitude de sua teologia: já escreveu sobre temas como antropologia teológica, eclesiologia, mística, cristologia, ética, trindade e ecoteologia, formulando indagações e respostas a partir do contexto em que estava inserido. Leonardo Boff é o pioneiro, no Brasil, sobre o tema da ecoteologia, tendo escrito seu primeiro texto sobre o tema em 1975, ao estudar “A não-modernidade de São Francisco de Assis: atualidade do modo de ser de São Francisco face ao problema ecológico”. Suas primeiras obras sobre o tema de ecologia na teologia somente foram desenvolvidas a partir da década de 1980, com destaque na década de 1990. Na América Latina, dois autores já haviam inserido a ecologia em suas reflexões teológicas: Pedro Trigo, em sua “Criação e História” analisa a criação em uma perspectiva teológico-histórica; e, Juan Luis Segundo, em “O homem de hoje diante de Jesus de Nazaré” fala de uma ecologia humana e social. Cf.: BOFF, 1975. SEGUNDO, 1985. TRIGO, 1988.

**RELIGIOSAS, Forças:** Toda sociedade humana ao longo da história parece ter possuído religião. A palavra religião vem de religio, termo latino que originalmente se referia a qualquer conjunto de regras e interdições. Religião, pois, é uma categoria de análise histórica e social que pode ser definida como um conjunto de crenças, preceitos e valores que compõem artigo de fé de determinado grupo em um contexto histórico e cultural específico, lembrando que a religião é sempre coletiva. (...) Esses conjuntos de crenças que se apresentam como religiões podem assumir diferentes aspectos conforme a cultura que os constrói. (...) Para o historiador, o respeito à liberdade de crenças, ainda que seja o respeito ao direito de não possuir nenhuma religião, é fundamental, e o professor precisa sempre ter esses preceitos em mente ao discutir temas correlatos. Cf.: SILVA, 2017.

**SAGRADO, Espaço:** O espaço sagrado é uma contraposição do espaço de onde se vê o profano. A relação entre os dois é fundamental para que ambos sobrevivam e subsistam em suas relações interdependentes e necessárias. O espaço sagrado consagrou-se pela transfiguração singular, obtida como consequência ao isolamento do espaço profano. Por ser um lugar desvinculado da profanação mundana, ao mesmo tempo em que se aproxima da abóbada celeste, fundamenta-se nesse local uma série de atos religiosos e sistemas ritualísticos, para onde se dirige o homem crédulo necessitado de uma salvação pessoal. Cf.: LIMA, 2010, p.45.

**SINDICATOS ACREANOS, Ação Católica e embrionário dos:** A ação da Igreja Católica se fez presente, embora de forma tímida, desde 1963 com a organização do movimento sindical dos trabalhadores no Acre. A orientação do Bispo Dom Giocondo Maria Grotti não foi apenas a tradicional evangelização, desobrigas no interior dos seringais e às obras assistenciais. A Igreja se inseriu nos movimentos sociais e, ainda em 1965, auxiliou na criação da Associação dos Pedreiros e Auxiliares de Pedreiros que mais tarde, se tornou Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Rio Branco. Também em 1968, por iniciativa da Igreja, foi criado o Grupo de Elevação Social e Cultural do Acre - GESCA, que constituiu um polo de atração dos jovens com preocupações sociais.

**SINDICATOS NO ACRE:** Em 20 de setembro de 1975 foi fundado o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira; em 21 de dezembro de 1975 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília; em 23 de maio de 1976 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Branco; em 11 de setembro foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul; e, em 09 de abril de 1977 foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Cf.: PAULA; SILVA, 2005, p. 03.

**SINDICATOS, Assassinatos de Líderes de (Chico Mendes):** Francisco Alves Mendes Filho, Chico Mendes, nasceu em Xapuri em 15 de dezembro de 1944. Foi um seringueiro que iniciou sua carreira como secretário geral do recém-fundado. Tornou-se um dos mais expressivos ativistas do ambientalismo brasileiro, lutando pela preservação da Amazônia – o que o tornou conhecido internacionalmente e, também, foi a causa de seu assassinato. Chico Mendes foi eleito vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro, de 1977 a 1982. Tentou a aproximação do Poder Legislativo Municipal com o movimento social - não conseguiu. Foi ameaçado de cassação de mandato por discutir os problemas fundiários do município com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Na última sessão ordinária do ano, realizada em 30 de novembro de 1979, Chico Mendes já havia renunciado ao cargo de Presidente da Câmara dos Vereadores de Xapuri por “pressões externas”, mesmo assim teve seu mandato cassado. Chico Mendes ajudou na fundação do Partido dos Trabalhadores. Tornou-se presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. Foi assassinado em sua residência, na cidade de Xapuri, em 22 de dezembro de 1988.

**SINDICATOS, Assassinatos de Líderes de (Gringo):** Raimundo Ferreira Lima – “Gringo”. Lavrador e líder sindicalista, era membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), destacou-se por seu trabalho a favor dos trabalhadores rurais e posseiros em Itaipavas, zona rural do município de Conceição do Araguaia, no Pará, região marcada por conflitos de terra envolvendo lavradores, grileiros, fazendeiros e peões. Foi assassinado na cidade de Araguaína, hoje pertencente ao estado de Tocantins, em 29 de maio de 1980. A polícia de Araguaína somente abriu inquérito para apurar o crime dois dias após o ocorrido, assim mesmo porque foi pressionada pela CPT. O próprio delegado local chegou a declarar, posteriormente, ao advogado da CPT, Paulo Fontelles, que a morte de Raimundo Ferreira Lima era esperada, pois ele era “um agitador”. Raimundo, natural de Marabá, nasceu em 1937, estudou por conta própria e chegou a tomar aulas de prática veterinária com um médico, também na cidade natal. Era casado com Maria Oneide e tinha 43 anos quando foi morto. Ainda jovem, viveu sua primeira experiência de despejo na época em que morava com a família de sua mulher em Itaipavas, fato que o levou a se engajar em lutas coletivas pela terra. O crime cometido contra Raimundo Ferreira Lima permanece impune e sem julgamento, assim como tantos outros cometidos nesse período na região. Cf.: FONTENELES FILHO, 2014. CAMARGO, 2008.

**SINDICATOS, Assassinatos de líderes de (Wilson Pinheiro):** Em 1979, Wilson Pinheiro liderou um mutirão contra a jagunçada que juntou centenas de trabalhadores contra capangas armados que ameaçavam os posseiros da região amazônica. Além de defender suas propriedades, eles conseguiram tomar mais de 20 rifles automáticos das mãos dos jagunços e os entregaram na sede do Exército, em Rio Branco (Acre). Os latifundiários e jagunços fizeram várias ameaças de morte que se concretizaram meses depois. O presidente do segundo Sindicato de trabalhadores rurais do Acre foi assassinado traiçoeiramente, sendo atingido com três tiros pelas costas, quando estava na Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília. As autoridades apresentaram vários possíveis atiradores, mas não identificou os mandantes do crime ocorrido no dia 21 de julho de 1980.

**SINDICATOS, Assassinatos de Líderes de:** Desses sindicatos formados pode-se dizer a princípio, que o presidente do Sindicato de Sena morreu misteriosamente afogado; Wilson Pinheiro, do Sindicato de Brasília



e Chico Mendes do Sindicato de Xapuri, foram assassinados. Cf.: LIMA, 2020, p. 62.

**SLAVE VOYAGES:** é o Banco de Dados do Tráfico de Escravos Transatlântico, abrange quase 35.000 expedições negreiras ocorridas entre 1514 e 1866. Foram encontrados registros dessas viagens em arquivos e bibliotecas de todo o mundo atlântico. Eles fornecem informações sobre embarcações, povos escravizados, traficantes e proprietários de escravos, e rotas de comércio. Cf.: <https://www.slavevoyages.org>.

**SULFITE, Papel:** Sulfite, também chamado de apergaminhado, Off-Set ou papel ofício, é o tipo de papel branco comum, utilizado em impressoras e fotocopiadoras. Com a medida de 210mm de largura por 350mm de altura também chamado de Legal. Seu nome é dado por causa da adição do sulfito de sódio na sua fabricação. Cf.: RECORD PAPELARIA, 2012.

**TAPIRI:** Casa rústica de seringueiro, feita de paxiúba e coberta com folhas de palmeira. Cabana, rancho em que se abrigavam trabalhadores braçais na época de derrubada da mata para preparar campos para pastagens e roçados. Usa-se: “Vamos para o meu tapiri”, ou seja, para minha casa. Habitação precária e rústica, casebre, choça, choupana, barraca. Cf.: RANZI, 2017.

**TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA AMAZÔNIA, Cursos de:** Esses cursos tinham duração média de cinco semanas, podendo variar para mais, para menos ou serem realizados em módulos. Os cursos eram compostos por um “ciclo básico” e outros dois “de aprofundamento”. Sua composição era de: 1) “Introdução à Sagrada Escritura”, em que se estudava “como se formou o povo de Deus e os momentos principais da vida do povo hebreu”; 2) “Análise da Realidade” em que se estudava “o crescimento do Capitalismo” e como ele “gera pobreza e miséria para o povo”; 3) “Método de Teologia”, onde se ensinava “o que é teologia e como fazê-la acertadamente”; 4) “História da Filosofia”, em que era abordada a “história do desenvolvimento (evolução) e pensamento humano em busca da verdade”; e, 5) “Religião Popular”, em que se fazia uma reflexão, com base na teologia da libertação, sobre “os acertos e desvios litúrgicos da vida da Igreja”. Cf.: *Boletim Nós, Irmãos*, 1978, nº 07, p. 5. e *Boletim Nós, Irmãos*, 1985, nº 02, p.16.

**TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, Coleção de Publicações da:** *Teologia e Libertação* foi publicada no Brasil pelas editoras Vozes e Petrópolis, e em espanhol pelas editoras Paulinas e Madrid, sob o título *Teología y Liberación*. O conselho editorial era composto por Leonardo Boff, Sergio Torres, Gustavo Gutiérrez, Joseph Comblin, Enrique Dussel, José Óscar Beozzo, Pedro Trigo, Ivone Gebara, Jon Sobrinho, Juan Luis Segundo. A coleção portuguesa publicou cerca de vinte volumes; a edição espanhola, uma quinzena; alguns volumes também foram traduzidos para o francês. Cf.: CHEZA, Maurice; MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis; SAUVAGE Pierre (sous la direction de). **Dictionnaire historique de la théologie de la libération**. Bruxelles / Paris: Lessius Éditions jésuites, 2017, p. 448.

**TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, Jesus Cristo Libertador na:** Jesus Cristo Libertador. A ancoragem epistemológica presente no conceito é a de um libertador para os pobres em situação de opressão. Após o Conselho da América Latina (1968), essa foi a lógica representativa desenvolvida e apresentada aos pobres. Nessa vertente da cristologia latino-americana a circularidade traçada evoca o “Cristo da fé” que leva a conhecer o “Cristo dos Evangelhos, apresentado como o “Jesus da história” que esteve ao lado dos pobres. Este, por sua vez, é apresentado como o “Cristo ortopraxo”, aquele que liberta das dores e corrige as deformidades do corpo.

**TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, Leitura Popular da Bíblia na:** Por mais que tenha havido um esforço de leitura popular da Bíblia, principalmente com as classes trabalhadoras, não logrou êxito em que a Bíblia fosse de fato lida, antes, pequenos folhetos, panfletos, homilias, boletins e jornais citavam trechos isolados que, raramente, eram acompanhados pela leitura na própria Bíblia. As expressões de religião popular que não foram suficientemente valorizados pela hierarquia eclesial, teologia ou os trabalhos de pastoral reapareceram dentro da igreja através das Comunidades Eclesiais de Base e da Renovação Carismática e, fora da igreja, através do pentecostalismo.

**TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, Povo de Deus na:** De acordo com a *Gaudium et Spes*, não é possível viver a fé cristã e seguir a Cristo sem se preocupar com a dignidade da pessoa humana. Consta em João 10,10b que Jesus veio para que seus seguidores tenham vida em abundância. Assim sendo, é necessário possibilitar que cada homem e cada mulher tenham vi-

da e vida em abundância. Ao tratar do respeito a pessoa humana, consta no 27b: “Sobretudo em nossos dias, urge a obrigação de nos tornarmos o próximo de todo e qualquer homem, e de o servir efetivamente quando vem ao nosso encontro - quer seja o ancião, abandonado de todos, ou o operário estrangeiro injustamente desprezado, ou o exilado, ou o filho duma união ilegítima que sofre injustamente por causa dum pecado que não cometeu, ou o indigente que interpela a nossa consciência, recordando a palavra do Senhor: «todas as vezes que o fizestes a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes» (Mt. 25,40). Cf.: CONCÍLIO VATICANO II, 2000.

**TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, Teologia do Laicato na (Documentos):** Sínodo dos Leigos: Exortação Pós-Sinodal *Christifidelis Laici*, sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, 1988. CNBB - Documento 62: A missão e ministérios de cristãos leigos e leigas, 1999. CNBB - Documento 105: Os cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade: sal da terra e luz do mundo, 2016. Papa Francisco: Carta ao Presidente da Comissão para a América Latina, Cardeal Marc Ouellet, 2016. Além desses, foram produzidos outros documentos tendo como base: a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, capítulo IV: Os Leigos; Documento de Medellín (1968); Documento de Puebla (1979); Documento de Santo Domingo (1992); Documento de Aparecida (2007); Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, 2013, Papa Francisco; Discurso do Papa Francisco ao Pontifício Conselho para os Leigos (2016); Exortação Apostólica Pós-Sinodal: - *Ecclesia in Africa* - Igreja na África (1995); - *Ecclesia in America* - Igreja na América (1999); - *Ecclesia in Oceania* - Igreja na Oceania (2001); - *Ecclesia in Europa* - Igreja na Europa (2003). Além dos documentos supracitados também foram construídos outros, posteriormente como: Secretariado Nacional do Apostolado Leigo; Conselhos Regionais e Diocesanos; Documento 62 da CNBB (1999); aprovação do Conselho Nacional do Laicato no Brasil como Associação Pública de Fiéis (2004). As Assembleias da CNBB com enfoque na questão do laicato (CNBB, Documento 4; Documento 28; Documento 62). O tema central da 56ª Assembleia Geral da CNBB foi o laicato com a aprovação do Documento 105: Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade: sal da terra e luz do mundo e aprovação do Ano do Laicato em 2018.

**TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, Teologia do Laicato na:** Nas décadas de 1940 e 1950 a “teologia do laicato” começou a ser desenvolvida, tendo

seu auge nos anos de 1960. Dentre os documentos pré-conciliares escritos, vale destacar a *Sacrosanctum Concilium*, de 1963, que, ao tratar da liturgia, conclui que não se pode falar de espiritualidade, inclusive laical, sem falar de liturgia e de vida cotidiana. Cf.: CONCÍLIO VATICANO II, 1963.

**TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO:** A Teologia da Libertação (TdL) é um modo de fazer teologia que surgiu e se firmou na segunda metade do século XX, e que consiste basicamente na operação do princípio heurístico e hermenêutico da “libertação” atuante na história e na cultura, princípio central na inspiração evangélica, que transcende os espaços eclesiais e religiosos. Pode ser considerada também uma forma de teologia da história, da cultura, da política, mas com um lugar e com características próprias. Tornou-se uma teologia pública e até mesmo uma bandeira de lutas de movimentos sociais. Por este seu caráter “profético”, levanta frequentemente conflitos, tanto em âmbito eclesial como em âmbito econômico e político. Já foi declarada “morta”, mas emerge sempre de novo em novas formas: ecológica, feminista, índia, afro, asiática, de “latinos” e migrantes, gay ou queer, teologias “contextuais”, etc. Seu caráter histórico a obriga coerentemente a se superar e enfrentar novas etapas e recomposições. Podemos dizer, portanto, que a Teologia da Libertação se tornou a primeira teologia verdadeiramente planetária, e não mais eurocêntrica, uma teologia em rede, ecumênica desde o seu nascimento e aberta hoje ao diálogo com outras tradições religiosas no horizonte do pluralismo religioso. Onde há lutas pela libertação e humanização, há uma leitura possível da Teologia da Libertação, inclusive no contexto da crise do planeta, dos atuais sistemas de vida e da civilização humana. Cf.: SUSIN, Luiz Carlos. **Teologia da Libertação**. Verbete. Disponível em <http://latinoamericana.wiki.br/@@verbetes>. Acesso em 27 out. 2021. SUSIN, Luiz. Brésil. In: CHEZA, Maurice; MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis; SAUVAGE Pierre (sous la direction de). **Dictionnaire historique de la théologie de la libération**. Bruxelles / Paris: Lessius *Éditions* jésuites, 2017, p. 105.

**TEOLOGIA DO GENITIVO:** Teologias do genitivo são as também chamadas de setoriais, em cujo âmbito, objeto ou setor da realidade se aplica a reflexão teológica, proporcionando maior dinamicidade para a teologia concomitantemente a apresentação de limites do abstracionismo de boa parte da teologia neoescolástica. Cf.: LUNEN-CHENU, M. T.; GIBELLINI, R. **Mulher e teologia**. São Paulo: Loyola, 1992, p. 77.

**TERRAS, Arame Farpado e Cercamento das:** As cercas de arame farpado eram muito utilizadas na Amazônia Sul-Occidental durante os anos de 1970 e 1980 para demarcar as sedes das fazendas e as áreas litigadas. Essas cercas eram colocadas pelos grandes proprietários de terras para demarcar e para impedir a passagem dos posseiros. A terra se tornou um direito excludente, acumulativo, individual e sagrado, nas palavras de Marés: “tão geral e pleno que continha o direito de não usar e de não produzir”. Cf.: MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. Porto Alegre: PENNA - Composição e Arte, 2003, p. 12.

**TERRAS, Propriedade de:** O conceito católico de “Propriedade” tem suas raízes remontadas na filosofia jurídica de Tomás de Aquino até suas atualizações expostas nas encíclicas publicadas no século XX. A Igreja Católica defendeu e defende através de seu Magistério, a propriedade particular e pessoal como um direito natural do homem, estando esse direito subordinado à função social. A Doutrina Social da Igreja, meio pelo qual a Igreja orienta a ação social de seus membros, tem como um de seus pilares a chamada “questão social” que foi discutida na Encíclica *Rerum Novarum*, de 1891, onde o papa Leão XIII teceu duras críticas tanto ao capitalismo quanto ao socialismo pelas condições de trabalho dispensadas aos operários. A este por concentrar ainda mais as propriedades nas mãos do Estado e a aquele por possibilitar a acumulação desenfreada de propriedade e de capital, legando a maior parte dos homens a uma servidão assalariada. Para Leão XIII “a propriedade particular e pessoal é para o homem, de direito natural” e “à medida que aplicava trabalho sobre as coisas o homem adquiria o direito de possuí-las”. Essa encíclica foi reconhecida pela Igreja em diversos documentos e em encíclicas como a *Quadragesimo anno*, de Pio XI, e a *Centesimus annus*, de João Paulo II. No caso da terra a lógica é a mesma. A defesa de Leão XIII pode parecer um reflexo da teoria de John Locke, constante em seu “A origem do Capitalismo”, contudo, uma análise mais acurada do documento papal torna perceptível que as raízes dos argumentos expostos se encontram na Suma Teológica, de Tomás de Aquino. Cf.: LEÃO XIII. Carta Encíclica *Rerum novarum*. São Paulo: Paulinas, 2009 [1891], 5 e 6. AQUINO, São Tomás. Suma Teológica. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Livraria Sulina Editora; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980. v. II-VI. LOCKE, J. Ensaio acerca do entendimento humano. São Paulo: Nova Cultural, 1999. LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo:

Martins Claret, (1998); 2002. PIO XI. Carta Encíclica *Quadragesimo anno*. São Paulo: Paulinas, 2009 [1931]. JOÃO PAULO II, Papa. Carta Encíclica *Centesimus annus*. São Paulo: Loyola, 1991.

**TRABALHADORES, Agente Comunitário de Saúde e:** Oficialmente implantado pelo Ministério da Saúde em 1991, o então Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) teve início no fim da década de 80 como uma iniciativa de algumas áreas do Nordeste (e outros lugares, como o Distrito Federal e São Paulo) em buscar alternativas para melhorar as condições de saúde de suas comunidades. Era uma nova categoria de trabalhadores, formada pela e para a própria comunidade, atuando e fazendo parte da saúde prestada nas localidades. Cf.: BRASIL. *Estratégia Saúde da Família*. In: BRASIL. **Ministério da Saúde**. Disponível em <https://aps.saude.gov.br/ape/esf/esf/composicao>. Acesso em 28 de out. 2022.

**TRABALHO:** Em sua definição mais comum, trabalho é toda ação de transformação da matéria natural em cultura, ou seja, toda transformação executada por ação humana. Mas o trabalho tem significados diferentes de acordo com a cultura que o vivencia e, em muitos casos, o que é considerado trabalho em uma não é na outra. (...) A sociedade contemporânea entende o trabalho como uma categoria única, um tipo unificado de conduta: é uma atividade regulamentada que visa a produzir valores úteis ao grupo. A sociedade de mercado, em que todos os valores úteis são os criados para o mercado, unifica a percepção de todas as tarefas produtivas como trabalho. Todos entendem suas atividades particulares nessa categoria geral. (...) Estudos sociológicos têm dado cada vez mais ênfase à chamada jornada dupla de trabalho das mulheres nas grandes sociedades pós-industriais. Nela, a mulher, além de possuir um emprego fora de casa, deve também arcar com as tarefas domésticas, o que não é considerado trabalho por sociedades como a brasileira. Podemos ver o conceito de trabalho em nossa sociedade na definição do IBGE, para quem trabalho são todas as ocupações remuneradas em dinheiro, mercadoria ou benefício, desenvolvidas na produção de bens e serviços, assim como qualquer ocupação remunerada no serviço doméstico e qualquer ocupação não remunerada na produção de bens e serviços desenvolvidas em pelo menos uma hora por semana. Cf.: SILVA, 2017.

**VIOLÊNCIA:** A violência é um fenômeno social presente no cotidiano de todas as sociedades sob várias formas. Em geral, ao nos referirmos à vio-

lência, estamos falando da agressão física. Mas violência é uma categoria com amplos significados. Hoje, esse termo denota, além da agressão física, diversos tipos de imposição sobre a vida civil, como a repressão política, familiar ou de gênero, ou a censura da fala e do pensamento de determinados indivíduos e, ainda, o desgaste causado pelas condições de trabalho e condições econômicas. Dessa forma, podemos definir violência como qualquer relação de força que um indivíduo impõe a outro. Consideremos o surgimento das desigualdades econômicas na história: a vida em sociedade sempre foi violenta porque, para sobreviver em ambientes hostis, o ser humano precisou produzir violência em escala inédita no reino animal. Por outro lado, nas sociedades complexas, a violência deixou de ser uma ferramenta de sobrevivência e passou a ser um instrumento da organização da vida comunitária. Ou seja, foi usada para criar uma desigualdade social sem a qual, acreditam alguns teóricos, a sociedade não se desenvolveria nem se complexificaria. Essa desigualdade social é o fenômeno em que alguns indivíduos ou grupos desfrutam de bens ou valores exclusivos e negados à maioria da população de sua sociedade. Cf.: SILVA, 2017.





## REFERÊNCIAS

---



## **OBRAS DE REFERÊNCIAS BÁSICAS**

ALVES, A. Meios de Comunicação Social. In: **Enciclopédia Luso-Brasileira da Sociedade e do Estado**. Edição Século XXI. Volume I. Lisboa-Rio de Janeiro: Verbo, 1983.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BAHIA, Juarez. **Jornalismo, informação, comunicação**. São Paulo: Martins, 1971.

BAHIA, Juarez. **Dicionário de Jornalismo século XX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, [1977] 2016.

BARROS, José D' Assunção. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BASÍLIO, Sandra Teresa Cadiolli. **A luta pela terra e a igreja católica nos Vales do Acre e Purus (1970-1980)**. Rio Branco: Edufac, 2019.

BASÍLIO, Sandra Teresa Cadiolli. **A Luta pela Terra e a Igreja Católica no Vale do Acre e Purus (1970-1980)**. Recife: UFPE, 2001. Tese de Doutorado em História do Brasil - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife.

BAUER, Martin W.; GASKELL, Georgs (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros Textuais, Tipificação e Interação**. São Paulo: Cortez, 2005.

BECKER, Bertha K. **As Amazônias**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2015.

**Biblioteca Nacional**. Disponível em [http://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/Resultado/Listar?guid=4d5d97d4083db7c51f46](http://acervo.bn.gov.br/sophia_web/Resultado/Listar?guid=4d5d97d4083db7c51f46). Acesso em 02 de março de 2020.

BOFF, Clodovis, PIXLEY Jorge. **Opção pelos Pobres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

BOFF, Clodovis. **Agente de pastoral e povo**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com o povo – metodologia do trabalho popular**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOFF, Clodovis. A influência política das comunidades eclesiais de base. **SEDOC**, v. 11, n. 118, p. 797-818, 1979.

BOFF, Clodovis. Agente de pastoral e povo. **REB**, Petrópolis, v. 40, n. 158, p. 216-242, 1980a.

BOFF, Clodovis. **Deus e o homem no inferno verde**. Petrópolis: Vozes, 1980b.

BOFF, Clodovis. **Teologia do Político**: suas mediações. Petrópolis: Editora Vozes, 1978a.

BOFF, Clodovis. **Teologia e Prática**. A Teologia do Político e suas mediações. Petrópolis: Vozes, 1978b.

BOFF, Clodovis. Teologia e prática. **REB**, Petrópolis, v. 36, n. 144, p. 789-810, 1976.

BOFF, Clodovis. **Teologia pé-no-chão**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BOFF, Clodovis; BOFF, Leonardo. **Da Libertação**: o sentido teológico das libertações sócio-históricas. Petrópolis (RJ): Vozes, 1980.

BOFF, Leonardo. Libération. In: CHEZA, Maurice; MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis; SAUVAGE Pierre (sous la direction de). **Dictionnaire historique de la théologie de la libération**. Bruxelles / Paris: Lessius Éditions jésuites, 2017.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. Em Vista do Novo Documento Vaticano Sobre a Teologia da Libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira (REB)**, Petrópolis, v. 44, n. 176, p. 709-725, 1984.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Teologia da libertação no debate atual**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008b.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005a.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Entrevista a Yvette Delsault**: sobre o espírito da pesquisa. Tempo Social, v. 17, n. 1, p. 175-210, jul. 2005b.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008a.

BOURDIEU, Pierre. WACQUANT, Loïc. **Um convite à sociologia reflexiva**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Zouk, 2008a.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. São Paulo: Editora UNESP, [1977] 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983.

CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **“A Fundação do Acre”**: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. 2014. 467 p. Tese. (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

CATANI, Afrânio Mendes et all. **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brap-ci/92625>. Acesso em: 29 set. 2021.

CHEZA, Maurice; MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis; SAUVAGE Pierre (sous la direction de). **Dictionnaire historique de la théologie de la libération**. Bruxelles / Paris: Lessius Éditions jésuites, 2017.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente da. **“Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais na Amazônia”**. Rio Branco (Acre): Editora Ufac, 2002.

COSTA SOBRINHO, Pedro Vicente. **Meios Alternativos de Comunicação e Movimentos Sociais na Amazônia Ocidental (Acre: 1971-1981)**. São Paulo: ECA-USP, 2000. Tese de Doutorado.

CRUZ, Eduardo Rodrigues da. **Teologia e ciência no Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2016.

DELLA CAVA, Ralph; MONTERO, Paula. **E o verbo se fez imagem: Igreja Católica e os meios de comunicação no Brasil (1962-1989)**. Petrópolis: Vozes, 1991.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br>. Acesso em 28, mar. 2022.

DOCAT. **Como agir?** São Paulo: Paulus, 2016.

ESTÊVÃO, António Miguel. **A Evangelização através dos media à luz da *Communio et progressio*: fundamentação bíblico-teológica e implicações pastorais**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2016.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. A Política Externa. Editora da Universidade de São Paulo. SP. 2003.

FBN. **Hemeroteca Digital Brasileira**. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Dcamargo\\_298460.7110363.DocLstX&pesq=](http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Dcamargo_298460.7110363.DocLstX&pesq=). Acesso em 02 de março de 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FGV. **CPDOC**. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/candido-mariano-da-silva-rondon>. Acesso em 10 mai. 2021.

FICO, Carlos. **“Prezada Censura”**: Cartas ao regime militar. Topoi, Rio de Janeiro, n. 5, p. 251-286, set. 2002.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 24. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Líber Livro, 2008.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira (1971-1980)**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GRENFELL, Michael. **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2018.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação** – perspectivas. Petrópolis (RJ): Vozes, 1986.

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. **ANUÁRIO estatístico do Brasil - 1971**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1971.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1971.pdf)>. 1971. Acesso em 03 de fevereiro de 2021.

IBGE. **ANUÁRIO estatístico do Brasil - 2019**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_2019.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2019.pdf)>. 2019. Acesso em 04 de fevereiro de 2021.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodología de análisis de contenido**: teoria e prática. Barcelona, Ediciones Paidós, 1990.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternatva**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

LIMA, R. B. **Sobre Terras e Gentes**: o terceiro eixo ocupacional de Rio Branco. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2020.

LIMA, Reginâmio B.; BONIFÁCIO, Maria Iracilda G. C. (Orgs.). **Habitantes & Habitat**. João Pessoa - PB: Ideia, 2007.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. **Os bispos do Brasil e a imprensa**. São Paulo: Edições Loyola/CEPEHIB, 1983.

LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil República**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1991.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos**: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MARCONDES FILHO, C. (Org.). **Dicionário da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARCUSCHI, L. E.; XAVIER, A. C. (org.). **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção do sentido. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Gêneros Textuais**: o que são e como se constituem? Recife: UFPE, 2000. (mimeo).

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONÍSIO, Ângela; MACHADO, Anna Rachel (orgs.) **Gêneros textuais e ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARTINO, Luis Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico**: um ensaio sobre comunicação e campo religioso. São Paulo: Paulus, 2003.

MEMÓRIAS REVELADAS. Disponível em <<http://pesquisa.memorias-reveladas.gov.br/mrex/consulta/login.asp>>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32. 1999.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo: limites e possibilidades. In: ENGERS, M. E. A. (Org). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994.

MORAES, Roque. Uma experiência de pesquisa coletiva: introdução à análise de conteúdo. In: GRILLO, Marlene Corroero; MEDEIROS, Marilú Fontoura de. (Orgs). **A construção do conhecimento e sua mediação metodológica**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1998.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Palavra, fé, poder**. Campinas: Pontes, 1995.

PACTO de São José da Costa Rica. **Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos**, em San José de Costa Rica, em



22.11.1969 - ratificada pelo Brasil em 25.09.1992. Texto do anexo à subscrição disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and678-92.pdf)>. Acesso em 13 de maio de 2020.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental:** dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco: Edufac, 2013.

PAULA, Elder Andrade de. **Seringueiros e sindicatos:** um povo da floresta em busca de liberdade. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 1991. (Dissertação de Mestrado).

PÊCHEUX, Michel. **O discurso** – estrutura ou acontecimento. Campinas, Pontes, [1983] 1997.

PERTÍÑEZ FERNÁNDEZ, Joaquín. **Igreja, povo de Deus, na prelazia do Acre e Purus:** aspectos históricos e teológico-pastorais (1879-1971). Belo Horizonte. 138p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, 2017.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RICHARD, Pablo. **Morte das cristandades e nascimento da Igreja.** São Paulo: Paulinas, 1982.

SCUDELER, Luiz Gonzaga. **Doutrina social da Igreja e o Vaticano II.** São Paulo: Paulus, 2014.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra:** bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 16, n. 2, p. 1-14, jan./jun. 2015.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo. 3. ed.: Contexto, 2017.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Boletins diocesanos católicos**: veículos de comunicação a serviço dos marginalizados. In: MELO, José Marques (Org.). *Comunicação e classes subalternas*. São Paulo: Cortez, 1980.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Do Santo Ofício à libertação: o discurso e a prática do Vaticano e da Igreja Católica do Brasil sobre a comunicação social**. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.

SODRÉ, Nelson Wernec. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

## **OBRAS DE REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES**

**Abolicionista do Amazonas**. Manaus, 4 de maio de 1884, nº 1.

ABRAMO, Perseu. *Imprensa Alternativa: alcance e limites*. In: ABRAMO, Bia. **Um Trabalhador da notícia**. Textos de Perseu Abramo. São Paulo: FP Abramo, 1997.

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa: 1970-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ABREU, Capistrano de. **Rã-txa hu-ni-ku-i**: gramática, textos e vocabulários caxinauás. – fac-similar da 2. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

ABREU, Capistrano de. **Rã-txa hu-ni-ku-i**: gramática, textos e vocabulários caxinauás. – fac-similar da 2. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015. Kaxinawá. In: ISA. **Povos indígenas do Brasil**. Disponível em [https://www.indios.org.br/pt/Povo:Huni%20Kuini%20\(Kaxinaw%C3%A1\)?l=pt&povo=kaxinawa&artigo\\_id=2113](https://www.indios.org.br/pt/Povo:Huni%20Kuini%20(Kaxinaw%C3%A1)?l=pt&povo=kaxinawa&artigo_id=2113). Acesso em 10 jan. 2021.

ABREU, Marcelo de Paiva, *The Brazilian Economy, 1930-1980*. In: BETHELL, Leslie (org.). **Cambridge History of Latin America**. Vol. 9,

Brazil since 1930. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 283-393.

ACRE AO VIVO. **Artista acreano participa da 13ª Bienal nacional de arte Naïf**, em SP. 2020. Disponível em <<https://www.acreaovivo.com/imprimir/artista-acreano-participa-da-13-bienal-nacional-de-arte-naif-em-sp/15447/>>. Acesso em 23 nov. 2020.

ACRE. População Indígena no Acre. In: ACRE. **O Acre em números 2017**. Disponível em <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/cinco-municipios-concentram-quase-70-da-populacao-indigena-do-acre-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em 15 mar. 2020.

ALBERNAZ, Bia; PELTIER, Maurício. **Almanaque de Fanzines - O Que São e Como São**. São Paulo: Arte de Ler, 1995.

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALCHORNE MM, de Abreu MA. Dermatoses na pele negra. In: Rotta O. **Guia de dermatologia: clínica, cirúrgica e cosmética**. Barueri: Manole; 2008, p. 593-608.

ALDEMIR; XORORÓ; STRAUSS, R. Planeta Azul. In: CHITÃOZINHO & XORORÓ. **Planeta Azul**. Rio de Janeiro: PolyGram, 1991 (LP/CD).

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia”. In: D’INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Maria Isolda (Orgs.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

ALMEIDA, Antonio José de. **Apostolicam actuositatem**. Texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2012.

ALMEIDA, Maria Celestino de. Trabalho compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII. **Revista Arrabaldes**, ano I, n. 2, set.-dez. 1988.

ALSINA, Rodrigo Miquel. **A construção da Notícia**. São Paulo: Vozes, 2009.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANAIS da Assembléia Constituinte Rio de Janeiro. **Imprensa Nacional 1949**. v. XVII. sessão 98.

**Anais Eletrônicos...** Fortaleza, 01 a 03 de outubro de 2012. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43020/1/2012\\_eve\\_scc-gois.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43020/1/2012_eve_scc-gois.pdf). Acesso em 01 jun. 2021.

ANGHIERA, Pietro Martire. **De orbe nouo Petri Martyris ab Angleria Mediolanensis protonotarij C[a]esaris senatoris decades**. Disponível em <https://archive.org/details/deorbenouopetrim00angh/page/n7/mode/2up>. Acesso em 20 de out. 2020.

ANTT apud FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção do Brasil**. São Paulo/Campinas: EDUC - Editora Autores Associados, 2004.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI e Abin: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

AQUINO, Terri Vale de. **Kaxinawá: do seringueiro “caboclo” a peão “acreano”**. Dissertação de mestrado. Fundação Universidade de Brasília. Antropologia. 1977.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Repertório Temático de Fontes: Soldados da Borracha**. 2. ed. rev. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020.

ARTE Naif. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo5357/arte-naif>>. Acesso em: 24 de Dez. 2020. Verbete da Enciclopédia.

ASSIS, Marcelo Ferreira de. **Tráfico atlântico, impacto microbiano e mortalidade escrava**. Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1830. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2002.

ASSMAR, Olinda Batista; BONIFÁCIO, Maria Iracilda Gomes Cavalcante; LIMA, Gleyson Moura de. **O imaginário social: estudo dos editoriais nos jornais de Rio Branco – Séc. XX**. João Pessoa: Ideia, 2007.

ASSMAR, Olinda Batista; SANTOS, Tatiane de Castro. **Fragmentos da memória do Acre Estado: antologia comentada das cartas dos jornais de Rio Branco (1963-1999)**. Rio Branco: EAC Editor; São Paulo: ArteSam, 2020.

AZZI, Riolando. A Igreja do Brasil na defesa dos Direitos Humanos. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Vol. 37, fasc. 145, mar. 1977.

BAARS, Renata. **Comparação entre os direitos dos soldados da borracha e dos ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial**. Nota Técnica, Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2009.

BAHIA, Benedito Juarez. **Dicionário de jornalismo Juarez Bahia: século XX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BAHIA, Juarez. **Jornalismo, informação, comunicação**. São Paulo: Martins, 1971.

BAHIA, Juarez. **Dicionário de Jornalismo século XX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BAKHTIN, Mikhail-Voloshinov. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo, UNESP; Hucitec, 1993.

BALANDIER, Georges. **Antropologia política**. São Paulo: Cultrix, 1969.

BARATA, Manoel de Mello Cardoso. Apontamentos para as Efemérides Paraenses. Em **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 1921, tomo 90 (vol. 144), pag. 224.

BARBOSA, Benedito Carlos Costa. **Em outras margens do Atlântico: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Grão-Pará (1707-1750)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

BARBOSA, Ruy. **Obras completas**. Volume XXXVIII, tomo I. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 1911.

BARROS FILHO, Clóvis de. Relato de uma aula inaugural. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 fev 2002, Caderno Mais. p. 18. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0302200210.htm>. Acesso em 06 de out. 2022.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. **A Amazônia: um pouco ante e além-depois**. Manaus: Umberto Calderaro, 1977.

BERALDO, Cristina Elisabeth Arnold. **Comunicação interna como fator estratégico nos processos de mudança. 2003**. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/projetosacademicos/conceituais/inicial.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

BERELSON, Bernard. Content analysis. In: LINDZEY, G., ed. **Handbook of social psychology**. Reading, Mass. Adison Wesley, 1954. v. 1, p. 488-522.

BERGER, Christa, MAROCCO, Beatriz (Org.). **A Era Glacial do jornalismo: Teorias Sociais da Imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1993.

**Bíblia sagrada.** Trad. João Ferreira de Almeida. Revista e Atualizada no Brasil. 2. ed. Barueri - SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

BICUDO, Hélio Pereira. **Segurança nacional ou submissão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BODARD, Lucien. **Le Massacre des Indiens.** Paris: Éditions Gallimard, 1969.

BOFF, Clodovis. A dimensão da laicidade da vida religiosa. **REB**, Petrópolis, v. 54, n. 215, p. 547-588, 1994.

BOFF, Clodovis. A quantas anda a articulação dos cristãos de classe média. **SEDOC**, v. 25, n. --- p. 744-746, 1993a.

BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com a massa.** Petrópolis: Vozes, 1995.

BOFF, Clodovis. **A Teologia da Libertação:** balanços e perspectivas. São Paulo: Ática, 1996.

BOFF, Clodovis. Aprofundamento da questão da pastoral de classe média. In: ARROCHELLAS, M. H. (Org.). **Classes médias e opção preferencial pelos pobres.** São Paulo: Paulinas, 1993b, p. 35-37.

BOFF, Clodovis. **CEB's - cidadania e modernidade: uma análise crítica.** São Paulo, Paulinas, 1993c.

BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com o povo e com os excluídos.** Petrópolis: Vozes, 2015.

BOFF, Clodovis. Como vejo a teologia trinta anos depois. SUSIN, L. C. (Org.), **O mar se abriu:** trinta anos de teologia na América Latina. São Paulo: Loyola, 2000, p. 79-85.

BOFF, Clodovis. Em que ponto estão hoje as CEB's? **REB**, v. 46, n. 183, p. 527-538, 1986.

BOFF, Clodovis. **Epistemologia e método da teologia da libertação**. Madri: Editora Trotta, 1990c.

BOFF, Clodovis. Epistemología y método de la teología de la liberación. ELACURÍA. I; SOBRINO. J. **Mysterium Liberationis I**, Madrid: Trotta, 1990<sup>a</sup>, p. 79-114.

BOFF, Clodovis. Pastoral de classe média na perspectiva da libertação. **REB**, Petrópolis, v. 51, n. 201, p. 5-28, 1991a.

BOFF, Clodovis. **Pastoral de classe média na perspectiva da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1991b.

BOFF, Clodovis. Préface. In: BOFF, Clodovis. **Théorie e Pratique**. La méthode des théologies de la libération. Cogitatio Fidei 157. Paris: Les Éd. du Cerf, 1990b, p. I-XIV.

BOFF, Clodovis. Retrato dos 15 anos da Teologia da Libertação. **REB**, Petrópolis, v. 46, n. 182, p. 263-271, 1986.

BOFF, Clodovis. **Só é possível uma Teologia da Libertação sob a condição de começar e acabar no horizonte da fé**. Entrevista com Frei Clodovis Boff. 2014. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/534115-frei-clodovis-boff-so-e-possivel-uma-teologia-da-libertacao-sob-a-condicao-de-comecar-e-acabar-no-horizonte-da-fe>. Acesso em 30 mar. 2022.

BOFF, Clodovis. Teologia da Libertação e volta ao fundamento. **REB**, Petrópolis, v. 67, n. 268, p. 1001-1022, out. 2007.

BOFF, Clodovis. **Teoria do método teológico**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOFF, Clodovis. Volta ao fundamento: réplica. **REB**, Petrópolis, v. 68, n. 272, p. 892-927, out. 2008b.

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.



BOFF, Leonardo. **A casa comum, a espiritualidade, o amor**. São Paulo: Paulinas, 2017.

BOFF, Leonardo. **A força da ternura: pensamentos para um mundo igualitário, solidário, pleno e amoroso**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

BOFF, Leonardo. **A manipulação biológica do homem**. Petrópolis: Vozes, 1971.

BOFF, Leonardo. **A Terra na palma da mão: uma nova visão do planeta e da humanidade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

BOFF, Leonardo. CEBs: a Igreja inteira na base. In: **REB**, v. 43, fasc. 171, set. 1983.

BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os humanos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BOFF, Leonardo. **Uma esperança, a Era do Ecozóico**. 2011. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2011/02/08/uma-esperanca-a-era-do-ecozioco-artigo-de-leonardo-boff/>. Acesso em 20 fev. 2022.

BOFF, Leonardo; HATHAWAY, Mark. **O Tao da libertação: explorando a ecologia da transformação**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOFF, Lina. **Espírito e missão na prática pastoral - Acre: 1920 a 1930**. São Paulo: Paulinas, 1997.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto, 1994.

**BOLETIM da Associação Comercial do Amazonas**. Manaus, Ano VII, nº 91, fevereiro de 1949.

**Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio**. Rio de Janeiro, ano V, n. 49, set. 1938, p. 148-149.

BONIFÁCIO, Maria Iracilda Gomes Cavalcante. **Ideologia e poder: uma análise do discurso dos jornais O Rio Branco e Varadouro durante a ditadura civil-militar (1977-1981)**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020.

BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. **A Bênção de Abril**. Brasil Urgente: Memória e Engajamento Católico no Brasil 1963-04. Petrópolis: Vozes, 1983.

BOUÇAS, F. Valentim. **Estudos econômicos e financeiros: meio século de trabalho**. 2v. Rio de Janeiro: Ed. Financeiras, 1953.

BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70, mais pra epa que pra oba...** Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

BRAGA, Ubiracy de Souza. **Maria Lata d'Água: Conversão & Nudez da Memória do Carnaval**. 2018. Disponível em <https://blognaopassarao.blogspot.com/2018/09/maria-lata-dagua-nudez-da-memoria.html>. Acesso em 16 fev. 2020.

BRANDES, Orlando. **Laicato: vocação e missão**. São Paulo: Paulus, 2018.

BRAYNER, F. L. **A verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de estado-maior na campanha da Itália**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

BRIGHENTI, Agernor. A epistemologia e o método da teologia da libertação no pensamento de Clodovis Boff. In: **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1403-1435, out./dez. 2013.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo socio-discursivo**. São Paulo: EDUC, 1999.

CALIXTO, Valdir de Oliveira (org.). **Acre: uma história em construção**. 2. ed. Rio Branco: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto, 1985.

CALIXTO, Valdir de Oliveira. **Plácido de Castro e a Construção da ordem no Aquiri: contribuição à história das idéias políticas**. Rio Branco: FEM, 2003.

CALMON, Pedro. **História Social do Brasil: Espírito da Sociedade Colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

CAMACHO, Ildefonso. **Doutrina social da igreja: abordagem história**. São Paulo: Loyola, 1993.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de Conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul./dez. 2013.

CAMARGO, Beatriz. **“Impunidade permanece”, diz viúva de Gringo, morto há 28 anos**. 2008. Disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2008/07/quot-impunidade-permanece-quot-diz-viuvia-de-gringo-morto-ha-28-anos/>. Acesso em 20 fev. 2020.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2000.

CAPARELLI, Sérgio. A imprensa alternativa revisitada. In: **R. Bibliotekon, & Comun.**, Porto Alegre. 3: 7-16 jan./dez. 1988. Disponível em <https://cedap.ufrgs.br/jspui/bitstream/20.500.11959/132/2/v3a1.pdf>. Acesso em 07 jun. 2022.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1986.

CAPRA, Fritjof. “Educação”, in A. TRIGUEIRO (org.), **Meio Ambiente no século XXI**, Rio de Janeiro: Sextante, 2003

CARDONHA, J. **A Igreja Católica nos “Anos de Chumbo”**: resistência e deslegitimação do Estado autoritário brasileiro 1968-1974. 2011. 543 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

CARREIRA, António. **As Companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro**. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969.

CARVAJAL, Fray Gaspar. Relación que escribió Fr. Gaspar de Carvajal, fraile de la Ordem de Santo Domingo de Guzmán, del nuevo Descubrimiento des famoso rio grande que descurió. In: ALMESTO, P. de; ROJAS, A. **La aventura del Amazonas**. Edición de Rafael Díaz. Madrid: História 16, 1986.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2002.

CASSINI, Giovanni Maria. Um mapa incomum com uma cartela de título decorativo, de Giovanni Maria Cassini, um monge da Somascom. In: “Nuovo Atlante Geografico Universale”. Disponível em <https://www.antiqarius.it/en/southern-america/3104-il-brasile-ed-il-paese-delle-amazoni-col-paraguai.html>. Acesso em 20 de mar. 2020.

CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, Bibliex, 1960.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Índios, Ameríndios. In: ISA. **Quem são os povos indígenas no Brasil**. Disponível em [https://pib.socioambiental.org/pt/Quem\\_s%C3%A3o](https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o). Acesso em 27 de abr. 2021.

CAVALCANTI, Francisco C. Silveira. **O processo de ocupação recente das terras do Acre**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 1983. (Mimeo.).

CEDEPLAR (UFMG). **Migrações Internas na Região Norte: o caso do Acre**. Belo Horizonte. 1979. v. I.

CEIA, Carlos: s.v. “Epístola”, **E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)**. 2009. Disponível em <http://www.edtl.com.pt>. Acesso em 20 de fevereiro de 2021.

CHABLOZ, Jean- Pierre. **Desenho e Colagem sobre cartão. 11,5 x 14 cm. Grande Marcha para a Coleta da Borracha Usada.** Foto Diários Associados, Fortaleza, julho de 1943. Disponível em <https://mauc.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/semta.campanha>.

CHABLOZ, Jean- Pierre. **Estudo para Cartaz. 96 x 66 cm.** 1943. Disponível em <https://mauc.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/semta.campanha>. Impressão C Mendes Junior. Rio de Janeiro, 1943.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 26, nº 52, 79-114 (2006).

CHAMPLIN, Russell Norman. **O Antigo Testamento Interpretado versículo por versículo.** 2. ed. São Paulo: Hagnos, 2001.

CHINEM, Rivaldo. **Imprensa Alternativa: Jornalismo de Oposição e Inovação.** São Paulo: Ática, 1995.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.

CHOI-FITZPATRICK, Austin. Managing Democracy in Social Movement Organizations, Social Movement Studies. In: **Social Movement Studies Journal of Social, Cultural and Political Protest.** 2015. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/loi/csms20>>. Acesso em 20 de ago. 2019.

CIMI - RELATÓRIO FIGUEIREDO. “Le scandale du Service de Protection des Indiens”. 17/4/1968. In: AMAE. **Ambassade de France au Brésil**, Nota enviada à Direction d’Amérique, 863/AM, Caixa 137.

CLEMENT, C.R.; DENEVAN, W. M.; HECKENBERGER, M. J.; JUNQUEIRA, A. B.; NEVES, E. G.; TEIXEIRA, W. G.; WOODS, W. I. 2015. **The domestication of Amazonia before European conquest.** Proc. R. Soc. B 282: 20150813. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>. Acesso em 12 mar. 2021.

COELHO, Geraldo Mártires. **Letras & Baionetas**. Belém. Cultural Cejup, 1989.

CONGAR, Yves Marie-Joseph. **Os leigos na Igreja: escalões para uma teologia do laicato**. São Paulo: Herder, 1966.

CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. **The Framework of Hemisphere Defense**. Washington: Departamento f Army, 1960.

CONSTANTINO, N. S. de. (2002). Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-Americanos**, 28(1), 183-194. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2002.1.23794>. Acesso em 29 jun. 2021.

COOPERMITI. **Museu Tecnológico Coopermiti**. 2021. Disponível em <https://coopermiti.com.br/museu/mimeografo-duplicador-facit/>. Acesso em 20 mar. 2021.

COSTA JUNIOR, Hélio Moreira da. **“Acre (anos) de cinema”**: uma história quadro-a-quadro de jovens cineastas acreanos (1972-1982). 2002. 141f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco em convênio com a Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2002.

COSTA, Bartolomeu Lima da. **Territorialidade camponesa: estratégias de reprodução e organização socioespacial**. Rio Branco: Edufac, 2019.

COSTA, J. M. Monteiro da; CAPELA, José das Neves. Borracha vegetal – análise da oferta. **Revista Econômica do BASA**. Belém. 1(1) 42. set./dez. 1970.

COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre**. Brasília: Senado Federal, 2005.

COSTA, Mariete Pinheiro da. **O Exército da Borracha: Uma análise da participação dos Soldados da Borracha na Segunda Guerra Mundial (1942-2003)**. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciên-

cias da Educação no Curso História, para obtenção do título de História). Brasília.2003.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. 3. ed. Belo Horizonte: pela Autêntica, 2018.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CRUZ, Teresa Almeida; ALMEIDA, Maria Ariádina Cidade. O Trabalho invisível das mulheres seringueiras no Acre. In: QUEIRÓS, César A.; CAMPOS, Gláucia A. **Trabalho e trabalhadores na Amazônia**: Caminhos e possibilidades para uma história em construção. Manaus: EDUA, 2017.

CUNHA, Euclides da. **A margem da história**. Porto: Lello Brasileira. 1967.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido**. Rio Branco: Fundação Cultural do Estado do Acre, 1998.

CUNHA, Karenine Miracelly Rocha da. Capas na mídia impressa: a primeira impressão é a que fica. Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação, 30., 2007, Santos/SP. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0787-1.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

DEAN, Warren. **Brazil and the struggle for rubber: a study in environmental history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DEAN, Warren. **A Luta pela Borracha no Brasil**. Um estudo de história ecológica. Editora Nove, 1989.

DEANE, M. P. **Tropical diseases in the Amazon region of Brazil: and what is being done to control**. Journal of American Med Women's Association. 1947. 1947. 36: Pp 7-14.

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 23 de agosto de 1946.

DIAS, Manuel Nunes. **Fomento e Mercantilismo: A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1775-1778)**. Belém, UFPA, 1970.

DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/esperancar/>. Acesso em 17 de fev. de 2022.

**Dicionário de Nomes Próprios**. Maria das Dores. Disponível em <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/maria-das-dores/#:~:text=Maria%20das%20Dores%3A%20Significa%20%E2%80%9CVirgem,t%C3%ADtulos%20atribu%C3%ADdos%20%C3%A0%20Virgem%20Maria>. Acesso em 16 fev. 2020.

DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. **A aventura da reportagem**. São Paulo: Summus, 1990.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

DUARTE, Alex S; COSTA, Bartolomeu, L; SUSSUARANA, Maria Francisca O. Uma abordagem preliminar sobre a questão agrária e o desenvolvimento sustentável no estado do Acre. In: **Uaquiri: a geografia e a Amazônia em questão**. Rio Branco: Revista da Geografia - Ufac, nº 7 e 8, ano 4 e 5, jul/dez de 2006: jan/jun de 2007.

DULLES, Jonh W. Foster. **Vargas of Brazil: a political biography**. Austin: University of Texas Press, 1967.

ECONOMIAS. **Tipos de inflação na economia**. Disponível em: <https://www.economias.pt/tipos-de-inflacao-na-economia/>. Acesso em 02 de fevereiro de 2021.

ELIADE, Mircea. **Tratado de História das Religiões**. 2. ed. SP: Martins Fontes, 1998.

**ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa604154/antonio-cerezo>. Acesso em: 24 de dez. 2020.



ENGERS, M. E. A. (Org). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994.

ERICKSON, C. L.; ÁLVAREZ, P.; CALLA, S. **Zanjas circundantes: obras de tierra monumentales de Baures em la Amazonía boliviana**. Informe de trabalho de campo, 2008.

FAIVRE, Alexandre. **Os leigos nas origens da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1992.

FAULHABER Priscila; MONSERRAT, Ruth (Org.). 2008. **Tastevin e a Etnografia Indígena**. Rio de Janeiro: Museu do Índio / FUNAI. Série Monografias, 2009.

FBN. **Acre na Biblioteca Nacional**. Disponível em <[http://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/Resultado/Listar?guid=1593912380314](http://acervo.bn.gov.br/sophia_web/Resultado/Listar?guid=1593912380314)>. Acesso em 24 de junho de 2020.

FBN. Jornais do Acre. In: **Hemeroteca Nacional**. Disponível em <[http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Dcarmargo\\_203860.2554394.DocLstX&pesq=>](http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=%5Bcache%5Dcarmargo_203860.2554394.DocLstX&pesq=>)>. Acesso em 24 de junho de 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais**. São Paulo: Nera/Unesp, 2005.

FERNANDES, Jorge. **Negros na Amazônia acreana**. Rio Branco: Edufac, 2012.

FERRARINI, Sebastião Antonio. **Rio Purus: história, cultura, ecologia**. São Paulo: FTD, 2009.

FERRAZ, Nivaldo. **Reportagem no rádio: realidade brasileira, fundamentação, possibilidades sonoras e jornalismo a partir da peça radiofônica reportagem**. Tese (Doutorado em Meios e Processos Audiovisuais) Escola de Comunicação e Artes da USP, São Paulo, 2016.

FERREIRA FILHO, Cosme. **Porque perdemos a batalha da borracha**. Manaus: Ed. do Governo do Estado do Amazonas, 1966.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do Diabo**. São Paulo, Melhoramentos, 2005.

FERREIRA, Paulo Roberto. **Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia**. Artigo apresentado no 3º Encontro Nacional de História da Mídia, promovido pela Rede Alfredo de Carvalho, de 14 a 16 de abril de 2005, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, no campus da Feevale. Apresentado no Grupo de Trabalho de História da Mídia Imprensa. Disponível em <http://www.redealcar.com.br/>. Acesso em 20 de jan. de 2021.

FERREIRA, Roquinaldo Amaral. **Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860**. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1996.

FERREIRA, Vitor. **Inventário analítico da imprensa estudantil portuguesa em 1945-1967. 1968**. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/16406174/inventario-analitico-da-imprensa-estudantil-portuguesa-em-1945-1967>>. Acesso em 03 de fev. 2021.

FIGUEIREDO, Agnaldo Nascimento. **História geral do Amazonas**. W. ed. Manaus: ed. do autor, 2002.

FITZPATRICK T.B. **The validity and practicality of sun-reactive skin types I through VI**. Arch Dermatol. 1988; 124:869-71. Disponível em <https://jamanetwork.com/journals/jamadermatology/article-abstract/549509>. Acesso em 14 jun. 2021.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Bookman, 2004.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOLLMANN, José Ivo. **Igreja, ideologia e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

FONTENELES FILHO, Paulo. Raimundo Ferreira Lima e o Relatório da Comissão Nacional da Verdade. In: **Verdade, Memória e Justiça na Amazônia**. 2014. Disponível em <http://paulofontelesfilho.blogspot.com/2014/12/raimundo-ferreira-lima-e-o-relatorio-da.html?fbclid=IwAR1B-JMamLL1HQa5KGXsRUBTqaGlm3BY-s68DxDybGzGfPktio1ReWfO-gqCo>. Acesso 24 de mar. 2020.

FORTES, Waldyr Gutierrez. **Relações Públicas: processo, funções, tecnologia e estratégia**. 3ª- Edição revista, São Paulo: Summus, 2003.

FRANCISCO, José Carlos. **O gênero entrevista no radiojornalismo – CBN X Eldorado: da escrita para a fala**. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) PUCSP, São Paulo, 2006.

FREI BETTO. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Abril Cultural - Brasiliense, [1982] 1985.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Fac símile digitalizado (Manuscritos). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1968.

FREIXO, M. J. V. **Teoria e Modelos de Comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget - Epistemologia e Sociedade, 2004.

GALILEI, G. **Ciência e fé**. São Paulo: Unesp, 2009.

GARCIA JR., Afrânio. **O Sul - Caminho do roçado**. Brasília: Marco Zero-UnbCNPq-MCT, 1990.

GARCIA MUNHOZ, Dercio. Inflação Brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. In: **Revista de Economia Contemporânea**. [online]. Nº 1. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19574/11339>>. Acesso em 02 fev. 2021.

GARCIA, Jesus M. **El pensamiento y los argumentos sobre la esclavitud en Europa en el siglo XVI y su aplicación a los indios americanos y a los negros africanos**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.

GARFIELD, Seth. “Soldiers” and Citizen in the rainforest: Brazilian rubber tappers during World War II. In **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**. Ano 1, n.1. Manaus: EDUA, 2009.

GARFIELD, Seth. Tapping Masculinity: Labor Recruitment the Brazilian Amazon during World War II. In: **Hispanic American Historical Review**. v. 86, n. 2, p. 278-308, May, 2006.

GEISLER, Norman. **Ética cristã – alternativas e questões contemporâneas**. São Paulo: Vida Nova, 2006.

GIANNOTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

GLISSANT, Édouard. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora (MG): UFJF, 2005.

GOIS, Sarah Campelo Cruz. Mulheres da Borracha: as bem traçadas linhas da imigração. In: **Anais do III Seminário Internacional História e Historiografia**. 01-03 de outubro de 2012.

GOMES, Paulo César. **As relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia (1964-1979)**. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017.

GONÇALVES, Joanisval B. O que fazer com nossos espões? Considerações sobre a Atividade de Inteligência no Brasil. In: MENEGUIN, Fernando B. (Org.). **Agenda Legislativa para o Desenvolvimento Nacional**. 1. ed. Brasília: Edições Técnicas do Senado Federal, v. 1, 2011.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GRAWITS, M. **Méthodes em sciences sociales**. Paris: Dalloz, 1986.

GRECHI, Dom Moacyr. Entrevista. In: SILVA, Maria do Perpétuo Socorro [et al.]. **Seringueiro: memória, história e identidade**. Rio Branco (AC): Ufac/DH, 1997, vol. 2, p. 539.

GRUZINSKI, S. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre**. Brasília: Senado Federal, [1955] 2004.

GUEVARA, Anahí Durand. Estudios sociológicos sobre los movimientos sociales: enfoques teóricos, problemática y agendas de investigación. In: **Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12249087001>>. Acesso em 22 de ago. 2019.

GUIA DE MÍDIA. **Jornais do Acre**. Disponível em <<https://www.guiade-midia.com.br/jornaisdoacre.htm>>. Acesso em 01 de julho de 2020.

GUIMARÃES, Jaqueline de Oliveira; ARAGÃO, Maria de Nazaré Arruda; MONCADA, Vanusa C. Carneiro. **A mulher seringueira: casa, trabalho e política**. 1994. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Acre, 1994.

GUMPERZ, John. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, Telles Branca; GARCEZ, Pedro M. (Orgs). **Sociolingüística interacional: antropologia, lingüística e sociologia em análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Age, 1998.

HEBERLE, Viviane M. Revistas para mulheres no século 21; ainda uma prática discursiva de consolidação ou de renovação de idéias? In: **Lingagem em (Dis)curso**, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão: Ed. Unisul, v. 4, n. esp., p. 85-112, 2004.

HILFERDING, Rudolf. **O Capital Financeiro**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, (1909) 1985.

HOBSBAWN, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. Companhia das Letras, 2014.

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação: Hipóteses contemporâneas de Pesquisa em Comunicação**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes. 2001.

HOONAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.

HOORNAERT, E. A Amazônia e a cobiça dos europeus. In: HOORNAERT, E. **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Comissão de Estudos da História da América Latina - CEHILA, 1992.

HÜTTNER, Édison. **A Igreja Católica e os povos indígenas do Brasil: os Ticuna da Amazônia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. **Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS/SEPLAN- Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Econômicas**. Disponível em <<https://central3.to.gov.br/arquivo/461424/>>. 2023. Acesso em 08 de janeiro de 2023.

IBGE. **Expectativa de vida dos brasileiros aumentou mais de 40 anos em 11 décadas**. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/ibge-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumentou-mais-de-75-anos-em-11>. 2016. Acesso em 22 abril 2022.

IBGE. **O Brasil Indígena**. Rio de Janeiro, IBGE, 2017.

IBGE/SNIPC. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e>>. 2018. Acesso em 01 de fev. 2021.

IGP-DI. In: **Senado Notícias**. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/igp-di#:~:text=%C3%8Dndice%20Geral%20de%20Pre%C3%A7os%2FDisponibilidade,a%20infla%C3%A7%C3%A3o%20oficial%20no%20Brasil>>. Acesso em 1º de fevereiro de 2021.

INFORMAL, **Dicionário de Português gratuito para internet**. 2022. Disponível em <https://www.dicionarioinformal.com.br/>. Acesso em 03 de mar. 2021.

**Instrução Normativa nº 20 INSS/PRES**, de 10 de outubro de 2007.

INTERNATIONAL INSTITUTE OF SYNTHETIC RUBBER PRODUCERS INC. **Borracha sintética: a história de uma Indústria**. New York, 1973, p. 14-16.

IPHAN. **Geoglifos do Acre**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/822>. Acesso em 16 de mar. 2022.

JACKSON, Joe. **O Ladrão do Fim do Mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

JACKSON, P.; MOULINIER, I. **Natural Language Processing for Online Applications: Text Retrieval, Extraction, and Categorization**. John Benjamins Pub, 2002. Disponível em <http://books.google.pt/books?id=-jkkkj7U5g4kC>. Acesso em 27 jun. 2022.

JAKOBSON, R. (1960). Closing statement: linguistics and poetics. In: SEBEEK, T. (Ed.) **Style and Language**. Cambridge: MIT Press, 1960.

**Jornais Paraoaras - catálogo**. Biblioteca Pública do Pará. Belém. Imprensa Oficial do Estado, 1985.

**Jornal O Acre**, de 19.09.1946.

KAXINAWÁ, Joaquim Paulo [et al.]. **índios no Acre: história e organização**. Rio Branco: Comissão Pró-Índio, 2002.

KAXINAWÁ. In: ISA. **Povos indígenas do Brasil**. Disponível em [https://www.indios.org.br/pt/Povo:Huni%20Kuin%20\(Kaxinaw%C3%A1\)?l=p-t&povo=kaxinawa&artigo\\_id=2113](https://www.indios.org.br/pt/Povo:Huni%20Kuin%20(Kaxinaw%C3%A1)?l=p-t&povo=kaxinawa&artigo_id=2113). Acesso em 10 jan. 2021.

KIRK, J. L.; MILLER, M. **Reliability and validity in qualitative research**. Beverly Hills, CA: Sage, 1986.

KLEIN, Estanislau Paulo. **Santos da floresta: Cultura e Religião entre os seringueiros do Acre**, Rio Branco: Editora da UFAC, 2003.

KNORR, K. E. **World rubber and it's regulation**. Stanford, Stanford University Press, 1944.

KONINGS, Johan. O leigo na Sagrada Escritura. **Revista Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 48, n. 2, jul./dez. 2018.

KORNIS, Mônica. Serviço Nacional de Informações. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-nacional-de-informacao-sni>>. Acesso em 20 de outubro de 2020.

KRAUTLER, Erwin. **A voz dos Pastores da Amazônia**. Discípulos Missionários na Amazônia. CNBB, 2007.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004.

LA CONDAMINE, Charles Marie de. **Relato abreviado de uma viagem pelo interior da América Meridional**. São Paulo, Ed. Cultura, 1944.

LE TOURNEAU, François-Michel; CANTO, Otávio. Amazônia brasileira: estudos do Projeto Duramaz sobre a diversidade amazônica. In: **Amazônias brasileiras: situações locais e evoluções**. Belém: NUMA/UFPA, 2019.

LEAL, Davi Avelino. **Direitos e Processos Diferenciados de Territorialização: Os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira**



(1861-1932). Tese de doutorado. Manaus: Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas, 2013.

LENIN, Vladimir Ilich. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/Unicamp, 2011.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIBÂNIO, João Batista. CEBs: pleora do discurso. In: **SEDOC**, v. 11, fasc. 118, jan/fev, 1969.

LIMA, Alceu Amoroso. Introdução À Mater et Magistra. In: **As Encílicas Sociais de João XXIII**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1963.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas**. 158f. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História - UFAM. Manaus: [s.n.], 2013. Disponível em: <<http://ppgh.ufam.edu.br/index.php/component/attachments/download/92>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

LIMA, Manoel Ferreira. **O Acre: seus aspectos físicos e geográficos, sócio-econômicos, históricos e seus problemas**. Rio Branco, 1982.

LIMA, Reginâmio Bonifácio de. **O Monte: em busca do Altíssimo**. Rio Branco (AC): Boni, 2010.

LIMA, Reginâmio Bonifácio. **Memórias de velhos: sobre terras e gentes**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2020.

LINCOLN, Y. S.; GUBA, E. G. **Naturalistic inquiry**. Londres: Sabe, 1985.

LOMBARDI, Máximo. **A Igreja no Acre e Purus, 1877-1930**. Monografia apresentada ao CEHILA. São Paulo:Arquivo da Cúria Diocesana de Rio Branco, 1982.

LONGHI, Carla Reis. **Ideias e práticas do aparato repressivo**: um olhar sobre o acervo do Deops/SP – a produção do SNI em comunicação com o Deops/SP. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo.

LORENZI, Harri. **Árvores brasileiras**: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil, vol. 1, 3. Ed. Nova Odessa, SP; Instituto Plantarum, 2000.

LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LUNEN-CHENU, Marie-Thérèse Van; GIBELLINI, Rosino. **Mulher e teologia**. São Paulo: Loyola, 1992.

LUSTOSA, Elcias. **O texto da Notícia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MAESTRI, Mário. **Cisnes Negros** – uma história da Revolta da Chibata. São Paulo: Moderna, 2000.

MAIA, Álvaro. A borracha: problema de defesa nacional. In: **Boletim da Associação Comercial do Amazonas**. ano VII, nº 74, p. 12, set. 1947.

MAIA, Álvaro. **Defumadores e porongas**. Manaus: Ed. do Governo do Estado do. Amazonas, 1967.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONÍSIO, Ângela; MACHADO, Anna Rachel (orgs.) **Gêneros textuais e ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. Porto Alegre: PENNA - Composição e Arte, 2003.

MARIN, Jérri Roberto. Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 38(3): 197-217, 2018.

MARQUES DE MELO, José. **História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: EdPUCRS, 2003.

MARTINELLO, Pedro. **A batalha da borracha durante a Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico**. 2. ed. Rio Branco: Edufac, 2017.

MARTINELLO, Pedro. **Os servos de Maria na missão do Acre e Purus (1920-1975)**. Berkley (USA): São Paulo: Secretaria Provincial, 1986.

MARTINS, Edilson. **Nossos índios nossos mortos**. Editora Codecri. Rio de Janeiro. 1978.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos (Org.). **Pensar a História com e além de Bourdieu: experiências de pesquisa**. Porto Alegre (RS): Editora Fi, 2017.

MATTIOLI, Pe. Tiago. **Lettera al Priore Provinciale romagnolo (2-1-1921)**, in “Il Servo do Maria”, 7, Bologna 1921, p. 106-107.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva. In: BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MAUC/UFC. **Plano de Organização Borracha usada para a vitória**. Disponível em <https://mauc.ufc.br/pt/publicacoes/2022-2-guia-de-fontes>

s-e-m-t-a-servico-especial-de-mobilizacao-de-trabalhadores-para-a-amazonia-por-j-p-chabloz/. Acesso em 02 de abril de 2021.

MC CANN JR., F. D. **The brazilian-american aliançe, 1937-1945**. New Jersey, Princeton University Press, 1973.

MC FADYEAN, A. **The history of rubber regulation, 1934-1944**. New York, W. W. Norton & Company, 1944.

MEIRA, Danjone Regina. **A interface entre “Religião protestante” e “Natureza”**: sobre uma compreensão “ecoteológica” a partir de diálogos entre a teologia de Paul Tillich e Jürgen Moltmann. *Revista Eletrônica Correlatio*. v. 11, n. 21, junho de 2012.

MELLO, Alcino Teixeira de. **Nordestinos na Amazônia**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1956.

MELLO, Alex Fiúza de. Apresentação. In ARAGÓN. **Amazônia: conhecer para desenvolver e conservar, cinco temas para um debate**. São Paulo: Hucitec, 2013.

MELLO, Alex Fiúza de. Dilemas e desafios do desenvolvimento da Amazônia: o caso brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 107, p. 91-108, 2015.

MELLO, Thiago de. **Os Estatutos do Homem** (com desenhos de Aldemir Martins), Editora Martins Fontes, São Paulo, 1977.

MENDES, Dom Luciano. Dom Luciano fala sobre Puebla. **Vida Pastoral**. São Paulo, maio-junho 1979. Disponível em: <<https://www.vidapastoral.com.br/artigos/entrevistas/dom-luciano-fala-sobre-puebla/>>. Acesso em 29 nov. 2021.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os Estrangeiros e o Comércio do Prazer nas Ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MERCHED, Nuria de. **As transformações econômicas e o trabalho feminino na região acreana**: ou as andanças de Amélia. Rio Branco, 1996.

MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MILLER, Carolyn R. Gênero como Ação Social. In: DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (Orgs.). **Estudos sobre Gênero Textual, Agência e Tecnologia**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, p. 21- 44, 2009.

MILTON, John. **Paradise Lost**. Book I, l. 263. 1667. Disponível em <[http://www.dartmouth.edu/~milton/reading\\_room/pl/book\\_1/text.shtml](http://www.dartmouth.edu/~milton/reading_room/pl/book_1/text.shtml)>. Acesso em 08 de janeiro de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Antônio Batista de. **Relação de Pracinhas da Amazônia**. Itapetininga (SP): Gráfica Regional, 2022.

MONTE, Nieta [org.]. **Estórias de hoje e antigamente dos índios do Acre**. Rio Branco: CPI/AC, 1984.

MONTYSUMA, Marcos. Gênero e meio ambiente: mulheres na construção da floresta na Amazônia. In: PARENTE, Temis Gomes; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. **Linguagens plurais: cultura e meio ambiente**. Bauru/SP: EDUSC, 2008, p. 155-173.

MORAES, Ana Carolina Albuquerque de. **Rumo à Amazônia, terra da fatura: Jean-Pierre Chabloz e os cartazes concebidos para o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia**. 2012. 373 p. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas.

MORAIS, Eveline Rachel Moreira de. **A bíblia na educação ambiental: a contribuição dos textos ecocêntricos do Antigo Testamento**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2008.

MOREL, Edmar. **A Amazônia Saqueada**. SP: Global, 1984.

MOREL, Edmar. **Está morrendo o exército da borracha**. Escravidão monstruosa e um apelo ao Presidente da República. O drama dos cearenses

que ficaram na Amazônia. *Correio do Ceará*, Fortaleza, ano [s.n.] nº 9.806, 9 julho, 1946.

MOSCOVICI, S. On social representations. In: FORGAS, Joseph. **Social cognition**. Nova York: Academic Press, 1981.

MOURÃO, Nilson Moura Leite. **A Prática educativa das comunidades eclesiais de Base no Estado do Acre. – Popular e transformadora ou Clerical e conservadora?** PUC-SP: mimeografada, 1988.

MUCCHIELLI, Roger. **L’analyse de contenu des documents et des communications**. Paris: Les Librairies, Techniques, 1977.

MUNCK, Gerardo L. Formação de atores, coordenação social e estratégia política: problemas conceituais do estudo dos movimentos sociais. In: **Dados**. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000100005>>. Acesso em 20 de ago. 2019.

MURAD, Afonso. *Laudato Sí* e a Ecologia Integral. In: MIRANDA, Moema. **Revista Ecoteologia**. 2017. Disponível em <https://iglesiasymineria.org/wp-content/uploads/2018/07/ECOTEOLOGIA-Revista.pdf>. Acesso em 30 de mar. 2022. REIMER, Haroldo. *Bíblia e ecologia*. São Paulo: Reflexão, 2010.

MURAD, Afonso. O núcleo da ecoteologia e a unidade da experiência salvífica. **Revista Pistis Praxis, Teologia e Pastoral**. Curitiba, v. 1, n. 2, p. 277-297, jul./dez. 2009.

**Museu da Borracha**. Disponível em <http://www.femcultura.ac.gov.br/sobre-o-museu-da-borracha/>. Acesso em 02 de março de 2020.

NAZARÉ, Jorge; et al. **Registro musical**: Livro de músicas. Rio Branco, Fundação Garibaldi Brasil, 1998.

NEELEMAN, Gary; NEELEMAN, Rose. **Soldados da borracha**: o exército esquecido que salvou a II Guerra Mundial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

NEVES, Marcos Vinícius. **A história de Wilson Pinheiro**. (2013). Disponível em < <http://eduardoeginacarli.blogspot.com/2013/09/a-historia-de-wilson-pinheiro-por.html>>. Acesso em 25 de junho de 2019.

NIMUENDAJU, Curt. 1950 - “Reconhecimento dos Rios Içana, Ayari e Uaupés. Relatório apresentado ao Serviço de Proteção aos índios do Amazonas e Acre”. 1927. In: **Journal de la Société des Américanistes**, N.S., XXXIX, Paris, págs. 125/ 182.

NOBLE, Tim. **Keeping the window open**. The Theological Method of Clodovis Boff and the problem of the alterity of the poor. Pragua: International Baptist Theological Seminary, 2009. BRIGHENTI, Agernor. A epistemologia e o método da teologia da libertação no pensamento de Clodovis Boff. In: **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 32, p. 1403-1435, out./dez. 2013.

O TEMPO do Cativoiro nos seringais não voltará mais. **O Acre**, 4 de outubro de 1942.

OAB. **Comissão Eleitoral lacra urnas para votação da OAB/MS**. 2020. Disponível em <http://oabms.org.br/comissao-eleitoral-lacra-urnas-para-votacao-da-oab-ms/>. Acesso em 25 fev. 2021.

OLABUENAGA, José I. Ruiz; ISPIZUA, Maria Antônia. **La descodificación de la vida cotidiana: métodos de investigación cualitativa**. Bilbao: Universidad de Deusto, 1989.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **O caboclo e o brabo - Notas sobre duas modalidades de força de trabalho da fronteira amazônica do séc. XX**. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, n 11.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII ao XX)**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 4, n.1, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Terra Livre**. São Paulo: ano 19, v. 2, n. 21. jul\dez, 2003.

OLIVEIRA, Cristiano Nascimento. **A cultura dos festivais independentes**: experiências do segmento de música ao vivo na Bahia. 2020. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia.

OLIVEIRA, D. de; LOPES, F. L. B. (2012). **Veteranos Brasileiros do Mediterrâneo**: a Força Expedicionária Brasileira (1944-45) e o Batalhão Suez (1956-1967). Revista Diálogos Mediterrânicos, (3), 55-76. 2012.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. **O Sertanejo, o Brabo e o Posseiro**: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreana. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

OLIVEIRA, Marilda Maia. **A penetração capitalista no Acre e o emprego industrial urbano em Rio Branco**. Fortaleza: UFCE, 1983. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal do Ceará, Ceará. 1983.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Índio e o mundo dos brancos**. Brasília: Editora da UnB, 1981. AQUINO, Terri Valle de. **Kaxinawá**: de seringueiros “caboclos” a “peão” acreano. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília. 1977.

PALÁCIO, Carlos. Trinta anos de teologia na América Latina: um depoimento. In SUSIN, L. (org.). **O mar se abriu**: trinta anos de teologia na América Latina. São Paulo: Soter / Edições Loyola, 2000.



PANDO, Óscar Paredes. **Explotación del caucho-shiringa Brasil-Bolivia-Peru:** economias, extrativo-mercantiles em el Alto Acre. Madre de Dios. Cusco: JL Editores, 2013.

PANTOJA, Mariana. **Os Milton:** Cem anos de História nos Seringais. Recife; Massagana, 2004.

PASSOS, O. **A batalha da borracha e o futuro da Amazônia.** Rodovia, Rio de Janeiro, v. 7, n. 52, p. 10-22, 1944.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Mauro César Rocha da. Poder local e ambientalismo na terra de Chico Mendes. In: **XII Congresso Brasileiro de Sociologia.** Belo Horizonte (MG), 2005.

PAULA, Maria do Carmo Lara de. O percurso da epifania na poética de Adélia Prado. In: **Revista Em Tese.** Belo Horizonte, v. 8, dez. 2004, p. 154-155.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo.** São Paulo: Contexto, 2005.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty e a repressão além-fronteiras: o Centro de Informações do Exterior - CIEX (1966-1986). In: FICO, C. (Org.). **1964-2004: 40 anos do golpe:** ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

PEREIRA, Ana Margarida. A escravidão na doutrina da igreja: temas e questões em debate da antiguidade à época moderna In: **Revista Escritas do Tempo** - v. 1, n. 3, nov/2019-fev/2020 - p. 8-33. Disponível em: <file:///C:/Users/Bonif%C3%A1cio/Downloads/1183-Texto%20Artigo-2905-1-10-20200229.pdf>. Acesso em 02 fev. 2021.

PERROT, Michelle. **O excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. In: INTERCOM, 2008, Rio Grande do Norte. **Anais eletrônicos...** Rio Grande do Norte: UFRN, 2008a. Disponível em: <http://www.inter-

com.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0716-1.pdf>. Acesso em: 12 set. 2021.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor. **Palavra Clave Revista**, v. 11, n. 2, p. 367-379, dez. 2008b. Disponível em: <[http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero\\_articulo?codigo=2882032&orden=0](http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2882032&orden=0)>. Acesso em 17 set. 2021.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária. In: INTERCOM, 2006, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: UnB, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0094-1.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2021.

PIMENTA, José. **A história oculta da Floresta:** Imaginário, conquista e povos indígenas no Acre. Linguagens Amazônicas, nº 2: 2003.

PIMENTA, José. **Índio não é todo igual.** A construção ashaninka da história e da política. 2002.

PINHEIRO, Francisco de Moura. **A invenção da florestania:** a participação da mídia acreana na construção de um novo discurso ideológico. Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2013.

PINHEIRO, Francisco de Moura. **Varadouro:** Um Jornal das Selvas como Instrumento de Cidadania. In: XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 37, 2015, Rio de Janeiro. Disponível em <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/indicautor.htm>>. Acesso em 15 jun. 2021.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945). In: **Canoa do Tempo:** Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, vol 1, nº 1 (2007). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007a.

PINHEIRO, Maria Luísa Ugarte. Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920. In: **Canoa do Tempo:** Revista

do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, vol. 1, n. 1 (2007). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007b.

PINHEIRO, Najara Ferrari. A noção de gênero para análise de textos midiáticos. In: Meurer, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas**: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru, São Paulo: EDUS, 2002.

PINTO, Françoise Latour da Veiga (colab. de António CARREIRA). A participação de Portugal no tráfico negreiro – forças em presença, movimentos de opinião no seio da sociedade portuguesa, impacte do tráfico no desenvolvimento socioeconómico de Portugal. In: VVAA. **O tráfico de escravos negros, sécs. XV-XIX**. Lisboa: Edições 70, 1981.

PINTO, Nelson Prado Alves. **Política da Borracha no Brasil**. A falência da borracha vegetal. São Paulo: Editora Hucitec/CRE, 1984.

PIXLEY, Jorge. BOFF, Clodovis. **Opção pelos Pobres**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1986.

PLAUTO apud BAUMAN, Zygmunt. **Vida em fragmentos** – sobre a ética pós-moderna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

PONTES FILHO, R. P. **Estudos de História do Amazonas**. Manaus: Editora Valer, 2000.

PORRO, Antônio. **O Povo das Águas**: Ensaio de Etno-História Amazônica. São Paulo: EDUSP, 2004.

PORTELA, Michelle da Costa. **Varadouro – um jornal das selvas**: um estudo sobre a vida no alternativo. Dissertação (Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, p. 107. 2009.

PORTO ALEGRE. Secretaria Municipal de Urbanismo. Supervisão de Desenvolvimento Urbano. **Urbano, rural, rururbano**: considerações da Supervisão do Desenvolvimento Urbano. Porto Alegre: PMPA, 2014.

POTIGUARA, José. **Terra Caída**. 3. ed. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1998.

PRANDI, Reginaldo. **Religião, sociedade e política**: a carismática despolitização da Igreja Católica. In: PIERUCCI, Antônio Flávio Pierucci; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil**: religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRIORI, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Editora da UNESP, 2001.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. São Paulo: Ática, 1987.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, Margareth. **“O Tráfico de Escravas Brancas”**. Os Prazeres da Noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RANGEL, Alberto. **Inferno verde** (scenas e cenários do Amazonas). 4. ed. Tours: Typographia Arrault, 1927.

RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**. 6. ed. Manaus: Valer, 2008.

RANZI, Alceu. Geoglifos. Patrimônio cultural do Acre. **Renvall Institute Publications**. Helsinki: Universidade de Helsink, 2003.

RANZI, Alceu. Geoglifos: a descoberta e o potencial turístico. In: SCHAAN, Denise Pahl; RANZI, Alceu; BARBOSA, Antonia Damasceno. **Geoglifos**: paisagens da Amazônia Ocidental. Rio Branco: GKNORONHA, 2010.

RANZI, Alceu; PÄRSSINEN, Martti. **Os Geoglifos e a Civilização Aquiri**. Florianópolis: Editora Offício; Helsinque, Madrid: Fundação Ibero-Americana da Finlândia, 2021.

- RANZI, Pedro. **Vamos falar o acreanês**. Rio Branco: Edufac, 2017.
- RAWLS, John. **Justiça como Equidade: Uma Reformulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- REASON, Peter. **Human Inquiry in action**. London: Sage, 1988.
- RECONSTRUCTION FINANCE CO. (RG. 234); Rubber Development Co. Entry 271; General Country File (Brazil); **Report on the brazilian rubber program**, part I; Jan, 1941 - Abril 1942.
- RECORD PAPELARIA. **Qual o correto: papel sulfite ou papel ofício?** 2012. Disponível em <<http://papelariarecord.blogspot.com/2012/08/qual-o-correto-papel-sulfite-ou-papel.html>>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.
- REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Tratado de comunicação organizacional e política**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
- REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Comunicação empresarial/comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas**. São Paulo: Summus, 1986.
- REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. **Jornalismo Empresarial**. São Paulo: Summus, 1984.
- REIMER, Haroldo. **Bíblia e ecologia**. São Paulo: Reflexão, 2010.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, p. 171-186, jan.-jun. de 2010.
- REIS, Arthur C. Ferreira. **Amazônia e a Cobiça Internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. O negro na empresa colonial dos portugueses na Amazônia. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA**

**DOS DESCOBRIMENTOS.** Actas. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações da Morte do Infante Dom Henrique, v. V, II parte, p. 347-353, 1961.

REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro.** Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola - documentário da vida rural, nº 5, 1953.

**RELATÓRIO da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: CNV, 2014, v. II.

RENAULT, David. A convergência tecnológica e o novo jornalismo. In: **BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH** - Volume 9 - Número 2 - 2013, p. 14. Disponível em: <http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/575/490> Acesso em: 22 ago. 2022.

RFC (RG. 284) - ROC. Entry 288. **Report on Field Trips in the Amazon Area**, 1943-44.

RIBEIRO, Darcy. **A Política Indigenista brasileira.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura - Serviço de Informação Agrícola, 1962.

RIBEIRO, Darcy. **Línguas e Culturas Indígenas do Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 23 reimpressões. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICHARD, Pablo. **A igreja latino-americana entre o temor e a esperança.** São Paulo: Paulinas, 1982.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Experiência, modernidade e campo dos media. In.: SANTANA, R. M. (Org.). **Reflexões sobre o mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Revan; Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2000.

RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860).** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROSSI, Dom Agnello. **Verdades, erros e perigos na teologia da libertação** (19-03-1985). In: AQUINO, Felipe. **Teologia da libertação**. Lorena (SP): Cleofas, 2002, p. 89.

ROTTA, Osmar. **Guia de dermatologia: clínica, cirúrgica e cosmiátrica**. Barueri: Manole; 2008, p. 593-608.

ROZOWYKWIAT, Tereza (Org.). **Meus queridos amigos: as crônicas de Dom Helder Câmara**. Recife: Cepe, 2016.

RUMBELSPERGER, Antônio Carlos F. O Projeto Calha Norte e os países da área: políticas e estratégias para a atuação do Brasil. In: **Revista da Escola Superior de Guerra**; Edição monografias. Ano X, Nº. 28. Rio de Janeiro, ESG, 1994.

SABOURIN, Eric. **Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais**. Estud.soc.agric, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, 2008: 151-184.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **A questão da evolução da cidadania política no Brasil**. Estudos Avançados. 2001, vol. 15, n. 42.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará: sob o regime da escravidão**. 3. ed. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2005.

SANTOS, Diego Pereira. **Entre Costas Brasileiras: o tráfico interno de escravos em direitura a Amazônia, c. 1778 - c. 1830**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Belém. 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia - 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiróz, 1980.

SAUNALUOMA, S. Pre-columbian earthworks in the Riberalta region of the bolivian Amazonia. **Amazônica (Museu Paraense Emilio Goeldi)**, v. 2, n. 1, p. 86-115, 2010.

SAUNALUOMA, S. schaan, d. Monumentality in Western Amazonian formative societies. **Antiqua**, v. 2, n. 1, 2012.

SCHAAN, D. P. et all. Geoglifos da Amazônia Ocidental: evidência de complexidade social entre povos de terra firme. **Revista de Arqueologia**, v. 20, p. 67-82, 2007.

SCHAAN, D. P. et all. New radiometric dates for Precolumbian (2000-700 BP) earthworks in western Amazonia, Brazil. **Journal of Field Archaeology**, v. 37, n. 2, 2012.

SCHAAN, D. P. Sacred Geographies of Ancient amazonia: Historical Ecology of Social Complexity. In: **Walnut Creek**. W012. Left Coast Press, p 233.

SCOLES, Ricardo. Do rio Madeira ao rio Trombetas: novas evidências ecológicas e históricas da origem antrópica dos castanhais amazônicos, in: **Novos Cadernos NAEA**. v. 14, n. 2, p. 265-282, dez. 2011. Belém, p. 266-267.

SECRETO, María Verónica. **Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Francisco Bento da. Do Rio de Janeiro para a Sibéria tropical: prisões e desterramentos para o Acre nos anos 1904 e 1910. In: **Revista Tempo e Argumento**, vol. 3, núm. 1, p. 161-179, 2011.



SILVA, Francisco Eleud Gomes da. **Batalha da Borracha: O contexto da migração cearense para a Amazônia no período de 1939 a 1970.** 2015. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas. 2015.

SILVA, Italva Miranda da. **Terreiros de Candomblé na Amazônia Acreana: Lutas e solidariedades na construção de territórios e identidades.** 2009. 124 p. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagem e Identidade) Ufac, Rio Branco, 2009.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães. **Um estudo sobre o gênero carta pessoal: das práticas comunicativas aos indícios de interatividade na escrita dos textos.** 2002. 209 p. Tese. (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte. 2002.

SILVA, José Graziano da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

SILVA, Leonardo Dantas (org.). **Estudos Sobre a Escravidão Negra.** Recife: Massangara, Fundação Joaquim Nabuco, 1988.

SILVA, Marley Antônia Silva da. **A extinção da Companhia de Comércio e o tráfico de africanos para o Estado do Grão-Pará e Rio Negro (1777-1815).** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Pará, Belém. 2012.

SILVA, Miguel Cruz e. **Guerra de conquista da Amazônia.** Brasília (DF): Editora Asasul, 1989.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Presidente Prudente: Revista NERA, Ano 7, n. 4, janeiro/julho de 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana.** Presidente Prudente. Tese (doutorado em Geografia) FCT/Unesp. 2005. 494p.

SIMONIAN, Lígia T. L. **Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura.** Belém: UFPA/NAEA, 2001, p. 71-103.

SINGER, Paul; BRANT, Vinícius Caldeira. **São Paulo: o povo em movimento.** Petrópolis: Vozes, 1983.

SLAVEVOYAGES. **Comércio Transatlântico de Escravos - Base de Dados.** Disponível em <https://www.slavevoyages.org/voyage/database#tables>. Acesso em 22 de abr. 2022.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SNIPC. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. In: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em 01 de fev. 2021.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. In: **Cidades.** Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 101-114, jan./dez., 2007.

STANFORD UNIVERSITY (ed.). **The world's rubber and it's regulation.** Stanford, Stanford University Press, 1945.

STARR, Chester G. **From Salerno to the Alps: a history of the fifth army (1943-45).** Washington, Infantry Journal Press. 1948.

STRAUSS, Anselm L. **Qualitative analysis for social scientists.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SUDAM - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Histórico - SUDAM.** 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/historico-sudam.pdf>. Acesso em: 30 set. de 2021.

SUSIN, Luiz Carlos. **Teologia da Libertação**. Verbete. Disponível em <http://latinoamericana.wiki.br/@@verbetes>. Acesso em 27 out. 2021.

SUSIN, Luiz Carlos; HAMMES, Érico João. **A Teologia da Libertação e a questão dos fundamentos**: em debate com Clodovis Boff. REB, Petrópolis, v. 68, n. 270, p. 392-406, 2008.

TAVARES, Diva Sueli Silva. **Da leitura da poesia à poesia da leitura**: a contribuição da poesia para o Ensino Médio. 2007. 300 f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN. 2007.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**: uma interpretação da Amazônia. Rio de Janeiro: Record, 1988. 284 p.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TORRES, Marcos Alberto; KOZEL, Salette. Paisagens sonoras: possíveis caminhos aos estudos culturais em geografia. In: **R. RAÍGA**, Curitiba, n. 20, p. 123-132, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transacional. V II, Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O Mundo dos jornalistas**. 3. ed. São Paulo: Summus editorial. 1992.

TRAVASSOS, Tarcisia. **Aspectos Funcionais e Organizacionais do Gênero Capa de Jornal**. Revista. Encontros de Vista, 8. 2011. Disponível em <[http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/10\\_Tarcisia\\_TravassosAspectos\\_funcionais\\_organizacionais\\_do\\_genero\\_capa\\_de\\_jornal.pdf](http://www.encontrosdevista.com.br/Artigos/10_Tarcisia_TravassosAspectos_funcionais_organizacionais_do_genero_capa_de_jornal.pdf)>. Acesso em 21 de jan. 2021.

TRINDADE, Thiago Berlanga. **Geoglifos, zanjas or earthwoks?** Levantamento geral dos sítios arqueológicos com estruturas de terra em vala no médio rio Guaporé (RO) e análise comparada com os demais sítios no Sudoeste da Bacia Amazônica. 2015. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRUDEL, Jacques. **A homilia e sua preparação segundo o Papa Francisco.** 2018. Disponível em <<https://www.vidapastoral.com.br/edicao/a-homilia-e-sua-preparacao-segundo-o-papa-francisco/>>. Acesso em 07 de outubro de 2021.

TV SENADO. **Senado Notícias.** Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/igp-di#:~:text=%C3%8Dndice%20Geral%20de%20Pre%C3%A7os%2FDisponibilidade,a%20infla%C3%A7%C3%A3o%20oficial%20no%20Brasil>>. Acesso em 1º de fevereiro de 2021.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VALENTE, Rubens. **História de sangue e resistência indígena na ditadura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VANDRÉ, Geraldo. **Vou Caminhando.** Rio de Janeiro: Latin Beat Records, 1965. Disponível em: <https://letrasweb.com.br/geraldo-vandre/vou-caminhando.html>. Acesso em 1 jun. 2021.

**VARADOURO:** um jornal das selvas. Rio Branco, Acre: [s.n.], ano I, n. 6, p. 20, dez. 1977.

VASQUEZ, G. G. Equipamento tem versão elétrica e manual. In: **Folha de Londrina.** (2006). Disponível em <<https://www.folhadelondrina.com.br/folha-2/equipamento-tem-versao-eletrica-e-manual-583787.html>>. Acesso em 01 fev. 2021.

VENTURA, Zuenir. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. Aparecida/SP: Ed. Santuário, 2007.

VIEIRA, Marcelo Luciano. Uma breve visita à história de construção do Morhan. In: MORHAN. **Cadernos do Morhan**. Nº 01. 2006. Disponível em <[http://www.morhan.org.br/views/upload/caderno\\_01.pdf](http://www.morhan.org.br/views/upload/caderno_01.pdf)>. Acesso em 04 de outubro de 2021.

WAGNER, Carlos. Repórteres, vocês lembram do “Gillette Press”? In: **Histórias mal contadas**. 2018. Disponível em <<https://carloswagner.jor.br/blog/reporteres-voce-lembram-do-gillette-press/>>. Acesso em 02 mar. 2020.

WATLING, J.; IRIARTE, J.; MAYLE, F. E.; SCHAAN, D.; PESSEDA, L. C. R.; LOADER, N. J.; STREEN-PERROTT, F. A.; DICKAU, R. E.; DAMASCENO, A.; RANZI, A. Impacto of pre-Columbian “geoglyph” builders on Amazonian forests. In: **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**. 2017. 114(8): 1868-1873.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito capitalista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WEISS, Zezé. **Vozes da Floresta**. Xapuri (AC) / Formosa (GO): Xapuri Editora, 2008.

WEY, H. **O processo de Relações Públicas**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1986.

WILKINSON, Xênia. **Tapping the Amazon Victory: Brazil’s “Battle for Rubber” of World War II**. Georgetown University, 2009.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta, Uma História: Alto Juruá, Acre, 1890-1945**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Portugal: Difusão Editorial S.A., 1997.

WOORTMANN, Ellen F. Família, mulher e meio ambiente no seringal. In: NIEMEYER, Ana Maria de; PIETRAFESA DE GODÓI, Emília (Orgs.). **Além dos territórios:** para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

YAMAMOTO, Eduardo Y. A natureza da comunicação popular e comunitária. In: **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2007, Santos. XXX Congresso Intercom. São Paulo: Intercom, 2007.

ZAID, Charles (org). **Preliminary Inventory of the Records of the Reconstruction Finance Corporation – 1932-1964**. In: National Archives & Record Service. Washington. 1973, p. 2,098.

ZUMTHOR, Paul. **Escritura e Nomadismo**. Entrevistas e ensaios. Trad. Jéruza Pires Ferreira, Sonia Queiroz, Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

## LEIS E DOCUMENTOS DA IGREJA CATÓLICA

ARCEBISPO MOACYR GRECHI, OSM. In: **Catholic-Hierarchy:** Information on the Bishops and Diocese of the World. 2020. Disponível em <<http://www.catholic-hierarchy.org/diocese/dribr.html>>. Acesso em 22 de jun. 2020.

BERNARDI, Dom Próspero. **Carta do dia 02.12.1921**. Archivio Generale OSM. Roma.

BERNARDI, Dom Próspero. **Le missioni del Brasile**, em L'Addolorata, fasc. V, Firenze 1922.

BISPOS DA AMÉRICA LATINA. **II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano:** conclusões de Medellín. São Paulo: Edições Paulinas, 1968.

CARTA A DOM AGNELLO ROSSI. Arcebispo, Bispos e Padres da regional leste II reunidos em Teófilo Otoni (MG) setembro de 1968. In: **DOS-SIÊ DEOPS/SP-50-G-05:** 205, Pasta 02. 1968.

**Carta do primeiro encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal.** Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-da-amazonia/1802-carta-do-primeiro-encontro-da-igreja-catolica-na-amazonia-legal>. Acessado em 03 jan. 2021.

CASALDÁLIGA, Dom Pedro. **Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social.** São Félix (MT), 10 de outubro de 1971.

**CATECISMO da Igreja Católica.** Vaticano: 1992. Não paginado. Disponível em <[http://www.vatican.va/archive/cathechism\\_po/index\\_new/p3s-2cap1\\_2083-2195\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p3s-2cap1_2083-2195_po.html)>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

CAVAZZUTI, Tomas. **Pastoral e Análise Social: A Contribuição Do Marxismo.** Caderno do CEAS, nº 94. nov/dez de 1984.

CELAM, Conclusões de Medellín. **II Conferência Geral do episcopado Latino Americano.** São Paulo: Paulinas, 1984.

CELAM. **Documento de Puebla.** A evangelização no presente e no futuro da América Latina. III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

CHENEY, David M. **The Hierarchy of the Catholic Church Current and historical information about its bishops and dioceses.** Disponível em: <http://web.archive.org/web/20190613053100/http://www.catholic-hierarchy.org/>. Acesso em 30 jan. 2021.

CHEZA, Maurice; MARTÍNEZ SAAVEDRA, Luis; SAUVAGE Pierre (sous la direction de). **Dictionnaire historique de la théologie de la libération.** Bruxelles / Paris: Lessius Éditions jésuites, 2017.

CNBB - **Documento 105: Os cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade: sal da terra e luz do mundo,** 2016.

CNBB - **Documento 62: A missão e ministérios de cristãos leigos e leigas,** 1999.

CNBB. **Campanha da Fraternidade**. 1984. Disponível em <http://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1984#:~:text=O%20objetivo%20geral%3A,%2C%20intelectual%2C%20psicol%C3%B3gica%20e%20f%C3%ADsica>. Acesso em 18 fev. 2021.

CNBB. **Comunidade de Comunidades: Uma nova Paróquia**. Documento 100. Brasília. Edições CNBB, 2014a.

CNBB. **Diretório de Comunicação da Igreja no Brasil**. Brasília: Edições CNBB, 2014b.

CNBB. **Plano de emergência para a Igreja do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Dom Bosco, 1963.

CNBB. **Saiba quantas circunscrições religiosas tem no Brasil e quais as Dioceses no país encontram-se vacantes, à espera de um novo pastor**. 2021. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/saiba-quantos-circunscricoes-religiosas-tem-no-brasil-e-quais-as-dioceses-no-pais-encontram-se-vacantes-a-espera-de-um-novo-pastor/>. Acesso em 30 ago. 2021.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Decreto sobre os meios de comunicação social (InterMirifica)**. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2013.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. **Constituição Dogmática “Lumen Gentium”**. Vaticano: 1964. Não paginado. Disponível em <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19641121\\_lumen-gentium\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html)>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. **Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina “Dei Verbum”**. Vaticano: 1965a. Não paginado. Disponível em <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651118\\_dei-verbum\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html)>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. **Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo actual “Gaudium Et Spes”**. Vaticano: 1965b. Não paginado. Disponível em <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_cou](http://www.vatican.va/archive/hist_cou)



ncils/ii\_vatican\_council/documents/vat-ii\_const\_19651207\_gaudium-et-spes\_po.html>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. **Decreto *Apostolicam Actuositatem* sobre o apostolado dos leigos**. Vaticano: 1965. Não paginado. Disponível em <[https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19651118\\_apostolicam-actuositatem\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651118_apostolicam-actuositatem_po.html)>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. **Evangelii Gaudium**, nº 28. Vaticano: 2013. Não paginado. Disponível em <[http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/documents/papa-francesco\\_esortazione-ap\\_20131124\\_evangelii-gaudium.html#Uma\\_renova%C3%A7%C3%A3o\\_ecclesial\\_inadi%C3%A1vel\\_](http://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html#Uma_renova%C3%A7%C3%A3o_ecclesial_inadi%C3%A1vel_)>. Acesso em 21 dez. 2020.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Conciliar **Sacrosanctum Concilium** sobre a Sagrada Liturgia, 04.13.1963. 1963. Disponível em: <[http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19631204\\_sacrosanctum-concilium\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html)>. Acesso em: 26 fev. 2022.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. In: **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONCÍLIO VATICANO II: **Decreto *Apostolicam Actuositatem* sobre o Apostolado dos Leigos**, 18 de novembro de 1965c.

DECLARAÇÃO DA CNBB. Sobre a Situação Nacional (27 a 29/05/64). In: **REB**, v. 24 fasc. 2, junho de 1964.

DIOCESE DE RIO BRANCO. **Casa de acolhida Souza Araújo**. Disponível em <<http://www.diocesederiobranco.org.br/obras-sociais/casa-de-acolhida-souza-araujo/>>. Acesso em 04 out. de 2021.

DIOCESE DE RIO BRANCO. Ordem das Servas de Maria. In: **Livro do Tombo**. Rio Branco, 1986.

DIOCESE OF CRUZEIRO DO SUL. In: **Catholic-Hierarchy**: Information on the Bishops and Diocese of the World. 2020. Disponível em <http://web.archive.org/web/20201107091302/https://www.catholic-hierarchy.org/diocese/dczds.html>. Acesso em 23 de jun. 2020.

DIOCESE OF RIO BRANCO. In: **Catholic-Hierarchy**: Information on the Bishops and Diocese of the World. 2020. Disponível em <http://www.catholic-hierarchy.org/diocese/dribr.html>. Acesso em 22 de jun. 2020.

DIRECTORIO, 1758, p. 12 apud PEREIRA, Ana Margarida. A escravidão na doutrina da igreja: temas e questões em debate da antiguidade à época moderna In: **Revista Escritas do Tempo** - v. 1, n. 3, nov/2019-fev/2020 - p. 8-33. Disponível em: <file:///C:/Users/Bonif%C3%A1cio/Downloads/1183-Texto%20Artigo-2905-1-10-20200229.pdf>. Acesso em 02 fev. 2021.

DIRECTORIO. **Que se deve observar nas povoações dos índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario**. Lisboa: Na Oficina de Miguel Rodrigues, 1758.

DOCUMENTO de Bispos do Centro-Oeste. **Marginalização de Um Povo** – Grito das Igrejas. Goiânia. 06 de maio de 1973.

Documento de Santarém (1972) – Linhas prioritárias da Pastoral da Amazônia. In: OLIVEIRA, José Ademir de; GUIDOTTI, Humberto. **A Igreja arma sua tenda na Amazônia**: 25 anos do encontro pastoral de Santarém. Manaus, Editora da Universidade do Amazonas, 2000.

**Documentos das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano**. Documentos da Igreja. Paulinas Multimídia, 2001. CD-ROM.

FRANCISCO, Papa. **Carta ao Presidente da Comissão para a América Latina, Cardeal Marc Ouellet**, 2016.

JOANNES PAULUS II, Papa. A religião nos mass media. Mensagem para o XXIII dia das comunicações sociais. In: **L'Osservatore Romano**, Ano XX, nº 5 (29 de janeiro de 1989).

JOÃO PAULO II, Papa. A religião nas mídias de massa. Mensagem para o XXIII dia das comunicações sociais. In: **L'Osservatore Romano**, ed. em português, ano XXVIII, n. 42, 18/10/1997, p. 7. Cidade do Vaticano tipografia do Vaticano, 1997.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica Centesimus annus**. São Paulo: Loyola, 1991.

JOÃO PAULO II, Papa. **Exortação apostólica *Christifideles laici*** (Sobre vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo). São Paulo: Loyola, 1989.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica *Mater et Magistra*** (Sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã). São Paulo: Paulinas, 1961. BIGO, Pierre. **A Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1969.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica *Mater et Magistra*** (Sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã). São Paulo: Paulinas, 1961.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica *Pacem in Terris*** (Sobre a paz de todos os povos). São Paulo: Paulus, [1963] 1998.

João XXIII, Papa. **Discurso de sua Santidade Papa João XXIII na abertura solene do SS. Concílio**. 1962. Não paginado. Disponível em < [https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf\\_j-xxiii\\_spe\\_19621011\\_opening-council.html](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.html)>. Acesso em 25 de agosto de 2021.

JOÃO XXIII, Papa. **Discurso do Papa João XXIII na abertura solene do Concílio**. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2004.

MEDELLÍN, Documento Pastoral de Conjunto, n.º 10. **A Igreja na atual transformação da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1969.

PAULO VI, Papa. **Carta Apostólica *Octogésima Adveniens***. 1971. São Paulo: Paulus, 1997.

PAULO VI, Papa. **Carta Encíclica *Populorum progressio*** (sobre o desenvolvimento dos povos). São Paulo: Paulinas, 1967.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica *Quadragesimo anno***. São Paulo: Paulinas, 2009 [1931].

Pio XII, Papa. Discurso aos Cardeais recém empossados (20 de fevereiro de 1946) In: JOÃO PAULO II, Papa. **Exortação apostólica pós-sinodal *Reconciliatio et paenitentia*** (Sobre a reconciliação e a penitência na missão da Igreja hoje). São Paulo: Paulinas, 1984.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A Interpretação da Bíblia na Igreja**. 1993. Não paginado. Disponível em <[https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/pcb\\_documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19930415\\_interpretazione\\_po.html#top](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/pcb_documents/rc_con_cfaith_doc_19930415_interpretazione_po.html#top)>. Acesso em 27 de setembro de 2021.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. **A Interpretação da Bíblia na Igreja**. 1993. Não paginado. Disponível em <[https://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/pcb\\_documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19930415\\_interpretazione\\_po.html#top](https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/pcb_documents/rc_con_cfaith_doc_19930415_interpretazione_po.html#top)>. Acesso em 27 de setembro de 2021.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da doutrina social da Igreja**. Tradução: CNBB. São Paulo: Paulinas, 2005.

PRELAZIA DO ACRE E PURUS. **Livro do Tombo da Prelazia do Acre e Purus**, 1920-1970. Sena Madureira/Rio Branco, (manuscrito).

PRIMEIRO Encontro inter-regional dos Bispos da Amazônia, Manaus 2 a 6 de julho de 1952. **Documento final**. Em: <http://www.gentedeopiniao.com.br/noticia/carta-do-1-encontro-da-igreja-catolica-na-amazonia-legal/118154>. Acessado em 02 jan. 2020.

PUEBLA. **A evangelização no presente e no futuro da América Latina**. São Paulo: Loyola, 1979.

PUEBLA. Documento Final. In: **Documentos das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano**. Documentos da Igreja. Paulinas Multimídia, 2001. CD-ROM.

RATZINGER, Cardeal Joseph; BALTHASAR, Hans Urs Von. **Maria, Primeira Igreja**. Coimbra: Coimbra, 1997. p. 75.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. **Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação**. Roma, 6 de agosto de 1984. Petrópolis (RJ), Vozes, 1984.

Sínodo dos Leigos: **Exortação Pós-Sinodal *Christifidelis Laici*, sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo**, 1988.

SNL - SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA. Aclamações às leituras nas missas. In: SNL. **Santuário de Fátima**. Fátima (Portugal). Disponível em <[https://www.liturgia.pt/questoes/questao\\_v.php?cod\\_quest=122](https://www.liturgia.pt/questoes/questao_v.php?cod_quest=122)>. Acesso em 07 de outubro de 2021.

VATICANO II. **Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2001.

VATICANO. **Carta do Papa João Paulo II aos Bispos da Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil**. 1986. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1986/documents/hf\\_jp-ii\\_let\\_19860409\\_conf-episcopale-brasile.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/1986/documents/hf_jp-ii_let_19860409_conf-episcopale-brasile.html). Acesso em 30 mar. 2022.

VATICANO. **CATECISMO da Igreja Católica**. Vaticano: 1992. Não paginado. Disponível em <[http://www.vatican.va/archive/cathechism\\_po/index\\_new/p3s2cap1\\_2083-2195\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p3s2cap1_2083-2195_po.html)>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

VATICANO. **Constituição Apostólica “Pastor Bonus” sobre a Cúria Romana**. 1988. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost\\_constitutions/documents/hf\\_jp-ii\\_apc\\_19880628\\_pastor-bonus.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_constitutions/documents/hf_jp-ii_apc_19880628_pastor-bonus.html). Acesso em 31 mar. 2022.

## EXEMPLARES DO BOLETIM INFORMATIVO NÓS, IRMÃOS

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1971, dezembro, ano I, nº 01.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1972, janeiro, ano I, nº 02.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1972, fevereiro, ano I, nº 03.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1972, março, ano I, nº 04.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1972, abril, ano I, nº 05.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1972, maio, ano I, nº 06.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1972, junho, ano I, nº 07.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1972, julho, ano I, nº 08.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1972, agosto, ano I, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1972, setembro, ano I, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1972, outubro, ano I, nº 10.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1972, novembro, ano I, nº 11.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1972, dezembro, ano I, nº 12.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1973, janeiro, ano II, nº 01.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1973, janeiro, ano II, nº 02.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1973, fevereiro, ano II, nº 03.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1973, março, ano II, nº 04.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1973, abril, ano II, nº 05.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1973, maio, ano II, nº 06.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1973, junho, ano II, nº 07.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1973, julho, ano II, nº 08.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1973, agosto, ano II, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1973, setembro, ano II, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1973, outubro, ano II, nº 10.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1973, novembro, ano II, nº 11.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1973, dezembro, ano II, nº 12.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1974, janeiro, ano III, nº 01.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1974, fevereiro-março, ano III, nº 02.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1974, abril, ano III, nº 03.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1974, maio, ano III, nº 04.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1974, junho, ano III, nº 05.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1974, julho, ano III, nº 06.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1974, agosto, ano III, nº 07.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1974, setembro-outubro-novembro, ano III, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1974, dezembro, ano III, nº 10.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1975, janeiro, ano IV, nº 01.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1975, fevereiro, ano IV, nº 02.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1975, março, ano IV, nº 03.



**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1975, maio, ano IV, nº 04.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1975, junho, ano IV, nº 05.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1975, julho, ano IV, nº 06.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1975, agosto, ano IV, nº 07.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1975, setembro, ano IV, nº 08.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1975, outubro, ano IV, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1975, novembro, ano IV, nº 10.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1975, dezembro, ano IV, nº 11.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1976, janeiro, ano V, nº 01.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1976, fevereiro, ano V, nº 02.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1976, março, ano V, nº 03.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1976, abril, ano V, nº 04.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1976, maio, ano V, nº 05.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1976, junho, ano V, nº 06.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1976, julho, ano V, nº 07.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1976, agosto, ano V, nº 08.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1976, setembro, ano V, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1976, outubro, ano V, nº 10.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1976, novembro, ano V, nº 11.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1976, dezembro, ano V, nº 12.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1977, janeiro, ano VI, nº 01.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1977, fevereiro, ano VI, nº 02.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1977, março, ano VI, nº 03.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1977, abril, ano VI, nº 04.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1977, maio, ano VI, nº 05.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1977, junho, ano VI, nº 06.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1977, julho, ano VI, nº 07.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1977, agosto, ano VI, nº 08.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1977, setembro, ano VI, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1977, outubro, ano VI, nº 10.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1977, novembro, ano VI, nº 11.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1977, dezembro, ano VI, nº 12.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1978, janeiro, ano VII, nº 01.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1978, fevereiro, ano VII, nº 02.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1978, março, ano VII, nº 03.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1978, abril, ano VII, nº 04.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1978, maio, ano VII, nº 05.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1978, junho, ano VII, nº 06.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1978, julho, ano VII, nº 07.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1978, agosto, ano VII, nº 08.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1978, setembro, ano VII, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1978, outubro, ano VII, nº 10.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1978, dezembro, ano VII, nº 11.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1979, janeiro, ano VIII, nº 01.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1979, fevereiro, ano VIII, nº 02.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1979, março, ano VIII, nº 03.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1979, abril, ano VIII, nº 04.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1979, maio, ano VIII, nº 05.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1979, junho, ano VIII, nº 06.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1979, julho, ano VIII, nº 07.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1979, agosto, ano VIII, nº 08.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1979, setembro, ano VIII, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1979, outubro, ano VIII, nº 10.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1979, novembro, ano VIII, nº 11.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1979, dezembro, ano VIII, nº 12.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, janeiro, ano IX, nº 01.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, fevereiro, ano IX, nº 02.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, março, ano IX, nº 03.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, abril, ano IX, nº 04.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, maio, ano IX, nº 05.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, junho, ano IX, nº 06.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, julho, ano IX, nº 07.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, agosto, ano IX, nº 08.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, setembro, ano IX, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, outubro, ano IX, nº 10.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, novembro, ano IX, nº 11.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1980, dezembro, ano IX, nº 12.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1981, janeiro, ano X, nº 01.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1981, fevereiro, ano X, nº 02.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1981, março, ano X, nº 03.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1981, maio, ano X, nº 04.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1981, junho, ano X, nº 05.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1981, julho-agosto, ano X, nº 06.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1981, setembro, ano X, nº 07.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1981, outubro, ano X, nº 08.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1981, novembro, ano X, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1981, dezembro, ano X, nº 10.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1982, janeiro-fevereiro, ano XI, nº 01.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1982, março, ano XI, nº 02.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1982, abril, ano XI, nº 03.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1982, maio, ano XI, nº 04.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1982, junho, ano XI, nº 05.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1982, julho, ano XI, nº 06.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1982, agosto, ano XI, nº 07.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1982, setembro, ano XI, nº 08.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1982, outubro, ano XI, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1982, novembro, ano XI, nº 10.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1982, dezembro, ano XI, nº 11.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1983, janeiro, ano XII, nº 01.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1983, março, ano XII, nº 02.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1983, abril, ano XII, nº 03.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1983, maio, ano XII, nº 04.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1983, junho, ano XII, nº 05.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1983, julho, ano XII, nº 06.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1983, agosto, ano XII, nº 07.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1983, setembro, ano XII, nº 08.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1983, outubro, ano XII, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1983, novembro, ano XII, nº 10.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1983, dezembro, ano XII, nº 11.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1984, janeiro-fevereiro, ano XIII, nº 01.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1984, março, ano XIII, nº 02.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1984, abril, ano XIII, nº 03.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1984, maio, ano XIII, nº 04.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1984, junho, ano XIII, nº 05.



**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1984, julho, ano XIII, nº 07.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1984, agosto, ano XIII, nº 08.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1984, setembro, ano XIII, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1984, outubro, ano XIII, nº 10.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1984, novembro, ano XIII, nº 11.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1984, dezembro, ano XIII, nº 12.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1985, janeiro-fevereiro, ano XIV, nº 01.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1985, abril, ano XIV, nº 02.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1985, maio, ano XIV, nº 03.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1985, junho, ano XIV, nº 04.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1985, julho, ano XIV, nº 05.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1985, agosto, ano XIV, nº 06.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1985, setembro, ano XIV, nº 07.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1985, outubro, ano XIV, nº 08.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1985, novembro, ano XIV, nº 09.

**Boletim Nós, Irmãos.** Prelazia do Acre-Purus. Rio Branco, Acre, 1985, dezembro, ano XVI, nº 10.

## **LEIS, DECRETOS, NORMAS E OUTROS DOCUMENTOS OFICIAIS BRASILEIROS**

BRASIL. Constituição (1946). **Emenda constitucional** nº 10, de 09 de novembro de 1964. Brasília, 1964. Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc\\_anterior1988/emc10-64.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc10-64.htm)>. Acesso em 25 de outubro de 2021.

BRASIL. **Constituição** (1969). Lex: Constituição da República Federativa do Brasil, de 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm). Acesso em: 25 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 58.599**, de 13 de junho de 1966. Estabelece normas para confecção e emissões de selos postais e outras fórmulas de franqueamento de correspondência. Diário Oficial da União (DOFC PUB - Seção 1 - 15/6/1966, Página 6417). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58599-13-junho-1966-399293-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 02 de fev. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.451**, de 09/06/42 (Autoriza a constituição do Banco de Crédito da Borracha, e dá outras providências).

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.044**, de 04/1/42 (Cria a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (S.A.V.A.), e dá outras providências).

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.185**, de 12/01/42 (Modifica o decreto-lei nº 4451, de 09 de julho de 1942, que autoriza a constituição do Banco de Crédito da Borracha, e dá outras providências).

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.225**, de 01 de fevereiro de 1943. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5225-1-fevereiro-1943-415290-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.813**, de 14/09/43 (Aprova o acordo relativo ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia, e dá outras providências).

BRASIL. **Decreto-Lei nº 70.430**, de 17/04/72 (Estabelece a assistência às pessoas domiciliados na área dos planos de desenvolvimento agropecuários financiados por incentivos fiscais e, em área pioneiras, por estabelecimentos oficiais de crédito).

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.416**, de 21/12/45 (Extingue a Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (C.A.E.T.A.) e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (S.A.V.A.) e dá outras providências).

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.882**, de 16/09/46 (Autoriza a elaboração de um plano para a assistência aos trabalhadores da borracha).

BRASIL. Estratégia Saúde da Família. In: BRASIL. **Ministério da Saúde**. Disponível em <https://aps.saude.gov.br/ape/esf/esf/composicao>. Acesso em 28 de out. 2022.

BRASIL. Estratégia Saúde da Família. In: **Ministério da Saúde**. Disponível em <https://aps.saude.gov.br/ape/esf/esf/composicao>. Acesso em 28 de out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.330**, de 1 jun. 1964. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4330.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4330.htm)>. Acesso em 30 de novembro de 2020.

BRASIL. **Lei nº 1.147**, de 25 de junho de 1950 (Estabelece medidas de amparo e assistência aos ex-combatentes). Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1147-25-junho-1950-363399-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 19 de setembro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964 (dispões sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências). Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm)>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.250**, de 09 de fevereiro de 1967 (regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação). Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm)>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.001**, de 19 de dezembro de 1973 (dispões sobre o Estatuto do Índio). Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20C3%8Dndio.&text=Art.,Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.001%2C%20DE%2019,sobre%20o%20Estatuto%20do%20C3%8Dndio.&text=Art.,Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico.)>. Acesso em 24 de agosto de 2021.

BRASIL. **Lei nº 2.040**, de 28 de setembro de 1871 (Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos...). Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm). Acesso em 22 de abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 3.270**, de 28 de setembro de 1885 (Regula a extinção gradual do elemento servil). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3270.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm). Acesso em 22 de abril de 2022.

BRASIL. **Lei nº 3.353**, de 13 de maio de 1888 (Declara extinta a escravidão no Brasil). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim3353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm). Acesso em 22 de abril de 2022.

BRASIL. **Lei nº 581**, de 4 de setembro de 1850 (Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm). Acesso em 22 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 601**, de 18 de setembro de 1850 (Dispõe sobre as terras devolutas do Império). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em 22 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.784**, de 22 de setembro de 2008. Art. 53 da ADCT da CF de 1988.

BRASIL. **Lei nº 4.341**, com a finalidade de superintender e coordenar nacionalmente as atividades de informação e de contra-informação, em particular aquelas de interesse para a segurança nacional. Disponível em <[BRASIL. \*\*Lei nº 5.315\*\*, de 1967.](http://whttps://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-norma-pl.html#:~:text=EMENTA%3A%20Cria%20o%20Servi%C3%A7o%20Nacional%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es.&text=Vide%20Norma(s)%3A,%2D%20(Extin%C3%A7%C3%A3o%20de%20Gratifica%C3%A7%C3%A3o).>. Acesso em 20 de setembro de 2020.</p></div><div data-bbox=)

BRASIL. **Lei nº 7.986**, de 28/12/89 (Regulamenta a concessão do benefício previsto no artigo 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências).

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Programa de Reforma Agrária para o Desenvolvimento Sustentável do Acre: Plano Regional de Reforma Agrária (2004-2007)**. Rio Branco, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/MDA, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - 1**. PNRA: 1985-1989: decreto n. 91.766, de 10 de outubro de 1985.

BRASIL. **Projetos de Reforma Agrária Conforme fases de Implementação**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. DF: SIPRA/SDM, 2020. Disponível em <[http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos\\_criados-geral.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf)>. Acesso em 29 de maio de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 554**, de 25 de abril de 1969. (Regula o processo especial de desapropriação dos imóveis rurais situados em áreas ditas preferenciais, ou seja, em zonas críticas ou de tensão social).

BRASIL. **Lei Federal nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. (Dispõe do Estatuto da Terra e dá outras providências).

BRASIL. **Lei nº 601**, de 18 de setembro de 1850. (Dispõe sobre as terras devolutas ao Império).

INCRA. Relatório 0027 SIPRA/INCRA. In: BRASIL. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em 20 de dez. 2022.

INCRA. Relatório 0027 SIPRA/INCRA. In: BRASIL. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em 20 de dez. 2022.

**Indicação nº 82**, de 22/05/46 (Sugere ao Poder Executivo que se faça retornar ao Ceará os soldados da borracha, decretando, destarte, a imigração dos cearenses).

**PEC Nº 556/2002** (Dá nova redação ao artigo 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal).

**Projeto de Lei nº 509**, de 25/07/47 (Determina concessão de auxílio financeiro aos soldados da borracha incapacitados, e às famílias dos ausentes ou falecidos em virtude da mobilização para o esforço de guerra na Amazônia, e outras providências).

**Requerimento nº 268**, de 03/07/46 (Requer a nomeação de uma Comissão de Parlamentares, incumbida de proceder à abertura de um inquérito para apurar a situação dos que tomaram parte no chamado exército da Borracha).

## DOCUMENTOS DO SNI NA HEMEROTECA NACIONAL

BRASIL. **Arquivo Nacional**, **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80000827**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, **SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_69003265**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, **SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_69006808**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, **SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_76099815**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, **SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_78109855**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, **SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_78113706**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, **SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_79002560**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, **SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_81012331**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, **SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_81012427**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_81013464**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_81013789**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_81021288**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_82023912**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_82023959**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_82028382**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_83031021**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_83032154**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_83035657**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_83037512**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.



BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_83037575**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_83038211**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 29 de mar. de 2020.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_84039956**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_84042611**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_85049424**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_85051236**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_86054030**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_88065297**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 30 de mac. de 2020.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_89070072**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_89072999**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_CCC\_80003791**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_79000394**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 20 de mai. de 2020.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80000419**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80000469**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80000625**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80000629**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80000639**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80000689**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80000716**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80000775**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80000827**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80000842**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80000875**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80001014**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80001108**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80001120**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_80001145**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001158**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001278**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001301**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 01 de abr. de 2020.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001307**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001311**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001411**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001461**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001475**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001493**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001589**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001653**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001693**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001731**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_81001739**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82001964**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002003**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002004**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002149**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002320**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002443**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002469**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002700**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002711**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002790**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002833**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002867**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_82002886**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 26 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_83003235**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_83003240**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_83003347**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_83003602**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_83003944**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_83004236**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_83004349**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_83004363**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_83004391**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 19 de mar. de 2020.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_84004477**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_84004522**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_84004668**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_84004793**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_84004867**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_LLL\_84005073**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_NNN\_81001545**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

*Referências*

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_NNN\_86006370**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_DFANBSB\_VAZ\_0\_0\_06116**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_RJANRIO\_TT\_0\_MCP\_AVU\_0477**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 24 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_RJANRIO\_TT\_0\_MCP\_AVU\_0501**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.

BRASIL. **Arquivo Nacional**, SNI: **BR\_RJANRIO\_TT\_0\_MCP\_PRO\_0712**. Disponível em <<http://memoriasreveladas.gov.br>>. Acesso em 25 de out. de 2019.





**O AUTOR**

---



## REGINÂMIO BONIFÁCIO DE LIMA

**Reginâmio Bonifácio de Lima** nasceu em Rio Branco - Acre, dia 24 de maio de 1977. Autista, negro e sonhador. Filho de Severino Ferreira Lima e de Maria Bonifácio de Lima; tem 05 irmãos: Reginaldo B. Lima, Regineison B. Lima, Regiglenis B. Lima e Pedro B. Lima. Foi casado com Maria I. G. C. Bonifácio. É pai de Rafael Matias e de Sara Raquel.

Cientista, teólogo e literata é Professor de História na Universidade Federal do Acre (desde 2013). Pós-Doutor em Patrimônio Histórico e Cultural (PUCRS - 2024). Doutor em História (PUCRS - 2023). Doutor em Teologia (FATEBOM - 2005). Licenciado em História (Ufac - 2001). Membro da Academia Brasileira Virtual de Letras (desde 2008). Sócio efetivo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC (desde 2013). Vice Coordenador da 22<sup>a</sup>. SBPC Jovem (2014). Membro da Academia Acreana de Letras (desde 2015). Pesquisador do Laboratório de Estudos Educacionais e Humanísticos Aplicados da Ufac (desde 2015). Pesquisador do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas da PUCRS (desde 2021). Embaixador da ONBH (2024). Líder do Grupo de Pesquisa Sobre Terras e Gentes, ligado ao CNPq.

Entre outras atividades, atuou como recenseador do IBGE (1996); como Pesquisador e Policial Proerd na Diretoria de Ensino da PMAC (entre 2003 e 2012); como professor de história na Prefeitura de Rio Branco (2007) e na SEE do Acre (1999 e 2004); como professor no Curso de Teologia na Faculdade Teológica Batista Betel (2008); como Coordenador da Pós-Graduação lato sensu em Bibliologia, no Seminário Teológico Kergima (2008); como Coordenador da Câmara Temática de Historiografia Acreana da Fundação Garibaldi Brasil (2007 e 2008); como Vice Coordenador da 22<sup>a</sup>. SBPC Jovem (2014); como pesquisador do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas no Museu de Ciências e Tecnologia da PUCRS (desde 2021); e, como embaixador da “ONBH - Olimpíada Nacional Brasileira de História” (2024).

Reginâmio Lima é o autor de mais de cinco dúzias de obras (algumas reproduzidas em outros países) dentre as quais se destacam: *Da morte para a vida* (1993); *Sobre Terras e Gentes: o Terceiro Eixo Ocupacional de Rio Branco* (2006; 2020); *O Sermão da Montanha: cristianismo essencial* (2006; 2010); *Retorno à Santidade: de volta aos braços do Pai* (2006; 2010); *Habitantes e Habitat* (2007; 2009); *Habitantes e Habitat: a expansão da fronteira* (2007); *Proerd Rio Branco: crianças e adolescentes de bem com a vida* (2007); *Proerd Acre* (2008); *Memórias de Velhos* (2008; 2020); *Habitantes e Habitat: Vila do Incra e Porto Acre* (2009); *Contos e Poesias de Minha Terra* (2009); *O Monte: em busca do Altíssimo* (2010); *Israel: testemunhas do reino* (2010); *Jesus: a missão do Cristo* (2010); *Matriz curricular para a formação da Guarda Mirim* (2013); *Uma História do Acre em Retalhos* (2014; 2022; 2023); *Literacia: ler, sonhar, viajar* (2018); *Foi assim: um imortal antes de tudo humano* (2019); *A saga do herói* (2019); *O livro: da ideia à publicação* (2021); *Memorial 40 anos do Colégio de Aplicação da Ufac* (2021); *Caminhos da Educação* (2021); *Poesias de Amor, desalento e acalanto* (2022); *Pedra Cinza* (2023); *Uma história do Acre para estudantes* (2024); *Uma geografia do Acre para estudantes* (2024); e, *Ao sol carta é farol* (2024).

**Foi contemplado com os seguintes prêmios e distinções:** 2024 - Embaixador da Olimpíada Nacional Brasileira de História; 2024 - Lei Paulo Gustavo - AC; 2023 - L.E.I.C., Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - AC; 2023 - F.M.C., Fundação Garibaldi Brasil - PMRB; 2019 - Educação é a Base (A Saga do Herói: das aulas de história à tela dos cinemas), BNCC - Ministério da Educação; 2018 - Prêmio Professores do Brasil, Ministério da Educação; 2017 - Ordem do Mérito, Polícia Militar do Estado do Acre; 2017 - Prêmio Professores do Brasil, Ministério da Educação; 2015 - Prêmio Professores do Brasil, Secretaria de Estado de Educação e Esporte; 2009 - L.M.I.C., Fundação Garibaldi Brasil - PMRB; 2008 - Certificado de Excelência, Seminário Teológico Kerigma; 2007 - L.E.I.C., Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour - AC.



Esta obra tem uma pesquisa de fôlego, vasta bibliografia, apresenta uma hipótese central bem formulada e uma demonstração adequada – além da boa aplicação metodológica e de um texto claro . Embora ele seja bastante descritivo e detalhado, eu gosto deste trabalho por perceber uma análise muito acurada e profunda dos métodos da Análise de Conteúdo, que ajuda muito na organização do material empírico.

**Prof. Phd. Luis Martins – Coord. PPGH PUCRS**

São raros os escritos do norte do Brasil que conseguem trazer ao público documentação rara, conteúdo crítico e escritos de gente do cotidiano . De modo particular, Reginâmio soube ler no espaço em branco das linhas, vivências de gente de verdade, para fazer história de verdade.

**Prof. PhD. Édison Hüttner – Irmão Marista**

A participação de Reginâmio B . Lima no estágio da “Arqueologia Histórica e Arqueologia Urbana” foi extremamente positiva . Reginâmio provou ser um docente com virtudes, com talentos de ensinar, orientar e estimular.

**Prof. PhD. Klauss Hilbert – Lapa PUCRS**

Você está mexendo em um vespeiro, e eu gosto disso . São poucos os pesquisadores que têm coragem de enfrentar o sistema . Prepare -se, seu trabalho vai dar o que falar.

**Prof<sup>a</sup> . PhD. Sandra Basílio – CFCH UFAC**

